ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

'IGREJA VIVA'
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO PASTORAL POPULAR DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1973)

GABRIELE GIACOMELLI

JOÃO PESSOA - PB
2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

'IGREJA VIVA'
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO PASTORAL POPULAR DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1973)

GABRIELE GIACOMELLI

JOÃO PESSOA - PB
2001

GABRIELE GIACOMELLI

'IGREJA VIVA'
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO PASTORAL POPULAR DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1973)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador:
Dr. Prof. Afonso Celso Scocuglia

CE/UFPB
37.048.3 (043)
G429.1

UFPB / João Pessoa –PB
2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GABRIELE GIACOMELLI

'IGREJA VIVA'
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO PASTORAL POPULAR DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1973)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia
Orientador

Prof. Dr. Alder Júlio Ferreira Calado
Examinador

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri
Examinador

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland
Examinador

JOÃO PESSOA - PB
2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GABRIELE GIACOMELLI

'IGREJA VIVA'
UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DA AÇÃO PASTORAL POPULAR DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1966-1973)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia
Orientador

Prof. Dr. Alder Júlio Ferreira Calado
Examinador

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri
Examinador

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland
Examinador

JOÃO PESSOA - PB
2001

A quem acredita na possibilidade
e na responsabilidade
de crescer juntos para sermos
sempre menos desumanos.

A quem aceita a fadiga desse caminho
oferecendo sua alegria,
suas esperanças, sua luta,
seus sonhos.

Entre eles, minha mãe e meu pai.
Não só um exemplo,
mas preciosos aliados e companheiros
- discretos e atentos -
na busca do nosso sermos humanos.

Com eles, outras mães, pais,
irmãs e irmãos.
Amigas e amigos
pelos quais aprendi - gozando -
a dureza e a beleza da vida.

A todos
o meu 'obrigado'
Agradecendo, juntos,
por essa nova etapa
no nosso estarmos
advindo humanos.

SUMÁRIO

RESUMO ..... pág. XI
ABSTRACT ..... pág. XIII
SIGLAS UTILIZADAS ..... pág. XV
LISTA DE FIGURAS E TABELAS ..... pág. XVI

NOTA PRELIMINAR ..... pág. 1

Primeira Parte
UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO POPULAR ..... pág. 3

I.1 Um 'Ser-Humano-Por-Vir' ..... pág. 7
I.2 Uma Pesquisa Histórica Em Educação ..... pág. 15
I.3 Buscando Uma Filosofia De Pesquisa ..... pág. 25
I.4 O Ato De Pesquisar ..... pág. 35
I.5 Uma Pesquisa De História Oral Em Educação ..... pág. 51
I.6 Uma Pesquisa 'Pública' ..... pág. 63
Notas da Primeira Parte ..... pág. 71

Segunda Parte
A AÇÃO PASTORAL 'IGREJA VIVA'.
ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1969-1973) ..... pág. 83

II.0 Introdução ..... pág. 85
II.1 Falando em 'Igreja' ..... pág. 97
II.2 Falando em pastoral ..... pág. 111
II.3 A Ação Pastoral 'Igreja Viva' ..... pág. 133
II.4 As relações educativas ..... pág. 153
II.5 **Anexo:** 'POR UMA IGREJA VIVA': SUBSÍDIO PARA A REFLEXÃO SOBRE A IGREJA', pág. 187
Notas da Segunda Parte ..... pág. 207

Terceira parte
"A GENTE SABE QUE É ISTO QUE É A IGREJA VIVA."
HISTÓRIA DE UM GRUPO CRISTÃO DE BASE. MOGEIRO,
MEADOS DOS ANOS SESSENTA E PRIMEIROS DOS SETENTA ..... pág. 223

III.0 Introdução ..... pág. 227
Os depoentes ..... pág. 231
III.1 E aí foi que começou a luta, e começou também a perseguição ..... pág. 237
III.2 "Que foi que minha mãe fez para eles a pegarem assim?" ..... pág. 243
III.3 Se chamavam 'encontros de evangelização rural' ..... pág. 257
III.4 A gente aprendeu como fazer o trabalho no dia a dia ..... pág. 267
III.5 O que gostaria muito de ficar para os nossos netos ..... pág. 275
Notas da Terceira Parte ..... pág. 281

Quarta Parte
REMEXENDO INCERTAS CERTEZAS
NOS ARREDORES DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR ..... pág. 295

IV.0 Introdução ..... pág. 299
IV.1 Educador e formador ..... pág. 301
IV.2 Educação popular ..... pág. 321
IV.3 Inacabando ..... pág. 327
Notas da Quarta Parte ..... pág. 331

BIBLIOGRAFIA ..... pág. 333
FONTES Arquivo Eclesiástico Da Paraíba ..... pág. 335
Depoimentos ..... pág. 336
LIVROS E ARTIGOS ..... pág. 337

ÍNDICE GERAL ..... pág. 345

RESUMO

No estudo da história da Educação Popular da Paraíba dos anos sessenta e setenta, objeto de várias pesquisas de uma das linhas de pesquisa do Mestrado em Educação da UFPB, registra-se uma grande atuação de pessoal ligado à Igreja Católica e envolvido em movimentos populares e campanhas de alfabetização. A própria Arquidiocese, animada pelas sugestões do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pelos estímulos operativos oferecidos pelos bispos latino-americanos em Medellín (1968), se dedicou a um renovado trabalho de formação de sua base, procurando reduzir a distância (a da sua cúpula em particular) com o meio popular. Formação que, pela conjuntura da repressão militar, se tornou ponto de referência e lugar de resistência para a sociedade civil.

A pesquisa apresenta, em sua conjuntura eclesial e sócio-política, uma das iniciativas pastorais da Arquidiocese, no período do arcebispo Dom José Maria Pires: a chamada 'Ação Pastoral Igreja Viva' (1969-1973), que se propôs a divulgação de uma nova imagem de Igreja e a atuação de grupos na base que a encarnasse concretamente. Para dar conta disso, analisamos os documentos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese e escutamos os depoimentos de alguns entre aqueles que vivenciaram a iniciativa pastoral, na cúpula e na base. Uma rica bibliografia nos ajudou depois a traçar o contexto e a problematizar o material coletado. Ao final, chegamos a construir esse relato que veio se definindo dividido em quatro partes, interligadas, mas bem diferentes entre si.

Na Primeira Parte, apresentamos o próprio processo da pesquisa: de qual lugar social analisamos, qual o nosso ponto de vista, quais os pressupostos e quais os objetivos e as finalidades, apontando perguntas e escolhas. Na Segunda Parte, há a apresentação mais específica da 'Ação Pastoral Igreja Viva', a partir do seu contexto, seus objetivos, as atuações, deixando amplo espaço aos documentos e aos depoimentos, cuja organização e seqüência foi pensada a partir de algumas questões abertas e de inquietações que afetam a Educação Popular. Como em uma digressão, mas fundamental para nós, a Terceira Parte deixa a palavra a um grupo da base. Um grupo que os coordenadores da pastoral diocesana nos apontaram como grupo 'Vivo de Igreja'. Por meio deles aprendemos lições de estratégia e de pedagogia popular, ajudando-nos a olhar o período analisado por um outro olhar, original. Na Quarta Parte, enfim, umas considerações educativas. Não uma conclusão, mas um balanço. Balanço ao fim da pesquisa e balanço ao chegar a uma etapa da vida, na conclusão de um ciclo de estudos. Uma espécie de meditação diante do espelho, como educador, como sonhador, como pessoa desafiada a esperar e procurar rumos honestos e férteis para o amanhã.

Quatro partes, e quatro linguagens diferentes. Como riachos que por diferentes percursos e correntezas chegam para enriquecer o mesmo rio, oferecendo suas águas. Na esperança de contribuir para nos tornarmos sempre mais humanos, educando-nos juntos.

ABSTRACT

The history of Popular Education in the State of Paraiba during the 1960s and 1970s, in which personnel involved in popular movements and literacy campaigns, connected with the Catholic Church, were highly active, has been the object of various research projects in one of the lines of investigation of the Master's Programme in Education at the Federal University of Paraiba (UFPB). The Archdiocese, inspired by proposals emanating from the II Vatican Council (1962-65) and by the operational incentives offered by the Latin American bishops gathered in Medellin, Columbia (1968), dedicated itself to a renewed effort of training for its grassroots workers, in an attempt to reduce the distance between the upper echelons of the ecclesiastical hierarchy, in particular, and the ordinary people. This training process became a point of reference and a focus of resistance for civil society due to the context of military repression.

The research presents, in its social-political and ecclesiastical context, one of the pastoral initiatives called the "Pastoral Action of Church Alive" (1969-73), conceived and executed during the time in which Bishop José Maria Pires was head of the Archdiocese. The purpose of this initiative was to divulge a new image of the Church and the activities of grassroots groups which it embodied. In order to achieve our objective, we analysed documents from the Ecclesiastic Archive of the Archdiocese and listened to the testimonies of some of those, from the top and the base of the church hierarchy, who took part in the pastoral initiative. A rich bibliography assisted us to outline the context and to problematise the evidence collected. Finally, we constructed this report which is presented in four interlinked but very diverse parts.

In the first part, we describe the research process, in which we situate our viewpoint, our presuppositions and objectives indicating our research questions and options – a kind of problematised field diary. In the second part, we present the "Pastoral Action of Church Alive", starting with the context, objectives and actions undertaken, leaving ample space for documents and testimonies whose organization and sequencing was based on open questions and on uncertainties which confront Popular Education. The third part, almost as a digression, gives the word to a grassroots group – a group which the coordinators of the diocesan pastoral suggested to us as an example of the Church Alive. From them we learnt lessons of strategy and popular pedagogy and how to look at the period under analysis from another original point of view. In the fourth part, we present some educational considerations. There is no conclusion but rather a balance which is both a balance of the research and of reaching a stage in life, at the end of a cycle of study. It is a kind of meditation by an educator and dreamer, in front of a mirror, a person challenged to await and seek out honest and fertile paths for tomorrow.

Four parts and four different languages. Like streams which by different routes and currents converge to enrich the same river. In the hope of contributing to become ever more human by means of a common collective learning process.

SIGLAS UTILIZADAS

(Cruzada) **ABC**	(Cruzada) de Ação Básica Cristã
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ACR	Ação Católica Rural
AEC	Associação de Educação Católica
AEP	Arquivo Eclesiástico da Paraíba
AP	Ação Popular
APA	Ação Pastoral Arquidiocesana
CAAL	Comissão Arquidiocesana de Apostolado dos Leigos
CAAR	Comissão Arquidiocesana de Apostolado dos Reiligiosos
CAAS	Comissão Arquidiocesana de Ação Social
CAER	Comissão Arquidiocesana para o Ensino Religioso
CAL	Comissão Arquidiocesana para a Liturgia
CAMH	Comissão Arquidiocesana para o Ministério Hierárquico
CAR	Comissão Arquidiocesana para as Religiosas
CARP	Comissão Arquidiocesana de Renovação das Paróquias
CAV	Comissão Arquidiocesana de Vocações
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CERIS	Centro de Estudo Religioso e Investigações
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Política Social
ELIPA	Escola de Liderança da Paraíba
EUA	Estados Unidos da América
FETAG	Federação do Trabalhador na Agricultura
FTL	Federação dos Trabalhadores na Lavoura
GS	Documento do Concílio Vaticano II: *Gaudium et Spes*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDES	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LG	Documento do Concílio Vaticano II: *Lumen Gentium*
LOGOS	Nome de um projeto pedagógico: "Projeto Logos"
MCL	Movimento das Comissões de Luta
MCP	Movimento de Cultura Popular
MCP-PE	Movimento de Cultura Popular de Pernambuco
MEB	Movimento de Educação de Base
MER	Movimento de Evangelização Rural
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIRENA	Sistema Rádio-Educativo Nacional
SIREPA	Sistema Rádio Educativo da Paraíba
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS* E TABELAS

Figura 1. "O chefe dos trabalhadores é a fome que eles passam", pág. 23

Figura 2. Paróquias da Arquidiocese da Paraíba (nos anos sessenta) e outras localidades citadas, pág. 127

Figura 3. "Igreja Viva era uma '*kombi*' ": do centro para a periferia, pág. 151

Figura 4. "Quando eu vejo vocês, eu me lembro que a Igreja está viva!", pág. 185

Figura 5. Capa do livrinho 'Igreja Viva', pág. 191

Figura 6. Capa do disco 'Igreja Viva', pág. 203

Figura 7. Retro da capa do disco 'Igreja Viva', pág. 205

Figura 8. [foto] O 'Grupo de Mogeiro': João Martins, Isac, Inês, Anunciada, Renato, Manoel e Manassés, pág. 233

Figura 9. [foto] Manassés, pág. 233

Figura 10. [foto] Anunciada e Isac. No fundo, a serra onde moravam nos anos sessenta, pág. 235

Figura 11. [foto] Anunciada e Inês, pág. 235

Tabela 1. Dados da Arquidiocese da Paraíba (1965), pág. 93

Tabela 2. Paróquias da Arquidiocese da Paraíba em 1969, e área e população dos correlativos Municípios, pág. 94

Tabela 3. Movimento religioso das freguesias nas paróquias da Arquidiocese da Paraíba em 1964, pág. 95

Tabela 4. População da Paraíba em 1960 e 1970, pág. 129

Tabela 5. População de João Pessoa, 1872-1970, pág. 129

Tabela 6. População em área urbana e suburbana no Brasil e na Paraíba, 1940-1970, pág. 130

Tabela 7. População em área rural no Brasil e na Paraíba, 1940-1970, pág. 130

Tabela 8. Transporte terrestre na Paraíba. Estradas de ferro, pág. 130

Tabela 9. Transporte terrestre na Paraíba. Rodoviação, pág. 131

* Desenhos e fotos: Gabriele Giacomelli

NOTA PRELIMINAR

SINGULAR OU PLURAL?

Pensei muito, na hora de escrever o texto, e várias vezes ao retomá-lo, se seria melhor usar o singular ou o plural, como sujeito narrador da pesquisa.

'*Pensei*': 'eu' pensei. Podia-se usar '*pensamos*': 'nós' pensamos, como muitas vezes encontramos nos textos acadêmicos, nos relatos formais.

Qual, então, a forma melhor para a 'minha' pesquisa? Qual a diferença entre essas duas maneiras de me expressar como o autor desse texto? E será que é uma preocupação pertinente, indiferente ao que diz respeito ao conteúdo, insensível ao que quero comunicar, ou essa escolha tem a ver com o sentido do que quero/queremos comunicar?

Nas notas, nos rascunhos, nas fichas, já havia escolhas. Às vezes usei o 'eu'. Outras vezes o 'nós'. E de uma maneira que nem sempre se prestava a ser modificada. Como nesta premissa: talvez não seria a mesma contada por um 'nós'. Eu não a sentiria a mesma.

Por isso venci a tentação de uniformizar o texto, aceitando essa *incorreta* (talvez deselegante) *coerência*. Incorreção, pois a 'lógica gramatical' exigira rigor de concordância, e uma uniformização do sujeito narrador. Mas uma incorreção coerente, pois respeitosa das almas dos textos.

Com efeito, houve, e há, momentos em que o 'eu' seria pretensioso, até arrogante, no apresentar idéias, umas considerações, teorias, quase como se elas tivessem nascido de mim mesmo: há idéias que são de todos, que vêm pela contribuição de muitos, e um 'nós' narrador expressa melhor essa alma coletiva. Mas há narrações, reflexões, perguntas, das quais é o 'eu' que tem que assumir responsabilidade, e se oferecer, expondo-se, à acolhida, à crítica, à avaliação, e ao diálogo com os demais.

Enfim, escolhi não me preocupar com uma concordância rigorosamente gramatical, mas, sim, com essa concordância interior dos textos: a que mais 'sentia' dar conta do meu bem estar com as palavras que ia usando.

PRIMEIRA PARTE

UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO POPULAR

"O que eu venho propondo,
com base em minhas convicções políticas,
em minhas convicções filosóficas,
é um profundo respeito
pela total autonomia do educador.

O que eu venho propondo
é um profundo respeito
pela identidade cultural dos alunos
- uma identidade cultural que implica respeito
pela língua do outro, cor do outro, gênero do outro,
classe social do outro, orientação sexual do outro,
capacidade intelectual do outro;

que implica a capacidade de estimular
a criatividade do outro.

Mas essas coisas
ocorrem em um contexto social e histórico,
e não no ar puro e simples.

Essas coisas ocorrem na história,
e eu, Paulo Freire,
não sou o dono da história"

(Paulo Freire,
in: MAC LAREN, 1999: 16). [1]

CAPÍTULO I.1
UM 'SER-HUMANO-POR-VIR'

I.1.1. - PARA SERMOS 'HUMANOS'

Ninguém é dono da história. Por isso queremos logo antecipar o nosso norteamento. De onde enxergamos e para onde esperamos ir. Respeitando outros rumos, escolhendo o nosso. Apresentando-nos rumo a um horizonte, e desistindo de outros. Rumo a *um* horizonte, mas por trilhos não predefinidos. Excluindo direções opostas: os rumos que percebemos antagônicos. Não seguindo modelos, nem bandeiras, mas sim aliando-nos, confortando-nos, com companheiros, amigos e amigas, que percebemos na mesma direção.

Achamos correto assim, iniciando o conto de uma pesquisa, nos colocarmos.

Dizer qual é o nosso ponto de vista. De onde estamos olhando a realidade. De onde estamos enxergando, e para qual horizonte. Norteados e situados: ou seja, a partir de um ponto, de um já alcançado, que assumimos como 'o nosso ponto de vista e de re-saída', e visando uma meta, um horizonte.

Por isso tomamos de empréstimo, com grande estima e afeto, sentindo-nos amigos, as palavras de Paulo Freire. Para resumir o rumo e a postura educativa que procuramos: a exigência de perseguir, e atuar historicamente, um respeito profundo para com todas e todos. Mas privilegiando alguém: os que, até então, foram, e ainda são, os menos respeitados. Reconhecendo que, em educação, até então, são os educandos, na maioria, os que foram, e são, os menos respeitados. E em Educação Popular foi, e ainda é, o povo o que mais está em crédito educativo.

Queremos por isso, juntando-nos, ficar ao lado daquelas éticas, posturas sócio-políticas e pedagogias, que sentem, pensam e atuam nesta perspectiva.

Usei o *plural*: 'éticas', 'posturas sócio-políticas', 'pedagogias'. Usarei muitas vezes o plural. Com efeito, tenho dificuldade hoje em pensar uma uniformidade de consensos no que diz respeito *'à'* ética, e deixo por isso espaço ao plural. Como uma escolha, e como um desafio. Ao mesmo tempo, porém, não se trata de um plural que tudo abrange, pois há éticas, há escolhas políticas e sociais, há pedagogias, que sentimos antagônicas, e que queremos combater, achando-as ruins para a humanidade. Para aquela humanidade que nós queremos, a que nós desejamos. E entendendo *'humanidade'* como a possibilidade e oportunidade de todas e todos 'serem mais humanos'.

Uma '*humanidade*', aliás, que pensamos como algo que ainda não existe, que está se construindo. Algo que está em processo, ao longo do itinerário da vida pessoal de cada um e dentro da história, na sua globalidade.

Pensamos o '*ser humano*', portanto, como algo que, de vez em quando, pode ser singularmente alcançado, ainda que não de forma acabada, dando assim fôlego ao nosso esperar, mas que, coletivamente, ainda aparece longe de uma sua atuação concreta, por estruturas e instituições incapazes de garantir iguais oportunidades e um profundo respeito para com todas e todos, e para cada um(a).

Coletivamente, nessa perspectiva, ainda não somos '*seres humanos*' - pelo menos esta é a minha convicção. Com efeito, acredito que ainda estamos longe de dar conta do que é o nosso 'sermos humanos', e que mais do que defini-lo teoricamente temos, primeiramente, que lutar para reduzir, até eliminar, as situações 'desumanas' ou 'inumanas'[2]. Lutando: porque, tristemente e infelizmente, há quem não esteja querendo que, coletivamente, 'nós' sejamos 'seres humanos'. Por interesses, por maldade. Outros, talvez, não o achem possível, já resignados, ou desesperados.

Daí as éticas diferentes. Pois há modalidades diferentes de atuar e justificar as escolhas e as práticas da própria vida. Por ideologias, pensamentos e filosofias, que lêem diferentemente os acontecimentos da história, induzindo diferentes rumos para dar conta de diferentes projetos e interesses.

Também por isso pensamos importante, no começo, nos declarar.

I.1.2 PEDAGOGIAS QUE ACREDITAM NO FUTURO COMO 'POSSIBILIDADE'

O 'porvir' chegará, e será o que será. Em parte 'dependendo' do hoje, em parte nos surpreendendo. E não será somente causado, mas sim também casual.

> "O *futuro é possibilidade,* insistia o nosso mestre Paulo Freire. Ele não pode ser previsto, mas pode ser inventado" (GADOTTI, 2000: 45).

Aí tem suas raízes a esperança, *nos educando* a ficarmos atentos até ao *não pre-visto.* Quer dizer, abertos ao que vem sendo: confiantes sem ser ingênuos, desconfiando sem perder esperanças. 'Nos educando': pois, estar aberto ao *não pre-visto* não é uma atitude inata. Mesmo que possa ser apta e idônea, não é uma postura que todas as pedagogias perseguem. Por isso, queríamos ficar no grupo das pedagogias que buscam o profundo, radical, respeito das identidades e das autonomias, como bem nos lembrou Paulo Freire. Na consciência de que isto implica também conflitos e lutas.

Umas pedagogias, que se fundam em uma grande confiança nas pessoas, sem ingenuidade, e que reconhecem nos sentimentos, e no *amor* e no *cuidado* em particular, as

melhores fontes para se dispor com coragem frente ao futuro. Amor e cuidado para com a terra toda, e juntamente com ela. Amor implicando um respeito profundo para com as mulheres e os homens, quaisquer que sejam suas opções, condições e convicções. Reconhecendo também que poderíamos ser inimigos, ou antagônicos, e entristecendo por isso. Homens e mulheres que sempre encontramos como parte da natureza, com seus mistérios e belezas, plantas e animais, ecossistemas e caos, recorrências e casualidade. Pedagogias, emfim, que acreditam na possibilidade de um futuro socialmente e ecologicamente equilibrado[3].

Nesta perspectiva, coerentemente,

> "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção ... [para que,] desde o começo do processo, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado ... [Pois] não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1997: 25).

Essas pedagogias, e suas escolhas, '*ocorrem na história*', nos lembrou Paulo Freire.

Uma história que tem um passado que é *o que foi*, mas do qual temos diferentes leituras. Uma história que acontece hoje, 'da forma que, *de fato*, acontece' – mas nos dividindo nas interpretações - e que busca seu sentido mais profundo perante o futuro. Há um *como* nos sentimos agora, e há o que nós *desejamos* sabendo que temos dias na frente para viver: nessa encruzilhada se nos oferece o que dá sentido à vida.

Também por isso achamos justo, neste começo, nos colocar. Dizer de onde olhamos e quais são, hoje, o nosso sentir, confiar, crer, diante do futuro. Sabendo que temos umas experiências, uma tradição de estudos, uma História da Educação como referência, e que temos desafios pela frente. E é dentro desse processo que, com humildade, queríamos colocar a nossa pesquisa. Para oferecer *uma* leitura, de uma experiência: a nossa leitura, parcial e limitada. Esperando que por ela haja outras múltiplas leituras, enriquecendo o caminho de uma reflexão histórico-pedagógica que tinha, e mantinha, o sabor de uma Educação Popular.

Tentamos neste processo manter a humildade como nossa 'técnica' de pesquisa.[4] Humildade para ficar mais abertos ao que vem acontecendo, ao que - no próprio processo de pesquisar e de escrever - veio 'chamando-nos' a atenção, nos inquietando, desafiando, provocando, surpreendendo. Humildade para pensar sempre nossas verdades (o que nos parece certo, e que temos direito de defender como tal) como verdades relativas. Sem absolutismos, e, por isso mesmo, sem relativismo absoluto também.

Pois acreditamos que

"as ciências humanas e sociais caminham não através do relativismo, do tanto faz como tanto fez, mas do relacional das disputas, das hipóteses em confronto. [Convencidos de que elas] vão progredindo na medida em que ganham um certo consenso entre historiadores, educadores, filósofos, que vão permitindo que certas teses ganhem peso, tenham valor e preponderem.

[Consenso que se torna], ainda que provisoriamente, mais uma verdade que tenha de ser acatada como tal pela comunidade científica, pelo corpo de especialistas daquela área.

[Assim,] diferentemente da verdade absoluta, a-histórica e a-temporal que pretende organizar-se de forma unívoca, de uma vez por todas e para sempre, a razão dialógica inerente ao discurso natural, se constrói e reconstrui numa permanente abertura" (Pressanha, 1993, in: LOPES, 1992: 23).

É essa razão dialógica que nos inquietou, saudavelmente, e, ao mesmo tempo, animou, no decorrer do nosso trabalho. Assim, qualquer resíduo de vontade de obter a 'verdade' aos poucos deixou espaço ao gosto de se deixar surpreender pela impossibilidade de chegar a uma avaliação 'certa'. Em força das novas perguntas que iam aparecendo, e pelas contribuições que documentos de arquivos, leituras e depoimentos apontavam: des-construindo, desviando e re-orientando as anotações que começavam a tomar corpo. E, porém, vislumbrando algumas 'incertas certezas'.

Assim, questões fora e dentro de nós nos fizeram experimentar como, de fato

"o que move a pesquisa são as questões que o pesquisador, historicamente situado, se coloca; as que *o seu tempo* propõe-lhe" (LOPES, 1992: 29).

I.1.3 UMA PESQUISA DE EDUCAÇÃO POPULAR

A nossa pesquisa coloca-se na área da Educação, tendo como objeto a análise de uma ação educativa acontecida no final dos anos sessenta, na região litoral da Paraíba. Uma ação educativa que percebemos como ação de 'Educação Popular', no sentido de que esta veio assumindo nas reflexões da experiência pedagógica brasileira, a partir do final do século XX. Trata-se uma ação pastoral da Arquidiocese da Paraíba, denominada 'Ação Pastoral Igreja Viva'.[5]

Analisando-a nos pareceu encontrar algo útil para melhor entender, conhecer, e até aperfeiçoar a nossa própria práxis educativa. Pois o que nos interessou mais, foi um olhar ao passado pelo presente, pelas relações e lembranças atuais, e visando um futuro melhor. Melhor, porque o atual da nossa prática educativa, globalmente, ainda não nos satisfaz.

Pensamos assim em uma pesquisa *em* Educação, e não em uma pesquisa '*sobre*' a Educação. Pois pensamos o próprio pesquisar como ato educativo. Educativo,

primeiramente, para mim mesmo: para eu ser melhor educador, mais atento e respeitoso, mais comprometido com os educandos, e procurando me educar com eles e por eles. Pesquisa como ato educativo, depois, no contexto da Educação como um todo, esperando contribuir a que ela possa crescer em qualidade, pelos conhecimentos e sugestões que essa dissertação conseguirá comunicar, mediados pela minha visão, pelas minhas escolhas e reflexões. Na esperança que elas se tornem úteis.

Analisar uma ação educativa não pode excluir o avaliar. E avaliar significa classificar relativamente a uma idéia de bom ou ruim, de melhor ou pior. Ou seja, dizer o que é bom, ou ruim, para mim, procurando o diálogo com as demais concepções. Encontrando assim, de fato, sintonias com alguns e divergências com outros. Nunca porém encontrando 'o bem' ou 'o mal' em si mesmos.

O que buscamos pesquisando, não foi, por isso, julgar se aquela ação pastoral foi 'boa' ou 'má', em si. Mas contar como ela, ao nosso ver, foi uma 'boa' ação educativa, e contando-a, apresentar por que ficamos convencidos disso.

Mas o que seria, na minha visão, uma boa ação educativa?

Sentimo-nos partícipes de uma tradição que nos parece ter privilegiado, de maneira especial no momento das avaliações, o critério de que uma ação educativa é 'boa' na medida em que consegue alcançar os objetivos prefixados, realizando o que ela se propunha. Ela seria assim 'boa' se e quando atingisse o que foi pre-pensado, pre-definido, pro-jetado.

> "[Com efeito, há, na] idéia tradicional de formação, duas faces. Formar significa, de um lado, dar forma e desenvolver um conjunto de disposições preexistentes. Por outro, levar o homem até a 'conformidade' em relação a um modelo ideal do que é 'ser humano' que foi fixado e assegurado de antemão" (LARROSA, 1999: 12).

Mas aí, a 'bondade educativa', seria relativa somente ao grau de concordância do projetado com o atuado, ainda não dando conta da essência de uma ação educativa. E não somente porque o 'bom' ou o 'ruim' dependem da filosofia da educação consciente ou inconscientemente escolhida como fundamento, que éticas e ideologias diferentes poderiam contestar. Mesmo com uma boa base filosófica algo ainda faltaria se o critério de avaliação se limitasse a comparar o esperado com o obtido. Pois não estaríamos ainda suficientemente atentos ao que, de fato, 'aconteceu', independentemente do pensado e do preparado, ou até surpreendendo e questionando nossa própria idéia de educação e de formação.

Por isso, até uma 'boa' realização de um 'bom' projeto educativo ('bons' relativamente à visão ética escolhida), ainda não nos satisfaz plenamente. Permanecem umas perguntas, sutilmente recorrentes, nos inquietando.

Será que a vida é mesmo um processo rumo a 'realização'? Um 'crescimento' linear, mesmo se por etapas e crises? Um caminho para uma 'plenitude', ou 'maturidade', tomada como modelo? Ou a vida é também algo que vem se construindo não só por crises, mas também pelo caos, pelo inesperado, por saltos, por desvios, por gratuidade, gerando mudanças nem sempre decifráveis como conseqüências? Não vem ela, às vezes, tomando formas (no plural) de eventos que *'não deram certo'*, que *não coincidiram* com o esperado? E não será que ficarmos presos somente no *esperado,* ou *desejado,* nos impede de ver outras coisas, até de ver melhor, e acolher e respeitar, o outro(a)?

Inquietações: não certezas. Suficientes, porém, para desconfiar das certezas.

Assim, o conceito de 'boa ação educativa' que mais nos convenceu, e que até agora assumimos, sem excluir a importância de fundar filosoficamente nossas práticas e de avaliá-las, implica, além disso, um esforço de atenção maior, e uma disponibilidade aberta e confiante, *ao que vem acontecendo educando,* assim como ele acontece. Ou seja, a disponibilidade a que até a própria idéia de educação vá se modificando no ato de educar. De maneira que quando, e se acontecer que algo que não foi projetado, esperado, pensado, nos 'encante' e 'surpreenda', o que determinaria a validade da ação educativa possa não ser mais a concordância, mas sim a discordância, ou até uma plurivalência. Até uma dissonância com o próprio projetado, ou com a própria idéia inicial de educação, ou com a ética, ou a teologia, que fundaram aquela ação educativa.

Uma dissonância que pode acontecer ou não. Não boa em si, mas às vezes saudável, mesmo que dolorosa. Discordância que muitas vezes é logo punida como erro, como derrota, como 'mal', porque não conseguimos o projetado, o que esperávamos.

Por isso - antecipando uma tese que queríamos espalhar no curso da dissertação toda, mais do que rigorosamente descrever numa exposição específica - nós achamos que uma educação é boa quando, mesmo sempre se interrogando acerca das intenções antecipadas e dos objetivos declarados, ela consegue manter um profundo respeito ao que vem acontecendo na prática educativa. Aceitando, e até pedindo, mudanças. Aceitando que haja até resultados diferentes aos esperados, se e quando essa diferença acontecer pela liberdade e pelas responsabilidades assumidas, por educadores e educandos que amadureceram sua autonomia dentro do evento educativo.

> "Minha aposta – nos unimos às considerações de Jorge Larrosa - seria pensar a formação sem ter uma idéia 'prescrita' de seu desenvolvimento, nem um modelo normativo de sua realização. Algo assim como um devir plural e criativo, sem padrão nem projeto, sem uma idéia prescritiva de seu itinerário e sem uma idéia normativa, autoritária e excludente de seu resultado, disso a que os clássicos chamavam de 'humanidade' ou 'ser plenamente humano'.

E creio que uma prática da leitura [da realidade] como acontecimento da pluralidade e da diferença, como aventura rumo ao desconhecido e como produção infinita de sentido poderia contribuir para esse pensamento aberto sobre a formação" (LARROSA, 1999: 12).

Daí, a fértil hipótese, que assumimos,

"de que a educação encarna nossa relação com o homem-por-vir, com a palavra-por-vir, com o tempo-por-vir.

[Pensamos, por isso, a ação educativa como um andar, norteados, à procura] das condições de possibilidade de uma Educação que, como figura de porvir, escape do sonho totalitário, seja ele conservador ou revolucionário, da fabricação do futuro através da fabricação dos indivíduos que o encarnam. [Procurando então] uma educação que não seja incompatível com a abertura de um porvir novo e imprevisível, de um outro porvir que não seja o resultado daquilo que sabemos, daquilo que queremos, daquilo que podemos ou daquilo que esperamos" (LARROSA, 1999: 14-15).

CAPÍTULO I.2
UMA PESQUISA HISTÓRICA EM EDUCAÇÃO

"Os objetos definidos
pela utilidade
só valem enquanto forem úteis.

Quando deixam de ser úteis
são trocados
por outros mais novos,
ou jogados fora.

O problema
está nas coisas
que são possuídas
por serem amadas,
a despeito
de sua inutilidade"

(ALVES, 1999: 8).

I.2.1 IDÉIAS GERAIS SE TORNARAM PROJETO ESPECÍFICO E ABERTO

Quando apresentei o esboço do meu 'Projeto de pesquisa', inscrevendo-me ao Mestrado em Educação Popular, o primeiro subtítulo do texto, '*Um anteprojeto aberto*', logo apontava uma das minhas (antigas) inquietações. Tentava explicitar a necessidade de que a pesquisa começasse mesmo sem ter uma demarcação muito precisa, seja do seu ponto de partida, seja de um objeto nitidamente delineado. Não porque não tinha idéias, mas porque não podia ligá-las, na época, a algo bem 'definido'. Tinha idéias, desejos, esperanças. Apontava possibilidades. Sabia algo do meu ponto de vista, o que desejava ética e pedagogicamente (e por isso social e politicamente). Mas precisava escutar mais, e enxergar melhor, para ir à frente. Vinha de fora, do exterior, e sentia a necessidade de deixar que, de qualquer forma, e primariamente, fosse a realidade a me explorar; mais do que eu explorá-la.[6] Por isso um pouco vaguei ao redor de possíveis vários objetivos, ou melhor, me deixei acompanhar por uma saudável vadiação. Pedia, então, licença para que o projeto ficasse 'aberto', quase me desculpando, por não ter suficiente clareza. Mas, talvez, o que ainda não era suficiente era a coragem para defender a bondade do meu 'vaguear', lendo e escutando, me deixando apaixonar pela riqueza dos testemunhos que encontrava. Sem que a primeira preocupação fosse a da utilidade deles para o meu trabalho final.

Mas idéias eu tinha. Pensava, através da participação na vida e nas atividades do Mestrado, individuar e caracterizar alguns pressupostos teóricos, filosóficos e/ou ideológicos, presentes na reflexão teórico-prática que veio sendo elaborada na pedagogia brasileira, assim como as diferentes leituras e interpretações deles. E pensava que, escutando e pesquisando localmente na história da ação pastoral da Igreja Católica, encontraria traços da práxis de '*Educação Popular*' que teoricamente estava aprofundando nas aulas. Procurando antes de tudo os questionamentos que da prática se dirigem à reflexão.

Tinha também na cabeça muitas outras perguntas, e perspectivas, a serem avaliadas. Linhas de análises e reflexões que, há tempo, vêm me interessando, no decorrer dos meus estudos e práticas educativas. Correntes de pensamentos pedagógicos, tais quais as reflexões ao redor da intercultura, da multicultura, da transdisciplinariedade. Perspectivas que me pareciam ter algo a ver, e dizer, com o meu pesquisar aqui, na linha da Educação Popular.

Tinha então idéias e perguntas, mas precisava começar, e, por isso, escolher um objeto menos indeterminado. Procurava um ponto de partida mais pontual, e pensei encontrá-lo pesquisando o que vinha acontecendo educativa e pastoralmente, na Arquidiocese da Paraíba no final dos anos sessenta. Anos em que a Educação Popular vivia no Brasil um tempo de grande fertilidade, e anos em que, no meio da Igreja Católica do Brasil, como da América Latina toda, crescia uma reflexão teológica, e pastoral, marcada pelo compromisso com a realidade histórica e social. Anos, enfim, em que nasciam as primeiras experiências que depois vieram a ser reconhecidas como *CEB's*, Comunidades Eclesiais de Base, que por muitos foram apontadas como novo jeito de praticar e entender a ação da Igreja para, e com, o meio popular.[7]

O projeto vinha entusiasmando, porém encontrando, e logo, algumas dificuldades desafiadoras. Seja pelo tamanho que ia tomando a pesquisa, já na primeira indagação bibliográfica, seja por ela apontar questões e debates que pareciam amplos demais para serem enfrentados ao nível de uma dissertação de Mestrado. Com a ajuda do orientador, e pelas próprias sugestões que ia aprofundando nas aulas, amadureceu assim a proposta de um ponto de partida mais restrito: o de aprofundar *uma* das ações pastorais da Arquidiocese, em um período reduzido aos primeiros anos da presença em João Pessoa do bispo Dom José Maria Pires, no final dos anos sessenta e começo dos setenta.

Começando por uma indagação no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, e por umas primeiras entrevistas, individuei assim na chamada 'Ação Pastoral Igreja Viva', o pequeno objeto que se poderia tornar a janela pela qual enxergar a história, e as problemáticas, da educação popular brasileira.

I.2.2 NOS ARREDORES DOS EVENTOS

Uma pesquisa, porém, é também 'organizar', sistematizar. Ações que incomodam um pouco a quem gosta de pesquisar 'vadiando'.

Parei não pouco diante desta idéia, perplexo. De um lado, percebia a 'tentação' de chegar logo a algo 'deduzido-e-definido', e possivelmente com muita 'clareza': era a minha alma intelectual que premia forte, e apressada. De outro lado, havia também o 'gosto' de me deixar distrair por trilhas inúmeras, interessantes, inexploradas, sem pretensão de excessivo rigor acadêmico (a minha alma 'prática', desconfiante dos intelectualismos), mas com o risco de me perder.

Porque sistematizar? Porque essa preocupação de organizar logo? - me perguntava.

Decidi, enfim, passar um tempo no Arquivo Eclesiástico da Paraíba mergulhando em pastas e documentos sem ainda um rumo definido, só limitando o período; com curiosidade pelos relatórios, pelas cartas, pelos vários relatos e testemunhos aí guardados; como procurando sensações, mais do que dados, na tentativa de me deixar prender, mais do que apreender algo em estrita função do meu trabalho; quase esperando que aqueles antigos documentos ainda pudessem me permitir molhar-me 'dentro' dos eventos.

Tentava, de certa forma, me escutar, me perceber em outro tempo, em um diferente espaço. Tinha uma confiança, talvez uma ingenuidade, de que algo iria acontecendo. Desconfiando de que uma dedução demais rápida, poderia abrandar de sua beleza e paixão o meu pesquisar. Saboreava assim o que Seu Isac, Presidente do Sindicato dos Agricultores de Mogeiro[8], tinha me confiado, falando das ações organizadas contra os senhores do latifúndio:

> "Quando nós estávamos certos que [aquela invasão, ou protesto,] era uma ação de justiça e para o bem do povo, rezávamos e a fazíamos. Alguém dizia: 'Vamos esperar os advogados. ...' Mas a maioria não. Sabíamos que se fossem eles contratando, as coisas iriam sendo diferentes, e tudo teria dado em nada. A gente, se sabia que era justo, ia. E era a nossa força." [a]

Ou seja: refletir 'sobre' é importante (não queremos dizer que os advogados são inúteis), a avaliação crítica é necessária, mas há momentos em que tem que se assumir a responsabilidade da hora, diante do que acontece, no evento que pela situação amadurece. De certa forma, assim me sentia. Há um tempo no pesquisar que é 'de pele', perseguindo o que na hora parece certo, justo, e importante, apesar de que a academia (porém nem toda), provavelmente, apontaria logo dúvidas, talvez impedimentos. Não para ignorar essas questões, mas sim para não indevidamente antecipá-las. Então, nos pareceu boa a tentativa de mergulhar um pouco 'dentro' dos eventos, por quanto fosse possível, aceitando os limites aos quais nos obrigam a historicidade, o tempo e as nossas peculiaridades.

---

[a] Fonte: Depoimento de Dona Anunciada e Seu Isac, Mogeiro, 11 de fevereiro de 2000.

Mas o que entendemos por *evento*? E por que o pensamos tão importante em Educação?

Evento é o que acontece,[9] e que, pelo próprio acontecer, nos vem ao encontro, inclusive, e talvez de maneira peculiar, os sentimentos, as perguntas, o *bem (ou mal)- estar* que a gente sente 'na hora', 'na pele'. Eventos são também as reflexões que, no momento, surgem dentro (mas que, ao mesmo tempo, vêm de longe dentro de nós, sedimentadas, armazenadas, ruminadas, engolidas). Eventos são as reações que temos diante do que nos surpreende, maravilhando-nos, ou nos dando espanto. Evento é o que, de fato, ocorre, sucede. Evento é tempo único, não repetível, e irredutível a qualquer reprodução.

Mas, por que se preocupar com os 'eventos', se eles não se deixam apreender? Talvez por isso mesmo: não para apreendê-los, mas para aprender por eles. E aprender a viver os eventos, os que vêm e irão acontecendo. O que acontece educando, de maneira particular. Com gosto, mais do que com medo.

Indagar na história é se aproximar a eventos já acontecidos e que já se tornaram algo diferente, como em um sábio ecossistema. Aproximar-se: nunca segurando, em um jogo de leituras e interpretações, pois não dá para chegar ao evento em si.

Há, porém, a possibilidade, nós assim o percebemos, de chegar 'nos arredores' do evento. E há um tipo de fontes, tal qual o material anotado 'na hora', como os relatórios, ou umas imagens e 'dicas' daqueles que participaram do próprio evento, que ainda pertencem um pouco, aos arredores do tempo 'único' dos eventos. De forma talvez vaga e nunca coincidindo, mas de certa maneira prolongando-os um pouco. E é nesses arredores que vadiamos na primeira parte do nosso pesquisar. Aproveitando de relatórios, cartas, diários, e notas que encontramos no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, e escutando os depoimentos orais de uns protagonistas. Mais como em conversas do que como 'entrevistas oficiais'.

Fontes às vezes 'sem pretensão', que, porém, bem se caracterizaram como testemunhas de eventos, pois eles nasceram - e se mantiveram - perto, e curiosos, do acontecer das coisas. E de certa forma, os sentimentos, que são os menos 'cientificamente' atendíveis, se tornaram aí mais confiáveis do que as interpretações elaboradas, na tarefa de apontar a qualidade das relações acontecidas, as alegrias e as preocupações do ato educativo.

O tempo do evento se dá então imediato, mas não desligado, entre o antes e o depois. E é um tempo que achamos importante em educação. Em qualquer tipo de estudo e prática educativa. Com efeito, em um ato educativo, há [*houve*] sempre, anteriormente, o tempo da preparação, do estudo e do planejamento. Tempo dos pressupostos, ou, talvez, tempo das circunstâncias casuais. Tempo útil e fértil (ou desperdiçado) sem o qual nada, educativamente, veria acontecendo. E há [*haverá*], depois, o tempo da avaliação. Precioso

tempo em que o acontecido é analisado, meditado, organizado. Abrindo a novos rumos e planejamentos. Há assim um tempo para cada coisa.

Mas preparação e planejamento, de um lado, e avaliação, do outro, são tempos bem diferentes do tempo do 'evento'. Necessárias antes, e preciosas depois, preparação e avaliação são 'olvidáveis' *durante*, se - é o nosso convencimento - queremos *bem-viver* o que acontece, curtindo-o prazerosamente e responsavelmente (nem sempre educação é 'prazer'). *Ficando* no evento. Curiosos do acontecer da graça, do gratuito, do inesperado. Preocupados com que aconteça o preparado, mas só se for útil, se for bom. Desejando que aconteça algo diferente se aí se mostrasse melhor. Até desmascarar uma preparação ingênua, ou desatenta, ou mal pensada. Talvez com um pouco de receio de que o que acontecerá virá nos ameaçando, e nos incomodando, mas sabendo que é o que acontece que é, de verdade, a realidade da qual temos que dar conta, assumindo nossa responsabilidade de viver.

E na medida em que preparação e avaliação se tornaram 'parte de nós', pois as introjetamos crendo-as, e as 'temos mastigado', aí podem viver o presente, o que acontece, *olvidando*, na hora, o que foi o antes e o que será depois. Deixando 'acontecer o que acontece'. Esperando e torcendo, ativamente, para que 'aconteça o amor'[10]. Confiando, mesmo um pouco nervosos, que algo bom irá nascendo.

Assim, entre preparação e avaliação, no meio, há esse tempo denso e intenso do 'acontecer', em que palavras e gestos se medem com a realidade, mostrando suas profundas ou fracas raízes. Pois no evento, muitas vezes o que vem acontecendo mostra, às vezes impiedosamente, o que de fato somos, o que estamos vivendo e pensando, nossas belezas e nossos limites, nossa inesperada habilidade educativa, ou nossa presunção de *saber* educar.

Avaliaremos, então, e é bom, pois havia objetivos e desejos, e tínhamos uma meta pensada. Mas o 'acontecido' não se deixará todo apreender pela avaliação. Ele é sempre mais do que o que o precedeu, e acessível só parcialmente, e por diferentes leituras que o seguem. Avaliação é por isso, por sua natureza, diálogo. Primeiramente, entre o acontecido e o planejado, contemplando o nascer, o crescer e o morrer, das coisas e das vidas. Abertos à dimensão da surpresa, do mistério, da maravilha, que fundam o nosso esperar.

O que o acontecido tem a dizer ao planejado? O que o planejado queria perguntar ao acontecido? O que nos se ofereceu, disponível, e porém 'irredutível', à nossa posse?

É deste diálogo que amadurecerão outras posturas e escolhas, para os mesmos e/ou outros rumos. E sairemos mais firmes, pelos convencimentos confirmados; aperfeiçoados, pelas críticas experimentadas; mais abertos, por termos sido desafiados pelo inesperado, que nos veio ao encontro, de fora e de dentro de nós. Daí, outros rumos que nunca serão idênticos, se escutamos a história.

Por tudo isso, achamos valer a pena essa tentativa de mergulhar nos arredores dos

eventos, o quanto for possível. Uma tentativa, que só ao experimentá-la, poderíamos saber o que seria. E aceitar o risco depois de narrar a pesquisa, esconde (ou expressa?) a esperança de dar um pouco conta do que nós achamos importante, e que nos apareceu bonito. Algo que '*veio [e vem] sendo*', do jeito que for, pelo sentir, pensar e agir de muitos, inclusive de Deus, inclusive da natureza.

O começo do nosso pesquisar foi assim como um mergulho, em águas conhecidas e desconhecidas. Nasceram notas desordenadas, geradas por outras notas e contos de muitos que se tornaram, neste tempo, meus companheiros e minhas companheiras de pesquisa. Notas que tentaram registrar os sentimentos, os convencimentos, as crenças, as significações, o sentir, o pensar e o agir implicados nos eventos, e apontados pelos registros escritos e orais. E sentimentos que - pela narração – se tornaram também sentimentos e sensações nossas. Não os mesmos, mas no mesmo rumo. Para além das nossas reflexões teóricas, e, porém, não sem elas.

I.2.3 IMPORTÂNCIA DESSE PERÍODO

> "Uns fatos são mais importantes do que outros?
>
> Essa importância depende inteiramente dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta" (Paul Veyne, in: MONTENEGRO, 1994: 17).

Assim, na base de qualquer trabalho histórico, encontra-se, implícita ou não, uma avaliação subjetiva do valor e da importância dos fatos que vêm sendo analisados, ou de uns aspectos ou dimensões deles, mesmo que essa escolha seja confortada pelos pareceres dos demais. Em si mesmo, por isso, não há anos ou períodos em que aconteça algo de maior importância do que acontecera em outros anos. E, do ponto de vista subjetivo e local, também em anos aparentemente sem grandes mudanças, ou eventos extraordinários, por quanto relatado normalmente nos manuais de História, houve, há e haverá algo de qualquer forma 'decisivo' para alguém. Ou seja, como poderíamos dizer, a partir da subjetividade de cada uma ou de cada um, que um fato, um acontecimento, um evento é, em si, mais ou menos importante do que um outro?

Ao mesmo tempo, aceitamos que se possa falar de períodos mais ou menos coletivamente significativos, porém com a cautela de não cair em absolutismos, e tomando cuidado para estarmos o mais atentos possível aos 'pequenos' e aos 'silenciados' da história. E procurando que haja um debate público estabelecendo alguns critérios de referência, sempre contextuais e provisórios. Reconhecendo então que a história é escrita selecionando-se, e um pouco desconfiando, de nós mesmos também, sabendo que, na maioria das vezes, essas seleções dependeram, e ainda dependem, de visões elitistas da realidade. Com efeito,

algo é mais ou menos importante sempre relativamente aos critérios, às representações, aos modelos, ou aos métodos, escolhidos e assumidos. Ou seja, mais ou menos importante relativamente a objetivos, ideologias, e interesses.

Então, relativamente a quê nós reputamos significativos os anos finais da década de sessenta, na Arquidiocese da Paraíba?

Uns elementos nos atraíram. Primeiro, o desabrochar de várias experiências educativas populares, que, de um lado, tentavam renovar teoricamente a reflexão pedagógica, e, de outro, contestavam a postura elitista e assistencial das elites educacionais, atuando de fato em uma direção mais popular.[11]

Experiências promissoras, mas que tiveram de experimentar, dramaticamente, a repressão devida à atuação do Golpe Militar de 1964. E talvez o próprio regime militar foi o que propiciou uma aproximação inesperada, e de qualquer forma nova para o Brasil, das forças progressistas, e esquerdistas, com o movimento de reforma interna da Igreja Católica, animado pelas sugestões do Concílio Vaticano II.

Aí, um outro aspecto que nos parece marcar esse período: a movimentação, teórica e prática, suscitada na Igreja Católica pela convocação e pela atuação do Concílio Vaticano II (1962-1965), e, ao nível de continente Sul-americano, pela Conferência dos Bispos Latino-americanos em Medellín, na Colômbia (1968). Dois momentos ápices de um processo de mudanças, e ao mesmo tempo de resistências, que envolveram as várias componentes da Igreja, nos meados do século XX.

Há outros elementos, ainda, que não podem ser esquecidos. A 'coincidência' na década de sessenta do aparecer, no mundo ocidental, de um movimento amplo de contestação e ruptura com os sistemas até então chamados 'tradicionais', por parte de movimentos socialistas e progressistas, com uma larga participação de jovens, dos universitários em particular. Movimentos que espalharam pelo mundo, das mais variadas maneiras, os ecos de próprias lutas: pela moda, pela música, pela arte, pelas literaturas, e por visões científicas e acadêmicas que vieram se tornando, de certa forma, culturalmente 'dominantes' (ou pelo menos 'paritárias', perante as visões tradicionais e 'clássicas').

Focalizando, depois, a nossa atenção em um plano educacional, vimos nesse período um tempo particularmente interessante, reconhecendo-o como tempo de fértil, e ao mesmo tempo, sofrido debate educativo. A perspectiva freireana do confronto entre uma educação dialógica versus uma educação 'bancária' ainda era, na prática, bem vivo, mesmo sendo oficialmente silenciada. Eram anos depois, em que a Teologia da Libertação vinha se aprimorando e fortalecendo, sendo assumida pelos setores progressistas da Igreja, e penetrando sempre mais no meio popular, se tornando ponto de referência para todos os movimentos de resistência ao autoritarismo antidemocrático. Com ela, se propagava e se

fortaleciam as CEBs, apesar de que já apareciam sinais de freios e obstáculos por parte de setores da hierarquia católica.

Anos então, de um lado, de importantes mudanças 'intraeclesiais', na Igreja, e, de outro lado, anos de mudanças sociais e de amplo debate, e lutas, entre diferentes e até antagônicas perspectivas ideológicas, sócio-políticas, e pedagógicas.

I.2.4 UM OBJETO PEQUENO COMO UMA JANELA ABERTA

Nesse contexto, a 'Ação Pastoral Igreja Viva' nos pareceu se apresentar como um pequeno nó nessa rede de eventos. Nela nos pareceu cruzarem-se várias dimensões interessantes para um estudo de Educação, e de Educação Popular em particular. Ainda mais quando percebemos que podíamos melhor enxergá-la colocando-a ao lado (interligadas e autônomas) com a experiência de um grupo de base, na paróquia de Mogerio, da qual daremos conta na Terceira Parte. 'Igreja Viva' foi uma experiência pequena, uma ação pastoral que ocupou um tempo limitado, mas nela se cruzando ecos e repercussões dos acontecimentos 'maiores'. Por isso, a escolhemos como objeto de maior apuração.

Assim encontrei o meu ponto de partida; e daí re-começou o meu pesquisar.

Delimitado o período, conseguindo assim limitar, um pouco, o *objeto* da pesquisa, nos preocupamos com as *modalidades* de indagação. Modalidades que dessem conta desse nosso desejo de nos colocar 'perto', nos arredores, do que naquela época tinha sido pensado, e do que tinha acontecido. E na impossibilidade de chegar a 'uma' verdade, ou a 'uma' descrição da realidade (mas acreditando na possibilidade de cruzar e aprofundar várias interpretações dela), começamos a escutar.

'Escutamos', nos documentos do Arquivo, os ideais, as leituras e percepções da realidade, os planejamentos e as avaliações, que padres e agentes de pastoral anotaram, na época, preparando, ou registrando, suas atividades. Escutamos depois os contos, atuais, das lembranças dos que na época viveram e participaram diretamente daquelas iniciativas, ou tiveram nelas um papel importante. Escutamos as sínteses mais elaboradas que nos ofereceram livros e artigos. Escutamos dialogando, interrogando, nos deixando surpreender (ou nos fechando a sugestões e apelos: pois isso também pode ter acontecido).

Daí o material que esta dissertação assumiu a tarefa de apresentar.



Fig. 1. "O chefe dos trabalhadores é a fome que eles passam".

CAPÍTULO I.3
BUSCANDO UMA FILOSOFIA DE PESQUISA

"Aí teve uma hora que ele não agüentou –
Havia na mesa um gravador ligado.
Ele levantou-se e disse:
'Você fale a verdade! Você não sabe que você pode morrer, não?'

- Dona Anunciada, narrando levantou-se e foi atrás de mim.
Colocou suas fortes mãos de camponesa nos meus ombros
e sacudiu-me com força:
'Você fale a verdade! ... Quem é o chefe?
Quem os está organizando?' –

A preocupação [da polícia] - precisou logo –
era com Pe. João Maria, porque fazia pouco tempo que tinha
chegado e achavam que era uma organização que vinha da terra
dele, e que estava se espalhando aqui." [a]

I.3.1 INQUISIDOR?

Narrando, Dona Anunciada, ainda hoje secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro, dramatizou com intensidade o gesto violento do militar que a interrogava, dando forma, pelas suas mãos e com o meu corpo, às suas lembranças. Mas quando me senti sacudir por aquela memória, tive, dentro, a percepção forte e incômoda - e provocadora - de que a divisa do tempo tinha-se quebrado. Naquela hora, no evento da minha entrevista, aquele a quem Dona Anunciada estava imitando não era mais o investigador da Polícia Militar, mas era eu. Percebi que eu mesmo fazia parte do drama: eu emprestando o corpo, na cena, a Dona Anunciada, e ela interpretando a mim, que a interrogava. Sim, eu. Eu que, com o meu gravador sobre a mesa, estava de qualquer forma ainda insistindo com as mesmas perguntas: 'Quem lhe instruiu? ... De onde vinha sua formação, sua sabedoria, suas respostas inteligentes e sutis? Quais as fontes inspiradoras?'

Sacudido com força, enquanto que Dona Anunciada lembrava para mim a violência do militar que a interrogou, eu percebia a minha própria violência intelectual. Antes não a conhecia assim. Pensava poder controlá-la, pelo cuidado que me vinha pelos estudos, pelas leituras. Talvez a suspeitava, mas ainda não a tinha 'sentido'. Achava-me simplesmente pesquisador curioso, não inquisidor. Descobri-me 'desmascarado'. Pois, sim, ficava admirado, pela resistência e pela força daquela mulher, do grupo todo que em Mogeiro viveu sua pequena e grande luta camponesa, mas pensando, no fundo, que aquela força vinha de

[a] Fonte: Depoimento de Dona Anunciada e Seu Isac, Mogeiro, 11 de fevereiro de 2000.

fora, por alguém que tinha treinado, implementado, 'causado' tudo isso.

Dentro, inconscientemente talvez, mas realmente, esperava poder atribuir aquela sabedoria e resistência a uma causa qualquer, a uma formação, a uma origem 'externa'. E por isso, na conversa, ficava quase 'aliviado' quando podia anotar no meu caderno de um congresso, de uns treinamentos, dumas cartilhas, de uns encontros de formação com o tal ou outro padre, ou agente de pastoral. Aliviado, pela possibilidade de reconstruir uma ligação a fontes, a modelos, a sistemas de pensamento, a ideologias, a autores.

O corpo sacudido doía dentro, incomodando-me, pela sensação (e vergonha) de estar inquirindo. Mas foi bom aprender assim. Aprender pelo corpo, pelo corpo todo.

Senti como a vista e o ouvido, juntamente ao cérebro indagador, sozinhos, permaneceram 'distantes', na periferia dos arredores do evento, alcançando somente umas partes, umas dimensões. Quando o corpo todo participou, 'senti', percebi que estava me aproximando melhor. E a própria escuta, a própria conversa se tornaram mais férteis, e mais humanas. Por isso, logo depois dessa mímica, o próprio diálogo continuou de forma diferente. Estava escutando de outra forma, com o corpo todo, e com a saudável suspeita de que me guardei de deixar cair, de ter ainda muitos preconceitos, de ainda ter fragilidades e derrotas a suportar. Escutava mais aberto, curioso da não linearidade da história, deixando espaço ao acaso, sem logo tentar reduzir tudo a 'sistema'. Curioso do inacabado, sem que isso apareça como 'menor', ou parcial. Interessado no que se apresentava 'solto', nas incoerências lógicas: observando-as, sem forçá-las em esquemas rigorosos .

O meu 'cientismo', mesmo já alertado por leituras e práticas, mostrou assim sua fragilidade, experimentando aí uma saudável derrota. Não definitiva, o percebia, sendo que preconceitos e ingenuidades têm seu ninho dentro (às vezes uma fortaleza), e muitas vezes bem mascarados. Mas aparecia uma nova consciência, promissora de maior respeito. E foi a própria Dona Anunciada, logo depois de ter ironizado a minha ingenuidade, que me ajudou na busca de diferentes posturas, de outras perspectivas mais atenciosas. Minha educadora por ter des-construído minha presunção, e por ter me alertado sobre os meus preconceitos, ela se tornou também educadora por apontar novos rumos. E foram as suas respostas de ontem, frente à violência do poder, que se tornaram o estímulo fértil para a minha pesquisa de hoje (lembrando-me, discreta, como ainda estamos em uma lógica de poder).

> "Lá não tem chefes não. O chefe dos trabalhadores é a fome que eles passam lá. É o roçado que eles plantam e o proprietário botando o gado dentro pra comer quando a lavoura é grande. É isso que faz a gente se reunir. É o foro alto demais. E se alguém trabalha, é ser obrigado a toda semana dar um dia de graça para o patrão. É isso que faz a gente se reunir." [a]

[a] Fonte: Depoimento de Dona Anunciada e Seu Isac, Mogeiro, 11 de fevereiro de 2000.

A fome, que acontece pela violência de outros. A raiva que se levanta dentro pelas injustiças sofridas. O sentir na própria pele, e no choro dos filhos, a dignidade ferida. Pensar-se como homens e mulheres nascidos para serem livres, percebendo a natureza como oferecida para que todos se nutram dela, e encontrar o campo barrado. Esses são os 'mestres' que, primeiramente, os empurraram na luta, nas conversas, na troca de conhecimentos e reflexões, e os fortaleceram diante da opressão. Antes de qualquer formação, houve uma autoformação, fundada em uma leitura da realidade onde o *sentir* (a fome, a raiva, a alegria de se juntar, a inquietude do decidir, a dor no pagar com a própria pele, ou, e pior, a dor pelo pranto dos filhos), se conjugava com o *pensar* (a reflexão sobre a própria dignidade, os direitos desrespeitados, a gratuidade, o respeito do mistério que a natureza aponta), dando origem à procura, singularmente, e como grupo e na comunidade, de *ações* de diálogo e de luta.

Escutar, curtindo-as, essas histórias, se tornou um fértil momento educativo. Sentindo crescer dentro de mim a estima, o respeito, a alegria, a compaixão. Sentindo-me crescer, 'educado'. Sentindo a beleza da humanidade se expressando na liberdade, e pela liberdade. E percebia, na própria pele, como

> "as pessoas não são movidas pela 'verdade'. Elas são movidas pela beleza" (ALVES, 1999: 21).

Pois foi, e é, uma bela sensação. Pelo bom cheiro de dignidade que espalhava. Mesmo doendo.

Uma *beleza* que não é só quando tudo dá certo, mas quando nós nos sentimos certos, do lado certo, na busca de um 'sermos humanos' digno e respeitoso, dialogal e respeitado. Juntos. Percebendo, sorrindo, e com um véu de amargura, como muitas vezes (nem sempre)

> "a ciência, coitadinha, tão certinha, tão cheia de pesquisas e de verdades, sabe como levar o homem à lua, mas não sabe como fazer o homem amar" (ALVES, 1999: 22).

I.3.2 'CONTAR AS CIÊNCIAS'

> "A verdade não tem o poder de gerar sonhos.
> É a beleza que engravida o desejo.
>
> São os sonhos de beleza que têm o poder
> de transformar indivíduos isolados num povo"
> (ALVES, 1999: 26).

"A beleza:
uma experiência intrigante,
que vem sempre misturada
com uma pitada de tristeza"
(ALVES, 1999: 19).

'O que é científico?', pergunta-se com insistência Rubem Alves na terceira parte do seu livro '*Entre a ciência e a sapiência. O dilema da educação*', pois,

> "saber por saber, saber que não sonha com o jardim, que só deseja virar tese ou artigo em revista internacional, é manifestação de loucura" (ALVES, 1999: 45).

A partir da sua formação psicanalítica e teológica, o autor parece nos querer alertar de um perigo sempre latente na nossa experiência de 'cientistas'. O risco que se corre não aceitando o desafio de pensar, não utilizando somente os conceitos, mas valorizando também as imagens, as representações, os mitos, os sentimentos. Sem renunciar a produzir ciência, mas nunca pensando ciência contra, ou sem, o sentir, o perceber, o imaginar.

Com efeito, nós pensamos

> "a partir de imagens. Nosso pensamento se nutre do sensual. Precisamos *ver*. [As] imagens são os brinquedos dos sentidos. [É] com imagens que eu construo histórias" (ALVES, 1999: 81).

E pensar cientificamente por imagens, relatar pesquisas narrando, não implicaria necessariamente esquecer, ou afrouxar, as dimensões da clareza, do método, da organização. O que é importante é se exercitar em 'pensar' aceitando a relatividade das interpretações da realidade, e utilizando o nosso sentir, como instrumento precioso de indagação, em diálogo com o nosso pensar racional. Assim, esse diálogo, entre o sentir e imaginar, e o raciocínio mais rigoroso e lógico, talvez nos permitirá experimentar, e melhor aprofundar, a consciência de que,

> "como bem disse Wittgesnstein, [...] *os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo*. [Pois] meu mundo é aquilo sobre o que posso falar. A linguagem estabelece[ndo] uma ontologia" (ALVES, 1999: 84).

Ou seja, se é limitado o mundo acessível à minha fala, temos que vigiar sobre qualquer tentativa de reduzir todo mundo ao nosso mundo (que é a tentação da lógica, se deixada sozinha). E se não percebemos, aceitamos e reconhecemos que há algo além deste *meu mundo*, algo que *sinto* mesmo não o sabendo ainda dizer, há o risco de nos convencermos de que só é real aquilo sobre o que nós sabemos falar, e sabemos 'dominar', porque bem sistematizado.

'O que é científico?' – continua se perguntando Rubem Alves - apontando também umas respostas, ou melhor, trilhas para responder, e propondo imagens como guias para que cada um procure as suas próprias respostas. Entre outras, uma em particular nos confortou no

nosso pesquisar:

> "[Científico] é aquilo que cai nas redes reconhecidas pela confraria dos cientistas.
>
> Cientistas, [então,] são aqueles que pescam no grande rio ... [e tudo sabem dos peixes e das correntezas]. Mas há também os céus e as matas que se enchem de cantos de sabiás ... E lá as redes dos cientistas ficam sempre vazias" (ALVES, 1999: 86).

Queríamos assim ser cientistas, para bem conhecer o rio e a técnica de usar a rede, mas, e ao mesmo tempo, para saber gostar, trabalhando no rio, do canto das aves, do silêncio da mata, do encanto das estrelas.

'Contar ciência' é um caminho, talvez novo, e por isso cauteloso, incerto, tímido, arriscado. Contar: sem esquecer o rigor, a exigência de organizar e 'definir'. Porém aprendendo, e aceitando, que cada definição, que na hora nos parece certa, ela é já, e ao mesmo tempo, provisória, parcial, particular, pontual. Em si mesma a 'definição' é pontual: precisa e, ao mesmo tempo, relativa. Pois depende de um ponto. Ponto de vista, ponto histórico, ponto geográfico. Ponto temporal.

Pesquisa assim é busca norteada, mas também pode ser encontro não esperado, não planejado. É projeto de percursos e de análises, mas ao mesmo tempo é um vagabundear esperando o acontecer, se deixando encontrar por idéias e sugestões. É aceitar não sempre chegar. Como em uma viagem. Além da satisfação da chegada, há uma parte gostosa na travessia, e às vezes uns eventos ou encontros nos desviam, ou até nos convencem de parar no meio do caminho, modificando nossos projetos. Correr em direção à meta sem se deixar 'distrair' pelos eventos, até casuais, pode nos impedir de gostar de outras paisagens, de outros encontros, de outros sabores, até mesmo mais ricos daqueles projetados e esperados.[12]

> "Inteligência é também isso: a capacidade de pular de um programa para outro, e de dançar muitas danças ao mesmo tempo" (ALVES, 1999: 112).

I.3.3 UM DEBATE ENTRE ÉTICAS

Porque pesquisar? Para quem? A quem tornará útil a minha pesquisa? Para quem eu desejo que ela se torne útil? Qual o direito que eu tenho de mexer com a história, e com os sentimentos dos demais? Quais as condições para fazer isso de um jeito que seja respeitoso de cada um e de cada uma?

Poderia parecer coisa normal para um estudante, para um intelectual, de qualquer área científica, fazer pesquisas. É seu trabalho, sua função, seu 'direito' e seu 'dever'. Mas sendo que cada pesquisa mexe necessariamente com as histórias, as crenças, as escolhas, os sentimentos, os direitos de pessoas, de seres humanos (inclusive a própria pesquisadora ou

pesquisador), não nos parece uma ingenuidade, pelo menos, se colocar diante dessas questões. Ainda mais se as omitíssemos em nome de uma neutralidade científica, ou de um presumido direito à verdade. Pesquisar é entrar e mexer em vidas e histórias pessoais, que sempre implicam sentimentos, provocando alegrias ou tristezas. Mesmo pesquisando o passado, pois sempre o passado provoca reações no presente[13].

Há com certeza um direito da pesquisadora ou do pesquisador, em fazer seu trabalho e tentar dar conta de suas perguntas e hipóteses, mas há também os direitos dos demais. Assim, a possibilidade de uma pesquisa honesta - é o nosso ponto de vista - pode acontecer só procurando um diálogo entre os direitos de todos, e colocando o respeito como critério de base. Respeito significando que também os pesquisados, ou as pesquisadas, têm o direito de apontar o que é bom ou é mau para elas ou eles. Colocando-nos em diálogo para avaliar e construir, juntos, velhos e novos conhecimentos. Confrontando nossas éticas, disponíveis a oferecer, e reavaliar, nossas convicções e crenças.

Há respeito se somos desejosos da escuta das posições das outras e dos outros. Se estivermos disponíveis às mudanças que podem amadurecer se convencidos pelos demais, ao mesmo tempo em que lutamos para convencer os outros das nossas idéias. Convencer pelo testemunho apresentado: sem imposições, mas sim mostrando as nossas razões, nosso sentir e pensar. Disponíveis a reconhecer a legitimidade de outros olhares, e aceitando os impasses das posições antagônicas quando se apresentarem. Aceitando, enfim, que haja também silêncios e até censuras, e que haja um tempo de espera, quando algo que poderia ser dito fosse oportuno não dizê-lo.

Achamos que as questões éticas tenham que integrar o nosso pesquisar.

São questões que têm a ver com a nossa identidade, com as finalidades e as modalidades do nosso posicionamento pessoal político e social. Posicionamento que implica escolha de aliados, e de se declarar contra outros, que se tornam nossos adversários. Posicionamento que nos coloca em diálogo, ou conflito, com outras e outros, pela busca e pela construção de uma base ética comum. 'Comum', mas não para todo mundo: 'comum' àqueles que compartilham alguns valores, achados como essenciais e colocados como base da aliança (e como critério para reconhecer os adversários).

Quero assim, pelo meu pesquisar, participar deste diálogo ético, oferecendo o meu olhar. Apresentando a minha interpretação de como se deram, e de como eu gostaria que fossem, as relações humanas, as relações educativas. E apontando, com prudência, o que eu acho que poderia e, ao meu ver deveria, ser feito. Sem pretensões, mas ao mesmo tempo acreditando não poder me pensar como neutral neste processo.

Por isso penso em minha pesquisa como uma questão ética, como um lugar de debate, de confronto (até de conflito). Visando a construção de éticas comuns, reconhecendo que há

opiniões e temáticas que não conseguiremos compartilhar, respeitando as diferenças, e denunciando e sofrendo os antagonismos. Sempre procurando o respeito, e pedindo a todos a *disponibilidade* para mudar, sem imposições, se, e quando, estivermos convencidos por aquilo que acontece, e vem amadurecendo. Apontando novos rumos e caminhos. Na crença de que o fortalecimento da própria identidade e da própria especificidade, de um lado, e o reconhecimento de rumos comuns e convergentes, do outro, não estão em contradição entre si, mas constituem uma fértil dialética para a nossa vida.

I.3.4 ESCUTAR E ORGANIZAR: SISTEMATIZANDO? JULGANDO?

Diante da turma de questões, para dar conta com maior responsabilidade dos desafios, e produzir algo eticamente coerente, a minha pretensão de pesquisa não só teve que ser reduzida, mas, ao mesmo tempo, aprofundada. Não dava para assumir, como objeto de pesquisa, mais do que um pequeno aspecto do real, parcial e limitado. Para saber dar conta dele com suficiente clareza.

Assim, logo me perguntei do que eu saberia melhor dar conta em uma interpretação da realidade? Do que tenho mais competência? Qual a dimensão que se tornaria peculiar às minhas possibilidades, e que eu e não outra ou outro poderia oferecer como interessante para os demais?[14]

Não adiantava, pensei - confiando e, ao mesmo tempo, duvidando de mim mesmo -, dissertar sobre aquilo que não conheço pelo menos já com um mínimo de competência. E assim me perguntei: 'Sobre o que poderia dizer algo de significativo, para que o meu pesquisar seja útil - e belo -, para mim e para os outros?' [15]

De fato, uma pesquisa pode aprofundar só uma, ou umas pequenas partes da realidade, mesmo visando-as no conjunto do contexto mais amplo, e tentando sempre enxergar o todo a partir daquela perspectiva. O critério de procurar o do que nós saberemos melhor dar conta, nos pareceu importante, vigiando, porém, para que a 'originalidade' buscada não se torne arrogância, quando tentássemos universalizar o nosso ponto de vista. Vigiando, então, e procurando humildade.

Assim, perguntava-me: Qual a originalidade que eu poderia oferecer, para um aprofundamento da dimensão educativa da Igreja, e da sua relação com os movimentos populares? Será que a minha história e o meu percurso pessoal me oferecem instrumentos para acrescentar aspectos úteis? Qual o pedaço de real que poderia melhor focalizar? E terei a capacidade de dar conta de um assunto histórico local, sendo estrangeiro recém-chegado nesta terra? E quais os limites, quais os cuidados? Não achei respostas específicas Aceitei o desafio, traduzindo-o em tensão, em atenção.

Depois do tempo gostoso do vadiar, chegou, assim, o tempo da construção. O tempo de arrumar os pedaços; de pensar como 'contar' a minha visão do real. Agora não podia mais me eximir disso. Até resistia. Não queria 'sistematizar'. Mas uma qualquer ordem tinha mesmo que decidir, sabendo que, trabalhando o passado, não se pode fugir ao

> "problema dado pelo presente [da pesquisa]. E, ao interrogá-lo, não se poupar do trabalho de escansão" (LOPES, 1992: 21).

Precisava então colocar as peças em uma seqüência, em uma certa ordem, unindo, mas ao mesmo tempo mantendo separadas, as partes: 'escandindo'. Nesse desafio me deixei guiar pelas sugestões de Eliane Marta Teixeira Lopes,

> "[tomando] emprestada a expressão que nos vem da arte poética.
>
> *Scandere,* em latim, quer dizer decompor (um verso) em seus elementos métricos e, ainda, destacar bem, na pronuncia, as sílabas de um verso ou de uma palavra; também é subir, trepar, escalar. Ambos os sentidos nos servem. A palavra em francês seria *découper,* dividir em partes.[16] Ou seja, para apreender o todo, o real (que, é bom que se lembre já nos é dado em pedaços, seja pela seleção feita pelo próprio passado, seja pela nossa capacidade de apreensão e pela nossa subjetividade) é preciso fragmentá-lo ainda mais através de um metódico e consciente trabalho de pensamento.
>
> Dessa delicada e laboriosa operação é que podem nos surgir as *categorias.* Quando digo *surgir,* que sugere espontaneismo, é proposital. Surgem, porque a inserção do historiador e sua relação com o objeto tornam inevitáveis certas perguntas.
>
> Categorizar, [assim,] atrevo-me a uma definição, é a tarefa de organizar o material coletado, a partir de perguntas, para dar inteligibilidade ao problema posto" (LOPES, 1992: 21).

Voltaremos mais adiante às categorias (Cf. Capítulo I.4). Aqui só queremos justificá-las, e redimensioná-las, como um dos instrumentos do nosso trabalho.

'Organizar' revelou-se para mim essa operação seletiva inevitável. Escolhendo, e de certa forma julgando. Dando forma, enfim, a 'umas representações', a 'umas imagens'. A 'umas interpretações' excluindo outras. Propondo-nos, porém, manter as características sábias da parcialidade e do não absolutismo.

Perigoso, para nós, não é 'escolher', que se torna inevitável, mas sim 'escolher-sem-justificar'. Ou seja, sem apresentar as motivações, os interesses, os critérios, e o processo, que deram origem à nossa interpretação, ao nosso reorganizar os contos e as reflexões, às modificações relativas a precedentes organizações que nos foram oferecidas. Perigoso - horroroso no nosso sentir - é presumir que o meu julgamento, que a minha interpretação seja '*a* verdadeira', 'absoluta', exigindo que a realidade 'seja pensada assim e não diferentemente do que assim'. Como uma postura que incomoda dentro, além das afirmações que fazemos.

Enfim, avaliar, escolher, organizar, são operações que supõem um poder. Que ele seja autoritarismo ou serviço, que ele seja ligado aos interesses das classes dominantes ou das mais desfavorecidas, depende de quem o detém. O historiador, como qualquer cientista, e por isso um educador também e o especialista em educação em particular, tem um 'poder': o que lhe vem de sua colocação no 'mundo intelectual', do peso que as suas 'palavras' vieram (e irão) assumindo perante a sociedade, do reconhecimento simbólico que foi, e ainda é, atribuído à academia e às suas publicações. Desse poder, ele é responsável, sem se poder esconder atrás das 'ciências'. Assim, de um lado, não nos podemos eximir de interpretar, escolhendo e organizando (justificando a nossa peculiar perspectiva), e, do outro lado, temos que nos declarar perante os diferentes interesses sociais, políticos e educativos, relativamente aos quais não há interpretação nenhuma que possa se declarar neutral.

CAPÍTULO I.4
O ATO DE PESQUISAR

I.4.2 O PRAZER DO TRABALHO DE PESQUISAR

Pesquisar é trabalho: há algo produzido ao seu concluir que, como qualquer produto, é exposto ao risco de se tornar mercadoria.[17] Produzir, depois, pode ser pena ou prazer[18]. Importante é gostar da própria pesquisa, e produzir algo que achamos bonito, e bom. E útil.

É uma condição para responder com lealdade à responsabilidade do pesquisar: não produzir algo 'só como dever', nem por um 'descobrir em si mesmo'. Mas porque o acreditamos válido, útil, bom (deixando e aceitando que seja depois o confronto, o debate público a confirmá-lo, purificá-lo, contestá-lo). Conhecer, entender melhor, aprofundar, avaliar: animados pela crença nos valores que temos, e pelo desejo de traduzi-los na vida. Mais alegremente quando encontramos outras e outros que os compartilham. Com angústia e tristeza, mas mesmo com firmeza, quando os outros se tornam adversários, ou antagônicos.

O prazer da pesquisa fundamenta-se no sonho de poder olhar a vida e a história com bondade. Lamentando aquela tristeza, que soube dentro diante dos sofrimentos, dos limites e das ocasiões perdidas, mas com esperança, por força dos caminhos de novidade, e da possível nova compreensão, que aparecem como fruto do próprio pesquisar. Nunca pesquisando sem dar conta de desejos e sonhos.

Mas, o que é que eu sinto implicado no ato de pesquisar?

Sempre há um desejo, no fundo: saber mais, conhecer melhor, chegar a poder dizer algo de uma realidade com uma suficiente segurança. Aprimorando umas intuições, sensações, e hipóteses, que já tínhamos, mas que ainda não eram muitos convincentes, para nós mesmos, em primeiro lugar. Procurar e afirmar algo como 'certo', por força de dados e raciocínios que achamos suficientes para fundamentá-lo.[19]

Há porém um contexto social, econômico, político, eclesial, sempre interrogando o processo da pesquisa, questionando em particular o seu 'concluir-se', a sua apresentação pública (mesmo que ela seja também um re-começar). E a interpretação oferecida pela pesquisadora ou pelo pesquisador, nunca podendo ser neutra - é o nosso convencimento -, pede, eticamente, a maior lealdade e responsabilidade possível. Pois a pesquisa aponta considerações, e conclusões, implicando hipóteses e perspectivas que não poderão ser ignoradas, tornando-se elas conhecidas, ou seja, públicas.

A pesquisa produz debate, induzindo convergência ou resistência, rejeito ou aceitação, visando mudanças e transformações. Ela apresenta interpretações e caminhos que o autor, se honesto, considerou como um 'bem' para si e para os outros, mas que o poderiam não ser nas

considerações de outros. E poderia apresentar-se até com implicações desfavoráveis para uns entre aqueles, pessoas ou entidades, que foram implicados na pesquisa. Disso há uma responsabilidade que não pode ser omissa.[20]

I.4.2 PERGUNTAS E CATEGORIAS.

Muitas sugestões e inquietações foram levantadas pelo próprio ato de pesquisar. Questionamentos mais filosóficos, ao lado de outros mais pontuais relativamente ao objeto escolhido. Tentei dar conta pelo menos de um índice dessas inquietações e dos desafios implicados. Anotando, entre elas, as que ficavam com mais insistência.

Analisei textos e escutei testemunhos de pessoal ligado à Igreja. Aí um mundo particular, com sua linguagem e categorias. No meu entendimento, o que na Igreja se entende por 'ação pastoral' tem sempre a ver com uma 'ação educativa'. Ou, melhor, a dimensão pastoral *é*, e testemunha, de fato, para mim, a dimensão educativa da Igreja, e, ainda mais, uma das suas vertentes mais ligadas à dimensão *popular*.

Qual então a dimensão educativa no objeto pesquisado? Houve uma dimensão popular refletida pela própria Igreja, da mesma ou semelhante forma em que amadureceu a reflexão pedagógica popular na América Latina? E como era entendida a educação, a 'pastoral popular', pelos vários atores da realidade eclesial (bispos, padres, leigos, agentes de pastoral)? E qual o conceito de *povo* nos diferentes níveis da própria experiência de Igreja: nos documentos oficiais, na visão dos agentes de pastoral (inclusive padres, freiras, religiosos), na auto-percepção da chamada 'base'?

Encontramos depois, nos anos pesquisados, uma grande ênfase sobre as temáticas da libertação, da igualdade de dignidade entre os membros da comunidade, e sobre o processo de emancipação dos leigos. Mas qual a coerência entre a proposta de um processo de libertação 'global', lutando contra as opressões sociais e políticas, de fora, e a dificuldade, de dentro, em reconhecer, e dar corpo institucional, aos anseios de relações mais democráticas e compartilhadas? Quais as implicações do papel de mediação, escolhido ou de fato a ela *conferido*, que veio colocando a própria Igreja, como instituição, no meio das lutas entre o poder governamental e os movimentos sociais? Em relação com que, e se, essa mediação pode ser entendida como ação de educação popular? Qual a postura educativa de bispos, padres, agentes de pastoral 'perante a base'? Qual, no agir da Arquidiocese, a real disponibilidade às mudanças, até da própria postura pedagógica, na metodologia escolhida, e nas ações, de fato, atuadas? Quais os sentimentos, nos diferentes níveis, perante o apelo a atuar mudanças na própria realidade eclesial? Qual a resposta ao medo que cada mudança provoca?[21]

Ainda outras perguntas apareciam. Porque essas ações pastorais? O que as motivava? Planejar, preparar, 'fazer', investir, gastar em iniciativas como a de 'Igreja Viva': para quê? Elas são ações educativas 'para' o povo, ou 'com' o povo? Quais as expectativas, os desejos, os interesses, as ideologias, as utopias? Atrás dos objetivos e intenções declarados, e documentados, é possível enxergar visões, concepções, expectativas dos agentes, ou dos líderes, das autoridades, do povo?

E qual a idéia de 'educação' e de 'pastoral' em Dom José, no pessoal das Comissões centrais da Arquidiocese, nos monitores na base? Havia, e quais, fundamentações teóricas? Havia referências principais? Qual a relação entre os pronunciamentos, os planejamentos apresentados pelos documentos, e a concretização prática? Porque algumas intuições e escolhas teóricas não conseguiram se afirmar com força, promovendo mudanças até institucionais na própria Igreja? Houve, e como foi vivida, a tensão entre as intuições pessoais e as escolhas institucionais, nos vários níveis? Foi um tempo fértil por ocorrência de um conjunto de circunstâncias ocasionais, e de figuras locais carismáticas, ou a própria instituição também, de fato, mudou significativamente para permitir tudo isso? As escolhas, os objetivos, os rumos, os jeitos, as teologias, que vinham sendo amadurecidos pelas vivências dos grupos e das comunidades na base, eram (e são) compatíveis com a estrutura institucional da Igreja Católica? E essas comunidades, encontraram (e encontram) espaço de autonomia? Seu espaço é dentro ou fora da Igreja; ou na fronteira?

Essas questões nasceram rápidas, tumultuando. Tornaram-se correntes de perguntas, algumas mais pertinentes e outras menos, que empurraram a pesquisa, ao mesmo tempo em que também a complicavam. Um rio de perguntas que, porém, percebia importante não afastar, nem fechar logo, mantendo-as abertas. Sabendo o risco, e aceitando-o, de que viessem a modificar mais de uma vez o percurso, apelando a modificações e recomeços.

Tivemos um pouco de receio, já o antecipamos, perante a praxe acadêmica de escolher categorias para a nossa pesquisa. Mas percebemos que, de fato, já usávamos categorias. Essas perguntas, que dentro de mim já se apresentavam com suas hipóteses, puxavam categorias. O importante era mantê-las abertas, não fechá-las rigidamente. Pois, se não usamos 'categorias' no sentido clássico, de fato usamos o conceito implicado nas categorias, e cada pergunta logo introduz referências a conceitos e temáticas.

Com efeito, como é que eu abordo o meu objeto de pesquisa se eu não separo, se não ponho nomes ao meu material, se não reúno e coloco nomes aos grupos de material dividido? Nosso trabalho sempre é assumir um aspecto da realidade, negligenciando, deixando de lado outros aspectos: 'escandindo' a realidade, e, assim, fragmentando-a. E sempre 'escandir' pressupõe, na cabeça, um qualquer esquema.

Por isso, no trabalho de sintetizar e de melhor focalizar a realidade escolhida, aceitamos o instrumento teórico do uso das categorias.

Como companheiras da nossa análise, elas nos ajudaram a decompor a realidade enxergada, e a formular múltiplas interpretações. Ou seja, nos ajudaram a dividi-la sem cortá-la, pelo próprio pacto dialético que nos alerta de que há categorização somente em função operativa, didática, sem nenhuma pretensão de chegar a 'definir' o que é 'em si mesma' a realidade pesquisada.[22]

Pensando em categorias, logo nos lembramos, porque a sentimos útil, da clássica distinção kantiana entre as categorias 'a priori', e as 'a posteriori'. No caso, a 'priori ou a posteriori' relativamente à minha pesquisa. Livrando-me da pretensão de bem entender Kant, quis aproveitar da sua intuição para uma reflexão sobre o meu uso das categorias.

Sempre, pensamos, há categorias 'a priori'. São algumas temáticas, 'títulos', que já temos em mente. Presentes por ser parte de nós, e agindo, talvez inconscientemente, no começo de quaisquer indagações e análises nossas. Vêm do nosso jeito de ser, da cultura assumida, aprendida. Do que somos até agora. Oferecem-nos 'títulos', ou 'rótulos', de caráter imediato, instintivo, pelos quais enxergamos melhor umas coisas mais do que outras, e que usamos depois para dividir as nossas anotações e catalogá-las. São imediatas, mas não inatas. Elas nasceram e se fixaram em nós pela formação que tivemos, pelas experiências e pelos estudos que fizemos, pelos sentimentos que provamos. Imediatas no sentido de que não as decidimos na hora, mas já as temos. Por isso, sem ontologismos, as chamo 'a priori': anteriores à nossa escolha pontual, sedimentadas e introjetadas sem uma consciente operação de reflexão intelectual. Às vezes trazendo preconceitos: inevitavelmente. Elas nos ajudam, ou desviam, por exemplo, na nossa atenção ao que diz respeito às implicações das relações entre homens e mulheres, ou às ligadas às diferenças de etnias ou de origem geográfica e política, ou relativamente às implicações ditadas pela diferença de classe social, ou às ligadas às diferentes gerações e estágios da vida[23]. Ajudam ou desviam: pois sempre elas se dão relativamente à ética que vimos amadurecendo na nossa formação, pelos vários caminhos que fizemos, e estamos fazendo, para 'nos tornarmos humanos'. São 'a priori', no sentido de que, agora, elas já fazem parte da nossa alma, fixando-se dentro de nós pela nossa própria história, pela educação que vivenciamos, pelo período histórico que compartilhamos, pelas regiões geográficas em que nascemos e vivemos, pelos acontecimentos que marcaram nossa vivência. 'A priori', porque, no nosso sentir, pensar e agir, elas já estão presentes, já ficam e já fazem parte da instantaneidade da nossa percepção. São as categorias que logo condicionaram a escolha do rumo, e que selecionaram, pelo gosto, pelo prazer, pela simpatia, pelo convencimento, pela empatia as primeiras (e determinantes) orientações. São fortes e, ao mesmo tempo, escondidas, pois lidam com nossas crenças, nossos valores, com o sentido que estamos dando à nossa vida e ao nosso trabalho. Escondidas, pois são já partes de nós.[24]

Há depois categorias 'a posteriori': as que a própria pesquisa viera apontando no seu desenvolvimento, seja pelas novas sugestões encontradas [25], seja pelo meu próprio mudar devido ao estudo e a quanto aconteceu afetando a minha vida no período da pesquisa. Tivemos assim que aceitar, e até favorecer e incentivar, um vaivém continuo entre dados e categorias, entre visão de parte e visão global, com o cuidado de nunca fechar, ficando esquemáticos demais, e, porém, sem multiplicar de maneira exagerada o número das categorias, e das temáticas escolhidas.

Essas 'categorias' todas, antigas e novas, nos ajudaram nas nossas análises, como questões norteadoras da atenção, seja diante dos textos, como perante as pessoas entrevistadas. Ajudaram a manter o equilíbrio entre duas posturas de igual importância, e interligadas entre si: de um lado, chegar aos documentos (o às pessoas entrevistadas) disponíveis a conhecê-los sinceramente, de quanto e de como eles são e se apresentam. E, de outro lado, manter vivas as nossas perguntas e os nossos desejos, para não perder totalmente o rumo da pesquisa.

Com efeito, os textos e as pessoas falam sempre um pouco respondendo, e um pouco dizendo outras coisas. Às vezes seqüencialmente, outras vezes apontando novos temas, e até questionando o caminho já percorrido. Às vezes dizendo 'outras coisas' que não nos ajudam, outras vezes sendo essas 'outras coisas' mais interessantes e úteis do que podíamos esperar.[26]

Mas um pouco de receio para com 'as categorias' permanecia. Por isso preferimos não enumerá-las, nem explicitá-las rigorosamente, mas somente frisar, brevemente, as que nós achamos mais férteis.

I.4.3 'AUTO-ORGANIZAÇÃO' E MEDIAÇÃO

Entre muitas, talvez uma questão em particular nos veio instigar, fertilmente.

Nos diálogos com Dom José Maria Pires e com Everaldo Peixoto, que foram na época os projetistas da 'Ação Pastoral Igreja Viva', centro do nosso estudo, à pergunta se eles teriam uma lembrança de um qualquer grupo que mais se tinha caracterizado na linha proposta pela Arquidiocese, cada um dos dois, separadamente, logo se lembrou de um grupo em Mogeiro, pequena paróquia do interior. Lembraram daquele grupo com entusiasmo, com satisfação, com admiração, como um mestre que honra e frisa, com orgulho, os bons resultados do seu aluno. Fomos então para encontrar esse grupo, e vivemos a mesma admiração, aprendendo muito com eles, e a eles voltaremos especificamente mais adiante, na terceira parte da dissertação.

Mas esse grupo não atuou diretamente como grupo de 'Igreja Viva'. E, mais, ele veio se caracterizando, aos poucos, por uma posição sempre mais autônoma, ligando-se a

movimentos que buscavam sim o apoio da Igreja, e que se sentiam de Igreja, mas não diretamente dependendo da instituição. Porque, então, era lembrado como exemplo dos grupos da Ação Pastoral 'Igreja Viva', que nas suas intenções originárias devia reforçar a vivência interna da Igreja, e ser a alma de uma mudança da Igreja como um todo, fortalecendo os laços internos entre fieis e padres, paróquias e bispos? Porque um grupo que mostrou sua autonomia e, de certa forma, sua independência da instituição é lembrado como exemplo?

Ficamos perplexos, mas percebemos que a questão era fértil, e encontramos apoio em refleti-la, no conceito de 'auto-organização', assim como veio nos inquietando na leitura do texto de Hugo Assmann, *Reencantar a educação.* Um conceito, o de auto-organização, que, de certa forma, nos pareceu próximo ao que nós entendemos da chamada '*teoria do micropoder*' de Michel Foucault.

Há uma 'auto-organização' atuando na história como processos que ocorrem de certa forma 'espontâneos', emergentes, sem que haja necessariamente atrás propósitos intencionais, ou conscientes.

> "O conceito de auto-organização tenta mostrar a inconsistência desse pressuposto quase obsessivo da filosofia clássica. [O de que, se existe algo organizado, imagina-se uma influência externa que, em algum momento, desencadeou a sua organização.] Não é necessário que exista uma influência organizadora 'de fora' da matéria e da vida. Ela se organiza 'desde dentro'. Só que este 'desde dentro' pode criar *confusões*: desde dentro de quê? De entidades individuais já constituídas?
>
> Neste caso persistiria a velha pergunta da filosofia clássica que opera com um esquema estrito de causa e efeito: não haveria efeito sem causa.
>
> A teoria da auto-organização tenta contornar ou eliminar esse problema derrubando a própria visão linear do princípio de causalidade. A matéria e a vida não se constituem de forma linear, mas mediante o que se convencionou chamar de *propriedades emergentes* desde a complexidade que inclui múltiplas dimensões simultâneas. Antes de tudo, é preciso ressaltar que o aspecto mais desafiador, do ponto de vista epistemológico, consiste no fato de que, nessa visão, muda profundamente o próprio conceito de *realidade* (propõe-se uma ruptura com o objetivismo trivial) e o observador passa a formar parte daquele tipo de realidade que ele é capaz de 'construir'" (ASSMANN, 1998:135).

E, por isso, numa perspectiva pedagógica,

> "educar significa recriar *novas condições iniciais* para a auto-organização das experiências de aprendizagem. Aprender é sempre descoberta do novo. Aprender é sempre pela primeira vez, senão não é aprender. Educar é ir criando continuamente novas condições iniciais que transformam todo o espectro de possibilidades pela frente. Este é o ponto-chave que a pedagogia deveria aprender da teoria do caos: processos auto-organizativos emergem do caos como novos níveis de arranjo das condições de sobrevivência. Aprender é

> um processo auto-organizativo no sentido de criação do novo. E os processos emergentes adquirem uma dinâmica própria na medida em que vão ensejando bifurcações. Sempre aparece a alternativa do não prosseguir, estagnar-se, fossilizar parâmetros prévios e parar de criar parâmetros novos. Nisto o contexto, o nicho vital ou - no caso da escola - a ecologia cognitiva, que propiciam ou estorvam novas experiências de aprendizagem, adquirem um papel determinante" (ASSMANN, 1998: 62).

Não será - nos inquietou dentro de nós - que na base da Igreja (como em qualquer 'base') há sempre, também, algo nascendo, *dentro-paralelo-ampliando-resistindo* às programações, às propostas, às organizações que vêm sendo sugeridas, propostas ou impostas, pelo alto? Não será que é nessa aparente incoerência, do fato de o grupo de Mogeiro ser lembrado como exemplo de 'Igreja Viva' sem que ele tenha participado diretamente daquela iniciativa, em que aparecem a bondade daquela proposta, e, ao mesmo tempo, os seus limites? E como essa auto-organização poderia se tornar desafiadora e resistente, e fértil, se escutada, para o agente educativo e para a própria instituição? E será que os agentes de pastoral, conscientes ou não, souberam, no planejamento e nas atuações, criar as condições 'iniciais' para o acontecer da auto-organização de experiências de aprendizagem? E, invertendo a perspectiva, souberam eles aproveitar, para juntos aprender, das condições que se vinham criando pela auto-organização (ou auto-reorganização) da vivência dos grupos na base, contemplando o aparecer de 'algo de novo' para todos? Essas perguntas nos pareceram importantes, e as assumimos como inquietação de fundo no momento de repensar a trama da apresentação da pesquisa.

Outra sugestão, que se tornou de certa forma categoria de atenção, mesmo permanecendo algumas dúvidas acerca da sua pertinência, devido à expecificidade da experiência, nos veio dos contos de, e da reflexão sobre, a experiência de Canudos, em particular pelas análises de Eduardo Hoornaert, no livro *Os anjos de Canudos*.[27] Aí, Antônio Conselheiro aparece na sua dimensão de líder religioso. Um místico, preocupado com a fé, que não quer mudar a Igreja como instituição, e só quer viver uma experiência autêntica de Igreja: da autenticidade que ele sente, como crente e como sertanejo. Não quer um *novo* povo cristão, mas quer, e deseja, que os fiéis vivam as dimensões cristãs que ele reputa fundamentais, respeitando que as vivam do seu jeito. A oração (cotidiana, noturna, escutando a Palavra); a devoção a Deus e aos santos (expressa pelas construções de igrejas e capelas, pelo trabalho manual e concreto, e pelas devoções tradicionais, como as novenas, as romarias); a atenção aos pobres, pela vida fraterna: isto é o essencial. Além disso, há a vida do dia a dia, autônoma, regida pelas convenções e pelos costumes locais. Ditadas pelos acontecimentos. Não queria mudar a Igreja, mas não se tornou neutro na disputa entre as diferentes representações da Igreja e do poder. Por isso ele assume perante o povo, que

livremente o segue, um papel de mediador. Com uma organização reduzida ao mínimo, assim como mínimo é o numero das regras coletivas. Papel que se tornará também o de um negociador, entre povo e hierarquia, entre sua experiência e as instituições civis.

Antônio Conselheiro não é 'agente de pastoral', no sentido de agir dependendo de planos e projetos oficiais de dioceses ou instituições religiosas. Mas ele assume dialogar com as instituições para um serviço religioso ao povo, e disponível a se colocar ao serviço das próprias instituições (como pela construção, gratuita, de igrejas e capelas, por exemplo). Não quer fundar uma Igreja: vive a Igreja da mesma forma que ela é (pois não tem particulares questões teológicas ou sacramentais, e ele respeita, e até pede, o serviço religioso dos padres e dos missionários), mas com sua autonomia, com o jeito que, de fato, vinha amadurecendo a partir do crescimento do número dos seus seguidores, da mistura das pessoas, dos eventos e acontecimentos ditados pelo próprio peregrinar sertanejo.

> "O Conselheiro quebra a barreira que normalmente separa os dirigentes do 'povo vulgar', e essa é uma decisão inusitada. Pois todos que tinham cooperado para a sua formação, tinham repetido que era preciso manter a devida distância diante do 'povão', que não convinha ultrapassar os limites de um certo espírito público de 'caridade' e sensibilidade social que fazia o charme da classe possuinte do sertão. ... Antônio Vicente ultrapassa essa fronteira vivendo em sintonia com o mundo camponês, identificado com as questões do campo, não como socialista ou utopista social, mas como pai conselheiro" (HOORNAERT, 1998: 51).

Como mediador, ele tem que negociar, lidando com os poderes religiosos e civis, assumindo a tarefa de viver, e interpretar, seu próprio poder perante o povo. Apesar de que haja muitas interpretações no que diz respeito à sua postura popular, permanece em nós a sensação de que ele bem soube lidar com o equilíbrio entre o respeito da autonomia dos outros e a necessidade de um mínimo de estrutura e de organização. E talvez, é esse mesmo equilíbrio, oferecendo ao imaginário eclesial o testemunho de que o poder pode ser vivido daquela forma e naquele rumo, umas das causas da violenta repressão, eclesial e política, que quis acabar, de forma radical, com essa experiência.

> "A presença do Beato é sentida pela oficialidade como algo incômodo, ameaçador. O primeiro choque provém de um *sentimento de diminuição* de espaço. O Beato compreende que, para continuar a realizar seus sonhos místicos em cal e pedra, ele precisa dialogar com os administradores da coisa pública, sobretudo os administradores do sagrado, a hierarquia católica, ou seja: as intervenções do longínquo arcebispo da Bahia e da ainda mais distante Roma, as inquietações dos vigários sertanejos e finalmente o nervosismo dos missionários das Santas Missões. Doravante tem que se movimentar num estreito corredor, espremido entre esses poderes para conseguir algo, nem sempre com sucesso. Pois seu projeto diverge tanto do programa do Estado como da pastoral da Igreja. [Mas só] aparentemente o Conselheiro colabora com o estado e a Igreja" (HOORNAERT, 1998: 40).

Então – perguntamo-nos -, grupos como o de Mogeiro, outros movimentos eclesiais, líderes populares (mas também uns agentes de pastoral e padres) como lidaram com essa tarefa de ser colocados no meio, entre o povo e uma hierarquia? Assumiram, e como, se for o caso, o papel de intermediários? De um lado permanecendo parte do sistema religioso, pela ligação com a estrutura paroquial ou os organismos diocesanos (com qual autonomia de interpretação?), e, do outro, propondo-se como promotores das autonomias das pessoas, indivíduos e coletividade: como lidaram com essa tensão?

Além destas, outras categorias, outras questões norteadoras aparecerão mais na frente, apontando nosso entendimento da história. Outras ainda se mostraram, aos poucos, mesmo não explicitadas, no decorrer do relato. Categorias que percebemos mais como inquietações, apontando, mais uma vez, a hesitação que tivemos, e que permanece, no uso desse instrumento de trabalho científico.

Hesitação que, talvez, tem suas raízes também no clima de crise de paradigmas que permeou, e permeia, o contexto cultural da nossa formação. E, tendo como objetivo de pesquisa uma experiência de Igreja Católica, cuja dimensão pública, oficial e doutrinal, nunca renunciou aos modelos, e sempre se declarou portadora de verdades, de valores universais e 'obrigatórios' (sustentados muitas vezes como certezas 'absolutas'), esse atual contexto cultural de crise de paradigmas, se nos apresenta como um desafio a mais.[28]

Pessoalmente, não achamos ruim, aliás, aceitamos, e até gostamos, mesmo que com cuidado, da crise de paradigmas.

Pensamos que fez e faz bem ao processo humano de conhecimento. E a pensamos não como um momento triste de perda de referências, mas sim como um momento de amadurecimento do 'processo de crescimento'.[29] Com efeito, cremos que faz bem esse se arriscar na des-construção e re-construção do conhecimento, como fruto de um processo não necessariamente linear e todo causal. E temos confiança e esperança de que possa dar frutos bons, e que possa oferecer mais alegria do que o permanecer dentro de canais mais seguros e estritos, já prescritos, e dogmaticamente autoritários.

Não somos contra a razão, mas contra as imposições. Não queremos perder referências, mas nos libertar, lutando, dos dogmatismos (Cf. SCOCUGLIA, 1997a: 127). E mais, queremos dar conta dos múltiplos desafios que nos vêm por essa fértil crise da nossa cultura ocidental (mesmo ela trazendo consigo riscos, como todo momento de crise). Convencidos de que

> "[hoje temos que] dar conta da multidisciplinariedade, da autonomia ... [da intercultura, da ecologia]. [Para sermos] nós mesmos criadores de modelos e itinerários dando conta de questões principais e inevitáveis: a questão

democrática, a tensão singular - plural, as dialéticas entre disciplinar e inter ou trans-disciplinar, e entre qualidade e quantidade, o apelo ético da vocação pedagógica" (SCOCUGLIA, 1997a: 149-155 passim).

I.4.4 AS FONTES E OS LIVROS COMO COMPANHEIROS

"Há idéias que são de ninguém e são de todos:
os saberes da ciência.

Não tenho nenhum afeto especial
por tais informações.
Eu as uso como uso martelos e barbantes:
pela utilidade.

Há outras idéias que são parte de mim.
Idéias que são meus sonhos.
Elas nada têm a ver com a ciência .

Minhas idéias não são universais.
São minhas,
e dos poucos que gostarem delas.

Meus sonhos são minhas esperanças.
Quando os sonhos assumem forma concreta,
surge a beleza"
(ALVES, 1999: 11).

Há multiplicidade de visões da história, da vida, cada uma expressando 'um ponto de vista'. 'Ponto de vista' implica uma localização e uma temporização. Um cruzamento de tempo e espaço, que determina a unicidade de cada ponto de vista, e provoca a aceitação de que haja visões diferentes por outros pontos, e até possíveis diferentes visões do mesmo ponto, por jeitos diferentes de olhar, ou pela diferença do tempo em que se faz a observação. Não nos é dado ver contemporaneamente pelo mesmo idêntico ponto. E nunca poderemos olhar 'com precisão' no lugar de um outro. Assim como não nos é dado cheirar, degustar, pelo nariz ou pela boca dos outros. Mas talvez isso nem é uma perda, na medida em que apreendemos a curtir a riqueza que os contos diferentes nos oferecem, pelo sentir, pensar, e interpretar diferentemente de nós. Mas para isso precisa respeito, desejo, escuta, silêncio, humildade: renúncia a qualquer tipo de absoluto.

Achamos não poder elidir esses questionamentos, no momento em que queremos nos aproximar de eventos do passado, e, mais ainda, fazendo-o por fontes tais quais os relatórios de um arquivo, ou depoimentos orais, em que é evidente a dimensão emotiva, e participativa,

na narração dos próprios eventos. Dimensão emotiva que, ao nosso ver, não 'vicia' a nossa aproximação à realidade. Primeiro, porque, antes de tudo, não achamos possível chegar a uma-única representação da realidade, e, em segundo lugar, porque não há nenhum tipo de fonte que não dependa de um registro qualquer, e, portanto, de uma organização, seleção, manipulação por parte de alguém. Sempre, depois, quem trabalha e estuda o faz sentindo algo, de bom ou de mau humor, com entusiasmo ou penosamente: não será que isso também 'afetou', nas suas origem, também as fontes escritas, os documentos achados mais 'seguros'?

Não queremos dizer com tudo isso que não existe uma 'realidade'. Só queremos antecipar que nos convenceu a tese de que não a podemos alcançar univocamente, e afirmar que, justamente por isso, não acreditamos férteis os debates que se colocam frente à questão de estabelecer a 'verdade' das interpretações. Por isso também, queremos tentar 'narrar' a nossa pesquisa, cruzando as narrações das diferentes fontes, e esperando a re-narração que a leitura provocará no leitor. Sem, talvez, podê-la escutar, mas apreciando que ela venha a acontecer. Leitura que irá talvez encontrando insatisfação ou chateação, ou, interessando, provocará alegria: nunca deixando indiferente.

Nas páginas de apresentação de *História cultural*, o comentador frisa que há uma tensão fundamental percorrendo a obra de Roger Chartier, constituída por uma permanente interrogação sobre a possibilidade de ir do discurso ao fato. De um lado, assim, se põe em causa a idéia da fonte enquanto testemunho de *uma* realidade, da qual ela seria instrumento de mediação. E, de outro lado, atuando na análise da realidade através das suas representações, a própria multiplicidade delas convence a pensar as representações como *realidades* de múltiplos sentidos (Cf. CHARTIER, 1990: 11).

Nessa perspectiva, há uma espécie de 'ceticismo' e de 'relativismo', a respeito das fontes. O que não quer dizer que não as apreciemos mais. Aliás, talvez as amemos ainda mais pelas sua fragilidade e 'humanidade'. E, assumindo o conceito de *representação* como critério mais apto à indagação histórica, ao mesmo tempo em que questionamos a 'validade' de fontes 'unívocas', na realidade também aumentamos o número das fontes, sendo que é aumentado correspondentemente o número de representações-fontes para nós disponíveis. Por isso, mais do que determinar se elas são mais ou menos 'acreditáveis', o historiador deverá cuidar, e justificar, no trabalho com as suas fontes, as seleções feitas, os cortes, e os cruzamentos, entre as múltiplas fontes que as *representações* e as interpretações da realidade vão oferecendo. Refletindo os contextos, os procedimentos de formação dessas fontes-representações, e o conjunto de atos e relações nelas comprometidas.

Além do trabalho com as fontes, pesquisar é também mexer com livros, com autores(as).

> "Após a fase de pesquisa de campo intensiva, - anotava Eymard Vasconcelos no seu diário de pesquisa - reli o diário de campo classificando as idéias contidas em cada trecho. De posse das diversas idéias abordadas, ordenei-as de forma a chegar no esquema geral do meu estudo. Entrei então num período dedicado à leitura de textos pertinentes ao tema, relendo também a bibliografia discutida nas várias disciplinas cursadas. Ia marcando e classificando as reflexões que contribuíam para ampliar a discussão das idéias levantadas na pesquisa de campo. Cada uma destas reflexões era anotada junto do item correspondente do esquema geral já pronto, o que facilitou muito a redação final ... Busquei, nas leituras bibliográficas, explicações e questionamentos pertinentes aos problemas vividos na pesquisa de campo" (VASCONCELOS, 1999: 5).

Voltar aos livros lidos, aos já há tempo lidos e a outros há pouco conhecidos, e pegar aqui ou ali um trecho, uma frase, deixando-se guiar pela memória do gosto que tivemos na primeira leitura, ou pelas surpresas da re-leitura (aproveitando, ou rindo, dos marcos que deixamos no papel), ou pela curiosidade de novas leituras: nos ajudou em repensar a nossa pesquisa. Momento precioso, e arriscado. Pois precisaria sempre reler com calma, ponderar talvez melhor, tentar colocar esses trechos no contexto do pensamento global da obra do seu autor, aprofundar o percurso histórico do autor ou da autora. Mas será - nos perguntamos - que esse cuidado (infinito) é viável? E será que saberemos dar conta de bem interpretar o que o autor, ele ou ela, *queria* dizer? E será que é isso - o que ele, ou ela, queria dizer quando o texto nasceu -, o que é mais importante do próprio texto?

E será que esse mesmo texto, que eu estou escrevendo, tem como sua coisa melhor só o que eu entendo expressar com ele, ou talvez há algo de importante também em que outros perceberão nele, apesar, ou além, das minhas intenções?[30]

Há livros já dentro de mim: idéias, confianças, contos de outros e outras que acolhi como dádivas preciosas, e que não saberia mais distinguir dentro do meu pensamento. Reconheço na memória textos e idéias, mas eles já estão misturados com minhas adesões, ou críticas, ou tomadas de distância. Por isso cada citação me parece ter mais o valor de indicar um percurso a fazer, uma contribuição, um estímulo para outros percursos, sem querer ser, de forma alguma, a justificativa de um pensamento, ou a arrogante pretensão de explicar o pensamento de um outro ou – talvez ainda mais pretensiosamente – de uma outra.

Nem a citação direta quer ser uma forma de premiar alguém (os que eu cito), silenciando outros. É mais uma forma de empréstimo de palavras, que eu assumo como minhas hoje, sem jogar a responsabilidade nos outros. E há autores nunca citados que se misturaram em mim até não conseguir mais citá-los (e por isso a bibliografia geral terá a indicação de textos que não aparecem no relato, mas que são parte importante da minha formação). As citações talvez são uma forma de agradecimento, com carinhosa amizade, para uns companheiros e companheiras, que se arriscaram a se externar, e assim se expor, pela escrita de suas reflexões. Sabendo, porém, que não *conheci* o autor, ou a autora, mas

sim, simplesmente, um pequeno pedaço do trabalho deles, a mim oferecido. Citações e referência se tornam assim uma forma de amizade gratuita, sem que nos conheçamos de cara, e até sabendo que, ao nos encontrar, talvez descobríamos alguém diferente de quem imaginamos atrás dos textos. Mas talvez nem é este bem conhecer o autor o que é mais importante. Importante é oferecer percursos para multiplicar o prazer de desenhar interpretações da realidade. Uma realidade que nos apaixona mais por quanto ela nos '*educa*', do que pelo que ela '*é*'. E os textos que lemos constituíram-se experiência de diálogo que, no evento da leitura, nos educaram. Educação aberta ao acontecer, ao evento, ao sentido, ao re-pensado. Sem esquecer as metas e os projetos. Sem esquecer a nossa dimensão histórica, com seus legados e sua finitude.

Lemos, então, de certa forma distraídos. Aliás, muitas vezes nos deixando distrair, para permitir que os textos nos levassem para outros cantos, seguindo sonhos e idéias, sendo que

> "o estudo é a única distração do estudante que com nada mais se distrai. É a suprema distração; aquela que o distrai completamente; aquela que o distrai, inclusive, da causa ou da finalidade do seu estudo; aquela que o distrai, inclusive, de si mesmo. Por isso, o estudo é o que o interrompe, é o dom ambíguo, fascinante e perigoso, do estupor que produz a suprema interrupção"[31] (LARROSA, 1999: 200).

De fato, a minha vida lida muito com textos, com leituras que me colocam nesse jogo incontrolável de interpretações. Lendo, sempre percebi que a minha leitura não conseguia ficar interessada por muito tempo sobre a intenção que o autor teria tido ao escrever o texto (teria: talvez nem mesmo fosse aquela). A intenção do autor é elemento importante, e agradeço pela minha formação que ofereceu instrumentos para fazer esse tipo de análise. Mas o que ela permite na realidade, é só chegar à intenção que, eu *imagino*, o autor tinha dado à sua obra. Com efeito, e estou sempre mais convencido disso, o texto guarda uma independência do autor, quando saído dele. Mesmo que fosse o próprio autor, em um diálogo pessoal, a explicitar suas intenções, ainda assim o texto, na sua re-leitura, poderia ficar dizendo algo a mais, ou a menos. Ele tomou corpo em folhas e palavras que agora ficam na minha livraria, que estão expostas na minha mesa às minhas anotações, ao meu lápis agressivo. Interessando-me, ou me perturbando, ou permanecendo obscuro.[32]

Assim,

> "a experiência da leitura [como relação complexa entre o mundo da obra e o mundo interpretado e administrado], aparece como uma experiência de abandono das seguranças do mundo administrado, incluindo as que constituem a própria identidade do leitor, e como uma entrega a um outro mundo que 'inquieta', interrompe e transforma o primeiro" (LARROSA, 1999: 13).

I.4.5 DESCOBRIR. EXTENSÃO, INVASÃO, OU COMUNICAÇÃO?

Pesquisar é também fazer pequenas ou grandes 'descobertas'.

Descobrir significa 'tirar uma cobertura que impedia de ver e conhecer algo'. Descobrir não indica então novidade, pois não ver uma coisa 'coberta' não quer dizer que ela não exista, nem que ela comece a valer somente depois do nosso aproveitamento.[33]

Faz parte de uma pesquisa descobrir. Pode até ser uma das ambições da pesquisadora ou do pesquisador a de descobrir algo que outros e outras não conseguiram enxergar anteriormente, ou fazê-lo de forma nova e diferente. Mas a história nos ensina também as armadilhas que as descobertas podem apresentar. As inúmeras questões levantadas pelas celebrações dos 500 anos da chegada ao Brasil dos portugueses nos desafiam a desconfiar um pouco dos entusiasmos pelas 'novidades descobertas', procurando um sentido mais crítico e ético do descobrir[34]. Descobrir seria mais um levantar o véu que impedia aos 'nossos' olhos de perceber bem uma realidade que já existia, com sua história e suas interpretações. Com efeito, trata-se de uma relação, nunca de ação unilateral: descobrimos o que era coberto ao nosso ver, mas que talvez já estava 'aberto', 'não-coberto', para o olhar de outros, em outras vivências.

Qual o olhar, quais as motivações da curiosidade, qual a postura do nosso encontro com a realidade que se tornou o objeto da nossa pesquisa? Descobrimos para colocar sinais de 'posse', como acontecera por parte dos conquistadores europeus nos séculos XV e XVI? E quais tipos de sinais de posse?[35] E que fazer das nossas 'descobertas'?

Descobrir é ato que pode ser de invasão ou de prevaricação, ou de leal comunicação e comparticipação.[36] É bom então vigiar sobre as nossas 'descobertas', pois elas poderiam ainda ser a expressão de uma postura arrogante: a de quem se acha dono de algo, sem reconhecer que este já pertence a um outro ou a uma outra, ou já é por ele usufruído. O respeito pede transparência, e exige diálogo, com os documentos, e com os 'pesquisados'. O cuidado, por exemplo, de retornar aos depoentes a elaboração das entrevistas, e as interpretações que delas nós demos. Não querendo dizer que não se possa comentar ou analisar criticamente uma fala, mas sim que não é correto que uma citação atribuída a uma pessoa não seja por ela revisada.

É sempre bom então - nos perguntamos, lembrando nossas inquietações éticas – 'levantar o véu', publicamente? Todos nós sabemos que se descobrir, ao tomar banho de sol, não é bom em si mesmo. Pode ser terapêutico ou fazer mal. Depende. Da pessoa, da sua pele, da sua saúde, da hora, e até do lugar, do contexto, do ambiente, da cultura. E será que sempre é bom 'descobrir' o que encontramos no nosso pesquisar? Não será que às vezes corremos o risco de jogar 'na praça' a vida e os sentimentos de pessoas, as vivências delas, só para dizer que nós descobrimos (como muitas vezes acontece infelizmente com a imprensa)?

Não será que educar às vezes é também ajudar a 'manter' coberto, assumindo esse segredo? Ou procurar e encontrar o jeito para dizer 'sem descobrir' demais?

Não encontramos, nem talvez procuramos, respostas certas. Mas achamos bom manter abertas também essas questões. Como um sinal de perigo, como um alarme; para um cuidado a mais, talvez excessivo, mas fértil. E talvez, por isso, algo que 'descobrimos' nem aparecerá nesse relato.

CAPÍTULO I.5
UMA PESQUISA DE HISTÓRIA ORAL EM EDUCAÇÃO

I.5.1 UMA HISTÓRIA CULTURAL, VISTA DE BAIXO

> "O fim da década de 1970 viu a onda de revolução lançar seus salpicos sobre os EUA, quando a América Latina e o Caribe, inquestionável área de dominação de Washington, pareceram inclinar-se para a esquerda.
>
> ... A grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições. A tendência, legitimizada por uma 'teologia da libertação', apoiada por uma conferência episcopal na Colômbia (1968), surgiu após a Revolução Cubana, e encontrara poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano" (HOBSBAWM, 1995: 438).

Agradecemos a Hobsbawm por seu texto '*Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*', por nos ter ajudado a olhar pelo alto os acontecimentos do século passado. Um olhar amplo, como o próprio autor antecipa na parte introdutória do livro.[37] Um olhar pessoal, e por isso mesmo já pedindo novas, e alheias, leituras. Mas, ao mesmo tempo, um olhar de uma parte do mundo, impregnado da sua cultura, ocidental, anglo-saxão, acadêmica, embora já marcada pelas experiências da multiculturalidade e do pós-modernismo.

Uma história vista pelo alto, a de Hobsbawm, caracterizada por visões panorâmicas, por linhas marcantes e gerais. Buscando uns '*por que* as coisas deram no que deram', mas analisando, sobretudo, os fatos políticos, as decisões dos governos, os recursos e as escolhas das potências industriais e financeiras, as motivações e o decorrer das guerras. Uma história 'geral', mas a partir de um ponto de vista. Há assim espaço para outras visões, e para outras histórias, como para as 'vistas de baixo'. História 'pelo alto', e história 'vista de baixo', como olhares diferentes: nem complementares, nem necessariamente antagônicos, simplesmente dialógicos. Olhares pelo alto e visões de baixo se cruzando; reciprocamente se questionando, e estimulando múltiplas outras pesquisas e reflexões.

Por isso, quando encontramos, no trecho de Hobsbawm, acima citado, a breve observação de que 'o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições' foi uma *tendência*, legitimizada por uma 'teologia da libertação', [e] apoiada por '*uma* conferência episcopal na Colômbia (1968)', percebemos que havia mesmo esse espaço para outras várias e múltiplas visões de histórias, e para a nossa também.

Para quem viveu dentro da Igreja Católica, naquele período, o encontro dos bispos em Medellín, na Colômbia (o encontro de bispos apontado no texto), não significou somente o apoio de '*uma*' entre as conferências episcopais da região, mas sim *a* conferência de todos os bispos da América Latina e Caribe, que, depois de um vasto movimento de consulta às suas bases, se reuniram na presença, legitimadora, do então Papa Paulo VI. Promulgando ao final um texto de documentos oficiais [Cf. *Conclusões da Conferência de Medellín. 1968. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?*, São Paulo: Paulinas, 1998), que se apresentaram como a continuação e atualização, para o continente americano, das conclusões e das indicações do Concilio Vaticano II. Depois, não era só por alguns padres, ou por uns teólogos isolados, que surgiu essa força de mudança na Igreja, capaz de surpreender a direita, e de ser uma 'grande novidade', ao mesmo tempo em que intrigante e perturbadora, para os da velha tradição esquerdista. Houve um movimento amplo, difuso, fértil, largamente abrangente.

Não esperávamos tudo isso em um texto de história geral, que se tornou para nós muito precioso por ter colocado nossos eventos num cenário amplo, apontando conexões, percebendo melhor o horizonte. Mas, até pelos necessários silêncios e pela sua parcialidade (pois não daria para enxergar amplamente pormenorizando particulares), ele mostra o espaço para outros olhares. Aliás, os pede. E, de outro lado, nós não teríamos condições para olhar pelo alto, pois não temos especialidade disciplinar por isso.

Qual, então, o nosso olhar? O que mais nos convenceu, como projeto frutífero relativamente à nossa pesquisa, que quer permanecer na área da educação, foi tentar uma pequena 'história vista de baixo', vista da Paraíba, aliás, mais precisamente, da Arquidiocese da Paraíba, no final dos anos sessenta. Procurando, como sugerido por Jim Sharpe, de explorar

> "a história do ponto de vista do soldado raso, e não [somente] do grande comandante[38].." (SHARPE, 1992: 39).

No nosso caso: do ponto de vista do pessoal de Igreja. O das paróquias e dos movimentos, e os das comissões centrais da Arquidiocese. O ponto de vista dos agentes de pastoral, e dos bispos locais, e não somente dos que relatam os documentos e as crônicas oficiais.

Convenceu-nos essa perspectiva histórica[39], pensando nosso compromisso educativo popular, também porque ela nos

> "proporciona um meio para re-interpretar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdida, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história ... recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas e generais" (SHARPE, 1992: 60. 58-59).

Com um cuidado a mais, quando estes grupos sociais são grupos desfavorecidos, oprimidos, minoritários. O de não pensar que eles 'tenham perdido' sua história, mas sim que

eles ainda não tiveram a possibilidade de 'conhecê-la' da forma em que 'oficialmente' discute-se a história. 'Forma oficial' de conhecer e representar que é tomada como base das escolhas sociais, políticas e econômicas, pelas camadas sociais dominantes. Quer dizer que sua história, os grupos sociais minoritários, ou os que de qualquer forma estão excluídos ao acesso à cultura dominante, eles já, provavelmente, a conhecem. Mas a conhecem, e a contam, entre si e para as novas gerações, de maneira própria. O que lhes falta é a capacidade de contar essa história 'traduzida', da forma que possa ser reconhecida 'válida' nos lugares de poder, onde são tomadas as decisões políticas, onde acontecem as escolhas públicas.

Aparecem assim duas deficiências: a incapacidade de se apresentar de forma 'oficial', 'correta', por parte desses grupos 'minoritários', que conhecem sua história, mas não têm os conhecimentos aptos para contá-la do jeito da cultura dominante, e há a falta de conhecimento dessa versão da história por parte dos grupos dominantes, que a conhecem somente do lado 'de fora', por tê-la sempre lido com seus olhos, de sua perspectiva. É nesse 'meio' que vem se colocando o trabalho do pesquisador 'popular', de quem busca um olhar de baixo, mesmo conhecendo, e aproveitando, do olhar do alto. Assumindo a tarefa de representar, 'traduzidas', essas histórias. Como um duplo serviço: de um lado, oferecendo novas perspectivas e sugestões a quem sempre olhou presunçosamente[40], e, de outro, prestando o serviço de tradutor, ou de alfabetizador, a quem ainda não tinha como se expressar da forma oficial. Na consciência de que não há uma forma melhor do que a outra (e se pudéssemos escolher, a língua e a cultura maternas seriam sempre as que nos dão mais chances de melhor nos expressar), mas que *precisamos*, para dialogar, de outras linguagens também, ou de traduções, para que todo mundo possa entender.

Ou seja, talvez o que é mais determinante para esses grupos e pessoas, é poder se reconhecer, quando 'lidos-interpretados', 'traduzidos' por outros. Ainda mais: se sentir 'bem' uma vez lidos: seja isso por amigos, por estudiosos, acadêmicos, intelectuais, ou por pesquisadores que eles mesmos reconhecem como aliados. Companheiros que oferecem novos instrumentos, e se comprometem a usá-los juntos. Instrumentos culturais, pelos quais se auto-interpretar, e se apresentar (e resistir e defender) diante dos outros grupos sociais, aprendendo a falar a língua deles, inclusive a linguagem funcional. Aprender a reconhecer, também, quando mal interpretados, para responder, se defender e lutar com mais chances de sucesso.

I.5.2 UMA HISTÓRIA CULTURAL POPULAR

Contudo, o nosso é um trabalho educativo, mas enraizado em uma pesquisa histórica. Por isso é bom dizer algo sobre a 'história'.

Pensamos na história principalmente como em um conjunto de ações, situações,

pensamentos que 'aconteceram e acontecem'. Dependendo de vontades, de homens e mulheres, singular ou coletivamente, e, ao mesmo tempo e misturadamente, de causalidades, coincidências, ocorrências, qualquer que seja a atribuição dada às forças que agem para e com a humanidade e a natureza (não excluindo a interpretação delas como 'providência'). Por isso, achamos útil um norteamento que nos sugeriu a leitura de um texto de Michel Foucault, concordando também nós, em que a

> "história não tem 'sentido', o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ela é inteligível e deve poder ser analisada, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas" (FOUCAULT, 1979,pág. 5).

A história não tem sentido em si mesma. Porém, os homens e as mulheres, vivendo, precisam dar sentido á própria história, e por isso nasceram, e ainda nascem, mitos, crenças, ideologias, utopias, teorias. Dar sentido significa atestar, e ser reconhecido, como alguém que vale, e pensar a própria vida como algo que vale. Algo que 'vale a pena'. Sendo que 'penar' pertence à vida como experiência iniludível e questionadora do próprio sentido da vida.

Aceitamos, assim, o desafio de analisar um pedaço de história nesta perspectiva, como busca do sentido que foi dado a ações concretas, a palavras que suscitaram ações, a decisões, e escolhas, produzindo alegrias ou perplexidade. Não pensamos conseguir isso procurando verdades, já o vimos, mas esperando conseguir, e apontar determinações de verdades: o que foi achado bom e justo. O que foi procurado como 'certo', para 'bem (e melhor)' viver.

Escolhemos, e o justificamos acima, o nosso ponto de vista, de onde queremos enxergar: de baixo. Queremos precisar também a perspectiva, o nosso jeito de olhar, percebendo que o nosso pesquisar vai-se inserindo na linha da '*história cultural*', assim como apresentada por Roger Chartier. Com efeito, também o nosso objetivo propunha-se a

> "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990: 16).

No nosso caso, a realidade social a ser refletida seria constituída pela própria '*Igreja*', focalizando nossa atenção nas práticas educativas pelas quais é 'ensinado' aos próprios fiéis o que a Igreja é (ou deveria ser). Por ações pastorais, e, para nós, educativas, tais quais o catecismo, as pregações, os treinamentos. Evidenciando, em particular, as propostas operativas, os planejamentos e as experiências atuadas, visando mudanças, ou para resistir a mudanças. Na vida das paróquias, ou de grupos, ou de novas comunidades cristãs católicas nascentes.

Queremos refletir essa realidade não por resumos gerais, mas sim na específica experiência de ações pastorais. Ações pensadas e atuadas propositadamente, visando transformações não somente religiosas, como sociais e políticas. E pontualmente: no território eclesiástico responsável pelo litoral e parte do agreste paraibano, ao redor de sua capital João Pessoa, no final dos anos sessenta. Analisaremos, assim, 'poucos anos', mas, usando a distinção que nos sugeriu o próprio texto de Chartier, no entrecruzar-se de dois 'tempos': o *tempo curto*, a da conjuntura, marcado, de um lado, pela ênfase da atuação do Concílio Vaticano II e os propósitos de Medellín, e, do outro lado, pelo clima sócio-político gerado pelo golpe militar, e o tempo da *longa duração* de mentalidades, tais quais, no nosso caso, as formas da religiosidade, o papel do padre no meio popular, o autoritarismo, o coronelismo. (Cf. CHARTIER, 1990: 44).

Com efeito, compartilhando a idéia de que a realidade é socialmente e culturalmente constituída (Cf. BURKE, 1992: 23), nos percebemos de fato em uma pesquisa de história cultural, sendo que vimos continuamente lidando com múltiplas representações da realidade[41], e com categorias historicamente produzidas: por práticas educativas (pastorais), por elaborações intelectuais, por práticas populares. O que nos propomos é assim estudar as intenções, e os processos, com os quais se veio construindo uma particular maneira de se entender a própria experiência de fazer parte e de pensar a Igreja. Aliás, em mais de um sentido. Tentando evidenciar as práticas e os sentimentos, que, pluralmente, e às vezes até contraditoriamente (aparentemente ao menos), são os que mantêm significativa a própria experiência de pertencer à Igreja, e de se sentir responsáveis pelo seu existir e atuar neste mundo (Cf. CHARTIER, 1990: 27).

Afastamos-nos assim de uma *história social da cultura*, que interpreta as culturas a partir de uma idéia de realidade social pré-definida, para uma *história cultural da sociedade*, pensando as estruturas da sociedade como construções culturais, não redutíveis a modelo nenhum. Pensamos assim a dimensão organizacional e fenomenológica da Igreja como uma entre essas várias possíveis construções culturais (Cf. SCOCUGLIA 1997 a: 167s.), e, parafraseando as considerações de Afonso Scocuglia, na linha do qual nos colocamos, vimos procurando assim 'uma história cultural da pastoral (da ação educativa) da Igreja: 1. olhando a atividade pastoral como instituição mediadora; 2. avaliando o uso dos bens culturais, e religiosos, no caso, para ver quais representações de Igreja eles traziam; 3. tentando evidenciar os lugares de produção das informações e dos conceitos a ser *transmitidos*; 4. descrevendo e analisando as atuações práticas (e as resistências), e suas ligações com o contexto social' (Cf. SCOCUGLIA, 1997 a: 167).

Com efeito, na sua ação pastoral, a Igreja (aqui prevalentemente em seus níveis e estrutura hierárquica) sempre teve (e tem) grande preocupação em consolidar sua imagem, seja na frente dos próprios adeptos, seja perante a sociedade como um todo. Elaborando

doutrinas, e propondo e atuando práticas. Práticas e representações que nunca são neutras, ou 'objetivas' (Cf. CHARTIER, 1990: 17), pois estratégias e doutrinas sempre tendem a propor, ou impor, uma imagem, sugerir uma mentalidade, apontar *uma* ética. Procurando o consenso ao redor de *uma* identidade, e, por isso, justificar uma autoridade. Uma unidade de imagem e de referência perseguida, mas não conseguida. Pois houve (e haverá) o anseio por outras interpretações e atuações. E houve, e haverá, por isso mesmo, um confronto, até uma luta, entre imagens diferentes e conflitantes, sendo que, atrás das várias representações, há diferentes concepções de como 'deveriam' ser as relações entre os vários membros da própria Igreja.

Aí a questão do poder. Do poder e da 'verdade', pois

> "a verdade não existe fora do poder ou sem poder ... ela é produzida. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. ... Verdade não é o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar. É o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" (FOUCAULT, 1979: 12-13).

Não podia não nos chamar a atenção a questão do poder. Em particular aquele poder que toda instituição constrói e exercita, qualquer que seja a ideologia, ou a teologia, ou a pedagogia, que ele declare.

Poder como experiência de poderes exercidos, e nunca como 'uma realidade que possua uma sua natureza', uma 'essência', como bem apresenta Machado na sua introdução ao texto de Foucault, quando anota como

> "não existe [em Foucault] uma teoria geral do poder: suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas disparatadas, heterogêneas em constante transformação. ...
>
> Poder não é algo que se detém: o poder não existe: existem sim práticas ou relações de poder. Não é objeto, mas relação" (FOUCAULT, 1979: X e XIV).

A questão do poder abre a questão das classes, da hierarquia, das distinções sociais. Seja na sociedade civil, como na própria Igreja Católica. E mesmo permanecendo difícil determinar uma classificação rigorosa, de fato, as distinções existem. Entre hierarquia e base; entre cultura acadêmica e cultura não acadêmica; entre quem tem acesso, em altos níveis de participação, às decisões políticas e sociais, e quem só fica executando, ou subindo; entre quem pode usufruir de muitos bens econômicos, e quem nem tem de que sobreviver. Com todas as variantes e as graduações possíveis. Em particular, mesmo sem contornos nítidos, aparece a distinção entre uma cultura chamada popular e a das chamadas elites, apresentando-se ainda como uma evidente questão de dominação (questão que perpassa

também todas as outras distinções enumeradas. Cf. MONTENEGRO, 1994: 11).

Com efeito, nós nascemos e crescemos em uma conjuntura de tempo, espaço, relações e eventos que se tornaram a nossa cultura[42], ou, melhor, as nossas culturas, sendo que aprendemos a lidar com um universo plural de 'nós'. Culturas que estão se modificando, mesmo mantendo suas tradições, e sabendo que há muitas outras culturas, fora de nós.

Para essas outras culturas, nós olhamos sempre 'de fora', podendo olhar 'de dentro' apenas as das quais nós fazemos parte. Há por isso, um cuidado a mais para a nossa pesquisa. Cuidado que, em um trabalho acadêmico, se torna amplificado, pois vimos de uma tradição que, distinguindo entre a cultura *erudita*, ou *letrada*, ou *acadêmica*, ou *formal*, e, de outro lado, a *popular, inculta, informal, leiga, primitiva*, raramente conseguiu se livrar do cheiro de pensar as primeiras como superiores, ou melhores, do que as outras. Por essa superioridade pode vir também a 'ilusão' - é o nosso sentir - de que a cultura *erudita* teria conseguido uma uniformidade conceptual e teórica suficientemente unitária (ou pelo menos unitária no acesso às fontes e na lógica dos procedimentos), no entanto em que a cultura não erudita, a *leiga*, estaria ainda em busca dessa unidade, dando-se, por enquanto, não como um todo, mas sempre localizada, e fragmentada.[43] Mas,

> "se analisar a cultura popular como fragmentada, é considerá-la da perspectiva da cultura oficial, pois a idéia de totalidade é vista como atributo desta, é no próprio trabalho com a cultura popular que podemos constatar os limites do alcance da cultura oficial" (MONTENEGRO, 1994: 14).

Esses limites apontam como, entre as tarefas de um trabalho de 'Educação Popular', é urgente o de criar o espaço, e o contexto, para escutar, curiosos, outros contando sua visão, sua interpretação. Eles apresentando sua própria cultura. Precisaria, então, de um lado, oferecer instrumentos para eles se comunicarem de uma forma 'oficial', e, de outro lado, procurar um 'silêncio' para poder escutá-los na forma deles, procurando a viabilidade dessa tarefa no próprio trabalho acadêmico, aceitando os limites, e as margens de não compreensão que esses próprios limites estabelecem. Conscientes, assim, de que

> "é equivocado se procurar compreender e explicar a produção simbólica da população - e por extensão as formas de relação com a sociedade a sua volta - a partir dos valores instituídos pela cultura oficial" (MONTENEGRO, 1994: 13).

Optamos, enfim, por uma história cultural por ter também nós experimentado, pelo nosso encontro com os documentos e as testemunhas da época, que

> "as representações embora aspirem à universalidade ... são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja ... [e] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros" (CHARTIER, 1990: 17).

E é dentro de uma rede de poderes que se interrogam e lutam entre si e que se cruzam, com autonomias resistindo-lhes, que se veio precisando as questões mais interessantes, e as mais significativas da nossa pesquisa. Se o grupo que encontramos em Mogeiro, por exemplo, não podia ser definido, a rigor, como experiência de grupo de 'Igreja Viva', pois eles não tinham diretamente memória de ter participado disso, e tudo vai dizendo que foi assim mesmo, porém esse mesmo grupo se tornara, na memória de Everaldo Peixoto e de Dom José, a imagem do que foi umas entre as melhores atuações de um grupo de 'Igreja Viva'. Duas realidades, ambas verdadeiras do ponto de vista da identidade, do pensar, do sentir, dos narradores. Discrepância só do ponto de vista estritamente lógico, e que logo nos preocupou, perguntando-nos se não deveríamos procurar outro grupo, ou concluir que os depoentes não 'lembraram' bem. Mas decidimos ficar de frente à contradição. Aceitando o acontecer de 'verdades' diferentes. E, talvez, foi a decisão mais fértil do nosso trabalho: uma ironia saudável. Pois, 'de verdade' o grupo de Mogeiro não atuou como grupo de 'Igreja Viva', sendo que eles não se reconhecem nessa 'forma'. Mas, e ao mesmo tempo, 'de verdade', esse grupo foi, para quem tinha pensado e planejado essa experiência, um entre os melhores grupos de 'Igreja Viva'. Duas verdades não antagônicas, mas fértil e dialeticamente em tensão entre si, apontando como, na vida, e ainda mais em uma experiência educativa, o que é essencial não é, imediatamente, visível aos olhos, ou 'organizável' pela razão.

Eis a fértil tensão: de um lado, o grupo de Mogeiro, contando sua história, se reconheceu como experiência do Movimento de Evangelização Rural (MER), um movimento que, na segunda metade da década de 1970, entrou em choque com as posições oficiais da hierarquia, e se colocou em posição de parceria, de apoio, e não de 'dependência' direta da hierarquia da Igreja. Mas está longe da memória do pessoal de Mogeiro uma distinção rigorosa entre os vários movimentos e as ações pastorais da diocese. Simplesmente, eles se sentem grupo 'vivo de Igreja'. Do outro lado, o bispo Dom José e Everaldo Peixoto, então coordenador da pastoral da Arquidiocese, contando suas histórias, lembrando seus desejos (de então e de hoje) para com uma Igreja viva, reconheceram em Mogeiro o que esperavam e o que acreditam deveria ser um grupo como proposto pela Ação Pastoral 'Igreja Viva'. E o pessoal de Mogeiro é lembrado como um dos seus frutos melhores.

Como é, nos perguntamos, que o 'fruto' melhor é o que depois tomou distância da planta? E porque nessa distância é reconhecido o próprio 'ser' da planta?

Talvez, seja mesmo por aí. Pois esse grupo aponta que um dos sentidos de uma ação educativa é a autonomia do educando. E quando o fruto é sazonado, ele e a planta sabem que precisam se deixar. Eles o sabem: o que ainda não quer dizer que o aceitem, nem talvez que o desejem. Mas, o que implica, e provoca, tudo isso? Ou seja, o que acontece quando chega esse tempo de se deixar? E, em particular, em uma instituição fortemente hierarquizada e rigorosamente estruturada, como a da Igreja?

Lembramos-nos aqui de uma poesia de Fernando Pessoa que Reinaldo Matias Fleuri colocou em um seu trabalho refletindo, alguns dos desafios que enfrenta hoje qualquer reflexão sobre a Educação Popular.

"Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus
que se haviam zangado um com o outro.
Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado.
Cada um me disse a verdade.
Cada um me contou as suas razões.
Ambos tinham razão. Ambos tinham toda a razão.
Não era que um via um lado das coisas e outro, um lado diferente.
Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado,
cada um as via com um critério idêntico ao do outro,
mas cada um via uma coisa diferente,
e cada um, portanto, tinha razão.
Fiquei confuso desta dupla existência de verdade"

(Fernando Pessoa, in: FLEURI, 1999: 25).

I.5.3 UMA HISTÓRIA ORAL

O caminho apontado pela perspectiva da história cultural e pela perspectiva de uma história vista de baixo, nos conduziu a escolher como modalidade de pesquisa a da 'História Oral'[44]. Entre outras, anotamos em seguida umas das sugestões que nos convenceram da justeza dessa perspectiva de pesquisa histórica. Não a defendendo perante e nem contra outras modalidades de trabalhar com a história, mas sim, simplesmente, justificando como ela nos ofereceu uma postura fértil para o nosso objetivo. Particularmente, para que o nosso pesquisar fosse vivido como experiência educativa. Educativa primeiramente para nós mesmos, juntos aos outros com quem a compartilhamos.

"Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você 'recorda' a história, mas memória 'como' história ...

De um lado, construindo arquivos, porque se trata de um recurso inestimável para que a memória não seja esquecida; de outro, insistindo no fato de que a memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos" (PORTELLI, in: ALBERTI, et al., 2000: 69).

Assim também o meu desejo: de um lado, contribuir para oferecer material a quem procurasse dados e interpretações (representações) relativamente ao período analisado (e por

isso a abundância nas citações das fontes). De outro, participar do prazer e do desafio que uma análise e uma interpretação histórica oferecem para o tempo atual, numa experiência educativa vivida como 'trabalho de relações'. Aceitamos por isso o desafio de trabalhar a história na perspectiva da oralidade, percebendo, de maneira ainda mais evidente, a importância da subjetividade, sendo que ela perpassa qualquer fonte ou documento, mesmo se dando como mais evidente numa entrevista. Com efeito, a oralidade é, por sua alma, relacional. Oralidade pela qual, de certa forma, por trabalhar com representações do real em que a subjetividade adquiriu importância fundamental,

> "nos deslocamos do ideal da *Voz da História* para aquele da *heteroglossia,* essencial para a nova história, definida como *vozes variadas e opostas*" (SCOCUGLIA, 1997 a: 140).

Ou seja, de uma história a-pessoal, ditada como certa pelos historiadores oficiais, para uma história-por-vir, contadas por múltiplos e vários narradores, oferecendo e cruzando suas interpretações e representações. Em uma roda onde ainda haverá espaço para os especialistas, aliás, precisando deles ainda mais. Mas não para ditar a história, mas sim para mediar o diálogo, oferecer traduções, apontando as implicações e as conexões de diferentes rumos, e favorecendo o silêncio: seja para melhor escutar, seja para admitir nossos limites e não comunicabilidades. Pois,

> "no seu âmago, a oralidade não é um conceito baseado exclusivamente no som. A palavra falada está inserida em um cenário, uma situação, um contexto"[45] (THOMSON, in: ALBERTI, 2000: 63).

Historia oral é, então, questão de relação, de corpo, de mãos apertadas, de abraços, de tempo passado junto, além do estrito momento do trabalho. História oral é trabalho com relações, visando relações melhores mais fortes, fortalecendo lutas e, por isso, colocando-se a serviço de interesses.

A história oral confia na oralidade, nas relações, nos contos das lembranças. Há quem, porém, questione a legitimidade de um trabalho histórico que valorize muito, ou, sobretudo, a memória das pessoas que dão depoimentos sobre o passado. A memória seria cheia de falhas, o nível de subjetividade poderia se tornar excessivo, e as seleções e os cortes das própria lembranças poderiam ser parciais demais. Mas, assim nos parece, mais do que um problema de validez, talvez, trata-se só reconhecer que

> "é razoável admitir que a crítica das testemunhas orais ainda não atingiu a satisfação da crítica de um documento .." (BURKE, 1992: 26).

As próprias controvérsias entre historiadores, pelas diferentes análises, pelas deduções até antagônicas a partir de documentos comuns (às vezes diferentemente avaliados e considerados, ou não 'validados'), nos parecem evidenciar a relatividade de qualquer documento, e, ao mesmo tempo, mostrar que, no cruzamento de diferentes interpretações, há

sempre um latente, ou explícito, jogo de força, e de poder.

Com efeito, um historiador mais acreditado tem o poder de 'queimar', ou arrastar, qualquer outro 'pequeno' historiador, pelo menos dentro da academia. Mas será que sempre é por objetivos dados e motivações válidas? E, uma vez quebrada (e poderia ser diferentemente?) a idéia de uma 'objetividade absoluta das fontes', permanecendo uma 'objetividade relativa', haverá ainda quem persiga a determinação de uma versão histórica como '*a*' certa, '*a*' verdadeira?

Assim, essa mesma insatisfação e esses debates entre especialistas se tornaram questionadores da segurança das fontes mais 'seguras', sendo que melhor aparece como elas podem ser re-lidas diferentemente, ou até ser mais respeitadas em seus silêncios. Pois todas as fontes têm suas raízes no mundo oral, nas relações pessoais, e passaram por interferências subjetivas, ligadas aos autores, aos copiadores, aos arquivistas, aos tradutores, aos editores. Interferências que se tornaram parte do texto, não acidentes, e que são hoje sempre mais evidentes, e ao mesmo tempo ainda mais escondidos, porque misturados, qualquer que seja o documento analisado.

Então, as 'distorções' da memória,

> "a assim chamada não confiabilidade da memória, pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e reconstrução históricas[46] ... [Pois] ... o que realmente importa é que a memória não é um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados" (PASSERINI, in ALBERTI, 2000: 69).

Pode-se então falar de uma 'evidência oral'?

A leitura hermenêutica da Bíblia, os seus estudos, misturando questões literais e teológicas, aprofundou as questões da subjetividade e da objetividade, trabalhando a peculiaridade dos autores bíblicos, suas intenções, as relações com seu tempo e suas comunidades, os seus sentimentos. A própria Bíblia foi primariamente tradição oral, que se tornando 'Escritura', perdeu e ganhou. Assim, com efeito, ela, se tornou ao mesmo tempo mais fiel e exposta ao jogo das interpretações, e dos poderes. O que então permanece como fundamental é a sua função de apresentar os sinais, por palavras e contos, do sonho de Deus para e com as suas criaturas. Sonho que Deus expressou, mas que sempre chega até nós por interpretações, por codificações, oferecendo-se à adesão pessoal, que é uma forma de oralidade (fundando-se na percepção de alguém dialogando comigo). Talvez, a evidência da Bíblia esteja mesmo nesse seu poder ser eternamente contada, mesmo a partir de um texto 'canônico', pela fé de quem acredita, não nela, em si mesma, mas no seu sentido, na sua alma. Como representação de sentidos profundos para a vida. E, talvez, não é por acaso que a hierarquia sempre teve medo das 'livres' interpretações bíblicas, do aprimoramento e apreço

da dimensão subjetiva nas análises, pois ela evidencia como na re-leitura cotidiana ela abre a novos rumos, e questiona as práticas tradicionais, e, sobretudo, as instituições do poder religioso.

Mas quando a questão torna-se pastoral, e por isso educativa - voltando assim mais perto à nossa pesquisa -, como manter junto essas dimensões: a da 'fragilidade' da memória, pela sua subjetividade, e a da 'força' dela por ser algo de vital, de básico para qualquer seguinte codificação?

Mais uma vez, não há soluções, mas inquietações. Por isso, relativamente ao nosso trabalho, deixaremos muito espaço às próprias fontes, tentando intervir no texto mais como em uma operação de costura, do que urdindo um tecido novo. Uma colagem, mais do que um retrato naturalista. Criando uma espécie de coletânea-fonte, destinada a novas leituras. Queríamos, assim, deixar ao leitor a possibilidade da re-construção, pela sua própria ação de interpretar a partir dessas leituras-fontes, de uma sua 'nova-original' interpretação. Ele se tornando produtor de outra fonte, e elaborador de uma visão histórica.

É uma escolha, sem particulares pretensões, sabendo que eu também opero, no colar os pedaços, por censuras e preferências, que dependem de mim, e da minha própria memória, e construindo, mesmo com esse estilo de colagem, uma interpretação minha. (Cf. THOMSON, in: ALBERTI, 2000: 53).

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

CAPÍTULO I.6
UMA PESQUISA 'PÚBLICA'

I.6.1 DEVOLVER OU DIVULGAR?

Uma pesquisa termina (e re-começa) por uma devolução, tornando-se pública.

Nas nossas tradições acadêmicas há normalmente uma devolução das teses 'para o alto', no próprio meio acadêmico (passando por uma banca, pretendendo uma editora se possível, desejando 'repousar' e ser visitada nas bibliotecas, esperando pareceres 'importantes'), e nesta perspectiva é normalmente escolhida uma linguagem apta, e uma estrutura do texto que dê conta de cânones e regras sugeridos. Em um segundo momento, haverá também uma *divulgação*, 'para o baixo', para fora do contexto acadêmico. Divulgação significaria assim, de certa forma, 'tornar mais popular'. E, recuperando sua origem latina, poderíamos dizer que isso implicaria 'transformar em algo mais 'vulgar' o que se apresenta agora de forma não acessível ao *povo*. Com efeito, a palavra latina *'vulgo'* é a que identificava a parte da população que não gozava dos direitos dos cidadãos. Aquela parte da população que não tinha acesso à formação escolar e acadêmica (e todos nós conhecemos as várias acepções ligadas ao que é 'vulgar' [47]). Divulgar manteria assim, etimologicamente, um sentido de reduzir, 'simplificando', para facilitar o acesso ao texto a quem não tem capacidades suficientes para entendê-lo. 'Empobrecendo-o', de certa forma, talvez inconscientemente, para que esteja mais em *sintonia* com os 'culturalmente mais pobres' (da cultura academicamente entendida).

Mas, se poderia ser 'divulgado' sem perder a sua relevância, porque deveria ser escrito assim na sua origem? Se pudesse ser simplificado sem perder elementos importantes, porque não escrevê-lo logo diferentemente?

Com efeito, se para chegar ao povo um relato tem que ser 'empobrecido', não será este uma outra maneira de confirmar e continuar o preconceito de que o povo não pode entender um texto 'científico', não pode compreender uma análise, um raciocínio, ou uma enunciação? E, ao mesmo tempo, se o relato tem que obedecer a uma linguagem e a regras 'científicas' para aproveitar de todos os recursos e as riquezas oferecidas pela tradição cultural acadêmica, como poderia ser entendido por quem não participa de dentro dessa tradição, por quem é 'leigo' a esse mundo? Como sair do impasse?

Não encontramos saídas pensando em 'divulgações'. Achamos fértil pensar que a questão da linguagem entre a academia e o popular deveria ser colocada em outra perspectiva: a das 'traduções' entre diferentes idiomas. A do diálogo intercultural.

Achamos que precisam tradutores. Precisam pessoas falando os dois idiomas, e conhecedores não somente das gramáticas e dos vocábulos, como das culturas, dos hábitos, das histórias, das paixões, dos mitos, das crenças. Pessoas que freqüentam, que até moraram ou ainda moram, pelo menos temporariamente, no mundo do outro. Pessoas que tenham consciência de que podemos nos aproximar do outro, mas nunca nos tornar *como* o outro (que talvez nem o queira). E sabendo, ainda mais, que, traduzindo, algo será, inevitavelmente, perdido. Que há algo que faz parte da relação, do evento em que ela se dá, e nem se pode, nem precisa, fixar, reter, apreender.

Renunciamos assim à idéia de fazer reduções, e ao conceito de 'divulgação'. Aceitamos que o texto vai continuar tendo sentido se for continuamente re-escrito, contado e traduzido, e encontrando uma sua forma novamente provisória em cada diferente edição. Aceitando também, que há algo que faz parte da comunicação que não pode ser traduzido. Que faz parte da relação, mas não consegue chegar a ser dito, ou escrito. Ou, se for traduzido em um texto, pode não se reconhecer mais nele.

Esperamos assim que o nosso texto possa experimentar inúmeros novos partos, a partir de sugestões, de avaliações, de críticas que o poderão enriquecer. Em debates específicos, ou pela nossa prática cotidiana, e pela luta pelos valores que cremos. Aceitamos também, seja nessa primeira versão, seja em seguintes re-leituras, o limite, e a tristeza, de nem sempre termos conseguido nos expressar bem, e a consciência de que não teremos conseguido compartilhar algumas partes ou conceitos.

Contudo, ao final, a pesquisa tomou corpo e se tornou um texto. Este texto.

Então: o que desejo com ele? A quem queria que fosse útil, além de sê-lo para mim? Será oferecido a quem e por quê?

Na idéia de uma devolução[48] (termo que, como já expresso, prefiro à divulgação) está implicada de maneira particular a volta àqueles que participaram da própria pesquisa: os 'pesquisados', as 'pesquisadas'. Pessoas e instituições, que por se relacionarem comigo aceitaram colocar à minha disposição suas perspectivas e opiniões, e tiveram assim parte ativa na produção da pesquisa. Não é só questão de cortesia: eles têm direito a um retorno[49].

Mas no caso de uma pesquisa na área da Educação Popular, como será esse retorno? Como ele constituirá uma 'vantagem', contribuindo para a luta pelos interesses populares? Não deverá a própria classe popular não só tirar vantagem da pesquisa, mas poder também debatê-la previamente, e, de qualquer forma, apontar também o que fazer dela? Ainda uns desafios a mais.

A devolução, já o vimos, é ligada também à linguagem do outro, às traduções, às interpretações.

Escolher uma linguagem, e aperfeiçoar, aprofundar a sua forma, é ato importante diretamente ligado às próprias finalidades da pesquisa[50]. Assim, se numa perspectiva ingenuamente 'cientista', podia-se pensar numa objetividade neutra aos sentimentos das pessoas, e em um direito da 'verdade' de ser apresentada e dita publicamente, qualquer que seja ela, hoje, há diante disso uma sensibilidade nova da qual dar conta. Sensibilidade para com os direitos à privacidade, e, ao mesmo tempo, à transparência. Em uma tensão que às vezes aparece quase esquizofrênica, pois se apresenta muitas vezes supersensível a qualquer invasão da subjetividade, ao mesmo tempo em que joga na praça a vida e os sentimentos de muitos (muitas vezes, infelizmente, isto dependendo da camada social das pessoas envolvidas[51]).

Desejo escrever, por tudo isso, um texto que não seja simplificado ('divulgado'), mesmo esperando seja debatido, dialogado, criticado. Mesmo sabendo que não será entendido por quem não conhece, nem fala, a minha linguagem. Um texto que espero seja traduzido, re-escrito, até modificado profundamente, pela experiência do gosto de aprofundar a história e a vida, e visando novas histórias e uma melhor qualidade de vida. Re-escrito por mim mesmo e/ou por outras e outros. A partir da leitura ou re-leitura, o da escuta do conto da própria pesquisa. E desejo escrever um texto que expresse os meus sentimentos e minhas convicções, ao mesmo tempo em que registra, aponta, critica, se apaixona, ou toma distância, com respeito, dos sentimentos e das convicções dos outros.

Pensei importantes, nesta perspectiva, dois critérios fundamentais. Escrever, em primeiro lugar, um texto do qual eu goste, e que responda às minhas inquietações e convicções. Segundo, aproveitar, ou provocar, confronto e debate, com colegas, amigas e amigos, para dialogar sobre o texto e avaliar se as palavras e as construções lógicas dão conta da realidade e dos sentimentos que queriam expressar.

I.6.2 NARRAR PARA CRESCER

"Karen Blixen conta uma estória que lhe contavam quando criança. Um homem, que vivia perto de uma lagoa, foi despertado uma noite por um grande barulho. Saiu então na escuridão e foi para a lagoa, mas nas trevas, corria pra cá e pra lá, à direita e a esquerda, só atrás do barulho. Caiu várias vezes. Até que encontrou um buraco na orla da qual saíam água e peixes: logo começou o trabalho para consertar a barragem e só ao acabar o serviço voltou para a cama. De manhã, olhando pela janela, viu com grande surpresa que as pegadas de seus passos desenharam no chão a figura de uma cegonha.

'Quando o desenho da minha vida será acabado, eu verei, ou outros verão, uma cegonha?', perguntava-se nesta altura Karen Blixen [52]. Nós poderíamos

> acrescentar: o percurso de cada vida vai ao final se deixar olhar como um desenho que tem sentido? Com toda evidência não é questão de um desenho previsto, projetado, controlado. Pelo contrário, o coitado, alertado por uma circunstância externa, correu na escuridão e se atropelou, trabalhou pesado e só quando tudo dera certo voltou para casa. Ele nunca perdeu de vista seu propósito, nunca deixou o objetivo do seu correr, até que o cumpriu. Seu caminho mistura a intenção com o acaso. Mesmo se vexados por tantas dificuldades e obstáculos, seus passos deixaram um desenho que ganhou a unidade de uma figura.
>
> A significação do 'conto' é assim neste próprio simples *resultar* que não depende de projeto algum, e na *unidade* da figura do desenho. Em outras palavras, o desenho – não linhas confusas, mas uma unidade de figura – não é o que guia desde o começo o percurso de uma vida, mas o que tal vida deixa atrás dela, sem nunca poder prevê-lo, nem imaginá-lo. A cegonha pode ser vista somente no final, quando quem a traçou com sua vida, ou *outros* espectadores, reconhecem, olhando pelo alto, as pegadas *deixadas* no chão" (in: CAVARERO, 1997: 7-8).

A própria experiência de uma pesquisa talvez é um pouco assim.

A minha o foi: 'a cegonha pôde ser vista só no final ...'.

Mas alguém poderia observar nas fontes citadas (as minhas pegadas no texto) um outro desenho, e eu não poderia negá-lo, mesmo apresentando minhas objeções. Aliás, seria ingênuo negá-lo sem aproveitar da riqueza de diferentes leituras do trabalho feito, ou da alheia re-organização dos contos registrados, dos documentos apontados. Perguntando primeiramente a mim mesmo: 'Porque ele(ela), ou eles, observaram diferentemente, ou pensaram em organizar diferentemente essas fontes?'

Um velho jogo de crianças é 'descobrir' figuras olhando no céu azul as grandes nuvens brancas modeladas por um vento brincalhão. Há quem reconhece um animal, outro a cara de uma pessoa, outros uns objetos. Há também, às vezes, aquele que, por preguiça ou por vergonha, defende-se dizendo: '*não vejo coisa alguma; só vejo nuvens*': criança já adulta, de um antigo jeito de se pensar adulto. Do ponto de vista 'antigamente científico', do ponto de vista 'racional', 'realístico', este último é quem mais está 'certo': 'com certeza' são nuvens. Mas, talvez, ele se torne o mais triste, ficando sozinho, fora da brincadeira, e a sua pesquisa acaba aí.

São, ao invés, os outros que terão a possibilidade de se aventurar por novos trilhos, novos jogos, novas pesquisas. Aqueles que sabem que *são* nuvens, mas aceitam o jogo das representações, e, mais, sentem que o que conta são as relações que o jogo alimenta, mais do que as próprias figuras imaginadas nas nuvens. Experimentam assim novos sentimentos, e novos contos, guiados por um fértil perguntar-se o 'porquê?' (*os* 'porquês'?).

Porque aquelas várias imagens nasceram em nós? Porque representamos diferentemente as mesmas nuvens? Porque nós somos assim diferentes? Qual a história e os sentimentos atrás das imagens percebidas?

Um texto, um conto, um relatório, querendo ser o ato final da participação em um evento, em uma pesquisa, ou a ata de uma reflexão conclusiva (relativamente final), dão corpo, ao final, a um texto único. Texto construído a partir de outras palavras, que encontramos já escritas, ou que nós transcrevemos de fitas gravadas, ou que deduzimos de nossas meditações. Palavras que 'nasceram' separadas, em seleções bibliográficas, em meditações, em silêncios, em contos escutados e re-escutados. Palavras 'trabalhadas' pelo nosso cérebro, pelos olhos, e pelas nossas mãos, usando a caneta, ou o teclado do computador (e não é a mesma coisa, pois algo aí muda na nossa cabeça[53]). Palavras traduzidas em fichas, ou em bits eletrônicos.

São elas, essas palavras que se tornaram texto, e que nos pedem ao final licença, a nós que olhamos pela janela, para apontar um desenho que não necessariamente é a somatória do percurso feito, mas sim uma nova interpretação, uma leitura, uma perspectiva. O relato de uma pesquisa é assim oferecer o conto de um percurso, na esperança de que por ele nasçam outras interpretações, para reconhecer nas mesmas nuvens, nas mesmas pegadas, semelhantes e diferentes desenhos.

Não queremos com isso nos colocar na perspectiva de uma relatividade absoluta. O que esperamos é que a atenção não seja focalizada na nossa visão, mas além e 'apesar' da nossa organização-interpretação, e aproveitando dela (isso o esperamos), haja *polegadas* e *nuvens* que se oferecem para serem relidas, em diálogo com a interpretação que nós apresentaremos.

Queríamos, também, conseguir 'narrar' a nossa pesquisa. Pensando o narrar não só como contar estórias, mas sim como forma de comunicar, de maneira que toda a pessoa participe do evento da comunicação. Por parte do narrador primeiramente: com seus sentir, pensar, agir. E, do lado do leitor também: para que ele se perceba livre, e estimulado a reconstruir, pelo próprio ato da leitura, a 'sua' pesquisa.[54]

Queríamos então contar estas pesquisa, pensando a narração como a arte delicada que

> "revela o significado sem cair no erro de defini-lo.[55] ... [Pois] há uma ética da gratuidade no prazer do narrador. ... Quem conta não somente entretém e encanta, mas também doa aos protagonistas de suas estórias a própria cegonha.
>
> Deixar atrás de nós um desenho, um 'destino', uma figura única da nossa existência, é *'o maior desejo digno do fato de que a vida nos foi doada'* [56], nada responde ao desejo humano mais do que o conto da nossa própria vida. E antes de revelar a significação de uma vida, a biografia[, a nossa pesquisa no caso,] reconhece assim o desejo dela" (CAVARERO, 1997: 10).

Talvez com ambição, queríamos nesse relatório de uma pesquisa de História de Educação Popular, não 'fazer história', mas sim contar umas histórias. Ou melhor, participar do desenho de umas historias. Histórias de outros, de outras. Com elas e eles, para eles e elas. E contar um pedaço da nossa história: o da nossa pesquisa. Oferecendo um ponto de vista, e umas perspectivas. Esperando que ela se cruze com outras, e que possa haver uma roda de contos pelos quais seja prazeroso olhar para atrás, para melhor dar conta do que temos na frente. Sem possuir, sem nos deixar possuir. Entrelaçando a recíproca dádiva do nosso perceber a vida.

Queríamos narrar como ato educativo e, portanto como ato de amor - pois não sabemos pensar educação fora de um contexto afetivo, que deseje o bem do outro. Amor ao outro (a) pelo oferecer-lhe uma leitura da história da qual participamos juntos. Oferecer uma visão para reler '*outramente*' a realidade, ou seja, nem conjuntamente nem isoladamente, mas dialogando. Enriquecidos pela possibilidade de outras interpretações, mesmo ficássemos perplexos por demais diferenças entre elas.

Pesquisei assim, pensando a minha pesquisa como experiência de amor. Não amor à 'verdade', mas amor ao que vem acontecendo quando nos aproximamos da realidade, pelo aprofundamento intelectual e pelas relações entrelaçadas. Na esperança de que o 'acontecer' seja o espaço em que 'realmente' participamos da história e a assumimos (ou rejeitamos) com responsabilidade.

'Segurar' os eventos, reduzindo-os a 'verdades', me parece a maneira mais certa para matá-los, violentando-os. Penso por isso na pesquisa não como procura de dados certos e de considerações finais, mas sim como experiência de saborear as várias 'verdades' que os fatos relatados, os pensamentos escritos ou confiados, e os encontros vividos nos ofereceram. Para saboreá-los, na perspectiva também de oferecer um percurso para outros (as) saborearem-nos. Não sei ainda se terei arte suficiente para apontar sabores: o gosto sempre é singular, histórico, cultural, pessoal ('quem conhece o gosto do pêssego da minha terra?'). Sei, porém, que tentarei fazê-lo com amor. Tentando comunicar, e não 'estender', o que, por graça, experimentei. Como exercício de viver pensando, e de pensar vivendo, sentindo que tudo isso mexe com a minha própria vida, a minha única vida, e com o gosto (ou desgosto) dela.

Dar corpo a um relatório, a uma dissertação, como um narrar, complica o próprio ato do escrever. Com efeito, escrevi com fadiga, pois sempre percebia que há muitas palavras semelhantes já escritas, muitas vezes com mais capacidade de melhor pontuar os problemas. Muitas vezes depois percebia que as palavras não traduziam, como eu queria, o meu pensar e entender. Aceitei os limites.

Aceitei então a 'pena' de escrever, como ato educativo (aí encontrando o prazer).

Para eu crescer junto com outros (as). Escrever como forma de 'organizar', mas de uma maneira aberta, já desejando novas ordens, já apontando diferentes possíveis organizações. Como brincando com peças de construção, sem ter instruções de montagem rigorosas, inclusive apresentando a imagem de uma possível combinação. Até aceitando que alguém goste de brincar destruindo, se por essa destruição apresentar nova, talvez mais convincente, reconstrução.[57]

Talvez, enfim, não precisava de muitas dessas minhas palavras. Mas saíram e se fixaram nesse texto, e eu as assumo. Eu gosto e não gosto delas, pois dizem e velam, traduzem e traem. Até acho bom ter aceitado o risco de tentar uma narração.

Escrever é ato de confiança; nas palavras e nos leitores, e é nesses últimos que mais confio. Esperando que escutem além do que as palavras souberam traduzir, e apesar das traições delas. Confio na estima e na paciência de leitores sabiamente críticos. Mas o que espero mais é que seja a minha prática, mais que as palavras, o lugar do meu ser bom pesquisador, escritor, educador, pois é isso o que eu quero ser, continuando o meu *devir de um bom educador*.

Bom relativamente às éticas em que acredito e que apontamos ao longo dessa primeira parte. Éticas implicando a escolha de aliados, e de nos declarar contra os antagônicos, amando-os ambos, se conseguir. Implica também limitar-nos, e responsabilizar-nos, por aquilo que queremos e por quanto nos compete. Nesta busca, pesquisar faz parte do nosso sermos educadores pela aceitação do desafio de nos deixar educar pela realidade: é por isso que procuramos indagá-la, e escolhemos meios e instrumentos, teóricos e práticos, intelectuais e emocionais, que nos ajudassem nessa perspectiva.

Se os apresentamos com insistência nessa Primeira Parte, é para permitir reconhecer o que se tornou a alma do nosso trabalho. Ou, pelo menos, o que nós desejamos que ela fosse.

NOTAS DA PRIMEIRA PARTE

[1] FREIRE, Paulo et alii, *Mentoring the Mentor: A Critical Dialogue with Paulo Freire*, Nova York, Peter Lang Publischers: 307.

[2] Como em um paradoxo, ou como em uma ironia, acontece que nós ainda não sabemos bem definir o que é *ser humano,* mas sabemos bem reconhecer o que é *desumano* ou *inumano*. Particularmente nas situações onde não existem as condições mínimas de sobrevivência, inclusive as necessidades afetivas e culturais.

[3] Lembramos em particular hoje, entre essas pedagogias, "a escola cidadão e a ecopedagogia: um projeto histórico nascido da rica tradição latino-americana da educação popular apontando para um novo professor, um novo aluno, uma nova escola, um novo sistema e um novo currículo. Assim, [também,] pensamos em um novo professor, mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente e organizador do trabalho na escola, um orientador, um cooperador, curioso e, sobretudo, um construtor de sentido" (GADOTTI, 2000: 45).

[4] Apontou-nos a humildade como 'técnica' de pesquisa Eliane Maria Teixeira Lopes, em um Minicurso do ANPEd, onde frisava, falando-nos do trabalho de pesquisa histórica, que é importante "escandir e reagrupar, reagrupar e desagrupar, *tendo a humildade* como técnica, para que a coisa não escape inteiramente; tendo outros campos disciplinares como constantes interlocutores; e *a imaginação* como limite, e, por isso mesmo, como 'instância criadora' " (LOPES, 1992: 23).

[5] 'Ação pastoral' é um termo eclesial implicando, assim no nosso convencimento, uma 'ação educativa', e, ainda mais, uma ação educativa 'dirigida' para, ou com, o povo.

[6] Antes da chegada ao Brasil, pensando nessa minha experiência no exterior, uma das motivações principais que tinha na época, um entre os desejos mais presentes, era o de participar da busca de um diálogo mais profundo entre as culturas. Contribuir, mesmo em pequena parte, para uma melhor capacidade de compreensão da realidade, seja a nível teórico, pela participação na atividade acadêmica, seja por aquele conhecimento que passa pelos encontros e pelos compromissos pessoais ou de grupo. Por isso o propósito principal era, e ainda é, o de uma postura de escuta, de conhecimento e de diálogo para com a reflexão pedagógica no Brasil. Diálogo que implica escutar, mas também dizer e expressar o meu pensar e sentir. Oferecendo-o. A começar por esse Nordeste brasileiro. E é por este desejo de primariamente ficar escutando, olhando e aprofundando, que se tornava difícil precisar, no início, um projeto de pesquisa bem articulado. Entretanto, e ao mesmo tempo, preparava melhores condições para oferecer a minha própria visão ao confronto com as dos demais.

[7] Com efeito, fundamentadas e acompanhadas pela Teologia da Libertação, essas experiências se tornaram, de certa forma, o símbolo do intenso movimento de renovação da própria Igreja Católica na América Latina. Renovação (não total, pois permaneceram fortes as tendências conservadoras) que veio adquirindo uma inesperada sintonia com os movimentos e as reflexões de cultura e de educação popular, perante os ataques violentos, e meticulosos, das ideologias e das ditaduras conservadoras.

[8] Mogeiro é uma pequena cidade da Zona Agreste da Paraíba. De Seu Isac e de outros membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais falaremos na Terceira Parte da dissertação.

[9] O termo '*evento*', vem do latim '*eventu*', derivação de '*ex-venire*': vir de algo, aparecendo. O Dicionário Aurélio assim anota: "1. sucesso, acontecimento; 2. eventualidade; 3. *Est.*: ocorrência, num fenômeno aleatório, de um membro de um determinado conjunto que se define *a priori*; 4. *Cosm.* Um ponto no espaço-tempo de quatro dimensões" O termo nos parece carregar um forte sentido de casualidade e, ao mesmo tempo, de gratuidade, apontando algo que não é necessariamente previsto ou causalmente determinado. Implicando algo que vem se impondo, pois *acontece*, se apresentando *como é*, e, assim, se tornando '*a realidade*'.
Ainda no Aurélio encontramos outras sugestões na definição de *acontecer*: "1. Suceder ou realizar-se inopinadamente; 2. Passar a ser realidade; ocorrer, suceder, sobrevir; 3. *Bras.* Ser ou constituir fato de importância na vida social ou em outros âmbitos" (Cf. *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

[10] O amor 'acontece', simplesmente. E é graça. Tristemente, e infelizmente, nós muitas vezes brigamos com adolescentes e jovens em particular sobre o 'se' e 'como' '*fazer*' o amor. Nos reconhecemos, assim, vítimas, e ao mesmo tempo atores, da 'mercantilização' de tudo. Não seria melhor nos dedicarmos a aprender a acolher o amor que acontece, a desejar que aconteça o amor, mais do que procurar 'fazê-lo'?

[11] Sendo João Pessoa bem perto de Recife, houve um contato e uma inter-relação importantes com o trabalho de Paulo Freire e de sua equipe. Percebiam-se os ecos da experiência do Movimento de Cultura Popular (MCP) na capital pernambucana, e da própria experiência de alfabetização de Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, assim como dos movimentos que, na vizinha Natal, deram origem à campanha de 'Pés no Chão também se apreende a ler'. Houve também pioneiras e significativas experiências de alfabetização paraibanas, como bem relata e analisa o trabalho de doutorado de Afonso Celso Scocuglia. (SCOCUGLIA, 1997 b. Cf. também: PAIVA, 1987: 203-258, e FÁVERO, 1983, passim).

[12] Pesquisar é assim, ficar atentos, mas, ao mesmo tempo, não atentos demais. Muitas coisas boas vêm por distrações, como em uma viagem, se o viajante é atento. Interessante nesse sentido o livro de Maria Teresa Moscato em que a autora interpreta o processo educativo, e analisa as temáticas educativas, usando uma série de figuras metafóricas. Entre elas, central, é a metáfora da viagem, como imagem do risco, do caminho, da disponibilidade, do encontro com experiências e culturas diferentes. (Cf. MOSCATO, 1994).

[13] Percebemos como ter uma forte sensibilidade para o subjetivo nos pede, pelo menos, duas atenções principais. Primeiro, dar conta do respeito à subjetividade dos pesquisados e das pesquisadas, e daquela 'subjetividade coletiva' que podemos imaginar por trás das entidades ou instituições envolvidas na pesquisa. Com efeito, pesquisar significa suscitar lembranças, sentimentos, opiniões, emoções, medos, raivas, bloqueios, movimentar grupos e massas. Nas pessoas e nas entidades. A segunda atenção, é com a subjetividade do próprio pesquisador ou pesquisadora, que pode ficar, de vez em quanto apaixonado, apavorado, desanimado, entusiasmado, crítico, ingênuo, cansado, apressado, preocupado com outras coisas e pessoas, além de seu trabalho de pesquisa. Tudo isso também vem fazendo parte de sua pesquisa histórica, dos tons, dos acentos, da qualidade do seu trabalho. Não como algo que pode ser 'definido', mas como algo que se tornou parte integrante da pesquisa, e nela misturado. De certa forma 'determinando-a', e peculiarizando-a.

[14] Não buscava um ser original por si mesmo, mas oferecer algo que outras e outros não poderiam oferecer, pelo simples fato de que eles não são 'eu'. Algo que, talvez, eles 'esperam de mim': o meu olhar peculiar, que outros não têm a mesma possibilidade de oferecer. A minha visão, nem a única nem a melhor; apesar de que deveria ser a melhor para mim, por

quanto eu possa oferecer até agora. Tudo isso confirmou, ainda mais, a idéia de fazer um 'pequeno' trabalho: o do qual sei dar conta. Pequeno também, porque as implicações de cada 'pedaço' do real já são múltiplas, e porque o tempo, as oportunidades, os recursos financeiros e as próprias capacidades, colocam limites precisos. Daí, a necessidade, e a responsabilidade, de procurar e assumir, o máximo do que é acessível e viável, deixando de lado outras coisas, talvez as apontando, mas sem podê-las 'perseguir'. Ironicamente, apesar do 'pequeno' objeto (ou talvez por isso mesmo), o trabalho final se tornou desproporcionado relativamente às pretensões de uma dissertação de Mestrado.

[15] A minha formação teológica e a prática pastoral na Igreja italiana, assim como a minha inquietação relativamente ao diálogo, dentro da instituição da Igreja, entre hierarquia e as novas formas de vida comunitária (como foram e ainda se propõem ser as CEBs), apontaram para um aspecto particular que poderia ter sido alvo interessante ao meu pesquisar. O de tentar perceber melhor como foi o encontro e a relação entre a Igreja (ou melhor aquela parte dela chamada 'progressista'), e aquela parte da sociedade de cunho socialista, nos primeiros anos depois do Golpe dos Militares (na Paraíba em particular). Agentes católicos de pastoral, de um lado, e militantes de esquerda, do outro, ambos seguindo, ou simpatizando, por um bispo que via tomando posições novas, relativamente à linha geral dos bispos brasileiros até então. Em uma primeira entrevista, Dom José Maria Pires (bispo emérito de João Pessoa) confirmou esta percepção. O próprio Dom José lembrou como a hierarquia católica era bem distante das posições populares progressistas nos anos sessenta. Os bispos aplaudiram a intervenção dos militares, inclusive ele, pois a ordem estava comprometida, e todos eles estavam apavorados pelo comunismo que permanecera seu inimigo antagônico. Será - me perguntei - que a minha formação e a minha história, além do interesse pessoal, me colocam em condições tais de poder dizer algo de significativo? Me ajudará a indagar melhor temas ligados às reflexões teológicas e às idéias pastorais nos documentos e nas práticas da Igreja?

[16] Anota a mesma autora: "Parece-me diferente o que proponho com *escandir* do que é *recortar*, palavra de uso mais corrente, bastante empregada no momento de elaboração de projetos, escolha do problema, etc" (LOPES, 1992: 21).

[17] Usamos o termo *mercadoria*, no sentido de algo que é obtido pela exploração da força física ou intelectual do trabalhador, considerado somente em função dos bens que produz, e assim 'traduzido' em valor monetário, anterior a qualquer consideração de dignidade humana. Achei por isso importante colocar diante de mim não somente a questão *do que* eu queria da minha pesquisa, por quem a estou fazendo, e para que, mas ficar, também, diante da questão de *como* eu quero que ela se apresente. Com efeito, ela se ofereça à troca dos serviços entre trabalhadoras e trabalhadores visando o bem comum, e não seja só funcional ao mercado depende também da 'qualidade' do ato de trabalhar. Gostar do próprio trabalho, do que produzimos, aumenta as chances para que possamos ficar no grupo que é disponível à troca, defendendo-nos das cobranças do mercado. Acreditando ainda na possibilidade que a nossa sociedade possa inventar diferentes maneiras de valorizar, respeitando-o, o trabalho humano. Aí o meu sonho: produzir, prazerosamente, não uma mercadoria, mas sim um bem oferecido à troca. Ou, talvez melhor, simplesmente oferecido. Produzir o maior número de textos possível, publicar cada vez mais, ser avaliados em função de quantas folhas preenchemos de palavras, visando aumentar a produção de livros e revistas. Tudo isso, de um lado, é com certeza sinal de desenvolvimento da pesquisa, da ampliação das possibilidade de se enriquecer por um aumento do conhecimento. De outro lado porém, permanece uma interrogação: será que a qualidade deste conhecimento não vai ser prejudicada? Não teremos também intelectualmente o problema do que fazer daquela parte de "cultura descartável" que vamos produzindo? Acho que este é um perigo real. Por isso acredito que há no escrever a responsabilidade também de escrever relativamente pouco. O "pouco" que achamos bom para nós e, com prudência oferecemos à avaliação dos demais. Escrever pouco e publicar menos poderia ser um bom propósito? (Ironicamente, tivemos que aceitar a nossa

incapacidade de escrever 'limitadamente' ...).

[18] Prazer e gosto que reconhecem, querendo cumpri-las, as responsabilidades inerentes à produção de um texto. Ou seja, as responsabilidades de dizer algo sobre algo o sobre alguém; apresentando hipóteses que podem se tornar *bem* ou *mal* para eles, apontando culpas e/ou méritos. Procurando tristezas, pelo mal, e alegrias por buscar saídas. Sem porém que o 'julgar' - inevitável - se torne sentença absoluta, sem apelo, marcada por tons definidores. Mas sim, apresentando *uma* interpretação, *uma* avaliação. Oferecida, mesmo que provocadora. A parte 'julgadora' é a 'pena', e aí, a responsabilidade pesa. Prazer é apontar esperanças. Reconhecendo e partilhando as tristezas que a pesquisa vai encontrando, mas na convicção de que, juntos e nunca se colocando fora, há possibilidade de ajudarmos a viver melhor e mais humanamente.

[19] Quem pesquisa tem o direito de aprofundar suas hipóteses e pensamentos, mas assumindo a responsabilidade de apresentá-los ao debate, e de assumir as implicações do seu trabalho. Ser leal significa também, ao nosso ver, antecipar as hipóteses e as próprias primeiras (provisórias) conclusões a quem participou do próprio trabalho de pesquisa. Apresentando aquelas deduções que, ao próprio ver, apresentam-se como 'evidências', na espera do assentimento, ou da crítica, ou da dissensão, mas nunca sem debate aberto e leal. Nessa última nossa afirmação, usamos, sem gostar muito disso, do termo *evidência*. Com efeito, ele nos parece trazer uma conotação ainda de caráter absolutista e universalista, como deixa perceber o Dicionário Aurélio: "*Evidência* = [Do lat. evidentia.] Qualidade do que é evidente (= o que não oferece dúvida; que se compreende prontamente, dispensando demonstração; claro, manifesto, patente); certeza manifesta. Filosoficamente: Caráter de objeto de conhecimento que não comporta nenhuma dúvida quanto à sua verdade ou falsidade. A evidência acompanha os diversos tipos de assentimento, ligando-se, contudo, de maneira mais completa, à certeza" (Cf. *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). Mesmo assim o conceito aponta que há experiências que todos e todas não podem negar na sua realidade concreta. Neste sentido são evidentes, por exemplo, as condições desumanas da maioria da população brasileira e a crescente desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres.

[20] Compartilhamos semelhantes inquietações com um grupo de pesquisadores da UFPB, propondo-nos uma pesquisa participativa em um assentamento do MST na Paraíba. As '*questões puxavam questões*', apontava Ivandro da Costa Sales, na introdução do relatório final: "Para que mesmo pesquisar os Movimentos Sociais Populares na Paraíba? Para quem será útil esta pesquisa? Nós nos contentaríamos em fazer uma pesquisa exclusivamente para satisfazer exigências acadêmicas? Gostaríamos, não por acaso, de que nosso trabalho parasse nos arquivos da Universidade? Ou, ainda pior, gostaríamos de que a vida dos Movimentos Sociais por nós pesquisada fosse entregue a seus adversários?" (SALES, 2000: 12). "Então - continua o texto -, qual a nossa postura política, teórica e metodológica? - Pesquisaremos algo que nos interesse e que seja de interesse das direções dos Movimentos Sociais na Paraíba; - As dimensões e aspectos a serem pesquisados serão sugeridos pelas direções dos movimentos em função das exigências de sua atuação. Assim, seria assegurada a relação imediata do processo e produto do conhecimento com o processo de transformação da sociedade. Nós da Universidade, asseguraríamos o rigor teórico-metodológico da pesquisa e colocaríamos os seus resultados à disposição dos dirigentes dos Movimentos Sociais que solicitaram a pesquisa e definiram o seu objeto. ... - O relatório final será entregue à direção dos movimentos pesquisados e só irá ao grande público o que for combinado pela equipe de coordenação da pesquisa e pela direção do movimento pesquisado ..." (SALES, 2000: 12). Múltiplas as respostas possíveis, abrindo debates. Mas a pergunta, uma vez colocada, permanece. Pedindo posicionamento, obrigando tomar partido, não deixando espaço à neutralidade alguma.

[21] As mudanças sempre implicam: a) *medo*: sendo ligadas à exigência primária, e subjetiva, de segurança. Medo que aponta também uma ligação não secundária à religiosidade; e à do meio popular em particular; b) *interesses*: sendo que mudar implica muitas vezes pôr em discussão a ordem atual, normalmente favorável a quem detém o poder, e às hierarquias que vigiam sobre a própria ordem; c) *alegria* e *libertação* (ou *opressão* e *tristeza*): 'nunca universais ou totais', ou gerais; mas sim sempre provisórios, limitados, parciais, temporários, pontuais.

[22] Pensamos assim a função das categorias, no momento da produção, como a mediação entre o conhecimento já produzido, as fontes encontradas e analisadas, e o conhecimento a ser produzido. Elas funcionam como os títulos e os subtítulos de um artigo, ou de um texto, que, pelo índice, nos ajudam (ou complicam, se mal colocados) a fazer a ligação entre o projeto global e as várias partes, apontando-nos novas atenções de leitura (mas também distraindo-nos de outras).

[23] No caso da minha pesquisa há também outras categorias relativas ao sentido de termos como o de 'povo', ou 'popular', que podem ser entendidos (ou 'mal entendidos') de jeito deferente de quando se fala fora ou dentro da Igreja, e diversamente também dentro dela mesma. Seria interessante, por exemplo, tentar uma análise sobre a imagem de 'povo' ligada à do pastor e suas ovelhas, tão recorrente na bíblia e tomada como imagem fundamental para indicar o exercício da autoridade episcopal. Qual o sentido de pastor que passa dentro de tal imagem? Guia, paternalismo, segurança, serviço, dogmatismo, obediência, ... ? Qual o espaço que tal imagem deixa para uma crescente autonomia das 'ovelhas' ? Desde os primeiros contatos com a experiência de Igreja brasileira e com textos ligados à educação popular, através de leituras e de testemunhas, fiquei curioso de aprofundar melhor o sentido do termo 'popular' - 'meio popular'. Percebi algo de original, semelhante ao que apontava o termo italiano, mas com referências próprias que a mera tradução não podia alcançar. Outro aspecto interessante na categoria 'povo', é a diferença do uso que Igreja e militantes políticos fazem dela. Para esses últimos 'popular' aponta claramente e imediatamente para uma diferenciação de classe; mas assim não é na linguagem da Igreja que, às vezes, parece quase ignorar, espiritualizando-a, as diferenças sócio-políticas entre os seus membros. Quais os maus entendimentos e qual a fertilidade do cruzamento entre os dois sentidos?

[24] Um excerto de Moacir Gadotti nos parece resumo precioso para expressar, pedagogicamente e por isso politicamente, muitas das dimensões e categorias aptas à nossa pesquisa: "É nesse contexto, nessa travessia de milênio, - comenta Moacir - que devemos pensar a educação do futuro, e podemos começar por nos interrogar sobre as categorias que podem explicá-la. As categorias 'contradição', 'determinação', 'reprodução', 'mudança', 'trabalho' e 'práxis' aparecem freqüentemente na literatura pedagógica contemporânea, sinalizando já uma perspectiva da educação, a perspectiva da pedagogia da práxis. Essas são categorias consideradas clássicas na explicação do fenômeno da educação. Elas se constituem um importante referencial para a nossa prática. Não podem ser negadas, pois ainda nos ajudarão, de um lado, para a leitura do mundo da educação atual e, do outro, para a compreensão dos caminhos da educação do futuro. Não podemos [assim] negar a atualidade de certas categorias freireanas e marxistas, como 'dialogicidade' e 'dialeticidade', a validade de uma pedagogia dialógica ou da práxis. Marx, em *O capital*, privilegiou as categorias hegelianas 'determinação', 'contradição', 'necessidade', 'possibilidade'. A fenomenologia hegeliana continua [então] inspirando nossa educação e deverá atravessar o milênio. A Educação Popular e a pedagogia da práxis lidas de forma crítica deverão continuar como paradigmas válidos para além do ano 2000. Contudo, necessitamos de novas categorias explicitadoras da realidade, que não surgem idealisticamente, mas no próprio processo de sua leitura" (GADOTTI, 2000: 34). Assim depois o autor sintetiza o contexto atual: "O cenário está dado: *globalização* provocada pelo avanço da revolução tecnológica, caracterizada pela

internacionalização da produção e pela expansão dos fluxos financeiros; *regionalização* caraterizada pela formação de blocos econômicos; *fragmentação* que divide globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos e confessionais, terrorismo" (GADOTTI, 2000: 34).

[25] Por exemplo, Dom José, no seu depoimento, sugeriu prestar muita atenção 'a dimensão da formação dos atores católicos' e 'a questão da autoridade', para perceber qual é a auto-percepção delas nos próprios atores sociais encontrados, e quais os pressupostos e os preconceitos ligados a isso. Formação e autoridade se tornariam assim duas outras categorias úteis e preciosas, apontando específicas atenções.

[26] As categorias nos ajudaram a relevar, assim, além das ocorrências, a importância também do que 'não foi dito', ou que não foi encontrado, pois o que não aparece não significa imediatamente que esteja ausente, podendo até dizer que foi voluntariamente ignorado ou evitado. Aí foi talvez onde as categorias mais nos ajudaram, no sentido de que só por uma expectativa desatendida é que se torna consciente a ausência.

[27] Há muito debate sobre Canudos. Eduardo Hoornaert nos lembra pelo menos "três caminhos de interpretação de Canudos: Canudos teria sido uma seita, ou uma forma nova de Igreja, ou então outra forma de as pessoas se reunirem como cristãos. ... [O autor se coloca mais na linha da terceira solução, anotando como] ... esses cristãos .. unem-se num convívio parental, numa comunhão fraterna, que lhes dá muita satisfação. Vivem de certa forma à margem da grande instituição eclesiástica, entre independentes e assimilados, mas de forma nenhuma identificados com os propósitos dela. Seu poder de pressão sobre essa grande instituição é muito limitado, pois a consciência de sua autonomia lhes é pouco desenvolvida. ... [assim, eles] tendem a imitar o modelo igreja " (HOORNAERT, 1998: 53).

[28] Uma crise de paradigma seria identificada por alterações e rupturas conceituais significativas. Isto é, há crise no momento em que os conceitos e as técnicas que formam um paradigma 'não dão mais conta' da resolução dos problemas do seu campo de aplicação, teórico e praticamente. Até chegar a sérias desconfianças com a própria existência de modelos normativos, para as ciências em geral e, em especial, com as ciências humanas e sociais (Cf. SCOCUGLIA, 1997 a: 115-118.). Essa crise tem suas raízes na época da modernidade, quando, de maneira mais evidente, houve ruptura com a tradição clássica, buscando um novo ponto de partida para a reflexão científica no sujeito pensante. Sendo que agora é o indivíduo a base deste novo quadro teórico, invertendo assim o caminho clássico do conhecimento, é o objeto que tornou a ser *construído* pelo sujeito, deixando de estar no centro do próprio processo de conhecimento, a partir do pressuposto de que o homem é dotado de uma luz natural (a racionalidade), capaz de permitir o conhecimento do real. Crise, depois que no atual contexto, chamado de pós-modernismo, radicaliza sua reflexão, questionando qualquer forma de dogmatismo, e qualquer 'objetividade' que não se apresente como relativa. Por isso "há um grande desafio hoje: o de compreender o que está nascendo, dando conta de novas sugestões: localismo, cotidiano, específico ... [com] uma multiplicidade de centralidades subterrâneas cada qual com sua história ..." (SCOCUGLIA, 1997 a: 128).

[29] Não usamos o termo '*progresso*', pois, a nosso ver, ele implicaria uma conotação ingenuamente positiva, como na linguagem comum. Pensamos, ao contrário, que o conceito de conhecimento tenha que permanecer aberto: não sabemos de antemão se o futuro que vai se abrindo pela crise será bom ou ruim, relativamente ao que pensamos seja o bem ou o mal. Mas cremos que passar pela crise seja, além de inevitável, fértil.

[30] Um texto é sempre algo a mais (ou a menos, dependendo da avaliação de valor do leitor) do que o autor, ou a autora, propuseram-se com ele. É um produto: ele contém um *plus-valor*, que pode ser explorado ou permanecer na sua dimensão de gratuidade. Produto que pode ser transformado em mercadoria, ou oferecido à troca para o bem de todos. Mas, de qualquer forma, ele, nascido pelo trabalho de alguém, que usufruiu o patrimônio histórico dos conhecimentos e do contexto cultural de sua origem e vivência, traz consigo algo mais do que tudo isso. Não é sua somatória. E cada leitura e re-leitura continuarão um processo de ampliação, ou redução, de sentidos e conteúdos. Espero assim, pelas minhas leituras dos textos de outros, como pela leitura desse meu texto por parte de outros, o acontecer de uma experiência mais livre, pra mim e para os outros. A de cruzar o meu prazer em escrever o que percebo de poder oferecer ao outros, da forma que eu gosto, com o prazer dos outros de aproveitar do que lhes chamará a atenção. Ou – e seria melhor – do que gostarão de ler e, lendo, sonhar, imaginar, desejar. Livres, sem angústias e até como um serviço, de jogar fora o que não interessa. Na liberdade de abandonar a leitura se não lhes fosse útil, ou melhor, se não fosse para eles prazerosa, mesmo que fatigante.

[31] "A etimologia do termo *studium* se torna transparente. Remonta-se a uma raiz *st-* ou *sp* -, que indica os *choques*, os *schocks*. Estudar e assustar são, nesse sentido, parentes: quem estuda encontra-se nas condições daquele que recebeu um golpe e permanece estupefato frente ao que o golpeou, sem ser capaz de reagir, e ao mesmo tempo impotente para separar-se dele. Assim, o estudioso é também, ao mesmo tempo, um es-tupido" (Cf. AGAMBEN, G., *Ideal del estudio*, in: AGAMBEN, G., *Idea de la prosa*, Península, Barcelona, 1989: 47.).

[32] Eu o experimentei também umas vezes (não muitas em verdade), trabalhando os relatos das entrevistas, quando voltei aos depoentes com o texto da entrevista transcrito. Umas pessoas corrigiram parte do texto - e tinham o direito de fazê-lo -, apontando que houve erros de transcrição, pois elas não disseram aquela frase, ou não entenderam dizê-la daquela forma. Re-escutando as fitas, percebi *verdadeiras* ambas as coisas. Primeiramente, era verdadeiro que o que disseram, 'de fato' estava gravado na 'realidade' da fita, do jeito que foi transcrito. Mas, era também verdadeiro que, na re-leitura do próprio texto, eles, de fato, não se reconheceram. Talvez, aquela era mesmo a intenção deles de então, e não mais a de hoje. Talvez, ele nem queria dizer isso de verdade. Ou, talvez, tem motivações hoje para repensar o que foi dito ontem, que já se tornara texto, com uma sua própria autonomia. Assim o próprio depoente se tornou como alguém que está lendo algo não dele. Curioso notar, enfim, como uma interrogação a mais, o que aconteceu mais com pessoas pertencentes ao mundo intelectual, acostumadas a lidar com os livros e a escrita. Para os depoentes do mundo rural a relação com as palavras foi diferente. Eles corrigiram o texto de sua imperfeições da língua portuguesa, mas não mudaram nada de significativo no conteúdo, simplesmente dizendo que o que disseram é o que pensavam e pensam.

[33] Foi Dom José Maria Pires que, falando conosco de educação popular, usou esta expressão. O sentido que nós percebemos, era o de uma intervenção educativa junto do povo: "Ajudar o povo a descobrir seus valores". Mas, qual o sentido do descobrir? E qual o sentido de 'ajudar'? É o povo que descobre algo que não conhecia e vem conhecendo-o agora, apontado pelos outros, ou o sentido é outro? É provável, assim a nossa percepção, que o sentido da afirmação esteja ligado mais à questão dos meios para expressar e mostrar os valores que o povo já tem. Mas a distinção é sutil, e o risco da presença do preconceito que os valores que já tem sejam de qualquer forma 'menores' aparece bem forte. Descobrir deveria poder dizer que estes valores estavam cobertos 'ao nosso ver', mas já existiam. E existiam, e existem, do próprio jeito. Um jeito do que somos curiosos e que respeitamos. Um jeito com que queremos dialogar.

[34] Só a arrogância e a violência de uma tradição e de uma história de explorações, por exemplo, pode acreditar como justo o princípio pelo qual quem primeiro chega em um lugar

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPB

onde a propriedade não é 'legalizada' - pelas suas leis, ironicamente - pode se apropriar dela. Princípio que infelizmente entrou também no nosso jeito cotidiano, e por isso se encontra no caminho uma coisa que 'não é de ninguém' eu posso me apropriar dela, mesmo que não me seja útil. Às vezes a deixo, mas só porque penso que tem que ter um proprietário, não porque acho que possa ser de ninguém e ficar onde está para quem precisar, na hora que precisar. Assim fazemos com o ambiente. E assim, muitas vezes, pelo contrário, fazemos com a coisa pública que 'não tendo proprietário individual' pode ser maltratada e até derrubada, desperdiçada.

[35] Interessante a leitura da análise de Patricia Seed sobre as diferentes modalidades de marcar a posse nas novas terras 'descobertas' pelos navegadores europeus nos séculos XV e XVI. Cada nação tem sua forma e seu sentido para marcar a conquista. E cada forma implica diversa maneira de entender as relações com os nativos, assim como implica diferentes relações entre as próprias potências ocidentais. Particularmente interessante o capítulo em que é apresentado o jeito de marcar a posse pelos portugueses, escolhendo não referências geográficas no território, mas sim pontos referenciais no céu, nas estrelas, procurando no alto algo decisivo, e incontestável, frente aos povos todos. Interessante em particular pela capacidade dos navegadores portugueses de aproveitar de tudo o que outras culturas tinham aprofundado, e que divisões étnicas e preconceitos religiosos tinham afastado da cultura ocidental (nisso é significativo o título do capítulo 4: *'Novo céu e novas estrelas'. As ciências dos Árabes e Judeus, a marinharia portuguesa e a descoberta da América.*). Cf. SEED, Patricia, *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*, São Paulo: Editora UNESP, 1999.

[36] Não podemos esquecer a reflexão pioneira de Paulo Freire que, em 1968, em um Chile animado por grande entusiasmo pela experiência de Allende, já alertava os extensionistas socialistas, que faziam formação com os camponeses, sobre o perigo de usar a mesma estratégia dogmática do regime que se contestava. Perigo sempre presente se não se vigiasse profundamente sobre o autoritarismo e sobre aquela postura cheia de preconceitos e elitista que subestimava a classe popular. (Cf. FREIRE, 1977).

[37] "Não é propósito deste livro contar a história da época de que trata - é o próprio autor que o precisa -: Meu objetivo é compreender, explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. ... Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas. ... Somos parte desse século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem à outra era, por exemplo, os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem a Guerra do Vietnã é pré-história" (HOBSBAWM, 1995: 13).

[38] Sharpe observa como a batalha de Waterloo pode ser observada também pelas lembranças de William Wheeler, um 'simples' soldado raso, que do ponto de vista subjetivo não vale menos do que um general. É outra perspectiva, para além das, e não necessariamente contra, as crônicas ditadas pelos textos clássicos. Buscando não a visão melhor, ou *a* verdadeira, mas o cruzamento das diferentes visões. (Cf. SHARPE, in BURKE, 1992).

[39] Escolhemos a 'História vista de baixo' como referência teórica, e não por uma discussão teórica. E, sendo a nossa pesquisa mais preocupada com a dimensão educativa, não nos preocupamos, nem teríamos condições para enfrentá-la corretamente, com a questão disciplinar da 'História'. O debate é assim sintetizado por Sharpe: "Por trás de toda discussão oculta-se uma questão fundamental: a história vista de baixo constitui uma *abordagem* da história, ou um *tipo distinto* de história?" (SHARPE, in BURKE, 1992: 53). No nosso caso, trata-se mais de uma *abordagem* da história do que de um particular tipo de História.

[40] Usamos aqui o termo *presunção* sem conotação de juízo moral. Simplesmente no seu sentido de 'pensar, com segurança, que as coisas sejam assim, como nós as achamos'; por tradição, por crença, ou até por preguiça.

[41] "Propomos - com Chartier - que se tome o conceito de *representação* num sentido mais particular e historicamente mais determinado. A sua pertinência resulta de duas ordens de razões. 1. as definições antigas do termo manifestam a tensão entre duas famílias de sentido. a) como dando a ver algo de ausente (signo-imaginação, distinguindo entre representado e representação); b) como exibição de uma presença: apresentação pública de algo ou alguém. ... Espera-se [com isso) acabar com os falsos debates em torno da partilha, tida como irredutível, entre a objetividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura) e a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciadas do real ..)" (CHARTIER, 1990: 17-18).

[42] Na idéia de *cultura* sempre esteve implicado um confronto com a idéia de *natureza*. Cultura foi entendida como emancipação do homem do estado natural. O termo veio porém assumindo diferentes significados e acepções no curso dos tempos. O que nos parece importante, é frisar como, na cultura ocidental, o termo se tornou confundível com o termo *civilização*, dando corpo à idéia das potências econômicas, políticas e acadêmicas da Europa e da América do Norte de serem o centro do mundo, e o modelo do que é ser *civil*. A conjunção *cultura-civilização* trouxe consigo a idéia de que há dois tipos de atitudes e pensamento: o dos *selvagens*, e o dos *eruditos*, os civilizados, aos quais pertence a missão de desenvolver os primeiros para o nível dos segundos. Ecos desses preconceitos continuam permeando a diferenciação entre cultura popular e a das elites. Diferenciação que dificilmente se livra de um sentimento de superioridade da segunda sobre a primeira. (Cf. GIACOMELLI, Gabriele, *La Pedagogia interculturale e il pensiero pedagogico di Paulo Freire*, tesi di laurea, Verona, 1998, capítolo 1). E mais, "a noção de *cultura* é algo mais difícil de precisar de que a noção de *popular* ... Uma noção ampla de cultura é central à nova história. O estado, os grupos sociais e até mesmo o sexo ou a sociedade em si são considerados como culturalmente construídos. Contudo, se utilizamos o termo em um sentido amplo, temos, pelo menos, que nos perguntar o que não deve ser considerado como cultura" (Cf. BURKE, 1992: 22).

[43] Poderíamos construir, como esquema de referência, essa seqüência: Cultura das elites => implica uma cultura dominante => implica uma cultura que se torna oficial. Cada passagem marca um processo de representações, implementando sentimentos de superioridade ou de inferioridade. E, correspondentemente, há mudanças de relações entre cultura popular e cultura dominada, sendo que a primeira é sempre mais percebida como excluída, desvalorizada, depreciada. Às vezes é também apreciada, mas como se aprecia o trabalho das crianças: esperando o seu desenvolvimento, julgando-a uma boa premissa. Essa distinção entre culturas ou 'meios' por exemplo, aparece latente também, na época pesquisada, na auto-percepção da própria Igreja, assim como os documentos de Medellín a apresentam. Aí fica clara a diversificação entre uma ação pastoral para as elites, e uma outra dirigida ao meio popular, relativamente ao qual se reconhece uma distância maior (sendo que o que mais falta parece ser a capacidade de lidar com o próprio meio popular). Implicitamente declara-se assim dentro de qual cultura colocam-se os documentos, e, de certa forma, o próprio propósito missionário, 'para o meio popular', não ainda se conseguindo libertar, ao nosso ver, de uma alma paternalista.

[44] Pensando o nosso trabalho como uma pesquisa de história oral, e tomando como esquema o apresentado por José Carlos Sebe Bom Meihy, no seu *Manual de História Oral*, (MEIHY, 1996: 51), obtemos o seguinte esquema: **Tema da pesquisa**: a ação das equipes centrais da Arquidiocese da Paraíba para com a sua base (as várias paróquias) nos anos 1968-1973. **Colônia**: Arquidiocese da Paraíba: os agentes de pastoral e o 'povo' implicados nas ações

promovidas pela Arquidiocese. **Rede**: os agentes de pastoral; o pessoal da base. **Rede inicial**: alguns agentes: os que faziam parte da equipe; o grupo de Mogeiro: pelas sugestões de Everaldo e de Dom José. **Ramo**: história temática. **Justificativa:** Objetivo central: a relação educativa que se deu entre o pessoal das 'comissões diocesanas' e a 'base'; objetivos complementares: evolução das experiências; relação de gênero; empate sócio-político da atividade pastoral da Igreja. **Pergunta de corte**: 'houve retorno pela ação desenvolvida? Em que sentido foi ação de educação popular? Qual o relacionamento entre o planejado, o atuado, o acontecido? **A escolha dos entrevistados**: entre os agentes de pastoral: os ligados a 'Igreja Viva'; na base: o grupo de Mogeiro, ligado á memória de Dom José e de Everaldo; entre os bispos: Dom José (bispo de João Pessoa na época), Dom Luís Gonzaga (originário da Paraíba) e entre os primeiros que coordenou a evolução das CEB's no Brasil.

[45] Cf. SIPE, Dan, *The Future of Oral History and Moving Images,* in: PERKS e THOMSON (eds.), *Oral History Reader,* 1991: 378-388. Dan Sipe argumenta que 'história oral e imagens em movimento têm considerável potencial sinérgico'.

[46] Luisa Passerini, por exemplo, analisou os silêncios e as incoerências das memórias da classe trabalhadora durante o regime fascista de Benito Mussolini, no entreguerras, para mostras como a ideologia fascista havia se entranhado profundamente na vida cotidiana e na identidade pessoal, e para revelar a dificuldade de se lembrar de envolvimentos com um regime desacreditado. Outro italiano, Alessandro Portelli, observou que os entrevistados do centro industrial de Terni lembravam 'erradamente' a data da morte do trabalhador Luigi Trastulli. Este morrera durante uma pequena manifestação contra a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), em 1949, mas a população local recordava sua morte como um martírio durante a greve e *lockout* catastróficos que envolveram toda a cidade em 1953 e terminaram com a derrota do sindicato e o fim da garantia de emprego. Portelli argumentou que a memória enganada era uma chave fundamental para a compreensão dos verdadeiros significados desses eventos para os indivíduos e para a comunidade da classe trabalhadora, de como havia acontecido e como ficaram na memória.

[47] No Dicionário Aurélio: *vulgar*: [Do lat. vulgare.] 1. Relativo ou pertencente ao vulgo; comum, ordinário, trivial, usual. 2. Reles, ordinário. 3. Sabido, notório. (Cf. *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

[48] No Dicionário Aurélio: *devolver* [do lat. *devolvere*]. 1. Mandar ou dar de volta (o que havia sido entregue, remetido, esquecido, etc.); restituir. 2. Dizer em resposta; replicar, retrucar, redargüir. ... 4. Refletir, retratar. ... 8. Reenviar, recambiar. 9. Entregar, dar, conceder. 10. Transferir, transmitir. (Cf. *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

[49] É bom e útil pensar o depoente como colaborador. Isto implica uma "mudança do significado dos papéis, de quem é quem; [e] não está apenas ligada à superação das formas tradicionais de se fazer entrevistas. A dependência do colaborador passa a ser muito maior do que antes. Não apenas este tem de dar a autorização para a publicação de parte ou do todo da entrevista, mas também de participar das etapas de transcrição e revisão do texto" (MEIHY, 1996: 28).

[50] Pode ser que a minha linguagem não seja popular, pois eu não venho desta camada social, e tenho uma tradição, a européia e a italiana em particular, onde o próprio termo 'popular' veio assumindo uma conotação diferente na América Latina. O meu jeito de formular pensamentos e o de escrever amadureceram em uma outra cultura, em uma outra língua, a partir de experiências diferentes, ainda que semelhantes. Aceito porém o desafio de uma linguagem que se apresente ao diálogo com o popular; pedindo paciência para a escuta da

minha diversidade e oferecendo a disponibilidade para várias traduções (que não sejam 'reduções' no sentido de simplificar, mas a experiência das multíplices possibilidades de expressar diferentemente a realidade que se nos apresenta). Quero assim tentar manter o meu estilo e jeito, sem simplificações e ao mesmo tempo me esforçando para bem explicar, sabendo que na tentativa de tornar algo 'mais fácil', há ainda o risco de pensar na inferioridade da outra ou do outro.

[51] No nosso ver, porém, mais do que uma esquizofrenia trata-se, mais uma vez, de preconceitos e de arrogância. Pois, pelo menos no que diz respeito às imagens e reportagens televisivos, por exemplo, há uma grande atenção para com a vida das pessoas famosas ou de classe média-alta, e um grande desrespeito relativamente à vivência das pessoas do povo ou dos chamados 'marginais'. Não achamos estranho esse risco quanto à questão da 'divulgação', assim como se houvesse coisas que 'o povo' não possa, nem tenha que conhecer.

[52] BLIXEN, Karen, *La mia Africa*, Feltrinelli Editore, Milano, 1996 (1959), p. 200.

[53] Cf. os interessantes estudos de Walter Ong analisando como na passagem da cultura oral à escrita, muda também a maneira da razão de organizar seus pensamentos. Assim como a maneira de pensar, a forma de organizar as idéias no cérebro, muda passando do manuscrito para o papel impresso, ou da maquina de escrever para a digitação no computador (Cf. ONG, 1986).

[54] Percebemos, assim, que relato científico e biografia, quase vêm se misturando. E o que, impediria a um relatório de uma pesquisa de usar os tons e as significações de uma biografia? Não é ele o resumo e a apresentação de um percurso de atividades humanas? Fruto de leituras, pensamentos, elaborações, silêncios, encontros? Ações essas que nunca se dão neutras, pois elas sempre são leituras 'apaixonantes ou tediosas', pensamentos 'rápidos ou angustiantes', 'magnânimos ou mesquinhos'; elaborações 'satisfatórias ou entristecedoras', silêncios 'férteis ou desesperados', encontros 'inquietadores ou aconchegantes', 'desejados ou subidos'. E, dependentemente desse nosso sentir e avaliar, nós conseguimos umas ou outras considerações, reflexões, palavras, conclusões, textos.

[55] "Contrariamente à filosofia que por milênios está obstinando-se a capturar o universo na armadilha da definição, a narração revela a finidade na sua frágil unidade cantando sua glória" (CAVARERO, 1997: 10).

[56] ARENDT, Hannah, *Isak Dinesen (1885-1962)*, in 'Aut-aut', 1990, n.239-240, p. 169.

[57] Lamentaria essa destruição. Não dá para esconder a dor de se sentir contrariado, não reconhecido, às vezes mal entendido, na própria interpretação. Mas não pesquisei, nem escrevi, para suscitar algo de específico, de predeterminado no leitor. O que moveu a minha busca foi o prazer de apreender pelo conhecimento, e o desejo de *não esconder* o aprendido (não usei aqui o verbo *partilhar* pois o percebia como pretensioso, não conhecendo o meu leitor. Só podendo confiar nele).

SEGUNDA PARTE

A AÇÃO PASTORAL 'IGREJA VIVA'

II.0 INTRODUÇÃO

Em 1981, o NOVA - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação Popular, do Rio de Janeiro, publicava, pela Editora Vozes, o primeiro número dos *Cadernos de Educação Popular*, intitulado '*Para analisar uma prática de Educação Popular*'. Nele, Beatriz Costa retomava 'com o mesmo título, a mesma temática e a mesma intenção', um artigo de 1976, a fim de

> "sistematizar algumas referências de análise que ajudassem os agentes que trabalham em educação popular" (COSTA, 1981: 7)

Três motivações nos convenceram a aproveitar esse texto para tecer a trama desta segunda parte. Primeiramente a qualidade do texto, rico de estímulos e inquietações, e capaz de oferecer uma seqüência crítica ao discurso. Em segundo lugar, a proximidade do texto ao período por nós analisado, e a ligação dele ao próprio objeto de nossa pesquisa, sendo que o NOVA teve com certeza, na época, mais de um encontro junto ao pessoal da Arquidiocese da Paraíba, como uns documentos e uns depoentes nos testemunharam. O terceiro motivo: o acaso do desenvolvimento da própria pesquisa. Com efeito, retomei esse texto depois de já ter organizado uma primeira vez os documentos e depoimentos, e a sua releitura de certa forma me obrigou a uma revisão, que se tornou, de fato, uma nova escrita do texto. Um 'acaso': pois já conhecia o texto, e talvez já estivesse 'dentro de mim', mas o retomá-lo nas mãos, tendo-o diante do olhar, ficando fisicamente na mesa, ocasionou outra relação. 'Fisicamente' ele se apresentou ao diálogo, inquietando e fertilmente provocando, com certeza junto a muitos outros textos, que também se fizeram companheiros da nossa análise, dos quais, talvez, o de Beatriz se tornou o 'símbolo'.[1]

Enfim, foi bom escrever duas vezes, ainda que cansativo. A primeira vez, talvez um pouco ingênuo, mas com uma ingenuidade que fez bem, fiquei mais encantado, contagiado e animado pelo entusiasmo que documentos e depoimentos passavam para mim, tornando-me, assim, mais 'indulgente' nas reflexões críticas. Na segunda leitura, fui mais cuidadoso, 'freado' pelo rigor da análise sugerida por Beatriz, mas não com menos entusiasmo, pois também ao seu texto não falta paixão educativa. Assim, de um lado, na primeira escrita, a ordem se deu, de certa forma, mais por mecanismos internos aos eventos apontados, enquanto, na segunda vez, a ordem seguiu mais as inquietações das questões fundamentais apontadas pela autora. Questões que atividades educativas que pretendem ser Educação Popular, ou no nosso caso, uma Pastoral Popular, não podem ignorar.

Agradeço à minha ingenuidade indulgente, por ter me ajudado no respeito do *sentir-pensar-educar* do pessoal da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. Agradeço à crítica analítica, por ter

me ajudado a não renunciar, indagando o passado, ao meu *sentir-pensar-educar*. Não buscando um equilíbrio, mas sim uma tensão. Um diálogo em que, às vezes, prevaleceu um sentimento, e, outras vezes, outros.

Ao mesmo tempo, o re-escrever não foi, apesar de tudo, uma reviravolta total da seqüência já escolhida e do texto já quase pronto. E as perguntas sugeridas pela avaliação crítica não provocaram a ânsia de responder. Houve diálogo: entre a minha sensibilidade, e a experiência da autora; entre os eventos que escutava narrados nos depoimentos e relatórios, e outros eventos que estavam 'condensados' na proposta do NOVA: as experiências de Educação Popular encontradas em seu serviço de assessoramento e pesquisa, que agora estavam traduzidas em uma proposta de avaliação. A ligação do NOVA com a vida da Arquidiocese da Paraíba, a pertença do texto aos anos setenta, fértil período de reflexão pedagógico-popular, e o desafio, e o desejo, de tentar me aproximar dos eventos com um olhar curioso, sem renunciar a uma postura analítica e crítica, me encorajaram nesse diálogo. E imaginei uma espécie de entrevista entre a proposta do texto de Beatriz e a proposta pastoral 'Igreja Viva', procurando melhor *saborear* - pois seria aqui pretensão *saber* - se, e em que sentido, ela atuou como experiência de Educação Popular, ou talvez melhor, de Pastoral Popular. Dois eixos fundamentais vieram assim norteando esse diálogo imaginário.

a) Uma primeira série de questões se refere à relação da ação educativa popular com a construção de um conhecimento, ou, talvez melhor de um *conhecimento-consciência.* O chamamos assim porque temos a sensação de que, de certa forma, 'conhecimento' veio muitas vezes se associando, talvez com uma certa pretensão, com o conceito de 'consciência'. Pois, como no caso do objeto da nossa pesquisa, o 'conhecer' tem logo a ver não somente com a 'idéia', ou o conceito, de Igreja, mas logo implica também o relacionamento com ela. O sentir-se parte mais ou menos integrante dela, inclusive gostando ou sofrendo da sua ligação, ou da sua 'distância', relativamente à realidade social. 'Conhecer' a Igreja, para aqueles que se reconhecem nela, é sempre ao mesmo tempo sentir-se parte dela, 'conscientes' do próprio, pessoal e coletivo 'ser Igreja'.

Por isso nos percebemos sem a possibilidade de distinguir nitidamente o aspecto intelectual do emotivo: o que se vê, do ato de crer. Pois, as adesões intelectual e afetiva no ato de crer se confundem, se integram, até conflitando entre elas, tornando as eventuais distinções somente umas estratégias reflexivas ou didáticas: esquemas para poder organizar uma reflexão sobre a fé, mas incapazes de alcançá-la numa perspectiva abrangente, satisfatoriamente descritiva.

Acreditamos depois que o conceito de 'tomar consciência', na idéia de passar de um estágio 'não consciente' a outro de 'consciência', como se encontra em '*Educação como prática da liberdade*', de Paulo Freire, tem que ser reformulado, como o próprio pedagogo

pernambucano, fez ao longo da sua reflexão, para evitar pensar o sujeito educando como não tivesse já uma sua própria consciência. Nisso preferimos pensar que o outro já tem uma consciência sua, uma particular leitura da realidade por ele já delineada. Só que ele a expressa, e cultiva, com forma e linguagem que não podem ser entendidos por outros, que, muitas vezes, nem quer entender daquela forma. Sendo depois que o jogo da troca das interpretações se dá em um jogo de forças, há consciências de que se encontram em situação desfavorável em termos de poder, ficando muitas vezes à mercê de outras consciências, e das relativas culturas, que vieram conquistando situação de supremacia e domínio. Isso nos parece mais claro repensando os conceitos de *opressão-oprimido* (interligados, pois um pressupõe o outro). Será que quem vive explorado, sofrendo não tem consciência de sê-lo? E será que não reconhece que causas disso são outros, ou outras, que o oprimem? Talvez não tem linguagem e meios para expressá-lo, ou para reagir de forma idônea. Mas com isso não posso dizer, que não tinha uma consciência (ou que só a tinham ingênua).

Tomar consciência então, por nós, aponta mais à aquisição da possibilidade de diálogo, e de enfrentar o conflito, por ter aprendido usar os instrumentos políticos e sociais do outro, opressor ou aliado, e os códigos por eles usados. Tomar consciência implicaria assim num 'mestiçamento', e não numa 'evolução' (mestiçamento que não pensamos com um caráter negativo, pois aponta para uma nova situação de vida que pode – e quer – ser melhor). Um encontro dialógico entre diferentes, e não uma emancipação, apesar de que, historicamente, uns códigos e instrumentos permaneçam preponderantes, impondo suas condições. E aí o diálogo se torna luta, disputa, contraste. Aí, assim pelo menos nos parece, consciência precisa de conhecimento, de saber e sentir ao mesmo tempo.

Nos perguntamos então: a Ação Pastoral 'Igreja Viva', que se propunha atuar no meio popular, tentou construir um *conhecimento-consciência* junto às classes populares? Qual, e como? Será que podemos repensá-la como prática de Educação Popular, entendendo por

> "Educação Popular uma prática - entre outras - na qual o que está sendo criado, transformado, desenvolvido ou, pelo contrário, destruído, é basicamente o conhecimento das camadas populares (e dos agentes). Conhecimento no sentido do modo como cada um apreende e explica os acontecimentos da vida" (COSTA, 1981: 14),

e mais, - acrescentamos nós - uma prática pela qual se cria, transforma, e continuamente avalia um *conhecimento-consciência,* no sentido do modo como cada uma(um) se sente, pensa, simboliza e crê. Decidindo, da forma mais autônoma possível, o que mais 'vale a pena' na vida dela (e). Ainda mais, se o conhecimento sempre mexe com relações de poder, isso cobra da Educação, e da Educação Popular em particular, uma prática social e politicamente responsável e comprometida. Nessa perspectiva, o que se torna fundamental, então, é que as camadas populares possam expressar, criticar e desenvolver

coletivamente suas teorias, suas formas de apreender e explicar as coisas da vida social, e se posicionem frente a elas, assumindo papel de atores sociais.

Por isso, nos primeiros três capítulos e no anexo final dessa segunda parte, tentaremos apresentar o que foi, como nasceu e se deu (e 'morreu') a Ação Pastoral 'Igreja Viva', mostrando o contexto sócio-eclesial e pastoral, quais suas escolhas metodológicas e, principalmente, quais os conteúdos escolhidos. A nossa atenção será dada ao que queriam *repassar* para a base os agentes de pastoral e os coordenadores diocesanos[2], procurando reconhecer o que se esperava acontecesse.

Voltando ao texto de Beatriz, a 'camada popular' em questão na nossa pesquisa seria 'a base' da Igreja, o 'povo' das paróquias. Um 'setor' da Igreja - e aí já uma questão aberta - que é definido mais pelo que não é, do que por sua peculiar característica[3]: nem clero, nem religiosos (as), nem agentes de pastoral, nem, muitas vezes, os próprios leigos atuantes em associações ou movimentos. Pois na estrutura da Igreja há uma hierarquia, e quase sempre o povo, a 'base', é definido pelo alto, e relativamente ao alto. A partir do que ele não é, mais do que por algumas características estreitamente específicas. Talvez não tenhamos, ainda hoje, alternativas de linguagem, mas nos pareceu uma questão para ser refletida, ficando sempre mais atentos aos próprios limites da linguagem.

A busca de um *conhecimento-consciência* será assim focalizada na análise da *idéia-imagem-experiência* de Igreja, que foi alvo da proposta da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. E por isso, nesses três capítulos, e no anexo, grande espaço é dedicado a aprofundar o conteúdo do que se pensava *transmitir* com a ação pastoral, não esquecendo que um conteúdo implica uma forma, um jeito, relações, um contexto[4]. Por isso, nos pareceu importante oferecer, nessa parte, um amplo material das fontes encontradas, para melhor entender a filosofia, as ideologias, e as crenças que nortearam o trabalho dos educadores. Apontando também, ao longo da resenha, as inquietações, as anotações críticas que vieram sendo formuladas em nós, sem cobrar aos atores da época o que, talvez, não podia ser tomado em conta naquele contexto, e respeitando a impossibilidade de chegar à 'realidade'. Ao mesmo tempo em que, porém, não deixamos de nos inquietar diante das implicações educativas que vinham aparecendo.

Há depois um outro limite que tivemos que aceitar e que é bom antecipar. A perspectiva dos documentos, claramente, é a dos responsáveis diocesanos e dos agentes de pastoral: eles escreveram os relatórios, eles, na maioria, nos contaram os eventos. Só podemos inferir traços do que 'a base' viveu e pensou, nas entrelinhas dos relatórios, pelas lembranças indiretas aí registradas. Mesmo assim, nos parece ter conseguido delinear um quadro suficientemente descritivo do que aconteceu. Talvez, nesses três capítulos, o fizemos mais com um estilo cubista, do que com uma clareza naturalista: com partes montadas em

uma ordem que responde mais ao objetivo de frisar elementos, às vezes amplificando-os excessivamente, do que respeitando proporções ou elegância formal. Procurando evidenciar os particulares, quase nos sentindo incapazes de abranger o global, senão emotivamente, como se ele não pudesse ser alcançado e contemplado 'objetivamente' como um todo. Fizemos então escolhas tentando oferecer ao leitor uma seleção do material (talvez demais) para que ele possa acompanhar nossa análise com seu ponto de vista, mais do que impor o nosso. Sem esconder que o nosso pensar e sentir fica inevitavelmente 'dentro' das próprias escolhas e da seqüência ao final decidida.

b) Se nos primeiros capítulos dessa Segunda Parte, tentaremos assim apresentar o que aconteceu e qual *conhecimento-consciência* propunha-se por 'Igreja Viva', no capítulo quarto, procuraremos desenvolver uma discussão sobre um segundo eixo de questões que nos sugeriu o texto de Beatriz Costa. Ou seja, observar e analisar - mantendo a formulação da autora - as 'modalidades de produção do conhecimento'. Propósito que nós traduzimos em uma reflexão sobre o como se deram, de fato, as relações educativas nesse processo, e o que aconteceu por elas, nas pessoas e nas instituições. (Cf. COSTA, 1981: 37 ss.). Questão que se revelou bem mais complexa do que esperávamos. Com efeito, quem sabe o que é o 'resultado' de uma relação educativa? Como avaliar o que aconteceu nas pessoas, ou na 'Igreja', ou na sociedade – no micro e no macro - a partir, ou pela contribuição de uma específica ação educativa-pastoral?

Apesar desses limites e dificuldades, tentamos não evitar a pergunta, porém preferindo usar nessa parte as tonalidades e os contrastes do *impressionismo*: um jogo de luzes e de cores opacas, talvez imprecisas, renunciando à idéia verista de descrever a realidade. Pinceladas mais leves, com descrições mais dinâmicas. Preferindo dar mais espaço, diretamente, a traços dos depoimentos, às descrições e às imagens encontradas nos textos, admitindo nossa incapacidade de saber *qual*, em si mesmo, o conhecimento de fato produzido, e deixando para a terceira parte da dissertação dizer algo sobre isso, mas de outra forma, e com outra linguagem. O resultado foi uma galeria de quadros, que só conseguimos organizar por setores, deixando ao visitante a contemplação, infelizmente rápida, para uma avaliação pessoal. Nossas referências críticas, de vez em quando, só funcionarão aí como indicações de leitura, sem por vezes renunciar aos nossos pareceres.

Contudo, então, um pouco iremos dizer nesse capítulo algo do processo em que se deu essa *transmissão-construção* de um *conhecimento-consciência*, buscando colocar ao centro da atenção as relações educativas que se entrelaçaram na Ação Pastoral 'Igreja Viva', e procurando evidenciar a especificidade e, ao mesmo tempo, a parcialidade do conhecimento elaborado, e como os vários atores se percebiam uns relativamente aos outros. Questionando também, e talvez isto é o mais importante, como viveram e repensaram as relações educativas.

Fizemos esse caminho, com muita cautela, compartilhando a convicção de que as camadas populares, e por isso também a base da Igreja, constróem conhecimento

> "por um caminho diferente das outras camadas sociais - diferente inclusive das pessoas que, embora não pertencentes aos setores populares, se comprometem com a sua luta - ... [e] sabendo que ninguém tem resposta para todas as coisas, ninguém possui o conhecimento global da sociedade" (COSTA, 1981: 16).

Perguntamo-nos então: será que pela Ação Pastoral 'Igreja Viva' se deram, de fato, as condições para que pudesse acontecer a construção de um *conhecimento-consciência* emancipador do meio popular? Ou, pelo menos, trabalhou-se visando isso na atuação da proposta pastoral (ao lado e no contexto da pastoral toda da Arquidiocese)? A metodologia e as práticas atuadas ofereceram ocasião para isso? Quais as dificuldades e quais as resistências? Quais as implicações afetivas, o 'se sentir', no desenvolvimento do processo educativo entendido como processo de construção de uma renovada consciência de Igreja, e da sua relação com o mundo? Deram-se também, e ao mesmo tempo, as condições para uma reformulada postura cidadã? Suscitou mais processos de participação ou de aceitação?

Essas perguntas se tornaram a trama do Capítulo II.4, permanecendo também, de outra forma, como o cenário de fundo da terceira parte. Talvez não respondemos a todas elas, mas todas ficaram ao nosso lado, enquanto escolhíamos, repensávamos e organizávamos o nosso trabalho.

II.0.1 UMA IRONIA INCONSCIENTE

Nessas inquietações - e em particular nos questionando se esse *conhecimento-consciência* que se visava transmitir por 'Igreja Viva' não contivesse, pelo menos implicitamente e apesar dos seus limites históricos, alguns elementos férteis para uma modificação da postura paternalista que nós achamos ainda latente nos educadores pastorais - nos percebemos como muitas das questões assumiam, às vezes, o sabor de algumas ironias.

Há ironia quando se manifesta "o contrário daquilo que se está pensando ou sentindo, ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa ou sarcástica em relação a outrem." [a].

Mais, em uma outra acepção, é ironia também um "contraste fortuito que parece um escárnio." [b] No nosso caso, preferimos colocar um adjetivo para clarear o que entendemos:

---

[a] *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Ferreira, 1994.

[b] *Dicionário Aurélio Eletrônico*, Editora Nova Fronteira, baseado no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Ferreira, 1994.

ironia inconsciente, tirando logo qualquer ligação com uma intenção depreciativa ou sarcástica. Defrontamo-nos assim com mais de uma ironia, com contrastes fortuitos, aparentemente contrastantes, mas fértil e mutuamente se questionando.

De onde me veio esta sensação? Ela veio ao nascer em mim dessas perguntas: 'Não será que reformular a *idéia-imagem* da Igreja, em particular da sua relação com o mundo, insinua mudanças não predeterminadas, e inesperadas pelos próprios promotores? Não há, nos conteúdos e nas metodologias escolhidas, elementos, que uma vez assumidos, se tornariam abaladores até de aspectos apontados como 'certezas' (até dogmáticas) pelos mesmos conteúdos?

As perguntas nasciam diante do material e dos depoimentos que íamos adquirindo. E ia formulando-se uma hipótese, talvez mais uma inquietação: estava-se anunciando uma disponibilidade de a Igreja mudar, até na sua estrutura institucional, que era maior da declarada 'oficialmente'. Mas o anúncio era feito de forma 'oficial', por organismos da Arquidiocese, e por isso implicando sua cúpula também. Não se anunciava um *contrário*, mas um *ademais*. Pois o conteúdo estava dentro dos documentos e das declarações oficiais, mas não estava ainda traduzido em práticas institucionais concretas. Aliás, havia forças já operando para voltar um pouco atrás. Tudo isso, assim nos parece, se tornou um *contraste fortuito* e fértil, sem ser um *escárnio*. Talvez tenha sido uma *tristeza* (porém com muitas alegrias vivenciadas), para os muitos que acreditaram, na época, em mudanças radicais e corajosas, e em pouco tempo tiveram que recuar.

Encontramos uma hipótese similar, em outro contexto, mas mexendo com as mesmas questões, no texto de Pedro Demo '*Ironias da educação*', onde, refletindo a ação educativa nas instituições, e sem, porém, diminuir a importância delas, também ele anota que, para ter mudanças,

> "carisma não basta, pois as instituições vivem de rotina, não de carisma" (DEMO, 2000: 47).

Ironia, depois, é a forma de resistência contra os regimes que usam a força, e que são mais fortes. É a forma de resistência de quem fica, e quer ficar, 'dentro', pois quem vai para fora, ou está no exílio, pode falar mais abertamente. Uma ironia sutil e discreta, falada ou traduzida em atitudes e gestos, é uma das melhores formas, até hoje criadas, para resistir dentro das instituições, quando sua autoridade vira autoritarismo.

Não quisemos organizar o texto ao redor dessa nossa hipótese de ironias. Deixamo-la de lado, e aberta. De vez em quando, porém, ela volta a se apresentar, nos questionando. No final, ainda não nos sentimos certos dela, nem nos sentimos desmentidos. Aliás, parece-nos ainda mais uma hipótese aceitável e fértil, ainda que historicamente não alcançada.

Tabela 1. DADOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (1965)

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA - "PARAHYBENSIS" PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA: PARAÍBA (SEDE METROPOLITANA) (1965)

NOTAS HISTÓRICAS

A Diocese de Paraíba foi criada a 27-4-1892, pela Bula "Ad Universas Orbis Ecclesias", do Papa Leão XIII, com território desmembrado integralmente da Diocese de Olinda. A 6-2-1914, pela Bula "Maius Rcatholicae religionis Incrementum", do Papa Pio X, foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana. 1° Bispo e 1° Arcebispo: D. Adauto ª de Miranda Henriques (1894-1935); 2° Arcebispo: D. Moisés Colelho (1935-1959); 3° Arcebispo: D. Mário de Miranda Vilas Boas (1959-1965).

DADOS GEOGRÁFICOS

Situação: Leste do Estado da Paraíba. *Limites*: Oceano Atlántico; Arquidiocese de Natal, RN; Diocese de Campina Grande, PB; Diocese de Nazaré, PE.
Superfície: 19.963 Km²; *População*: 962.894 habitantes.
Municípios: 55

DADOS ECLESIAIS

Paróquias: 41
Clero secular: 53 padres (29 ocupados nas paróquias)
Formação do clero secular: Seminário Arquidiocesano da Imaculada Conceição (Seminário Menor), em João Pessoa
Religiosos: 23 sacerdotes, 9 irmãos
Formação de religiosos: Frades Menores: Seminário Menor
Frades Menores Capuchinos: Seminário Menor
Religiosas: Tot.: 305 (196 em João Pessoa; 109 no interior)
Religiosas exercendo atividades na Arquidiocese: Coordenação das religiosas: 6; Coordenação de catequese: 2; Coordenação de Liturgia: 2; Comissão de Música sacra: 2; Pastoral Vocacional: 1; Auxiliar na Secretaria de Administração: 1.
Constituição das Comunidades quanto ao número de irmãs: de 3 a 4 irmãs: 5 comunidades; de 5 a 8: 9; de 10 a 12: 9; de 14 a 17: 5; de 25 a 31: 2.
Nível escolar das religiosas (de 270 pesquisadas): primário: 91; média 137; superior: 32; nenhum: 4; n.r.: 6

Fonte: CERIS, *Anuário Católico do Brasil. 1965*, Rio de Janeiro, 1965

Tabela 2. PARÓQUIAS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA EM 1969[1]. E ÁREA E POPULAÇÃO DOS CORRELATIVOS MUNICÍPIOS (1970)[2]

PARÓQUIAS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA EM 1969 E ÁREAS E POPULAÇÃO DOS CORRELATIVOS MUNICÍPIOS (1970)				
PARÓQUIAS, em 1969		**Data de fundação**	**SUPERFÍCIE Km²)**	**POPULAÇÃO (hab.)**
N.S.DAS NEVES (Catedral) - 1586; N.S. DE LOURDES - 1913; N.S. DO ROSÁRIO - 1929; SANTA JÚLIA - 1953; SÃO JOSÉ DE CRUZ DAS ARMAS - 1959; N.S. DE FÁTIMA - 1961; SANTA TEREZINHA - 1962; N.S. DA CONCEIÇÃO - 1963				
	do Município de JOÃO PESSSOA		189	221.484
ALHANDRA		1760	228	11.534
PILAR		1765	208	12.113
TAQUARA	(Município de Caaporã)	1765	100	8.294
SÃO MIGUEL DE TAIPU		1809	53	7.962
AREIA		1815	143	30.057
BANANEIRAS		1835	284	27.655
GUARABIRA		1837	146	34.735
MAMANGUAPE		1838	480	37.089
SANTA RITA		1839	705	53.283
INGÁ		1840	345	17.257
N.S. DO LIVRAMENTO	(Município de SANTA RITA)	1840	-	-
S. MIGUEL d/ BAIA d/ TRAIÇÃO		1840	73	3.352
VILA CONDE		1840	144	4.914
ARARUNA		1854	231	18.901
ALAGOA GRANDE		1861	309	31.636
SERRA DA RAIZ		1870	29	3.033
GURINHÉM		1873	192	12.425
MOGEIRO		1874	222	10.955
PILÕES		1874	63	8.188
SERRARIA		1900	177	11.937
ITABAIANA		1903	190	24.796
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO		1904	235	13.617
ALAGOINHA		1909	86	9.773
SERRA REDONDA		1917	62	7.383
PIRPIRITUBA		1926	75	9.645
SAPÉ		1926	441	45.378
RIO TINTO		1940	601	26.228
JACARAÚ		1948	351	17.350
CABEDELO		1951	33	15.841
MARI		1953	187	15.513
SOLÂNEA		1955	368	23.161
BAYEUX		1960	21	35.507
REMIGIO		1965	553	13.734
Outros municípios no território da Arquidiocese que não são sede de paróquia	Arara		71	7.706
	Belém		11	12.038
	Cacimba de Dentro		219	14.147
	Caiçara		158	10.545
	Caldas Brandão		96	3.474
	Cuitegi		42	3.992
	Dona Inês		58	9.033
	Duas Estradas		81	7.245
	Itaporoca		176	11.778
	Itatuba		117	8.157
	Juarez Távora		87	4.512
	Juripiranga		122	7.167
	Lagoa de Dentro		106	6.851
	Lucena		83	4.757
	Mataraca		344	2.999
	Mulungu		238	11.696
	Pedras de Fogo		434	15.665
	Pilõezinhos		34	5.470
	Pitimbu		119	6.793
	Salgado de São Felix		179	11.188
	Tacima		323	11.210
			10.854	*1.001.153*

Fontes:
1) CERIS, *Anuário Católico do Brasil. 1969*, Rio de Janeiro, 1969.
2) IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil.1972*

Tabela 3. MOVIMENTOS RELIGIOSO DAS FREGUESIAS, NAS PARÓQUIAS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA EM 1964

MOVIMENTOS RELIGIOSO DAS FREGUESIAS, NAS PARÓQUIAS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA EM 1964								
PARÓQUIAS	Batizados			Casamentos	Centros de Catecismo	Alunos	Primeiras Comunhões	Conferências Vicentinas
	Sex. Masc.	Sex. Fem.	Total					
ALAGOA GRANDE	746	1.010	1.756	172	30	1.600	500	1
ALAGOINHA								
ALHANDRA								
ARARUNA	1.584	1.649	3.233	274	30	3.000	1.000	
AREIA	1.043	1.215	2.258	246	35	1.500	684	2
BANANEIRAS	921	859	1.780	209	24	2.200	402	1
BAYEUX								
CABEDELO	298	193	491	38	6	1.600	80	1
CRUZ DO ESP. SANTO	325	294	619	80	1	60	-	1
GUARABIRA	1.495	1.580	3.075	322	38	2.290	950	1
GURINHÉM	674	617	1.291	72	24	2.410	500	-
INGÁ	554	512	1.066	115	22	1.200	280	1
ITABAIANA	775	1.015	1.790	162	19	2.135	348	2
JACARAÚ	624	624	1.248	124	2	450	237	
MAMANGUAPE	1.322	1.484	2.806	249	18	1.300	239	1
MARI	666	641	1.307	80	-	-	143	1
MOGEIRO	331	340	671	63	16	716	208	
N.S. DA CONCEIÇÃO	310	289	599	51	3	115	96	1
N.S. DE FÁTIMA	144	162	306	38	15	850	64	1
N.S. DE LOURDES	316	321	637	112	8	2.495	437	1
N.S. DO LIVRAMENTO	120	111	231	3	4	350	150	
N.S. DO ROSÁRIO	967	895	1.862	137	26	3.085	250	
N.S.DAS NEVES - Catedral	676	696	1.372	154	12	3.500	600	4
PILAR								
PILÕES	636	1.433	2.069	101	21	1.152	328	1
PIRPIRITUBA	828	779	1.607	135	27	1.085	1	
REMIGIO								
RIO TINTO	726	710	1.436	174	15	1.600	470	1
S. MIGUEL d/ BAIA d/ TRAIÇÃO								
SANTA JÚLIA								
SANTA RITA	1.198	1.008	2.206	146	18	800	480	2
SANTA TEREZINHA								
SÃO JOSÉ DE CRUZ DAS ARMAS	793	701	1.494	153	151	3.857	250	4
SÃO MIGUEL DE TAIPU								
SAPÉ	1.125	1.127	2.252	196	20	750	239	1
SERRA DA RAIZ								
SERRA REDONDA	314	298	612	80	10	500		2
SERRARIA	397	408	805	91	40	737	438	
SOLÂNEA								
TAQUARA								
VILA CONDE	84	73	157	10	-	-	30	
PEDRAS DE FOGO	164	177	341	43	12	310	310	3
Total	20.156	21.221	41.377	3.830	647	41.647	10.163	34

Fontes: 'Freguesias no Ano 1964', AEP: C: e/1 a 4 A 1p 1 a 9, Mg 1

CAPÍTULO II.1
FALANDO EM 'IGREJA'[5]

II.1.0 INTRODUÇÃO

O termo 'Igreja' que na fala cotidiana, dentro e fora da própria experiência católica, é usado por parte de todos como aparecendo imediatamente claro, ele é na realidade muito complexo. Com efeito, de que e de quem falamos dizendo 'Igreja'? Em que ou em quem pensamos ouvindo falar, ou lendo, sobre ela?

Percebemos que muito depende de quem está usando o termo, e do contexto em que se fala de 'Igreja'. Por isso, sem tentar impróprias e abstratas definições, queríamos deixar aberta a questão. Assim, sem pretender ter a certeza do que os textos analisados ou as pessoas depoentes queriam determinar usando esse termo, o que mais gostaríamos de conseguir nesse nosso texto, e que nos pareceu importante procurar, é não fixar, nem apontar, significações rígidas, ou antecipadas. Até gostando de pequenos enganos que poderiam aparecer pelas diferentes formas e consciências em falar dela, ou no se sentir 'a Igreja'. Cada vez, assim, o que é entendido, apontado, definido como 'Igreja', mais do que a um conceito abstrato, será ligado ao teor, ao cunho do discurso, às experiências de referência, às perspectivas de quem está falando dela. Pois, mais com que 'é' a 'Igreja' em si mesma, estamos preocupados com o que os documentos e as pessoas entendiam e entendem descrevendo-a, ou falando dela, ou vivendo-a. O termo 'Igreja' indicará, assim, às vezes um conceito, um modo de pensar, um jeito de ler e entender o vivido: como simples experiência de reflexão, ou como expressão teológica. Outras vezes, ele apontará mais simplesmente uma experiência local: a vivência de um grupo de pessoas, de uma comunidade, de uma paróquia (em sua dimensão sociológica). Outras vezes ainda, falando de 'Igreja', poder-se-á perceber que o que é apontado é a própria 'cúpula' da Igreja, em diálogo dialético ou até antagônico com a sua 'base'. Ou em diálogo (ou em luta) com outras instituições e poderes. E, às vezes, uma parte da própria cúpula dialogando diferentemente de outras. Aí uma questão ao mesmo tempo teológica e sociológica, e dialética: 'Igreja' é uma entidade plural, do ponto de vista social e do ponto de vista eclesial, apesar da rígida estrutura hierárquica e doutrinal que ela apresenta. Há 'uma' Igreja oficial, ou pelo menos assim percebida, com seus documentos, suas estruturas, seus mecanismos. Mas, há também dentro dela espaços para se 'sentir Igreja' de várias maneiras. Assim há grupos, comunidades, padres, religiosas, bispos, bem diferentes uns dos outros. Às vezes quase parecendo, ou de fato sendo-o, até antagônicos.

A reflexão de um filósofo italiano, analisando sua postura diante da experiência de fé, talvez nos pode ajudar a perceber melhor essa entidade plural da Igreja, apesar de ela ter uma rígida hierarquia.

Nós a anotamos como uma pincelada, para estimular nosso pensar, não podendo entrar demais na complicada questão.

> "O que é que reencontro, então, se e quando eu reencontro o cristianismo - chegando aí por conclusões alcançadas em nível filosófico, mas também por um conjunto de motivações 'culturais' que compartilho com o meu mundo, sobretudo por uma herança que nunca deixou de mexer comigo?
>
> Não estou na frente de um patrimônio de doutrinas e regras claramente definidas, capazes de resolver todas as minhas dúvidas apontando para mim, com clareza, o que fazer. É verdade que é assim que a doutrina cristã é pregada pela Igreja Católica; e por isso, se assim não a reencontro, isto é porque, no fundo, eu não quero reencontrá-la na verdade dela. Mas esse cristianismo dogmático e disciplinar não tem nada a ver com aquilo que eu e meus contemporâneos 'reencontramos'; não é dessa forma que o ensino de Jesus mostra-se capaz de nos convocar e falar conosco. Isso é só por nossa culpa, ou isto não deveria também fazer refletir aqueles que se acham depositários da verdade da fé e da missão de pregá-la no mundo? O cristianismo que eu reencontro, ou que nós meio-crentes de hoje reencontramos, inclui com certeza a Igreja oficial também; mas somente como parte de um evento mais complexo, que inclui também a questão da contínua re-interpretação da mensagem bíblica" (VATTIMO, 1996: 57).

Não será que é isso mesmo, ou algo parecido - nos perguntamos -, que, com outros instrumentos e formas, continua fazendo muita parte do 'povo' da Igreja, ou, de forma mais abrangente, a religiosidade popular cristã? Não é esta, a de encontrar uma via respeitosa da mensagem e, ao mesmo tempo, que não se coloque totalmente fora da tradição e da instituição, a tentativa que fizeram, e fazem, os grupos de reflexão bíblica, as CEBs, e outros grupos atuando na chamada Pastoral Popular [6] ?

II.1.1 A IDÉIA LOCAL DE 'IGREJA'

Qual, então, voltando à nossa pesquisa, o entendimento de 'Igreja' que mais guiou a preparação e elaboração da Ação Pastoral 'Igreja Viva'?

É importante para nós tentar delineá-lo, para melhor nos aproximarmos dos eventos analisados. Por isso, tendo em conta as precauções acima apontadas, deixamos logo a três textos da época a tarefa de resumir o clima em que acontecia a reflexão teológica sobre a 'Igreja' na Arquidiocese da Paraíba. Não se trata de textos que resumem documentos oficiais da Igreja, mas relatos de palestras interpretando e adaptando as idéias desses documentos a partir da sensibilidade, das experiências e do pensamento de 'especialistas' locais.[7]

Pareceu-nos que essas palestras, apresentadas em um encontro 'oficial' da Arquidiocese, e depois entregue, por cartas circulares, a todos os padres, juntamente a um forte convite à leitura e à meditação, adquirissem um valor e uma relevância particulares. Além disso, sempre idéias que são comunicadas por relação pessoal, têm um sabor diferente

das lidas ou indiretamente escutadas, ainda mais se o palestrante tem fama e estima a nível diocesano e extradiocesano.

A data dos textos coincide com a fase final da atuação da Ação Pastoral 'Igreja Viva', e por isso, ao nosso ver, os torna idôneos para mostrar o que estava sendo elaborado naquele período. E mais, o próprio fato de ter convidado para uma formação do clero e dos leigos alguns teólogos cujas idéias já eram conhecidas como 'progressistas' sugere que as concepções de Igreja deles harmonizavam-se com as dos responsáveis diocesanos e do próprio bispo. Essas idéias apontariam assim como se pensava devesse ser a Igreja, ou melhor, qual a Igreja por eles crida e desejada.

Houve, então, em 1972, vários 'Encontros de Atualização', para padres e leigos, o conteúdo temático dos quais foi resumido e anexado a uma carta endereçada ao clero, colocando em evidência as três palestras fundamentais dos eventos.[8] Esses encontros visavam fundamentar as diretrizes das propostas pastorais da Arquidiocese para os anos a seguir, as duas principais sendo:

> "1. Criar condições para que o clero e os leigos descubram e realizem sua missão na Igreja e no mundo. 2. Na Ação Pastoral dar prioridade aos trabalhos que visam a suscitar, animar e coordenar a CEBs, as Comunidades ambientais e os grupos de fé."[a]

Tais 'Encontros de Atualização' nasceram pela exigência de traduzir na prática o princípio básico assim apresentado pelo próprio bispo[9]:

> "'NINGUÉM PODE INVENTAR A PASTORAL SOZINHO. TODA AÇÃO PASTORAL DEVE PARTIR DOS MOVIMENTOS E DAS FORÇAS QUE JÁ ESTÃO ATUANDO ... [Pois] ... QUEM NÃO SE ATUALIZA SE MARGINALIZA",[b]

Em seqüência, estas foram as temáticas aprofundadas nos três encontros: I. Os fundamentos teológicos das Comunidades Eclesiais de Base (Pe. José Comblin). II. Os aspectos pastorais para as nossas Comunidades Eclesiais de Base (Pe. René Guerre). III. A Teologia Pastoral e os aspectos sociológicos das Comunidades Eclesiais de Base (Pe. Humberto Plummen).

II.1.2 O Mistério Da Igreja E O Seu 'Modelo Concreto'

Na primeira palestra, o Pe. José Comblin distingue entre a '*Revelação*', ou seja, a ação de Deus que se faz encontro para os homens, e o '*Modelo concreto*' de vivenciar historicamente esse encontro. Essa distinção, de qualquer forma original, pelo menos relativamente aos documentos oficiais da época, nos parece introduzir uma compreensão da

---

[a] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972'. AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.
[b] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972'. AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.

experiência eclesial que questiona a imagem monolítica da Igreja. Ou seja, ela não seria mais 'como é', e 'desse mesmo jeito que ela é', simplesmente porque Deus mesmo assim a quis, deixando à hierarquia o poder de determiná-lo, pois - sugere o teólogo - nós podemos pensar que, se

> "há uma revelação do MISTÉRIO DA IGREJA, porém não há revelação de um MODELO CONCRETO em que esse mistério se torna acessível aos homens de uma época. [Pois] os MODELOS CONCRETOS são sempre PARCIAIS, insistem em certos aspectos determinados e limitados de ministério. Não há modelo completo em que se viva a TOTALIDADE DA REALIDADE REVELADA."[a]

Se for assim, não se poderia inferir nenhum '*modelo concreto absoluto*' para a Igreja a partir de moldes predeterminados, copiando modelos já fixados por leis divinas intocáveis. Precisariam sim, então, modelos para a Igreja se situar historicamente, mas eles sempre teriam que ser reformulados a partir do que vem acontecendo e amadurecendo, dialética e criticamente, na história. Pela própria tradição e pelas novas interpretações dela que vão surgindo.

Há assim, de um lado, uma idéia de Igreja que vem da experiência antiga, que até então foi a hierarquia que se preocupou de determinar, codificando-a, nas suas modalidades. Mas há também espaço para uma Igreja que há de vir, a determinação da qual, agora, também o povo poderá participar para reformular: com a sua vontade, vitalidade, fé e vivência. Por isso, a gênese das estruturas que atualizam a Igreja, não procederia primariamente de uma ordem ou uma lei superior e da atuação dela, mas, ao contrário, da consciência de que

> "primeiramente existiram a Paróquia, a Diocese, e só depois é que elas foram consagradas por um direito. O formato do Bispo atual da Igreja é um modelo concreto saído da Alta Idade Média e já não se pode confrontar com os existentes na Igreja primitiva. ... Mas então, de onde vêm os 'modelos concretos' que, de vez em quando, norteiam a estrutura da Igreja? Eles vão surgindo a partir de: a) CRITÉRIOS OBJETIVOS, isto é, da consideração da própria sociedade humana, de sua realidade social, suas aspirações, suas forças. Esta realidade é que vai se impor à Igreja que não pode decidir só pelo que ela pensa. b) CRITÉRIOS SUBJETIVOS, isto é, toda ação pastoral deve partir dos movimentos que já estão atuando.
>
> Ninguém pode inventar a PASTORAL A PARTIR DE NADA."[b]

Quais as conseqüências dessa visão, em perspectiva pastoral?

No que concerne, por exemplo, às nascentes Comunidades Eclesiais de Base, que vinham propostas na época pela própria hierarquia, tudo isso queria dizer que para que elas 'aconteçam', propondo-se como um 'Modelo historicamente concreto', elas precisam de

---

[a] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972', AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.
[b] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972', AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.

"HOMENS NOVOS, em CONTEXTOS NOVOS e a partir de um NOVO ANÚNCIO DA MENSAGEM CRISTÃ. ... [Partindo] de uma ou duas idéias fundamentais que possam polarizar o grupo unido. ... [Isto é] que os convertidos mantenham a Liberdade de Espírito que não os obriga a pertencer a grupos anteriores, mas deixa a liberdade de formar novos grupos, com a condição de permanecer em comunhão com os outros grupos."[a]

Mas será que é justamente isso o esperado pelos bispos propondo as Comunidades de Base no encontro de Medellín, em 1968, nos perguntamos? E, ao mesmo tempo, não é um deles, o bispo da Arquidiocese da Paraíba, que permite e divulga essas idéias para sua diocese? Com efeito, concluindo suas reflexões, o teólogo frisava como seria impossível colocar a totalidade do Cristianismo dentro de um modelo fixo, dentro de uma imagem predeterminada de 'Comunidade concreta', porque esta é, e sempre será, um fruto da seleção de alguns pontos relativamente a um 'Modelo ideal' a ser vivido. Quer dizer que se pode viver historicamente só algumas entre as 'verdades' da 'Igreja', cujo 'modelo teórico' principal permanece o das primeiras comunidades, apresentado nos primeiros capítulos dos Atos dos Apóstolos. Por isso o 'modelo concreto', o vivido, ou o que é proposto a ser vivido num período particular, consegue atualizar somente uma parte da 'realidade da Igreja', aceitando só implicitamente as muitas outras 'verdades' não assumidas por ele: outros aspectos e caracterizações até importantes, mas que, na hora, ou não são oportunos ou até agora ainda não são percebidos como determinantes.

Parece-nos que este tipo de pensamento constituiu una trama de fundo sobre a qual se fixaram muitos dos conteúdos e as metodologias das iniciativas pastorais da Arquidiocese. Começando a pensar a Igreja como uma experiência cujo futuro já não estava mais predeterminado, como até pouco antes sempre se pensava que o fosse. Uma Igreja chamada a se 'reformar' e 'reformular' diante dos velhos e novos desafios, e não somente os eclesiais, mas os sociais e os políticos também.

Daí também as perguntas que mobilizaram reflexões e ações: 'Como encontrar essas novas formas eclesiais? Quais suas características? Como relacioná-las com as indicações doutrinais ou dogmáticas da Igreja a nível universal? O que tem que ser mantido para evidenciar a unidade mundial, e o que pode pegar rosto peculiar localmente? E o que implica, de modo particular nas relações pessoais, atuar nessas peculiaridades, locais e contextuais?'

Marcado por esse tipo de reflexão, o pessoal da Arquidiocese se colocou em uma postura bem diferente da época anterior, quando a preocupação maior era a de 'implantar' a Igreja, fazendo funcionar atividades e estruturas já prefixadas e 'sacralizadas', a partir de

[a] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972', AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.

uma tradição nunca questionada, e executando os 'mandamentos' do Magistério da Igreja. Apresentava-se então o desafio de uma busca sem modelos predeterminados, e por isso complexa e difícil, mas, ao mesmo tempo, desafiadora e cheia de entusiasmo.

Essa visão de Igreja que ia se fixando na consciência dos agentes de pastoral, mesmo em uma perspectiva ainda em parte paternalista, criava condições novas para re-elaborar um conhecimento e uma consciência de Igreja junto às camadas populares. Pois há espaço para uma construção de conhecimento só onde nem tudo esteja já predeterminado, questionando então não os modelos em si mesmos, mas a qualidade deles, a postura dogmática ou doutrinária com que foram propostos até então. De fato, como anota Beatriz Costa,

> "nenhum agente realiza um trabalho de educação popular sem ter na mente uma proposta, isto é, sem ter uma referência que o oriente na realização daquele trabalho ... [O que, porém, se torna] fundamental é explicitá-la confrontando-a com as condições de existência dos setores populares locais. Isso implicando, inclusive, na necessidade, ao longo do trabalho, de os agentes explicitarem e discutirem sua proposta com as próprias camadas populares" (COSTA, 1981: 31).

Uma concepção de Igreja, como a apontada por Pe. José Comblin, e que nós achamos assumida pelo pessoal da Arquidiocese, nos parece cumprir o primeiro aspecto apontado da autora nesse trecho: o da *explicitação* da proposta que se tem na mente, da idéia de Igreja que queremos favorecer. Uma explicitação que se apresente de forma favorável ao possível nascer e crescer de um conhecimento construído junto às camadas populares. Essa parte teológica, porém, não indagava ainda o segundo elemento: o *confronto* com as condições de existência dos setores populares. Não por não terem o conhecimento da problemática, mas pelo limite que distingue o momento da reflexão do da prática da pastoral.

II.1.3 A IGREJA É POVO EM MARCHA

Na segunda palestra, a do Pe. René Guerre, a experiência da Igreja é refletida em perspectiva pastoral. Visando indagar o jeito do clero e dos agentes de pastoral de se fazerem presentes perto do povo, e a capacidade deles de escutar e interpretar as experiências de vida de fé, ele propõe adotar uma nova perspectiva, que melhor dê conta da renovada visão de Igreja. Ele também utiliza na sua fala o conceito de '*Modelo concreto*', distinguindo-o da idéia de uma '*Igreja teórica*' que possa ser pensada como realidade 'em si, e por si mesma, verdadeira'.

A pastoral não deve partir de uma teorização abstrata da 'Igreja', argumenta-se, pois ela visa experiências concretas, que aqui e ali 'vai tomando corpo' pelo jeito particular daqueles que ali crêem e vivem, e pela sua re-interpretação da Tradição, aí pensada como síntese da experiência das gerações anteriores. Por isso, para refletir em particular sobre a

possibilidade de promover pequenas comunidades de fé, precisará conjugar melhor a teoria com a realidade da vida cotidiana. Com efeito, sendo

> "o MODELO CONCRETO das COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, uma maneira de realizar praticamente a Igreja, [esse modelo] deve manter ALGUMAS IDÉIAS REVELADAS em que se vai insistir ... [Entre elas:] a) A Igreja, vista como povo de Deus em marcha; b) Cristo, colocado como centro total deste povo; c) Os leigos, vistos como principais agentes de Pastoral; d) O clero, assumindo a posição de Servidores deste povo ...
>
> [Mas ter idéias reveladas e a tarefa de atualizá-las,] ... significa que nós, na Arquidiocese, fizemos umas OPÇÕES para tentarmos, a partir das realidades concretas de nossos meios, educar o nosso povo para vivenciar [de fato] estas IDÉIAS FUNDAMENTAIS que queremos ver vivenciadas em nossas COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE."[a]

Então, as Comunidades de Base e os grupos todos na base, seriam uma *'maneira de realizar praticamente'* a Igreja, para o que bastariam apenas *'algumas idéias'* a ser vivenciadas. Ou seja, não precisariam nem de todas as noções teológicas, nem de todas as estruturas pensáveis, porque aquelas *'algumas idéias'* seriam suficientes. São aquelas idéias que precisam em um particular contexto histórico e eclesial. Idéias suficientes, o que não quer dizer que as demais fossem inúteis: só não são necessárias. Isso *a partir das realidades concretas de nossos meios*, ou seja, com um percurso que começa de uma releitura das idéias fundamentais feita na base, mais do que por idéias aplicadas do alto para a base.

Nessa nova perspectiva, em que não aparecem mais determinismos nem modelos rígidos, a Igreja - nesse caso entendida como hierarquia - não deveria mais, na sua ação pastoral, visar o povo como massa na qual mandar, mas sim se relacionar com sua base como com o possível co-protagonista de novas formas de ser Igreja. O povo em diálogo com a hierarquia, não só executando seus ditados, mas participando do próprio momento de elaboração e também das avaliações seguintes.

A partir de reflexões como essas se aprimorou, ao nosso ver, uma postura pastoral e educativa nova, que entusiasmou e penetrou muito nos responsáveis da coordenação da Arquidiocese, encontrando apoio também de uma pequena parte do próprio clero, talvez mais pela novidade do que pela compreensão em profundidade da 'reviravolta' teológica e pedagógica apontada. Ou, talvez, porque essa 'reviravolta' ainda não aparecia em todas as suas implicações. Com efeito, nas idéias básicas de uma Igreja vista como *povo de Deus em marcha;* dos leigos, vistos como *principais agentes de Pastoral*; e de um clero que privilegia a postura de *serviço* ao povo, é oferecida, mesmo que ainda teoricamente, a possibilidade de concretizar na pastoral aquele *confronto com as condições de existência dos setores populares* que o texto de Beatriz apontava como eixo fundamental da prática popular.

---

[a] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972'. AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.9.

Vimos, então, como havia uma idéia e uma proposta de Igreja abrindo o espaço para construir o conhecimento dela junto às camadas populares, e como crescia uma concepção de pastoral em que tal construção valorizava a marcha, o ritmo e o protagonismo dos leigos, e redimensionava a postura do clero, oferecendo os pressupostos para uma ação que fosse educação popular.

II.1.4 BUSCANDO ALÉM DAS PARÓQUIAS

> "Analisar como está se concretizando uma prática de educação Popular é procurar ver se as camadas populares estão exercendo e reforçando seu poder nas discussões e decisões que ocorrem nessa prática. ... Organizando um trabalho, estamos, simultaneamente, criando mecanismos de distribuição e exercício do poder naquela atividade? ... Se o que buscamos é que as camadas populares reforcem e exerçam o seu poder de decidir e conduzir as ações de transformação da sociedade, então é necessário que este mesmo poder seja exercido também na prática de educação Popular ... porque é decidindo e conduzindo suas próprias discussões que as camadas populares poderão desenvolver os conhecimentos que dão força ao seu poder de transformar a sociedade" (COSTA, 1981: 34.35.38).

É na análise desse aspecto que encontraremos as maiores dificuldades e resistências.

O condicional no texto já nos alertou: *'se' o que buscamos é que as camadas populares reforcem e exerçam o seu poder*. Com efeito, será que era esse exercício de poder das camadas populares o que a hierarquia estava buscando, ao propor uma pastoral no meio popular?

Provavelmente, é a nossa sensação, a preocupação era mais com *ações para a transformação da sociedade*, mas não com as relações eclesiais internas que visassem uma *transformação da Igreja* a partir da própria base. Ou seja, o trabalho com o povo talvez visava reforçar a Igreja como um todo, para ela ter mais força para obter mudanças sociais, mas ainda não reconhecendo um papel significativo, e de poder, à sua base. Mas essas 'ações para fora' não podiam não pedir também ações 'para dentro', cobrando a reformulação das estruturas de elaboração e de decisão, mexendo com a questão do poder entre os próprios membros da Igreja. Isto, por coerência e por implicações necessárias.

O período entre Medellín (1968) e Puebla (1979), cheio de debates, até duros, entre hierarquia e teólogos, em uma sucessão de documentos e artigos, e intervenções até disciplinares, testemunha essa tensão.[10] Para uns a Igreja latino-americana já tinha avançado demais, sendo que alguém teria interpretado os documentos de Medellín, e os do Concílio, além do que eles apontaram. Para outros era a Igreja, na sua cúpula, que mostrava sua cara conservadora, por medo das novidades ou de mexer com as doutrinas e o poder.

"[Aí, talvez,] um entre os grandes problemas da vida da Igreja - nos confiou João Francisco de Souza, na época um entre os responsáveis de 'Encontro de Irmãos', ação radiofônica pastoral da Arquidiocese de Olinda, contemporânea da Ação Pastoral 'Igreja Viva' -: 'Tudo bem, venham as mudanças, até que a hierarquia tem o controle.' A Igreja tem uma experiência milenar de comando. Ela deixa experimentar, mas na hora em que acha que é demais ela fecha. Assim, quando o clima está muito sufocado ela areja, mas se está ventilado demais fecha a janela. E há forças que ficam escondidas e que não aparecem na hora, ou aparecem em minoria, mas que revelam grande resistência e solidez no momento oportuno." [a]

Com coragem, a questão é enfrentada e proposta na terceira palestra, a do Pe. Humberto Plummen, que também foi divulgada e oferecida à reflexão do clero todo, e, portanto, aprovada pela própria Arquidiocese. Aí o que o palestrante analisa é a própria estrutura paroquial, e suas relações de força e de poder, internas e externas. Una análise ousada, feita por uma ótica prevalentemente sociológica; e com muita severidade e pontualidade. Ao final, a própria paróquia revelou-se a essa análise como um

"instrumento incapaz de promover mudanças, por que ela não personaliza, isto é, ela faz Executores, mas não Autores de transformações, pois ela dá TAREFAS, mas sem PODER INVENTIVO. ... [Com efeito, devemos sempre partir de] três aspectos que, no nosso século, se revelam como descobertas para a análise sociológica, embora não sejam novos: 1. A valorização da Pessoa Humana em todos os meios. 2. A valorização do Comunitário. 3. A força dinâmica dos pequenos grupos.

[Assim,] o Século XX descobriu que as MINORIAS é que formam elemento renovador das estruturas, e não as MAIORIAS que por sua natureza são tradicionais e passivas.

[E mais,] a existência de QUANTIDADE em nosso trabalho não é indício de que estamos realmente promovendo transformação." [b]

Uma análise teimosa, atestando uma grande confiança nos instrumentos sociológicos de leitura da realidade, em sintonia com o clima da época, em que parecia que as disciplinas humanistas, finalmente, tivessem adquirido o direito de participar 'livremente' da construção da reflexão teológica e pastoral. Clima novo, cheio de um entusiasmo, talvez ingênuo, por se pensar parte de um momento histórico, inesperadamente fértil, aberto a coisas novas. Achava-se que a própria Igreja, até então conhecida e experimentada como instituição forte e conservadora, estivesse disponível a mudanças até radicais. Convicção, e esperança, que nos parece ser bem sintetizada nessa afirmação:

"Quando a gente não sabe mais dar respostas aos problemas COM FORMULAS CERTAS é sinal de que estamos nos libertando de nossas CERTEZAS e entramos num NOVO ÊXODO e caminhamos por um DESERTO, necessitando de Deus para chegar a UMA NOVA PÁTRIA. ...

---

[a] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: 'Carta aos padres, 16 de novembro de 1972', AEP, Cpa, DAPA, a/1 E 9 Cx 21; doc. 9.

[E] a destruição de NOSSAS CERTEZAS PASSADAS será o início da construção das CERTEZAS DE DEUS ditadas na história."[a]

II.1.5 DO CONCÍLIO VATICANO II UM CONVITE: '*VAMOS MUDAR!*'

Damos agora um passo atrás para aprofundar ainda mais o imaginário de Igreja que amadurecera e animou os protagonistas da iniciativa pastoral 'Igreja Viva', voltando aos meados dos anos Sessenta, ao tempo da chegada de Dom José Maria Pires à Paraíba.

"Quando cheguei à Paraíba, - nos confiou Dom José Maria Pires - o Concílio estava ali para ser operacionalizado, e ali a gente começou todo este trabalho de conscientização e de renovação, a partir do Concílio. Todos nós, bispos do Brasil (85 dos quais morando na mesma casa, muitos dos outros chegando nas tardes para os encontros programados), trabalhamos durante as quatro sessões do Concílio. Não só, mas o nosso grande grupo de brasileiros, todas as tardes tinha um encontro com um teólogo. Eram teólogos católicos, protestantes, ortodoxos, com temas de vário interesse ligados às temáticas do Concílio. Com debates e diálogo bem abertos, enriquecidores para todo o episcopado brasileiro, não só em função dos trabalhos conciliares, mas para os anos depois no retorno ao Brasil. Causou uma abertura muito grande. Tal concílio foi, a meu ver, a grande reciclagem do episcopado brasileiro.

Voltando do Concílio, a gente ficou com muito interesse com o chamado *'esquema 13'*, que foi o documento *"A Igreja no mundo de hoje"* [o documento conciliar *Gaudium et Spes*]. E pensávamos o que é que a gente poderia fazer. Também a *Lumen Gentium*, que coloca a Igreja como Povo de Deus [marcou todos nós]. O povo que temos diante de nós é o povo dos pobres. Rico não freqüenta Igreja, rico dá contribuições, até constrói igrejas, ajuda nisso e naquilo, mas nós não contamos com ele como Igreja. Então, Igreja como povo de Deus é Igreja dos pobres."[b]

Do testemunho de Dom José[11] aparece como a experiência romana de participação aos trabalhos conciliares marcou profundamente o jovem bispo mineiro. Por isso, a tarefa de dar conta da exigente Arquidiocese da Paraíba, se constituiu para ele em um evento emotivo e intelectualmente intenso, na percepção de estar participando, sem mérito, mas com responsabilidade, de um momento histórico de grande importância, ainda mais, sendo o Nordeste caracterizado pela presença inovadora e animadora de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife e fundador da CNBB, e por outros bispos que podiam ser definidos 'progressistas'[12].

Um momento decisivo com certeza para a Igreja brasileira toda, e percebido por muitos com a sensação de que não poderá ter reviravolta, pois, ao final, a Igreja 'redescobriu o seu rumo certo'. É a sensação que tivemos escutando a narração de Dom José e de outros, como se começasse aquele que aparecia um tempo de grandes e concretas mudanças, até radicais.

---

[a] Fonte: 'Carta aos padres. 16 de novembro de 1972', AEP, Cpa, DAPA, a/1 E 9 Cx 21; doc. 9.
[b] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 1 de outubro de 1999

E com a forte sensação de que tudo isso iria cedo acontecer.[13]

Nas leituras da conjuntura eclesial, feitas por parte dos coordenadores da pastoral da Arquidiocese da Paraíba e retomadas em vários relatórios, voltava com freqüência a reafirmação dessa certeza de que, ao final, a Igreja reconhecera sua distância do 'mundo', sua cara 'triunfalista', e que tudo isso tinha sido definitivamente denunciado nos documentos conciliares. Chegava assim a hora da atualização do 'novo', e se começou a se interrogar sobre as modalidades que precisariam para se colocar em verdadeiro diálogo com a realidade social, procurando também as formas de se apresentar de cara nova na frente do mundo. Os textos do Concílio Vaticano II, e as conclusões da reunião dos bispos latino-americanos em Medellín, foram assim tomados como o 'manifesto' dessa nova cara da Igreja, da sua nova realidade. Textos que assumiram uma validez 'mítica', apesar da efetiva incidência que tais documentos conseguiram ter, em particular relativamente à estrutura interna e organizativa da própria Igreja. O Concílio era percebido como um mito, um fundamento inabalável de possíveis e viáveis novidades. E a Igreja era pensada no começo de uma época em que teria mostrado a sua autêntica, e originária, beleza, rumo às suas origens. O entusiasmo era muito grande, como bem aparece nesse conto relativo aos trabalhos conciliares[14].

> "Um grande número de bispos, entre os quais muitos dos nossos, deram uma acentuação sobre os pobres ... e a necessidade da Igreja se livrar de todas as manifestações pomposas e ser mais comprometida com os pobres e com a sua libertação. Nesta Igreja todos participam do sacerdócio de Cristo e se põe em evidência o sacerdócio universal dos fiéis. Tudo isto abalava a Igreja estabelecida e deu base para uma reforma profunda da realidade concreta da Igreja. ... Na basílica de São Pedro, vários bispos insistiram no fato de que a Igreja ... estava centralizada nela mesma." [a]

O Concílio, porém, textualmente, não dizia tudo isso, ou, pelo menos, não da mesma forma em que era percebido. Tinha-se então consciência de uma vontade 'geral' de mudar, mas ainda fortes resistências permaneciam na cúpula, e, mesmo que por outras motivações, ainda havia frieza ou perplexidade em muitos entre os padres, e na própria base.

II.1.6 PRECISA MUDAR: POR FORA, E POR DENTRO

Contudo, havia, na época, reflexões abertas sobre a necessidade de rever a estrutura eclesial nas suas relações internas, pensando em novas formas de gestão do 'poder'. Isso aparecia também nos próprios documentos conciliares, mesmo que com uma linguagem ambivalente. Muito mais a temática era enfrentada por artigos de revistas especializadas, na América Latina toda, e particularmente, no Brasil, pela *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB). O que mais se indicava como necessidade de se repensar eram as relações entre os

[a] Fonte: 'Revisão de nossas ações pastorais-opções', sem assinatura, sem data, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6.

bispos e os presbíteros, as entre eles e as Congregações e Institutos de religiosos e religiosas, e, talvez com a ênfase maior, a relação entre a hierarquia, inclusive o clero, e os leigos. Esses últimos em particular, os chamados 'fieis', não podiam nunca mais ser pensados somente como destinatários de pregações e executores de ações ditadas pelo alto. Isto, pelo menos, nas reflexões mais progressistas.

Aparecia também, e com força, o grande desafio de encontrar um novo jeito de se apresentar ao 'mundo', desistindo, aos poucos, à pretensão de ditar regras ou anátemas, para se colocar em diálogo aberto e sincero para com a sociedade toda, na busca comum do 'bem para todos'. Falava-se também na exigência de uma maior democracia dentro da Igreja, suscitando expectativas esperançosas e ansiosas, ainda mais em uma América Latina fortemente marcada pela experiência de ditaduras que patentemente pisavam os mais elementares direitos democráticos. Falava-se em democracia, mas o termo nunca foi termo oficial usado pelo magistério eclesial, que preferia falar de 'diversidade de ministérios', de 'diferença de carismas', de 'corpo com vários membros', de 'Conselhos ou Assembléias', sempre precisando o papel consultivo, e questionando eventuais poderes deliberativos por parte de leigos.[15]

Esse clima logo mostrou que precisava um esforço muito grande para aprontar formas mais democráticas dentro da própria Igreja e para estruturar novos organismos.[16] Não teria dado certo procurar diálogo de fora, em particular na busca de uma maior democracia no país junto às forças progressistas da sociedade, sem rever pelo menos parcialmente a rígida estruturação hierarquizada da Igreja.

Ao pessoal da APA[17] então, parecia que a Igreja, nesta sua fase de renovação, pudesse satisfazer plenamente este conjunto de desafios e de esperanças, e achou urgente por isso uma renovação das teorias e das práticas pastorais, e, em particular, das relações entre os vários atores da vida da Igreja. Porém, o novo modelo de Igreja ainda era muito teórico, e a realidade do clero e das paróquias da Arquidiocese se apresentava de certa forma 'fraca', até 'preguiçosa', manifestando resistência.

E dois tempos, dois ritmos, com efeito, veio se cruzando em conflito. De um lado, havia a necessidade de um longo prazo, de muito tempo para que mudanças desse porte penetrassem na vida ordinária da Igreja. No entanto, a curto prazo, havia a urgência de não perder o momento eclesial favorável, assim como a urgência, ditada pela realidade sócio-política, de não perder os espaços ainda viáveis (estruturas, meios, pessoal engajado, grupos...), tentando construir, o mais rapidamente possível, bases para um amanhã diferente.

Com efeito, duas outras pressões conjuntas vinham interrogando a Igreja no Brasil: de um lado, a repressão da Ditadura que alimentava o desejo de participar, como Igreja, da construção de algo alternativo, em resposta à falta de respeito dos direitos civis

fundamentais; e, por outro lado, a sensação de que para viabilizar qualquer intervenção ou proposta sócio-política precisava se colocar na sombra da religião, ou bem justificá-la como inevitável aspecto da dimensão religiosa do povo.

II.1.7 BUSCANDO A PASTORAL CERTA

Dom José Maria Pires, se apresentou à Arquidiocese da Paraíba com muita garra, propondo iniciativas novas, apontando idéias e projetos, bem animado para pôr em prática o novo rumo conciliar. Tinha idéias, tinha entusiasmo, mas em breve percebeu que não podia conseguir tudo isso sem ter ao redor pessoas que acreditassem na mesma concepção de Igreja, pessoas que 'falassem a mesma língua'. Assim, como precisava de um consenso mais geral, e, em particular, precisava do apoio dos padres, com os quais a princípio não se deu bem.

Havia na Arquidiocese um grupo de padres jovens mais em sintonia com as novidades conciliares. Uns que tiveram a possibilidade de estudar na Europa, outros que seguiram com grande interesse as novidades teológicas pelas revistas especializadas: todos desejosos de 'fazer' algo para mudar a realidade da Igreja e entusiasmados pelo momento histórico. Um grupo em que se ia fortalecendo, aos poucos, a sensação de que, de verdade, tinha chegado a hora de a Igreja mudar. Sendo a maioria deles já introduzidos em Comissões diocesanas, ou no ensino universitário, ou no Seminário, eles foram logo conhecidos pelo bispo recém-chegado, que achou neles seu primeiro grupo de colaboradores. Entre eles os padres: Everaldo, Jackson, Juarez, e Loureiro.

Confiava-se também no 'despertar' dos leigos, como justa aplicação do reconhecimento conciliar da importância deles, e como maneira, talvez, de suprir os limites, e as resistências de parte do próprio clero. Permanecendo, porém, no fundo, uma visão hierarquizada e funcional desse leigo. O leigo de quem se fala, aquele que é chamado a participar da ação pastoral, é o 'formado', ou 'despertado', a partir de uma educação que o habilite a um nível mínimo de competência teológico-pastoral. Seu modelo é o do leigo de Ação Católica, enquanto que o meio popular, e os leigos que o compõem, permanecem prevalentemente os 'objetos', 'os destinatários', da ação pastoral. Somente aos poucos irá aparecendo, e nem sempre, o reconhecimento de agentes e monitores populares como atores de práticas pastorais. Mesmo assim, já havia um grupo de leigos participando das comissões da Arquidiocese: entre eles professoras e assistentes sociais.

Chegaram à Paraíba também leigos estrangeiros, seja do exterior como de outras regiões do Brasil. Integravam o grupo algumas freiras, liberadas especificamente para o trabalho pastoral diocesano pelo convite e insistência do próprio Arcebispo, e por isso liberadas de parte ou de todas as atividades de colégio, .

A partir desse grupo de pessoas, veio-se re-estruturando a APA e as equipes extensionistas da Arquidiocese.

Pelos documentos analisados, tivemos a sensação de que o bispo e esse grupo, nesse primeiro tempo pós-conciliar, encararam logo um grande desafio. Havia idéias, havia bases teóricas, mas tinham a percepção da falta de algo que funcionasse como um 'estopim' para concretizar tudo isso, algo que fosse mais provocador e abrangente, e capaz de estimular as comunidades paroquiais, e a Arquidiocese como um todo, para mudar seu jeito de ser. De certa forma, se pensava que todo mundo estivesse esperando isso e que só era questão de achar o ponto de partida certo. O próprio contexto criado pelos bispos anteriores podia confirmar essa sensação de espera.[18] Contudo, o que não foi bem analisado, ou talvez nem se podia esperar na forma em que se deu, foi a dificuldade de obter o engajamento e o apoio da maioria dos padres. Procurando esse 'estopim', o bispo e o pessoal da APA foram sistematizando as idéias, formulando projetos, estimulando pesquisas. Com reflexões e elaborações teóricas, e procurando experiências similares em outras dioceses do país.

De uma parte qualquer então precisava concretamente começar, e o bispo, colocando-se no rumo da CNBB, retomou primeiramente a proposta da Pastoral de Conjunto, projeto que os bispos brasileiros propuseram em 1964, em cumprimento do Plano de Emergência de 1962[19], e que a Arquidiocese já tinha conhecido, mas sem conseguir bem concretizar. Com efeito, o clima eclesial ainda não estivera favorável para mudanças notáveis. Faltava ainda uma adesão profunda à própria idéia de mudança. Faltava pessoal disponível, e, em particular entre os padres, não havia muitos que se colocassem com entusiasmo nesse rumo, e o acreditasse necessário e viável.[20]

CAPÍTULO II.2
FALANDO EM PASTORAL

II.2.1 UMA PASTORAL DE CONJUNTO

Anteriormente à chegada de Dom José, já se tentara na Arquidiocese uma experiência de Plano de Pastoral de Conjunto, que assim o teólogo José Marins apresentou, em janeiro de 1964, ao clero paraibano:

> "PASTORAL DE CONJUNTO, 1. é um esforço global e planificado, 2. de todos os batizados (mensageiros), em comunidade (Igreja), 3. sob a responsabilidade e orientação do colégio episcopal, 4. para transmitir toda a Mensagem a todos os homens (destinatários), 5. usando os métodos mais adequados." [a]

No desenvolvimento dos itens enunciados, porém, emerge como uma entre as preocupações centrais desse plano é a de que a Igreja pudesse se apresentar perante o Estado e a sociedade, com uma maior solidez e uniformidade de ação. O termo '*conjunto*', mais do que uma coordenação de múltiplas e diferentes experiências, apontaria assim, como destaque, à necessidade de a Igreja se apresentar unida, bem articulada, e, sobretudo, pronta, se for necessário, a fazer frente comum ao redor dos seus chefes. Conseqüentemente, o objetivo de uma ação pastoral seria, nessa perspectiva, o de fortalecer a Igreja como um todo, para que ela seja instituição ainda mais compacta e forte. Prioritário, então, na visão da hierarquia, ainda era fazer frente à crítica positivista de setores das elites e do Estado, à ameaça comunista, ao caos provocado pelas greves e passeatas de operários e estudantes, às críticas e às 'intemperanças' dos movimentos juvenis e dos setores sociais da Ação Católica. A citação a seguir nos parece sustentar essa nossa interpretação:

> "A preocupação básica de uma pastoral de conjunto, não é cada um se perguntar se aquilo que está fazendo é bom, é santo, é útil. Mas trata-se de indagar se a coisa que se faz, é o que a Igreja precisa e espera que seja feito por nós, neste momento. Pode-se prejudicar a Igreja, mesmo fazendo obras boas, desde que a coisa boa que fazemos não seja aquela que a Igreja precisa que seja feita agora. ...
>
> [Por isso] ... todas as forças sejam potenciadas por um planejamento inteligente e executado com perseverança." [a 21]

Conteúdos e teor bem diferentes, esses, dos das palestras que analisamos no capítulo anterior, datadas de 1972, oito anos depois.

Em junho de 1966, pouco depois da sua posse, Dom José se apresenta ao clero com um

---

[a] Fonte: 'Pastoral de Conjunto', documento mimeografado de 6 páginas, 9 de janeiro de 1964, assinado por Pe. José Marins, AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.1.

novo Plano de Pastoral de Conjunto. É a primeira proposta pastoral do bispo à Arquidiocese, e o convite é caloroso e cheio de esperanças.

> "Ao Clero, Às Comunidades Religiosas, Aos Setores da Ação Católica, Às Associações Pias, Aos Movimentos Apostólicos, A Todos os Fieis Cristãos da Arquidiocese. Apresento-vos nosso primeiro plano arquidiocesano de Pastoral de Conjunto. Ele nasceu da vontade de seguir a estrada aberta pelo Concílio. Somos o Povo de Deus em marcha. Somos uma família. Não podemos viver nos desconhecendo na prática. Não podemos trabalhar isolados ... Pastoral de Conjunto, para nós, supõe vivência do espírito da comunidade e significa PLANO COMUM ASSUMIDO E EXECUTADO POR TODOS. ..." [b]

Esta breve introdução coloca logo esse novo projeto de Pastoral de Conjunto em uma perspectiva diferente da anterior, apresentando algumas entre as idéias fundamentais que Dom José aprimorará por todo seu ministério. Primeiramente, aparece marcada a referência à imagem do '*Povo de Deus em marcha*', tomada do Concílio Vaticano II, como ícone de uma Igreja buscando mudanças, para ser mais apta à época presente. Imagem que a própria postura do bispo reforça no imaginário eclesial: o bispo deixa o palácio e vai para a rua; deixa a cidade e vai à roça para ajudar os camponeses a tirar o gado que o patrão soltou para destruir a lavoura.

Outro elemento frisado é a dimensão 'participativa' da ação e do trabalho pastoral, que não só tem que ser '*executado*', mas também '*assumido*' por parte de todos. E é justamente por essa necessidade, de que o plano possa ser assumido por todos e que seja o mais possível viável nas paróquias, que o bispo e seus assessores escolheram colocar-se na linha

> "das seguintes Diretrizes Regionais de Pastoral de Conjunto, indicadas como prioritárias no Nordeste II[22] : 1. Conscientizar o povo para a necessária participação na superação de estruturas injustas e a efetiva integração dos homens no processo de desenvolvimento integral, de que o evangelho é o fermento ...; 2. Formar pequenas Comunidades Eclesiais de Base ...; 3. Descobrir e preparar líderes para trabalhar na humanização e evangelização das Comunidades Eclesiais de Base. ...; 4. Promover uma mais ampla conscientização dos leigos para assumirem seu papel na Igreja, apoiando e estimulando suas iniciativas, valorizando seu trabalho." [c]

Conscientização, participação, superação de estruturas injustas, desenvolvimento integral, humanização e evangelização: termos fortes que testemunham o desejo de uma postura mais crítica diante da realidade, e a disponibilidade à procura de novas metodologias, mais atenciosas para uma dialética aberta ao confronto entre vida de fé e dimensão social.

Mas havia objetivos específicos nesse Plano para dar solidez a esse propósito? [23]

---

[a] Ibidem. Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.1.
[b] Fonte: 'Apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto', 9 de julho de 1966, AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.2.
[c] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.

II.2.2 UM POVO FERMENTANDO O MUNDO.

Importante, ao nosso ver, a quarta linha de trabalho do novo Plano de Pastoral de Conjunto, que visava '*Promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus*'. Importante seja pelas implicações relativamente às futuras ações pastorais, seja em relação ao contexto sócio-político marcado pelo desmascarar-se da 'Revolução' de 1964. Com efeito, na capital paraibana, assim como, e talvez mais, mesmo por dinâmicas diferentes, na área rural, começavam recrudescer os conflitos e as ações de repressão por parte dos militares e pelas oligarquias locais. Assim, na medida em que o Estado Militar mostra a sua cara opressiva e repressiva, a Igreja começa a se perceber sempre mais responsabilizada diante dos eventos sociais e políticos, estimulada a tomar posição e a dar conta dessa responsabilidade. Não se trata mais de ficar só dentro do limite de ações caritativas de cunho paternalista, mas de tomar a sério o compromisso de indagar as causas das injustiças, denunciá-las, e se comprometer com algo novo. É um começo de mudança de perspectiva, talvez já antecipado em alguns documentos, mas que até então ainda ficara mais no papel do que atualizado na prática pastoral. [24]

Critério fundamental de adaptação das linhas do Plano nacional para a realidade local foi o de não "cogitar, pois não devia fazê-lo," um programa detalhado para cada paróquia ou associação ou grupo,[25] percebendo que a diocese tem que se preocupar só de ditar as linhas mestras, para depois localmente cada grupo, ou associação ou paróquia, formular, por sua vez um plano particular.

Critério ótimo, fiel e coerente aos propósitos enunciados. Mas havia pessoal preparado para isso? Os padres estavam prontos, e disponíveis? E entre os leigos, quem tinha formação e condições para assumir os novos papéis e os novos espaços de trabalho que essa postura participativa ia abrindo? E - mais profundamente - haveria de verdade disponibilidade ao que poderia nascer, de fato, reformulando localmente uma experiência de Igreja diferente?

Em abril de 1967, na terceira reunião do novo Conselho dos Presbíteros, criado a partir das indicações conciliares, menos de um ano depois da apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto, na ata de uma avaliação, há uma observação que parece confirmar as inquietações e os interrogativos acima apontados. Observava-se que:

> "[o plano não deu certo, pois houve] falta de planificação de base; inexistência de coordenação ou deficiências em sua execução ... [E mais:] O plano foi entregue a um clero alheio à realidade a que ele se destina ... [Se houver então] novo plano, ele deve surgir das paróquias e com dados mais simples." [a]

E, em uma outra carta endereçada ao próprio clero, o Plano foi até chamado de 'fracasso'.

Mesmo assim, essa experiência, ao nosso ver, marcou um avanço na compreensão pastoral do bispo e dos dirigentes diocesanos. De fato, se não conseguiu o seu objetivo principal, o de dar visibilidade à Igreja por uma ação mais unida e mais eficaz nos vários níveis, central, zonal e paroquial, todavia, ele fez com que viesse à tona, pela própria carência, a importância de uma coordenação no lugar de uma impossível uniformidade. Coordenação no sentido de uma mútua colaboração e interação entre os vários organismos da diocese, e entre eles e as várias paróquias. Emergiu também a necessidade, e a urgência, de uma renovação das lideranças da Igreja. E de modo particular, além dos agentes de pastoral, a urgência de cuidar da formação dos padres e das religiosas.

Percebia-se também uma certa distância entre, de um lado, o bispo e seus colaboradores, muitos dos quais tiveram a sorte ou de participar em Roma dos trabalhos do Concílio ou de estudar e trabalhar na Europa, respirando o ar dos movimentos reformadores, e do outro lado, o clero local, mais quieto e sossegado e, de certa forma, satisfeito com o rumo tradicional, e mais preocupado na linha da administração dos sacramentos, na perspectiva da moral oficial, da exortação para a participação na prática tradicional, talvez apavorado pela dureza do novo Estado, mas não se achando chamado a tomar posição oficial.

Na verdade, temos que reconhecer, porém, que essa visão é deduzida mais a partir da perspectiva dos próprios coordenadores, e de quem escreveu os relatórios que faziam parte desse grupo central. Talvez, para uma análise mais equilibrada, deveríamos aprofundar mais as dinâmicas das estruturas dos pequenos e grandes poderes que perpassam as relações eclesiais: hierarquia, clero, povo, religiosas, religiosos; diocese, paróquias, conventos. Relativamente à ação popular, por exemplo: quem estava distante de quem, ou de quê? Se os padres da base estavam distantes das novidades conciliares, talvez os padres 'progressistas' o estivessem da vivência junto ao 'povo', assim como esse 'povo' ficava mais perto do dia-a-dia, da dureza do cotidiano, do que os próprios padres que, mesmo com grande generosidade, às vezes não conseguiam, por estrutura e tradição, sair do seu paternalismo. Com efeito, os padres 'conservadores' das paróquias, muitas vezes se davam bem com o povo, que, mesmo reconhecendo a pertença deles à classe média ou patronal, queria muito bem ao seu vigário. Assim como a caridade 'institucional' de uns religiosos ou religiosas, mesmo em uma perspectiva assistencialista, conseguia, de fato, dar resposta a algumas urgências sociais, mesmo que o fosse parcialmente, e não mexendo com a análise das suas causas.

Ainda mais, poderíamos questionar: 'Essa nova cara de Igreja, mesmo mais aberta, não vinha, mais uma vez, decidida pelo alto? E nesse confronto entre o poder local do pároco, e as iniciativas centrais diocesanas não corria o risco de ser, mais uma vez, o meio popular o

---

[a] Fonte: 'Apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto', AEP: CPr: a (001) E 5 p 3 E 8 Cx 1; doc.3.

grande excluído? O povo se tornando o 'objeto-espaço' contido (e controlado), apesar de ótimas intenções? E não será que, inconscientemente, é para defender um certo poder que havia uma resistência dos padres a muitas novidades?'

Não encontramos elementos suficientes para responder bem, mas não podemos renunciar às perguntas. Só conseguimos indícios, pegadas, inquietações.

II.2.3 MUDAR CERRANDO AS FILEIRAS?

Com o segundo Plano de Conjunto, o proposto em 1966, chegamos de perto ao tempo de atuação da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. Nesse período o pessoal da APA e das equipes extensionistas das várias Comissões e Setores da Arquidiocese vivia a sensação de que a pastoral tradicional fosse parada, em particular pelo confronto com as novas teologias que vinham acentuando as temáticas da libertação, da reforma da Igreja, e uma visão da comunidade relida com enfoques sociológicos.

Mas a transformação desejada, já de certa forma vislumbrada em parte também pela experiência anterior da Ação Católica, e mais pelos Movimentos Populares, e pelas primeiras experiências de CEBs, sempre mais vinha mostrando que havia uma mudança prévia e fundamental a ser perseguida. Ou seja, que não haveria transformações significativas sem abranger as relações internas à própria vida eclesial, especialmente as entre os leigos e a hierarquia. Com efeito, nos planos anteriores, a sensação era de que se procurava uma 'renovação de fachada' mais do que uma disponibilidade aberta para que algo de novo acontecesse. Propuseram-se por isso atualizações que até modificaram o jeito de a Igreja se apresentar, mas nunca implicando um questionamento do sistema como um todo. Até então, com efeito, assim pelo menos na nossa sensação analisando os documentos dos primeiros anos sessenta, as reformas da realidade interna à própria Igreja sempre eram pensadas principalmente a partir do objetivo de uma maior união das forças eclesiais, reforçando em particular a idéia da unidade, do 'Corpo Místico', cuja cabeça é Cristo e os 'intérpretes' do qual, na realidade terrena, são, de forma autoritária, os próprios bispos. Procurava-se assim uma solidez que teria sido dada sobretudo pela obediência, apelando ao amor e à fidelidade aos princípios e às doutrinas da Igreja, e pela confiança - ou submissão - ao Papa e aos bispos locais. Isso teria oferecido à comunidade cristã a força moral e 'política' necessária para dar conta de sua tarefa de salvação para o mundo.

De um lado até se reconhecia e se renunciava ao triunfalismo, pois era evidente a necessidade de mudanças para que a Igreja estivesse mais perto do povo, cujo sofrimento sempre mais aparecia intolerável. Mas tudo isso, achando que o caminho para consegui-lo deveria ter sido o de uma maior compactação da realidade eclesial, como 'em tempos de guerra'. Ainda em linha com a tendência de 'romanizar' a Igreja Brasileira, para ter mais

força diante do Estado laico. Então, se

> "numa visão de Igreja que serve ... [não temos que ter] nada de triunfalismo, ... [e devemos agir] com retidão de intenções. ... [Contudo], por amor concreto à Igreja pode se deter a minha idéia genial, e executar outra menos genial, mas apresentada pela hierarquia como ação concreta imediata. ...
>
> Qualquer indisciplina é prejudicial, em tempos de guerra é simplesmente desastrosa. Submeter-se à hierarquia. Ela é o critério da linha que Deus quer. A Igreja é hierarquia." [a]

É uma das almas da Igreja, que muitas vezes fica prevalecendo. Evidenciando medo pela diversificação-fragmentação, que vem se traduzindo em desconfiança (até resistência) para com a criatividade e as autonomias.

Refletindo, depois, sobre o porquê ainda esta ação de renovação da Igreja dirigida pelo alto não dava certo, apareceu bem claro na consciência dos agentes de pastoral da APA, uma outra questão fundamental, paralela ao debate sobre a relação entre povo e hierarquia. Precisava quebrar a idéia de uma Igreja desligada do mundo, ou até a ele antagônica. Era essa uma concepção antiga, pela qual ela não deveria se mexer com os problemas sociais, e ainda menos com os políticos, ficando bem limitada ao espaço sagrado do templo[26]. Faltava então uma nova visão, uma nova postura, em particular diante dos desafios que a vida pobre dos meios populares estimulava. A pouca incisividade das ações pastorais até propostas, era percebida em ligação com essa distância entre o culto e a vida, entre doutrinas e problemas cotidianos, entre o social e o religioso.[27] Por isso, também, precisava mudar: pois a Igreja não conseguia mais dar respostas pontuais à realidade.

II.2.4 MUDAR TEM UM CUSTO

A avaliação do 'fracasso' pastoral do Plano de Pastoral de Conjunto, em suas atuações de 1964 e 1966, na percepção da APA e do bispo, apontava assim para a busca em novas direções. Isto é, de uma nova forma de pensar e atuar a experiência cristã. Bem, ao nosso ver, o reconhece este texto:

> "Creio que tudo fizemos até o momento para uma renovação da Igreja é ainda demais marcado pelas estruturas eclesiásticas da Igreja de ante-Concílio. ... Nossa Igreja é ainda centralizada demais nela mesma ... Nossos cristãos demais orientados para a estrutura eclesiástica, para a sociedade eclesiástica, demais devotados a esta sociedade que muitas vezes está à margem do mundo ... ao lado da vida dos homens. As estruturas de nossa Igreja nas quais nossos cristãos estão por vezes enclausurados não correspondem mais à estrutura da realidade sociológica. A estrutura unicamente geográfica das paróquias não corresponde mais - sobretudo nas cidades - à mentalidade de um mundo em

---

[a] Fonte: 'Pastoral de Conjunto', documento mimeografado de 6 páginas, 9 de janeiro de 1964, assinado por Pe. José Marins, AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.1.

transformação. Os cristãos estão voltados para dentro da comunidade cristã. Eles fazem da Igreja um gueto. E são muitas vezes para os pastores - bispos e padres - telas que escondem aqueles que ainda estão longe do Cristo, estão fora da Igreja. A liturgia, por exemplo, absorve tanto nossas forças ... nos bloqueia no cultual nos tornando prisioneiros só dos cristãos praticantes. ... Creio [por isso] que devemos fazer opções pastorais mais claras. 1. Optar por nos voltar para o mundo... [e] nos engajar na história ... 2. Optar pelo povo... por exemplo: [compartilhar] as aspirações pela justiça, pela promoção dos homens, pela dignidade, solidariedade ... [3.] Trabalhar pela promoção de um verdadeiro laicato na Igreja. ...É um dos pontos fracos da nossa Igreja. Os movimentos de leigos são fracos, poucos padres empregam tempo para que nasçam e vivam verdadeiros movimentos ..." [a]

Essa exigência de mudanças era percebida também na base, talvez de forma diferente, e com outras linguagens, como tentaremos mostrar na terceira parte. Com efeito, ao começar a experimentar na prática algumas novidades pastorais, apareceu como essa abertura logo se tornava fonte de ulteriores expectativas e cobranças, testemunhando a presença de esperanças e desejos, escondidos mas já percebidos. Assim encontramos, por exemplo, no relatório de uma avaliação de Círculos de estudo feitos com professoras, falando das 'novidades' necessárias na Igreja:

"Mudanças necessárias (respostas das professoras): - nova modalidade de missa: o padre fica mais perto do povo; - confissão comunitária: abrange muito mais aqueles que não se confessam; - roupa do padre: de acordo com o clima da região; mais aproximação entre o sacerdote e a comunidade; - retirada dos santos: o povo 'adorava' as imagens esquecendo-se de Deus; - introdução do pão comum na missa: de acordo com a última ceia de Cristo; - casamento dos padres: sentir de perto o calor do lar; - batina só durante as cerimônias; - viagem do Papa pelos países: manter contato mais íntimo com a comunidade." [b]

O texto deixa perceber como, 'abrindo' o espaço às perguntas do povo, o pessoal vai muito além do esperado. Talvez aí o medo e o espanto, mesmo que inconsciente, que encontramos atrás de muitas resistências eclesiásticas. Mudar significa deixar alguma coisa para acolher outras. Transformar uns jeitos para outros, rever algumas convicções e escolhas por outras consideradas mais fiéis aos novos problemas e às novas perspectivas. Querer mudar significa se interrogar sobre o que é essencial, fundamental, e, sobretudo, estar disponível a deixar acontecer as coisas, para só depois analisar e avaliar. Escutando com atenção, deixando-se questionar.

Retomamos aqui umas das preocupações sugeridas no texto de Beatriz Costa.

"A questão é que os assuntos, as preocupações, as dúvidas que dão o ponto de partida de cada discussão brotem das expectativas dos grupos populares. E

[a] Fonte: 'Revisão de nossas ações pastorais-opções', sem assinatura, sem data [a nossa hipótese é do começo de 1967, ou ao máximo início de 1968], AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6.
[b] Fonte: 'Relatório da supervisora do Zonal Urbano', ass.: Maria de Lourdes Carvalho (pela CAER), outubro de 1969, AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.17.

> que eles compreendam que o fato de serem eles - e não o agente - que dão o ponto de partida não se deve a uma 'bondade' dos agentes. Deve-se a que, naquela atividade de educação popular, o processo de conhecimento a ser desenvolvido é o oposto do processo que mantém as camadas populares prisioneiras e dependentes do conhecimento das outras camadas sociais. Deve-se também a que o conhecimento do agente é limitado pela sua própria condição de classe: ele conhece alguma coisa; outras ele só pode conhecer através do que a classe dominada lhe ensina. ... O problema é que quando um agente programa um 'ponto de chegada' - ou insiste na necessidade dele - está desviando os interesses de discussão do grupo popular para os seus próprios interesses e prioridades. ... Essa tentativa de pensar, discutir, elaborar as coisas coletivamente, na medida em que são coisas que afetam realmente a experiência da gente, é uma tentativa que eu não sei onde vai dar, mas vai dar em algum lugar" (COSTA, 1981: 41.44.45).

Então, o que implica o ato de pedir a um grupo popular para falar sobre as mudanças necessárias na Igreja, e o que lhe acontece? Primeiro, assim nos parece, precisa saber se a pergunta é leal. Ou seja, se de verdade há curiosidade pelas respostas alheias, ou se, ao contrário, ela é somente tática, estratégia didática, para conduzir a um 'ponto de chegada' já escolhido, a conclusões já pre-determinadas. Segundo, mesmo nós sendo curiosos, lealmente, o que faremos depois com as respostas dadas, com o novo 'conhecimento elaborados coletivamente'? Há a disponibilidade a que ele possa 'dar em algum lugar' sem saber qual?

O ato de registrar em um relatório o debate e as sugestões do povo já é um avanço. Elas ficaram, e ainda ficam, como um pedido, como uma cobrança: para o leitor, para o pesquisador. Mas talvez aí se reforça a inquietação. O que fazer quando o acontecer, que vá além do esperado, 'continua ficando presente', nos relatórios, nas falações de assembléias ou em reuniões oficiais? Não queremos com isso dizer que tudo o que vem da base é bom e merece ser tomado em consideração. Teríamos, por exemplo, algo a debater, até contestar, para aprofundar melhor propostas como: '*retirada dos santos, [pois] o povo 'adorava' as imagens esquecendo-se de Deus*'. Mas queremos dizer que uma pergunta é honesta quando no seu perguntar há disponibilidade a deixar-se mudar. Talvez não o faremos, por ser 'impedidos' pelos nossos convencimentos. Mas isto, só depois de ter escutado com atenção, e ter apresentado, sem dogmatismos, nossas motivações. Ou seja, não achamos que o problema seja o da 'verdade', mas, esclarecendo as diferentes posições fora de óticas dogmáticas e absolutistas, achamos que precise a declaração da disponibilidade, ou não, a "pensar, discutir, elaborar as coisas coletivamente ... [mesmo não sabendo] onde vai dar, mas [acreditando que] vai dar em algum lugar". Isto também reconhecendo os limites institucionais e históricos. Os limites de uma estrutura hierárquica não totalmente disponível a isso, por exemplo.

Talvez por isso, no livrinho 'Igreja Viva', o subsídio principal da homônima ação pastoral, os responsáveis da APA se preocuparam de antecipar que há uma '*quebra*' a ser

encarada, e que inevitavelmente ela provocará uma tomada de posição. Pois, para mudar, precisa estar disponível às transformações, não só nos outros ou nas estruturas, mas sim, e talvez primeiro, em nós mesmos. Assim, no questionário da quarta parte do livrinho, que mais diretamente era dirigido aos trabalhos dos grupos, há essas perguntas:

> "Qual podadura você acredita necessária à planta viva que é a Igreja? ... Você sente como parte de seu corpo o que se poda para mudar? É fácil a gente aceitar? Como fazer? ... Quando você propõe uma mudança, você se sente co-responsável por ela? ... Você procura mudar em você o que se sugere mudar na Igreja? Por quê?" [a]

Perguntas para os grupos do meio popular que pressuporiam pelo menos uma outra, dirigida à cúpula da Igreja: 'Há disponibilidade para debater as mudanças que forem propostas pela base?'

Além disso, essas perguntas apontam para uma outra dimensão importante, e muitas vezes esquecida nas análises sobre a luta entre interesses e poderes: a dimensão psicológica e afetiva, em particular quando percebe-se que a renovação não acontecerá em curto prazo. Com efeito, cada conflito ou luta pelo poder (ou contra ele) implica medo, alianças, relações afetivas. Assim como na experiência de fé há sentimentos, crenças, convencimentos, tradições fortes, que vêm mexendo com a pessoa toda.

A mesma imagem bíblica do povo de Israel no deserto, tão usada nesse período, fala do longo tempo para se tornar povo e das resistências emotivas e psicológicas do tempo da espera. E a espera demorada é muitas vezes acompanhada por um desânimo profundo, como o que o Novo Testamento mostra pelo atraso 'da chegada do Reino'. Ainda mais: 'conhecer' o medo, e ter consciência dele, não exime da fadiga interior e das resistências até inconscientes da alma humana. Aliás, às vezes até o complica, ampliando as sombras e as hipóteses. O livrinho parece percebê-lo, colocando evangelicamente a questão, mesmo – infelizmente - ainda com expressões que mais uma vez carregam a 'culpa' sobre as pessoas, sem mexer com a estrutura, nem com as dinâmicas do poder interno à Igreja.

> "...Se o joio e o trigo vão crescer juntos será que a mudança das coisas está dependendo só dos outros? Haveria alguma coisa a ser mudada também em mim? O meu cristianismo? A minha visão de Igreja? O meu comodismo? devo continuar só criticando e destruindo? Procuro ver algo de positivo? O que, em concreto?" (4.4). [b]

II.2.5 INCENTIVANDO PEQUENAS COMUNIDADES NA BASE

Ponto central da proposta de mudança, do bispo e sua equipe, era o de incentivar pequenas Comunidades na Base. Proposta que se coloca justamente no meio dessa tensão,

---

[a] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (4.3), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (4.4), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.

entre o velho e o novo. A idéia já estava contemplada no Plano de Pastoral de Conjunto, onde aparecia claro que, ao propô-las o que mais era esperado era uma descentralização da estrutura eclesial para que, por uma corrente de monitores, a comunicação do vértice à base fosse mais pontual e personalizada, e assim a Igreja - nesse sentido a sua 'cúpula' - chegasse mais perto do povo, e este se sentisse mais partícipe da própria experiência eclesial. Não por acaso, ao nosso ver, nos próprios documentos de Medellín a proposta de formar Comunidades de Base aparece quando se fala da ação da Igreja dirigida para os meios populares, e não aparece no capítulo em que se trata da sua presença nos ambientes das elites. Ou seja, elas nascem como estratégia pastoral, mais de que como 'curiosidade' de ver o que iria nascendo pela própria força da experiência de fé compartilhada na base. Com certeza, porém, além dessa questão, talvez na época ainda não percebida com clareza, as Comunidades Eclesiais de Base, que já eram propostas com essa específica denominação, foram pensadas como células determinantes para uma renovação da Igreja. Em particular para oferecer novos espaços para a formação e a ação dos leigos, e como espaço de experiência de uma maior aproximação ao povo por parte dos religiosos e das religiosas, que vinham convidados a sair dos conventos para constituir pequenas comunidades no meio popular.

É nesse contexto, e nessa perspectiva que vem se inserindo a proposta da Ação Pastoral 'Igreja Viva', ocasionada por um apelo do próprio clero que pedia maior assessoria às paróquias por parte dos organismos arquidiocesanos,

> "sentindo a urgência pastoral da formação de comunidades eclesiais de base, ... [e vendo] que uma justa visão de Igreja seria para tanto condição indispensável."[a]

Nesse pedido por parte do clero, talvez, encontrava-se a chave mestra para quebrar algumas resistências e passividade anteriores. Com efeito, que o pedido surgisse em uma reunião 'oficial', foi muito animador, e ofereceu uma referência. Mas essa 'oficialidade', ao mesmo tempo – uma ironia? -, não obrigou ninguém a se colocar nessa perspectiva, apesar de ela ter sido 'juntamente' escolhida. Quem não gostava, ou não acreditava nela, deixou o acontecer da oficialidade, sabendo que podia ficar firme no próprio poder local. Com efeito, ninguém mexia com as decisões dos párocos em suas paróquias. No entanto, apesar disso, ficou claro que a Arquidiocese não teria mais perseguido, primeiramente, ações de massa, mas ter-se-ia concentrado em uma ação formativa visando à preparação dos quadros, formando um pessoal capaz de oferecer às paróquias maior qualidade na reflexão e de sugerir novas modalidades de ação. Por isso precisava:

> "a) dar uma consciência evangélica e real do verdadeiro sentido da Igreja; b) levar todas as comunidades do território Arquidiocesano a viverem Igreja em

[a] Fonte: (Apresentação do esboço do livrinho), maio de 1969. AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.

pequenas comunidades, vivas e atuantes; [e] c) encetar uma experiência de Pastoral de Conjunto, em nossa Arquidiocese", [a]

adequando depois os objetivos aos diversos níveis. Ou seja:

" i. Integrar os diversos setores da APA no crescimento e continuação de 'Igreja Viva'. ii. Levar aos próprios grupos e comunidades de 'Igreja Viva' a assumirem, como seus, os objetivos de crescimento que eles descobrirem com relação a: a. Promoção Humana; b. Evangelização; c. Unidade. iii. Levar a Igreja da Paraíba a concretizar em diversos Ministérios, as suas respostas aos apelos de Deus." [b]

A proposta pastoral 'Igreja Viva' logo se propunha, então, como uma ação antes de tudo pedagógica, visando formar clero, religiosas e leigos a uma nova visão de Igreja, pela experiência de reflexões e ações feitas em e por pequenas comunidades ou grupos. Um projeto que quis assim traduzir melhor o próprio Plano de Pastoral de Conjunto e ser incentivo para a promoção das Comunidades de Base. Por isso mesmo, nos documentos diocesanos relativos aos primeiros anos da década de Setenta, o que concerne à realidade das 'CEBs', deixa lugar a tudo o que se refere à Ação Pastoral 'Igreja Viva'.[28]

Proposta que, apresentada à Arquidiocese no início de 1969, continuou, de forma intensa e organizada, até o ano 1972. Já desde o final desse ano, depois, ela deixa de aparecer nos documentos, mesmo percebendo que o que ela incentivou, ia de certa forma continuando, com nomes e formas diferentes em várias paróquias da Arquidiocese.[29]

II.2.6 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE CEBS

Antes de entrar mais detalhadamente na análise de 'Igreja Viva', achamos importante um outro pequeno passo atrás, perguntando-nos o que se procurava incentivando comunidades eclesiais na base.

No final do mês de agosto, de 1967, o assunto 'Comunidades Eclesiais de Base' aparece como uma entre as maiores preocupações nos encontros de formação do clero, enfrentado muitas vezes o tema a partir da escuta e da avaliação de experiências de outras dioceses, como aparece no seguinte[30]

"Convite para encontros com os padres sobre as comunidades de base. Na última Reunião Geral do Clero, no dia 22 de agosto [de 1967]:

... ficou acertado um encontro de dois dias para troca de experiências sobre 'Comunidades Eclesiais de Base'.... Para orientar os trabalhos destes dias estará entre nós Pe. José Van Hooenaker, o qual vem acompanhando esperançosa experiência de Comunidades Eclesiais de Base, numas das paróquias suburbanas da Arquidiocese de Salvador. Estará presente também Dom José

[a] Fonte: Apresentação do esboço do livrinho, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.

Maria Pires, para estudar conosco os caminhos da Ação Pastoral."[a]

A partir daí, houve padres que começam a experimentar. Não muitos, e todos em paróquias da periferia da capital.[31] Esses experimentos se concretizaram primeiramente em um grande esforço de descentralização da paróquia, implicando uma mudança interior de perspectiva: não mais só os 'fiéis' indo para o centro, mas o próprio pessoal do 'centro' se deslocando para as periferias – o vigário, as religiosas, e alguns leigos que estavam mais perto deles, em geral participantes de associações e movimentos. O desafio era grande, e os poucos padres que se aventuraram nisso procuravam ajuda recíproca compartilhando os problemas nas reuniões zonais. Num debate entre os padres do Zonal Suburbano, em março 1968, na ata, é anotado:

> " Nosso assunto principal foi a questão das comunidades de base para o que nos serviu o livro de Pe. José Marins. Frei Flávio [pároco de São José e responsável do zonal], apresentou suas experiências na paróquia de São José de Cruz das Armas, dizendo-nos já existirem lá nove comunidades que estão funcionando satisfatoriamente, sendo que se restringem quase à parte de evangelização, mas que uma vez ou outra com a parte do culto."[b]

E é justamente em relação ao culto, que no clima de pequenos grupos se tornava de maior familiaridade e de criativa participação, que essas primeiras experiências já apontavam algumas novas questões cobrando logo diferentes atitudes pastorais, como testemunha essa pequena sugestão anotada em uma reunião do clero:

> "O zonal sugere que o Sr. Arcebispo conceda uma licença geral para se celebrar em domicílio nas Comunidades de Base." [c]

Aí, para auxiliar essas primeiras experimentações, a Arquidiocese procurou reforçar os seus organismos centrais, envolvendo também todas as suas comissões já atuantes para o acompanhamento das paróquias que aceitavam esse caminho. Em particular foi a Comissão Arquidiocesana para o Ensino Religioso (CAER) que assumiu a assessoria desse começo pioneiro nas paróquias que o pediram

Nos relatórios das visitas ao Zonal Suburbano, por exemplo, no final de 1967 e começo de 1968, escrupulosamente redigidos a cada mês pelos agentes de pastoral [d], são assim anotadas, as primeiras experiências de Comunidades Eclesiais de Base nas paróquias de São

---

[a] Fonte: 'Convite para um encontro com os padres sobre as comunidades de base', 26 de agosto de 1967. AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc.4.

[b] Fonte: 'Ata da reunião do Zonal Suburbano', responsável: Frei Flávio Rangel da Paiva, fevereiro de 1968, AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.3.

[c] Fonte: 'Ata da reunião do Zonal Suburbano', responsável: Frei Flávio Rangel da Paiva, fevereiro de 1968, AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.3.

[d] Isto aconteceu pelo menos até o ano 1971, ou seja, no período correspondente à regência de Maria de Lourdes Carvalho.

José Operário, em Cruz das Armas, em São Sebastião de Bayeux, e no bairro 'Brasília de Palha' na paróquia de Santa Júlia. Tomamos como exemplo desse acompanhamento a paróquia de São Sebastião em Bayeux, município autônomo, mas bem perto do centro de João Pessoa, que nos pode ajudar a reconstruir a gênese dessas primeiras comunidades de base na Arquidiocese.

Aí, no planejamento da ação da CAER para o 1969, ao nível diocesano, no mês de janeiro, encontramos essa proposta dirigida a algumas paróquias, entre as quais a de Bayeux[a]:

> "Objetivo do trabalho em 1969: dinamização das futuras comunidades eclesiais de base ... [Haverá treinamento a cargo da CAER e de uma equipe paroquial responsável]. Programa de treinamento: I. A Comunidade Eclesial de Base: necessidade e objetivos (João Batista Magalhães); II. A Comunidade Eclesial de Base e a vivência fraterna (Frei Constantino Lüers); III. A promoção do desenvolvimento através da Comunidade Eclesial de Base (Maria de Lourdes Carvalho); IV. A Comunidade Eclesial de Base e a renovação do culto (Ir. Maria Ester Barbosa); V. Princípios que orientam o trabalho da Comunidade Eclesial de Base (Maria de Lourdes Carvalho).[b]

O vigário de Bayeux, Pe. Eusébio, aceitou a proposta, e, já em fevereiro de 1969,

> "ficou acertado [pela CAER] o treinamento do pessoal que pretende trabalhar nas Comunidades Eclesiais de Base, ... [de 3 a 7 de fevereiro, ao qual] participaram 73 pessoas das associações religiosas da Legião de Maria e outras que não pertenciam a nenhuma organização da Paróquia. ... A coordenação do treinamento coube à supervisora do zonal e ao vigário da paróquia."[c]

O caminho aparece assim bem determinado e planejado: adesão do vigário; presença de um grupo de pessoas disponíveis a formar a equipe de monitores ou líderes; formação de grupos no meio popular e descentralizados relativamente à matriz da paróquia; uma seqüência de encontros, assessorados pela CAER, que tinham ritmo semanal na base, e mensal, ou similar, para os monitores. Enfim, era garantida uma supervisão da própria CAER, por conta da responsável do Zonal, que mensalmente fazia visita às paróquias, encontrando-se com o padre e uns responsáveis locais.

Já no primeiro encontro de formação, além da necessária explicitação e organização da proposta, era logo apresentada a metodologia , frisando em particular que

> "para haver maior participação do pessoal há uma exposição de dez minutos sobre o assunto, depois a discussão em círculos de estudos, e em seguida uma plenária para pôr em comum o que foi visto nos círculos. Sobretudo nos círculos de estudos houve muita participação de todos nas

---

[a] Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Suburbano', assinado pela responsável Maria de Lourdes Carvalho (da CAER), janeiro de 1969, AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.8.
[b] Os relatórios mensais seguintes mostram cuidadosamente esse trabalho de assessoria.
[c] Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Suburbano', responsável: Maria de Lourdes Carvalho (pela CAER), fevereiro de 1969', AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.9.

discussões." [a]

Essa metodologia, que insiste em trabalhar em pequenos grupos, permitindo maior participação do pessoal, se apresentava muitas vezes como uma 'novidade' no trabalho de pastoral popular, entanto que era bem conhecida por quem experimentara a Ação Católica, cuja maioria dos membros vinha porém da classe media. Até então, o que era mais oferecido ao 'povo' eram as pregações de massa, as missões, a administração dos sacramentos, e uma catequese na maioria das vezes feita pelos vigários, ou por religiosos e religiosas, em forma de assembléia, e de forma dogmática e doutrinária.

Voltando ao trabalho de acompanhamento às nascentes comunidades eclesiais de base, os relatórios frisam uma boa acolhida à proposta[32], ao mesmo tempo em que essa novidade metodológica ainda não aparece entendida nas suas implicações relacionais, e por isso mesmo teológicas. Significativa, por exemplo, essa anotação relativa a um encontro da coordenação da CAER, para o planejamento de um curso de catequese na paróquia de São José Operário:

> "Estivemos presentes durante duas noites ao 'Congresso das Comunidades Eclesiais de Base' da paróquia cujos membros se reuniram sob a coordenação do vigário durante uma semana para debater os assuntos de interesse para o bom funcionamento das comunidades. O grande número de participantes dificultou o trabalho em grupo e os debates, notando-se, no entanto, bastante conscientização do pessoal sobre a vivência do evangelho. Constatamos, porém, que a formação de membros da comunidade está sendo feita mais na linha tradicional de associação religiosa, do que na perspectiva de engajamento na ação temporal." [b]

Na consideração final, ao nosso ver, aparece o que poderia ser um entre os elementos que mais provocaram crise e ruptura com a postura pastoral tradicional. É a *'ação temporal'*, ou seja, a atenção à dimensão social e política, a determinante que define como nova a experiência das pequenas comunidades surgindo na base. E será isto o que, de certa forma, caracterizará as expectativas maiores da própria Ação Pastoral 'Igreja Viva'.

Eram esses primeiros tímidos passos, mas mesmo assim, já mostravam que havia um espaço novo, e que havia na base pedidos de novidades. Ou, talvez melhor, que uns pedidos 'antigos' se tornaram visíveis e 'audíveis', ao mesmo tempo em que apareciam modalidades viáveis para atuá-los.

Assim, o que era esperado pelo Plano de Pastoral de Conjunto, encontrava ao final um rumo de saída. E suas tentativas iniciais, mesmo com escassos resultados práticos,

---

[a] Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Suburbano', responsável: Maria de Lourdes Carvalho (pela CAER), fevereiro de 1969', AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.9.

[b] Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Suburbano', responsável: Maria de Lourdes Carvalho (pela CAER), junho de 1969', AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.13.

contribuíram para introduzir algumas bases teóricas, fornecendo os estímulos para uma ação conjunta. Particularmente mostravam a necessidade de renovação do pessoal, pois sem agentes formados, e sem uma presença mais concreta no meio popular, não há, na instituição, possibilidade de mudanças verdadeiras. As primeiras experiências, depois, mostraram a viabilidade dessa Igreja se reformar dando vida a pequenas comunidades na base, no meio popular. Uma viabilidade limitada, aparecendo claramente depender da disponibilidade dos padres, pois contra o parecer deles não há espaço 'institucional' para novidades. Mas, ao mesmo tempo, demonstrando que com um trabalho interligado entre as forças disponíveis na paróquia e o assessoramento dos organismos centrais da Arquidiocese, algo de novo podia acontecer, e dar certo.[33]

Foi nesse espaço que mergulhou o grupo da APA, aprendendo a lição que vinha da inviabilidade de um plano geral somente ditado, teoricamente, pelo alto. O que precisava não era então 'mandar fazer', mas chegar na base e propor, garantindo o acompanhamento, a assessoria, a presença nas dificuldades. Só assim podia-se esperar nascessem as 'comunidades eclesiais de base' tão esperadas. Mas precisava ainda experimentar, tentar. Conscientes que o trabalho não tinha receitas prontas, pois

> "para entrar no concreto da reflexão pastoral é importante notar que não existe método infalível para formar comunidade de base. Temos [primeiro] que mudar nossa mentalidade pastoral, tomar consciência de opções pastorais que única permitirão o nascimento de pequenas comunidades de fé." [a]

A própria consciência de não ter receitas, se tornou estimulo à criatividade, e à tentativa de atuar experimentações significativas. O bispo e seus colaboradores aceitaram esse desafio, fortemente motivado por duas intuições-chave, de grande impacto emocional, ao mesmo tempo em que teoricamente bem refletidas. Primeiro, a sensação, percebida quase como um 'mito', de que, 'de verdade' o Concílio e Medellín abriram novos tempos. Segundo, a constatação de que a Igreja estava se tornando o único espaço viável de resistência à violência e ao desmantelamento da democracia, que estava acontecendo no país, possibilitando uma ação social ainda politicamente forte, ainda que não explicitamente declarada.

Havia assim novo espaço, para elaborar, propor, experimentar. E foi nessa encruzilhada de expectativas, primeiras experiências, e aprofundamentos teóricos - quase como em um 'treinamento' de novas relações entre o bispo e seu clero, entre hierarquia e povo - que nasceu a nova iniciativa pastoral da Arquidiocese da Paraíba, chamada de Ação Pastoral 'Igreja Viva'.

---

[a] Trata-se de uma carta, sem data, dirigida aos responsáveis dos organismos centrais diocesanos. Achamos seja de pouco anterior à proposta de 'Igreja Viva'. Procurar e experimentar métodos "é a finalidade deste documento (trata-se do esboço do livrinho 'Igreja Viva'). [Por isso] Seria bom estudar [as notas a seguir] pessoalmente, debater em grupo e revisar a orientação do setor" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.5).

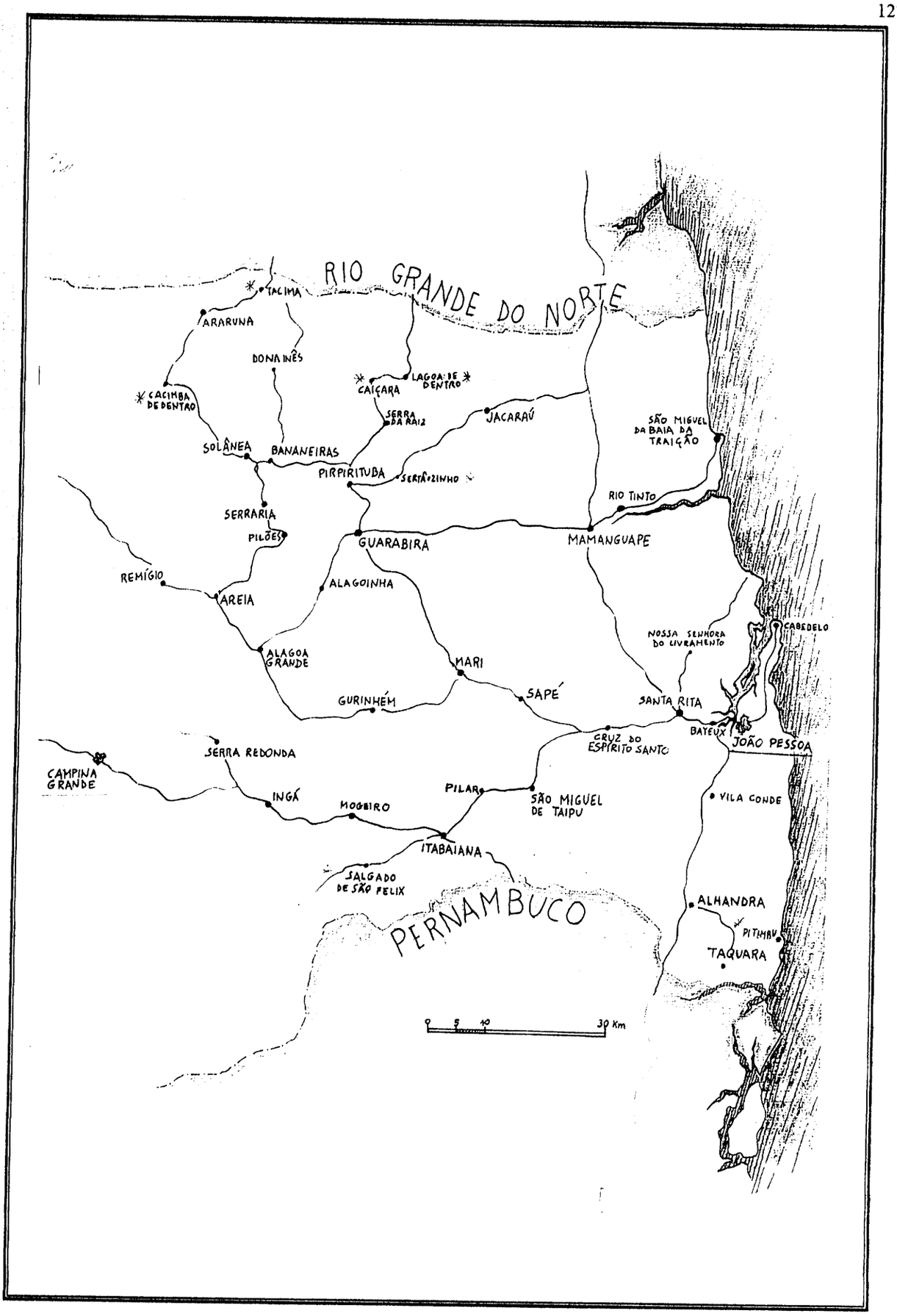


Fig. 2. Paróquias da Arquidiocese da Paraíba (anos sessenta) e outras localidades citadas .

Tabela 4. POPULAÇÃO DA PARAÍBA EM 1960 E 1970

	POPULAÇÃO RECENSEADA			
	HABITANTES EM 01/09/1960		HABITANTES EM 01/09/1970	
PARAÍBA	**2.018.023**	**2,84 %** do Brasil todo	**2.211.000**	**2,59 %** do Brasil todo
JOÃO PESSOA	**155.117**	**7,69 %** do Estado	**228.418**	**9,34 %** do Estado
Nordeste	22.428.873	31,59 % do Brasil todo	28.675.081	30,34 % do Brasil todo
Brasil	70.992.343	-	94.508.554	-

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1972

Tabela 5. POPULAÇÃO DE JOÃO PESSOA, 1872 - 1970

HABITANTES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	
1872	**24.714**
1890	**18.645**
1900	**28.793**
1920	**52.990**
1950	**94.330**
1940	**119.326**
1970*	**221.484***

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1966 e 1972*

Tabela 6. POPULAÇÃO EM ÁREA URBANA E SUBURBANA NO BRASIL E NA PARAÍBA (1940 – 1970)

POPULAÇÃO EM ÁREA URBANA E SUBURBANA								
	1940		1950		1960		1970	
Paraíba	**311.402**	2,42 %	**456.716**	2,43 %	**708.051**	2,21 %	**1.019.338**	**1,93 %**
Brasil	12.880.182		18.782.891		32.004.817		52.904.744	

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1971

Tabela 7. POPULAÇÃO EM ÁREA RURAL NO BRASIL E NA PARAÍBA (1940 – 1970)

POPULAÇÃO EM ÁREA RURAL								
	1940		1950		1960		1970	
Paraíba	**1.110.880**	3,92 %	**1.256.543**	3,78 %	**1.309.972**	3,7 %	**1.426.081**	**3,42 %**
Brasil	28.356.133		33.161.506		39.987.526		41.603.810	

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1971

Tabela 8. TRANSPORTE TERRESTRE. ESTRADA DE FERRO.

TRANSPORTE TERRESTRE. FERROVIAS. EXTENSÃO DA REDE EM TRÁFEGO, EM 1971		
Paraíba	**692 Km**	Toda rede administrada pela Rede Ferroviária Federal S.A.
Brasil	31.379 Km	Administrados pela Rede Ferroviária Federal S.A.: 24.772 Km Administrações diversas: 6.607 Km
* Na **Divisão Nordeste**, a Rede Ferroviária Federal tinha, em 1970: 59 locomotivas (tinha 90 em 1968: foram eliminadas as a vapor e não houve aumento das a diesel) e 85 carros passageiros. Foram transportados, em 1970, 6.751 passageiros; 1.292.000 toneladas de mercadorias.		

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1972 (e 1971*)

Tabela 9. TRANSPORTE TERRESTRE. RODOVIAÇÃO.

TRANSPORTE TERRESTRE. RODOVIAÇÃO. EXTENSÃO DA REDE EM TRÁFEGO, EM 1971

	Rodovias (Km):	Paraíba	Brasil
Geral:	pavimentadas	717	56.620
	não pavimentadas	30.846	1.161.105
	Total	**31.563**	**1.217.725**

Por Administração

	Federal			Estadual			Municipal		
	Total Km.	Pavim.	Não pav.	**Total**	Pavim.	Não pav.	**Total**	Pavim.	Não pav.
Paraíba	**990**	645	345	**3.093**	72	3.021	**27.480**	-	**27.480**
Brasil	56.234	27.384	28.850	139.594	27.584	112.010	1.021.897	1.652	1.020.245

Número de veículos na Paraíba, em 1969*:
Total 19.937
Passageiros: 14.554. Carga: 5.318. Ônibus: 65 (achamos que aí não estão incluídos os das empresas]

EMPRESAS OU SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, EM 1969:

Número de empresas: 39 empresas (833 pessoas ocupadas, 371 motoristas);
Número de ônibus: 314
Transporte anual: 8.947.050 passageiros

Veículos a motor licenciados p/ passageiros, em 1969:
Total 14.023
Automóveis: 7.553. Camionetas (até 12 pessoas): 2.137. Ônibus: 48. Microônibus (até 28 ps.): 26.
Autolotação (de 13 a 20 ps.): 7. Motonetas: 469. Motocicletas: 69.

Fonte: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1972 (e 1971*)

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

CAPÍTULO II.3
A 'AÇÃO PASTORAL IGREJA VIVA'

II.3.1 A GÊNESE DA 'AÇÃO PASTORAL IGREJA VIVA'

Deixamos a um relatório da APA, de autoria de Pe. Éveraldo Peixoto, a narrativa da gênese da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. O relato, intitulado '*Revisão dos trabalhos da pastoral, de 1 março até 31 julho 1969* ', começa lembrando uma reunião do clero, em fevereiro do mesmo ano, na qual

> " ... um dos pontos de exigência do clero para a APA foi que se organizasse uma ação de evangelização segundo os moldes da Campanha de Fraternidade[34] de tal maneira que toda a diocese encaminhasse suas atividades nessa única linha de trabalho."[a]

Foi tomando em consideração essa exigência, como já vimos, que os secretários dos setores da APA, refletiram em conjunto para responder a tais aspirações do clero. Assim,

> "... depois de apurados estudos chegamos à conclusão de que poderíamos fazer de fato não só uma ação evangelizadora, mas uma ação pastoral mesmo com repercussões mais amplas ... Uma ação pastoral e evangelizadora deveríamos fazer para toda a Arquidiocese. Pensamos no tema central da Ação e foi escolhido o da Igreja. [Por isso] através de pequenos grupos de reflexão estudaremos, em toda a Arquidiocese: o plano de Deus para todos os homens. Deus escolhendo um povo para executar o seu plano. A Igreja hoje é este povo de Deus que executa o seu plano. Uma revisão de nossa Igreja à luz da Igreja primitiva dos Atos dos Apóstolos. Por meio desse plano de trabalho de reflexão, todos os outros trabalhos da Ação Pastoral poderiam advir: p/ex. a reforma litúrgica passará a ser feita através de uma expressão de fé esclarecida; os novos ministérios do povo de Deus seriam descobertos nessas reflexões; a nova face do Padre, que o próprio povo de Deus desvendaria ..."[b]

Como o texto acima deixa perceber, o pedido registrado na reunião dos padres, se tornou para o pessoal da APA a ocasião para propor algo que já estava sendo elaborado, mas que até então não tinha ainda encontrado uma concreta possibilidade de se apresentar de forma abrangente e suscitando interesse.

Percebe-se também ainda a presença de uma alma reformadora-centralizada, saudosa de eventos coletivos de grande porte: *que toda diocese encaminhasse* ... em *uma única linha* ... *em toda a Arquidiocese* ... Como um desejo que fica em nós e vem de longe, pelo qual

---

[a] Fonte: 'Revisão dos trabalhos da pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.5.
[b] Fonte: 'Revisão dos trabalhos da pastoral, de 1 março até 31 de julho de 196.', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.5.

"com muita facilidade somos levados a decidir pelas camadas populares o que elas devem conhecer ... e sistematizar com a lógica do agente. ... Diferente [seria] deixar que o próprio depoimento [ou trabalho, ou ação, ou debate,] seja uma palavra não conclusiva, [aberta, parcial, provisória ...]" (Cf. COSTA, 1981: 24).

Talvez não podia ser diferentemente naquele período e contexto, já propondo um grande avanço relativamente às posturas e práxis anteriores.

Logo, então, começa-se a pensar no estilo da proposta, no processo, nos atores que a atuariam e nos conteúdos da parte temática, que foi a que absorveu quase todas as pautas dos primeiros trabalhos. Com efeito, se achou muito importante dar corpo a um núcleo temático bem organizado e preciso, para consequentemente depois escolher os passos seguintes. Por isso, às pressas, foram convidados

"alguns elementos das diversas secretarias da APA e com eles se repensaram os temas de reflexão, que foram aprovados. Foram escolhidos oito membros do grupo para preparar o texto por extensão de cada tema. Depois de preparados os diversos temas, todos foram revisados cuidadosamente e reformulados quatro vezes, pela equipe que elaborou, uma vez por uma boa parte da assembléia da APA, mais uma vez pela equipe de extensionistas para aplicação do plano nas paróquias. Terminado o trabalho dois elementos deram a unidade ao texto definitivo."[a]

Esse trabalho temático foi também a ocasião para confrontar e amalgamar as diferentes sensibilidades e matizes entre o pessoal chamado a coordenar e atuar a ação pastoral, e se consolidou assim um grupo de trabalho, que cedo deu corpo ao livrinho 'Igreja Viva', cuja finalidade era a de ser síntese dos temas para palestrantes e monitores e, ao mesmo tempo, subsídio para as atividades dos grupos na base.[b]

Nesse trabalho de redação do texto aparece uma das características fundamentais de 'Igreja Viva': a coletividade do trabalho. Com efeito, mesmo se com disponibilidades diversificadas e responsabilidades bem determinadas, tudo passava pelas reuniões da equipe e, de maneira constante, por assembléias de atualização, e por trabalhos em grupos menores. As mudanças começam, então, pela formação - era esta uma certeza do grupo -, mas pedindo também a auto-formação da equipe central.

De formação em formação, aos diferentes níveis, as novas idéias poderiam depois ser espalhadas até chegar a todo mundo, mas querendo se propalar aos poucos, como gotas de

---

[a] Fonte: 'Revisão dos trabalhos da pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.5.

[b] Para não tornar pesado demais esse capítulo, colocamos uma análise cuidadosa desse livrinho como anexo no final dessa segunda parte.

óleo embebendo e marcando indelevelmente um pano. Um processo que, na pretensão teórica, se propunha lentos e pequenos passos, mas que, repensando a agenda dos trabalhos, se deu, de fato, muito rapidamente.

Pensou-se então um aprimoramento dos conteúdos em seqüência, aos vários níveis, e ao mesmo tempo em compartilhamento uma vez que a experiência tivesse começado. Assim, primeiro começaria o debate o grupo de trabalho central, que depois o teria repassado para os líderes das paróquias nos treinamentos, até chegar à estrutura da paróquia como um todo, pelas próprias atividades dos grupos. Assim provocar-se-iam mudanças reais e significativas na cara da Igreja da Paraíba. E em seguida haveria o rumo inverso: da base as provocações e as experiências seriam apresentadas às equipes, e à coordenação, como estímulo, e como pedido, para que a continuidade da proposta fosse mais fiel à realidade e, ao final, se pudesse apresentar à sociedade toda uma Igreja bem atuante e ativamente presente no meio social e popular.

Esta a esperança:

> "Pensamos em organizar a Ação Pastoral, formando algumas equipes que passamos a chamar de extensionistas. Essas equipes ficaram responsáveis pelos diversos zonais da Arquidiocese. Os extensionistas assumiriam a responsabilidade de visitar cada paróquia do zonal para marcar os dias em que os vigários achavam conveniente para a extensão do plano na sua paróquia. Essa mesma equipe acompanharia os trabalhos da Ação Igreja Viva e animaria os responsáveis paroquiais para a continuação dos trabalhos. Em cada paróquia se formariam pequenos grupos com um responsável para cada grupo que se reuniriam semanalmente, conforme as possibilidades do grupo e debateriam os assuntos propostos no livrinho 'Igreja Viva'. Um dos elementos do grupo, escolhido pelo mesmo, seria uma espécie de relator dos assuntos mais importantes a que chegou o grupo e as dúvidas que o grupo não pode dirimir. Estes relatórios deveriam ser enviados para o Secretariado de Pastoral que por sua vez os estudaria numa possibilidade de colocar como novas reflexões para os grupos paroquiais. Todos os debates feitos pelos grupos devem sempre levar a uma ação de vida cristã na comunidade. Caso as paróquias precisem para essa ação de uma reflexão da Arquidiocese, poderiam solicitar. ... [Visando esse grande trabalho], durante dois dias consecutivos vinte e um elementos da APA se reuniram para a preparação do grupo de extensionistas da Ação Igreja Viva.[35] Nesses dias, tomamos o texto do livrinho e comentamos e discutimos intensamente e demos todas as dimensões do trabalho a ser realizado. Ainda aí foram dados últimos retoques no texto do livrinho. Depois dividimos as responsabilidades com o grupo e marcamos as equipes para cada paróquia."[a]

Os relatórios no Arquivo da Arquidiocese e os depoimentos escutados nos confirmaram, nos anos 1969-1972, esse grande trabalho do 'centro para a periferia', usando

---

[a] Fonte: 'Revisão dos trabalhos da pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc.5.

uma expressão cara a Dom José. [a] Um trabalho cuidadoso, atento à escuta da realidade, ao mesmo tempo em que 'repassava' conteúdos.

Mais difícil é registrar se houve um retorno da periferia para o centro. Ou melhor, difícil saber se houve instrumentos e condições para a escuta desse retorno. Só indiretamente em uns relatórios e pelas anotações dos agentes de pastoral é possível perceber essa voz da base, mas sem perceber uma real incidência dela na re-elaboração dos conteúdos. Ficamos com a sensação de que a escuta da base modificou algo na metodologia, mas não se tornou efetiva ocasião de construção de um conhecimento 'novo' da realidade da Igreja. Provavelmente, o foi do ponto de vista pessoal e por uns grupos e pequenas comunidades, que muitas vezes construíram, localmente, experiências eclesiais mais em sintonia com sua vivência local. Pouquíssimo filtrou aos níveis superiores, ou pelo menos de forma significativa. Talvez isso seja um limite estrutural, inevitável, ínsito à própria dimensão institucional da Igreja.

II.3.2 UM INÍCIO ESPERANÇOSO

Na festa da SS. Trindade, em junho de 1969, o Arcebispo Dom José, pela Rádio Correio da Paraíba, fez o lançamento oficial da Ação Igreja Viva. Em seguida as paróquias foram visitados pelos extensionistas que, juntamente com os vigários, marcaram os dias de estudos para os responsáveis de cada grupo.[36] Já no final do ano, quase todas as paróquias tinham recebido a visita dos extensionistas, e logo os primeiros treinamentos deram vida a um grande número de grupos na Arquidiocese toda. Com grande entusiasmo o constatava Pe. Everaldo:

> "Em todas as paróquias a Ação está muito bem recebida e causando entusiasmo. Estamos colhendo dados dos estudos feitos em cada grupo para efeito de reflexão posterior. Em algumas paróquias estão dando muita seriedade na preparação de monitores e só depois de tudo é que vão fazer suas equipes. Outras, porém, seguiram outro caminho e começaram logo com os primeiros grupos que se preparam e depois os seus elementos na medida em que se sentem capazes começariam outros novos grupos. De uma ou de outra forma a coisa está marchando muito bem. Tudo indica que a Igreja Viva dará uma nova cara à nossa pastoral. [...Também] no encontro feito com as catequistas da Arquidiocese verificou-se que a Ação Igreja Viva dará uma visão nova à liturgia. [Pois] uma exigência de consciência das expressões de fé se faz sentir muito vivamente no crescimento do grupo. Levará também uma perspectiva nova da visão do Povo de Deus. Um engajamento do cristão e uma autenticidade de vida são também uma decorrência desse trabalho bem como um profundo conhecimento do sentido da vida cristã pelo amor.

---

[a] *'Do centro para a margem'* é também o título escolhido por uma coletânea de textos de Dom José Maria Pires, edito em 1980, pela Editora Vozes.

A verificação dessas conclusões a que chegaram os grupos das catequistas nos dá uma grande esperança a nosso trabalho.[37]" [a]

Grandes energias e recursos foram investidos nessa ação pastoral por parte dos responsáveis diocesanos e dos agentes de pastoral que formaram as equipes extensionistas. Havia um grande entusiasmo: parecia ter encontrado, ao final, uma saída ao impasse registrado pelos precedentes esforços e iniciativas, que não conseguiram mobilizar a Igreja paraibana e, de modo particular, o seu clero. Essa sensação inicial, de ter encontrado ao final um rumo certo, é frisada pela anotação pessoal, que atribuímos ainda uma vez ao Pe. Everaldo Peixoto, coordenador da Ação Pastoral 'Igreja Viva', no final do seu relatório:

"A Ação Igreja Viva para mim foi uma das formas de ação pastoral que mais favoreceu a um trabalho de conjunto na Arquidiocese. Conseguiu dar uma certa unidade aos diversos setores da pastoral. A Ação Igreja Viva engloba todas as linhas do Plano de Pastoral de Conjunto. E leva ao povo de Deus nela inserido, uma visão clara da unidade da Igreja. Atua uma perspectiva para uma compreensão sobre o plano de Deus que é executado por todos os homens de boa vontade." [b]

Ponto central das expectativas e esperanças do pessoal da APA, relativamente a umas mudanças na prática das paróquias e da Arquidiocese, foi o de incentivar uma constante atenção à tradução no cotidiano dos princípios religiosos apresentados e refletidos. Com efeito, uma entre as maiores acentuações e preocupações presentes nos documentos da Ação Pastoral 'Igreja Viva', é a preocupação de não esquecer sua dimensão social, sempre evocada pelo termo 'ação'. Termo claramente ligado ao momento final da metodologia Ver-Julgar-Agir da Ação Católica, da qual fizeram parte muitos entre os agentes e os padres das equipes extensionistas. 'Ação' apontava o reiterado compromisso final proposto nos vários encontros, e fazia parte das 'conclusões' sugeridas pela proposta. Mas, muitas vezes, ela surgia também pelo próprio trabalho dos grupos, como resultado do empurrar das perguntas e dos debates, como aparece, por exemplo, nesses relatórios:

- "Depois de algumas reuniões, o grupo sentiu a necessidade de entrar em Ação (a partir das perguntas, como quais são os efeitos mais tristes de falta de amor em nosso bairro ? ...) ... Os jovens fizeram uma Ação de ajuda às famílias necessitadas em Brasília (roupa, cobertores) ...

Agora o grupo está colaborando com os assistentes sociais do Centro Social N.S. da Esperança para uma melhor integração da Ação; uma representação do

[a] Fonte: 'Revisão dos trabalhos de pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA, a/7 2 E 9 Cx 21; doc.5.
[b] Fonte: 'Revisão dos trabalhos de pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA, a/7 2 E 9 Cx 21; doc.5.

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPB

Centro social participa das reuniões da Igreja Viva." [a]

- "Meta atingida: O grupo de jovens descobriu o sentido do trabalho que é não só formar pensadores, mas 'agentes'. Enquanto isto o grupo de adultos discutiu apenas por discutir não chegando a conclusões práticas."[b]

Além disso, mesmo permanecendo metodologicamente a acentuação do 'agir' no momento final dos encontros, a atenção ao social era também sugerida na fase analítica inicial, fortalecendo o entendimento da ação pastoral de ligar o mais fortemente possível a pregação da Palavra de Deus à realidade que o povo vivia.

- "Analisaram mais ou menos a situação da cidade - anota um relatório -. Descobriram algumas faltas bastante graves como: falta de formação religiosa de muitas pessoas; falta de formação para os noivos, de orientações ... No plenário se ouviu como resposta à última pergunta, o que podemos fazer ? : 'vamos ajudar, vamos amar ...'. Logo entenderam que 'vamos amar, vamos ajudar' não resolve nada, mas: como, concretamente? o que vamos fazer ? ... Fizemos um plenário para procurar juntos o 'como ajudar'.

- Um jovem agrônomo do Ancar mandou brasa ... Depois de um debate muito animado concluíram o seguinte: 1. Unir todas as forças. 2. Um grupo de jovens da Igreja Viva comprometeu-se a colaborar plenamente com a turma de Ancar que promove uma grande festa para crianças pobres na semana da criança. 3. Os adultos se comprometeram a colaborar na semana da promoção da comunidade igualmente promovida pelo Ancar. Serão incluídas palestras e encontros para os jovens ...". [c]

Então, é o compromisso para com o social o que mais devia caracterizar esses novos grupos, provocando com isso a comunidade cristã como um todo, diferentemente da antiga concepção de paróquia. Não porque ela não tivesse atenção para com os pobres, mas porque não se trata mais de ação caritativa só assistencial, sendo acentuados os questionamentos sobre as causas, e procurando o que e como fazer para lhes responder. Por isso *'Não só reflexão, mas também ação'* tornou-se um lema repetido com muita intensidade.

"'Igreja Viva' não só é reflexão, mas também é 'Ação', de modo que leva os membros do grupo a uma vivência mais fraterna e a se sentirem responsáveis pela comunidade. A medida em que os grupos se conscientizam de seu papel dentro da comunidade, partem para o real, trabalhando pelo desenvolvimento do povo, de acordo com as exigências locais. Promovem-se então, por exemplo, cursos de Alfabetização dos Adultos,[38] Cursos de lideranças, de Bíblia ou de promoção humana, em geral.

Alguns grupos integram-se nos movimentos existentes na comunidade, como por exemplo, Campanha no Setor educacional para que todas as crianças do bairro tenham direito à escola.

---

[a] Fonte: 'Paróquia Santa Júlia - Brasília de Palha - Ação Igreja Viva', 25 de maio de 1969, coord. Cristina, Ir. Terezinha, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.5b.

[b] Fonte: 'Revisão de Igreja Viva em Solânea', 27 de setembro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.9.

[c] Fonte: 'Mamanguape. 2° encontro. 13 e 14 setembro de 1969', ext.: Cristina, Ir. Laeta, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.7.

> Grupos outros tentam resolver, por exemplo, problemas de água, limpeza de açude e outros ainda ajudam também em movimentos de construção de igreja." [a]

II.3.3 O CAMINHO CERTO

Abria-se uma perspectiva nova, relativamente pelo menos às propostas tradicionalmente dirigidas ao povo todo, fora de Movimentos ou Associações específicas. E gerou resistências e provocou reações. Interessante, por exemplo, esse simples e sintético desabafo, registrado, com destaque, por um extensionista, lembrando a

> " ... reflexão de um senhor do grupo de 'Igreja Viva':
>
> 'Quando se trata de agir, os ricos vão embora. Fica [só] o pobre falando com o pobre. Que adianta?' " [b]

Também em um dos primeiros relatórios da comunidade de religiosas inseridas em Pitimbu, aparece bem evidente a dificuldade de entrar na lógica de uma ligação mais estreita entre reflexão e ação, até chegar a um compromisso no social:

> "Este mês o que temos a registrar de mais interessante é o trabalho de conscientização junto aos pescadores que, continuam interessados pelos problemas da classe, especialmente a ineficiência da diretoria ... o silêncio passivo das primeiras reuniões está sendo substituído por perguntas que apesar de muito agressivas mostram interesse. Alguns pescadores já têm a coragem de apontar certas falhas e irregularidade da diretoria, em plena assembléia, o que dantes não acontecia, apenas comentavam nas caiçaras ... este trabalho está sendo feito especialmente através de um pequeno grupo de pescadores para que conscientize os outros ..." [c]

São testemunhos que achamos importantes. Mesmo apresentando dificuldades, ou por isso mesmo, eles apontam que o caminho era achado o certo. Um caminho onde não só os agentes de pastoral vêm propondo idéias, mas no qual eles vão também se questionando e aprendendo pela variedade de atuações que o povo vai inventando.

Hoje nós nos perguntaríamos, em um aprofundamento mais crítico (da nossa 'criticidade', porém), se essa orientação para com a 'ação' se deu mais por uma conscientização conseguida, ou se não foi o próprio ato de se fazer presente como aliados, como companheiros de ação por parte dos agentes e padres da equipe central que possibilitou a tomada de posição por parte do povo. Como dizer: foi mais a razão ou o sentimento, a reforçar algo de que já se tinha consciência, apesar de sê-lo em outros termos e linguagem?

---

[a] Fonte: 'Relatório da APA. 1969', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.19.
[b] Fonte: 'Relatório da atividade Igreja Viva, paróquia de Alagoa Grande', de novembro de 1969 até março de 1970, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.21.
[c] Fonte: 'Relatório do mês de abril de 1970', Pitimbu, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23. doc.24.

Ou, talvez, as duas perspectivas, a razão e o sentimento, agiram juntas: a presença comprometida reforçando o anúncio, e a reflexão das motivações e dos direitos fortalecendo as atitudes. Não em um equilíbrio racional, mas em misturas imprevisíveis, de vez em quando diferentes, e diferentes nos vários lugares, às vezes se mostrando só parcialmente ou provisoriamente, às vezes com o prevalecer de uma dimensão sobre a outra.

Interessante nesse sentido o relato a seguir, assinado pelo responsável dos grupos em Santa Fé:

> "Atualmente estamos trabalhando em grupo, fundamos uma cooperativa, somos quinze famílias, que unidas trabalhamos um ou dois dias por semana. Fazemos reunião todas as primeiras terças-feiras de cada mês. Em grupo construímos também casas para as pessoas pobres ... Atingimos a todas as idades principalmente aos adultos ... As primeiras iniciativas que foram tomadas foi a divisão da terra de Santa Fé, que foram assumidas através da união de todos ... As dificuldades que mais encontramos em nossa comunidade é a pobreza e a ignorância da religião. A posição que tenho é de orientar as pessoas e além de tudo trabalhar junto com todos. Contamos com ajuda do Prefeito, do vigário desta paróquia junto com o Irmão Leonard Vissers, que prestou grandes serviços a esta comunidade. O sindicato dos trabalhadores também presta sua ajuda." [a]

Aí, a 'consciência' da importância da luta e das causas das desigualdades eles já tinham, formulada à sua maneira. O que não tinham ainda era a capacidade de reformular isso de uma forma reflexiva que pudesse, de um lado, dialogar com os que se tornavam seus aliados e companheiros de luta, e de outro, entender e responder, na mesma fala, a quem oprimia. Da reflexão amadureceu assim a percepção de um compromisso viável. Do compromisso a necessidade de se fortalecer ainda mais aprofundando as questões, e, por isso, a valorização da assessoria. Uma assessoria que não fosse só o acompanhamento teórico, mas se apresentasse como disponível para compartilhar a luta e que não fugisse no momento da fadiga.

Esses outros textos nos parecem também bem focalizar esse clima 'afetivo-sentimental' em que se dava essa assessoria. Clima ainda mais intenso sendo implicada uma crença religiosa. Com efeito, a fé não é primariamente ato intelectual, mas relação afetiva e adesão a valores que mexem com a identidade pessoal e com o sentido da vida. Ato em que pensar e sentir se confundem. Surge assim quase como uma necessidade, a de manter unidas e entrelaçadas entre si a dimensão da expressão religiosa da própria fé e a atuação dos princípios de solidariedade e justiça, que a reflexão-pregação da fé anima e reforça. Muitas vezes isso apareceu nos relatórios analisados.

---

[a] Fonte: 'Igreja Viva em Santa Fé', sem data, assinante: Manuel Ferreira dos Santos. AEP: CPa: DAPA: d/1 E 9 Cx 23; doc.42.

- "Os homens sempre procuram entrar em contato com a divindade. E o fazem de vários modos, conforme a idéia que cada um tem de Deus ... Uns preferem os terreiros de Umbanda, Xangô, ou coisa semelhante. Outros apelam para a ajuda dos espíritos. Outros fazem seus próprios deuses e os adoram. Os cristãos cultuam a Trindade por Jesus Cristo, o grande intermediário. O culto cristão, porém, não é somente um gesto de adoração e súplica, mas exige que a pessoa realize na vida aquilo que faz pela fé."[a]

- "A coisa mais importante de nossa religião é amar o próximo ... Amar o próximo é o principal compromisso que alguém assume na hora do batismo." [b]

- "A construção de um mundo mais feliz ... não se faz sem uma certa conquista e desenvolvimento dos bens materiais. Um certo bem-estar é necessário por causa da dignidade humana. E tudo isso deve ser norteado pela prática da justiça, condição indispensável para se viver o amor." [c]

Fé e ação social, que estavam bem distintas na tradição pastoral anterior, incumbindo às associações caritativas e assistenciais ou às instituições especializadas a tarefa de dar conta dos problemas ligados à pobreza, agora se interrogam e questionam. Juntar o social com o religioso no âmbito da pastoral paroquial, de modo que a prática de procurar respostas aos problemas da vida coincidisse com a prática da vida de fé, foi um dado novo. Não indolor, mas provocador de tensões e resistência. Mas o rumo estava tomado. E a direção parecia ser a certa.

Conscientes disso, provocativamente, há no livrinho 'Igreja Viva' essas perguntas:

"Não seria melhor que a Igreja cuidasse somente da vida espiritual ? Você acha que a Igreja agora é outra? Para você como deveria ser a Igreja ?" [d]

Contudo, essa 'novidade', em si mesma, tão 'nova' não era na vida religiosa do povo que na maioria já vivia esses valores de solidariedade e de luta pela igualdade, com os limites impostos da dureza da opressão sofrida. Talvez, 'novo' era o fato de que a Igreja, em seus atos oficiais e na sua expressão de classe média - clero, conventos, e agentes de pastoral - procurasse dialogar com as classes populares reconhecendo que é por aí, na prática de ações socialmente comprometidas e atuando como aliadas, que de fato se vive o evangelho. Poder-se-ia talvez dizer que, mesmo que a mensagem pregada por séculos tenha participado, direta ou indiretamente, da 'opressão' das consciências, por ela passaram também na base valores capazes de estimular análises e fortalecer lutas, independentemente da instituição Aliás, a incoerência dos anunciadores de certa forma fez assim que a base retivesse as coisas essenciais e melhores.

---

[a] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (2.5), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Acrescenta-se também: "Precisa instruir-se para ensinar à criança". Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (3.3), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[c] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (3.4), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[d] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (3.4), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.

A nova postura da Igreja conciliar, talvez, promovendo em termos mais livres e respeitosos, o encontro entre base e instituição, só permitiu que tudo isso emergisse, mostrando valores e limites, mas comprometendo a própria hierarquia, mesmo que isto não agradasse a uma parte dela. Se assim for, a 'novidade' estaria mais no desencanto da classe média do que em uma 'abertura à classe popular'. 'Conscientização' tomaria assim uma outra conotação, ultrapassando, até negando, a idéia de uma ação de alguém, que já teria consciência, para com um outro que ainda não a tem, para ser entendida mais como ato coletivo, relacional: ambos reconhecendo limites e valores, reciprocamente. Não uma ação de uns sobre ou para os outros, quase como se fosse uma 'concessão'. Mas o amadurecer, por uma relação, de uma forma nova de pensar e sentir o mundo e a Igreja. Cada um a partir de sua visão, e se enriquecendo da contribuição do outro.[39]

Na introdução dessa parte, falamos de uma hipótese nossa sobre uma *ironia inconsciente* desafiando a postura paternalista da Igreja. Uma ironia implícita no seu próprio anúncio, na declaração de suas intenções. Nas perguntas pouco acima citadas, nos parece encontrar sustentação dessa hipótese. Ninguém consegue pregar o evangelho sem 'contar' algo que mexe com sentimentos e com o sentido da vida, apesar de tentar depois uma tradução sua em disciplinas e doutrinas. E há valores, em sintonia com os do evangelho, que pertencem às culturas, às tradições, aos povos, além de qualquer pregação ou sistematização. Pregações, disciplinas e catecismos tentaram organizar tudo isso, mas com resultados históricos muitas vezes ambíguos, atrapalhando assim a transmissão dos conteúdos, mas sem poder eliminá-los. Um bom conteúdo permanece, mesmo que empobrecido por uma péssima forma de ser apresentado. E esse 'bom,' que resiste às más formas, se torna como uma trama de fundo que na hora oportuna, quando houver condição apta, é capaz de questionar e até quebrar, os sistemas de poder. Como uma ironia.

Aquelas perguntas, preparadas para os trabalhos de grupo, se tornariam então dirigidas mais aos próprios agentes de pastoral do que para o povo. Parafraseando-as: 'Nós dizemos há anos que a Igreja tem que cuidar da vida espiritual e os pobres têm que agüentar o seu sofrimento: será que devemos continuar assim? Achamos de verdade que agora a Igreja é outra? Como poderia ser diferentemente? O que deveria fazer por dar conta do erro cometido?' Perguntas para a base reviradas para o centro. Eis o desafio. Eis, talvez inconscientemente, o ponto de crise.

II.3.4 A METODOLOGIA DE 'IGREJA VIVA'

Mas, como trabalhava o pessoal que participou da Ação Pastoral 'Igreja Viva'? Qual a metodologia que escolheram? Tentamos responder a essas perguntas a partir dos próprios

relatórios analisados.

Na formação dos monitores, por exemplo, havia sempre o cuidado de distinguir as diferentes modalidades do trabalho, que podia ser:

> "a) trabalho em pequenos grupos, preferivelmente homogêneos (por idade, grau de instrução, interesse, etc.), nos centros urbanos e nas pequenas comunidades rurais: - nos colégios religiosos ou que recebem influência da Igreja; - nos hospitais que têm assistência religiosa; - nas comunidades religiosas; - nas capelas e bairros. b) trabalho em 'massa': - nas homilias dominicais e pregações outras; - através de programas de rádio; - nos jornais, com destaque."[a];

Especificando,

> "para o trabalho em pequenos grupos: i) constituição dos grupos por responsáveis locais; ii) escolha de responsáveis por cada grupo; iii) marcar dias e locais de reunião; iv) preparar os responsáveis dos grupos; v) escolher pessoal auxiliar (trabalho manual)."[b]

Já anotamos como o trabalho de grupo ainda não era conhecido em muitas paróquias, especialmente no interior, onde a educação religiosa quase sempre acontecia ou em reuniões de massa, ou nas missas, ou nas procissões, ou nas missões, ou na sala de aula pelas próprias professoras.[40] A proposta de 'Igreja Viva', além de valorizar grupos já existentes na realidade paroquial, visou a congregar as pessoas sugerindo formar grupos pequenos e possivelmente homogêneos, aproveitando de algumas características comuns: jovens, adultos, moradores de um sítio, de uma rua, categorias de trabalho, ou outras.[41]

'Metas, objetivos, planejamentos, avaliações, ...' eram depois instrumentos metodológicos insistidos e bem aplicados. Os vários relatórios, assim como os depoimentos, voltam com insistência a metas gerais e a objetivos mais pormenorizados, que são retomados repetitivamente, como uma forma metodológica para continuamente marcar e manter norteada a ação educativa, como nesses textos,

> - " Objetivos: a) Dar uma consciência evangélica e real do verdadeiro sentido da Igreja; b) levar todas as comunidades do território Arquidiocesano a viverem Igreja em pequenas comunidades, vivas e atuantes; c) encetar uma experiência de Pastoral de Conjunto, em nossa Arquidiocese." [c]

> - "Diretriz básica: A sistemática tem por fundamento a inspiração dinâmica à constituição de Comunidades Vivas de Fé (Igreja Viva)." [d];

> - " Diretrizes específicas: - i. Integrar os diversos setores da APA no crescimento e continuação de 'Igreja Viva'. - ii. Levar aos próprios grupos e comunidades de 'Igreja Viva' a assumirem, como seus, os objetivos de

---

[a] Fonte: (Apresentação do esboço do livrinho), maio de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Fonte: (Apresentação do esboço do livrinho), maio de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[c] Fonte: (Apresentação do esboço do livrinho), maio de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[d] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.

> crescimento que eles descobrirem com relação a: a. Promoção Humana; b. Evangelização; c. Unidade. - iii. Levar a Igreja da Paraíba a concretizar em diversos Ministérios, as suas respostas aos apelos de Deus." [a]

O planejamento completava-se, depois das visitas e dos treinamentos nas paróquias, com a pormenorização de objetivos locais caracterizados conforme as possibilidades, as exigências e o nível de consciência conseguido.

II.3.5 APRESENTAÇÃO E TREINAMENTOS

Depois da apresentação geral ao clero e o lançamento oficial da iniciativa, a atuação nas paróquias começava sempre somente quando houvesse a aceitação e o 'pedido' dos vigários. Com efeito, as equipe extensionistas passaram uma primeira vez em todas as paróquias, mas só onde o vigário estava de acordo, apoiando a proposta, se iniciaram as formações e o acompanhamento do pessoal local. Tratava-se de uma escolha precisa: nenhum trabalho imposto dá certo. Só trabalhando com quem estivesse motivado ter-se-ia probabilidade de resultados. Além disso, a experiência dizia claramente que sem o apoio, ou pelo menos o não antagonismo, do vigário dificilmente poderiam acontecer mudanças significativas. [42] Então,

> "a pedido dos vigários, os membros da APA viajam constantemente, para início de um novo trabalho ou para avaliação e aprofundamento de trabalhos já iniciados. Foi [também] aplicado ao clero um questionário de avaliação cujas respostas são animadoras e esperançosas."[b]

E logo com os padres que aceitavam a iniciativa era planejado o calendário das atividades: primeiro um evento de apresentação; em seguida, os treinamentos: um dia, ou dois dias consecutivos em finais de semana no interior. Nesses encontros eram apresentadas as temáticas do livrinho, juntamente a noções e dinâmicas pedagógicas e pastorais. Entre o pessoal convidado inicialmente sempre havia as professoras do ensino local, as religiosas dos colégios, os líderes dos grupos já atuando na paróquia, outras pessoas escolhidas pelo vigário. Nos treinamentos o método de trabalho seguia normalmente esse esquema: apresentação do tema; grupos de discussão; assembléia geral.

Nas assembléias, assim como nos grupos, era sempre o livrinho que funcionava como referência temática inicial. Os pontos tratados, seguindo a numeração de capítulos e parágrafos, eram sempre anotados nos relatórios, permitindo um acompanhamento mais pontual nas etapas seguintes. Ao mesmo tempo, cruzando os temas tratados com as indicações das avaliações, percebia-se melhor o que era mais necessário para cada paróquia

---

[a] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.
[b] Fonte: 'Relatório da APA 1969', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.19.

ou grupo. Nos treinamentos dos monitores não eram excluídos outros assuntos, mas a trama de fundo permanecia fundamentalmente a traçada pelo livrinho.

II.3.6 AVALIAR PARA NÃO PERDER O CONTATO COM A REALIDADE

Avaliar metodicamente o trabalho pastoral-educativo era uma atitude constante dos agentes de pastoral e dos extensionistas de 'Igreja Viva'. Modalidade sugerida inclusive para os próprios monitores na base. Essas avaliações, relatadas por escrito, nos permitem registrar algumas entre as dificuldades mais recorrentes, como também o clima geral de boa acolhida. Na maioria das vezes, a avaliação foi registrada, por rigor lógico, dividindo as observações em duas categorias: 'pontos negativos' e 'pontos positivos'.[43]

'Avaliar' aparece então como uma entre as práticas normais, e mais cobradas, das atividades da Ação Pastoral 'Igreja Viva', e os próprios relatórios constituíram, por isso, uma forma de manter monitoradas as experiências vividas, oferecendo amplo material que permitia aos dirigentes da APA e às equipes extensionistas lembrar o trabalho feito, inclusive as reações e os pedidos. Mantendo a memória das temáticas tratadas, das conclusões tomadas, dos sucessos e as dificuldades dos grupos, podia-se melhor manter o fio do discurso, e melhor acompanhar a evolução da proposta. Ao mesmo tempo, podiam ser aportadas as eventuais modificações necessárias para dar melhor conta das específicas realidades locais. Além de várias anotações dos extensionistas, encontramos momentos específicos de avaliação, seja com os grupos locais, seja com os padres. Esses documentos nos permitem sentir um pouco o clima de entusiasmo que nasceu ao redor dessa iniciativa diocesana, assim como evidenciar as questões ainda abertas e as resistências.

- "Opiniões dos responsáveis pelos grupos: Cada dirigente comunicou a sua experiência. Viu-se pelos depoimentos que através de Igreja Viva: - estão crescendo no amor dos irmãos; - contribuindo para um melhor relacionamento entre as pessoas; - levando o povo a um verdadeiro despertar para os problemas locais; - alguns problemas já foram solucionados: a) o problema da vertente; b) o problema da lavagem de roupa; c) movimento para construção de uma casa e remédios para um doente; d) apoio a uma escola que estava para 'cair'; e) apoio a um fiscal na sua mudança de atitude: tratar bem os trabalhadores mesmo correndo o risco de perder o emprego."[a]

- "[Opiniões do clero em resposta a um questionário da APA:] À pergunta se as visitas da APA na paróquia ajudaram ou desestimularam o povo, houve respostas positivas como: a) ajudaram na conscientização; b) ajudaram a despertar o povo para o cumprimento de dever; c) ajudaram instruindo o povo mais no amor de Deus e despertando para o amor fraterno. Ressaltamos o depoimento empolgante do Cônego Fernando Abath que, sendo um dos vigários da Catedral metropolitana, afirma, com entusiasmo: 'Verifico que

[a] Fonte: 'Revisão do trabalho de Igreja Viva em Solânea', 27 de setembro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.8.

cada visita da APA é sangue novo, nos grupos existentes'. Por outro lado, registramos também a resposta ressentida de um vigário do interior que afirma: 'O trabalho não deve marginalizar a pessoa do vigário. O povo quer ver o Padre no Centro do trabalho da paróquia'.

À pergunta, como seu povo está vendo esta 'Ação Igreja Viva', registramos também algumas respostas positivas: a) com muita esperança; b) como um meio de melhor conhecer a religião: c) com otimismo. Alguns, porém, informam que o movimento empolga os grupos atingidos e não propriamente o povo, porque o trabalho é de pequenos grupos e a maioria ignora. À pergunta se o movimento deve continuar ... todos responderam positivamente." [a]

Achamos interessante também uma pequena anotação, por parte de um extensionista, onde aparece como na percepção dos agentes de pastoral o amadurecimento da ligação profunda entre o ato de fé e a prática no social era uma entre as atenções dominantes. Aí, a comparação entre o sucesso com o grupo de jovens e a dificuldade com os adultos parece bem expressar, pelo tom da frase, o que era mais esperado.

"Meta atingida: O grupo de jovens descobriu o sentido do trabalho que é não só formar pensadores, mas 'agentes'. Enquanto isto o grupo de adultos discutiu apenas por discutir não chegando a conclusões práticas." [b]

O texto atesta também, ao nosso ver, um certo nervosismo diante das resistências à proposta. Poderíamos re-perguntar ao agente, mas é a nossa sensibilidade de hoje (e o perguntamos primeiramente a nós mesmos): 'Porque o adulto teria mais dificuldades? Só por má vontade? Não poderia ser que essa sua resistência é uma outra forma de luta, talvez uma sabedoria aprendida pela experiência da dureza da vida (talvez as duas coisas misturadas, sem equilíbrio, dependendo das condições)? E isto aconteceu no campo ou na cidade? Qual a classe social, quais as experiências anteriores, quais as pressões e as condições de luta?'[44]

Ao final de cada treinamento, e muitas vezes também na conclusão dos encontros de apresentação ou de avaliação, havia um tempo dedicado aos encaminhamentos, incentivando para que o pessoal conseguisse traduzir em compromissos concretos, e viáveis, e a nível local, o que perceberam no momento da formação e do debate.

Essa parte tomava corpo nas 'CONCLUSÕES', colocadas como constante momento de síntese dos encontros, como nesse exemplos:

- "Conclusões: - encontro semanal com o texto; - reunião mensal com a coordenação; - manhã de formação; - entrosamento dos bairros através de festinhas e encontros; - grupos de reflexão nos colégios." [c]

---

[a] Fonte: 'Relatório da APA. 1969', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.19.
[b] Fonte: 'Revisão do trabalho de Igreja Viva em Solânea', 11 de outubro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.9.
[c] Fonte: 'Relatório Zonal Brejo II. Treinamento', 13 junho de 1969, ext: Rosi e Ir. Stella, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2.

- "Orientação para o trabalho do dia seguinte: 1. desenhar o 'mapa do bairro'; 2. descobrir pessoas que já realizam alguma coisa no bairro; 3. localizar as casas dessas pessoas no mapa; 4. estudar a possibilidade de um encontro com essas pessoas; 5. ver o que se pode fazer com eles pela promoção do outro." [a]

Fazia também parte do momento conclusivo dos encontros o planejamento da continuidade da ação pastoral, pormenorizado de maneira diferenciada, segundo as exigências e o ritmo da caminhada de cada comunidade, como deixa perceber esse relatório:

"Planejamento para cada comunidade [da paróquia]: a) Serra da Raiz: alfabetizar; uma campanha para ajudar o Centro de Saúde. b) Lagoa de Dentro: Formar pequenos grupos de professoras e depois formar grupos de jovens. c) Caiçara: encontro com o povo; apresentação; grupos de jovens. d) Passagem: formar grupos. Lembrar às autoridades as necessidades da própria comunidade. ... [A próxima] revisão [fica] marcada em dezembro." [b]

Nos planejamentos se evidencia também a constante atenção a determinar os recursos necessários, meios e pessoas, para dar atuação concreta à Ação Pastoral. Especificando os já disponíveis, e os a ser procurados, e diferenciando os vários níveis: paroquial, zonal, articulação diocesana. Assim, por exemplo, no planejamento da ação da comissão central:

"c. Recursos humanos. i. A equipe da Pastoral composta de diversos elementos da APA que trabalham na extensão da Ação Pastoral Igreja Viva, e os vigários. ii. Uma pessoa encarregada de coordenar todos os relatórios e encontros da secretaria para reflexão e unidade do processo pastoral. iii. O secretário de Capacitação (através do INDES e sua equipe). iv. Os diáconos permanentes e os seus candidatos. v. As religiosas disponíveis de cada congregação para os serviços da Ação Pastoral. vi. Todos os elementos dos diversos setores da Secretaria da Pastoral nas responsabilidades próprias e nas suas disponibilidade. d. Recursos financeiros: i. A percentagem da Campanha da Fraternidade ii. Recursos disponíveis da Arquidiocese." [c 45]

Relativamente aos recursos financeiros necessários ao nível de atuação central, eles foram na maioria obtidos pelo bispo no exterior, conseguindo dar conta das despesas de transporte, de material, a retribuição do pessoal fixo da APA, e as despesas para os assessores externos que, de vez em quando, vinham convidados para os encontros de formação a nível diocesano.

II.3.7 Os Grupos Na Base

Depois dos treinamentos começava o trabalho de base pelos monitores que os

---

[a] Fonte: 'Encontro da APA com os grupos de Igreja Viva. Alagoa Grande', 4-5 julho de 1970, ass.: Ir. Stella, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23. doc.25.
[b] Fonte: 'Relatório de Serra da Raiz', 22-24 de agosto de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6.
[c] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.

freqüentaram. Os extensionistas garantiam o apoio e o acompanhamento, convidando-os a manter o contato, e assinalar os resultados e os problemas. O próprio fato de sempre marcar ao final de um treinamento a data do encontro seguinte, e a da correspondente avaliação, funcionava como estímulo para o trabalho e dava ao pessoal uma sensação de maior segurança, sabendo que não estava sendo deixado sozinho na atuação pastoral, principalmente onde havia umas dificuldades entre os fiéis e o vigário da paróquia.

Os grupos na base se reuniam na maioria das vezes nas casas,[46] usando a igreja ou os colégios só nos momentos das plenárias ou por ocasião de eventos comuns entre os grupos, e desenvolviam seus encontros, partindo ou do livrinho ou de um texto bíblico, como sugerido nos treinamentos, para depois partilhar reflexões e sugestões, solicitando a todos para contar fatos da própria vida. Como na casa

> "de Seu Oliveira, começando com texto do evangelho, um juízo final e a partilha ... O povo - é o próprio monitor que relata - está sentindo que estão indo muito bem, já despertando o entender o evangelho."[a]

Nas formações, muito insistiam os assessores no uso do livrinho, ou diretamente ou como referência temática, e tendo em vista os registro nos relatórios e avaliações, parece que ele ajudou bastante. Porém algumas pessoas, em particular nas áreas rurais ou nos bairros mais populares, acharam as perguntas do livrinho difíceis para quem não tem instrução:

> - "Quais as dificuldades? A principal dificuldade era a falta de segurança na transmissão e animação dos grupos. Acham que o livro é para quem já tem uma base, e optam para uma catequese anterior para depois entrar nos assuntos de 'Igreja Viva'." [b]

> - "Pontos negativos (do livrinho): a) o texto muito difícil de interpretação e inclusive os questionários; b) falta de pessoal para dirigir, bem introduzida ou entrosada para os ciclos de estudos; c) pouca participação dos que acompanham os trabalhos; d) falta de noção de dinâmica de grupo; e) o local das reuniões que ficava bem afastado do centro da cidade; f) dificuldades para os encontros para o trabalho de apostolado." [c]

> - "Pontos negativos: - perguntas difíceis de serem entendidas; - falta de entrosamento de um elemento do grupo."[d]

A atividade dos grupos devia se inserir na vida ordinária das paróquias, e pelo fato de

---

[a] Fonte: (Esboço de relatório ou de ata). 'Alagoa Grande', 24 de abril de 1970, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.22.
[b] Fonte: 'Revisão de Igreja Viva em Serra da Raiz - Caiçara', 21 de novembro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.16.
[c] Fonte: 'Relatório de outubro 1969 até abril 1970. Cidade de Dona Inês', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.23.
[d] Fonte: 'Treinamento Igreja Viva em Bananeiras. 27-28 de setembro', (1969?), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.36.

ser a renovação litúrgica um dos eixos centrais da proposta conciliar se propunha manter uma estreita ligação das temáticas para com a vida litúrgica das comunidades, com o objetivo de melhorar a interconexão das celebrações com o cotidiano do povo, como relata um educador:

> - "Todos os nossos trabalhos deste mês gravitaram em torno do mistério de Natal. [Mas,] para chegarmos à reflexão do mistério de Natal , partimos da parte material: necessidade de vestir os filhos ... O que precisava para a festa ... apontou os problemas e enfocou 'ao vivo' o problema angustiante da grande maioria e o porquê vive assim, a necessidade de lutar para melhorar, levando a refletir o como fazer isto. [a]

> - "[Isto porque] chegamos a uma conclusão que julgamos importantíssima para o nosso trabalho. Pelo menos aqui, só podemos atingir o povo (por enquanto não vemos outro caminho) através de sua religiosidade. Não a alimentando, mas educando-a." [b]

Essa última anotação deixa perceber o amadurecimento de uma postura atenta à realidade, apreendida pelo próprio trabalho no meio popular. É provável que, no começo, o olhar sobre a religiosidade tradicional fosse menos benévolo, e que a intenção originária, talvez inconsciente, fosse a de modificá-la visando uma religiosidade menos mágica e mais comprometida.

'Só podemos ...' 'por enquanto ...', deixam perceber uma certa saudade. Talvez se esperasse diferentemente. Talvez, se esperavasse que o povo mudasse como 'se queria' que mudasse.

Contudo, há uma honestidade na frente do que o povo mostra, e isso abre espaço para uma perspectiva e uma postura mais cuidadosa. Há assim uma disponibilidade a se deixar questionar que se torna condição fértil de novas relações educativas. É a experiência que vem dizendo que a religiosidade popular é um forma de se expressar por parte do povo que pede diálogo, não conversão.

Não achamos bom mexer dogmaticamente com isso. Permanece a sensação de que há algo a mudar, mas pelo confronto, e se ambos estão disponíveis a mudar. Não mais como imposição nem, muito menos, com postura de superioridade. Mas sim, com uma atitude educativa dialógica.

---

[a] Também é significativa essa anotação: "Por sugestão de um pequeno grupo foi feita a preparação para o Natal nos nove dias que precederam. Foi planejado por um grupo que já começa a despertar e liderar. O nome tradicional de novena pela sua 'magia' foi conservado" (Fonte: 'Pitimbu', dezembro de 1969, ass. pela comunidade: Ir. Nilza Montenegro, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.18).

[b] Fonte: 'Pitimbu', dezembro de 1969, ass. pela comunidade: Ir. Nilza Montenegro, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.18.

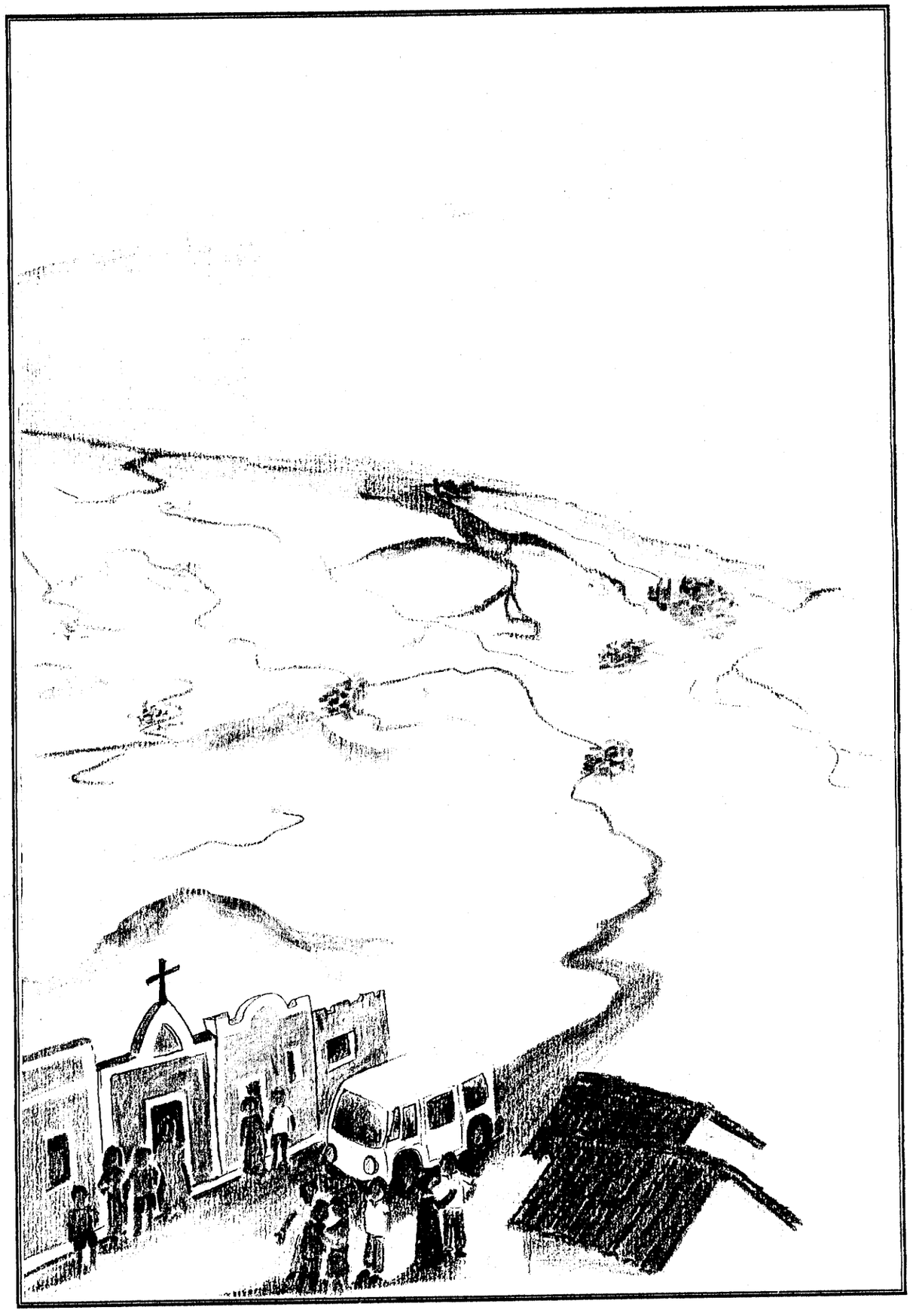


Fig. 3. "Igreja Viva era uma *kombi*": do centro para a periferia .

CAPÍTULO II.4
AS RELAÇÕES EDUCATIVAS

II.4.0 INTRODUÇÃO

Tentamos evidenciar, nos primeiros três capítulos desta segunda parte, como nasceu e se desenvolveu a proposta de 'Igreja Viva', esperando ter oferecido material para refletir o primeiro eixo de perguntas que apontamos a partir do texto de Beatriz Costa. Procuramos assim ver se e como essa proposta, que se apresentou como ação educativa no meio popular, conseguiu abrir um *espaço-experiência* para que amadurecesse um novo *conhecimento-consciência* de Igreja juntamente ao povo. Privilegiamos por isso, até então, a perspectiva dos conteúdos: o que se pensava e o que se propunha comunicar, e com quais iniciativas e método. Vimos, então, sua articulação organizativa e, pelo menos em parte, sua vivência na base. Colocamos, de vez em quando, algumas reflexões críticas. Não para responder ou julgar, mas para aprender aprimorando o nosso pensar-sentir a educação, a partir das perguntas que iam nascendo dentro de nós. Ao final, nos parece poder dizer que a Ação Pastoral 'Igreja Viva' foi um avanço na atenção e na consideração da Igreja para com as camadas populares. Mais no sentido de uma conversão do que de uma grande contribuição *para* o povo. Com efeito, os conteúdos propostos, a metodologia, e o processo de atuação escolhido, conseguiram evidenciar como só há mudanças reais na medida em que há lealdade educativa. Ou seja, acontece uma boa educação quando há disponibilidade a encarar as modificações que são cobradas pelo que vem acontecendo na ação educativa. Disponibilidade que achamos ter sido sincera nas intenções e nas escolhas metodológicas do pessoal de 'Igreja Viva'. Algo ia por isso mudando, mas ainda em um contexto em que, globalmente, havia fortes resistências às mudanças, dentro e fora da Igreja, e, talvez, perpassando todas as classes e grupos sociais.

Mereceria um espaço maior também a questão do *tempo*. Foi uma ação pastoral rapidamente pensada, às pressas atuada, com ritmos muito intensos pelo pessoal extensionista e pelo coordenador, e que se esgotou em menos de três anos, à frente de um território amplo, e em condições de deslocamento e de comunicação desfavoráveis. O tempo vivido rapidamente, bem lida com os entusiasmos, e com a euforia por algo de novo, achado determinante. Assim como bem lida com a convicção de que se está vivendo uma época histórica, e que haverá mudanças grandes e bem próximas. Também as pressões sociais fortalecem esta pressa, pela preocupação que se não fizer algo logo, tudo iria acabar. Tudo isso concorreu a determinar um clima apressado que, a nosso ver, atrapalhou muito a proposta e a tornou mais frágil, talvez um pouco ingênua. Uma pressa que mal se conjugava

com a exigência de longo prazo que sempre uma ação educativa de grande porte traz consigo.

Ao lado da questão do tempo, aparece a questão dos sentimentos, das relações, dos ritmos pessoais. Talvez por isso tiveram tanta importância os cantos, a liturgia (foi até editado um disco com música de autoria do próprio Pe. Everaldo, juntamente com Ir. Esther), e, de forma particular, a *presença pessoal*: os encontros, o diálogo, o contato, o voltar mais de uma vez e de forma metódica às várias paróquias, especialmente às do interior.

É nesse sentido que colocamos como uma pergunta central do segundo eixo de reflexões, nesse quarto capítulo, o tema das relações educativas, tentando detalhar como 'de fato' elas se deram. Aceitando o limite de poder só inferir algumas hipóteses a partir de anotações escritas nos documentos ou pelo conto de alguns protagonistas. Com efeito, ficamos nos perguntando: 'Como dar conta de descrever relações das quais temos tão poucos registros? Como poderíamos avaliar se, e quanto, o *conhecimento-consciência* de Igreja que se propusera foi *transmitido-construído*, ou (talvez) *inibido?*'

Decidimos não tentar respostas deduzindo, mas tentar uma contemplação. Escolhemos assim montar uma colagem de notas e testemunhas, o mais possível de estilo *impressionista*. E acabamos construindo uma galeria de quadros que representassem o que já analiticamente apontamos nos primeiros capítulos, mas agora dando destaque às relações. É uma escolha que nos convenceu, e nos pareceu útil e frutuosa. Saindo da galeria, colocaremos também algumas nossas considerações, sem pretensão de traçar conclusões. Pedimos então ao leitor a paciência de aceitar recomeçar, por esse novo registro, a contemplação de eventos e acontecimentos.

II.4.1. O CONTEXTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A Ação Pastoral 'Igreja Viva' se deu no contexto dos primeiros anos da Ditadura militar. Apesar disso, muito pouco apareceu até então na nossa análise. Na realidade, o Golpe Militar de 1964 marcou muito o rumo da Igreja, mesmo que, no início, ele fosse até louvado e apoiado pela maioria dos bispos brasileiros, como Dom José Maria Pires nos contou.

Com efeito, a ação dos militares parecia

> "visar a recompor a ordem no país: as greves se multiplicavam, havia tumultos nas universidades. Nós todos achávamos que era uma revolução para colocar ordem, acabar com aquele momento: um grupo fazia greve e logo todos os estudantes entravam em greve também; não se estudava mais, e o governo parecia estar apoiando isso. Nós achávamos que realmente o exército vinha para combater aquela corrupção e combater o comunismo. ... Essa revolução de 1964 apareceu para nós bispos como sendo uma salvação, tanto

que aqui em Belo Horizonte houve uma tal 'Jornada do Rosário' que reuniu cem mil pessoas para condenar o comunismo. Brizola veio fazer uma palestra na assembléia e não conseguiu porque o pessoal cercou a assembléia rezando terço. Então havia mesmo um clima de esperança. ... O comunismo era o nosso inimigo: primeiro, ele era pensado como algo sempre contra a Igreja. A gente estava embasada na encíclica de Pio XI, que dizia que o comunismo é intrinsecamente ateu, materialista. Era o temor de um comunismo que vinha destruindo tudo, acabando com a propriedade privada, tomando as coisas, destruindo as Igrejas. E se fez uma campanha enorme neste país contra o comunismo, fortemente apoiada pela Igreja Católica. Por isso mesmo, ela promoveu em todo o nordeste a sindicalização do trabalhador rural. Não por causa do trabalhador rural em si mesmo, mas para poder combater as Ligas Camponesas que eram consideradas de inspiração comunista. Julião era considerado pelo menos, se não um comunista, um socialista daquele do extremo. A coisa aparecia assim."[a]

Esse entusiasmo em favor da 'Revolução', porém, acabou cedo,

"como em uma conversão - observa Frei Anastácio -.

Foi a pobreza, o sofrimento aqui, que fez com que o bispo mudasse sua postura. Foi a partir da realidade do sofrimento dos trabalhadores que apanhavam. ... E o poder moral, que ele veio conquistando, era a partir do compromisso que ele vinha assumindo para com as classes desfavorecidas. Como no Natal de 1978, ou 1979, quando ele deixou de celebrar na Catedral e foi celebrar em frente do palácio da Justiça, para os trabalhadores. Isso foi uma confusão tão grande dos padres: 'O bispo deixar de celebrar na catedral a missa do galo para celebrar com um povo acampado na frente do palácio do governador por luta de terra!?'

É preciso coragem por isso. Porque você falar é uma coisa, mas na hora de decidir contra todos em plena catedral ... Dom José ele sofreu, e pagou por isso."[b]

O contato com 'sua base', e o estudo e a experimentação de novas formas de se apresentar ao mundo ajudaram parte da Igreja a reconhecer a verdadeira cara do Governo Militar. Mas nesse contexto, fazer o quê? Qual o papel da Igreja, de seus organismos e estruturas, em particular?

"Um grande sonho era o de organizar a população para se opor à Ditadura, mas de forma indireta, apostando que o estímulo bíblico era uma grande força para isso." [c]

"E [de fato] sentimos que, [diante das perseguições,] os membros de Igreja Viva agiam com muita simplicidade e segurança, sempre sob a luz da Palavra de Deus. Mesmo que, até certo ponto houvesse um recuo da própria cúpula da Igreja.

---

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000

O povo de Deus não fugiu da luta. Animava os companheiros a continuarem na luta pelos seus direitos, iluminado pelo Evangelho aprendido e vivido na perseguição." [a]

Aceitou-se a luta. Mas de forma escondida. As experiências da Ação Católica fechada e perseguida e do MEB 'domesticado' pelo regime ensinaram. Por isso, nos relatórios e nos documentos, nunca se fala diretamente do Golpe. Por uma dupla razão talvez. De um lado o medo e o cuidado para não se expor à perseguição, e manter assim um espaço para uma ação de longo prazo. De outro lado, ainda permanecendo uma consciência de distinção, mesmo que não mais antagônica, entre o religioso e o civil, apesar de que o próprio trabalho com as classes populares começasse a questioná-la:

"O pessoal que escrevia, escrevia por cima. Tinha medo, não se podia falar nisso. Muitas pessoas foram perseguidas." [b] "[Por isso,] a documentação toda foi limpa ... A gente nem podia guardar livros em casa. Ninguém falava disso com ninguém." [c]

"Mas, a gente trabalhava [também] sem se preocupar muito com a Ditadura. Nós trabalhávamos com as professoras em questões religiosas ... mas descobríamos muitas coisas nesses grupos. Saiam muitos questionamentos, e o grande medo da gente era que alguém prejudicasse o trabalho." [d]

Aceitar que a realidade do povo mexesse com os sentimentos, e deixar que os sentimentos afetassem as idéias, foi, ao nosso ver, para o bispo e os outros, o que abriu a uma visão e a uma postura mais sintonizada com a realidade do povo. Essas atitudes se sintonizavam com as experiências de Educação Popular que já animaram a educação paraibana, na metade dos anos Sessenta, como novos estudos locais estão analisando.[47]

'Mas quanto disso vivia o pessoal que atuava na Igreja?'

"A bandeira de Educação Popular, foi mais em Recife - nos confiou o Prof. Jackson -. Lá ela cresceu mais, mas também aqui experimentávamos algo semelhante. Eu, por exemplo, fui ligado a ele na universidade. Lá tinha vários estudantes, ou da JUC, ou de uma posição política que achavam que a Igreja era a única instituição que podia fazer frente aos militares e que podia fazer um trabalho de base na comunidade. Havia essa crença dentro da universidade, que eu vivi na universidade neste tempo, tanto que fui expulso da universidade. Demitido pelo AI 5." [e]

"O programa CEPLAR[48] já estava terminando quando eu cheguei - nos lembrou Dom José -. Os lideres já ou estavam presos ou fugiram, e os padres que lhe davam apoio estavam já destituídos. O que havia ainda era o MEB, mas não existia em João Pessoa, mas sim em Campina Grande, em Patos e em Cajazeiras. Depois da CEPLAR, foi o MEB que continuou, mas bem desfalcado, pois o governo fazia muitas restrições. Vários dirigentes do MEB foram

[a] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000
[c] Fonte: Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000
[d] Fonte: Depoimento de Ir. Maria Stella de Barros Lima, Recife, 7 de fevereiro de 2000
[e] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.

detidos, foram presos, ouvidos e não puderam mais atuar no MEB, porque eles eram pagos com recursos que vinham do governo. Eu ainda tive contatos e audiências com Jarbas Passarinho, quando ele era Ministro da Educação. Neste tempo eu era Presidente do MEB[49] . Todos os anos passaram-se umas dificuldades para a gente conseguir que o Ministério da Educação aprovasse o projeto de custo do MEB, e sem a verba do governo não dava para o MEB continuar aquela ação toda. Aos poucos o MEB foi de certo modo se descaracterizando. Aquela turma verdadeira, que tinha uma mística de desenvolvimento popular, foi sendo presa, foi se mudando. Então foram entrando elementos novos e já num período no qual a 'Revolução' do 1964 agia num esforço de desmontar as organizações populares. ... Em João Pessoa, porém, não atuou o MEB, porque o instrumento do MEB era o rádio, e quando o MEB chegou à Paraíba, comprando quatro emissoras, uma para cada diocese, o arcebispo meu antecessor, achou que não convinha continuar com a emissora e a vendeu, o MEB autorizando. ... Assim o MEB não teve mais instrumento de ação em João Pessoa, mas continuou nas outras dioceses. ...

Também a Cruzada ABC eu não conheci. Tinha, mas era tão pequena [em João Pessoa] que não aparecia na imprensa, e não tinha nenhum contato com a Igreja Católica. Era campanha só de alfabetização. Eu não tive nenhum contato com ninguém da Igreja Batista na época. A Cruzada ABC não atuou na área social, pelo menos no meu tempo. ...

Os Sindicatos, na época, não falavam, não podiam. Na Paraíba, quando começaram a prender os agricultores nós reunimos a FETAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e dissemos: 'Você têm que tomar posição. Têm que lutar contra isso, e organizar qualquer coisa'. O presidente da FETAG, Alvaro Denísio, disse: 'Nós não podemos fazer nada, pois nós somos um órgão de colaboração com a política do governo e tem sempre um militar lá nos acompanhando'. Um advogado da FETAG disse: 'Eu sou um funcionário da FETAG. Eu sinto isso, mas não posso falar nem incentivar que falem, pois eu vou perder meu emprego.' Então o grupo da pastoral disse. 'Nós de Igreja não têm nada a perder, pois não somos pagos, nem temos compromisso com a política do governo. Então já que eles não falam, nós vamos falar'."[a]

Temos que acrescentar que havia padres e professoras (es) que já estiveram engajados no CEPRAL, no SIREPA e em outras atividades educativas de cunho popular [Cf. SCOCUGLIA, 1997 a, *passim*; e SCOCUGLIA, 2000, *passim*). Além disso, o pensamento de Paulo Freire, da equipe dele e de outros movimentos populares era bem conhecido na Paraíba, também por ter ele atuado e tido palestras várias vezes no Estado. Mas os mesmos motivos que silenciaram as referências ao Golpe, silenciavam seus 'inimigos' também.

II.4.2 O CONTEXTO SOCIAL

"A cidade de João Pessoa não era muito grande, e era muito fechada." [b]

"[Tinha ricos, mas] rico não freqüenta Igreja, rico dá contribuições, até

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Ir. Maria Stella de Barros Lima, Recife, 7 de fevereiro de 2000.

constrói igrejas, ajuda nisso e naquilo, mas nós não contamos com ele como Igreja. Então, Igreja como povo de Deus é a Igreja dos pobres."[a]

"A burguesia aqui foi muito besta. Tinha famílias dominando, donos de vastas áreas da Paraíba. Ainda tem, hoje, mas não com aquela veemência. A classe média tinha que copiar a burguesia. Até 1970-75, a classe média queria ser burguesa. ... Quase todos os agentes de pastoral eram de classe média, mas eles eram muito treinados e conversados para se relacionar com o pessoal simples. Isto em particular pela Ação Católica, onde a maioria das pessoas era da classe média, mas sem nenhuma dificuldade em se misturar às classes mais humildes." [b]

"Agora, também tinha gente da classe média que apoiava a ação da Arquidiocese; ... tinha gente no Banco do Brasil; tinha o pessoal da Universidade; tinha os que foram de Ação católica." [c]

"Havia muitas forças conservadoras e tradicionais, sem dúvida. Eram pessoas ligadas à administração de bancos, alguns políticos que tinham interesse de se perpetuar no poder ou então em exercer o poder. O governador na época era João Agripino, que era uma pessoa, em princípio, aberta, mas que tinha limitações, sendo que ele temia também até por si mesmo, temia por uma mudança assim, que uma mudança mais radical dificultasse os negócios do Governo. Havia também usineiros temendo reformas, sendo, na época, as usinas muito fortes. A família Ribeiro Coutinho em particular, que dominava grande parte das usinas. Já que não poderíamos falar em indústrias na Paraíba. A indústria estava nascente. Na época, o que predominava mais era a luta do campo."[d]

"[Nesse contexto todo], muitos padres [da cidade] não faziam nada, no sentido de tentar algo mais agradável para o povo." [e]

Enfim, o clima e as pretensões da classe média ligada à Igreja nos parecem bem pintadas nesse 'desabafo' de Dom José, lembrando o que aconteceu quando ele pediu que os estudantes do Seminário Menor trabalhassem nos finais de semana,

"pois era costume que no fim de semana, cada um tivesse uma 'madrinha'. A madrinha o buscava, e ele passava o domingo com a família da madrinha. Às vezes nem ia a missa, sendo que a madrinha tinha casa de praia. Não dava. Então propusemos escolher um serviço qualquer, dentro ou fora, como num posto de gasolina, por exemplo, ou no seminário mesmo (na limpeza, na horta, etc. ...).

A reação foi tremenda. Muitas famílias disseram: 'Nossos filhos foram para o seminário para estudar para ser padres, não para trabalhar. Para trabalhar podiam ficar em casa'. Resultado foi que o seminário menor acabou. Eu fiquei feliz, pois melhor ter nada que ter um seminário deste jeito." [f]

---

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000.
[d] Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.
[e] Fonte: Depoimento de Ir. Maria Stella de Barros Lima, Recife, 7 de fevereiro de 2000.
[f] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.

II.4.3 A CONJUNTURA ECLESIÁSTICA

Característica desse período foi também um grande interesse e entusiasmo, pelas experiências de outras dioceses na América Latina e no Brasil. Experiências, porém, não acriticamente recebidas pelos responsáveis diocesanos. Como a de

> "Dom Eugênio Sales, então Arcebispo de Natal, que estava começando um trabalho muito bonito, que chamava a atenção do Brasil e do Nordeste, sobretudo. Era uma ação social, no meio rural. Porém era ainda um trabalho para o povo e não, com o povo. Era um trabalho assistencialista, embora, já existisse uma preocupação de uma ação educativa. No entanto, não víamos um processo de conscientização onde o povo fosse o sujeito de sua história. Foi nesta época que começou a se desenvolver no Nordeste uma ação pastoral buscando essa nova postura." [a]

Foi porém a vizinhança com Recife que se tornou de fundamental importância para o desenvolvimento de uma pastoral renovada, mais norteada para a ação popular.

> "Aí existia um movimento 'Encontro de Irmãos' – o lembra Frei Anastácio, que participou daquela experiência -. Havia todos os domingos, sábados e domingo, um chamado treinamento de monitores. Esse treinamento se dava por região: Camaragibe, Paulista, Olinda, Rio Doce, Pina ... Era nas periferias da Arquidiocese e era o dia todo, uma vez por mês e tinha uma equipe que era formada por Abdalaziz Moura, João Francisco, e Peque, uma freira. Eles eram as figuras chaves que elaboravam o material. Tinha uma apostila que era rodada em mimeógrafo e que era distribuída em quatro ou cinco reuniões, se o mês tivesse cinco semanas. Na segunda-feira, às sete horas da noite, Dom Helder falava na rádio Olinda, e cada semana com um grupinho de comunidade que cantava e debatia. Geralmente eram cânticos feitos pelo Reginaldo Veloso. Todo mundo se sintonizava na rádio e ouvia o programa de Dom Helder. O bispo falava por quinze, vinte minutos e falava em cima do Evangelho. Geralmente a estrutura era um evangelho e um fato da vida, ou um fato da vida e o evangelho e perguntas. Três ou quatro perguntas, que o grupo ficava discutindo. Escutavam Dom Helder e depois desligavam, e ficavam debatendo, e esse mesmo pessoal tinha monitores que participavam dos treinamentos." [b]

'Encontro de Irmãos', acontecia, em Recife, na mesma época em que começava na Paraíba o programa pastoral 'Igreja Viva'. Ambos faziam parte de uma espécie de estratégia concordada entre os dois bispos.

O que mais diferenciava as duas iniciativas era o meio escolhido: em Recife o 'rádio', em João Pessoa uma '*kombi*', usando a sintética imagem que nos sugeriu Dom José.

> " 'Igreja Viva'? Era uma '*kombi*', levando Pe. Everaldo, Pe. Loureiro, Pe. Jackson - todos três deixaram depois o ministério -, e uma freira, a Irmã Ester, e duas leigas, uma italiana, Rosa Crippa, e uma alemã da AFI. Este grupo de seis

---

[a] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000.

pessoas saía visitando paróquias e lugarejos, começando ali a 'Igreja Viva'. Chegavam em um lugar, ficando um, dois três dias, reuniam um grupo, passavam uns livrinhos, com as reuniões preparadas. Às noites faziam celebrações, e iam para outra parte. Periodicamente voltavam naquele lugar para refletir com a turma. Então os dois programas, 'Encontro de Irmãos' e 'Igreja Viva', foram um começo das Comunidades Eclesiais de Base nestas duas dioceses, as duas no nordeste que começaram mesmo um trabalho neste sentido." [a]

Uma '*kombi*': a imagem do deslocamento da Igreja do centro para a periferia, para se relacionar com a base, para se tornar vizinhos, companheiros. Para tecer redes, para reduzir as distâncias. Pela presença, mais do que pelos discursos.

Assim, por exemplo, e sem diminuir a importância e o impacto dos seus pronunciamentos na vida da Cidade, é o próprio jeito do bispo que vem mais surpreendendo e questionando.

"Quando Dom Mário de Miranda de Vilas Boas, [o bispo anterior a Dom José,] voltou do Concílio, a situação na Paraíba estava insustentável. Dom Mário renunciou à diocese. Então foi nomeado bispo Dom José Maria Pires, ainda jovem, chegando 'direto' do Concílio. Como Dom Mário chegou aqui despreparado psicologicamente e intelectualmente, ele, Dom José, chegou preparado para esse momento, e chegou numa hora em que a Igreja se ressentia da ação de Dom Mário, que era bastante lenta e pesada. Dom José, ao contrário, era bem rápido. Então ele pegou uma bandeira e jogou essa bandeira num terreno certo, porque havia essa expectativa de que aparecesse uma pessoa dessa para revolucionar uma Igreja que vinha já cansada. ...

A Arquidiocese estava cansada. Cansada não só de Dom Mário, mas de Dom Moisés Coelho também. Dom Moisés morreu como Arcebispo, e ele viveu os últimos dez anos dele como um príncipe. Dom Moisés era como um príncipe da Igreja. Eu me lembro perfeitamente daquela cerimônia da Semana Santa, em que se trocava publicamente até os sapatos do bispo, e como um Príncipe, ele saia do Palácio para a Catedral. A grande 'viagem' dele, a grande saída dele, era do Palácio para a Catedral; que dava o que? Mil metros? Dom José não. Ele jogou a Igreja no meio da sociedade. Só que, como a Igreja estava muito difícil, ele sofreu também a dureza de certas resistências e a fadiga dos desentendimentos. Então Dom José encontrou uma situação altamente privilegiada. Ele tinha com certeza qualidades pessoais, e um dinamismo intelectual de liderança. Mas o contexto também ajudou a evidenciá-las e estimulá-las mais. Coincidindo também com um momento de renovação da Igreja, de euforia da Igreja, pelo fato do Concílio. Dom José viveu assim um conjunto de fatores circunstanciais, casuais, que fizeram com que ele tivesse uma entrada na Igreja da Paraíba muito forte. ... E introduziu um tipo de relação que a Paraíba não conhecia. Dom Adauto foi homem do palácio: tinha influência política, mas dentro do palácio. Dom Moisés viveu dentro mesmo do palácio, e nem marcou presença na vida social da Paraíba. Dom Moisés era homem da Igreja, de dentro da Igreja, das paróquias, e dentro do palácio, onde ao final mais se fechou. Dom José Maria não. Foi para rua, foi homem que

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.

introduziu essa novidade. Nenhum bispo tinha feito isso. Dom José chegou e foi para rua. Foi dialogar com as pessoas, com os diversos segmentos sociais." [a]

"E nas visitas pastorais Dom José sempre chegava sem pressa." [b]

É o imaginário da Igreja que vai mudando: muda o jeito com que ela se apresenta, e, ao mesmo tempo mas de forma mais imprevisível e não como uma conseqüência, muda a maneira com que ela é percebida.

II.4.4 A IDÉIA DE EDUCAÇÃO

Evidenciava-se em Dom José algumas convicções pedagógicas bem delineadas relativamente ao trabalho de base. A principal delas era a de primeiramente reconhecer a própria distância do meio popular. Ele insistia na importância de aprender pela vida do povo, e, por isso, aconselhava vigilância aos preconceitos. Assim, por exemplo, quando havia religiosos ou religiosas que aceitavam a sua proposta de ir a morar e trabalhar em bairros populares

"ele as enviava nas comunidades com o convite de chegar e passar o primeiro tempo só olhando, escutando, tentando perceber a realidade. E ele acompanhava este caminho. Outro convite era de ficar poucos anos. O tempo de animar outra comunidade religiosa: a local, as pequenas comunidades na base. ..." [c 50]

De forma explícita, o próprio bispo nos testemunhou essa intuição:

"Falando de educação, e educação popular, acho que uma matriz de tudo isso está nessa questão de se colocar toda a força da educação no próprio povo. Foi o que fez Paulo Freire e foi o que a gente encontrou e tentou chegando na Paraíba. ... Houve diversos acontecimentos que na época foram na mesma direção. O sistema de educação de base pelo rádio, que foi promovido no nordeste, por exemplo, que não fez só 'alfabetização'. Foi educação de base, a alfabetização entrando como um dos elementos da educação, e vindo exatamente num momento oportuno ... Não se começa com a alfabetização, mas com a educação. As pessoas, a partir do que elas fazem e do que elas conhecem, vão colocando suas experiências e essas são colocadas em diálogo com os conhecimentos 'formais'. E a educação consistiria na sistematização disso, e devolvendo a riqueza da vida para que seja fonte de nova vivência. Então esse é o processo que vem de lá: primeiro a gente escuta, reflete, elabora, devolve. Os que receberam essa devolução, também vão refletir, reagir, e fica então esse processo. Paulo Freire dizia isso assim: 'Ninguém educa ninguém. As pessoas se educam na medida que elas entram em contato.' "[d]

---

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Ir. Maria Stella de Barros Lima, Recife, 7 de fevereiro de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000.
[d] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.

II.4.5 ENTRE PRESSA E PACIÊNCIA

Paramos um momento a nossa resenha, para anotar ainda umas reflexões sobre a questão do *tempo*. Diante da realidade popular, o bispo pedia um tempo de escuta, de espera. Sugeria uma certa 'demora', antes de agir pastoralmente. Mas, relativamente à organização da Arquidiocese e à realidade do clero, e das instituições diocesanas, o ritmo proposto era diferente. Houve uma certa pressa. Reuniões e atividades deram forma a uma agenda quase sem pausas. Talvez pelo fato de que a 'pastoral' funciona na Igreja um pouco como um ano letivo escolar: há prazos, há quadros, há práticas definidas, há atividades constantes e metódicas, que precisam ser organizadas, e que não podem esperar. Ou, talvez, pelo próprio fato de ter pessoal, que já conhece, e entende, e fala, a 'linguagem eclesial', e que por isso pode ser mais cobrada, e há relações hierárquicas e tradicionais consolidadas, entre bispo e padres, entre diocese e institutos religiosos, entre clero e agentes de pastoral, que agilizam os processos decisórios e os das atuações.

> "[Assim,] ao mesmo tempo em que procurava fortalecer o contato com a base [escutando-a]; o bispo começou a renovar os organismos centrais da Arquidiocese, com uma organização bem estruturada. Exigia que a Igreja começasse a atuar, mesmo reconhecendo que ele, no seu episcopado, nunca foi um bispo de controlar muito as coisas." [a]

> "[Contudo,] essa organização na diocese foi de certa forma uma novidade. Dom Moisés não tinha organização em setores. Dom Manuel Pereira, como auxiliar, conseguiu organizar alguma coisa em termos de Ação católica. Foi só com Dom José que a Arquidiocese foi organizada em setores. Antes o que já tinha era uma organização de Ação Católica, a dos setores da Ação Católica. Dom José começou organizar as Comissões, cada uma com um padre coordenador." [b]

Foram então constituídas várias comissões, entre elas, a CAER (Comissão Arquidiocesana do Ensino Religioso), a CAL (Comissão Arquidiocesana para a Liturgia), a CAR (Comissão Arquidiocesana para as Religiosas). Todas as comissões eram pensadas como entidades de atuação da APA (Ação Pastoral Arquidiocesana), que tinha uma coordenação e várias secretarias. Como coordenador geral foi nomeado Pe. Everaldo Peixoto, enquanto que dos trabalhos da coordenação da APA sempre participavam o bispo e os responsáveis das várias comissões e equipes extensionistas. A APA propunha-se ser, pelo agir conjunto de sua estrutura, o lugar das elaborações pastorais, e a 'central operativa' das várias ações a ser processadas na Arquidiocese.

> "[Entre outras Comissões e Secretarias,] criou-se também o INDES [51] (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), para que a Igreja ficasse ainda

---

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.

dentro da discussão das questões da sociedade, o que a gente já tinha feito antes pela Ação Católica, mas não tendo mais espaço depois pela Ditadura. Seus documentos, encontros, e formações, visavam oferecer instrumentos para a análise da sociedade, para entender a relação entre as classes sociais, os contrastes sociais, as diferenças sociais ... Então, a gente estava fazendo isso, avaliando e aprofundando a questão do desenvolvimento, discutindo com amigos, com políticos, com os grupos." [a]

II.4.6 A APA E OS EXTENSIONISTAS

Anotamos até então pequenos quadros, sutis, parciais, frágeis. Esperando ter estimulado empatia mais do que a pretensão de 'conhecer' ou 'definir'. Tentamos agora conhecer melhor os atores, ou, talvez melhor, seus 'retratos'. Com efeito, aparecerá mais como eles se perceberam e eram percebidos, do que como eles 'foram'. Mesmo assim, esses retratos nos ajudarão na nossa busca de aproximação aos eventos, nos deixando encontrar com a tipicidade e com os sentimentos das pessoas e das 'classes', dos grupos e das categorias sociais.

"[Quando] Dom José Maria Pires começou a pensar num projeto de Pastoral para a Arquidiocese, ele escolheu uma equipe de colegas e de religiosas e nos entregou a responsabilidade de realizar um anteprojeto. Eu, [Everaldo,] e os padres Jackson Carvalho, José Loureiro e Juaréz Benício e as religiosas Irmã Estela, Esther, Laeta, Rosa e alguns leigos como Rosi Crippa, assistente social e Christina Blomer, teóloga, Marluce Malheiros, Prof. Manuel Gomes e Magdala. Tentamos estudar como preparar um Plano de Pastoral. Foi deste trabalho que saiu o projeto 'Igreja Viva' ... Eu e Irmã Esther organizamos Cânticos para as celebrações nas paróquias e comunidades que aderiam ao Movimento de Evangelização de 'Igreja Viva'. Foi escrito um livrinho, com todas as orientações para as primeiras reuniões e orientação para a dinâmica das reuniões seguintes."[b]

"O grupo fazia um bom trabalho coletivo. Havia resistência de uns padres, de fora, mas nem aparecia. Havia muito entusiasmo." [c]

"Havia muitos encontros. Era um grupo interessante. Ester, por exemplo, com quem me comunico ainda hoje. Comunico ainda com Cristina, com Rosi também ... A gente se comunica ainda, trinta anos depois. Então, isso é um sinal que houve alguma coisa em comum."[d]

"Pe. Everaldo? Um cara prático, muito inteligente,... ele, porém, sonha muito ... [Talvez] precisava chegar um pouco ao prático ... Mas onde Everaldo estiver sempre era festa. Ele era muito querido, cantava, animava muito o

---

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[c] Fonte: Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000.
[d] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.

pessoal."[a]

"Everaldo tinha jeito de lidar com os ricos e com os pobres ... Ele era muito afetuoso ... expressando muito seus sentimentos, e com uma grande paixão para o seu trabalho pastoral."[b]

"Com Cristina eu fui muitas vezes no interior ... Saíamos de carro, sem veste de freira, ... a gente me perguntando se eu era a mãe dela ... Eu acho bom sem habito, pois liberta dos privilégios. O pessoal nos privilegia (nas filas, nos atendimentos, ...) quando temos o habito de freira. Eu não queria isso. Eu detesto ser avantajada pelo meu estado religioso ... Lembro um diálogo sobre um acidente acontecido a uma menina diante do qual o pessoal falava que era vontade de Deus. Não lembro bem como, mas lembro que tentamos negar isso, dizendo que não era vontade dele, ele não quer o sofrimento, ele quer felicidade mesmo ele participando do momento triste da gente. Mas houve resistência tão forte das professoras e uma disse: 'Olha irmã, se não é vontade de Deus eu vou sofrer também mais, porque eu pensava que era vontade de Deus ...'. Demorou por que realmente se entendesse um pouco mais que Deus não manda as dores. Se ele fosse Todo-Poderoso, evitava que o povo pecava ... mas há aquele jogo da liberdade ... E mesmo permanece o mistério. ... Os bandidos também têm um lugar no céu ... há culpa de muitos diante das violências e dos sofrimentos dos homens ... Muitas pessoas nunca experimentaram amor ... como podemos pensar de lhes culpar." [c]

O grupo da APA e as equipes extensionistas constituíam então um grupo bem unido, com muita amizade entre si. Pessoas apaixonadas pelo trabalho pastoral, sensíveis à vida das pessoas, gostando do povo. Pessoas que refletiam e se interrogavam diante da realidade.

Procuramos também conhecer algo das relações entre eles, e, por exemplo, indagar como se dava a questão de gênero. Percebemos que não era uma questão conscientemente refletida, a maioria concordando simplesmente que

"[Havia] boas relações entre homens e mulheres. Boa amizade."[d]

Isto porém no grupo de extensão, enquanto não sempre acontecia, em geral, nas relações entre os padres e as freiras e as mulheres agentes de pastoral. Sem pretensão de deduzir nada especificamente, nos chamou a atenção, a respeito disso, essa observação de Maria de Lourdes Carvalho.

"Aí depende. As mulheres que acreditavam cegamente em tudo o que o padre dizia, elas o que ele dissesse faziam ao pé da letra. E as mulheres que não acreditavam cegamente, essas apanhavam. Eu apanhei muito dos padres, por isso mesmo. Uma vez um padre saiu de uma reunião do clero e disse para mim: 'Lourdes, tomaste pau agora nesta reunião!' 'Eu pensava que vocês se reúnem para resolver os problemas das paróquias, da diocese – eu disse -, não que falassem de mim!' 'Meteram pau em você nessa reunião.' ... Por que? Porque tudo o que eles diziam eu queria saber porque. ... Eu questionava ... O

[a] Fonte: Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.
[d] Fonte: Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000.

nosso trabalho em Igreja Viva quis um pouco quebrar essa postura acrítica no povo." [a]

Um outro aspecto importante que caracterizava esse grupo são as referências teóricas, que aqui anotamos rapidamente:

"O que líamos mais [na época], eram autores da filosofia francesa, mais existencialista, ... além dos teólogos mais modernos, os do Concílio." [b]

"Para mim, alguns autores abriram caminhos para uma nova visão da Pastoral. Michele Aumont, no livro *Masse, ouvrier meconnu*, 1956; Dietrich Bonhoeffer, no livro *Resistência e Submissão*, 1962; De Francois Charmot S.J., *La doctrine spirituelle des hommes d'action*, 1946; Bernhard Häring, em *Força e fraqueza da religião*, 1960; Jean Claude Barreau, em *Annonce de Jesus Christ*, 1964; e a *Introduction a l'histoire du Mouvement Ouvrier*, de J. Vestraelen, 1949, e outros, me levaram a apensar uma renovação de uma ação pastoral mais libertadora. As reflexões feitas pela Ação Católica, sobretudo a operária e rural, a JAC e a JOC, como também a universitária, JUC, com sua metodologia do Ver-Julgar-Agir de Mons. Cardijn. Depois do Concílio Vaticano com os documentos *Gaudium et Spes* e a *Lumen Gentium* abriram os novos caminhos para uma nova pastoral libertadora." [c]

"A configuração adquirida da Ação Católica, especialmente na área universitária, era numa linha muito intelectual, racionalista ... Antes com Maritain, Mounier, mas depois mais em uma linha marxista, de reflexão crítica. Uma linha muito racionalista e por isso a religiosidade popular era olhada um pouco como alienação." [d]

"Na quase totalidade os autores que lembro eram homens. Nos cursos de bispos, nem sempre padres. Aos poucos começaram entrar uns leigos. Mulheres poucas, mas tem entrado, inclusive algumas teólogas." [e]

"Nessa época, a gente não explicitava o nome de Paulo Freire. Um texto mimeografado dele era titulado *'Método psico-social'*. A metodologia fundamental era a da Ação Católica.

Todos nós vínhamos da Ação Católica, pegando muito a vida, o cotidiano, como referência preciosa e importante. O método vinha de Pe. Cardijn, que fundou a JOC." [a]

Outra dimensão importante, ao nosso ver, era a econômica, ligada à do prestígio 'eclesial'. A forma de se manter, tendo ou não salário pago pela diocese, diferenciava as pessoas. Na maioria das vezes sem criar problemas, como acontecia dentro da equipe central, mas, outras vezes, como nas relações entre os padres das equipes e os vigários nas paróquias, ou as entre as religiosas que trabalhavam nos conventos e as liberadas pelas ações pastorais ou nas comunidades inseridas, essas diferenças tinham repercussões emotivas, que podiam

---

[a] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[d] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, recife, 8 de fevereiro de 2000.
[e] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.

até afetar o trabalho de conjunto e as próprias relações pessoais.

"Eu trabalhava na diocese como voluntária. Pe. Trigueiro, que era da Secretaria da Administração, fez de tudo para assinar a minha carteira e eu disse: 'Não quero ganhar não. Não vou trabalhar na diocese para dinheiro.' 'Deixe assinar sua carteira! Trabalha todas essas horas livres?' Não era liberada pelo estado, mas todos os expedientes livres eu trabalhava para a Arquidiocese." [b]

"Havia grande pedido de catequese na diocese. Assim fui liberada por isso, assumindo de contribuir na CAER. Era o tempo no qual a gente desejava e procurava sair das obras para ficar mais perto na relação com o povo." [c]

"Eu senti um pouco, também, uma certa retração porque alguns [padres] consideravam que nós estávamos privilegiados pois estávamos mais próximos a Dom José, e havia um certo recurso externo que nós conseguimos captar, e esse recurso permitia um certo salário aos participantes do movimento 'Igreja Viva'."[d]

"Houve uma luta entre aquelas que escolheram pequenas comunidades e aquelas que ainda viviam nos grandes conventos. Houve dificuldades de diálogo entre elas. Eram em verdade caminhos bem diferentes (pessoas morando no interior, e outras só professoras ...), e não se davam bem ..." [e]

II.4.7 O 'POVO': NA IGREJA E NA SOCIEDADE

Continuando a nossa galeria, tentamos agora evidenciar, o quanto possível, algumas características das relações que se deram entre padres, freiras e agentes de pastoral, de um lado, e o 'povo', do outro, tentando apontar qual a idéia de educação implicada nas percepções da época.

"Para mim a educação é todo este processo. Não é uma coisa sistemática, mas é todo este processo de uma Igreja cada vez mais voltada para o povo. Eu penso assim, que depois do Vaticano II, a Igreja pelo menos a do Nordeste, foi se dessolidarizando dos poderosos, e buscando cada vez mais se solidarizar com os pobres. Pobre é quem não tem: não tem emprego, não tem dinheiro, não tem sabedoria, não tem santidade. Então essa coisa de Igreja voltada para as vítimas da prostituição, defendendo os direitos dela, Igreja voltada para os direitos humanos, defendendo os direitos humanos, quem quer que seja, é católico, é protestante, é comunista, mas que como gente tem direito. Então me parece que realmente aparecia um rosto de Igreja educadora.

Não educação sistemática, como por exemplo o era o MEB, mas uma Igreja voltada para o povo e exigindo que os direitos sejam verdadeiramente

---

[a] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, recife, 8 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.
[d] Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.
[e] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.

respeitados. Eu acho que foi a linha mesma de todo este pós Vaticano II." [a]

"O educador é, exatamente, aquele homem que ajuda aos outros homens a se encontrarem na sua vocação. Com ele descobrem o relacionamento que existe na diversificação de suas vocações. Revela-lhes numa realidade concreta de vida o sentido da sua complementaridade na construção da felicidade do universo." [b]

"Visitava-se as escolas, com um encontro quase todos os dias com as professoras e sábado e domingo com as catequistas. Eu percebi depois que elas não tinham condição nenhuma para dar ensino religioso. Não que eu ache a doutrina fundamental, mas se era essa a tarefa delas, elas estavam com muitas dificuldades. ... Por exemplo, eu fiz roteiros para as crianças que elas gostaram, mas quando voltei para a avaliação pedindo 'Então, como foi ?', elas não sabiam ... porque uma coisa de religião deve estar no coração e não no livro. Não tinha jeito de trabalhar com roteiros .. assim eu optei por trabalhar com assuntos da vida delas, para a formação delas ... depois elas passavam isso para com as crianças. ... Eu tinha regularmente encontros de dois três dias para a formação de lideranças entre as professoras e o pessoal das paróquias. ... A gente tinha um jornal das professoras 'A voz das professoras'... fizemos pesquisas sobre o que ganhavam .. Eles ganhavam menos do que era legítimo ... O prefeito de Santa Rita não gostou, e nos proibiu de entrar nas escolas. Foi para ele mas ele nos acusou de comunista ... 'Você pode ensinar as suas idéias comunistas onde quiser, mas não aqui nas nossas escolas'. Lutávamos muito nessa conscientização sobre os direitos." [c]

"O trabalho com o povo era, e é, muito gratificante. A educação é fundamental ... as professoras têm a mesma missão de Jesus ... ajudar tomar consciência do bem que há no mundo. O povo tem poucas chances de formação."[d]

"Impressionante a importância de o pessoal poder falar, poder dizer, manifestar. Mais importante ainda porque em plena ditadura. Talvez populista, mas naquele momento era o único espaço para uma reflexão crítica, ou para um pensamento e uma fala pessoal. E período fértil de contato da Igreja com os progressistas do país.

Esta fertilidade foi se perdendo, pois a luta une e esconde as divergências. No momento de abertura teve um momento de retomada das diferenças." [e]

II.4.8 POVO E EDUCADORES

A nossa visita à galeria está se tornando rápida demais, fragmentada, talvez um pouco confusa. Queremos parar um pouco e dedicar espaço-tempo para enxergar mais atenciosos à relação educativa *educador-povo*, tecendo algumas considerações que, a partir da

---

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999.
[b] Fonte: 'Paróquia Nossa Senhora das Neves. 4° encontro de professoras e catequistas'. 18-19 novembro de 1968, ass. Maria Esther, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[c] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.
[d] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.
[e] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000.

contemplação da Ação Pastoral 'Igreja Viva', vão além dela, puxando reflexões mais gerais.

> "Na época era certo que o povo era a parcela que era chamada genericamente 'pobre', pela categoria de carência; mas com consciência. Povo, visto como potencialidade, poderia ser lido com a categoria da alteridade, de Dussel. De novo havia que esse povo não era só carente, mas tinha potencialidade. Na Ação Católica não tinha essa consciência. O povo começa a ser visto como protagonista, e não só como alvo de caridade. ... O próprio sofrimento da população era ligação direta do sentimento religioso ao cotidiano. A reflexão bíblica era ligada a pesquisas feitas nos bairros pelas quais tentava-se avaliar: o que a fé tem a ver com isso? Quais as mudanças que a Bíblia pede? ... Talvez o objeto era mais a relação e o conhecimento era mais instrumental. Importante era o pessoal crescendo e descobrir-se como solidário, como irmão. Que valor tem o conhecimento se não é algo para viver?" [a]

Com efeito, uma pergunta veio nos inquietando sempre mais: '*Povo*, *Popular*: o que apontam?

Tornou-se quase impossível distinguir nos documentos analisados e na escuta dos depoimentos a dimensão sociológica do discurso da eclesial. As duas sempre se mexem pelo convencimento de que a Igreja *seria* o

> "povo que tem consciência de unir os homens a Deus em um diálogo de culto e vida."[a]

Usamos *seria*, pois nem sempre tal convencimento aparece consciente e certo. Aliás, talvez aí mesmo há uma questão aberta. Culto e vida, esta entendida como o conjunto de economia, política e situação sócio-cultural, têm que dialogar entre si, ou cada um tem que manter seu espaço particular, sua autonomia e seu direito a não ser invadido? E 'povo': implica uma parte ou a totalidade da população, e da Igreja? Na afirmação pouco acima citada, por exemplo, parece incluir todo mundo: hierarquia e não-hierarquia. Mas na fala e na práxis comum, no dia-a-dia, mas também em alguns documentos, o povo aparece mais como *destinatário* das atenções e das ações pastorais propostas. Ainda '*objeto*' de uma atenção específica. O que o distinguiria de outras compoentes.

No entendimento dos coordenadores diocesanos, dos agentes pastorais, dos assessores e dos extensionistas, o pessoal encontrado nos treinamentos ou nos grupos, as assembléias que se reúnem para o culto ou nas romarias, é percebido como o destinatário de uma proposta, mas, e ao mesmo tempo, como o protagonista de algo que iria nascendo. São pensados como os herdeiros do 'Povo de Deus', biblicamente determinado, em particular pelo livro do Êxodo, e teologicamente 'outorgado' pelo Concílio Vaticano II, de modo particular pelo documento '*Lumen Gentium*', que coloca a imagem do 'povo' como ícone da nova identidade que a Igreja quer para si mesma.

---

[a] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000.

"Como Israel através do deserto, assim também o novo povo de Deus, peregrino nesta terra, caminha sob a ação da vida de Deus, de construção em construção, de purificação em purificação, na esperança da libertação final ..."[b]

"[Por isso], a idéia de Igreja, sacramento fundamental, instrumento universal de salvação mas ao mesmo tempo em caminho, em marcha e que precisa da misericórdia de Deus e por isso mesmo deve fugir a todo triunfalismo. Esta Igreja em marcha tem necessidade do perdão da misericórdia de Deus sendo ao mesmo tempo templo do Espírito Santo, o que a faz carismática e profética. ..... Depois, se impõe a idéia de povo de Deus que enraizava mais profundamente a Igreja Histórica dos homens ..." .[c]

Transmitindo os conceitos de como 'poderia-deveria' ser o povo de Deus, os educadores percebem, ao mesmo tempo, que eles mesmos participam da necessidade de ser, juntos, o 'povo de Deus'. Um povo de Deus dentro da história, e responsabilizado pelo rumo que esta história toma. Há então uma tensão, talvez a mesma que acompanha no ato educativo a entre educador e educando.

Tensão que, no caso da Educação Popular, abre amplos debates e questões, pois esse 'povo' de que se fala, na maioria das vezes, vem coincidindo com a parte mais economicamente limitada ou empobrecida da população. 'Povo' como realidade social, e 'povo' como realidade eclesial, se conjugam assim, fundamentalmente, pela experiência de carência, de necessidade, e pelo correspondente direito, e 'dever', à luta para solucionar as injustiças.

É assim que, aos poucos, o termo 'povo' vem, talvez inconscientemente, apontando mais uma parte da população, distanciando-se das 'elites'. No próprio documento conclusivo do encontro dos bispos em Medellín, encontramos esta distinção: há uma ação da Igreja para o meio popular, e há outra para as elites, e a proposta de dar vida a pequenas comunidades na 'base', faz parte das 'estratégias' pastorais dirigidas para o meio popular, não aparecendo entre as propostas para as classes média e alta.

Essa conjunção, entre 'povo' e 'pobres', ao nosso ver, implica pelo menos duas conseqüências. Primeiro, o educador que começava se perceber junto ao povo, volta em parte a se distanciar novamente por perceber que não pode ser pobre. Uma distância, porém, que ajuda o processo de identidade, e que é talvez a condição real para uma relação honesta, abrindo uma fértil discussão sobre a diferença de classe. De outro lado, no momento em que a Igreja reconhece nos 'pobres' o seu 'povo', ela amplia o conceito de pertença à comunidade eclesial, sendo que os pobres são muito mais de que aqueles que participam da vida da Igreja. E mais, questiona sua riqueza, para ser ela mesma com mais autenticidade, 'o povo de Deus'.

---

[a] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (2.5), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (2.6), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[c] Fonte: 'Revisão de nossas ações pastorais - opções', sem data, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6.

Aceitando esses questionamentos e desafios, toma outro sentido o valor atribuído às doutrinas, aos códigos, às práticas 'oficiais', que se tornariam mais instrumentos históricos institucionais e não referências dogmáticas inabaláveis. A própria Igreja, nos documentos latino-americanos da época, percebendo a necessidade da coerência de ser 'toda' incluída nesse 'povo', se propôs ser mais pobre (e ser mais pobre é também ser menos 'certos', menos poderosos, menos intransigentes).

Daí o desejo da 'opção preferencial para os pobres' (que para alguém constituiu uma ameaça) que com esta formulação se fixou nos documentos de Puebla (1978). Mas, onde se colocariam, no entanto, a hierarquia, e as instituições, nessa distinção entre 'povo-popular' e 'elites', que os próprios bispos propuseram em Medellín? E será que conseguirá a Igreja como um todo, se livrar das armadilhas dos interesses de classe das próprias 'elites', às quais na maioria pertencem seus chefes e agentes, para, de verdade, se fazer 'popular'? Perguntas abertas, trazendo tensões e conflitos. Abrindo debates e resistências, ao lado de ações proféticas. Apesar disso, porém, nos apareceu evidente que não se conseguiu mais voltar atrás e dividir, com facilidades, o binômio povo-pobreza, seja que se entenda pobreza na sua dramática dimensão de miséria, seja na sua dimensão de virtude da sobriedade, como imitação da vida de Cristo.

Talvez aí o fruto maior de uma reflexão teológica e pedagógica, e de ações pastorais como 'Igreja Viva', que fizeram assim que permanecesse sempre latente essa implicância fastidiosa. Implicação que aponta perguntas e não deixa que sejam esquecidas.

'A Igreja - aqui claramente a sua cúpula e escada hierárquica: bispo, padres, religiosas, agentes de pastoral - decide que *vai para* o popular, admitindo assim sua 'distância' e sua pertença a outra classe. Mas vai *como*? E *por quê*? Com qual postura, com qual entendimento? Para 'unir' e 'converter' o popular? E – se for o caso - converter a quê? Vão para se unirem às lutas do povo, ou para guiá-las? E como se colocará frente à sua classe de origem, que se tornaria assim muitas vezes antagonista? Será ainda na onda do populismo, ou com jeito novo, admitindo que do próprio popular possam vir para ela 'coisas' novas, conteúdos e experiências implicando mudanças estruturais?'

O dilema é reforçado também pela própria escolha das referências bíblicas principais. Com efeito, um entre os lemas bíblicos mais citados sendo *'Deus escutou o grito dos hebreus no Egito'*, frisava-se a libertação da situação de opressão como vontade do próprio Deus, que ouve o grito e tem compaixão, e age para libertar. Por isso, Deus nunca pode ser pensado em uma neutralidade de classe: na história há, de fato, opressores e oprimidos, e há classes sociais participando, e responsáveis, dessa divisão. Deus, portanto, libertando o povo da escravidão toma posição. Será que a Igreja fará diversamente?

No *grito do povo*, então hebreu e agora brasileiro, dimensão social e dimensão religiosa se confundem: por isso o grito é, ao mesmo tempo, protesto e oração. Da mesma maneira, a fuga do Egito, que é fruto da resistência e da luta contra o faraó com a ajuda de Deus, é também uma romaria para chegar sobre o monte sagrado e celebrar o Deus da vida. Culto e luta não têm distinção nítida: um motiva e anima a outra, e esta concretiza e permite viver o significado mais profundo do primeiro. Celebrar tem sentido se se celebra o viver, dignamente, do jeito que Deus quer. Mas, para chegar a isso, falta ainda muito para muitos, para a maioria. Esse dado mesmo se torna o grito. Aí, nessa consciência de carência, de 'muito que falta', de direitos que são desatendidos, se coloca a conjunção entre sagrado e profano, entre social e eclesial. Pois Deus, escutando o grito, vai dizendo de que lado se coloca, e, por isso mesmo, o que ele entende por ato de fé.

Silenciar, pelo menos um pouco, para ouvir esse grito, que quando desesperado às vezes nem tem força, poderá permitir questionar a rígida divisão entre fé e vida, que sempre foi esperada, conseguida, e fortemente apoiada, pelos poderes econômicos e públicos, que gostam de uma Igreja preocupada somente, ou principalmente, com o religioso. Escutar o grito abre uma fenda nessa aliança histórica dos poderes civis e religiosos. E é nessa fenda, que o aprimoramento da dimensão 'povo-popular' veio empurrando a Igreja, mas nem toda, forçando como cunha na rachadura aberta.

Uma rachadura que se tornara não só motivo de resistência externa, mas também motivo de discussão e de distinção interna. Pois o critério não era mais: ou social ou religioso, mas sim, ou do lado dos pobres, social e religiosamente, ou do lado dos poderosos que não querem mudanças significativas, para dar conta do grito dos pobres. Isto, dentro e fora da Igreja, assim como dentro e fora de cada classe social. Isto é o que chamo uma *ironia inconsciente*: um anúncio que provoca uma autocrítica, talvez inconsciente, da própria postura anunciadora pelo fato de mostrar as suas incoerências, apesar das fortes cascas produzidas pela história. É uma possibilidade, não uma necessidade, pois precisa uma conjuntura favorável para poder acontecer. O que significa, na maioria das vezes, haver pessoas certas no lugar e no momento certo.

Achamos que 'Igreja Viva', com seus limites, abriu um espaço - nem único, nem o melhor - para que isso pudesse em parte acontecer, mesmo que parcialmente e de forma localizada, mas em um espaço que se caracterizou como 'institucional'.

Não se tratou então de dar vida a uma consciência 'nova', pois muitas e muitos já lutavam por uma mudança na vivência da Igreja e para a construção de um mundo diferente. Mas de construir uma conjuntura favorável, capaz de reanimar a reflexão e a 'criatividade' pastoral. Uma conjuntura que mostrando os limites da Igreja, mostrasse ao mesmo tempo os espaços e as brechas viáveis para mudá-la. Colocando como ponto central a questão da

relação da fé com a vida, da Igreja com o mundo.

> "Falta alguma coisa para completar essa libertação do povo [a que Cristo mereceu]? O que falta? Por que? O cristão autêntico tem algum papel no desenvolvimento do mundo? Qual seria o seu papel no desenvolvimento de sua cidade? (2.6)" [a]

Precisa se preocupar *'com sua cidade'*, frisa o livrinho. Não pensar ou agir genericamente, mas aí, onde o povo vive, e onde ele reza, gritando, ao seu Deus. A essa consciência corresponde o apelo insistente em viver de jeito diferente a própria pertença à Igreja. Sair das sacristias, das casas paroquiais. Não renunciando às celebrações, mas vivendo-as sem esquecer a realidade, e deixando que os problemas do mundo penetrem dentro delas, pelas falas, pelos gestos, pelos símbolos . Pois esta é

> "a maneira de viver das pessoas que pertencem a este povo: a) ser cristão não significa: santificação pessoal; mais sacramentos; favores pessoais. b) ser cristão é sobretudo: procurar e conhecer sua tarefa (compromissos); agir conforme à justiça; respeitar o outro e tratá-lo conforme sua dignidade humana; exigir ser tratado conforme sua dignidade humana." [b]

Duas imagens bíblicas, enfim, voltam insistentemente a fortalecer esse rumo.

Primeira, a do povo de Deus que anda no deserto, buscando sua libertação, lutando contra os poderosos, aprendendo a reconhecer um Deus menos milagroso do que esperava. Segunda, a das primeiras comunidades das discípulas e dos discípulos de Jesus, frisando de modo particular a prevalência das relações 'horizontais', solidárias e participativas, e o jeito de viver juntos, de buscar unidade, mas contra qualquer forma de uniformidade ou dominação. Com efeito, como nas primeiras comunidades cristãs,

> "o fato de todos não terem a mesma função na Igreja, não deve ser motivo para uns se acreditarem como os donos da Igreja, os únicos que têm o direito de falar; nem também deve levar a outros a se encostarem, fugindo das obrigações que necessariamente lhes competem como membros de um corpo vivo" (Cf. Ef. 4,11-16).[c]

'Mas como, concretamente, educar a esses convencimentos? Como fazer assim que a Igreja, como um todo, coloque-se nessa perspectiva? E será que será possível fazê-lo com uma ação que abranja as massas, o povo todo?'

Eram as perguntas dos responsáveis, dos extensionistas, e do próprio bispo[52]. Nós acrescentaríamos, mas são as nossas perguntas de hoje: 'O que está por trás dessa preocupação de que o povo entenda seu direito e sua possibilidade de ser Igreja diferentemente, quando à maneira como muitas vezes a vive não dependeu, e nem depende dele? Não é, ainda uma vez, dizer o que 'é' a Igreja, como ela 'deveria' ser, por uma ação

---

[a] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (2.6). AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[b] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (3.4). AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[c] Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (4.1). AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.

que vem do alto, mesmo que seja menos alto do que antes, mesmo com carinho e sem autoritarismos? Não se colocaria isso em uma perspectiva similar à antiga?' Cremos que sim, deixando porém aberto o espaço para futuras mudanças, pois não há mais dogmatismo. Um espaço para que amadureça um processo de possível transformação da própria relação educativa-pastoral.

De hoje para amanhã nada muda radicalmente. A bondade do conteúdo, assim como a postura assumida, terna e apaixonada, oferecia de fato, ao nosso ver, novidades significativas, e possíveis pressupostos a novas relações. Uma mudança mais radical se tornara possível, e, em parte, aconteceu. Talvez não na medida em que se acreditava na época, mas , talvez até mais do que a conjuntura permitia. Conscientes desse processo de possível transformação, continuando de um lado a pastoral tradicional das grandes celebrações e romarias, e introduzindo ao lado dela essa ação voltada a fortalecer pequenos grupos, a maior atenção foi dada à formação de líderes, para poder, dentro das massas, alimentar essas novas formas de se pensar como católicos, e como Igreja.

Além das declarações teóricas, nos interessou muito como, de fato, olhava-se para o 'povo'. Nisso sentimos um pouco falta da curiosidade de como o povo já se sentia Igreja, e da curiosidade de escutar mais profundamente como ele desejava que fosse. Mas é o nosso sentir de hoje, e a parcialidade da documentação e dos depoimentos não permite ir além da percepção dessa 'falta'.

Voltamos então à nossa galeria para colher mais algumas imagens pelas lembranças dos agentes de pastoral. Uma extensionista anota em um relatório a existência de

> "uma alienação geral no povo. São alheios à própria realidade local, muito conformados, sem estímulo para Ação, principalmente após a chegada do vigário. [E] diante da passividade do povo, houve mais uma exposição do que debate: não foi um treinamento para monitores." [a]

> "O povo que participou do treinamento de Igreja Viva parece desconfiado e com pouca possibilidade de reação aos problemas existentes. Os homens não participam da vida religiosa da cidade, foi nas missas celebradas de noite que estiveram presentes, e isso foi provavelmente a causa da novidade da presença de pessoas estranhas ao lugar. A freqüência do povo às missas foi numerosíssima mas tinha caráter de manifestação de massa." [b]

Ao olhar do agente, o povo quase parece fazer resistência. Parece difícil para quem cresceu dentro da instituição sair do olhar populista, sendo o paternalismo uma armadilha sempre presente. Mas a realidade encontrada, e escutada, começa a questionar as relações e as diferenças de classe, cultura, escolarização. Significativa neste sentido essa pequena

---

[a] Fonte: 'Zonal Brejo I. Relatório do treinamento de junho', (1969?), ext: Pe. Jackson, Ir. Maria Esther, Ir. Terezinha, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.10.

[b] Fonte: 'Relatório do treinamento de Igreja Viva em Alagoinha', 24-25 de outubro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.12.

anotação de uma das extensionistas, que externava sua inquietação e o seu

> "medo de conscientizar o povo dos bairros ... temendo choques ou indisposição, [e] revolta contra os ricos." [a]

É o mal estar de quem sabe que chega, anima esperanças, e cedo vai embora, mesmo assegurando presença, vizinhança, e umas voltas. O educador é questionado pelos próprios conteúdos e pela metodologia escolhida que vêm mexendo com os seus sentimentos, ameaçando qualquer resíduo de neutralidade. Obriga a se medir com as conseqüências e a se questionar sobre o seu comprometer. Mas a anotação, manifestando medo para com o outro, mostra, ao mesmo tempo, o medo do próprio educador ao perceber que poderia acontecer algo inesperado e que ele seria - inevitavelmente - implicado e questionado, e talvez impotente na frente das conseqüências.

Outras anotações, particularmente em alguns manuscritos assinados por líderes e monitores locais, permitem escutar esses sentimentos fortes, e analisar o que mais fomentava essa aparente 'desconfiança e passividade' do povo, registrada, com respeito e tristeza, em vários relatórios. Desconfiança e passividade na interpretação do educador, em que o tom de tristeza já de certa forma mostrava cobrar diferentes interpretações. Assim, uma pequena história aponta logo uma questão fundamental: a dependência do povo das instituições e a situação de desrespeito ao direito de um atendimento digno dos seres humanos.

> "[Houve] um problema de uma mulher que estando para descansar, e quando descansou ficou doente, e o esposo sem recursos, mas os vizinhos procuraram ajudá-lo no que podiam. O esposo foi a rua em busca de uma enfermeira, mas a enfermeira fez o possível mas não pode dar jeito, mas não cobrou nada. Depois veio o padre do lugar e a medicou também, mas a mulher continuou no mesmo que estava. Depois veio o farmacêutico e medicou a mulher e logo ela se sentiu melhor. O homem foi pedir ajuda ao sindicato, mas o presidente disse que não ajudava porque o esposo não estava legalizado." [b]

A conclusão do monitor era que esse povo não tinha nada a fazer. Mas o conto mostra, sem precisar de análise complexa, como desconfiança e passividade tinham causas conhecidas. Vinham de uma situação social de opressão, de domínio, de poderosos que mantinham seu poder (no latifúndio) por um sistema violento de organização. O povo sabe disso.

> "O povo do local trabalha na agricultura sem condição. Sofrendo necessidade. Os filhos doentes sem poder tratar e levar o tempo assim como Deus quer ... Quais são aqui as iniciativas que nasceram do próprio povo? Não

---

[a] Fonte: 'Relatório Zonal Brejo II', supervisora Ir. Maria Stella, Guarabira, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2.
[b] Fonte: (Esboço de relatório ou de ata), Alagoa Grande, 10 abril de 1970, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.22.

nasceu nada porque não temos condições ..." [a]

"[Há] falta de amor ao próximo e de união. O salário é injusto. [Há um] conceito errado da vontade de Deus. Os trabalhadores têm medo por conta dos problemas das Ligas Camponesas. Há falta de conscientização dos grandes proprietários e de coragem de sair da situação. Há individualismo. Ignorância. Falta de entendimento e de reconhecimento da igualdade dos homens. [Tudo isso gera] incompreensão das classes e medo de falar." [b]

De um lado, então, é registrada a 'alienação' do povo. De outro, o povo responde, deixando perceber conhecer as causas, pois as conta. Nem sempre alienação, nem resignação então, mas impotência. Talvez, não encontrando saídas viáveis, veio se formando uma casca de passividade, que, porém, é também uma forma de resistência. O educador anota com seu olhar, com sua sensibilidade, e é refletindo sobre a anotação que se percebem possíveis outras interpretações: como visões diferentes se interrogando, em diálogo, com estima recíproca, marcadas pelo desejo de bem que pede e sustenta a relação. Começava-se a criar assim um espaço para um diálogo mais profundo, pela própria percepção das distâncias e das diferenças de classe e de postura. Ainda era, no começo, ação 'para' o povo, para educá-lo 'conscientizando-o', mas o próprio trabalho popular começou logo a questionar essa postura.

Padres e agentes, de fato, começavam perceber os problemas, as resistências, os desafios. Pelos contos do povo. Contos escutados de cara e não somente relatados. Assim, mesmo ainda com uma postura prevalentemente paternalista, já começaram a perceber a necessidade de se deixar 'converter', analisando a própria 'resistência' do povo. Não havia na passividade registrada só uma espécie de 'resistência' à ação do educador, mas sim um apelo a não desligar a fé da análise da realidade da vida, pois as causas das dificuldades no trabalho interno à Igreja, tais como a formação das pessoas e as celebrações, têm que ser procuradas na situação penosa da vida do próprio povo. O grito escutado ficando na frente do outro, e tocando-o, é bem diferente do que só é refletido ou meditado à distância. O grito se torna incômodo, às vezes feio. No entanto, quando o meditamos de longe, ele é como nós o desejamos, como nós o imaginamos, muito menos fastidioso e dramático. Lendo e refletindo, à distância, podemos 'baixar o volume', até transformar a imagem feia em um retrato bonito. Não mais o podemos se estamos perto, aceitando o toque, o cheiro, a escuta.

Eis aí um passo à frente. Não há como introduzir um novo jeito de a Igreja ser, sem se questionar e assumir como desafio pessoal o que a acontece no contexto da vida cotidiana

---

[a] Fonte: Pirpirituba', sem data, (respostas a um questionário sobre o desânimo do pessoal dos grupos), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23. doc.27.

[b] Trata-se de umas das respostas a um questionário em que havia esses itens: "1. principais sofrimentos ... 2. explicações ... 3. o que fazer?" (Fonte: 'Encontro na paróquia de Mari', 3 de novembro de 1969, ext. Pe. Everaldo e Ir. Laeta, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.14).

pessoal e social. Assim, o olhar da Igreja para fora, voltado para as denúncias e as lutas, voltava sendo um apelo a renovar as posturas e as relações para dentro: da cúpula para a base e da base para a hierarquia.

II.4.9 OS AGENTES DE PASTORAL E O CLERO

Continuamos ainda a nossa galeria, nessa parte final do capítulo. Rapidamente, para apontar outras sugestões sobre as relações educativas entrelaçadas. Achamos interessante, por exemplo, essa pequena contraposição que encontramos em uma avaliação relativa a um treinamento que, com sugestões aparentemente contrapostas, fala da atitude aí assumida das religiosas e do vigário:

> "PONTOS NEGATIVOS: ... - o local, pois no colégio o povo não fica à vontade, tudo é de certo modo controlado pelas religiosas; - a grande atuação das religiosas nos Círculos, recreação e liturgia, impedindo os leigos de assumirem ...
>
> PONTOS POSITIVOS: - a colaboração dos jovens ... - a bondade do vigário e das religiosas no serviço do lanche ... - o local." [a]

Muito provavelmente a diferença quanto à interpretação da postura das freiras e do padre depende de diferentes vozes do grupo, que o extensionista só se preocupou de registrar. Mesmo assim, achamos interessante esse contraponto, pois deixa emergir elementos de uma mudança de mentalidade em alguns dos leigos: a percepção, por exemplo, de que o lugar em que se reuniam, aquele colégio onde 'o povo não fica à vontade', não é indiferente à qualidade do trabalho formativo. É lugar de paternalismo, onde 'a grande atuação das religiosas' era percebida como excessiva, e por isso não se tornava mais útil, até virando impedimento à expressão livre do outro. Ao mesmo tempo, outros agradeciam pela disponibilidade oferecida colocando o colégio à disposição, e frisavam, quase que surpreendidos, como o vigário e as religiosas se mostravam disponíveis e cuidadosos. Um pequeno quadro onde, ao mesmo tempo em que parece que o clero e as religiosas dão um passo adiante se relacionando de jeito mais cuidadoso para com o povo, eles correm o risco de sê-lo até demais para com aqueles que já começam a perceber a possibilidade de uma relação mais paritária, e já têm uma certa potencialidade de autonomia. Ainda só pinceladas. Questões apontadas merecendo mais espaço. Mas talvez, precisando de menos palavras e de maior contemplação.

Aproximando-nos do final dessa parte, queremos anotar ainda algo a mais acerca do clero, que teve um papel muito importante nos acontecimentos narrados. Os padres, de certa forma, com as variantes do caso, viveram uma situação análoga à dos professores em

---

[a] Fonte: 'Relatório Zonal Brejo II. Treinamento', 13 junho de 1969, ext. Rosi e Ir. Stella, AEP: CPa: DAPA: d/1 E 9 Cx 23; doc.2.

educação. Falamos em particular dos padres das paróquias, no entanto, nessa comparação, os padres da APA se tornariam os 'especialistas' da educação. Com efeito, os padres tinham um povo na frente, e uma instituição atrás, e eles mesmos, sendo parte dessa 'instituição', constituíam, de certa forma, a própria 'imagem da 'Igreja' na frente do povo.

"Havia [na Arquidiocese da Paraíba] uns quarenta e cinco padres me parece. Na maioria eles eram paraibanos, não muito jovens, só um certo número. A liderança não era dos jovens. Eram mais padres na faixa de cinqüenta anos. ... As lideranças do clero estavam mais nesta faixa aí. Pessoas de 45 a 50 anos. Dom Mário era mais ligado à parte mais conservadora da Igreja."[a]

"Quem exercia a chefia nas paróquias, eram párocos formados ainda no espírito pré-conciliar. Vale dizer que a formação desses sacerdotes era uma formação muito restrita, digamos à administração da paróquia, à manutenção daqueles movimentos tradicionais da organização da paróquia, Filhos de Maria, do Sagrado Coração de Jesus, etc. O que mais preocupava era a prática de ministrar os sacramentos. Então viver a paróquia seria a 'administração', a prática dos sacramentos e a manutenção daqueles movimentos tradicionais paroquiais. As associações tradicionais como a dos Filhos de Maria, uns movimentos de jovem, mais pela questão da catequese, aquela parte mais tradicional da paróquia. Sem muito envolvimento com outros aspectos, digamos, da vida social, até por força da própria formação individual dos padres. Sem ao menos se dar conta, e com isso não quero criticar, mas não tinham o costume de estar atentos ou envolvidos com projetos de natureza social, de uma visão da justiça social. A questão das causas das condições materiais de existência dos paroquianos não representava assim muita preocupação. Preocupação de como viviam os paroquianos, sim; mas sem se preocuparem com as causas, sobre como eles trabalhavam, de que tiravam o sustento, se aquilo ali era suficiente para eles.

De qualquer forma, era uma resistência ao novo, a algo que ia mudar os equilíbrios antigos."[b]

"Os padres antigos daqui, eles ficaram no interior e se identificaram muito naturalmente com o povo, mas mais ligados à classe dominante daquelas pequenas cidades, aos ricos comerciantes, aos proprietários, e estes muito ligados a eles. Mas, ao mesmo tempo, eles, porque viviam naquela pequena cidade por trinta, até quarenta anos, terminaram adquirindo os hábitos do povo e terminaram convivendo com o povo de maneira bastante aproximada dele. ... Eu não acredito que o povo tenha visto aqui na Paraíba em algum momento a Igreja como ligada ao poder, no sentido de ser ligada para dominar. Ligada ao poder sim, porque tinha benefícios. ... Havia essa ligação. Agora, eu não entendo que o povo pensasse que estava junto para dominar. Estava junto por uma questão de tradição, e por usufruir os interesses da classe. ... Eu acho que aqui sempre houve, aqui no interior da Paraíba, pelo menos da Arquidiocese, uma certa proximidade entre o padre e o povo. ... Esse padre 'progressista' só existia aqui na Capital. O padre do interior ele não ... Depois da chegada de Dom José, quando a Igreja começou a organizar um

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.

movimento de comunidades de base, isso mudou completamente. Mas antes desse movimento, de CEBs, o padre era um sujeito da comunidade, também sem consciência muito clara dos contrastes sociais, mas muito perto do povo."[a]

"[E quando Dom José sugeriu às freiras de ficar no meio do povo sem cuidar diretamente das atividades da paróquia,] os padres ficaram meio chateados pois queriam as irmãs para ajudá-los." [b]

"Alguns padres concordavam com 'Igreja Viva'. Outros não acreditavam porque não acreditavam em Everaldo. Achavam Everaldo muito de aparência, empolgado demais. Quando ele chegava dizendo que havia quatrocentos grupos organizados, eles diziam: 'Não tem não, não tem quatrocentos grupos. É conversa de Everaldo!' Havia paróquias que nem tomaram conhecimento. Por exemplo, a Paróquia de Lourdes, que era uma paróquia meio burguesa; aí não se conseguiu fazer nada disso. Na Catedral também não se conseguia fazer nada de pequeno grupo. Era todo pessoal da burguesia. Em santa Terezinha foi melhor: lá havia pessoal mais simples. ...

Eu me lembro - também - a primeira reunião que Dom José teve com o clero. Por coincidência acabei de entrar no palácio quando a reunião terminou. Um padre me disse: 'Tá vendo? Já não gostei!' 'E que foi?' 'Ele disse que consulta todos os padres, mas que na hora de decidir, quem decide é ele." [c 53]

Era também um tempo de crise de identidade para os padres, para os jovens em particular.

"Era época de crise mesmo. A turma não encontrava o modelo de padre. Para ser padre como os antigos, o pessoal admirava muito, mas não queria ser daquele jeito. E não encontrava um novo modelo. Houve tudo este processo, em que é uma Igreja que entra em crise, porque não se encontra a nova imagem de Igreja, nem a nova imagem de padre. Nós estávamos ainda e ainda estamos, muito ligados à imagem do Concílio de Trento, que é uma imagem excelente, mas para aquele tempo. ... Os seminaristas do seminário maior, por exemplo, os 16 que estavam lá em Olinda, tinham essa pergunta: 'O que é ser padre hoje?'. Eu respondia: 'Quando me ordenei, eu sabia o que era ser padre. Hoje se vocês me perguntarem o que é ser bispo, eu não sei. Estou procurando também.

Então você tem que procurar a nova imagem de padre que vem do Vaticano II'. Resultado: foram saindo, saindo. Saíram todos." [d]

"Foi animadora do zonal em Várzea Nova. Tinha cada mês o encontro dos padres e eu participava ...Um padre disse: 'Você vai nos dizer agora como vai ser a pastoral !' , pois eu acabava de voltar de uma reciclagem. Ele estava muito angustiado, dizendo que não queria fazer muitas coisas , mas o pouco que conseguir queria fosse no rumo certo. Ele ficou tão angustiado ... Eu disse para ele: 'Tenha paciência ...' " [e]

---

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.
[c] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.
[d] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.
[e] Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.

"Sim, lembro-me daquelas visitas que fazíamos aos companheiros, aos padres, nas Paróquias. Uma das finalidades era sensibilizar os colegas, ficar um pouco com eles. Íamos lá, participávamos da vida das paróquias, ajudávamos nos sacramentos, observávamos e fazíamos nossa proposta. Mas o objetivo principal daquelas visitas era a sensibilização dos colegas do clero para um trabalho que fosse além daquela parte sacramental, porque também nessa época já se falava muito em Comunidade de Base." [a]

"Mas o clero nunca se envolveu no movimento de 'Igreja Viva'. Qual era a resistência do clero? Era a indiferença. Por pensar que se ia comprometer os trabalhos dos padres nas paróquias. Quando se ia para ajudar, todo padre gostava: a gente chegava lá, passava uma semana lá, discutindo com a comunidade, refletindo. Todos os padres gostavam disso, mas nunca se envolveram mais do que isso. Não houve absolutamente o envolvimento do clero. Dom José fez muito esforço nesse sentido, mas não deu muitos frutos. Difícil dizer porque essa falta de envolvimento. A proposta era boa, e não houve resistência alguma. Mas não pegou."[b]

E, muitas vezes,

"as anotações dos relatórios, e muitas coisas que saiam das avaliações, não voltavam ao palácio. Tinha uma barreira que era constituída pelos padres. Assim eles diziam de mim que sou malcriada, porque contestava e criticava." [c]

Relativamente à presença do vigário nos treinamentos é assinalada como um entre os pontos positivos, assim como há relatório lamentando sua ausência ou indiferença. E essa relação do padre com os fieis era considerada de grande importância, como neste registro do

- "resultado dos círculos de estudo sobre 'exigências das comunidades com relação ao padre':

1º grupo, da área de Itabaiana: a) o povo em geral quer os sacerdotes como os celebrantes do culto; b) os grupos esclarecidos desejam mais a participação do clero nos sofrimentos e nas promoções do povo; c) os ricos da área gostariam que os padres vivessem para um espiritual desencarnado e que não tocassem nos problemas deste mundo.

2º grupo, da área de Sapé: a) a comunidade antiga continua a exigir que o padre seja um pronto socorro de todos os males; b) outros exigem do padre o serviço de santificador; c) outros querem o padre como animador das pequenas comunidades.

3º grupo da área de Areia: a) uns opinam que o padre não se restrinja só ao espiritual; b) outros acham que os padres devem levar mais calor humano à comunidade; c) outros desejam que eles sejam os formadores de Comunidades de Base, capazes de escolher os seus animadores.

---

[a] Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.

> 4º grupo da área de João Pessoa: a) o povo simples continua a querer o padre como liturgo, o homem do culto; b) os grupos conscientes querem ver no padre o homem que é capaz de se sacrificar para dar apoio de libertação integral, do homem; c) os burgueses gostariam que a sua função na sociedade fosse a de um anestésico para os graves problemas sociais." [a]

Os padres ficam assim no meio, entre o povo e a instituição, entre a base e os organismos diocesanos, com suas sensibilidades, com suas histórias e posturas, e suas pertenças de classe. O plural é obrigatório. Há padre e padre. Porém, uma ação educativa eclesial não pode não se cruzar com a presença deles, como nenhuma intervenção pedagógica na escola poderia ser pensada sem considerar a tipicidade de professoras e professores. Além disso, o que nos mais chamou a atenção, é a dimensão emotiva-afetiva-simbólica, assim como os latentes interesses pessoais (que ainda pertencem mais ao sentir do que ao racional), que muitas vezes prevalecem para além das teorias e teologias.[54] Talvez por isso, a sensação de que Pe. Everaldo é '*de aparência e empolgado demais*', ou o convencimento de que os padres da APA ('os especialistas') eram privilegiados por '*ter um certo salário*', incidia mais do que uma reflexão teórica sobre a qualidade da proposta. Ainda uma vez, indiretamente, volta a questão do tempo: 'a pressa' não ajudou uma leitura atenta da relação do povo com seu vigário, não consentiu dialogar melhor com os padres do interior, não consentiu suficiente cuidado para encontrar a via pela qual as mesmas idéias podiam ser melhor encaixadas no que já se estava experimentando e vivendo. Ou talvez tenha sido feito o possível e não havia condições para fazer melhor. Talvez ainda, a 'crise' devesse ser encarada até o fundo, pois precisa coragem e força para reformular, dentro dos limites institucionais e sem porém deixar de questioná-los, a imagem do padre. Ainda mais difícil se colocar na disponibilidade que o padre 'vai ser o que for', a partir do diálogo com a realidade, visando a dar conta das relações e dos conflitos que acontecem. Tendo os convencimentos essenciais como referências, aceitando o que vem como desafio e riqueza. Isto, porém, não só relativamente aos padres, mas à relação educativa como um todo, e à relação educativa-popular em particular.

II.4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que, enfim, podemos tentar um balanço do nosso percurso?

Perguntávamo-nos, na introdução, se a Ação Pastoral 'Igreja Viva' conseguiu criar as condições para que de fato pudesse acontecer a construção de um *conhecimento-consciência* emancipador do meio popular, ou pelo menos, se se trabalhou para isso. Acho que sim.

---

[a] Fonte: 'Relatório - síntese da situação de várias paróquias do interior', sem assinatura, sem data. AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.31.

Acredito que foi um momento importante da vida da Igreja paraibana. Mesmo com limites e ambigüidades. Contribuiu para que, juntamente com seus grupos na base, com grupos populares, crescesse um *conhecimento-consciência* da Igreja como experiência pessoal e coletiva de uma busca de Deus dialogando, criticando, conflitando com a realidade social.

Escolhemos três pequenos depoimentos para representar a nossa sensação.

- "Relativamente à dimensão do movimento específico de 'Igreja Viva', acho que foi um evento muito pequeno. Apareceu mais por conta de dois motivos: 1. porque os movimentos da Ação Católica estavam passando uma dificuldade séria por conta da perseguição dos militares; 2. pelo envolvimento político desses setores dentro dos movimentos sociais, que criou certas rupturas internas à própria experiência da Igreja. Por exemplo, a JUC tinha grupos diferentes dentro dela, uns ligados a movimentos políticos, que se contrapunham entre eles. 'Igreja Viva' foi – a meu ver - um movimento mais de caráter litúrgico. Acho que a idéia, o caminho principal, era de promover a maior participação da comunidade na vida da Igreja. ... A Ação Pastoral 'Igreja Viva' não conseguiu entrar nessa dinâmica. No meu entendimento, ela foi um movimento por demais superficial. Não marcou, não criou raízes. Talvez porque as pessoas que estavam no comando dela estavam vivendo uma crise profunda de identidade, sendo que os padres que estavam envolvidos nela eram os mais jovens. ... Talvez foi por isso também que eu disse que acho que esse movimento de Igreja Viva, não tem muito a ver com um movimento popular... não criou raízes profundas."[a]

- "Acho que Igreja Viva deu bons frutos na Arquidiocese. Porque o pessoal ficava animado. Deu muito entusiasmo. Everaldo era muito animado, levantava qualquer grupo. Passou em todas as paróquias do interior. Deu resultado, especialmente no interior." [b]

- "A nossa tentativa era abrir um pouco mais as Paróquias, no sentido de se preocuparem menos com a estrutura da Paróquia, e mais com os paroquianos em si mesmos. Com as pessoas, com a vida delas, de como elas vivem, das causas das condições de vida e de trabalho, etc. A visita nossa era mais para tentar conversar com os colegas, não era tanto para uma determinada ação, como tal . Eu queria dizer isso, porque, se não fosse assim, seríamos ingênuos. ... Talvez o projeto de 'Igreja Viva' foi um pouco pretensioso, porque se propunha a acompanhar todos os grupos nascendo, acompanhar os padres, ... mas disso demos conta, pelo menos nos primeiros momentos de que participei. O mais interessante era esse contato com o povo, isto é, com a periferia da Igreja." [c]

'Um evento pequeno, superficial, que não tem muito a ver com um Movimento Popular', 'uma experiência que deu bons frutos, que deu muito entusiasmo', 'uma proposta um pouco pretensiosa'. Essas sugestões se cruzaram no nosso pensar-sentir. Concordamos que não foi um *movimento popular*, ainda que se pretendesse um pouco. Uma pretensão que um pouco atrapalhou. Não teve a relevância de uma Ação Católica, mas nem se pretendia,

---

[a] Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.
[b] Fonte: Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.
[c] Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.

sendo que a Ação Católica tinha seu âmbito de ação na classe média, principalmente. Mas o entusiasmo de educadoras e educadores, e a qualidade do conteúdo, e da postura educativa escolhida, assim pelo menos ao nosso ver, fizeram com que não fosse experiência inútil. Como em um barco que desafia o mar agitado por uma viagem que 'tem que ser feita', e no percurso tumultuoso perde muita mercadoria, perdeu-se algo, mas valeu a pena. E algo mais veio amadurecendo por conta dessa viagem. Como em uma exploração: há viagens perdidas, que têm a mesma importância das seguintes que, a partir do que foi já aprendido, dão certo. E veio amadurecendo um novo, um 'outro', de sua forma, de outra forma. E isso, para mim, educativamente é interessante.

Os próprios limites evidenciados apontam desafios e cuidados. Aprendeu-se também pelos erros e pelas experimentações. Ao contemplar o que aconteceu, uma dimensão em particular me chamou a atenção. À medida que se deseja se encontrar com o popular, ir para o povo, aparece como necessária uma ação interna à própria camada social, à classe de pertença. Educação popular se tornou para o educador necessidade de autocrítica, e de compromisso com uma ação dirigida aos da mesma camada. A paciência, a atenção, a procura por parte dos padres e dos agentes pastorais da APA para o diálogo com os padres e os agentes das paróquias, é momento de educação popular. Não anterior ao trabalho com o povo, mas paralelo, entrelaçado, implicado. Momento fértil e conflituoso.

> "A grande contribuição era exatamente a convivência de um grupo que tinha uma escolaridade maior e o popular. A capacidade de ouvir, de trabalhar junto, de levar em conta o imaginário do outro. Na Ação Católica a idéia era que a massa seria transformada pela liderança. Aí a novidade foi que a transformação se daria pela ação comum. Construindo coletivamente. Foi um elemento importante em termos de experimentação. Como ação coletiva, como vivência, como respeito do ritmo de trabalho das classes populares." [a]

Além disso, enfim, houve frutos e uma continuidade mais evidente, na realidade sócio-eclesial da Paraíba por 'Igreja Viva'?

Aí só uma última pincelada:

> "Aquelas mais de quatro centenas de pequenas comunidades de Igreja Viva, continuaram seu trabalho missionário nos grupos, na luta por uma vida melhor, e mudaram o nome para Comunidades de Base (CEBs). Em outras comunidades, o envelhecimento de seus antigos membros responsáveis, não foi suficiente para a substituição das forças com novos elementos e a pressão da revolução de 1964, que cada vez mais era repressora na década de setenta, enfraqueceu com alguns processos de massificação do povo, organizado oficialmente, como ABC, Alfabetização de Adultos, ou MOBRAL. Foi enganando o povo com o 'Milagre Brasileiro'. Nas paróquias sem Vigários, muitas coisas continuaram com as CEBs, e tornaram-se uma Igreja mais adulta

[a] Fonte: Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000.

e responsável pelos seus destinos, organizando-se melhor. O espírito da Igreja Viva não atingiu, porém o clero, como ao povo. É natural pois esse tipo de Igreja incomoda, exige muito e liberta muito. Nas Comunidades onde o espírito de Igreja Viva animava eram também, as acompanhadas pelas pequenas comunidades de religiosas, que foram instaladas desde o início da Igreja Viva. Ali apareceram as CEBs e a Igreja era missionária." [a]

'Igreja Viva', então, desapareceu ou se transformou?

Em educação é difícil responder: a borboleta não é mais larva, mas sem larva não há borboleta. A minha percepção é de que 'Igreja Viva' foi pequena larva, juntamente com outros eventos e acontecimentos, da borboleta que foi a Igreja dos anos setenta e oitenta, na Paraíba e no Brasil. Larva pequena, mas preciosa. Talvez a borboleta se tornou mais linda e voou mais alto. Pela alegria da larva, doando-lhe um sentido.

"Dom Helder quando nos encontrava às vezes tirava seu chapeuzinho e fazia uma reverência, assim... Eu dizia: 'Dom Helder, que gesto é este?'".

'Quando eu vejo vocês assim, eu me lembro que a Igreja está viva!" [b]

[a] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000.

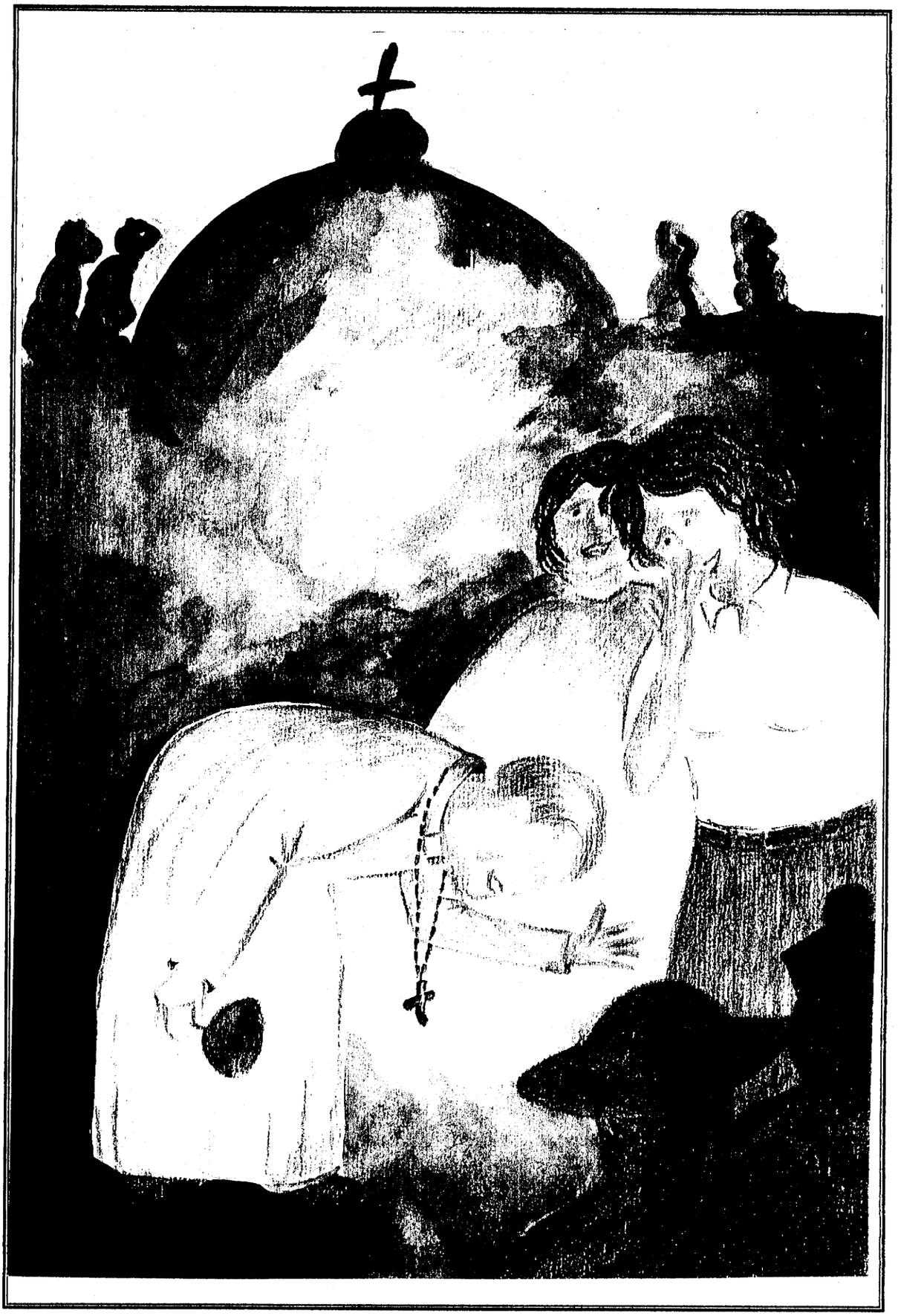


Fig. 4. "Quando eu vejo vocês, eu me lembro que a Igreja está viva"

ANEXO - II.5

'IGREJA VIVA. UM SUBSÍDIO PAR A REFLEXÃO SOBRE A IGREJA'

II.5.0 INTRODUÇÃO

"Eu acho importante quando o escrito é feito pela pessoa sofrida ... porque ali, realmente o problema é concreto. Feito por outras pessoas, não deixa de ajudar também. Mas uma pessoa da base é que vê com mais clareza ainda, porque vive a situação do dia-a-dia, conta a dor do sofrimento que passa. É porque aí a gente fica acreditando que é realmente verdade; o que ele escreveu é o que está se passando, é o que ele está vivendo. O livro feito por outras pessoas é muito bom, mas a gente sabe que aquele que fez, aquele que está lá em riba, ele não está sofrendo aquilo" (Uns lavradores participantes de uma atividade de Educação Popular, in: COSTA, 1981: 47)

Propomos, nesse anexo, uma análise do texto que se tornou principal ponto de referência temática da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. Um livro é um instrumento. Mesmo que ele seja assumido como texto-base da própria ação educativa, a análise de seu conteúdo não consegue dizer como ele, de fato, foi usado, e se ajudou ou atrapalhou o acontecer da relação educativa. Contudo, algo pode-se dizer relativamente ao que se pretendia com ele, confrontando sua linguagem, estrutura e seqüência, com o que esperava-se com ele. Nosso entendimento, por isso, não é julgar o livrinho, mas oferecer material para primeiro conhecê-lo e colocá-lo no seu contexto. Apresentaremos por isso a sua estrutura, os conteúdos, as escolhas metodológicas.

Queremos, porém, antecipar algumas perguntas e considerações, aproveitando, ainda uma vez, de umas sugestões de Beatriz Costa, procurando uma possível chave de leitura, para que o nosso olhar se mantenha na perspectiva de aprender melhor o que é uma prática de educação popular. E assim aprender primeiramente questionando-nos, mais do que questionando o próprio texto analisado.

"O conhecimento do agente de pastoral é limitado à sua própria condição de classe: ele conhece alguma coisa; outras ele só pode conhecer através do que a classe dominada lhe ensina; ... [questionando assim se] o processo de conhecimento a ser desenvolvido é o aperto do processo que mantém as camadas populares prisioneiras e dependentes do conhecimento das outras camadas sociais. [Então:] o próprio grupo popular tem condições de questionar, reformular, enriquecer suas próprias expectativas? ... O material didático é elaborado por quem? O que nos leva a achar que esse material é necessário? A quais necessidades do grupo popular ele pretende atender? O material didático alimenta o debate do grupo popular? Ou faz com que o grupo fique mais dependente do nosso conhecimento e da nossa forma de encaminhar discussões?" (COSTA, 1981: 41.47)

II.5.1 ASSUMINDO O CUIDADO DA SOCIEDADE

Analisando as temáticas apresentadas no livrinho '*Igreja Viva*', temos a possibilidade de evidenciar ainda mais os pressupostos teóricos e as perspectivas principais da 'Ação Pastoral Igreja Viva'.

Sendo que a diretriz básica era a da constituição de Comunidades Vivas de Fé[a], o tema norteador escolhido quase que necessariamente foi o da 'Igreja'. Uma Igreja refletida teoricamente à luz dos documentos do Concílio Vaticano II (1965) e da Assembléia dos Bispos latino-americanos em Medellín (1968). Havia nesses textos uma visão esperançosa e positiva do homem, ao mesmo tempo em que era tomada a sério, denunciada e assumida como compromisso, a situação de miséria e opressão de milhões de mulheres e homens, particularmente do continente latino-americano. Essa visão penetrou o livrinho, e nos parece que assim poderíamos resumir sua concepção antropológica fundamental: o homem pode mudar, aliás, é chamado a mudar, e a se preocupar com a transformação do mundo, para que ele seja sempre mais semelhante ao que Deus tinha pensado.

Essa visão reflete claramente traços do pensamento pedagógico de Paulo Freire e da equipe dele. Uma referência 'oculta' para muitos dos agentes de pastoral paraibanos, que o conheceram e tiveram possibilidade de trabalhar com sua metodologia em experiências locais, antes do Golpe. Um elemento importante dessa perspectiva, ao nosso ver, era a confiança no futuro, um olhar otimista para o que está na frente, acreditando que 'o homem' tem recursos e sabedoria para isso. De uma forma diferente, e menos ingênua, da postura desenvolvimentista da década de cinqüenta, sendo o otimismo frustrado, e 'desmantelado', pela experiência da Ditadura militar. A esperança agora ficava ligada mais às modificações que seriam possíveis, pelo compromisso no cotidiano. Transformações que se dariam aos poucos, e porém de verdade, por homens e mulheres acreditando na busca do bem para todos,[b] e assumindo o cuidado da sociedade como um todo. Isso, no caso, a partir do processo de transformação que se estava dando na Igreja. Nem tudo estava perdido se ainda havia espaço, apesar de reduzido, para debater e atuar iniciativas de promoção humana e de luta pelos direitos civis. Aliás, precisava trabalhar com ainda mais insistência e firmeza, para encontrar um equilíbrio novo, um novo 'socialismo', mesmo se não assim nomeado, que não tivesse a cara do radicalismo comunista, e porém, mantivesse semelhante objetivo de emancipação da realidade popular.

---

[a] Assim no 'Planejamento para 1970' Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.

[b] Citamos, por exemplo, a concepção positiva do bem-estar nesse texto: "A construção de um mundo mais feliz... não se faz sem uma certa conquista e desenvolvimento dos bens materiais. Um certo bem-estar é necessário por causa da dignidade humana (Cf. Tema 1.4). E tudo isso deve ser norteado pela prática da justiça, condição indispensável para se viver o amor" (Fonte: Livrinho 'Igreja Viva' (3.4), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1).

Colocada nesse contexto, a Igreja vinha assumindo uma responsabilidade nova relativamente ao mundo: não só a de salvá-lo, oferecendo sacramentos, mas também a de participar das lutas para uma diferente justiça alternativa entre os próprios homens. Uma Igreja menos poderosa e mais atenta à realidade humana, pois

> " é desta humanidade que a Igreja é serva, e por isso deve estar no meio dos homens. [Por isso precisa] ultrapassar uma proclamação da caridade e da salvação fechando os olhos para a humanidade que sofre, que está ameaçada pelas guerras e ultrajada pelas injustiças, por um engajamento próprio do nosso tempo que signifique a real dimensão da caridade." [a]

No momento em que não se podia falar sem suspeita em questões sociais, particularmente denunciando abertamente as injustiças, menos ainda sustentar lutas libertadoras, essa ação pastoral ofereceu espaços alternativos, pequenos mas preciosos, criando ocasiões de denúncia e resistência, sem aparentemente sair muito de uma reflexão religiosa. Ou, pelo menos, sempre mostrando uma coerência com a reflexão religiosa. É por isso, nos parece, que entre os objetivos gerais de 'Igreja Viva', encontramos claramente marcado o de

> "promover por todos os meios a seu alcance, a LIBERTAÇÃO INTEGRAL DO HOMEM e colaborar, com todas as forças ativas da Comunidade na promoção do desenvolvimento." [b]

Uma visão detalhada dos conteúdos do livrinho nos permitirá colher as linhas mestras e os objetivos teóricos da proposta pastoral, tentando evidenciar quais conhecimentos achava-se que os cristãos precisassem para uma efetiva mudança da vida da Igreja.

Encontramos no arquivo, além do texto final, dois rascunhos anteriores. Não há muita diferença entre eles. No nosso relato, faremos referência ao primeiro rascunho, de maio de 1969[c], sinalizando quando houver diferenças significativas, no entanto, utilizaremos como referência, indicando-os entre parênteses, os números de capítulos e parágrafos, como na edição final.

O livrinho se apresentava no primeiro esboço com o título: '*POR UMA IGREJA VIVA. Subsídio para a reflexão sobre a Igreja, oferecido pela equipe central da APA*'.[d] Título que foi depois simplificado por '*Igreja Viva*'. O texto ficou dividido em quatro partes, com essa seqüência: 1. O PLANO DE DEUS PARA OS HOMENS; 2. DEUS REALIZA SEU PLANO ATRAVÉS DE UM POVO; 3. COMO FAZER PARTE DESSE POVO. A IGREJA; 4. UMA IGREJA ATUANTE.

---

[a] Fonte: 'Revisão de nossas ações pastorais - opções', (1968-1970), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6.
[b] Fonte: 'Planejamento para 1970', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.4.
[c] Fonte: 'Por uma Igreja Viva. subsídio para a reflexão sobre a Igreja, oferecido pela equipe central da APA. João Pessoa, maio de 1969.', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.
[d] Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2.



Fig. 5. Capa do livrinho 'Igreja Viva'

II.5.2 DEUS QUER A FELICIDADE DOS HOMENS

Temática central da primeira parte é o tema da 'Felicidade': uma felicidade não mais remetida ao fim do mundo, mas que já agora os homens têm que buscar. Tema novo e corajoso relativamente à tradição das reflexões eclesiais, mais acostumadas a pregações em que prevaleciam os temas do sofrimento, da renúncia, da esperança na felicidade eterna (mais idônea para uma concepção da religião aliada ao poder para o controle das massas e para a 'paz social').

> "O homem quer progredir ... - começa o texto - Vai à lua, transplanta corações, voa pelas alturas ... busca descobrir os segredos da natureza. Agindo assim chega a ponto de não precisar mais de Deus, pois acredita resolver por si mesmo todos os seus problemas. Mas não é só isto. O homem, no íntimo de seu coração, tem o desejo enorme de ser feliz. Feliz na amizade, na união, no amor. Ele não pode viver só ..." [a]

Eis o ponto de partida: '*O desejo da felicidade*' (1.1.), que logo se encara com a experiência da realidade que nos fala dizendo que nem sempre assim acontece ('*O homem não é feliz*' - 1.2.).

Porque? Como interpretar isso? Qual será a vontade de Deus? O que ele queria? O que nós poderíamos fazer? O texto argumenta continuamente perguntado-se, apontando respostas, e se re-perguntando, numa seqüência bem organizada e linear. O uso das perguntas é um elemento essencial na estrutura do texto. E cada pequena unidade conclui-se com um 'Questionário', útil instrumento para o trabalho dos grupos na base, e preciosa forma de resumo dos conteúdos, ao mesmo tempo em que já aponta a passagem aos seguintes itens. Ao nosso ver, esses questionários têm também a função de colocar, de forma interrogativa e assim menos formalmente provocadora, todas aquelas temáticas de caráter social, político, pedagógico que não poderiam ter sido explicitadas de outra forma, a censura do regime vigiando sobre o próprio pessoal da APA. As denúncias que não podiam com certeza ser feitas em um texto oficial da diocese de forma firmemente afirmativa, ficaram assim latentes nas perguntas. Esperando o seu reaparecer depois nas respostas que o pessoal dos grupos teriam dado usando o livrinho, e trabalhando os questionários. Parece-nos tenham essa função perguntas tais como:

> "O que é necessário para que o homem se sinta realizado? Será que o progresso contribui para a felicidade dos homens? Justifique sua resposta (1.1) ... Há felicidade para todos os homens? Por quê?:[b] Como você explica os sofrimentos dos homens? De quem dependem os sofrimentos dos homens?[c] (1.2) ... Qual é a felicidade que os homens desejam? Será que a felicidade existe

---

[a] Fonte: Livrinho Igreja Viva (1.1), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1.

[b] Na versão titulada '*Prova*', há essa variante: "Todas as pessoas que têm tudo são felizes? Porquê há pessoas felizes e infelizes?". (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2).

[c] Na versão titulada '*Prova*', acrescenta-se um comentário: "A infelicidade é a carência do bem que ele (o homem) deseja e não possui atualmente .... destino, sorte, fatalidade ...?" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2).

somente para uma parte dos homens? Como é que Deus mostra ao mundo, hoje, que todos os homens devem ser felizes?.(1.3) ... Que significa dominar o mundo? Você tem alguma experiência disso na sua vida? Qual é? Será que os homens poderosos têm direito de dominar os outros mais fracos? (1.4) ... Qual a maior infelicidade dos homens? Por quê? Quais os efeitos mais tristes da falta de amor entre os homens de sua cidade ou de seu povoado? Como é que podemos fazer mais felizes os homens que vivem mais perto da gente?" [a] (1.6).

Colocada a questão, o texto procede na sua indagação. Se não há felicidade, há porém um caminho possível para ela. Mas diferentemente de outras pregações milagreiras, a solução não é só na confiança em Deus, mas sim em acreditar na força do amor, que aparece ao mesmo tempo na sua dimensão vertical, de relação dos homens com Deus, como na horizontal, marcada pelo dever de dar conta do próprio irmão, pois

"fechar-se, isolar-se, pensar só em si mesmo, não colaborar com a felicidade do outro é deixar de fazer o bem, afastar-se do próximo e conseqüentemente de Deus. Contrariar o desejo de Deus, que quer unir, chama-se pecado." (1.6).

O pecado é assim fortemente ligado às questões sociais. Implicitamente acusando de 'pecadores' todos os opressores e ditadores.

Aprofundando o assunto, o parágrafo terceiro, aponta depois uma saída: há '*O caminho para a felicidade*' (1.3), pois Deus tem um plano para o homem, revelado pela criação, por seu filho Jesus e pelos acontecimentos, fatos, gestos da vida, onde age o Espírito Santo. A história, lida pela análise social, fica sendo assim o lugar da escuta de Deus, colocando-a, metodologicamente, de forma constante em posição paralela à da leitura da Bíblia. É um dado pedagógico-pastoral fundamental: a educação religiosa não é mais entendida só como conhecimento e decoração de doutrinas, mas como trabalho de análise-reflexão-ação, em que não pode ser omitido o olhar sobre a realidade social.

Na reflexão do quarto item da primeira parte, '*Dominar o mundo para ser feliz*' (1.4), ainda percebe-se o clima desenvolvimentista da época, sendo que o homem ainda é pensado como aquele que

"tem direito de pôr tudo ao seu serviço ... [descobrindo] os segredos, leis e forças da natureza. [Por isso] o homem tem obrigação de desenvolver o mundo ... (Rom. 8,22; Ap. 21,1-4)" (1.4).

Aí, o desenvolvimento, o econômico também, é pensado positivamente, como a saída para solucionar os problemas da pobreza e das carências sociais, mas ao mesmo tempo, como já vimos, as perguntas o questionam criticamente também. Questiona-se: o 'Que significa dominar?', deixando bem perceber que há algo contrário ao plano de Deus quando 'homens poderosos arrogam-se o direito de dominar os outros mais fracos'. Os dois itens

[a] Na versão titulada '*Prova*', há esta sugestão: "Deus realiza o plano de felicidade dos homens dentro de um povo ...?" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2).

finais, '*A felicidade é o amor*' (1.5) e '*A infelicidade é falta de amor*' (1.6), ao mesmo tempo em que oferecem sugestões de respostas as questões iniciais, apontam a passagem à segunda parte do livrinho. Se Deus tem um plano de felicidade, como é que este atua? Qual a escolha de Deus para dar historicidade ao seu desejo?

II.5.3 DEUS PEDE AJUDA A SEU POVO

Assim começa o capítulo 2: DEUS REALIZA SEU PLANO ATRAVÉS DE UM POVO, apontando logo que é a realidade social com seus desafios e contradições o lugar para reconhecer a ação de Deus.

> "Deus não quer que os homens sejam felizes isoladamente ... Escolheu um povo, que tem uma história de libertação [a] ...
>
> Malgrado as infidelidades do povo, Deus permanece fiel a seu compromisso com ele. Cristo veio fazer um novo e eterno compromisso com os homens. Fez como Deus no Antigo Testamento. Formou um povo, a Igreja, o novo povo de Deus, que Ele quer libertar de todas as escravidões ... A Igreja continua esta tarefa de libertação ... Pensem na abolição da escravatura, nas encíclicas sociais dos papas, na conferência dos bispos da América Latina, em Medellín, nas alocuções do nosso Arcebispo" (2.1).

Deus então, precisa de um povo, de gente: não quer fazer sozinho, por milagres alheios à materialidade histórica. Ele escuta o anseio da libertação do povo e quer participar historicamente das suas soluções, mas pelas ações dos próprios homens. Mais uma vez, é o questionário que o coloca com pontualidade:

> "O que a turma com que você anda e vive pensa sobre a liberdade? Do jeito que os homens vivem será que a gente pode pensar que eles são livres? Cristo nos libertou de quê? A liberdade que Cristo ganhou para nós é conhecida pelos homens? Que podemos fazer para ajudar na libertação dos homens de nossa cidade?" (2.1).

Esse povo, que hoje é a Igreja, tem uma história que é testemunha de libertações, pois '*Deus [Vem] constituindo e libertando seu povo*' (2.1), em progressão: desde o povo de Israel do Antigo Testamento, pelo evento central da vinda de Jesus Cristo, até à Igreja de hoje. Ma a visão é até ainda mais aberta, pois o '*Novo povo de Deus é para todos os homens*' (2.2), e é

> "a humanidade toda [que] é chamada a ser povo de Deus. Raça, origem, cor não tem importância" (2.2).

O texto, nesse ponto, não esclarece se a chamada é para ser parte da Igreja entendida como grupo específico, ou pensa-se em um Povo de Deus mais amplo, implicando também

---

[a] A citação bíblica central deste item é a de Êxodo 3,7-10: 'Vi a aflição do meu povo e ouvi o clamor dele'. Citação que virará lema central da reflexão bíblica nas CEBs nos anos Setenta.

aqueles e aquelas que se situam fora de uma explícita pertença a ela, mas participando do mesmo desejo de paz e justiça. Talvez não fosse uma questão ainda suficientemente refletida, ou simplesmente não aparecia como questão. O teor das perguntas parece revelar que o interesse principal era mais o de frisar como os preconceitos e as discriminações são contrários ao designio de Deus, e são impedimentos à construção de uma verdadeira família humana. [a]

Os itens seguintes, '*Cristo valoriza cada pessoa*' (2.3), '*Lei do novo povo de Deus: o Amor*' (2.4), '*Povo sacerdotal*'[b] (2.5), e '*Povo peregrino*' (2.6), querem consolidar uma fundamentação para a nova visão de Igreja que será a seguir desenvolvida nas duas partes finais do livrinho.

A Igreja é Povo de Deus: um povo que reza e caminha. Povo e caminhada: duas imagens que se fixarão com força no imaginário coletivo eclesial. Imagens de largo respiro, que na escolhida indeterminação se distanciam de terminologias jurídicas ou burocráticas, ao mesmo tempo em que apontam para novas formas de relação internas e externas. Há um caminho, e por isso, etapas, metas, novas terras, novos contextos, precisando flexibilidade, avaliações, reformas. E há uma nova fundamentação à unidade: não mais determinada por privilégios e obediência, mas por um chamado que é a todos oferecido.[55]

O que preocupa mais os autores do livrinho, no conceito de 'Povo de Deus', é fundamentar biblicamente, e pelas opções dos bispos, no Vaticano II e em Medellín, a ligação da fé com a vida. 'Povo' lembra o 'popular', o meio popular, aquela parte de população brasileira que sempre mais vai se afastando, ou vem sendo afastada, do Brasil que conta, que vale. A comunidade cristã, ao contrário tem que ser

> "povo que tem consciência de unir os homens a Deus em um diálogo de culto e vida. (2.5). [Povo em que] cada um tem seu valor" (Cf. Parábola do banquete, Mateus 22,8 ss.). ... [e onde] cada pessoa vale pelo fato de ser pessoa humana e não pelo fato de ter ou de conhecer muitas coisas. Cada um tem um convite, uma vocação a realizar a serviço dos homens e de Deus. Por isso cada um tem deveres e direitos (2.3). [c]

---

[a] "Quem será o povo de Deus? Como deve viver o povo de Deus? O que impede que a humanidade toda viva como uma grande família? Você está de acordo com aqueles que se sentem superiores e não aceitam misturar-se com outras pessoas tratando-as como irmãos?" (2.2) (Fonte: Livrinho 'Igreja Viva', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3).

[b] No texto definitivo há: "O culto do povo de Deus?" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3)

[c] As perguntas do questionário convidam ao olhar para dentro da própria Igreja, onde primeiro há de ser vivido o mandamento do amor: "Na Igreja o povo é tratado como pessoa? Por que? Que faríamos para haver tratamento fraterno onde nós estamos vivendo, trabalhando ..?" (2.3) (Fonte: 'Livrinho 'Igreja Viva', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3).

Particular destaque merece também a imagem da Igreja como '*Povo peregrino*', sendo ligada biblicamente aos acontecimentos e às infidelidades de Israel narradas na Bíblia. Ela insinua na consciência do cristão a idéia de movimento, de apelos a mudanças, de possibilidade de transformação, de necessidade de reflexão crítica e ponderada para escolher o caminho, da importância de se fortalecer uns com os outros para não perder a esperança, e para multiplicar as forças. Sabendo que este povo peregrino não anda sozinho, pois

> "como Israel através do deserto, assim também o novo povo de Deus, peregrino nesta terra, caminha sob a ação da vida de Deus, de construção em construção, de purificação em purificação, na esperança da libertação final ..." (2.6).

Mais uma vez, no final da segunda parte, as perguntas do questionário se encarregam de abrir a reflexão aos itens seguintes, convidando a avaliar criticamente qual a relação entre esse novo Povo de Deus em caminho e os acontecimentos que o próprio caminhar vai descobrindo. Por isso pergunta-se:

> "... Falta alguma coisa para completar essa libertação do povo, [a que Cristo mereceu]? O que falta? Por quê? O cristão autêntico tem algum papel no desenvolvimento do mundo? Qual seria o seu papel no desenvolvimento de sua cidade?" (2.6).

II.5.4 CRISTÃO É QUEM PÕE EM PRÁTICA O EVANGELHO

'COMO FAZER PARTE DESSE POVO: A IGREJA' é o título da terceira parte do livrinho, que desenvolve uma reflexão sistemática sobre a pertença à Igreja. O início é pela definição de '*A fé*' (3.1), onde é acentuado o tema de uma libertação encarnada na realidade, sendo que

> "crer é aceitar Jesus Cristo como sendo nosso salvador, e libertador de todos os homens. E, em segundo lugar, [é] levar uma vida de acordo com o Evangelho pregado pelo mesmo Jesus" (3.1).

Em seqüência, passa-se depois a refletir sobre '*O batismo*' (3.2), a relação entre '*O batismo e o amor do próximo*' (3.3), chegando, no item '*Uma vida em função do outro*' (3.4), a colocar em evidência que

> "o motivo da entrada na Igreja ou do ser cristão é tentar estabelecer a paz na terra entre os homens, dando gloria a Deus ou, em outras palavras, realizando o mandamento do amor. O homem portanto pertence à Igreja para, junto com os outros, tentar construir um mundo onde todos possam ter uma vida mais humana: só há vida humana onde reina amor. ..." (3.4).

Bem cabe às perguntas desse capítulo a intenção de não reduzir a experiência batismal à celebração do rito, ou do cadastramento nos registros paroquiais, logo questionando

"Quais as principais causas do sofrimento de muitas pessoas de nossa cidade? Acha que Jesus está satisfeito com a situação dessas pessoas? Por quê? Nós que somos cristãos poderíamos fazer alguma coisa para ajudar nossos irmãos a se libertarem dessas escravidões? O que em concreto?" (3.1),

inclusive convidando a tomar conta e refletir sobre um dos grandes, e conflituosos, debates que vinha estourando na comunidade eclesial, e entre os padres, bispos e teólogos em particular, questionando:

"Os ensinamentos sobre a justiça social da Igreja são ensinamentos de Cristo? Por quê?[a] Não seria melhor que a Igreja cuidasse somente da vida espiritual? Você acha que a Igreja agora é outra? Para você como deveria ser a Igreja?" (3.4).

'O que caracteriza - então - a participação no novo povo de Deus?' (3.5). A resposta é bem explícita. O que diz a real participação na vida da Igreja é

"a maneira de viver das pessoas que pertencem a este povo. [Pois], ser cristão não significa: santificação pessoal; mais sacramentos; favores pessoais; [mas sim] ser cristão é sobretudo: procurar e conhecer sua tarefa (compromissos); agir conforme a justiça; respeitar o outro e tratá-lo conforme sua dignidade humana; exigir ser tratado conforme sua dignidade humana"(3.5).

Diante desse desafio, precisa rever também o que acontece dentro da própria experiência eclesial. Por isso o questionário desse item preocupa-se com aprofundar o tema da participação interna à Igreja, enfrentando o tema das relações entre bispos, padres e fiéis, de uma forma que a nosso ver, naquela atualidade, o evidenciava como um tema conflituoso. Aí, ainda há um equilíbrio incerto entre uma participação entendida como fortalecimento da unidade pela obediência, e uma participação como comunhão de consciências soberanas que buscam na mesma direção.[b] Assim, por exemplo, encontramos no questionário do primeiro rascunho:

"Você acha que somos cristãos? Por quê? Como a gente vê, sinceramente, [a autoridade de][c] os nossos vigários e o nosso bispo? Sua consciência está acima da autoridade do vigário e do bispo?[d] Como a gente entende os cristãos que agem com a consciência, mesmo contrariando os ensinamentos dos Papas? [e]

---

[a] Essa pergunta foi tirada na edição definitiva, onde se encontram só as duas perguntas finais. (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E9 Cx 23; doc.3).

[b] Assim, por exemplo, num relatório do Zonal Sul de uma reunião entre Pe. Eusébio / Pe. João Felix / Pe. Flávio para a organização de um encontro mais amplo com todos os outros padres do mesmo zonal (5 de Junho de 1967). "Uns padres se orientam fielmente pela voz oficial da igreja numa atitude de respeito, acatamento e obediência; outros agem livremente violando as leis disciplinares ainda vigentes; isso traz certos descréditos para os fiéis que vêem atitudes tão contraditórias sobre o mesmo assunto dentro da mesma Igreja. ... Por isso o Zonal Suburbano solicita uma orientação pastoral oficial da Arquidiocese sobre o uso do contraceptivo" (Fonte: AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.1).

[c] As palavras dentro parênteses foram introduzida só na edição final. (Cf. Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3).

[d] Expressão modificada, na edição final, por: "Qual a relação entre a sua consciência e a autoridade do vigário e do bispo?" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3)

[e] Essa pergunta foi tirada no texto final. (Cf. Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3)

Você acha fácil correr um risco de vida para obedecer a um ensinamento da Igreja? Em caso semelhante, qual seria a sua atitude consciente de cristão?" (3.5).

A palavra '*autoridade*' foi acrescentada na redação final, para complementar a posição de vigários e bispo, e para dar maior ênfase à dignidade, talvez ao poder, do clero, ao mesmo tempo em que foi tirada uma pergunta sobre os que contrariam os ensinamentos do Papa, sendo provável que a maior questão em jogo fosse a da posição doutrinal da Igreja sobre a temática da sexualidade conjugal.

'*Um povo que se reúne*' (3.6) é o item final da terceira parte. Se o Povo de Deus em caminho é hoje a Igreja, formada pelos batizados, ela não pode se contentar com celebrações e com orações. Se for a caminho, a Igreja tem que se confrontar e dialogar com o mundo 'dentro' do qual anda, e que se apresenta como contexto desafiador e, às vezes, antagonista.[a] O mundo não pode mais ficar de fora das igrejas.

"Aos domingos e festas as pessoas se reúnem à mesa eucarística. É interessante notar a reunião de pessoas de um mesmo ambiente, ao redor da mesa. Aí são ventilados os mais diversos assuntos: mundiais, porque o mundo me interessa (o bem estar de um marginal, é também problema meu); assuntos de pátria, porque a pátria me interessa e eu tenho responsabilidade perante ela; assuntos da minha cidade; ... Mas a coisa não deve ficar somente em conversas. É preciso passar à ação ..." (3.6).

II.5.5 'UMA IGREJA ATUANTE'

O título da quarta parte do livrinho acentua o objetivo fundamental, o ponto final de toda a seqüência dos conteúdos: ser 'Igreja Viva', já o vimos, quer dizer sobretudo 'atuar'. O primeiro item, 'A Igreja é um corpo vivo' (4.1), usando a imagem das partes do corpo, evidencia as diferenças funcionais no seio da Igreja. Funções explicitadas a seguir em 'A função de cada um' (4.2), que frisa como

"o fato de todos não terem a mesma função na Igreja, não deve ser motivo para uns se acreditarem como os donos da Igreja, os únicos que têm o direito de falar; nem também deve levar a outros a se encostarem, fugindo das obrigações que necessariamente lhe competem como membros de um corpo vivo" (Cf. Ef. 4,11-16). (4.2).

[a] Bem o frisa o relativo questionário: "Para que a gente celebra a missa? Você acha que a missa como está sendo celebrada hoje está satisfazendo sua finalidade? O mundo e a Igreja são duas realidades opostas? Como seria possível a gente realizar essa tarefa com todos os cristãos juntos? Ou em pequenos grupos seria mais realista e frutuoso?" (3.6) (Fonte: 'Livrinho 'Igreja Viva', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.3).

Uma outra imagem, a de '*A planta viva*' (4.3), a imagem do pé de uva (João 15,1-8) constitui o núcleo do item que se propõe de aprofundar o tema da mudança. Uma mudança que implica ruptura e sofrimento, deixar o velho, crise, mas sempre visando um fruto maior. Não há sofrimento bom em si mesmo. Se há um sentido é só no contexto de uma luta, de algo que aceitamos suportar visando um bem maior a conquistar. Se a planta viva é a Igreja, as podas de que fala o evangelho, no entendimento dos promotores do livrinho, apontam às mudanças que ela tem que aceitar para poder estar, de verdade, ao serviço de Deus e do mundo. Por isso há de se perguntar:

> "...qual podadura você acredita necessária à planta viva que é a Igreja? Quando você propõe uma podadura você se sente unida à fonte da vida? .... Quando você propõe uma mudança, você se sente co-responsável por ela? Você procura mudar em você o que se sugere mudar na Igreja? Por quê? (4.3).

Três itens concluem a argumentação do livrinho, com a intenção de provocar uma visão e atuação de vida cristã bem enraizada dentro do contexto da própria realidade social e política. Pois, '*O Reino de Deus [é] iniciado na terra*' (4.4), '*A Igreja [é] uma comunidade que aprende da vida do mundo*' (4.5), e ela é também '*Uma comunidade aberta a todos os homens*' (4.6).

O que mais marca essa parte final é o apelo à disponibilidade a mudar, a ter nova cara, mais evangélica, para participar das mudanças de que o mundo precisa. Mas será que saberemos sobreviver aos desafios, ao desânimo que vem pela 'demora da chegada do reino'? A resposta tem que ser procurada buscando na realidade, e olhando de maneira positiva no contexto da vida cotidiana, pois, apesar de muitas coisas negativas, há sinais de esperança. A própria análise crítica, se aprofundada até encontrar e cumprir compromissos sociais concretos, é fonte de esperança. Por isso, pergunta o livrinho:

> "Devo continuar só criticando e destruindo? Procuro ver algo de positivo? O quê, em concreto?" (4.4).

O livrinho termina convidando à ação, apontando a possibilidade de dar vida a comunidades mais abertas e atuantes, disponíveis a um trabalho de pequenos grupos, mas que não estão fechados em si mesmos, mas sempre visam fermentar a massa, participando com ela da busca da liberdade e da dignidade. Os pequenos grupos deveriam garantir uma 'reserva de consciência' agindo como fermento dentro da massa. É um convite, uma esperança, um desejo:

> "Você acredita num trabalho com massa humana, sem grupos que estejam conscientes? Como faríamos para que em nossa paróquia surgissem esses grupos conscientes que vão viver melhor uma Igreja Viva?" (4.6).

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

II.5.6 MAIS PERGUNTAS

'O material didático é elaborado por quem? O que nos leva a achar que esse material é necessário? A quais necessidades do grupo popular ele pretende atender? O material didático alimenta o debate do grupo popular? Ou faz com que o grupo fique mais dependente do nosso conhecimento e da nossa forma de encaminhar discussões? O grupo popular tinha condições de questionar, reformular, enriquecer as suas próprias expectativas? ...'

Eram essas as perguntas que deixamos em aberto ao introduzir este anexo. Tentamos umas respostas, anotamos outras questões.

O livrinho foi elaborado principalmente por Pe. Everaldo e pela equipe que veio se formando ao seu redor, e que achava necessário para ter um ponto de referência temática com uma seqüência ordenada. Uma necessidade mais do próprio grupo da APA então, e uma necessidade, na interpretação deles, para que aconteça uma reciclagem temática e pastoral de padres e religiosas. Senão necessário, foi porém muito útil nos treinamentos. Só indiretamente, talvez, revelou-se como instrumento 'necessário' para o trabalho com os grupos populares, nas paróquias.

Aí, talvez, resida sua qualidade. Talvez a própria 'dificuldade' da linguagem, levando os monitores a estudá-lo e traduzi-lo, ou até deixá-lo de lado depois de tê-lo aprofundado nos treinamentos, era uma espécie de antídoto contra uma utilização dele de forma catequética. E a insistência nas perguntas dos questionários, na maioria das quais realmente abertas, constituía um outro elemento importante, nesse sentido.

Contudo, ao nosso ver, ele contribuiu muito para quebrar o imaginário de uma Igreja 'inapelavelmente' mestra: seja tematicamente, apresentando corajosamente uma Igreja aberta e humilde, seja metodologicamente, na constante tentativa de oferecer espaço para que a vida questione a mensagem, e a mensagem interrogue, e provoque, a vida.

E, voltando à citação inicial, e tomando a pessoa de Pe. Everaldo como simbólica, acho que podemos dizer que o texto foi escrito 'por uma pessoa sofrida ... e que aí a gente fica acreditando que é realmente verdade. [Pois] o que ele escreveu é o que está passando'. Conhecemos Everaldo e outros do grupo, e acreditamos que eles escreveram com paixão, com entusiasmo, e sofrendo por uma Igreja que não era o que poderia ter sido. Escreveram o que estavam sentindo e passando: entusiasmo, desafios, inquietações, esperanças. Talvez não fossem 'pessoas da base', mas tinham com a base uma relação efetiva e afetiva muito forte. Não eram, assim ao nosso ver, 'aqueles que estão em riba, que não estão sofrendo aquilo'.

Por isso, além das anotações críticas que apontamos, e de outras, que outros poderiam acrescentar, achamos que esse texto foi importante para a própria Ação Pastoral 'Igreja Viva'. E que foi um bom texto. Se depois foi bem usado, não temos condições para dizê-lo. Só podemos deduzir, a partir de uma dedução parcial e provisória, e por um olhar global repensando documentos e depoimentos, que nos anos de atuação de 'Igreja Viva', e de uso desse livrinho, se deram algumas condições para o povo 'expressar suas expectativas', e discutir suas questões. Às vezes houve, com certeza, uma postura diretiva por parte dos educadores, postura que o livrinho podia até reforçar, pela própria força que um texto escrito tem, ainda mais quando 'oficial'. Mas, além disso, achamos que o clima afetivo, participativo, e comprometido, de verdade 'sintonizado' com as situações e as lutas populares, fez com que fossem valorizadas mais as positividades do que os limites, da proposta como um todo e de seu texto-base em particular. Dizer algo mais, poderia ser desrespeitoso e, talvez, inoportuno.



Fig. 6.Capa do disco 'Igreja Viva'



igreja viva

não é ainda uma realização: é um anseio. Não é um canto de vitória: é um brado de esperança. Vivemos angustiados. Inquietos. Por vêzes inseguros e agressivos. Como a criança que quer libertar-se para a vida. Os primeiros passos são naturalmente incertos e vacilantes, marcados, todavia, por uma necessidade de afirmação: "O meu coração se alegrará e ninguém tirará minha alegria" o que já é uma resposta à problemática da busca da felicidade, apresentada no livrinho-roteiro para reuniões de grupos.

A consciência de que essa felicidade corresponde ao plano de Deus e nos vem por Cristo que nos reuniu como pastor as ovelhas dá origem a um canto de confiança e serenidade: "Nós somos o povo de Deus que cresce em volta do altar". Somos povo, portanto somos muitos. Não podemos permanecer indiferentes uns aos outros. Cada qual, a seu modo, tem o que dar, tem com que enriquecer os outros: "E todos repartiam o pão e não havia necessitados entre êles".

As melodias dos textos da Missa que estamos apresentando em nome Arquidiocese da Paraíba, simbolizam o esfôrço de uma igreja particular que, à semelhança de tantas outras igrejas irmãs, quer renovar-se à luz do Vaticano II para tornar-se mais e mais uma IGREJA VIVA E ATUANTE.

Que a nossa modesta contribuição sirva de estímulo às outras igrejas para fazerem circular as riquezas de doutrina, de liturgia e de arte de que são portadoras.

João Pessoa, 15/7/969

† *José Maria Pires*
Arcebispo da Paraíba

Letra e Música: Irmã Esther e Pe. Everaldo
Coral e Conjunto: Colaboração coral da Matriz da Boa Vista
Solista: Julieta Rocha

Capa: Gráfica A Imprensa

TEXTOS PARA A MISSA

Introito:

Refrão: O meu coração se alegrará e ninguém tirará minha alegria (Jo. 16, 22).

1. Confia no Senhor e faze o bem
que na terra viverás tranquilamente.
2. Procura no Senhor tua alegria
E êle dará o que almeiou teu coração.
3. É melhor a pobreza do justo
que a riqueza ostensiva dos maus.
4. Segue o caminho do Senhor, confia nêle
que te há de fazer vitorioso.
5. E te dará a terra prometida
e assistirás a ruina dos maus.
6. O bem estar dos que são justos vem de Deus
seu refúgio no dia da aflição.

(SL. 36)

Canto de Meditação:

Refrão: Aleluia, aleluia, aleluia.

1. E ouvirão a minha voz,
E serão minhas ovelhas.
2. Conhecerão que sois dos meus
Se vos amardes como vos amei (Jo. 13, 35)

Ofertório:

Refrão: Nós somos o Povo de Deus que cresce em volta do altar.

1. Felizes de vós, povo de Deus
Porque vosso é o Reino dos Céus.
2. Felizes de vós, povo de Deus
sereis fartos por vosso trabalho. (Lc. 6, 20 - 21)
3. Vós sois o sal e a luz do mundo
Não disperseis os dons que o Pai vos deu (Mt. 5, 13).

Comunhão:

Refrão: E todos repartiam o pão e não havia necessitados entre êles (At. 2, 42).

1. E todos eram um só corpo e coração
Ninguém dizia seus os bens que possuia (At. 4, 32-35)
2. Assim dizem aquêles que o Senhor salvou.
Sua misericórdia é eterna.
3. E os conduziu pelo bom caminho
Para chegar a uma cidade habitável.
4. Agradeçam ao Senhor por sua bondade,
E por suas grandes obras em favor dos homens
5. Porque dessedentou a alma sequiosa,
E cumulou de bens a quem tinha fome.
6. Tirou-os das trevas e da sombra da morte,
Quebrou-lhes os grilhões. (SL 106)

Fig. 7. Retro da capa do disco 'Igreja Viva'

NOTAS DA SEGUNDA PARTE

[1] A reflexão sobre a identidade da Educação Popular, e a avaliação de sua prática, de fato, perpassa quase toda a vasta bibliografia sobre *Educação Popular*. A testemunha da atualidade dessa reflexão, apontamos como significativos alguns trabalhos apresentados na 23ª Reunião Anual da ANPEd, em Camxambu, em setembro de 2000. GONSALVES, Elisa Pereira, *Desfazendo nós: educação e autopoiése*; MOITA, Filomena, *História de vida de sete mulheres: traçando novos rumos para a Educação Popular;* ROTHEN José Carlos, *Pressupostos filosóficos do Programa de Filosofia para criança de Matthew Lipman*; BATISTA, Maria Geovanda - GAUTHIER, Jacques, *Educação popular: uma pesquisa sócio-poética com crianças trabalhadoras na costa do descobrimento. Tomando a filosofia de Deleuze e Guattari como método de produção e leitura pluricultural dos dados*; PETIT, Sandra Haydée - SOARES, Rosileide Maria da Silva, *Mapeando novos territórios: refletindo acerca do modelo conscientizador da Educação Popular, na busca de alternativas*.

[2] Preferimos usar o termo *'repassar'* porque ainda nos pareceu esta a perspectiva que prevalecia na época. Uma perspectiva porém que, pelo jeito com que se dava, já era de certa forma inovadora, assim pelo menos na Igreja Católica, ao nível de Pastoral Popular. Com efeito, vinha opondo-se à práxis acrítica de quem ainda só praticava uma imposição doutrinária de verdades. Além disso, ao nível da reflexão especializada também, havia ainda poucos trabalhos analisando em profundidade a questão. O próprio texto de Paulo Freire, *Extensão ou comunicação*, que com lucidez e ousadia refletia sobre o papel dos extensionistas e dos especialistas trabalhando com o povo, mesmo pertencendo à mesma época, só se tornará acessível mais tarde no Brasil, e talvez sem obter a atenção que merecia.

[3] Quando, por exemplo, os documentos falam de Igreja como 'Povo de Deus', aí, claramente, também a hierarquia faz parte do Povo. Há porém uma acepção diferente quando os textos falam do meio popular.

[4] Usamos o verbo *transmitir*, mesmo não nos satisfazendo totalmente. Com efeito, de um lado, é talvez o termo mais apto para a concepção pastoral, ainda forte na Igreja da época, na qual não se poderia falar de *'construção'* de conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, a forte dimensão afetiva e passional do processo vivenciado não permite pensar a relação pastoral-educativa em termos de uma simples e mera transferência de conteúdos.

[5] Já falamos e falaremos muito em 'Igreja', e na maioria das vezes sem adjetivos ou denotações que a especifiquem melhor: afora menções explícitas, nos referiremos diretamente à Igreja Católica. Não por 'apropriação' do termo em detrimento de outras Igrejas, mas, simplesmente, por não tornar o texto demais pesado.

[6] Usamos essa expressão na linha proposta por Cláudio Perani: "Entendemos por Pastoral Popular todas as iniciativas da Igreja [aqui como instituição que tem uma organização hierarquizada], no âmbito das classes populares nas quais o povo encontra um espaço para assumir sua responsabilidade na vivência de uma fé comprometida com os problemas da justiça ... [sendo] a nossa preferência por uma ação e inserção [dessa Pastoral] ao nível das massas e de suas necessidades, mais do que ao nível da articulação dos vários poderes" (Cf. PERANI, 1982: 7-19).

[7] Essa adaptação local toma uma relevância especial quando colocada no contexto dos meios e dos ritmos de comunicação da época que acrescentavam a importância de encontros e

palestras na construção das teorias e do imaginário, como nos lembrou esta breve nota relativa às condições de trabalho do Movimento de Evangelização de Base (MEB): "Por comparação ao estágio de modernização atual, os meios de comunicação eram bem mais restritos: não se contava com redes nacionais de televisão; nem com o sistema rodoviário ampliado que acompanhou o desenvolvimento da industria automobilística; ou com a facilidade de deslocamento para grandes distâncias, favorecida hoje pela expansão das linhas aéreas; e nem com o sistema DDD de telefone interligando o país" (COSTA (org.), 1986: 120).

[8] Trata-se de uma Carta, datada 16 de novembro de 1972, endereçada aos vigários, em preparação a um encontro a realizar-se em dezembro: uma assembléia do clero convidando mais um leigo por cada paroquia. Na primeira página, há uma introdução assinada pelo bispo Dom José Maria Pires. O texto consta de um resumo do plano pastoral de 1972, e do projeto de planejamento para 1973. Em anexo, encontramos a síntese das relações de três assessores que participaram de uns dos encontros anteriores, e umas referências aos documentos: '*Unidade e Pluralismo*', da CNBB e '*As reflexões dos 33 teólogos*'. Do vasto material disponível no relatório, apresentamos o que nos pareceu mais significativo, e que pode nos ajudar para melhor perceber o que se entendia na época por 'Igreja'. Pelo menos do ponto de vista da reflexão teórica. Tentamos assim intuir como era elaborada a idéia de Igreja na própria Arquidiocese, interpretando e reformulando o que era apontado pelos documentos oficiais, pelos teólogos locais, e pelas revistas especializadas. (Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; Doc. 9).

[9] No mesmo documento, é assim precisado: "1. Durante o ano de 1971 e 1972 houve a tentativa de pôr em prática a META escolhida pelo clero de 'PROMOVER ENCONTROS FREQÜENTES PARA FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO.". Como havia outra META, igualmente aprovada, nestes dois anos: 'CRIAR E INCENTIVAR AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE', o início de nossa atualização foi encaminhado a partir de elementos que parecem informar uma 'COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE': Teológicos, Pastorais, Sociológicos, Psicológicos . 2. Estes nossos 'ENCONTROS DE ATUALIZAÇÃO', já conseguiram estudar aspectos teológicos, pastorais e sociológicos. Ainda não foram estudados os aspectos psicológicos ... 4. PARA O NOSSO PLANEJAMENTO DE 1973, talvez valesse a pena recordar a preocupação louvável com que alguns colegas querem ver logo, dos Encontros de Atualização, aspectos práticos para imediatamente realizar. Não será que o local apto para descobrir esta AÇÃO CONCRETA não seria NA COMUNIDADE DE BASE, NO GRUPO DE TRABALHO, NOS ENCONTROS ZONAIS onde, as idéias ou as conclusões apreendidas nos Encontros de Atualização seriam confrontadas com as realidades de nossas igrejas locais?" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; Doc. 9).

[10] O livro de Gustavo Gutierrez, *A força histórica dos pobres*, recolhendo vários artigos inerentes ao período entre os dois encontros dos bispos latino-americanos de Medellín e Puebla, evidencia e analisa um grande debate e uma grande tensão na Igreja: entre teologia e magistério, entre os teólogos entre si, entre as Conferências dos bispos Latino-americanas e Roma. No centro do debate: a aceitação em suas conseqüências, até radicais, da opção para com os pobres e da pobreza como critério de renovação eclesial, de um lado. E, do outro, uma linha reformista mais macia, lenta, solidamente norteada pela hierarquia. (GUTIERREZ, 1981: *passim*).

[11] Dom José Maria Pires chegou à Paraíba em 1966. Ele nasceu em Córregos, Minas Gerais, no dia 15 de março de 1919. Fez seus estudos desde o primeiro grau até a sua formação em Filosofia e Teologia na cidade de Diamantina (MG), onde ordenou-se padre em 20 de dezembro de 1941. Pároco de Açucena (MG) de 1943-1946. Depois de um ano de magistério em Diamantina, volta às atividades pedagógicas como Diretor do Colégio em Governador Valadares (MG), onde permaneceu de 1946 a 1953. Regressando a Diamantina, é aí

Missionário Diocesano por dois anos, tornando-se Pároco de Curvelo (MG), a partir de 1956. No ano seguinte é ordenado Bispo, e designado titular da Diocese de Araçuai (MG), onde permaneceu por oito anos. Foi nomeado pelo Papa Paulo VI, no dia 2 de dezembro de 1965, como Arcebispo da Paraíba, tomando posse em 27 de março de 1966. Deixou a Arquidiocese da Paraíba no final de 1995.

[12] Do depoimento do Prof. Jackson Carneiro de Carvalho tomamos, por exemplo, essa anotação: "No concílio, apareceu mais claramente como no episcopado brasileiro, no qual algumas figuras episcopais tinham ligação com a Paraíba, havia uma divisão entre bispos 'progressista' e outros mais 'conservadores'. Por exemplo, entre os progressistas, Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia, era paraibano, de Patos. Ele foi candidato a presidente da CNBB, em Roma, mas perdeu a eleição para o Cardeal Rossi, que era o então arcebispo de São Paulo. Dom Fragoso também era paraibano, e tinha posições muito avançadas. Dom Manuel Pereira da Costa, bispo de Campina Grande, era também mais ligado à Igreja progressista, mas sem tomar fortes posições políticas e sociais em público" (Fonte: Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000).

[13] Interessante, a propósito, esta pequena lembrança de Ir. Laeta: "Lembro um seminarista que tinha a convicção de que antes de terminar os estudos já teria chegada a permissão para os padres se casar .... se quiserem" (Fonte: Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de janeiro de 2000).

[14] O texto faz parte de um relatório pelo qual o pessoal da APA apresenta suas iniciativas ao clero paraibano. Muitas vezes a lembrança do Concílio fazia parte da introdução às cartas circulares, exortando o clero todo para ser parte atuante desse evento histórico. (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.6).

[15] Em outubro de 1979, por exemplo, houve um encontro do Conselho Pastoral da Arquidiocese com o grupo do NOVA - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação Popular, de Rio de Janeiro, cujo tema foi o de avaliar o trabalho pastoral do próprio conselho. Interessantes essas perguntas colocadas pelos assessores na enunciação do tema: "O Conselho está ajudando ou atrapalhando a educação popular na pastoral ? ... Até que ponto a educação popular está na prática da pastoral?". E, mais adiante, entre as perguntas para os trabalhos dos grupos: "O Conselho foi criado para atender as estruturas ou ao povo? Qual o exercício de democracia e de poder que o Conselho está ajudando o povo a desenvolver?" (Fonte: CPa: b E 8 Cx 01; Doc. n.5).
Algumas anotações dos resultados dos trabalhos seguintes nos deixam perceber como depois de um período de grande entusiasmo e de ação de conjunto, na direção de maior abertura da Igreja aos leigos, algo começa a não funcionar mais na mesma direção. A partir das provocações da equipe assessora, o debate aprofundou a percepção de que há uma distância entre a 'base' e o próprio Conselho. Essas notas apontam também as dificuldades da relação entre os agentes e a base, entre aqueles que 'chegando em lugar decisório' esquecem um pouco suas origens, ou pelo menos, não conseguem mais manter uma boa ligação com o meio popular. Tal sensação encontra-se assim expressa: "...as pessoas do Conselho Pastoral moram na base; embora não sejam do povo; vivem na base .... então, as referências devem vir das camadas oprimidas. A prática pastoral tem que ser na perspectiva da educação popular ...". *Devem vir*: o contexto e o tom da frase nos deixaram a sensação de que isso não acontecia. Era o esperado que nem sempre se dava. Falando depois do que foi feito no Conselho (p.3), precisa-se: "... A antiga organização [não conseguimos perceber a referência específica, mas achamos tratar-se da organização dos Zonais e das várias Comissões diocesanas com seus supervisores] era mais perto da base do que o Conselho Pastoral [atual]. - A organização atual dificulta a participação da base; - O Conselho hoje, dificulta: modo de reunião, horário; - Há uma herança pesada da Assembléia; - Lugar de repasse, troca de

experiências?: Está faltando isso. Acontecem coisas nos Zonais que o Conselho Pastoral não sabe; fica por fora. Por exemplo: as mudanças de pequenas comunidades ou de vigários ..." A seguir, são relatados os problemas a serem aprofundados: "Nós somos representantes de quem, como, e para que? Qual a origem dos assuntos discutidos no Conselho Pastoral? O povo agüentaria a discussão desses assuntos? Quais os mecanismos a elaborar para que o que se discute no Conselho Pastoral represente o que a base quer ...?". ... [Por isso então precisa..]: - reforçar o poder, a organização e a participação popular; - o espaço da base e a direção que ela toma; - formação de militantes na base; é sempre o agente de pastoral que faz a sua articulação; não há renovação de quadros de militantes ..." Entre os problemas analisados, depois, (p. 8-10) emergiram em particular esses: "Os assuntos não vieram da base, foram colocados por algumas pessoas; a sua apresentação e o encaminhamento das discussões não ajudam a discussão; o Conselho não nasceu da base; foi imposto por causa de uma estrutura; a finalidade do Conselho não está clara; não se sabem quais os assuntos a serem discutidos e o pessoal que deve participar ... A Assembléia participou em número, mas em consciência não; o exercício da coordenação e da animação não está treinado na base; os leigos que participam na base ainda estão muito ligados aos padres e às freiras ... As coisas se processaram de uma maneira muito adequada; alguns leigos foram instrumentalizados ... – O que significa a presença do pessoal dentro da Instituição? Que possibilidade há de verdadeira participação? - A administração a serviço da pastoral: os que fazem opção pelo povo têm políticas diferentes; isto é bastante válido; pluralismo, mesmo que haja uma opção fundamental pelo povo ..." (Fonte: AEP: CPa; b E 9 Cx 1; doc. 5).

[16] Alguns organismos mais participativos, tais como o 'Conselho dos Presbíteros', ou o 'Conselhos Pastoral', já estavam apresentados nos documentos conciliares, mas suas modalidades efetivas, e as possibilidades e os limites, ainda não eram percebidos em toda a amplitude das suas implicações.

[17] A APA, 'Ação Pastoral Arquidiocesana', foi um organismo promovido por Dom José Maria Pires, juntamente com alguns padres da Arquidiocese, para uma maior unidade das ações pastorais e concomitantemente às dificuldades por que passava a Ação Católica, que até então tinha garantido com seus leigos e seus Setores a coordenação das principais atividades pastorais da própria Arquidiocese.

[18] Deixamos ao Prof. Jackson a tarefa de contar a história dos bispos Paraibanos: "Dom José Maria Pires foi arcebispo da Paraíba, logo depois do Concílio Vaticano II. A Paraíba teve poucos arcebispos antes dele. Primeiro foi Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que teve um episcopado muito demorado, longo. Quem fundou a diocese foi ele. Era um homem que tinha uma capacidade de liderança muito grande. Muito autoritário também. E não se dava bem com as ordens religiosas aqui na Paraíba. Com efeito, havia na época uma espécie de divisão do poder entre as três maiores ordens presentes, Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas, e ele não aceitava este tipo de divisão. Depois de Dom Adauto, foi arcebispo Dom Moisés Coelho, originário de Cajazeiras. Homem muito simples, que não tinha a mesma capacidade de liderança de Dom Adauto. Mais espiritual, mais místico. Ele também ficou muito tempo na diocese, mais de 27 anos. Eu convivi com ele, quando eu era seminarista, e freqüentava o palácio do bispo com liberdade, para ajudar o bispo celebrar a missa de manhã. Eu muitas vezes dormia no palácio do bispo, quando ele ficou velho. Não havia uma assistência maior, e eram os seminaristas que davam toda a assistência. Ficou cego e a gente ia muito lá. Eu defendi muito a vinda de Dom Moisés Coelho. Um homem profundamente religioso. Vamos dizer assim, não é que não tenha bispos que não sejam religiosos, mas tem uns bispos que têm mais a preocupação mística, e outro que gostam mais de vidas ativas, fazendo visitas pastorais. O bispo que lhe sucedeu, Dom Mário de Miranda Vilas Boas, era um grande orador, que ficou famoso no Brasil todo por sua oratória, e até porque foi anteriormente arcebispo de Belém do Pará, quando se realizou lá um grande congresso a nível nacional. Congresso que marcou a história da religião aqui no Brasil.

Quando porém Dom Mário, saiu de Belém do Pará, antes de chegar na Paraíba, ele foi Arcebispo auxiliar, com direito à sucessão, do Cardeal da Bahia, Dom Augusto Silva. Esse último, porém, não gostou da companhia de Dom Mário, achando que este iria logo assumir o comando da diocese, e o colocou - vamos dizer assim - em segundo plano, do ponto na ação pastoral. Dom Mário ficou assim 'inútil' na Bahia, porque o Cardeal não permitiu que ele exercesse qualquer tipo de atividade pastoral. E aí, Dom Mário, que era um homem muito culto e dinâmico, de uma cultura humanista muito grande, e de muito prestígio nacional, entrou em uma depressão psicológica. Nesta fase, para resolver o problema de Dom Mário, ele veio ser Arcebispo da Paraíba (1959).

Quando Dom Mário chegou, a Paraíba toda estava em expectativa de ter um arcebispo de fama nacional, um bispo que tinha um conceito nacional. Foi grande surpresa, constatar que Dom Mário chegou aqui como um homem deprimido. Eu, por exemplo, o acompanhei em muitas visitas que ele fez nas paróquias. Ele que era um grande orador, começou cedo a se repetir. Eu ia com ele para uma paróquia no interior, e o mesmo sermão que ele fazia lá, fazia aqui, e repetia esses sermões, quatro, cinco, nove vezes ... Também ele depois, se colocou numa posição de ficar muito fechado no palácio. Ele trouxe a família dele para cá: a senhora mãe dele, duas irmãs, ficando ainda mais fechado no palácio. Começou assim a crescer um clima de tensão entre ele e os padres mais atuantes na diocese. Houve conflito porque os padres achavam que ele não tinha mais reinado na pastoral. A Igreja estava na época numa fase de transformação, de dinamismo, e Dom Mário, ao contrário, apresentava-se como um homem acomodado e doente, psicologicamente" (Fonte: Depoimentos de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000).

[19] O Plano de Conjunto é colocado por Enrique Dussel em uma segunda fase de linhas de ação eclesial, de três em que ele subdivide o período 1959-1973, descrevendo a posição da Igreja brasileira perante o 'desenvolvimentismo'. Na primeira delas, que terminaria em 1964, o autor frisa a fundação da CNBB, o aumento do numero das dioceses (com 43 dioceses novas, 109 novos bispos, 11 novas arquidioceses e 42 arcebispos), a questão do ensino fazendo pressão sobre o governo através da Associação de Educação Católica (AEC), a ruptura com a oligarquia agrária, o movimento de educação radiofônica. Assim, "a Igreja não precisa mais ser aliada do Estado como no modelo de nova cristandade, para realizar a sua função na sociedade civil. Ela mesma possui agora instituições para realizarem *diretamente* sua ação no mundo. Esta ação, no entanto, é desenvolvimentista, e efetuada por minorias proféticas que agem '*sobre*' o povo."(p. 54). A segunda fase carateriza-se pelo Plano de Conjunto, que porém "ficou nas mãos de uma CNBB - sem Helder Câmara - que não tinha liderança nem vontade de dirigir." (p. 54), e pelas perseguições aos membros da AC, JOC, e Ação Popular, sendo também o MEB desarticulado e privado de incisividade. A terceira fase (1968-1973) começa quando, "nas eleições da CNBB de 1968, Dom Aloísio Lorscheider é eleito secretário geral, mostrando imediatamente grande capacidade de organização e vontade de mudança. É aqui que germina lentamente, no meio das perseguições e do martírio ... a Igreja que vai substituir a chilena [como 'líder' entre as igrejas latino-americanas], mostrando o caminho e o modelo de ação cristã na América Latina, no final do século XX". (p.54) (DUSSEL, 1989, *passim*).

[20] Tivemos essa sensação de resistência à idéia de mudança, pelos tons de alguns documentos do teor do texto a seguir. É uma carta, datada 3 de agosto de 1967, sem assinatura mas provavelmente do próprio bispo, endereçada a cada um dos componentes de um grupo de padres, que achamos sejam aqueles que mais de perto trabalhavam nos organismos da Arquidiocese. "Meu caro ... refletindo sobre o conjunto de nosso esforço pastoral realizado até o presente, tenho a impressão que se conseguiu fazer bastante na <u>linha de coisas</u> [*assim no texto*]. A pesquisa feita pela Comissão Arquidiocesana de Ação Social demonstrou que não foi só uma impressão, pois ela relacionou um número elevado de instituições, e duas em bom funcionamento, fruto do zelo de nossos padres e da boa vontade dos fiéis. Creio que já é tempo de concentrarmos nossa atenção e nossos esforços, em caráter prioritário, na formação

de comunidades. Vou confiar-lhe muito fraternalmente o que pensei na linha mestra do Plano Pastoral da Diocese para os próximos anos. 1. Sem desprezar outras iniciativas importantes que devem ser iniciadas ou continuadas, dar ênfase particular à formação de comunidades de base; 2. Para isso, as Comissões Arquidiocesanas reformulariam sua programação visando sempre a atingir a comunidade toda e não apenas uma ou outra faixa de idade ou condição social; 3. Todas as Associações religiosas e Movimentos apostólicos deverão ser despertados para a doação de si mesmos aos mais pobres; 4. O trabalho deverá partir das zonas mais abandonadas da paróquia e só progressivamente irá caminhando para as zonas mais favorecidas; 5. A técnica de trabalho será organização de círculos, que poderiam ser denominados 'Círculos Bíblicos'. Partindo da idéia bíblica de 'Um Deus criador e libertador', se procuraria motivar os indivíduos a formarem pequenas comunidades e as comunidades se preocuparem com o desenvolvimento querido por Deus. Haveria sempre a preocupação de salientar que o desenvolvimento do indivíduo, da família e da comunidade está no plano de Deus, e, cooperar para ele, é fazer coisa agradável a Deus. Isto evitaria o perigo de uma espécie de naturalismo e permitiria dar um sentido muito positivo ao sentimento religioso de nossa gente o qual não pode deixar de ser considerado em qualquer esforço de promoção ou de evangelização. 6. Todas as iniciativas teriam que nascer das comunidades e ser realizadas por elas. Nossa função seria a de animadores e colaboradores, mas não de promotores e executores. Antes de levar essa idéias a um debate mais amplo, eu gostaria muito de ouvir sua opinião e de receber suas sugestões e lhe ficaria muito grato se você as enviasse antes da nossa reunião no dia 22 deste. Uma afetuosa benção do coirmão amigo." À carta segue-se uma lista de padres. Acreditamos seja a lista dos destinatários da carta, que na nossa hipótese deve ter sido escrita pelo próprio bispo. (Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc. 2).

[21] Não encontramos no Arquivo da Arquidiocese avaliações específicas desse plano, pelo menos nos documentos analisados, a não ser algumas pequenas anotações posteriores pelas quais nos parece intuir como ele não conseguiu penetrar na atitude dos padres e na vida das paróquias. Na nossa hipótese, muito dependeu também dos eventos da 'Revolução' de 1964, que provavelmente condicionou a atenção de padres e leigos, seja nas paróquias como na Arquidiocese. Encontramos novamente o assunto, poucos meses depois da tomada de posse de Dom José Maria Pires como Arcebispo da Paraíba, quando ele mesmo retoma o plano para apresentá-lo ao clero, baseando-o no documento oficial da CNBB de 1966. (Cf. Fonte: 'Carta de apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto', julho de 1966, AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc. 1).

[22] É o período em que a CNBB começou a se descentralizar organizando gabinetes regionais. A Arquidiocese da Paraíba fazia parte da região Nordeste II, junto com Pernambuco, Alagoas, e Rio Grande do Norte.

[23] Das seis linhas de ação que vinham propostas pelo Plano Nacional, só quatros foram escolhidas pela Arquidiocese da Paraíba e traduzidas em objetivos pastorais para as paróquias e as associações, em sintonia com as orientações dos bispos da região Nordeste II. A primeira se propunha a '*Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica*', na qual ainda um pouco se escondiam, preocupados de compactar o povo ao redor da hierarquia, os vestígios do esforço de 'romanização', que caracterizou a Igreja brasileira nos anos trinta até os cinqüentas. Essa visão, porém, já começava a se misturar com a de uma real reforma da instituição, visando a que ela fosse mais 'popular' e, sobretudo, mais 'bíblica'. Por isso há uma preocupação fundamental prioritária para 'renovar' a postura dos vários protagonistas da ação pastoral: o clero, as religiosas, os leigos. Particular ênfase teve a renovação do clero, 'para criar uma vivência melhor do presbítero, junto com o bispo'. A renovação das religiosas também teve muita relevância, visando a que elas possam ter uma formação escolar mais adequada e começassem a sair dos conventos para trabalhar junto com o povo. As segunda e terceira linhas de ação escolhidas, a saber, a

da *Catequese* e a da *Liturgia*, visavam organizar melhor o que já as paróquias iam fazendo, seguindo sua antiga tradição. Acrescentava-se, porém, a exigência de atualizar os conteúdos e as formas introduzindo os novos estímulos. De modo particular, a liturgia era estimulada a aproveitar a possibilidade de finalmente usar, oficialmente, a língua portuguesa e aprontar novos rituais para dar melhor conta do contexto social e da história cultural do povo.
Na linha de uma renovação da postura do pessoal da Igreja, assim encontramos especificado no documento de apresentação do Plano de Pastoral de Conjunto, na sua versão paraibana: "LINHA DE TRABALHO 1. (a numeração refere-se à do Plano Nacional) 'Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica'. Programa 1: Renovação dos agentes de pastoral A) Renovação do CLERO: Cursos / Encontros residenciais ... sobre o Concílio e os problemas pastorais. Organismos responsáveis: CAMH (Comissão Arquidiocesana Ministério Hierárquico) ou os coordenadores zonais. Objetivo: 'Criar clima para uma vivência melhor do presbitério, junto com o bispo'. B) Renovação das RELIGIOSAS: Levantamento das diversas congregações / reuniões mensais / um curso sobre 'Relações humanas' / retiros. Organismo responsável: CAAR (Comissão Arquidiocesana de Apostolado das Religiosas). C) Setor VOCAÇÕES: levantamento de vocacionáveis / formar clubes de vocacionados / curso para dirigentes desses clubes / estudar o tema com os sacerdotes. Organismo responsável: CAV (Comissão Arquidiocesana de Vocações) e Coordenadores zonais. D) Renovação dos LEIGOS: Levantamento de todos os movimentos apostólicos e associações religiosas existentes na arquidiocese / palestras mensais sobre o tema 'O Ministério da Igreja' (marcando os dias 13 e 14 de agosto; 17 e 18 de setembro; 15 e 16 de outubro) / Criar uma 'Escola Para Formação de Lideres'. Organismo responsável: CAAL (Comissão Arquidiocesana de Apostolado dos Leigos) e CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações). E) Renovação das PARÓQUIAS Levantamento da situação sócio-econômica-religiosa das paróquias, de acordo com as fichas apresentadas pelo CERIS Organismo responsável: CERIS e CARP (Comissão Arquidiocesana de Renovação das Paróquias)" (Fonte: 'Apresentação das linhas de trabalho do Plano de Pastoral de Conjunto', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc. 2).

[24] A temática social é assim apontada no plano paraibano de Pastoral de Conjunto: "LINHA DE TRABALHO 6 (a numeração refere-se à do Plano Nacional): 'Promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus'. Programa 4: Ação Social. Organismo responsável: CAAS (Comissão Arquidiocesana de Ação Social). A) Institucionalização da CAAS; B) Levantamento das obras sociais na circunscrição arquidiocesana (junto aos vigários); C) Seminário para a definição do engajamento da linha de trabalho 6 da Pastoral do Conjunto no plano da Ação da Arquidiocese (agosto 1966: Arcebispo, CAAS e Coordenador); D) Curso intensivo de estudo da *Gaudium et Spes*: 1. para o clero secular e regular; 2. para as religiosas; 3. para os leigos; E) Curso de liderança para leigos, 'para capacitá-los ao exercício de suas responsabilidades cristãs nas tarefas temporais'; F) Re-aparelhamento e dinamização das oficinas gráficas de 'A Imprensa'; G) Reorganização da Escola Profissional *Pe. Anchieta*" (Fonte: 'Apresentação das linhas de trabalho do Plano de Pastoral de Conjunto', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc. 2).

[25] A adaptação do Plano nacional para a Arquidiocese, é assim justificada pelo próprio bispo: "O nosso plano é muito modesto. Tomamos como quadro de referência o Plano Nacional e só adotamos quatro das linhas propostas, a saber, Unidade na Igreja, Catequese, Liturgia e Ação Social. Muitos [então] ficarão decepcionados ao percorrê-lo e perguntarão: 'O que há para nós aqui?'. Será útil lembrar dois pontos: 1. O plano conservou somente os projetos de ordem geral e que representam serviços para toda a Arquidiocese. Não cogitou (e não devia fazê-lo) de elaborar um programa para as paróquias, para as associações ou para os movimentos. Cada organismo é que deverá procurar situar-se dentro das quatro linhas escolhidas e preparar seu próprio Plano, contando para isso com os serviços que poderão oferecer as diversas Comissões do Secretariado. 2. A prioridade de nossos recursos obriga-

nos a começar devagar para não ficarmos em meio do caminho. Esperamos entretanto que esse pouquinho agora apresentado possa ser realizado com a graça de Deus e com a vossa colaboração generosa. E que esse primeiro ensaio nos dê motivo para novas e mais audaciosas avançadas nos anos vindouros" (Fonte: 'Apresentação das linhas de trabalho do Plano de Pastoral de Conjunto', AEP: CPa; DAPA; a/72 E 9 Cx 21; doc. 2).

[26] Essa questão é retomada também nos questionários do livrinho 'Igreja Viva': " Para que a gente celebra a missa? Você acha que a missa como está sendo celebrada hoje está satisfazendo sua finalidade? O mundo e a Igreja são duas realidades opostas? Como seria possível a gente realizar essa tarefa com todos os cristãos juntos, ou em pequenos grupos seria mais realistas e frutuoso?" (3.6) (Fonte: AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1).

[27] Em uma avaliação dos planos pastorais da metade dos anos sessenta, por exemplo, uma análise parecida da distância entre Igreja e 'mundo' encontra-se fortalecida por essa citação do teólogo Congar, um dos mais estimados que participaram ao Concílio: "Não situamos ainda a Igreja no mundo, para o mundo. Não concretizamos ainda no mundo, isto é, como o sinal e instrumento do ato pelo qual Deus se engajou na história do mundo fazendo os homens participar da gloria da liberdade dos filhos de Deus ultrapassando o que o mundo não pode obter por si mesmo. A Igreja é outra coisa que o mundo, está claro, mas ela tem a mesma matéria que o mundo e o mesmo fim: formar a servir, aliviar o homem e com ele e por ele, a criação. (Congar, 1967)" (Fonte: 'Revisão de nossas ações pastorais - opções', (conclusões), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 6).

[28] Por exemplo, em um planejamento da ação da CAER (Comissão Arquidiocesana para o Ensino Religioso), que acompanhou os primeiros passos das Comunidades de Base em várias paróquias, inclusive em Bayeux, encontramos esse convite para o pessoal das "Comunidades Eclesiais de Base: adotar o texto 'Igreja Viva'." Nos seguintes relatórios, o que anteriormente era relativo às Comunidades de Base, é referido à 'Igreja Viva', claramente indicando que o mesmo trabalho ia continuando mas agora com o nome da nova ação pastoral. (Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Suburbano', AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.13).

[29] Em verdade é bem difícil dizer quando terminou a ação pastoral em si mesma. Os relatórios depois de uma boa pontualidade relativamente ao primeiro período, já começam a ser menos precisos, até quase desaparecer no começo de 1972.

[30] Em uma sua carta à Coordenação da Pastoral, em data 3 de agosto de 1967, encontramos a preocupação do bispo para com o nascimento e fortalecimento de Comunidades na Base, dentro de uma lista de vários projetos da Arquidiocese. A lista foi aprontada provavelmente para procurar recursos no exterior, mas nos permite deduzir quais as preocupações da época. Assim no texto: "Preparação de projetos para minha próxima viagem: ... elenco de vários projetos ... : A) COMUNIDADES DE BASE: Projetos: 1. Escola de líderes: a. local; b. manutenção. 2. Banco de Providência: capital para as comunidades de base e para pequenos empréstimos individuais sem juros. Estruturação do Banco. 3. Material gráfico para as comunidades ... 4. Escritório com máquinas de escrever (e outros meios). 5. Transporte para pessoal e material. Manutenção" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc. 3) Mesmo cuidado em uma outra carta dele, datada de 10 de fevereiro de 1968, endereçada a pessoas ou entidades, provavelmente européias, que poderiam bancar a ação pastoral da Arquidiocese. Assim expressava-se o bispo: "Prezados amigos: Após maduras reflexões e várias consultas ao Presbitério chegamos à conclusão de que a linha mestra da Ação Pastoral em nossa Arquidiocese deveria ser a FORMAÇÃO DE PEQUENAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. Elas seriam ao mesmo tempo campo de Evangelização e de verdadeira promoção humana. Para a atualização deste intento, sentimos a necessidade de montar um modesto escritório de onde faríamos a coordenação e a dinamização das atividades todas destas Comunidades Eclesiais de Base. Faltam-nos porém os recursos para a instalação deste

escritório e sua manutenção durante o primeiro ano de funcionamento. Por isso pedimos aos Srs. uma ajuda que nos possibilite a realização deste projeto. O orçamento anexo fornece uma idéia de nossas pretensões e das despesas necessárias. Se insistirmos na idéia, é porque ela nos parece de grande alcance para a nossa pastoral. Ass.: José Maria Pires" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22; doc. 1).

[31] Em um Relatório da supervisão do Zonal Suburbano, por exemplo, assinado pela responsável, Maria de Lourdes Carvalho (da CAER), em novembro de 1968, é anotado que na paróquia de São José, "estão funcionando 14 comunidades eclesiais de base em fase ainda de organização. No entanto – comenta a responsável - há um trabalho de evangelização muito positivo" (Fonte: AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.6).

[32] Assim por exemplo no relatório da supervisão do Zonal Suburbano, pela responsável Maria de Lourdes Carvalho (da CAER), em março de 1969, relatando o acompanhamento das nascentes Comunidades Eclesiais de Base (em Bayeux e em São José Operário): "Observações a respeito das Comunidades Eclesiais de Base (São José Operário): a) grupo muito interessado e capaz de realizar um trabalho melhor; b) alguns dirigentes - sobretudo os homens - têm bastante conhecimento da Sagrada Escritura; c) necessidade de maior aprofundamento dos seguintes pontos: - melhor relacionamento entre eles; - melhor noção de que seja trabalho em grupo; - maior conhecimento da realidade local dando prioridade ao que é mais urgente; seqüência dos assuntos das reuniões semanais para uma maior reflexão sobre as possibilidades de cada comunidade; - descoberta de outros homens para novas comunidades; - futuramente, reuniões por áreas ou zonas paroquiais" (Fonte: AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.10).

[33] Paralela e entrelaçada ao trabalho para que nasçam pequenas comunidades na base, houve a proposta feita às religiosas de deixar os conventos, formando grupos de três ou quatro irmãs que morassem no meio popular, fundando as chamadas 'pequenas comunidades inseridas'. Uma das primeiras dessas experiências aconteceu em Pitimbu, no litoral sul da Paraíba, registrada por um bom número de relatórios, seja na documentação da CAER, como na da Ação Pastoral 'Igreja Viva'. Assim, por exemplo, no relatório da supervisão do Zonal Suburbano, pela responsável Maria de Lourdes Carvalho (pela CAER), em março de 1969: "Estivemos em Pitimbu, município da paróquia de Taquara, onde um grupo de quatro religiosas da Congregação de Santa Dorotéia está iniciando um trabalho de evangelização à base de vivência com o povo. No encontro com a equipe foi discutida a necessidade de planejamento, revisão e avaliação do trabalho, bem como do relatório mensal, não somente das atividades relacionadas mas sobretudo da dinâmica do trabalho. Deixamos para estudo das religiosas os seguintes livros: - *Estudo da comunidade*; - *Você e sua comunidade*; - *Como ajudar os grupos a tomar decisões*" (Fonte: AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc. 10).

[34] A Campanha de Fraternidade foi uma iniciativa começada pela diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, em 1962, e logo assumida pela CNBB com caráter nacional a partir de 1964.

[35] Esses encontros de equipe são lembrados por todos os depoentes como momentos fortes e importantes, seja pelo aprofundamento dos conteúdos e da metodologia, seja pela amizade que souberam suscitar. O primeiro deles, o em que foi apresentada a proposta aos extensionistas, é confirmado também em um relatório da CAER, assinado por Maria de Lourdes Carvalho, no qual ela anota que, em maio de 1969, "participou em João Pessoa de dois dias de estudos para preparação da ação Igreja Viva" (Fonte: AEP: CPa; ZS; a E 8 Cx 6; doc.12).

[36] No relatório, são anotadas as primeiras paróquias que marcaram seus estudos com as equipes extensionistas: Solânea, Bananeiras, Arara, Mari, Areia, Cabedelo, Catedral,

Miramar, S.Júlia, Lourdes. E, relatando o andamento da primeira fase da ação pastoral, é anotado: "Andamento da Ação Igreja Viva. Paróquias iniciadas, e número dos grupos: Catedral, 6; Solânea, 19; Bananeiras, 6; Arara, 2; Areia, 29; Miramar, 11; Lourdes, 4; Mari, 1; Cabedelo, 2; S.Júlia, 1; S.José, 14. Paróquias com data já marcada: Guarabira, 31/07/1969; Alagoa Grande, 08/08/1969; Pirpirituba, 15-18/08/1969; Caiçara e Serra da Raiz, 22-24/08/1969; Remígio, 21/09/1969; Serraria, 22-24/09/1969.". Havia ainda essa anotação: "Pode acontecer que algumas outras paróquias estejam fazendo Igreja Viva porém até agora não nos comunicaram nada" (Fonte: 'Revisão dos trabalhos de pastoral, de 1 março até 31 julho de 1969', AEP: CPa; DAPA; a/7 2 E 9 Cx 21; doc.5).

[37] Sendo o relatório datado em julho 1969, e a experiência pastoral lançada oficialmente em junho, achamos que essa alegria nos resultados já obtidos expresse, mais do que uma avaliação quantitativa, a satisfação pelo trabalho da coordenação e dos setores da APA, e uma 'boa sensação' relativamente às primeiras boas acolhidas nas paróquias (que de outro lado eram aquelas que estavam mais interessadas no trabalho). (Fonte: 'Revisão dos trabalhos de pastoral, de 1 março até 31 de julho de 1969', AEP: CPa; DAPA; a/7 2 E 9 Cx 21; doc.5).

[38] O tema do analfabetismo aparece em várias formas nos relatórios analisados. É evidenciado primeiro nas análises da realidade, no momento em que se propunha ler o contexto social, assim como nessa avaliação em Serraria, 11 de outubro de 1969: "causas de sofrimento na nossa cidade: - analfabetismo, desemprego; - falta de condições para os estudantes; - cachaça para abafar o sofrimento" (Fonte: 'Avaliação de Igreja Viva em Serraria.', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 9) O problema é evidenciado também como uma das dificuldades para o uso direto nos grupos do livrinho 'Igreja Viva', pois havia "dificuldades em transmitir 'Igreja Viva' às pessoas analfabetas" (Fonte: 'Relatório Zonal Brejo II.' AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 2) Enfim, há também uma presença do tema como alvo da ação que surge do trabalho de reflexão. Assim, nas conclusões de um encontro em Guarabira, 3 de agosto de 1969: "Conclusões: Organizar nos bairros pobres da cidade uma escola de alfabetização de Adultos./ Criar grupos de reflexão com os jovens estudantes./ Adotar Igreja Viva como tema de aula de religião no Ginásio N.S. da Luz. Vendidos 60 livros e 16 cartazes" (Fonte: 'Treinamento de Igreja Viva em Guarabira', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 3), e no planejamento em Serra da Raiz, de 24 de agosto de 1969: "Planejamento para cada comunidade: a) Serra da Raiz: alfabetizar; uma campanha para ajudar o Centro de Saúde" (Fonte: 'Planejamento de Igreja Viva. Serra da Raiz', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 6).

[39] Assim também, paralela e fundamental para uma atuação de Igreja verdadeiramente aberta aos problemas sociais, foi também a insistência para que as paróquias tivessem uma renovação de suas estruturas e organismos, valorizando as novas formas de participação laicais propostas nos documentos conciliares. No pensamento dos promotores de 'Igreja Viva', esse propósito parecia coincidir com uma preocupação com o fortalecimento de espaços democráticos alternativos, na medida em que os espaços democráticos civis iam sempre mais sendo fechados e reprimidos pela Ditadura. Tentamos resumir essa ênfase democrática na proposta da formação dos conselhos propostos pelo Concílio, por essas simples notas de Pe. Everaldo, explicando o que se deveria entender por Conselho Paroquial. "[O Conselho Paroquial] seria o governo da paróquia pelos próprios cristãos. O governo que se dedica ao destino da vida dos paroquianos e dos bens da paróquia. 1. ... os membros devem ser <u>eleitos</u> ... ser <u>aceitos</u> pela comunidade, ... 2. cada membro deve <u>conscientemente assumir</u> a responsabilidade de conduzir a comunidade <u>em equipe</u> ... 3. as decisões devem ser tomadas <u>em equipe</u>. O Presidente tem a função de criar união. 4. Periodicamente o conselho deve prestar conta ao povo ..." (Fonte: 'Encontro na paróquia de Mari', 3 de novembro de 1969, ext: Pe. Everaldo e Ir. Laeta, '<u>Assunto</u>: preparação para formar o conselho paroquial', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.14).

[40] Assim encontramos, por exemplo: "A turma não conhecia ainda a técnica da dinâmica de grupo. Não chegaram às conclusões práticas, como conseqüências da reflexão. Muito positivo entretanto foi a animação e o grande desejo do grupo de levar a Igreja de Mamanguape para frente! Todos estavam convictos que este primeiro encontro era o primeiro pequeno passo de uma longa caminhada!" (Fonte: 'Relatório do 1° encontro em Mamanguape', 23-24 agosto de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.7).

[41] "As dirigentes começaram a formar grupos: um grupo de senhores; grupos de senhoras; grupos de jovens; um grupo misto numa rua. Quando o número de participantes dos grupos diminuiu, as dirigentes reuniram todos na igreja para uma catequese de adultos" (Fonte: 'Revisão de Igreja Viva em Serra da Raiz - Caiçara.', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.16). Entre as possíveis temáticas indicadas para os encontros havia: felicidade, progresso, Deus, papel do cristão, causas dos sofrimentos, o que fazer. Isto, tentando relacionar liturgia e vida, e a percepção (e recepção) dos problemas juntamente aos compromissos para dar-lhes respostas. (Cf. Fonte: 'Relatório visita a Serra de Raiz', agosto de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23, doc.30).

[42] Uma reflexão análoga, entre outras, constitui o eixo de fundo de um recente artigo de Pe. José Comblin. Aí ele anota: "Na geração passada, grande número de bispos, padres, religiosas e religiosos tinham entendido isso [que não basta exortar os leigos por meio de discursos] e se comprometeram. ... [Mas] até agora, os leigos quase nunca agiram representando a Igreja. Como não têm poder, se não há compromisso dos padres, nada acontece de relevante. .... Os padres ainda são 'a Igreja' na mente do povo, e também na deles. " (COMBLIM, 2000, *passim*).

[43] Alguns exemplos nos ajudam a evidenciar as questões metodológicas que iam amadurecendo: "(A) PONTOS NEGATIVOS: - nenhum (1 grupo); - falta de colaboração de alguns membros do grupo; - falta de pontualidade de alguns cursistas; - pouca duração do treinamento; - pouco tempo para esclarecimento de dúvidas; - conclusões pouco claras no 1° dia; - o treinamento deu orientações mas não treinou os monitores; - o tempo chuvoso; - não haver orações para iniciar a assembléia; - palavras difíceis no relatório" (Fonte: 'Relatório Zonal Brejo II. Junho de 1969.', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.2).

[44] Havia muitos outros aspectos apontados pelas avaliações. Aqui vamos rapidamente relatar, como exemplos, alguns que nos pareceram mais frisados pelos próprios extensionistas: - "Em algumas paróquias, a preocupação principal é ainda a catequese das crianças ... [Mas] da reunião presidida pelo Pe. Juaréz com a equipe de coordenação no Colégio de N.S. das Neves resultou que a transmissão da Boa Notícia deveria atingir: não somente as crianças, mas também os jovens e adultos, nos Centros Paroquiais" (Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Urbano I', responsável: Marluce Malheiros de Souza e Luíza Telles, de abril até julho de 1969, AEP: CPa; ZU; a E 8 Cx 5; doc.3.). - "Há pouco entusiasmo das professoras pela evangelização. Ensinam apenas o que exige o currículo escolar. Reclamam que não sabem e não podem preparar o material para as aulas e não procuram meios para sanar o problema. Não conhecem nada dos documentos conciliares, desconhecendo assim as razões das mudanças. Encontra-se ainda com todas estas dificuldades citadas acima interesse de um pequeno grupo em cada paróquia. Preocupação da equipe de coordenação das cinco paróquias de se unirem num trabalho de relacionamento" (Fonte: 'Relatório da supervisão do Zonal Urbano I', responsável: Marluce Malheiros de Souza, de agosto até dezembro de 1968, AEP: CPa; ZU; a E 8 Cx 5; doc.2.). - "1. O que levou a gente a desanimar no trabalho de 'Igreja Viva'? - falta de encontros freqüentes; - a distância das reuniões 'esfria' o entusiasmo; - a falta de um dirigente; - indiferença e falta de entrosamento entre os membros e seu vigário; - falta de interesse e boa vontade" (Fonte: 'Revisão de Igreja Viva em Pirpirituba', 7 de novembro (1969 ?), AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.15.). - "O

grupo de jovens reuniu-se semanalmente, apenas para discutir as questões do livrinho. Nada de concreto foi feito. Grupo de adultos: (desfeito). O responsável sempre marca os encontros e apenas duas pessoas comparecem. Verifica-se um grande desinteresse e frieza em geral. O dirigente, Sr. João justamente com uma irmã e uma senhora está pensando em iniciar um trabalho num bairro pobre da cidade. Para isto convidam o responsável do grupo de jovens. Observação [final]: Em Bananeiras ainda não se descobriu alguém capaz de animar e movimentar o povo" (Fonte: 'Igreja Viva em Bananeiras', 22-24 de agosto (1970?), ass. Maria Esther, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.35).

[45] Um outro exemplo dessa atenção para com a determinação dos recursos é nessa lista, parte de um planejamento da Ação Pastoral, da qual só apresentamos uma pequena parte, para poder perceber o teor da pormenorização: "ARARUNA: Recursos Humanos. a) Dois membros da APA para o primeiro contato com Tacima e Cacimba de Dentro. b) O vigário e o primeiro grupo de Araruna. PILÕES: Recursos Humanos. a) Irmão Leonardo e o pequeno grupo já despertado. b) Pessoas da APA e professoras interessadas. c) José Belarmino cuidará dos Círculos Bíblicos. ARARA: Recursos Humanos. a) Os grupos de Igreja Viva; o vigário; Irmão Leonardo; a equipe da APA. b) Comissão de Liturgia da Arquidiocese. c) O sindicato ; os Irmãos; o vigário; a Comissão de Ação Social de Ancar. Recursos Financeiros. Percentagem da Campanha de Fraternidade para começar o Centro Social. GUARABIRA: Recursos Humanos. a) Frei Damião e seu auxiliar; o vigário. b) Colaboração da APA. c) Equipe da APA e os elementos de nível da cidade. AREIA: 1. Professoras: Recursos Humanos. a) Professoras. Recursos Financeiros. a) Caixa escolar. b) Pequenas contribuições alunos e professores. c) Rifas - festinhas. 2. Clube Jovens Na Frente: Recursos Humanos. a) Os associados do Clube. b) Pe. Ruy e os educadores, e pessoas indicadas pelo Pe. Ruy. 3. Grupo de Catequistas da Cidade: Recursos Humanos. a) Pessoal da APA. b) O Vigário e os responsáveis dos bairros. ... " (Fonte: 'Anexo ao Planejamento de 1970' , AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 5).

[46] Como no seguinte relatório: "Como é que de fato vão se organizar em Igreja Viva? Jovens: encontram-se cada sábado, às 20 h, na casa de um dos membros do grupo. Adultos: encontros semanais, sábado às 20 h, na casa de um dos membros do grupo" (Fonte: 'Revisão do trabalho de Igreja Viva em Serraria', 11 de outubro de 1969, AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.9).

[47] O período é objeto de estudo do Grupo de Trabalho 'História de Educação Popular', do Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da UFPB, liderado pelo Prof. Afonso Celso Scocuglia. (Cf. SCOCUGLIA, 1997a).

[48] No que diz respeito ao CEPLAR, é importante anotar a importante atuação nele, desde do começo, de Pe. Juarez Benício Xavier, então assistente da JUC, da qual nasceu a iniciativa da campanha. Houve também no projeto a colaboração de Pe. Everaldo Peixoto. (Cf. PORTO, 1995: passim).

[49] "Eu era do conselho diretor do MEB formado por dez bispos- nos contou Dom José Maria Pires -. Quando houve a eleição seguinte eu fui eleito vice-presidente do MEB. Assumi o cargo de Presidente só um breve período pela morte do presidente Dom Távora. Pouco depois houve nova eleição e passou ser presidente Dom Luciano Duarte, que era neste tempo bispo de Aracaju. (Bispo da ala reacionária e de confiança total do Governo militar)" (Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999).

[50] A testemunho disso, Frei Anastácio ofereceu sua lembrança pessoal: "A minha primeira conversa com ele, também foi nesse sentido. Eu me apresentei aqui dizendo que eu queria fazer um trabalho junto as Comunidades de Base. Ele estranhou logo. Expressei o meu entusiasmo de fazer as coisas, muito marcado pelo movimento 'Encontro de Irmãos', ao qual

participara em Recife, e que tinha vindo para trabalhar com o povo ... Mas ele disse: 'Não vai fazer nada. A única coisa que você tem que fazer é ir visitando o povo. Vai ouvindo, apreender com o povo'. Então, eu estranhei; porque você vem pensando em fazer uma coisa, e o cara manda para apreender, ouvir e não fazer nada ... A idéia de Dom José naquele tempo era toda essa visão: apreender com o povo, não precisa se fazer as coisas ... vamos apreender" (Fonte: Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000).

[51] A Arquidiocese sempre se revelou atenta para com a formação do seu pessoal. Por isso na organização diocesana havia uma Secretaria de Capacitação. Em seguida, diante da pressão da ditadura militar, pensou-se fundar o INDES, Instituto de Formação e Desenvolvimento, cuja inauguração aconteceu em 1968, pouco antes do AI 5, no teatro de Santa Roza, com a participação de Dom Helder Câmara, como testemunha o convite para a inauguração: "Inauguração no teatro Santa Roza, com a participação de Dom Helder Câmara, que exporá e debaterá o tema VIOLÊNCIA E NÃO VIOLÊNCIA, pondo em destaque suas idéias a propósito das reformas estruturais da Sociedade Brasileira" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; a/1 E 9 Cx 21; doc. 5).
Colocamos nessa longa nota – come em um anexo – as principais informações sobre o INDES, deixando ao Prof. José Loureiro Lopes, que desde o começo foi um entre os principais atores do INDES, o conto da gênese e da estruturação do Instituto: "Nós colocamos esse nome, INDES (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), porque era um nome que, na época, parecia adotar um termo ainda pouco comprometido 'contra' o governo, quase na própria linha desenvolvimentista dos governos anteriores, e continuada pelos novos. Apesar de que a própria palavra 'desenvolvimento' contivesse uma certa ambigüidade, ela era, com efeito, aceita pelos militares. Poderíamos dizer que a palavra desenvolvimento 'não fazia mal'. Foi então uma espécie de 'escolha política'. O próprio Dom Helder participou da inauguração do INDES, em agosto de 1968, pouco antes do AI 5. O INDES fazia parte de um conjunto de uma série de várias iniciativas, tomadas também em outras regiões, que tentavam manter espaços para respirar 'ar limpo', no momento em que o governo achou por bem bater mão forte contra todas as vozes contrárias – e, se não estou enganado, é no dia 13 de dezembro de 1968, que foi proclamado o Ato Inconstitucional do Brasil, que proibia manifestações, proibia passeatas, cassou direitos políticos, deu ao Presidente o poder de cassar direitos políticos e de suspender, unilateralmente, os direitos individuais. Pois bem. Foi marcada a palavra 'desenvolvimento', no INDES tirando a palavra 'promoção' que tinha sido proposta (como Instituto de Promoção do Desenvolvimento), preferindo não ficar muito expostos às críticas de representar uma temática mais comprometida nas mudanças sociais. O propósito do INDES era promover a melhoria das condições de vida e trabalho das camadas mais pobres da população. Era também o de contribuir para que essa promoção estivesse associada a movimentos e entidades outras, que tivessem a mesma finalidade e sensibilidade, e que, ao trabalharem as melhorias de vida, pudessem aí inserir um projeto de evangelização da população" (Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000). Tarefa do INDES, era a de oferecer cursos de caráter religioso e pedagógico, e assessorar as várias atividades da Arquidiocese na formação sistemática, como, por exemplo, aponta essa 'Carta de apresentação' de um curso oferecido pelo INDES, departamento de Ciências Religiosas. "Cursos oferecidos: Sagrada Escritura: Pe. Juarez Benício Xarier; Liturgia: Pe. Everaldo Peixoto Vasconcelos; Teologia da Igreja: Cristina Bloemer; Pastoral Especial: Vários." O documento é datado 6 de março de 1970, e assinado por Cristina Bloemer, voluntária alemã, em serviço na Arquidiocese por uma ONG européia. (Fonte: AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22: doc. 5). Outro exemplos nos ajudam a entender o tipo de serviço prestado pelo INDES: 1) "Treinamento de professoras primárias da zona rural (6-11 de maio de 1970), em colaboração com o departamento de ensino Primário do Estado; com a ANCAR, e com o departamento de Catequese da APA, na pessoas de Maria Amélia Costa" (Fonte: 'Planejamento. 1970', AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22: doc. 1). 2) " II. Objetivo específico: fundamentar teologicamente o papel dos cristãos nas transformações do mundo.

III. Atividades: .... Cursos sobre assuntos atuais de Igreja ... Curso superior de Teologia... Colaboração com a Secretaria da pastoral na formação de animadores dos grupos de Igreja Viva. ... Colaboração com a CAER na capacitação das professoras primárias para o ensino religioso ... IV. Metas: entre outras: 'Colaboração nos cursos de animadores de grupos de Igreja Viva cada vez que a Secretaria de Pastoral o solicitar' " (Fonte: 'Planejamento das atividades para o 1970', AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22: doc. 2). Citamos também os nomes das pessoas responsáveis pelas atividades do INDES, encontrados no cronograma das atividades de junho até novembro de 1973: Lourdes Carvalho, Irmã Gurgel, Frei Urbano, Frei Ranulfo, Francisco Trocalli, Frei Hermano,. Deodata Teixeira, Pe. Abath, Pe. Juarez, Anastácio, Marlene, Antonia, Cristina, Leônidas, Geriz" (Fonte: AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22: doc. 3).

"O INDES tinha uma direção, e vários departamentos - é ainda o Prof. José Loureiro que o precisa -. Tinha um Conselho, presidido pelo Arcebispo, e tinha uma Diretoria. Dessa Diretoria participavam o prof. Jackson, eu, e uns outros. Eu foi Diretor por um período. Iniciamos as atividades com a oferta de cursos de formação, exatamente. Para providenciar os recursos, mandávamos os projetos para a Alemanha, para obter o apoio financeiro necessário aos cursos. Esses cursos eram mais para a formação de lideranças, não cursos destinados diretamente à população. Não íamos, por exemplo, a um bairro oferecendo um curso ligado à Paróquia, porque a nossa preocupação inicial era com a formação de lideranças. Essa formação de liderança seria a busca de recuperar aquele pessoal que estava, em certo sentido, 'perdido'. Disperso em decorrência do desmantelamento, desmoronamento da Ação Católica em particular, pela opressão política, governista. A dispersão das liderança e a busca das lideranças de sua sobrevivência, de novos empregos, porque eles não podiam mais ter um emprego no setor público, no qual a maioria antes trabalhava, além da perseguição direta, desmantelou a Ação Católica local e os grupos mais ativistas. Eles tinham de lutar aí pela vida, e muitos saíram da briga, alguns médicos deixaram nosso Estado, advogados, bacharéis deixaram o Estado porque eles tinham que sobreviver. E, por fim, houve também a re-opção nossa, de alguns lideres do próprio movimento. Por exemplo, a opção minha e do Pe. Jackson, a dificuldade do Pe. Juaréz de atuar, pois ele também estava muito visado. Até Pe. Marcos pensou em sair daqui. Ele quis ir embora também. Houve uma repressão bastante acentuada. Dom José segurou muito na época. Foi o grande idealizador e estimulador do trabalho. Segurou o grupo diante da repressão pois os militares tinham muito respeito pelos bispos. Eles não molestavam muito os bispos, sendo que, no que concerne ao nosso, havia certa pressão" (Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000). Em 1970 foi nomeada reitora do INDES Luiza Erundina de Souza, que porém já em outubro do mesmo ano pedia ao bispo para ser dispensada do cargo, assim justificando: "Refleti muito e cheguei à conclusão de que eu era mais feliz e servia à Igreja com mais alegria antes, quando não exercia cargo de direção nem recebia salário. Sinto que essas coisas estão prejudicando minha liberdade interior e dificultando meu relacionamento com os outros membros da equipe ... Resolvi pedir ao Senhor me dispensar ... quero me sentir mais livre para uma ação voluntária e que não implique em responsabilidade de natureza administrativa. Acho que isto é que está me atrapalhando seriamente. Estou me tornando intolerante e bastante crítica em relação ao comportamento dos outros elementos do nosso grupo" (Fonte: 'INDES: Correspondência', AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22 doc. 7). O afastamento do cargo é solicitado novamente em um outro documento, por ela assinado, em data 25 de janeiro de 1971 (Cf. Fonte: 'INDES: Correspondência', AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22 doc. 8). Enfim, assinalamos, em um documento sem data e sem assinatura, as anotações da programação de uma Escola de Liderança (ELIPA), a atuar como ação conjunta da APA e do INDES: "1. OBJETIVO DA ESCOLA. Ao assumir a Arquidiocese da Paraíba uma das primeiras preocupações do seu atual titular foi a de organizar vários grupos de trabalho, integrados de sacerdotes e de leigos, com o fim de efetuar um levantamento geral e global de todos os problemas com que se defrontava a Arquidiocese, de forma a levantar dados capazes de ensejar a elaboração de um 'plano geral de trabalho' a ser posto em prática pela administração superior da Arquidiocese. Esse levantamento e o plano idealizado e mais

tarde elaborado e com sua execução iniciada, tomaram por base as linhas gerais de ação inscritas no 'PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO' que se constitui, sem dúvida alguma, o guia de maior importância ou o documento de maior significação jamais aprovado pelos bispos brasileiros com vistas à programação e ao planejamento das atividades de suas respectivas dioceses. Dentre as idéias e sugestões emergentes dos levantamentos feitos e dos documentos sujeitos à discussão, análise e críticas, destacou-se a de instituição na cidade de João Pessoa de um centro ou uma escola de lideres capaz de se encarregar do treinamento e da formação de líderes com atuação nos mais diferentes setores de atividade das comunidades inseridas no âmbito do território arquidiocesano.... 3. PLANO DE ESTRUTURAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA ... a partir de 1967, com a finalidade de realizar cursos específicos de treinamento e aperfeiçoamento de líderes, com a duração trimestral" (Fonte: 'Programação de uma escola de Liderança', AEP: CPa; DAPA; c/1 E 9 Cx 22 doc. 3).

No seu depoimento, o Prof. José Loureiro apontou também algumas considerações, que colocamos na conclusão dessa longa nota sobre o INDES: "O INDES não prosperou por uma série de fatores. Essas restrições às liberdades individuais influenciaram muito. Havia o problema da condição pessoal de insegurança das pessoas, e muitas se viram com dificuldade de se encontrarem, e cada um foi mais ou menos tentando a sua alternativa de vida. Nós da Igreja tínhamos uma boa segurança, porque nós estávamos sob o manto da segurança da Igreja, mas o pessoal leigo tinha mais problemas. Nós podíamos sair daqui e ir trabalhar na Europa como padres católicos, mas as outras pessoas não tinham o que fazer. Essas pessoas estavam muito visadas. Eu me lembro, e o posso citar, do Dr. Ronald Queiroz, que hoje é secretário do governo e é presidente do SEBRAE, e que colaborou conosco na época. Também colaboraram conosco Luíza Erundina, Cristina (uma voluntária alemã) e Vilma Castañedo. Erundina era na época professora da Escola de Serviço Social agregada à UFPB, e quando a escola passou para a Universidade Federal fomos cortados: a minha pessoa, o Pe. Marcos, Pe. Juarez, o Professor Jackson. A própria Erundina teve que ir embora para São Paulo. Todas essas pessoas foram assim buscando, em outros lugares, como sobreviver naquela fase. A turma ficou assim dispersa e ficou difícil reuni-la depois. Já a partir de 1972, não dava mais para garantir um trabalho significativo como o INDES. Também uns saíram por amadurecimentos pessoais, como no meu caso, ou no caso do Prof. Jackson. Outra pessoa que colaborou um pouco também na reflexão daquela época, foi Rui Gomes Dantas, que é professor da Federal, já aposentado, e foi Secretário da Educação, recentemente. Ele é mestre em teologia" (Fonte: Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000).

[52] Perguntas como essas encontraram lugar no livrinho 'Igreja Viva' (4.6): "Você acredita num trabalho com massa humana, sem grupos que estejam conscientes? Como faríamos para que em nossa paróquia surgissem esses grupos conscientes que vão viver melhor uma Igreja Viva?" (Fonte: Livrinho 'Igreja Viva', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc.1).

[53] Esta era a percepção dos padres, à qual contrapomos o entendimento do bispo:
"Nós acostumados a uma hierarquia que determina as coisas. A partir de agora, a Igreja devia voltar a ser lugar de diálogo. E como a Igreja é povo de Deus, a hierarquia não deve tomar a frente, ela deve colocar as coisas, deve ouvir, deve oferecer os conselhos. O bispo está ali presente para que, no fim, ele diga uma última palavra, mas que não é a última palavra dele. É a palavra da comunidade com ele. Então se você entra neste espírito de diálogo, você busca ser presente em todos os encontros, nas reuniões, nos debates, para que no final a palavra definitiva seja não a de um, mas o próprio consenso (fruto também de discussões e de conflitos). Por exemplo o instrumento da assembléia diocesana nasceu para isso. A mudança não foi fácil. E houve padres que pregavam contra, leigos que não aceitavam" (Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999)
Achamos depois interessante também essa outra observação de Dom José: "O jeito de o europeu assistir às nossas experiências de Igreja, à vida da nossa Igreja às vezes pode ser o

de quem força uma realidade. Chega querendo que o povo aqui aprenda o catecismo, a doutrina, na mesma mentalidade européia, sem nem sempre respeitar o ser da pessoa. E também, por outro lado, querer levar para a Europa Comunidades de Base, uma Leitura Popular da Bíblia, como se faz na América, é querer forçar: não dá. O que dá é o seguinte. Nós vimos uma experiência, percebemos como eles vivem, e nos perguntamos: 'Como nós poderíamos, a partir dessa experiência, refletir sobre nossa vida? Há algo que tem que ser mudado, ou poderia ser mudado para ser mais fiéis, não à realidade do outro mas ao que vai aparecendo como 'o bom' para nós?'. Agora, como começou trazendo e impondo o evangelho assim como estava, dentro de uma cultura européia, isso deu um fracasso tremendo. Então a primeira evangelização deu no que deu. Poderia ter tido outro resultado se tivesse aproveitado aquilo que aqui já havia. A partir daí, depois, vem todo o problema da educação que em nosso modo de ver consiste em ajudar o povo a descobrir seus valores e a colocar em comum este valores" (Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo horizonte, 2 de outubro de 1999).

[54] Entre outras *Ironias da educação*, Pedro Demo fala de uma experiência de educação inovadora em um colégio particular levada à frente por alguns professores com o apoio do diretor. Ela deu bons resultados até convencer a maioria dos padres daquela turma, mesmo no começo eles ficando um pouco perplexos. As mudanças implicavam um novo conceito e modo de viver na sala de aula. A experiência não durou muito, pois não conseguiu mudar a postura geral do colégio, pela resistência dos demais professores. Foi suficiente a saída do diretor, '*daquele diretor*', para que a experiência acabasse. "Tudo poderia ser mudado, menos a aula ...", anota Pedro Demo. Mas, mais do que os convencimentos teóricos, o que influenciou esse fracasso foi a inveja, talvez a preguiça, e, sobretudo, o medo de outros professores: "A convicção de que é preciso mudar foi menos forte do que o medo de mudar. ... [Mostrando que] em primeiro lugar, não está a aprendizagem do aluno, mas o ponto de vista do professor [e os seus sentimentos – acrescentaríamos nós]" (DEMO, 2000: 43-45 passim).

[55] A determinação da Igreja como *Povo de Deus*, no livrinho, ainda frisa com uma certa ênfase uma posição privilegiada do cristianismo diante das outras experiências religiosas, mesmo em uma visão mais tolerante e benévola. Mas tal diferenciação, a nosso ver, era valorizada mais no sentido de um convite a uma fé atuante do que marcar diferenças substanciais com as outras religiões. Como nos parece testemunhar essa parte do texto: "Os homens sempre procuram entrar em contato com a divindade. E o fazem de vários modos, conforme a idéia que cada um tem de Deus ... Uns preferem os terreiros de Umbanda, Xangô, ou coisa semelhante. Outros apelam para a ajuda dos espíritos. Outros fazem seus próprios deuses e os adoram. Os cristãos cultuam a Trindade por Jesus Cristo, o grande mediador. O culto cristão, porém, não é somente um gesto de adoração e súplica, mas exige que a pessoa realize na vida aquilo que faz pela fé" (2.5) (Fonte: 'Livrinho 'Igreja Viva', AEP: CPa; DAPA; d/1 E 9 Cx 23; doc. 3).

TERCEIRA PARTE

"A GENTE SABE QUE É ISTO QUE É IGREJA VIVA"

HISTÓRIA DE UM GRUPO CRISTÃO DE BASE. MOGEIRO, PARAÍBA. (ANOS SESSENTA – SETENTA)

"Como o senhor mesmo disse o nome:
'educação popular',

quer dizer, dum jeito
que pudesse juntar
o saberzinho da gente, que é pouco,
mas não é, eu lhe garanto;

e ensinar o nome das coisas
que é preciso pronunciar
pra mudar os poderes.

Então era bom. Então era.
O povo vinha [na escola].
Vinha mesmo e havia de aprender.

E esse - quem sabe? -
é o saber que tá faltando
pro povo saber?"

(Antônio Cícero de Souza, '*Ciço*',
in BRANDÃO, 1987).

III.0 INTRODUÇÃO

* "Muitas pessoas da Igreja foram detidas, na época da ditadura, pelo próprio trabalho da Igreja. Na maioria eram agentes de pastoral. Um caso foi o de uma professorinha do interior, da paróquia de Mogeiro, que era na ocasião a dirigente da comunidade. Ela foi presa na casa dela, e levada para a Polícia Federal. Foi interrogada durante o dia todo, sob a acusação de que estavam fazendo reuniões, e que havia pessoas de fora interferindo. Então queriam saber quem é de fora que estava orientando as reuniões.

Ela disse: 'É ninguém de fora não. - pois era o vigário, o Pe. João Maria Cauchi, que eles procuravam banir do país - Ele apóia a gente, mas não é ele que prepara as reuniões com a gente'. 'É o bispo, então?' 'Ele só dá o Centro de Treinamento, que coloca à disposição sem cobrar nada, e às vezes coloca à disposição também o dinheiro para as passagens.' 'Não! Tem alguém de fora! Quem é ?'

Aí a Anunciada teve um estalo - Dom José, contando, ficou entusiasmado, num misto de admiração e alegria - 'Agora ... quer saber quem é de fora ? O senhor quer saber quem é de fora que nos está orientando ... ?' 'É isso mesmo: fala, fala!'

'Olha, para o senhor pode ser de fora, para nós não é. Quem orienta a nós é Nosso Senhor Jesus Cristo.'

Ela é magrinha. Foi pega pelos braços, dizendo: 'Você está abusando de mim.'.

'Estou não; estou não senhor. O que estou falando é a verdade. Para entender isso precisa ter fé. O senhor não entende porque não tem fé.'

O cara era inteligente, e diante dessa resposta não fez pergunta nenhuma e a libertou. O carro na frente a levou logo ao Centro e lá ela, cansadíssima, nos contou como é que foi a coisa.

Era gente do interior. O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais também, foi preso e foi para o agrupamento de engenharia. E perguntaram: 'O que é que você anda fazendo para o interior ?' Ele disse: 'Olha, a única coisa que eu faço é anunciar o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo aos meus companheiros, para eles se organizarem para sair dessa situação'.

Então as pessoas simples iam com muito mais tranqüilidade nos interrogatórios do que os outros estudantes universitários, por exemplo, que ficaram lá se tremendo.

Eles respondiam com maior tranqüilidade. E houve diversos que foram presos" (Dom José Maria Pires) [a]

[a] Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.

** "As paróquias onde o trabalho [da Ação Pastoral 'Igreja Viva'] teve mais evidência foram, por quanto eu lembro, Areia, Remígio, Itabaiana, Mari, Mogeiro, Guarabira, Alagoa Grande (com Pe. Cornélio), Serraria, Serra da Raiz, Mamanguape. ... Poderia ser interessante pesquisar o que aconteceu em Mogeiro, ou em Salgado de São Felix.

Lembro uma experiência importante daquele movimento, que aconteceu em Itabaiana, quando uma comunidade toda se mobilizou na frente da repressão militar. Cento e tantas pessoas foram para lutar por duas pessoas injustamente perseguidas da comunidade de Mogeiro, ou de Salgado de São Felix, e que o delegado e o Juiz de Itabaiana chamaram sob a acusação de movimento subversivo dentro da comunidade. A polícia foi lá, mas o povo foi ao redor pedindo para ir junto com eles, pois eles diziam: 'Não são só eles os responsáveis, mas todos nós'.

Cercando o carro, formaram uma procissão, uma 'Romaria'; e foram todos até Itabaiana. Mas quando a turma chegou na cidade, o Juiz não estava esperando. Com efeito, na hora marcada, ele constatou o atraso e se foi embora. Aquele gesto foi uma coisa bonita; nunca vimos antes uma atitude dessa na nossa Igreja. Eles pediram ajuda, cansados com uma caminhada daquela, com fome. Não tinham nada para comer, e com muita chuva. O delegado arranjou uns alimentos, e o povo decidiu voltar de pé, ainda com muita chuva, mas com muito fervor. O delegado, ficando com medo, conseguiu um dinheiro para algumas lamparinas para a volta, pois já era noite.

E há, na volta, uma cena parecida a uma cena bíblica. Logo saindo da cidade a chuva começou a ser pesadíssima, mas eles iam à frente, com cânticos e ladainhas. Tiveram que atravessar um riacho que, por tanta água pega, apavorava, especialmente para as crianças e as pessoas velhas. Ficaram com medo de passar, então alguém inventou: 'Vamos passar como os hebreus passaram pelo Mar Vermelho? Cada um dá a mão um ao outro...'.Resolveram assim fazer uma corrente de pessoas, rompendo a correnteza da água, e cantando atravessaram.

É um sinal de como o pessoal interpretou e entrelaçou vida e fé. Luta e sofrimento contra a frieza de muitos. Nunca vi coisa tão bonita. E o que significava aquilo? Foram bem evangelizados, não é? Anunciaram o poder de Deus contra todas as oposições, que foram muitas" (Everaldo Peixoto) [a]

*** " 'Igreja Viva' !? Não.

A gente se chamava de 'grupos de evangelho na vida'. Só que a gente sabe que é isto que é a Igreja viva" (Dona Anunciada) [b]

---

[a] Fonte: Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.
[b] Fonte: Depoimento de Dona Anunciada, Mogeiro, 11 de janeiro de 2000.

O que é que aconteceu em Mogeiro[2] para suscitar tanta admiração e uma lembrança tão nítida e entusiasta por parte do bispo de então e do coordenador das atividades pastorais da Arquidiocese da Paraíba, repensando os últimos anos da década de Sessenta?

A nossa idéia inicial era a de contatar um grupo de 'Igreja Viva' para registrar uma outra visão da experiência, vista por baixo, e os responsáveis daquela Ação Pastoral nos indicaram um grupo em Mogeiro. Fomos à busca deste grupo, mas aí tivemos a surpresa.

Com efeito, não encontramos pessoas que atuaram como 'Igreja Viva', mas um grupo com uma sua história autônoma, até hoje bem ativo. Na hora ficamos um pouco perplexos, sem saber se continuar nossa pesquisa com eles ou procurar outro grupo. Decidimos conhecer melhor esse grupo, e aceitamos situar-nos no meio desse encontro casual. Percebemo-nos logo dentro de uma ironia, pois nos encontramos com um grupo 'vivo de Igreja', que era lembrado como grupo de 'Igreja Viva', mesmo não tendo participado diretamente daquela experiência. Escutamos e registramos então a vida desse grupo, e com eles fomos aprendendo da história.[3] Os depoimentos se tornaram lições de sabedoria e de pedagogia, de pedagogia popular, e as lembranças quase saindo da presa do tempo se tornaram estímulos de atenção e reflexão sobre a atualidade. Sem saudosismo, e sem pretensões de verdade.

Escutamos uma história, bem contada e do sabor de uma lenda, ao mesmo tempo em que nunca parecia se afastar dos acontecimentos. E, como acontece com os mitos, frutos de estórias contadas e escutadas inúmeras vezes, as palavras de Dona Anunciada, Renato, Seu Isac, Manassés, Manoel, Dona Inês, e João Martins, de um lado, e as de Everaldo e Dom José, do outro, quase pareciam as mesmas. Assim, ao nosso escutar. Era como se a força da realidade, pela força afetiva do respeito e da estima, impedisse aos contos de sair demais do acontecido. Houve também fatos contados mais vezes, mas nunca repetindo: sempre novamente contando. Como se, cada vez, fosse uma nova 'dica' para o dia presente, uma nova e antiga lição de vida e de fé. Pois as repetições cansam na escrita, e por isso têm que ser tiradas, ou 'amaciadas'. Mas nunca nos cansaram na escuta, pois, cada vez, as mesmas palavras soavam diferentemente.

Escutamos e transcrevemos uma narração, sem nos preocupar com a 'veridicidade' dessa história. É a história deles contada por eles. Uma história que eles contaram com verdade, e que eles têm direito de defender como sua verdade. Ao lado, ou até contra outras posições, mas reconhecendo-lhes, com o mesmo respeito, o direito de se pensar *diferentemente* como verdadeiras. Só pedindo que nenhuma dessas 'verdades' se apresente como '*a*' ou '*única*' verdade, pedindo à outra que se submeta à sua versão.[4]

Deixamos, então, esse capítulo às palavras de Dona Anunciada, Isac, Renato, Manassés, Dona Inês, Manoel, João Martins. O nosso trabalho, compartilhado com eles, foi o de organizar o texto, de tirar as repetições, acrescentar algumas notas, ou umas sugestões, e apontar outras leituras, para que o leitor possa melhor escutar, e se situar curioso nos arredores dos eventos narrados.

Tentamos, de certa forma, a síntese sugerida por Ciço que colocamos como introdução desta parte. Ou seja, tentamos aqui juntar o 'saberzinho' do pessoal de Mogeiro, '*que é pouco, mas não é, eu lhe garanto*', à arrumação, à apresentação, e às integrações que vêem da nossa atitude e trabalho intelectual.

'*Quem sabe?* - é a nossa esperança - *não seja este o saber que tá faltando, para o povo [melhor] saber.*' O *povo*: eles e nós, diferentes e juntos.

III. 1.0 OS DEPOENTES

Meu nome é **João Martins de Farias**, nascido e criado na Serra onde Seu Manassés também mora há muito tempo. Há quatro anos que saí de lá, e estou na Fazenda Mendonça acampado com os trabalhadores. Estamos na luta há quatro anos.

Eu sou **Manassés Luciano Rodrigues**. Agora, eu não nasci aqui não. Sou Pernambucano. Casei e vim morar aqui, não na cidade mas num sítio.

Eu sou **Isac Luciano Rodrigues**. Também sou pernambucano, mas já faz muito tempo que eu moro aqui em Mogeiro. Mais de quarenta anos. Sempre trabalhei, e continuo trabalhando aqui no município. Agora estou no assentamento João Pedro Teixeira. Sou Presidente do Sindicato há catorze anos.

Eu sou **Maria Anunciada da Silva**, moro aqui mesmo, em Mogeiro, e sou Secretária do Sindicato.

Eu sou **Maria Inês Rodrigues**, e moro em Mendonça, nasci em Mendonça, e sou a esposa de Renato. E faço parte do movimento.

O pessoal me chama de **Renato Luciano Rodrigues**, e fui batizado com o nome de Renato, e sou pernambucano. Sou irmão dos dois, de Isac e Manassés também, e moro, faz uma fração de tempo, em Benta Hora, no município de Mogeiro. E agora, atualmente, estou vivendo em Mendonça, uma área de assentamento. Faz quatro anos que a gente vive por lá. Inês é a minha esposa. Eu sou casado com ela.

Meu nome é **Manoel João da Silva**, e o meu apelido é de Manoel Brincou. Sou paraibano, nascido aqui, na serra da Benta Hora, e hoje moro aqui na cidade. Sou casado. E, apesar de não me acostumar com a vida da cidade, estou por aí. Faço parte da diretoria do Sindicato como segundo secretário, e faço parte também da luta do Movimento dos Trabalhadores, e, isso pra mim é importante. Eu acho que muito importante pra mim é conviver junto com a comunidade, junto com o Sindicato, junto com a Igreja, junto com os trabalhadores.



Fig. 8. O 'Grupo de Mogeiro': João Martins, Isac, Inês, Anunciada, Renato, Manoel e Manassés.

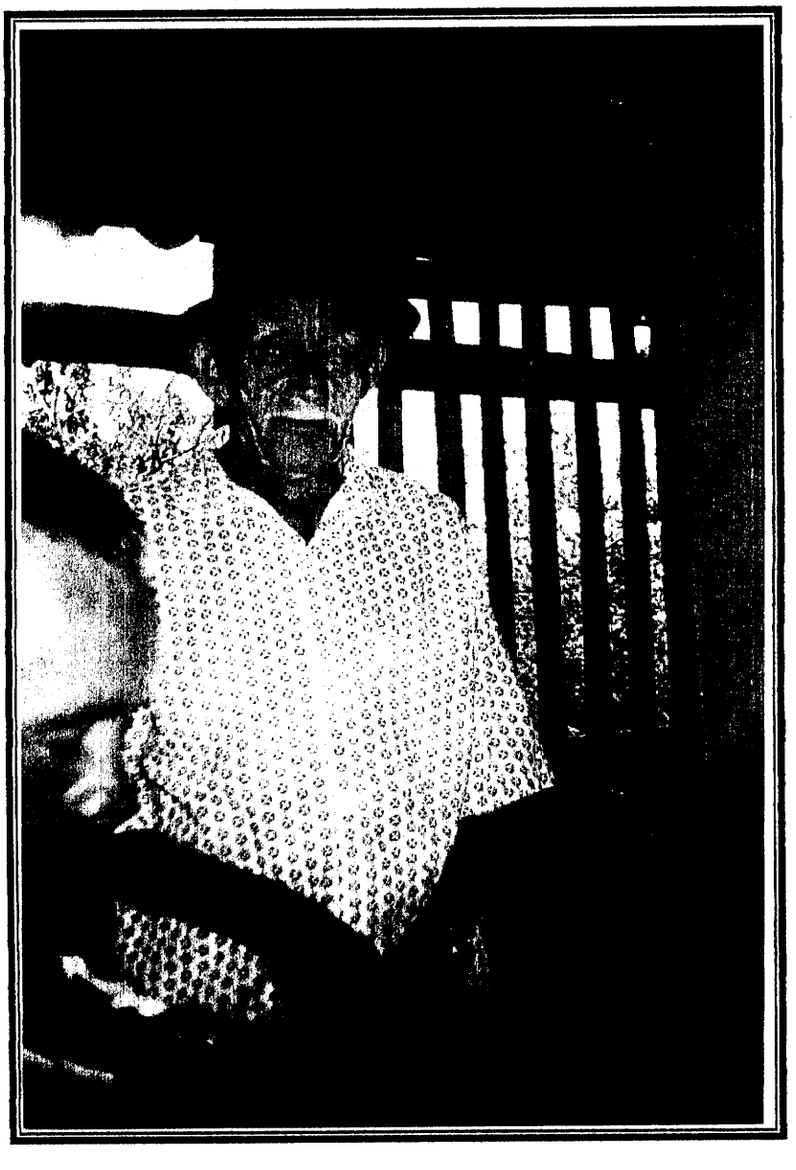


Fig. 9. Manassés.



Fig. 10. Anunciada e Isac. No fundo, a serra onde moravam nos anos sessenta.



Fig. 10. Anunciada e Inês.

CAPÍTULO III.1
E AÍ FOI QUE COMEÇOU A LUTA, E COMEÇOU TAMBÉM A PERSEGUIÇÃO

O senhor me chamou [a 5]

1. Então o Senhor me chamou,
para a luta que vai começar.
Eu tenho que ir com meu povo,
quando Deus quiser
tudo vai mudar.

2. Precisa criar outra vida,
e o mundo assim vai melhorar,
que todos se dêem os braços
para um mundo novo,
que vai começar.

3. Companheiro do meio rural,
é Cristo quem liberta.
Crianças, jovens e adultos
todos em conjunto,
para trabalhar.

III.1.1 A LUTA COMEÇOU ALI, PELO ANO DE 1968

[Isac] A gente começou uma luta aqui. A gente começou pelo Círculo Bíblico. Daí começou. Da leitura da Bíblia foi que a gente começou a fazer um trabalho de ação, um trabalho de ajuda. O Círculo Bíblico começou com a chegada de Pe. João Maria[6] aqui em Mogeiro, e juntamente com Socorro Barbosa[7], que ajudou muito a gente.

[Dona Anunciada] 'A luta começou ali, pelo ano de 1968.[8] A nossa luta começou quando o padre chamou Manassés. Chamou-o para rezar o terço, para convidar o povo para ler a Bíblia nos domingos, e para discuti-la. Lá, no sítio, em Guararema. Aí, quando foi depois, ele perguntou a Manassés se havia outra pessoa que gostava de ler a Bíblia, que gostava de rezar o terço. Manassés disse quem era eu. Porque o meu pai era um homem muito virtuoso, e eu acho que o que tenho hoje veio muita coisa dele. Aí, pronto; deu o meu nome.

[Isac] E eles fizeram começar um Círculo Bíblico lá no sítio, no sítio Guararema, que foi o primeiro. Depois foi se expandindo, para os sítios Benta Hora, Mangueira,

Granjeiro, não é? E aí se começou naquela luta, fazendo umas açãozinhas, em direção de uma casa de uma pessoa que tinha a casa caindo, de uma outra pessoa pobre ...

A gente ia arrumando, juntando gente. Com poucos, com menos de um ano, a gente já tinha mais de cem pessoas que se reuniam aqui num sítio, em um outro, em Benta Hora. Então, em qualquer sítio que a gente ia, conseguia reunir e refletir a Bíblia com o pessoal. E, a partir da reflexão, no decorrer da semana, a gente fazia aquelas ações, até construir um pedaço de estrada que estava ruim. Porque a gente, além da reunião, tinha ação também. E, principalmente, a gente ajudava os mais necessitados. Fazíamos a estrada, para reunir o povo, porque na serra o caminho é muito ruim, e a gente fazia a estrada que ficasse boa de carregar as cargas, e boa para gente andar mesmo. É depois que a gente descobriu que nós estávamos fazendo aquilo que não era serviço nosso; que a gente tinha que partir para obrigar as autoridades. Quer dizer, obrigar no sentido de exigir das autoridades responsáveis as providências necessárias. Sabíamos que isso era assunto do prefeito, mas o interesse da gente era tão grande que a gente ia fazer, com trabalho de mutirão.

E aí foi que começou a luta e começou também a perseguição. E chegou até o ponto de Manassés e Dona Anunciada ser presos pela Polícia Federal e foram depor lá em João Pessoa, no departamento da Polícia Federal. Agora, Manassés sabe a data de quando começou este trabalho. Eu não sei bem. Sei que foi no mês de fevereiro.

III.1.2 COM O MENINO, COM ISAC, COM A MINHA ESPOSA, TIVEMOS UMA CONVERSA ... E EU VIM E ACEITAMOS

[Manassés] Começou no dia 26 de fevereiro. Como Seu Isac disse.

Começou por mim, aqui com João Maria. Eu sou guardador, não é? Um dia que eu ia para Mogeiro, ele disse que tinha um negócio pra mim. E o negócio foi esse, para eu reunir o povo e fazer uma reunião, um Círculo Bíblico. Eu disse: "Mas, eu não tenho capacidade para fazer isso!" "Tem, você tem."

Antes disso eu já rezava novena, o mês de maio, as romarias. Fazia de tudo. E com esse negócio, aí começou. Eu disse ao padre, que não podia, que eu não tinha capacidade para isso. Mas ele insistia: "Você tem!" "Mas eu vou para casa, vou pensar, e depois eu dou uma resposta." E assim fiz. Quando cheguei, com o menino, com Isac, com a minha esposa, tivemos uma conversa: então, dá para a gente conseguir.

E eu vim e aceitamos. E começamos no dia 26 de fevereiro a reunir o povo, com a Anunciada e Renato.

[Isac] O ano? Agora esse eu lembro. Foi sessenta e nove.

---

[a] Fonte: Depoimento coletivo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro, 2 de novembro de 2000.

III.1.3 EU NÃO SOU UM HERÓI, NEM SOU MUITO FORTE NA LUTA

[Manoel] Eu comecei assim. Estava em casa, nesta mesma época, e chegou um companheiro, um dos companheiros, e perguntou a mim se eu aceitava uma reunião na minha casa. Eu já estava sabendo, por alto, por longe, e aceitei. "Venham a fazê-la na minha casa."

Eu morava no sítio, lá na serra da Benta Hora. E aceitei, e marcamos o dia. O companheiro chegou lá em casa, e fizemos o trabalho, o Circulo Bíblico. Foi uma conversa muito longa. Para começar tem que ir aos poucos. Aquilo, com certeza, com certeza hoje o reconheço, e agradeço, não foi por aquela pessoa que aconteceu, mas foi a pessoa de Deus, foi o Espírito de Deus, que veio naquela pessoa para fazer o convite pra mim. E eu aceitei, e os caminhos se abriram. O mundo clareou, com a luz do Espírito Santo, e a partir daí eu me juntei com o grupo, com essas três pessoas. O primeiro a fazer o convite foi o companheiro Manassés. Foi ele que fez a proposta, e perguntou para mim se aceitava. E a partir daí se juntou, e me juntei com os três que começaram, e estou aí. Eu não sou um herói, nem sou muito forte na luta, mas os companheiros que lutam têm meu apoio. Eu acredito na luta, eu acredito na luta que a gente não vai fazer um trabalho só de reza durante aquelas palestras que nós tínhamos no Círculo Bíblico. Então, como já foi dito, o trabalho de Jesus Cristo não era só rezar, não era só caminhar chegando lá e voltar, mas o Espírito Santo ensinou a cada um de nós o jeito de nós trabalhar, o jeito – quer dizer a maneira, não é?, de nós procurar o direito.

Então foi por aí que a Bíblia nos ensinou como era aquela forma de nós procurar os nossos direitos, dividindo a terra como irmãos, como filhos de Deus. Mas, quando a gente procura os nossos direitos, os homens no poder não querem, não querem não. Como, infelizmente meu Deus, o ex-presidente de nosso sindicato, já falecido, Senhor José Domingo de Souza, conhecido como Zé Coelho. Eu não lhe quero mal, mas eu tenho a certeza que foi ele que ao invés de juntar o povo pra luta, para uma luta digna, para uma luta junto com Deus, foi ele que fez com que cada um de nós fosse perseguido. Isso nasceu dele.[9] Quero dizer, ele que não estava entendendo da luta, ele que não gostava da luta, ele que não gostava do trabalhador. Aí, com certeza, foi ele que denunciou de nós que vivíamos na luta. Por ele não conhecer da história, porque dá para acreditar que foi ele, que aqui, nesta sala aqui, nesse salão, convidava o coronel do exército, que todo mundo ficava caladinho. Que até que me lembro que um dia eu falei de uma proposta aí, e o meu padrinho, Manoel Severino, me disse: "Você não sabe quem é esse?" "Eu não sei não." "Esse é um coronel do exército! Não pode ..." "Ah, é?" – eu disse.

Mas nem por isso a luta terminou, a luta acabou. A coisa foi mais além, a gente se encorajou muito mais do que antes, a gente viu que o trabalho merecia nós fazê-lo. E então aí, as pessoas que perseguiram o trabalhador já se foram, já morreram. O presidente, o de antes, morreu também. Um delegado, que perseguia a gente, também já se foi. E nós estamos aí! E Manassés, com oitenta e tantos anos, está aí!

Então eu acredito que toda esta luta, toda esta história nasceu do divino Espírito Santo, porque ele estava vendo que aqui na região, no setor, no sítio, na cidade, merecia plantar uma semente, e esta semente brotar, crescer e dar fruto.

III.1.4 EU AJEITAVA O QUE SE FAZIA COM AS MULHERES

[Inês] Eu lembro que acompanhava a minha colega Anunciada, nas reuniões que a gente fazia. E Renato também acompanhava a gente, na reunião que a gente fazia com as mulheres. Depois a gente se juntou na comissão, e ajeitava o que se fazia com as mulheres, e a gente ia para a reunião a discutir esses problemas com os meninos.

III.1.5 EU FUI VENDO QUE AQUELA LUTA ERA IMPORTANTE

[João Martins] Acho que do que o pessoal falou, Dona Anunciada, Seu Manassés, Seu Isac, Seu Renato, Manoel, nessa época eu ainda era criança, e não entendia bem, quase nada. Mas com o passar do tempo eu fui vendo que aquela luta era importante para a comunidade, não é? E eu fui convidado para a catequese, depois para o grupo de jovens, e aí, isso foi despertando em mim a consciência de que eu também devia fazer parte daquela comunidade. Então ingressei no grupo de 'Evangelização Rural'. Todo mundo nos domingos à tarde, nos sábados, o pessoal era convidado a participar das reuniões do 'Movimento de Evangelização Rural'. Tudo começou por aí. A gente fazia, lia a leitura da Bíblia, depois fazia a reflexão, e daí começava a ajudar os companheiros, as pessoas necessitadas. Não só ajudar, mas também conscientizar de que eles tinham direitos, direito a viver, direito à terra, à saúde, à educação. E isso foi, isso fez com que a gente crescesse na nossa luta, no nosso movimento. E a nossa caminhada passou a crescer. Pessoas passaram a nos apoiar, a nos acompanhar.

Então, tudo isso, toda essa perseguição de que os outros falaram, até Seu Manassés e Dona Anunciada ser presos, isso era pelo fato da gente mostrar, procurar, conscientizar que os trabalhadores dentro do Município não podiam ficar escravos, como viviam. Tudo isso mexia com a sociedade, principalmente com o latifúndio, com os fazendeiros. E acontece que essa perseguição não fez com que a gente parasse nessa caminhada. Hoje essa nossa luta cresceu. A cada dia que passou, esse grupo foi crescendo, e a gente sabe que nós aqui temos uma história, nas manifestações, nas mobilizações, na ocupação aqui na prefeitura, cobrando

ao prefeito os nossos direitos. Também não só aqui, mas em outro município a gente procurou ajudar companheiros que lutam por terra e por salário. Eu acho que a nossa caminhada ela tem, teve e tem, esse sentido, essa finalidade. E a gente, tudo o que a gente fez, foi baseado, e é baseado, na palavra de Deus. Agora, não é assim um religioso ou uma religiosa alienado, que não procura se organizar, que não procura despertar nos companheiros a ver que eles têm direito, a lutar pela vida. Então acho que tudo o que a gente fez e faz, até hoje, é baseado no Evangelho.

III.1.6 QUANDO A GENTE TOMA CONSCIÊNCIA, NÃO PODE DEPOIS FICAR CALADA

[Isac] A gente cresceu com orações, com romarias, porque uma parte que eu acho bonita e importante é ter sempre um terço, que é o sinal da vida. É um sinal importante, que fala de Deus onde eu estou. Como a minha Bíblia, assim o meu terço. E onde eu estiver meu terço estará comigo, em casa, no trabalho. Onde eu estiver, ele está comigo. Gosto de rezar, mas eu sinto que a gente tem que fazer as coisas. A gente só pode orar depois da ação. A gente tem uma ação e depois vai orar. E é porque a gente tem três períodos, a gente tinha que se reunir antes da ação, durante a ação e depois da ação. Agindo e rezando.

[Dona Anunciada] Rezar e agir, faziam crescer a gente. E quando a gente toma consciência, não pode depois ficar calada. Não pode, não. Olhe, é uma agonia quando a gente vê as coisas e a gente descobre as causas, o porquê acontece, e a quem está beneficiando. Aí, a gente não pode parar não, a gente não agüenta parar. A nossa história começou de um nada, a aí a gente vê como Deus é tão bom. Porque quando Deus fez o mundo, lá no Gênese, ele criou de um nada, por sabedoria dele. E toda pessoa que quer lutar para o bem, também começa as coisas do nada, e tem grande significado.

Queríamos lutar, porque religião não é só rezar, fazer procissão; não é só rezar terço, ir a missa, não é só se confessar. Mas religião é que tenha o evangelho na vida, não é isso?

[Isac] Agora, é também verdade que sem a gente rezar um pouquinho, não dá certo não. A gente tem que agradecer a Deus, celebrar. Porque na oração é que a gente vai agradecer a Deus por aquilo que a gente está fazendo. E por aquilo que a gente está vendo: que Deus está na nossa frente caminhando com a gente.

III. 1.7 FALÁVAMOS EM TERRAS, DO POVO MORRENDO DE FOME

[Manassés] Começou assim; com os primeiros encaminhamentos, as primeiras reflexões. E foi daí que também surgiu uma perseguição. Surgiu a perseguição, que foi uma coisa que nunca tinha acontecido aqui nesta área. Começou a perseguição com esse negócio. Porque, nas reuniões, aí falávamos em terras, do povo morrendo de fome, saindo da

propriedade, saindo do sitio para ir à rua; aí com esse negócio.[10] E eles tinham um puxa-saco escorregado, um espião. E com esse negócio começa a perseguição. Então deram com a Anunciada.

CAPÍTULO III.2
"QUE FOI QUE MINHA MÃE FEZ PARA ELES A PEGAREM ASSIM ?"

Eu sou roceiro [a]

Refrão: Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
Tenho a mão calejada meu Senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão.
Não sei onde é o Brasil do lavrador.

1. Só tenho a enxada e o título de eleitor
Para votar em Seu Fulano educado
Que nada faz pelo pobre agricultor
Que não tem terra pra fazer o seu roçado

2. Este Brasil é do tamanho de um continente
Mas não tem terra para o homem de mão grossa
De Norte a Sul, do nascente ao poente
Vivo à procura de um lugar pra fazer roça

3. Onde estou só encontro tapiá
Às vezes fico sem saber para onde vá
Mas este Deus de sombra e água fria
Ou é de todos ou um dia passará

4. Escuto o rádio fico cheio de alegria
Quando se fala que a Reforma vai chegar
Espero um ano espero dois e só se cria
Falsos projetos para poder nem tapiar

5. Sou um soldado retirante, sou medalha
Sou estrangeiro quando pego a reclamar
Sou camponês que uso tanga e sandália
Sou brasileiro só na hora de votar

6. Eu sou comprado pra cem gramas de sorriso
Mas sou crismado com um grau de traição
Já vou fugindo dos que tem o rosto liso
Já que o meu é cheio de grutilhão

[a] Fonte: Depoimento coletivo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro, 2 de novembro de 2000.

III.2.1 ATÉ DE UM CHAPEUZINHO DE PALHA A GENTE BOTOU O VALOR

[Isac] Eu lembro que a perseguição começou foi por causa de um levantamento que a gente fez.[11] - [Dona Anunciada] É isso! -

A gente começou na reflexão e a gente descobriu os nossos direitos. Porque que o pessoal tem sofrido, sofre tanto, e tem muita gente aí que vive uma vida boa? E por que quem trabalha é que vive mal, e leva uma vida sofrida? A gente fez, por isso, um levantamento de tudo que a gente colhia, de tudo o que a gente plantava, da situação, e porque acontecia isso. Daí por diante foi que isso caiu nos ouvidos de alguns curiosos, e por isso começou a perseguição. Foi um levantamento que eu gostaria de pegar este relatório, mas não sei onde está agora ... - [Dona Anunciada] Se chamava 'Roteiro da produção'!

Um relatório em pormenores, que até de um chapeuzinho de palha a gente botou o valor: tudo, tudo, tudo.[12] Aí descobrimos que a gente vive machucada demais, que nós vivemos debaixo dos pés da burguesia. Aí começamos a exigir.

Aqui no Sindicato, o Presidente da época era um camarada da burguesia, que a gente vinha marcar a reunião com ele aqui, e ele tirava o copo de lado.[13] Eu insistia, e ele marcava a reunião; mas preparava já um grupo para confrontar com a gente, até que um dia Manassés marcou uma reunião com ele, que a gente queria discutir com o Presidente como representante dos trabalhadores, e quando ele veio, veio com um coronel do exército pra pisar a gente aqui. Ele trazia um gravador aqui, e queria que a gente falasse. E uma outra vez foi na casa de Dona Anunciada, que nós marcamos uma reunião lá no sítio, e ele chegou lá com outro maior do exército, não aquele que veio por aqui. Foi um outro.

- [Dona Anunciada] Foi o Major Maya. -

E lá foi a mesma coisa. Agora, quando a gente participava de uma reunião com o presidente sozinho, a gente o machucava pelos nossos direitos. Mas quando tinha uma representação assim, a gente fazia de bode, e ninguém 'não sabia de nada mais'. Mas mesmo assim, foi uma perseguição.

III.2.2 AQUELA LEIZINHA 4.504 ... É ELA QUEM AUTORIZOU A GENTE A SE ESTAR REUNINDO AQUI

[Manassés] É verdade. Quando tinha o gravador, eu não tinha condição de falar não. Eu preparo essa reunião, mas aí eu não falo. Então a perseguição continuou. E eu fui ao departamento. Foi investigado demais.

[Isac] A primeira prisão aconteceu em um dia que a gente estava na feira aqui em Mogeiro, quando a gente subia pra casa, que a gente morava lá na serra. Era domingo. Na sexta-feira antes, houve uma reunião lá em São Miguel de Itaipu, com Pe. João Maria. Aí ele

marcou uma reunião com a irmã Marlene[11] e com os trabalhadores de São Miguel de Itaipu. E fui eu, e um primo meu, lá, pra reunião. A reunião foi no sábado e no domingo, e chegamos lá na sexta feira à tarde. Logo na sexta feira, à noite, fomos preparar os trabalhos dos dois dias, e às sete horas da noite tinha um carro parado em frente à casa paroquial. O delegado e um policial ficaram lá o tempo todo, até a gente terminar a preparação da reunião; eles ficando lá, detrás do carro. Aí, quando, no outro dia, começou a reunião, quase no meio da reunião, ele [o delegado], chegou pra proibir, que a gente não devia se reunir sem autorização. Mas tinha um velhinho lá, que foi até presidente do sindicato, um tal de Zé Tônio, que disse "Delegado, nós estamos aqui reunido, sabe por quê? É por causa daquela leizinha 4.504 do estatuto da terra. É ela quem autorizou a gente a se estar reunindo aqui." Ele disse "É, mas eu quero saber quem autorizou." Seu Zé Tônio repetiu: "A Lei 4.504". Bom. Ele foi embora e não veio mais. Isso em São Miguel de Itaipu. Isso foi no sábado.

Então, no domingo da feira, quando eu cheguei aqui de manhã, e depois subi pra casa, a policia já estava de prontidão pra levar vocês, [Dona Anunciada e os outros].

[Dona Anunciada] Ela veio atrás de mim e de Manassés. Foi a primeira vez. Eu tinha descido pra rua para fazer umas comprinhas, e quando estava fazendo as minhas compras, chegou uma menina de luta, Margarida, e ela me disse assim: "Anunciada, a Polícia Federal subiu pra serra." Eu disse: "Pra onde?" "Não sei não, subiu pra serra". Aí, pronto. Eu já tinha feito minhas compras e ia subindo. Quando eu cheguei, lá na serra, eram mais ou menos umas doze horas. Cheguei em Mangueira, e lá vêem dois carros: um camburão e um outro carrinho. A mulher do Joaquim Silvino, que a gente se reunia com ele, já vinha nesse carro, com o Joaquim Silvino e o Inácio Simão. E a mulher do Inácio Simão vinha ciscando, correndo atrás do carro, porque queria ir também.

Eu ouvi quando disseram: "A mulher é essa aí." O cara parou o carro, e disse: "Entre! Entra aqui!". E eu ia. E uma menina minha, a Maria do Carmo, que era solteira na época, ela botou as duas mãos na cabeça: "Minha Nossa Senhora, que foi que minha mãe fez para eles a pegarem assim?" A estrada ficou cheia, de um lado para outro, como uma romaria Era cheia daquele povo todo, que vinha da feira. Pois quando o povo sai da feira, quase tudo é uma hora só. Aquele povão todinho. O povo parou pra ver eu entrar no camburão..

III.2.3 EU NÃO MATEI, NEM ROUBEI, MINHA FILHA. JESUS CRISTO PRECISA DE GENTE PRA TESTEMUNHA-LO

E eu disse à minha menina, à minha filha: "Você cale a boca, não chore não. Que eu não matei, nem roubei, minha filha. Jesus Cristo precisa de gente pra testemunhá-lo." Aí, o cara bateu e disse: "Gosto de você, assim animada". E disse falando à menina: "Você pode ir embora!" Eu disse: "Ela não pode ir embora não! Aqui onde eu moro é muito longe."

Eles já vinham da minha casa, já tinham se certificado do meu nome. Já tinham vindo da minha casa pois traziam mais um livrinho que eu tinha, da Lei. Assim entrei no carro, com a filha, e quando cheguei aqui na rua deixei a menina e a levou gente conhecida. O oficial, no caminho todo, era perguntando coisas, e eu só respondia: "Não sei; eu não sei disso não. Não vi, não sei." Quando chegamos lá era 6:00 horas da tarde. Naquela vez Manassés não foi. Eles se desviaram dele, porque eles vieram por uma estrada e Manassés subiu por outra.

III.2.4 NAQUELE TEMPO ERA PADRE MORTO A VONTADE

Naquele mesmo dia, naquele Domingo, quando o povo na serra soube que a gente tinha ido pra João Pessoa, e tinha sido preso, desceram da serra para a rua umas quinze pessoas. Desceram pra cá. Vieram para saber aonde era que a gente estava, o que tinha acontecido; e Pe. João Maria disse: "Eles foram presos, mas vocês não têm o que fazer agora. Vocês têm que ir embora e esperar o que vai acontecer." Porque ele mesmo pensava que a gente ia entregar ele.

E ele disse: "Mas amanhã eles estarão todos em casa." Foi ele a dizer que 'amanhã de manhã eles estarão em casa' e outra coisa também. Pe. João mesmo pensava, e Zé Diácono também, que a gente ia entregar eles. Mas quando nos perguntaram quem foi que começou, sempre dizemos que foi a necessidade e a fome quem nos ensina a viver reunidos. Porque não envolvemos o nome de João Maria, nem de Zé Diácono e nem o de Dom José. Eles lutaram, mas a gente não envolveu. Pe. João, ele juntou esse povo todo lá na delegacia, esperando notícias. Pe. João Maria passou por um sufoco tão grande, meu Deus! Parece que ele pensava também que o povo que estava indo para João Pessoa, pego pela Polícia Federal, fosse arriscando a vida. Foi naquele tempo que era padre morto a vontade. Uma época que o povo sofria muito; teve muita tortura, muitas torturas.

- [Isac] Um rapaz que tinha um apelido de Cajá foi torturado. –

Pe. João nos esperava nessa mesma semana, pois a gente tinha chegado de um treinamento em João Pessoa com uma leitura da Bíblia que a gente refletiu uma semana todinha. Foi aquela em que Jesus Cristo enviou os setenta e dois, dizendo que não se preocupassem com o que precisava dizer, que na hora ele dá. Foi o que aconteceu. Olhe, é a coisa mais certa que tem na sua vida. Se você nunca passou por uma prova, você fique certo que no dia que você tiver fazendo um trabalho de Jesus Cristo, que você for perseguido, não se preocupe não, que na hora você tem tudo pra dizer. Não fica uma pergunta sem resposta.

III.2.5 Lá Não Tem Chefe Não. O Chefe Dos Trabalhadores É A Fome Que Eles Passam

[Dona Anunciada] Nós chegamos lá, em João Pessoa, e começaram a interrogar. Era eu, Joaquim Silvino, seu Inácio Simão, Tereza e Severino Dezoito. Nós cinco, a primeira vez. Lá, eles começaram a perguntar coisas; perguntaram coisas que eu não sei nem a linguagem deles. Linguagem muito alta que eu não entendia o que é que estavam perguntando.

Eu dizia: "O que é que o Senhor está perguntando?" "O que é? Ela agora endoidou? Ela agora não sabe nem o que eu estou perguntando?". Ele dizia assim. E foram muitas perguntas. Agora, só que a maioria das perguntas era para descobrir Pe. João Maria, ou Dom José, ou Zé Diácono. Eles perguntavam: "Quem se reúne com vocês lá?" Eu respondia: "São os trabalhadores."

"E quem é o chefe?" "Lá não tem chefe não. O chefe dos trabalhadores é a fome que eles passam lá, é o roçado que eles plantam e o proprietário bota o gado dentro pra comer, depois que a lavoura já é grande. É isso que faz a gente se reunir. É o foro alto demais. É ser obrigado a toda semana dar um dia de graça para o patrão. É isso que faz a gente se reunir."

"Quem é o líder? A cabeça de lá?" "A cabeça do nosso trabalho, da nossa discussão, é a Bíblia, é Jesus Cristo. Jesus Cristo é quem é nosso guia."

Aí, teve uma hora que ele não agüentou, vendo que eu, aquela simples figura, não dizia nada. Havia um gravador ligado na mesa, e eu sabia que a máquina estava gravando tudo o que dizia. Ele levantou-se, foi por trás de mim, me pegou por aqui e me disse: "Você vai falar, você vai dizer quem é o chefe, ou eu lhe mando pra escarrar patera!"-[Dona Inês] Ave Maria!-

"Você fale a verdade! Você não sabe que você pode morrer, não? Eu posso lhe dar um fim!" Desse jeito. E eu disse: "Você pode mandar quanto quiser. Mas use da justiça." "E aí - ele insistia mais -: quem é o chefe? Você vai descobrir o chefe. Você só vai se ver livre da gente quando descobrir o chefe!" "Eu já disse ao senhor, e o repito, tantas vezes quanto o senhor quiser. O chefe dos trabalhadores é Jesus Cristo. O senhor veja lá na Bíblia, que o senhor encontra tudo o que tem pra se viver."

Ele então me pegou assim e disse: "Vocês já venderam tudo o que vocês têm pra dá-lo aos pobres? É o que a Bíblia manda, não é? Que vendam tudo e o dêem?" Eu disse: "O que a gente vai dar, se a gente não tem? O que a gente tem pra dar é um quilo de feijão, e um quilo de milho; e um cozinhado de batata e macaxeira, quando a gente planta. A gente não tem que dar não, senhor. O que a gente tem já é tomado. É tomado porque além da gente trabalhar, pra deixar uma grande pastagem no campo, paga mais o foro da terra em que trabalhamos."

III.2.6 EU TIVE RESPOSTA PARA TODAS AS PERGUNTAS

Foi o Espírito de Deus que me guiou. Minha gente, olhe, camarada que luta, que ele acredita em Deus, que ele é católico, ele deve escutar a voz de Deus, que Jesus Cristo grita nos nossos ouvidos. Jesus Cristo grita! Olhe, no dia mesmo que eu estava sendo interrogada, que eu descobri que o que eles queriam é descobrir quem estava por trás, aí eu tomei uma decisão. Eu e Manassés conversávamos sobre isso: "Nós estamos disposto a morrer, viu Manassés. Jesus Cristo doou a vida, nós doamos a nossa, mas não descobrem o nome de ninguém." [15] Eu tive resposta para todas as perguntas. Quando ele queria saber quem era ou quem não era, sabe o que Deus botou na minha cabeça nessa hora? Que eu começasse dar nomes, porque ele queria saber o nome de quem estava aqui, e eu comecei dar o nome de quem já tinha morrido, o nome de meu pai, que tinha morrido, o nome de meu tio, que já era morto, o nome de João Ramos.

"Aonde apreendeu isso?" "Aprendi na Bíblia." "Apreendeu com quem?" "Com meu pai." "Como se chama seu pai?" "José Maurinho de Ferreira." "Aonde ele mora?" "No cemitério. Já morreu." Depois ele perguntou, aonde apreendi também os nome de João Ramos, como o apreendi, e aonde João mora. "É aí em Mogeiro?" "Ele morava lá no município, mas já morreu, faz uns quinze anos, vinte."

III.2.7 EU NÃO QUERO UM REMÉDIO NÃO

Chegou depois a perguntar do início. "A gente tem que ter um início, e esse princípio é a Bíblia, a Palavra de Deus que é a Bíblia." E muitas outras coisas mais, tanto que, nessa hora que ele queria me mandar para escarrar patera, que me abanou assim, aí, quando ele me soltou, eu baixei a cabeça.

Aí ele disse assim: "Traz aí uma dose pra ela." Chegaram de perto lá uns caras trazendo uma dose, não sei se era de veneno; e chegaram e apresentaram um comprimido. "Eu não quero um remédio não. Tomo não, que eu não estou doente. Não vou tomar este remédio não, eu não estou doente." E eu não tomei o comprimido. Porque eu pensava, quando me abanou assim, me veio assim um negócio na cabeça, que ele me estava torturando que era pra eu dizer as coisas, citar os nomes de outras pessoas que estavam aqui, que estavam na luta. Mas que eu não disse nomes não, só disse os dos finados.

E outra coisa que ele perguntou, foi quando perguntou se eu conhecia muitos lugares. "Conheço. Eu conheço Mogeiro que moro lá, conheço Ingá, conheço Salgado de São Felix, eu conheço Itabaiana." E perguntaram: "E esse livro? Você arrumou esse livro aonde?". Era um livrinho da Lei e da Reforma Agrária.[16]

Eu disse: "Esse livro eu o arrumei no Giriquiti, no Recife[17]. - eu tinha um irmão que

mora lá, no Recife, naquela época - Foi me curar na casa de um meu irmão. Quando ia a sair, aí tinha esse livrinho, e eu estava lendo, gostei, aí trouxe para mim."

Disse: "Como é o nome do seu irmão?" "É José Laurinho Filho." "E aonde ele mora?" Disse: "Sei não. Eu sei que ele mora no Recife." "E qual é o bairro?" "Eu não sei o bairro. Recife é muito grande doutor! Recife é muito grande." Então ele disse: "E você já foi no exterior? Uma vez eu apanhei um ônibus vindo da Bahia e eu lhe vi no ônibus." E eu disse: "Eu não Senhor, não foi a mim que o senhor viu não. Quando os senhores me chamam de mentirosa, não é eu que estou mentindo porque eu nunca fui à Bahia." - Dona Anunciada lembrou disso sorrindo: Aí eu não disse assim diretamente: 'Mentiroso é você que disse que me viu e não me viu.'

E ele disse: "A senhora já foi no exterior!" "Ah doutor; eu moro lá, eu não moro na cidade não. Moro lá, no exterior mesmo da Paraíba." Respondi assim, porque teve uma hora em que eu me vi com uma angústia, com um ódio tão grande! Eu sabia que o exterior é fora do Brasil, naquela época eu fazia o LOGOS, já estava fazendo o segundo grau, mas eu quis confundir exterior com interior,[18] e assim eu disse: "É, eu moro lá! Lá não é cidade: é um sítio." E eu sabia onde é que eles queriam chegar. E eu sabia o que era exterior, mas eu, como ele estava perguntando muita coisa a mim que não existia, e queria que eu lhe descobrisse a organização do movimento, eu disse a ele que era eu quem morava no exterior.

III.2.8 VOCÊ LÊ A BÍBLIA PARA DESPERTAR O ESPÍRITO DE LUTA NO POVO?

Outra coisa também que lembro dessas prisões, é quando eles diziam: "E que história de Bíblia é esta que vocês estão despertando o espírito de luta no povo? Que qualidade de evangelho é este que vocês lêem?" Aí eu disse assim: "Doutor, a Bíblia, Jesus Cristo, não veio trazer paz não. O senhor sabe que Jesus Cristo bateu, até bateu de chicote, quando encontrou aquele povo no templo, roubando lá no templo, ele bateu." Mas isso eles não querem ouvir não, eles não querem saber. Inclusive tudo isso está na Bíblia.

E também eu disse que: "Jesus Cristo disse que veio para que todos tivessem vida, e tivessem em abundância. E qual é a abundância que os pobres têm? Que botam um roçado, plantam e quando a lavoura está deste tamanho o proprietário vai e solta o gado dentro, e manda botar o roçado em outro lugar! Que nesse ano fizeram isso comigo. A lavoura, feijão, macaxeira, milho era deste tamanho. E botaram o gado dentro, ali na Graciana, e eu fui trabalhar lá junto do terreno que os meninos trabalhavam, na Guararema. Assim que qualidade de direito é esse?" "Quer dizer que você lê a Bíblia para despertar o espírito de luta no povo?" "Não senhor, não é isso que a gente está fazendo." "É o que você acabou de dizer agora!"

E disse assim para mim: "Cadê que você não diz que Jesus Cristo manda que quando te derem uma bofetada de um lado dais o outro lado? Cadê que não disse isso?" Eu só dizia o que sabia - Dona Anunciada ri lembrando -; que Jesus Cristo disse que não trazia paz, mas sim espada; que Jesus Cristo disse que veio para que todo mundo tivesse vida e a tivesse com abundância. Jesus Cristo foi quem disse que orar sem ação não vale nada. Então é essas coisas que a gente lia.[19]

III.2.9 A PREOCUPAÇÃO TODINHA DELES ERA COM O PE. JOÃO MARIA

Depois me perguntou sobre a terra em que morava. Perguntou o que era que a gente ia ver em João Pessoa, para ter reunião de portas fechadas. Eu disse: "A nossa reunião é aberta, e é no Centremar que a gente vem. Porque a gente gosta de ler a Bíblia. A gente tem reunião bíblica, e tem outras pessoas que lêem e entendem como a gente." "E Dom José: o que ele faz?" "Eu não sei o que ele faz, ele não vai lá não." Porque ele só ia quando a gente o chamava, tinha hora que a gente precisava dele e ai a gente chamava. "E o João Maria, aquele estrangeiro?" Eu disse também que não.

[Isac] A preocupação todinha deles era com o Pe. João Maria porque ele fazia pouco tempo que tinha chegado. Eles achavam que era uma organização que vinha das terras de Pe. João, e estava se espalhando aqui. Era também, provavelmente, para encontrar uma motivação para enfraquecê-lo.

[Dona Anunciada] Muitas coisas eles rabiscavam, e eu só ouvia o barulho do gravador, lá na gaveta meio aberta. Aí, quando chamou os outros, mandou que eu saísse, e chamou o Inácio Simão. Nosso Senhor soprou em Inácio Simão, que era até um homem analfabeto; soprou que tudo o que eu disse ele disse. Depois veio Joaquim Silvino: Jesus Cristo soprou, e tudo o que o Inácio falou, Joaquim falou a mesma história. Trocava só a palavra. É trocava só o jeito das palavras, mas que era a mesma coisa, a história era a mesma. E foi assim que as cinco pessoas foram interrogadas. À meia noite terminou. Às seis horas da tarde começou, e à meia noite terminou. Eram cinco pessoas, e eles interrogaram todas.

Então ele disse: "Acabou por hoje, mas vocês acabem com essa história de viver reunindo-se com esse bispo. O bispo é um baixinho branco?" Eu disse: "Não senhor. Dom José é alto e moreno." Até nisso eles tentaram, pra ver se eu escapava com mentiras, porque se tivesse dito que ele era branquinho e baixinho, aí ele ia dizer. Pois esse baixinho e branquinho não é Dom José; porque Dom José é da raça de africano.

III.2.10 NÃO TINHA VERGONHA? ATRÁS DOS TRABALHADORES COM UMA METRALHADORA!

Aí ele disse: "Tem gente da família por aqui, em João Pessoa?" Eu respondi: "Não, não temos família, nem gente conhecida aqui." "É porque podem ir embora." Ai eu falei: "Embora? Como? A gente não sabe nem onde está? A gente tem que dormir aqui mesmo. Aqui mesmo no chão." Tinha um outro bem alto, bem careca, que disse: "Quem os trouxe vai levá-los e deixá-los no lugar em que os achou." Então fomos. Entramos no camburão de novo. Mas vinha um moleque dessa grossura atrás da gente, - rapaz sabe o ódio que me dá quando falo nisso - o cara estava com uma metralhadora na mão, apontando pra gente. Com uma metralhadora! Não tinha vergonha? Com os trabalhadores, os agricultores, ele vinha atrás da gente com uma metralhadora! Mas fomos. Olhe, no lugarzinho em que me pegaram, foi no mesmo lugar que me deixaram. Era uma hora da manhã para uma e meia. Seu Severino Dezoito, ele estava tão assim que ele passou na rua que nem viu a casa dele. E foi com a gente. Ficamos lá, caminhamos a pé e eles foram embora. Eles disseram: "Não vai ser só essa vez, tem mais vezes, tem mais passeios ...". Aí fomos embora. Eu dormi na casa do vizinho; Severino Dezoito dormiu na casa de Inácio Simão.

Quando foi cinco horas, eu fui pra casa. Ai, meu Deus, quase eu não chego com o povo me parando no caminho pra perguntar como tinha sido. Bem cedo cheguei, cansada porque não dormi à noite. Quando o povo me parava e olhava pra mim, eu dizia: "Ah, rapaz: é muito melhor do que eu pensava. E vocês pensavam que eu tinha sido presa, eu dei só um passeio." - eu disse. "O que eles lá não sabiam é a situação em que os trabalhadores vivem e passam aqui .." - dizia para eles, mas só eu sei lá, dentro, o que eu sentia; e não ia dizê-lo a ninguém. Eu pensei que tinha acabado tudo. A família de Antônio Camilo, por exemplo, que é uma família meio grande, quando soube dessa história, que a Polícia Federal tinha baixado e perseguia, ele vendeu tudo o que tinha e tirou o time para o Rio de Janeiro; deixou a gente abandonada.

[Isac] Uma coisa que eu lembrei agora, é que depois dessas prisões, desses interrogatórios todos, que já fazia uns dias que tinham acontecido, apareceram dois cidadãos, lá na serra onde a gente morava. A cavalo, equipados com as bolsas, com colchões, com barraco de campo. E dormiram na beira do barreiro lá, lá perto da minha casa, da casa de Manassés, e no outro dia de manhã, eles regressaram com essa bagagem e foram acampar na frente da casa de Dona Anunciada. Lá tem um sítio de manga, e lá acamparam e passaram dois ou três dias. Um era estrangeiro, que não se entendia a fala não, e outro era brasileiro, e este falava bem. Ficaram pesquisando ...

III.2.11 [A SEGUNDA VEZ,] ELES CHEGARAM COM UM CASTIGO INFELIZ

[Renato] Foram denunciados quinze ou dezesseis companheiros; só que depois foram à Justiça Federal depor só cinco pessoas, no total. A senhora, Seu Manassés, Inácio Silvino, a Tereza e Nasso. Os outros ficaram com os nomes lá mas não foram não, porque eles se encontraram com a realidade desses aí, e viram que o que eles queriam não o encontraram. E daí eles não vieram buscar esses. Mas eram muitos que deviam ir depor na Polícia Federal.

[Dona Anunciada] Quando foi com dois meses depois, da primeira prisão, eles vieram novamente buscar-nos: eu e Manassés. Aí, nós fomos chamados; chegou a intimação para a gente ir, e fomos; eu e ele. Dessa vez, só fui eu e Manassés. Nós tivemos cinco horas de interrogatório. Sempre em João Pessoa. Meu Deus, como foi triste!

Dom José, quando chegou a noticia lá, por Pe. João, que a gente saía para ser interrogada, ele disse que fosse para casa dele. Sendo que essa segunda vez às 7:00 horas era para já estar na delegacia de João Pessoa, nós fomos à tarde na cidade e dormimos na casa de Dom José, lá no centro. Aí, começou: 7:00, 8:00, 9:00, 10:00, até 11:00 horas comigo. Depois me pegaram, me botaram num beco escuro; havia só um banquinho pra me sentar. Botaram-me naquele beco escuro e chamaram Manassés. Havia uma preocupação grande. E pedi: "Senhor, sei que estás comigo, mas tem cuidado com Manassés!". Rezava assim, porque apesar dele ser mais velho do que eu, eu tinha medo que ele entregasse alguém. Depois eles chegaram com um castigo infeliz, o de comer muita carne, muito feijão, muita verdura. "Eu não quero comer não. Eu não quero." Não queria comer, porque não sabia o que podia acontecer.

Manassés, coitado, pegou o prato dele, o botou assim ..., e disse que fez uma bucha que não descia nem água. Eu disse: "Não, eu não quero não!" Mas tinha que comer. Aí, eu peguei o prato, cutuquei assim um pouquinho da verdura (eu gosto muito da verdura), e pensava: 'Tanta carne sobrando aqui! Na minha casa, faz mais de seis meses que a gente não come um pedaço de carne'. Talvez não era muito assim não, mas era quase. A gente comia muita carne quando era de criação, quando a gente criava em casa; mas carne de gado eu nunca comi. Mas rapaz, dessa vez eles perguntaram tanta coisa, mas só era para eu contar deles. "Diga! Diga que é o bispo que faz isso; diga que é João Maria, diga que é o padre de lá que faz isso!" "Não é não senhor!" Não ia dizer nada, porque eu tenho a alma pra dar a Deus. E Jesus Cristo caminha na minha frente e a gente lê a Bíblia para refletir, e é isso que Jesus Cristo faz. E muito antes de eu ser interrogada, Jesus Cristo já o foi. Porque nesse dia da primeira prisão, Jesus Cristo disse que não se preocupasse quem tinha que dar testemunho dele nos tribunais. Sabe, aquela leitura estava todinha refletida na minha vida.

[Isac] É quando Jesus fala que 'serão levados aos tribunais na presença de Governador e Rei'. Tem essa passagem no evangelho. E continua: 'Você não se preocupe com que vai dizer, porque será dado no momento'. Aí, a senhora se lembra desse momento.

[Dona Anunciada] Eu me lembrava disso, e não ficou uma pergunta sem resposta.

III.2.12 TRABALHADOR RURAL NÃO PRECISA DE DOCUMENTO NÃO. BASTA O TÍTULO.

[Manassés] Agora, naquela vez, eu fiquei bravo e teimoso, e muita coisa disse que não era não. E ele, o oficial que interrogava, ficava daquele jeito comigo, firmado para alguns nomes sair. Eu estava com muita ira. E interrogou a mim se eu conhecia a Bíblia, se eu a conheço a fundo. Eu disse "Não sei tanta coisa não". "Diga aí alguns trechos da Bíblia para nós ouvir". Aí eu comecei com o Bom Samaritano. Contei a história, e quando foi na metade, no bonzão da história, ele disse: "Você é mentiroso!". "Mentiroso não. Eu estou falando certo." Então aí foi que me perguntou se eu conhecia Moscou. "E o que será que é Moscou. Um trabalhador tem que saber o que é Moscou?" Disse: "Tem documento?" "Tenho documento, não. Tenho título eleitoral. Trabalhador rural não precisa de documento não. Basta o título". "E porque o senhor vota?" "Para ser um cidadão."

Aí ele ficou, e me disse: "Diga pra mim outro trecho da Bíblia." Eu digo, sim: 'Vou contar da mulher pecadora' para ele que dizia que eu era mentiroso. Eu ficava bravo com esse negócio de 'Fale a verdade!', dizendo de mim que eu era mentiroso. E mandou eu dizer um outro trecho. E aí eu falei do moço rico. Mas desta vez ele ficou danado comigo. Mas quando ele dizia: 'Diga-me', eu já sabia que estava já sabendo. Eu tinha descido da Mendonça muito cedo. E fez tudo isso comigo e eu fiquei irado. Eu estava mal com isso. Que ele me obrigava dizer o que era Moscou. Ele conheceu que estava muito irado e mandou-me embora. A Anunciada estava lá fora me esperando.

[Dona Anunciada] Estava lá em um buraco, no escuro lá, no corredor. Lá no banheiro.

[Manassés] Ressecou a minha garganta, que eu não podia mais falar. Tirei um pouquinho de água, depois chegou alguém com um prato de comida, e eu não comi. Não podia comer. E aí foi de fora. Lá estavam uns padres: Pe. João Maria, Pe. Antônio de Itabaiana, Zé Diácono de Ingá, e Pe. Luís Couto. Eles foram lá. Depois foi uma outra prisão lá, na Itabaiana, mas lá foi com o DOPS, lá não foi muito favorável. O delegado olhou um relatório, e perguntou se a gente sabia quem foi que fez [o trabalho] com a gente. Perguntou e eu disse "Não sei". Eu sabia, mas não queria dizer. "Sei não." "Não é ele que foi quem fez o trabalho com você?". "Não sei não."

[Isac] Se ele dissesse, então ele não era inocente.

III.2.13 FOI QUATRO VEZES, NO TOTAL

[Dona Anunciada] Essa foi a segunda vez da prisão. A terceira vez foi em Itabaiana, essa foi com o DOPS. Foi na última vez que o DOPS veio.

[Isac] Foi quatro vezes, no total.

[Dona Anunciada] Manassés foi quatro; e eu fui três. Aí, a gente sentiu muito; porque era sempre nós dois que íamos. Porque chamaram um só desta vez? Foi um dia de agonia, que na hora que ele chegou, ele mandou logo me avisar. Tem uma união, tem um amor tão grande um pelo outro que na hora que ele chegou de João Pessoa, que ele foi sozinho, ele mandou logo um irmão dele na minha casa, pra dizer que já havia chegado, e que dessa vez foi muito bom. Pois eles se fizeram amigos e não sei o que. "Eu não tenho nada contra eles, não tenho nada contra ninguém - disse desta vez que foi sozinho -. É que a gente tem que resolver os problemas da gente mesmo."

E teve uma vez que a gente foi, mas foi por pouco tempo, um negócio de uma hora e meia a duas horas, em Itabaiana. Agora, só foi com os policiais que eles disseram que eram da DOPS, e são gentes de muito desdém. Gente que gosta de dizer coisas que eu não fiz e afirmavam que as fiz. "Eu não fiz não!" "A fez sim! Diga que não a fez, agora! Diga que não a fez!" Gente assim: estúpida.

III.2.14 PROCURE AQUELE GRUPO TODO [DISSE O AGENTE FEDERAL]

[Renato]Uma coisa que ficou marcada pela gente é que depois dessa perseguição, eles botaram um agente da Polícia Federal aí na fazenda, ali bem perto, para ficar de olhar na gente. E ficava acompanhando todos os passos da gente, se a gente passava pra lá, passava pra cá. Agora, só que com isso a gente não deixou de fazer o trabalho, a gente continuou a fazer o trabalho. Ele passou um ano, mais de um ano ... - [Isac] Sete meses. -

Sete meses ele passou só pesquisando a gente, para espionar aquele tipo de trabalho que a gente tinha na comunidade. Agora, é curioso, tinha um morador da fazenda, um cidadão que morava na fazenda que o proprietário desta fazenda o botou pra fora. Ele o jogou fora da fazenda, e esse agente da Polícia Federal que estava lá, procurou esse rapaz, esse morador, e disse pra ele: "Você vai sair? Você tem direito pra ficar. Você não sabe que tem direito? Ele lhe bota pra fora sem motivo nenhum, e você tem direito. Agora, sabe quem você deve procurar para orientar você no seu direito, que você sozinho assim vai encontrar não? Agora, é bom ter alguém que encaminhe você em procurar seus direitos. Procure Dona Anunciada, Seu Manassés, Seu Isac, Renato, aquele grupo todo ... [enquanto Renato contava, houve uma risada moleca de Manassés, os seus claros olhos brilhando de orgulho] Procure

ele, que esse pessoal vai encaminhar você, para você procurar os seus direitos." Foi ele mesmo, esse mesmo camarada; que o disse a mim: que ele recebeu essa proposta do agente que estava lá, que procurasse a nós, que nós o orientava para ele receber o direito dele, ajudá-lo; que só nós sabíamos fazer isso.

III.2.15 POUCO TEMPO DEPOIS, NÃO SEI BEM O TEMPO, FUI PRESO TAMBÉM

[João Martins] Naquela época eu era criança. Fiquei confuso. "Por que isso?" Ouvia só eles falar: "A Polícia está aí, na casa de Fulano. Veio buscar eles". Não chegaram a bater neles, mas fizeram uma tortura psicológica danada ...

- [Manassés] Não bateram mas abanaram ... muito. -

Abanaram não é? Agora, é por causa disso que a gente é perseguida. Depois da prisão de Dona Anunciada e Seu Manassés, que quando aconteceu isso eu não entendia de nada, eu só ouvi falar "Seu Manassés foi preso, e Dona Anunciada. A Polícia Federal veio buscar eles lá, no caminho quando eles voltavam da feira". E eu, quase sem entender nada, me perguntava: 'Meu Deus, por que isso aconteceu. Eu conheço Seu Manassés, que está quase na idade de ser meu avô. Dona Anunciada é a minha professora. O que é que eles fizeram? Não fizeram nenhum crime. Por que foram presos nessa perseguição? Por que que não podem se reunir durante o dia, e têm que se reunir à noite, às escondidas, alguém à procura deles?' Eu não entendia, era confuso.

Então, eu fiquei assim ... Meu pai comentava em casa: "Eu conheço padrinho Manassés – que ele é padrinho de meu pai – e ele não fez nada de errado. Dona Anunciada também." Só com o tempo foi que a gente descobriu que eles foram presos porque falaram a verdade, porque falaram a verdade como até a hoje falam a verdade. E isso foi exemplo para a gente que na época era menino, adolescente, e serviu de lição. E eu ingressei também, como já falei. Ingressei nessa luta, e pouco tempo depois, não sei bem o tempo, fui preso também, algemado e jogado no camburão. Talvez não passei o que Seu Manassés passou; aliás passamos, porque não fui só eu, mas mais quatro companheiros trabalhadores, da fazenda Mendonça. Lá fomos presos quando limpávamos uma roça. A gente estava num mutirão, limpando uma roça. E aí chegaram mais de quarenta policiais. Não lembro bem o ano ...

- [Outros] 1997?... 1997, talvez 1998.

Chegaram aí uns quarentas policiais, porque estávamos trabalhando em mutirão, e fomos presos. E todo o tipo de humilhação a gente passou. Mas isso, não é novidade pra gente. Porque eu lembrava, quando estava na prisão algemado, eu pensava: 'Meu Deus, eu não pratiquei nenhum crime. Sou um trabalhador, e estou aqui de cabeça erguida, e até me sinto orgulhoso, porque Seu Manassés foi preso e também Dona Anunciada. E quando eles foram presos, eles não praticaram crime nenhum.' Eu sabia, então tinha consciência

tranqüila, de que isso era fruto do trabalho que a gente fazia: falar a verdade, lutar pelos nossos direitos.

Então eu acho que, como já falei, a nossa luta continua, e a gente tem sido exemplo para outras comunidades. A gente não se orgulha disso, tem toda humildade de dizer que não se orgulha disso, e está disposta a continuar nesta luta. A lutar pelo que é nosso, porque como os companheiros falaram, o próprio Cristo ele foi revolucionário. Então é daí que vem a nossa força de lutar.[20]

[Dona Anunciada] E olhe, mesmo nessa época das prisões, que foram dois anos perigosos, de 1971 pra 1973, se não estou enganada, a gente não parou. Foi um tempo muito perigoso; mas padre João Maria, Dom José, Zé Diácono e Socorro Barbosa, eles não deixavam que a gente ficasse sozinha, porque eles sabiam que era um trabalho que tinha que ir avante.

CAPÍTULO III.3
SE CHAMAVAM 'ENCONTROS DE EVANGELIZAÇÃO RURAL'

A vida nova [a]

1. A vida nova atualmente,
a gente sente o dever de amar,
levar para frente um Brasil contente,
com toda gente, vamos encontrar.

2. Encontra a vida, encontra a morte,
com toda sorte, vamos encontrar.
Encontra luta, encontra a vitória,
no fim da história o mundo libertar.

3. O que passou não se fala mais,
não se sente mais a escravidão,
vamos viver em uma vida nova,
que chegou a hora da libertação.

4. A vida é boa quando a gente brinca,
quando a gente ama, e quando sente amor.
E quando sente a retidão dessa igualdade
que o Cristo ensinou.

III.3.1 VOCÊS ARRUMAM VINTE TRABALHADORES PARA A GENTE CRIAR O SINDICATO

[Renato]Tivemos poucos contatos com a Liga Camponesa no começo dos sessenta. Ela não ligou com o movimento do Sindicato em Mogeiro. A Liga Camponesa foi aquela reviravolta toda no 1964 até 1966, que os trabalhadores, que já tinham um sindicato rural, se escondia todo mundo. A Liga camponesa, eles iam pelo Estado e oferecia terra para o pessoal trabalhar. Agora só que de uma forma, que eu não sei se até a um dia chegar aquilo. E travou-se uma luta muito grande: o latifúndio, de um lado, e o pessoal que era da Liga Camponesa, do outro. Foi briga de todo jeito e morreram muitos trabalhadores nessas brigas por aí.

A Liga Camponesa chegou até aqui em Mogeiro, e quis que a gente entrasse para a Liga. Lembro um dia, que eu vim na cidade, e vinha também um cidadão de Itabaiana chamado Zé Bernardo, que tinha uma farmácia muito grande e era um dos coordenadores da Liga Camponesa. Ele veio fazendo uma propaganda, soltando um material de propaganda,

[a] Fonte: Depoimento coletivo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro, 2 de novembro de 2000.

um panfleto, aqui. Espalhando a vontade. Encontro ele, e me parou: "Você é de onde?" "Lá da Benta Hora, lá da serra." "Você não quer um pedaço de terra não?" "Puxa, você tem terra assim?"

Foi logo assim: "Você não quer um pedaço de terra, não?" "Você quem é, é agricultor?" "Sou agricultor." "Não quer um pedaço de terra, não?" "Quero não." "Não quer terra não?" Aí eu parei. Digo: 'Vai dar terra pra todo mundo?' Me deu um material, e me disse: "Aqui nós estamos se organizando pra tomar a terra a esses fazendeiros todos, e passar tudo para as mãos dos trabalhadores. E aí?" "Eu vou pensar." "Vai pensar?" "Eu vou." E continuava assim, assim.

[Isac] Porque era uma época de campanha eleitoral e ele era afiliado a um partido e fazia uma campanha nesse sentido.

[Renato]O PCdB ? Ele era candidato do PCdB.

[Isac] A Liga camponesa começou em Sapé, começou em Cajá. Começou lá, mas aqui não chegou com força. Agora eu vi um pouco de luta da Liga camponesa em um filme, foi uma luta muito sofrida, eles passaram uma crise horrível. Foi uma luta tirana, a da Liga Camponesa.

[Dona Anunciada] A Liga camponesa aqui houve só algumas pessoas que se associaram. Mas teve gente que queimou logo até a carteirinha que tinha porque se o patrão a visse matava o camarada.

[Isac] A Liga chegou em Sapé, e nessa mesma época, em 1962, foi fundado o sindicato aqui em Mogeiro, 1962 pra 1963. Em 1964 houve uma tentativa de Liga Camponesa, mas já veio aquela revolução em 1964, que não foi nada de revolução, e o sindicato ficou um pouco abafado. Mas em 1965 foi reconhecido novamente. Da revolução dos militares não se sabia muito aqui. Mas tinha um fazendeiro muito forte, que era o rei aqui em Mogeiro, que no dia da revolução, ele soltou muitos fogos. Papai dizia: "Olhe, eles estão festejando, eles ganharam, e estão festejando." O exército esteve até aqui em Itabaiana, já tinha algumas pessoas que já estava se associando querendo formar um movimento; de Itabaiana voltaram mas não chegaram aqui em Mogeiro.

III.3.2 AQUELE ERA SINDICATO COMUNISTA

[Renato]O pároco dizia que aquele negócio da Liga não era muito certo não. E foi por isso que tentou criar o Sindicato. Ele achava que a Liga não era muito correta não. Não sei porque, se na realidade não a conhecia muito, ou porque ele era de uma família de ricos que têm muitos engenhos na Paraíba, muitos engenhos de cana de açúcar; e ele tinha também. Ele achava que não era muito viável aquela Liga, não. Por isso ele não deixou se criar aqui

em Mogeiro a Liga Camponesa, e passou para o Sindicato Rural.

O Monsenhor, que era um homem muito inteligente, disse que se deveria criar um Sindicato. Ele dizia que um Sindicato deve ser um Sindicato de Trabalhadores para defender os direitos dos trabalhadores. Mas aí, nós não sabíamos o que é. Não sabíamos o que era um sindicato. E aí houve a primeira reunião. Foi em Sapé? [Alguém] Talvez em Solânea?-

Não. Agora lembro: o Monsenhor foi buscar eles lá [em Solânea], para fazer uma palestra aqui, para nós começar e criar um Sindicato, aqui em Mogeiro, para defender os direitos dos trabalhadores. Um 'Sindicato Rural'. E a gente não sabia o que era isso, não. Sei que a gente se reunia. Ainda não tínhamos começado com os Círculos Bíblicos. Quem criou o Sindicato, quem começou a criar o Sindicato, fomos nós. Que Monsenhor conversou com nós, o pessoal que o Monsenhor conhecia mais, o pessoal mais religioso, que gostava mais de ouvir missa, não é?, e era mais conhecido pelo padre por isso. E aí, ele disse: "Vocês arrumam vinte trabalhadores para a gente criar o Sindicato." E a gente fez isso mesmo. Foi ele [Manassés], ele [Isac], e eu; e arrumamos ainda mais o resto. Botemos vinte. E aí veio esses meninos de lá, de Solânea. Deram uma aula, para nós, de como funcionava, dizendo como era, direitinho. A gente achou que era correto, e logo nos afiliamos.

Quer dizer, na lógica dos eventos, nós somos sócios criadores do Sindicado do Mogeiro. Sócios fundadores. Ele [Manassés] é o primeiro sócio, o número um, eu sou o número dois do Sindicato de Mogeiro. Agora nós temos cinco mil sócios, mas a gente foi o primeiro. Uns já morreram, dos sócios fundadores, mas nós estamos aqui ainda, para contar a história. Agora, isso foi antes de 'Evangelização Rural'.

[Isac] A primeira reunião que houve foi com um pessoal da federação, que ainda aqui não existia federação, e só tinha em Solânea. Foi aí na casa paroquial e foi em 1962. Daí, em 1963 foi fundado o Sindicato e foi reconhecido em 1966. Foi na missa e na pregação, eu lembro duma vez, que o Monsenhor Miranda incentivou, no final da missa, para se afiliar no Sindicato, que a Liga Camponesa não era uma coisa boa para os trabalhadores. Agora, o Sindicato sim, que o Sindicato era uma coisa que aqui no Brasil não era muito divulgado, mas que já existia desde daquela reunião lá em Chicago, quando as mulheres foram queimadas lá naquela fábrica. Ele mostrou direitinho para a gente como devia ser um Sindicato; mas que não se envolvesse com a Liga Camponesa, que ali dá tudo errado. Porque era uma forma de sindicato que não adiantava para os trabalhadores porque era muito agitado, e agitava. E fazia uma agitação muito grande. E que cada um devia respeitar os direitos dos outro, e aí ao invés era para tomar mesmo, tomar as terras. E não devia ser tomada a terra. Nós devíamos conquistar nossos direitos através da Lei, da Lei que existe no país.

[Renato] Ele disse que aquele era sindicato comunista; para tomar o que era dos outros. Isso era subversão, comunismo, não podia existir aqui em Mogeiro não. O que Monsenhor defendia era isso, na pregação que fez disse isso, que era comunismo, e que defendia o sindicato rural, que era o sindicato para cuidar dos direitos dos trabalhadores.

[Manoel] Mas quando a gente começou a evangelização, a gente mesmo recebia esse nome de comunista ...

[Dona Anunciada] Ainda hoje! Eu rezo um terço aqui, num loteamento aonde eu moro. E ainda hoje tem gente que não participa do terço porque 'aquela velha é uma comunista'. Ali tem gente, no mesmo bairro onde eu moro, que diz assim, 'Aquela velha, aquela é uma cascavel! Nem o diabo dá conta dela, ela derrubou a Polícia Federal'. Dizem comigo isso 'É uma comunista, é uma comunista declarada. Nem o diabo pode. Ela derrubou a Polícia Federal. Cuidado, cuidado.'

III.3.3 ANTES ERA OS PADRES VIRADOS COM AS COSTAS PARA O LADO DA GENTE

A Igreja antes daquele tempo? Ah, meu Deus! Antes era os padres virados com as costas para o lado da gente celebrando, e a pregação era uma pregação que, acreditado o Senhor Jesus Cristo Deus que é o todo poderoso, precisava aceitar ser pobre mesmo. E o pobre se encontra mais pobre, mais pobre, mais pobre. Era uma maneira de a gente aceitava o sofrimento, sabe, aceitar aquele sofrimento que um dia vai se salvar, que não sei o quê, aquela coisa. Mas com a chegada, com a transformação, do Concílio, aí foi bom porque, os padres também, os próprios padres, nos ajudaram a descobrir que Deus e a salvação não são somente da alma não, Deus quer a salvação do homem todo.[21]

[Isac] Começou a mudar um pouco com Monsenhor Miranda. Começou com ele alguma coisa, uma mudançazinha. Por exemplo, o Sindicato: foi Mons. Miranda que incentivou a gente para o Sindicato. Ele era pároco aqui.

A gente percebia mudança, percebia que a Igreja estava ficando mais ao lado dos mais sofridos, principalmente aqui nessa região. Aqui que é uma área que se a gente fosse contar o passado dos coronéis, o que eles faziam aqui com o povo, seria coisa bem triste. E a Igreja, que era no meio, não fazia nada. Tem um açude que estava muito baixo e disse que de vez em quando o pescador quando jogava a tarrafa, pescava ossos de pessoas e cabeça de gente que o fazendeiro matava e jogava dentro do açude. Tem ali, por detrás de uma fazenda, um lugar que ainda hoje, quando o sol do meio dia clareia a furna, lá dentro a gente fica vendo os ossos das pessoas, que mataram e jogaram lá dentro.[22]

A Igreja, no meio de tudo isso, acompanhava, sem muitas denúncias desse estilo dos coronéis. Mas isso agora mudou.

III.3.4 ERA UM TRABALHO CIDADÃO, TRABALHO DO CAMPO

[Renato]Agora uma realidade é que, naquela época, mesmo com essas mudanças, era muito difícil de fazer um trabalho na comunidade. - [Dona Inês] Como ainda hoje... -

Isso por conta também da Ditadura Militar, que as reuniões da gente tinham que ser de noite, escondidos. A gente não podia fazer reuniões aqui. Só o Círculo Bíblico é que a gente fazia, mas para organizar a luta, tinha que fazer escondido, porque eles perseguiam.[23] E daí, foi que passou um bom tempo. Depois a gente deu um nome à luta: era 'Evangelização Rural'[24]. Pois era uma evangelização no meio rural, não é? E este nome durou dez anos. Foi a comunidade que deu o nome, junto com os que tinham começado, com Pe. João e Socorro Barbosa. A gente se juntou e começou a refletir, e a gente não era Círculo Bíblico, era um grupo de 'Evangelização Rural', que era evangelização do povo rural mesmo, era um trabalho cidadão, trabalho do campo.

Nessa época a vida dos trabalhadores foi muito imprensada, nesses vinte anos de ditadura militar. Porque os proprietários se aproveitavam que o governo era militar, e sempre a burguesia estava do lado do governo; e o governo sempre o que apóia mais é a burguesia, e nós somos os pobres. E aí, tudo foi fácil, para o latifúndio aqui do nordeste, e para nós foi muito ruim. Também porque a gente levou aperto com relação a isso. Daí é que a luta começou mais por terra, porque aqui no nordeste o pessoal vive da agricultura. O que aí sempre defenderam com mais garra foi a terra para trabalhar. Por isso que a gente lia no Evangelho, na Bíblia, e tirava as saídas para a luta da terra, para os companheiros. Essa foi uma parte da luta.

[Isac] Nessa luta, a Igreja sempre nos ajudou, quer dizer na pessoa dos padres. Só teve um aqui que ficou neutro e não tivemos muita ajuda por ele não, mas os outros sempre nos ajudaram.[25] Pe. João Maria foi um que ajudou demais.

Monsenhor Miranda, ele saiu daqui em 1964, e saiu porque foi quando houve a primeira eleição para o prefeito aqui em Mogeiro. Antes aqui era município de Itabaiana.

Ele apoiava muito os trabalhadores, só que ele não tinha assim um trabalho de apoio direto. Ele saía nas serras, visitava as comunidades, celebrava missa e fazia casamentos nas comunidades, lá aonde a gente morava, até em um lugar muito acidentado. Só que não tinha trabalho de ação nenhum, um trabalho assim, de organização, não tinha não, ele só fazia visita. Celebrava a missa, os sacramentos, fazia as orações. Agora, com Pe. João Maria foi diferente.[26]

[Dona Anunciada] Dê licença. Eu lembrei agora uma coisa e preciso de dizê-la. Olhe. Quando nós estamos dizendo que tudo começou pela Bíblia, é porque foi pela Bíblia

mesmo. Mas o nosso trabalho não era um trabalho de Igreja para o campo, não. Nós sempre defendemos um trabalho do campo, com o apoio da Igreja. Um trabalho no campo. Não era um trabalho da Igreja que a gente fazia no campo, não. Era um trabalho do campo, ligado à Igreja.[27] Porque a gente vê que para rezar, para ler a Bíblia, para cantar, fazer caminhada, procissão, isso é uma coisa muito boa e fácil. Todo mundo entra nessa. Mas quando parte para a ação, aí a gente só vem voltando atrás: "Quero não, não quero não". Porque aquela aí é uma coisa que a gente se doa. A gente tem que se doar, não sabe? A gente sabe, e também descobriu na Bíblia, que Jesus Cristo foi, e é ainda hoje, e está sendo, o camarada mais revolucionário do mundo. É Jesus Cristo: é um camarada bom! Aquele camarada que nos pega no colo e garante. É um camarada bom. Esse negócio só de rezar e dizer que vai à missa, de fazer procissão é bom. Mas, sozinho, é muito vazio, e é muito bom a gente ver que, se tem um evangelho, ele é na vida, no que eles estão passando agora.[28]

Aí, pronto. A gente começou mais com o evangelho que era vivido. Vimos que toda aquela situação, que aquele povo passava ali, era o que estava no evangelho: era o que a gente descobria no evangelho. Quando a gente ia refletir, daquele tempo para hoje, o que encontrava é o que está passando. A gente começava conversando com as pessoas, e lendo a Bíblia. Todo sábado, todo domingo, quando tinha tempo. A gente preparava uma pequena reunião, e marcava depois uma reunião com umas pessoas lá dentro do sítio, e ia para lá e passava até alta noite discutindo. Como quando, no começo, apareceu uma expulsão de um morador, ali em Mangueira, um sítio, aqui em Mogeiro. Aí a gente viu que era uma injustiça. Que não era justo expulsar aquele homem que nasceu e criou-se naquela terra, trabalhando, pagando o foro dele. Ele plantava, mas quando o patrão queria, soltava o gado dele que comia suas lavouras, porque não dava tempo ele tirar o roçado. Marcamos assim uma reunião e começamos a conversar com o homem. O nome do homem é Joaquim Silvino e a mulher dele se chama Tereza, que é uma batalhadora de mulher. Aí a gente começou a se reunir, mas o patrão ficou sabendo, e quando o patrão soube, ele queria botar também o sogro do Joaquim Silvino pra fora!

III.3.5 A Gente Tinha a Reunião do Estado, Da Região e Tinha a Nacional.

[Renato]A gente tinha três tipos de reunião: a gente tinha a reunião do estado, da região e tinha a nacional. No Recife o encontro já era ao nível de regional. Nos chamávamos de 'Movimento de Evangelização Rural'.

[Dona Anunciada] Nessa época já tinha muita gente participando desses cursos. Vinha o pessoal do Ceará, vinham os meninos do Sertão; já tinha gente do Maranhão, já tinha gente da Bahia, do Recife, Rio Grande do Norte. O movimento já estava uma coisa muito boa, já estava se espalhando bem. E era importante conhecer as coisas melhor. E tinha

encontros dos municípios. Tinha encontros nos municípios, no Estado, e tinha um Nacional também, que a gente participava com uns elementos desses encontros. Olhe, a gente se reunia. Em cada município tinha aqueles grupinhos que a gente se reunia, discutia junto, e via os problemas mais sentidos e como estava caminhando. E depois era em termo do Estado. Daqueles grupos saíam, aqui e em outros municípios, e se reuniam no Estado. Mas também tinha a região, que a gente passava cinco dias no regional, conhecendo aqueles novos amigos e o avanço que o movimento tinha dado, se havia expansão no município; e essa coisa toda. E depois vinha o Nacional, que a gente ia para São Paulo, Salvador, Minas. Para São Paulo eu fui.

[Renato] E tinha as comissões municipais, como ainda hoje tem; e as comissões estadual e nacional. E há uma coordenação municipal, a estadual, e a coordenação nacional. O trabalho era no Estado todo, e é por isso que Manassés foi fazer um estágio em Cajazeiras. Não era um trabalho daqui só de Mogeiro não. Era um trabalho de Estado, dos municípios todos, daqui desta região, até em Cajazeiras; que lá tinha um grupo de companheiros que também faziam um bom trabalho. [29]

A gente se unia na luta. Por exemplo, no primeiro conflito daqui da região, que foi em Alagamar. Foi uma luta de muitos anos, e aí foi quando Dom José e Dom Helder foram para a luta, pessoalmente eles mesmos, a tirar o gado da lavoura junto com o pessoal. E nós, que não éramos de lá mas éramos daqui, da região de Salgado, nós os apoiávamos, porque era uma luta só. A gente achava que devia apoiar.

Então a gente saia daqui para apoiar as outras áreas de lutas de trabalhadores que estavam reivindicando as terras, em outras áreas. O pessoal saía, apoiava, passando dois, três dias, saía daqui e ia para uma área, que hoje a gente chama de assentamento, mas naquela época era de conflito. Na área de conflito ali passávamos dois, três dias lá com o povo de outras áreas apoiando a luta deles lá. Ajudando na lavoura, até às vezes arrancando a lavoura na hora que precisava arrancar.

III.3.6 Foi Um Apoio Muito Grande Das Arquidioceses De Recife E Da Paraíba

[Isac] Nesta época a gente recebeu um apoio muito grande tanto da diocese aqui da Paraíba, como da do Recife. E recebemos um apoio muito grande de Dom Helder, e nós fizemos muitos treinamentos lá naquele antigo seminário lá em Olinda e também em João Pessoa, lá no Centremar. E nisso a gente ia se fortificando e tomando conhecimento da nossa situação de trabalhador muito simples, que nunca teve instrução nenhuma, que só apreendeu um pouquinho a ler e escrever. Mas no decorrer deste ensinamento a gente começou a tomar uma consciência diferente da situação da vida do campo. E foi um apoio muito grande das

Arquidioceses de Recife e da Paraíba. Dom Helder Câmara ajudava, e quando tinha, ajudava mesmo com as passagens e com a alimentação, e o alojamento lá no prédio.

[Manassés] Tinha Irmã Marlene depois que ajudava muito a gente. Tinha a Socorro Barbosa, e o Camilo, e João Maria. Que são sábios; pessoas inspiradas pelo Espírito de Deus.

[Renato]Era muito o apoio que a diocese dava, e as irmãs, por exemplo, Irmã Tony e Irmã Marlene, elas ficavam aqui com a gente fazendo reuniões, e coordenavam as reuniões, e ajudavam em tudo, nesta região toda. Era nos primeiros dez anos. Elas nos apoiavam demais.[30]

Era um trabalho de Estado, era um trabalho bonito, e até a gente tinha apoio em Pernambuco. Dom Helder apoiava demais na luta da Paraíba, na luta de terra. O próprio Dom Helder veio para aqui, para ajudar Dom José a tirar o gado da roça do pessoal. Porque foi aí, na luta pela terra, que a terra era pouca, que o pessoal foi descobrindo que os problemas eram os latifúndios, e que o pessoal estava passando fome porque não tinha onde trabalhar; e que eles pegavam o gado e capim e botavam na terra, e deixavam o pessoal, os pequenos agricultores, sem trabalhar. E aí começou defendendo a posse da terra. Defendendo, defendendo. E aí nasceu a luta. Foi um trabalho que a Igreja deu tudo por isso, por esse trabalho. E foi por isso que ainda hoje dá. E é por isso que os trabalhadores não tinham condições de lutar, se não tivéssemos o apoio maciço da Igreja, da diocese, na pessoa de Dom José, e dos padres da região, e dos agentes de pastoral. Pe. João, que era daqui, como ainda hoje, deu tudo pelo pessoal daqui. A gente tem trinta anos de luta juntos. Trinta e um vamos completar neste ano, juntos com Pe. João. Ele agora nos apoia trabalhando na CPT, que ele é coordenador da CPT. E ainda continua no mesmo trabalho, e a gente continua no mesmo trabalho, aqui nessa região toda.

III.3.7 A Gente Achou Que Devia Mudar Este Nome

Uma outra coisa importante [foi a questão do nome]. Isto foi já na primeira época. Por dez anos nos chamamos de 'Evangelização Rural'. E depois, a gente achou que devia mudar este nome. E como foi que aconteceu isso, Dona Anunciada? Houve outro nome que passou mais dez anos também ...

[Dona Anunciada] Primeiro foi o MER, 'Movimento de Evangelização Rural', e depois foi Corrente Sindical ...

[Renato]'Corrente Sindical de Trabalhador Independente'! Pronto.

Aí a gente investiu muito no Sindicato, porque nesta época era sindicato pelego demais. 'Pelego' a gente chama àqueles do sindicato que ficavam de lado do patrão, e ao

invés de defender os direitos dos trabalhadores defendia o patrão. Nós os chamávamos de 'pelego'. E a gente tentou botar o nosso pessoal todo dentro do sindicato, quer dizer: grupo de mulher, grupo de jovens, grupo de adultos, para limpar o sindicato, para botar pessoas que

CAPÍTULO III.4
A GENTE APRENDEU COMO FAZER O TRABALHO NO DIA A DIA

III.4.1 A GENTE NÃO PODE COLOCAR NADA NA CABEÇA DE NINGUÉM

[Dona Anunciada] A gente se encontrava nas casas, e aí aconteciam as reuniões. Juntava muita gente e o povo ia e a gente refletia e perguntava. Dava muito trabalho, porque, geralmente, a gente não pode colocar nada na cabeça de ninguém. A gente tem que ter conversa, ter argumento para que as pessoas descubram as coisas. Porque aquilo que a gente descobre não tem mais jeito de sair da cabeça. Não é o que eu disse que fica. Aquilo que o senhor me disser é muito fácil de a gente esquecer. Aí pronto. Quando foi um dia, por exemplo, naquele tempo das perseguições, a gente marcou, e nos encontramos. Aí os outros começaram a se segurar: 'A gente só sairia daqui com os direitos da gente. A gente não quer nada não. A gente quer trabalhar e viver, criar os nossos animais e trabalhar.'

Aí, quando foi um outro dia, esse Inácio Simão, que era o sogro do Joaquim Silvino, convidou a gente num sábado para a gente ir numa reunião lá. Antes a gente parou, oito pessoas, para preparar a reunião, pois a gente sabia que lá a boca era quente mesmo. Preparamos a reunião e fomos. A mulher de Inácio tinha convidado muita gente, e a casa estava tão cheia que não deu para se reunir dentro de casa. A gente se reuniu assim no terreiro, na porta. Gente sentada no chão, sentada numas pedras, que não tinha assento pra todo o mundo. Muita gente participou, e por essa discussão o povo chegou a ponto de descobrir que a terra pertencia a quem sobrevivia dela. A terra era de quem plantava, de quem colhia, de quem sobrevivia dela. Era de quem precisava da terra para sobreviver. E foi muito discutido de que Jesus Cristo, e Deus quando criou o mundo, ele o criou para todo mundo, sem distinção. Para o homem viver na terra.

III.4.2 A GENTE VOLTOU TÃO FELIZ!

Tudo isso nasceu pelo debate do povo. Isso não foi dito por alguém de fora, não. Isso, porque na discussão o povo foi descobrindo as coisas. E saiu até, nessa reunião, que essas terras, esses proprietários, esses latifundiários viviam oprimindo o povo nela. Descobrimos que eles tomaram já a terra de alguém com 'pedra voando'. Eles, os patrões, a tomaram primeiro: ou deram carneiro, ou deram um peru para aquele pedaço de terra. E saiam depois botando, assim, uns matos, umas pedras marcando, e dizendo que dali pra lá era deles. Mas ficamos sabendo que escritura eles não tinham, e que não era registrada no INCRA. Porque

se eles tinham mil hectares de terra, eles só registravam de trezentos a quinhentos, para não pagar impostos de toda a terra.

O pessoal conversou muito, sobre isso. A gente ficou muito contente com essa reunião. Olhe, nesse dia a gente voltou tão feliz dessa casa!

III.4.3 Quando a Gente Não Prepara As Coisas, A Gente Não Sabe O Que fazer

A gente estava já com uns dois anos de reunião de ler a Bíblia e rezar um terço. Já tínhamos reunião toda semana para preparar, e reunião com o povo. Porque diziam que quando a gente não prepara as coisas, a gente não sabe depois o que fazer.

Para os treinamentos, a gente ia para João Pessoa, mas para estudar, a gente estudava em casa, juntando as pessoas mais interessadas na ação. Toda semana eu ia pro roçado, trabalhava o dia todinho, e quando era de noite, ou de tardezinha, quando a gente largava, eu descia uma serra e subia uma outra até à casa de Manassés, ou ao contrário, era ele que vinha pra minha casa. Muitas vezes era em casa de Manassés, que era o mais velho da família. A gente ia pra casa dele, e os outros pingavam ali. A gente ia estudar. Estudar sobre o quê? Estudava sobre a situação, sobre a necessidade do povo. O livro que a gente estudava era a vida do povo. A vida do povo e a Bíblia. Tínhamos também outros livrinhos, que o padre deu à gente que foi no Giriquiti, mas o que a gente mais usava ler era o evangelho.

[Isac] De dois em dois meses, ou era de três em três meses, a gente ia fazer um treinamento lá em João Pessoa, lá no Centremar.[a] Mas, talvez, eu também acho que lá era de dois em dois meses, enquanto que de três em três meses, a gente ia ao seminário em Olinda. Foi lá que a gente encontrou esses livros sobre as Leis dos trabalhadores, uns folhetozinhos, e até um estudo do código do processo civil, que eu até gostava de ler porque eram uns folhetos bem detalhados que falavam da situação dos trabalhadores. Depois foi o estudo sobre a questão da riqueza do homem, em um livro que nos deu Maria do Socorro Barbosa, a moça de Itabaiana que ajudava a gente. Depois, a gente estudava com o povo do nosso meio, com os pobres que não podiam ir estudar em João Pessoa, ou no Recife.

III.4.4 O Evangelho Tinha Que Ser Na Vida Da Gente Mesmo

[Dona Anunciada] Quem preparava era eu, Manassés, Renato e Isac. Quando a gente tinha um treinamento em João Pessoa, passávamos lá uma semana, no Centremar. A gente se reunia e discutia os problemas da gente. Eles davam hospedagem e comida. Isso começou em 1968, ou 1969, e durou mais de três anos. Era gente da Paraíba, era gente de

[a] 'Centremar' era o nome do prédio do Seminário que se tornou, na época, lugar de encontros e treinamentos para os vários grupos e movimentos da Arquidiocese.

Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Maranhão e da Bahia.

[Isac] Nos treinamentos se começava a partir de uma leitura do evangelho. A gente refletia uma tarde, e no outro dia, de manhã, a gente começava. Chamavam-se 'Encontros de Evangelização Rural'. A gente começava discutindo os trabalhos de cada um, de cada área.

O pessoal que já tinha uma articulação ia contar como estavam sendo os trabalhos lá, e quais as vantagens e quais as desvantagens. O trabalho era esse, esse treinamento, e no último dia a gente tirava um novo plano de trabalho pra aquele período de tempo, até a outra reunião.

[Dona Anunciada] Eram cinco dias lendo o evangelho, juntos com outros padres, e refletindo e botando o evangelho na vida. Porque eles diziam que o evangelho tinha que ser vivido. O evangelho tinha que ser na vida da gente mesmo.

[Isac] E a gente fazia aquela avaliação, revisava todos os trabalhos, via o que foi, o que a gente acertou, o que não acertou. O que foi bom, o que não foi. E aí se planejava novamente, se tiravam outros planos de trabalho, até àquele período da nova reunião que ia acontecer. A gente aprendeu assim como fazer o trabalho vivendo no dia a dia, como aprendemos também na reunião lá. Porque, geralmente, em casa não tinha muito tempo para ver as coisas. A gente às vezes passava cinco dias naquele chá de cadeira, naquele Centremar, com uma leitura só, muito bem refletida.

III.4.5 A Gente Sempre Tinha Um Relatório

[Dona Anunciada] Para ter mais amarrado as coisas, a gente fazia sempre um relatório das nossas ações. Sempre era feito um relatório nos encontros e esse relatório era material de estudo. Toda reunião tinha um relatório. O que a gente fazia, escrevia também. Do estudo da gente, de quando ia para João Pessoa, ou para Recife, a gente tinha um relatório. E chegou um tempo em que a gente não tinha lugar para guardar esse material. Eu guardava o meu material dentro de uma casinha que tinha assim fora de casa: Seu Isac e Manassés furaram um buraco na parede da cozinha, e colocaram o material lá e o tamparam. Queria ver qual o policial que acharia. Esse material existe mais não.

[Dona Anunciada] A minha menina, ela tinha tanto medo que ela pegou tudo que foi de documento e queimou tudo, até o registro de meus netos.

[Isac] Eu nunca queimei nada, mesmo quando chegou um tempo que Socorro disse: "Olhe, Isac; junte todos os documentos, vê o que tu precisas e os que não precisas, e tu queimas!" Mas eu não queimei nada, atrás da minha casa tinha uma furna, e eu coloquei tudo na furna.

III.4.6 A GENTE TINHA QUE PARTIR PARA O SÍTIO PESQUISANDO COM O POVO

[Dona Anunciada] Olhe, vamos um pouquinho atrás, aí, que nem Seu Isac falou, nem Manassés, mas que é bom que a gente diga que no trabalho, depois que começou o Círculo Bíblico, a gente tinha que partir para o sítio pesquisando com o povo o problema mais sentido que sentia aí. Como a gente sabe: que na Bíblia está, que no Evangelho está escrito, que orar, que a oração, sem ação é morta. A gente tem que orar, mas depois dar ação. E tem que orar para pedir a clareza que Deus dá à ação, e tem que fazer a ação.

Então a ação tem que partir dos problemas mais sentidos pelo povo. Aí vinha aquele problema de imediato, e vinha aquele problema de longo prazo. Não é isso minha gente? Não adianta a gente [só falar], não é? [31] Tem que dizer, por isso, que o trabalho não era a gente sentar e bater papo do problema, não. A gente tinha uma reflexão. Juntava-se esse grupinho que discutia: Manassés, Isac, eu, Jacinta, Ester, João, Emília que nosso senhor já levou, Renato, Inês. A gente parava e sentava, e via que o problema que era mais sentido era esse, esse, esse.

E o que era que a gente fazia? A gente não tinha nada pra fazer, se não fosse o povo que fosse fazendo. Em todo o nosso trabalho a gente não fazia nada para o povo, e a gente não fazia um passo na frente do povo. Tem que fazer com o povo, junto ao povo. Até porque ninguém se pode destacar como líder, como chefe, que é o que eles, [as autoridades,] mais pensam. Que pegando uma pessoa que é líder, o chefe, eles acabam com o trabalho. Isto eles pensam; eles pensam assim. Então, quero dizer que a gente, para fazer um trabalho, tem que ser trabalho de povo com o povo, para o povo. E tem que ser refletido antes. Por isso, o grupinho parou, visitou, viu as necessidades do povo da serra. E se viam também as saídas, como resolver os problemas. E durante a ação também, tem que ser refletido. Aí, durante a ação se reflete com as pessoas que estão fazendo a ação. Antes refletiu o grupinho. Durante a ação, refletíamos com o povo que está fazendo a ação. E depois, ao final da ação, a conversa é com todo o povão, que é para o pessoal ver como o trabalho foi feito. Com todo o povão, pois a ação é para ele, para o povo todo. Então, é por isso que vale a pena se dizer que ninguém se destaque, porque quando destacar um do grupo, aí tem vários Manassés, eu e Severino e Tereza, e Severino Dezoito. Está entendendo até aí?

[Isac] Eu também me lembro de quando a gente fazia aquelas reflexões: antes, e durante, e depois da ação. Antes pra começar, durante para ver 'como é que a gente estava fazendo', e depois, pra gente ver se foi mais ou menos.

[Dona Anunciada] Era para ver onde a gente errou, onde devia ter sido melhor.

[Isac] E tudo era de acordo com a ação. Porque tinha ação de imediato, e tinha ação duradoura, que durava mais tempo, semanas, meses. Tudo era de acordo com a ação.

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA CAPES/SESU/FINEP/IBICT

III.4.7 A Gente Não Podia Ficar Longe Um Do Outro

[Dona Anunciada] O nosso trabalho era um trabalho de grupo, de amigos. Mesmo na perseguição, a gente não podia ficar longe um do outro, e a gente continuou.

Olhe, [a primeira prisão] aconteceu no domingo. Na segunda-feira, eu cheguei às cinco horas da manhã em casa, e quando foi no sábado, a gente já fez uma reunião com doze pessoas. Socorro Barbosa foi à minha casa para a reunião, e quando ela chegou, ela viu que tinha doze pessoas reunidas discutindo, apesar das recentes prisões. Falávamos dos problemas e do que tinha acontecido, para que o povo soubesse como tinha sido, e o que era que essa Polícia Federal queria. Mas para uns a gente dizia o que eles queriam, e a outros não podia dizer, para não amedrontá-los: para o povo não deixar a gente só. Como é que a gente faz um trabalho sem ter gente pra fazer? Pronto. Eu sei que a gente ficou. E nos juntávamos ainda mais. Socorro Barbosa voltou daquela reunião na serra para casa vibrando, e quando ela chegou aqui, na rua, foi logo falar com Pe. João Maria: "Jesus Cristo está caminhando com a gente. Eu cheguei na casa de Anunciada agora, e a encontrei com os outros, sentada, estudando; doze pessoas estudando a situação." E Pe. João Maria disse: "Olhe, Deus não brinca não! O evangelho pingou em Mogeiro. Agora tem evangelho em Mogeiro!"

III.4.8 Tinha Que Ficar Uma Pessoa De Alerta Na Casa

Teve uma época que ficou tão complicado pra gente que nós não podíamos nos reunir, e quando a gente se reunia na casa de Seu Isac, ou de Manassés, tinha que ficar uma pessoa de alerta na casa. Porque a gente tinha tempo só de noite, porque de dia a gente trabalhava. Tinha que ter uma pessoa de fora, e era pra gente falar baixo.

Do roçado de Manassés ao meu, dava uns três quilômetros. O meu roçado ficava em uma serra, e o roçado de Manassés em outra serra, e tem uma baixa no meio, entre uma serra e a outra que se chama cafundó. Quando eu tinha coisas para discutir com Manassés, tudo o que eu captasse, ali do povo, e ele também tudo que ele captasse lá, tínhamos que comunicar, para ficar por dentro do que estava acontecendo. Assim, a gente tinha combinado que se havia uma situação que não podia se isolar, quando chegava na minha roça, e tinha coisas pra dizer a Manassés, eu pegava um saco bem alvo e o estendia em cima de uma barraca. Assim, quando ele chegava no roçado ele olhava logo, e quando ele via aquele pano branco ele já sabia que tinha novidades. Ele então, vinha de casa com o bolso cheio de vidro de remédio, porque se alguém perguntasse aonde ele ia ele respondia: "Vou levar um remédio para comadre Anunciada", e eu era do mesmo jeito se era pra ir lá onde ele estava. No dia que eu chegasse no meu roçado que visse um pano encima da barraca, ai pronto eu ia logo falar com ele. Descia uma serra e subia a outra para chegar onde ele estava, para saber o que é que estava acontecendo.

A gente ficou com um laço de amizade tão grande, que Seu Isac e os irmãos dele parecem que são meus irmãos sangüíneos. Eu não tenho nenhum segredo que eu não possa contar a Isac, a Renato, a Manassés, porque eu tenho amor a eles de coração, eu os amo.

III.4.9 A GENTE COMEÇOU A MEDIR O POVO

[Dona Anunciada] Mas chegou um tempo em que a gente começou a medir o povo, percebendo que havia os que estavam mais interessados, e outros menos engajados. Na época, quem mais participava, eram umas dez famílias. Tinha os Macenas, teve aquele Mané Correia, Traidor, teve o Martin, teve Seu Pedro Dezoito, Joaquim Silvino, Manassés, Jonas, Renato, Isac, que eram todos pais de família, e caminhavam com a gente. E na reunião chegava todo mundo. Chegavam eles, chegavam as mulheres, chegavam os filhos. A gente tinha local até para crianças, pois a gente não distinguia. Podia ser a idade que fosse.

Agora, a gente tinha encontros diferentes: havia a reunião dos mais interessados na ação; e tinha aquela reunião de pessoas que participavam de uma reunião e outra não. E tinha ainda aquela reunião das pessoas que não participavam de nada. Dividíamos, porque se fosse misturado, não dava certo. Então, a gente conhece. A gente conhece a gente na luta. A distinção se dava pelo convite. Marcava-se: "É tal dia" com uns, outro dia com outros. Chegou uma época que a gente tinha muito trabalho. Tinha que se reunir três vezes por semana, com três classes de gente, porque a gente tinha medo que eles nos entregassem.

Como aconteceu, por exemplo, naquela reunião, lá na casa de Inácio Simão, em que participou aquele espião. Foi porque a mulher convidou muita gente, sendo que não tinha a mesma experiência, que a gente já tinha, de reunir separado as pessoas. Aí, pronto; ela reuniu gente demais, naquela reunião da qual a gente voltou vibrando, em que o povo descobriu muita coisa (terra sem escrituras, sem INCRA) e quem era quem precisava da terra, quem sobrevivia dela, e quem plantava e colhia que tinha que beneficiar. E no meio daquele povo tinha quem era mandado pelo patrão.

[Isac] É porque no povo há três tipos de pessoas. Têm aqueles que falam mal, que a gente sente eles falando mal da gente. Eles não falam diretamente, mas vão dizendo: 'Aqueles são uns ladrões, pois roubam as terras dos outros'. Têm uns que ficam na hora e não dizem nada, mas se a gente desenvolve uma ação eles estão perto; são aquele que não estão conosco, mas que se a gente desenvolver uma ação eles chegam pra perto. E têm aqueles que acompanham mesmo a gente, na luta.

E a luta maior, aqui no município de Mogeiro, é a questão da reforma agrária.

Com o pessoal da luta, sempre tinha amizade e respeito, mas também tínhamos que ser cuidadosos. A gente já deu em cima disso. Por exemplo, um dia desse, em uma reunião, eu

fui obrigado a falar assim um pouco sério com um camarada, porque não adianta eu dizer a ninguém se não a ele mesmo. Eu lhe disse: "Olhe, você é um homem individualista, tudo que você faz só pensa em você. Quando você quer fazer as coisas não combina com ninguém. Você não pode fazer isso, respeite os outros, não faça isso." Ele escutou calado, não me respondeu nada, mas até que melhorou de uns dias desses pra cá. Ele até se comporta melhor, mas esse camarada era individualista mesmo. Ele se uniu com os outros até chegar lá, até conseguir a terra, mas depois que chegou, ele começou logo a fazer as coisinhas dele, separando logo as coisas, e querendo se adiantar na frente dos outros. Não é por aí - eu digo. Vamos ter calma, vamos trabalhar de uma maneira que dê certo, porque deu certo até agora, e vai dar de agora em diante. Mas assim não dá, não deve continuar assim.

III.4.10 ERA MUITO TRABALHO

Houve uma época, logo no começo, em que teve um entusiasmo muito grande, porque a gente começou pelas ações, na construção de rodagem, ajuda nas casas daqueles que tinham necessidades, que não podiam fazer sozinhos, fazer barreiros. Juntou-se um número de gente muito grande, com uma mobilização muito animada. Agora, isso nas ações. A gente havia depois outras reuniões, para refletir, e avaliar, avaliar e refletir. E não era com todo mundo não. Também nos treinamentos lá em João Pessoa, ou lá em Recife, a gente aprendeu a conviver junto do povo, e não a passar na frente do pessoal. Trabalhar junto com o povo, e não para o povo. Porque, do contrário, a gente tinha parado há tempo. Se a gente trabalhasse 'para' o povo, já tinha 'dançado', mas como a gente trabalha junta, a gente não aparece, pois não queremos aparecer. Tem que caminhar mais devagarzinho, e trabalhar com o povo. Não dá pra puxar, pra empurrar. Era muito trabalho por isso. A gente tinha assim muitas reuniões, e não tinha somente os treinamentos. A gente se reunia e fazia o estudo, e durante os trabalhos, às vezes, a gente parava, pra ver o trabalho como estava indo, para avaliar e ver se estava indo certo. Era trabalho de pessoas humildes, para pessoas humildes, toda gente de família agricultora.

III.4.11 VIMOS A NECESSIDADE DE SER UM TRABALHO DE MASSA

[Renato]Uma outra coisa que ele não falou, e que eu gostaria de dizer, é que a gente quando começou o trabalho começou só fazendo o trabalho de adulto, mas depois a gente foi se organizando e vimos a necessidade de ser um trabalho de massa, de todos mesmo. E aí foi o que João disse, que entrou num grupo de jovens, foi ou não? Mesmo as crianças a gente fazia, tentava arranjar até a criança ... - [Dona Inês] ... falando do evangelho ... -

Aí nesta época, os jovens estavam atrasados, as mulheres também, ... estava todo mundo atrasado, na luta.

Ainda hoje existem no nosso movimento as comissões de mulheres, de crianças, de jovens, de adultos.

E outra coisa importante também, é que a luta cravada mesmo em Mogeiro foi pela terra, mas depois a gente viu que também não era só terra, e a gente começou e organizou tudo com comissões (comissões de mulheres, de outros grupos). E a gente começou a criar um trabalho para defender crianças, a fazer reivindicações. E aí passou a não defender só a terra, como também a educação, a saúde, a sobrevivência. Nós temos todas as comissões para que a gente diga tudo o que a comunidade precisa.

Outra coisa que eu acho que é muito importante, é que a gente não discrimina ninguém. Nem cor, nem raça, nem religião. No trabalho a gente só não tem mesmo é quem é contra nós, que é a burguesia que está ai. Aqueles que são contra mesmo: que a burguesia nunca vai se aliar com o trabalhador. Saber se há outras religiões nos não incomoda, não importa saber qual é a religião dele, pode até bater macumba; mas o importante é que, na hora de defender a luta, defenda a luta. A macumba dele pode ser um problema pessoal dele, mas na luta nós estamos discutindo a luta. Agora macumba ele vai discutir lá, e nós a nossa religião cá. Por isso, se há um camarada de outra religião, a gente o escuta, não o exclui da luta. Mas na hora de defender os direitos, a gente se une para defender os direitos. Esta é uma coisa que acho importante. É isso: que a gente não discrimina ninguém. A gente não discrimina ninguém não, pode ser todo mundo. O que tem necessidade para lidar com esse, é que precisa lutar.

CAPÍTULO III.5
O QUE GOSTARIA MUITO DE FICAR PARA OS NOSSOS NETOS ...

[Manoel] Agora, o que a gente vê, em toda esta luta, desde o inicio até agora, que não terminou a luta, e que gostaria muito de ficar para os nossos netos, e é agora o pior para a gente ver assim, ver de perto, que a maioria dos trabalhadores sofridos não tomam ainda uma consciência, viu. Assim eu acho. A gente vê a maioria aí, entregando seus direitos aos proprietários, defendendo políticos, defendendo proprietários. O que a gente vê, ao invés de se juntar com o povo que luta, que há quem fica se entregando, como se diz, de bandeja. Entrega-se tudo aos seus proprietários, entendeu? E isso fica ruim para essas pessoas.

Como já foi dito várias vezes, e ele já falou, ele sempre fala, o Presidente aí, um trabalhador!: "Vocês entregaram, entregaram seus direitos para o proprietário. E agora vai fazer o que? Ontem trabalhava numa área, hoje não trabalha mais, e está ruim ... Está ruim por que? Porque você entregou os seus direitos, e foi defender o proprietário, não foi defender os seus próprios direitos, a sua própria pessoa, o seu dever de trabalhador, o seu ser cidadão." Aí ficam rindo, aí ficam rindo essas pessoas ... É como a história do evangelho ... depois que fecha a porta, entrar é difícil ... Porque, olhe, como lá no assentamento João Pedro Teixeira e em outros, quando a gente vê a realidade que se realiza, as pessoas que estavam de fora então dizem: "Ah, mas se eu soubesse que era tão fácil assim, eu tinha entrado! Mas eu tinha entrado!" "Ô, não é fácil não! Você acha que é fácil?" "Êh, rapaz, mas lá em baixo, lá no João Pedro Teixeira, foi fácil, foi?" "Não, não foi fácil, não!"

- [Dona Anunciada] Foi dois anos de luta! -

"Ah, se eu soubesse que era tão fácil assim, eu tinha entrado!" ... Eles dizem. Mas não entrou por quê? Ele defendeu o proprietário!

[Dona Anunciada] O Presidente aqui era ameaçado, até no meio da feira!

[Renato]Uma coisa importante que eu acho e admiro, é que esse pessoal, esse povo tem trinta e um anos de luta. Agora não é por dinheiro, porque tem salário. O que a gente faz é questão de consciência, porque talvez se ganhasse dinheiro não pensava em fazer isso. Porque o salário se acabava, ou baixava, e ninguém fazia o trabalho. Era um trabalho que a gente nunca fazia para ganhar dinheiro não. Faziam os que tinham consciência, os que querem a mudança deste mundo, porque ele tem que mudar.

Esse mundo vai ter que mudar, e vai mudar com os que entendem por esse lado, que não é porque se ganha dinheiro. E posso até dizer que não é por voto, não é por político que o mundo vai mudar. Que vai mudar o mundo mesmo, é porque nós temos que dar o grito de independência. Que na época deu-se um grito de independência para se libertar de Portugal, que estava levando tudo do Brasil. Nós hoje não estamos dependentes de Portugal, mas ainda o estamos de outro países. O FMI está aí, levando tudo do Brasil, então tem que levar esse grito de independência, essa luta para chegar aí, e esse grito de independência a gente só dá se for trabalho independente mesmo. E não é por dinheiro que a gente vai chegar aí.

Outra coisa: quem vai fazer isso são os movimentos populares; quem tem esta força de dar esse grito. Não é o político. Que os políticos já têm duzentos anos de política e até agora não melhorou nada. Quer dizer a política, a política partidária. Então quem vai ter que dar esse grito somos nós, os movimentos populares, que existem muitos movimentos populares, que trabalham assim, independentes, querendo que o Brasil mude. Eu acho, para mim, que a conclusão de tudo é isso. [32]

[Dona Inês] Eu também acho que a gente deveria mudar a luta para melhorar a situação da gente. Que a gente vê um povo muito machucado, pelos poderosos que vieram machucar a gente, porque eles só querem poderes e não dá para a gente, e a gente não quer isso aí. A gente quer que a gente seja humana, para todos.

[Dona Anunciada] O recado que eu deixo, é que a primeira coisa que a gente deve ver na nossa vida, em nossa volta, é a Palavra de Deus, é sentir Jesus Cristo caminhar com a gente, e nunca esquecer que ele disse que amar a Deus é a mesma coisa que amar ao próximo, e se é amor do próximo – é isso que Renato dizia – é não escolher a quem é o nosso próximo. Porque se ele não está entendendo, ele vai entender um dia. Outra coisa, também, que eu digo para esses companheiros que aqui estão, e para os outros que vão escutar essa fita: eu quero que o pessoal saiba que aqui nessa região da Paraíba, esse baixo Paraíba, havia manda-chuvas, porque aqui era governado por quatro proprietários, que eram da pista da beira do Rio, até a pista, na BR 230. E que essa formiga, essas formiguinhas doidas que estão aqui, e que estão por aí espalhadas, estão conseguindo agora plantar o que querem, desfrutar o que a terra dá, e ser donos da terra, que foi tomada, que foi tomada pois não foi comprada não. Essas terras foram tomadas, que não têm escritura. Tomadas dos nossos bisavôs, dos nossos tataravôs, dos nossos 'decalavôs' ... Foi tomada. E que agora, esses bisnetos, tataranetos, ... esse povo, está reconquistando uma coisa que era dele antes. Que a terra não tem dono. A terra é de Deus. A terra é criação de Deus. E Deus quando fez a terra, não a vendeu a ninguém. Fez a terra para que os homens vivessem nela e vivessem em abundância. É o meu recado.

[Isac] Uma coisa que eu acho muito importante é que, nessa luta, nesse trabalho, nós

não dizemos 'eu', mas sempre 'nós'. Não tenho um dos meus companheiros que eu já tinha escutado dizer: "Eu faço isso." "Nós fazemos isso, nós juntos fazemos isso, nós juntos fazemos." Isso para mim é a coisa melhor que existe na minha comunidade. É isso: a pessoa nunca dizer 'eu faço', mas 'fazemos'. É por aí que acontece uma das coisas mais importantes, eu acho.

[Manassés] Eu também acredito que a gente quando vai fazer um trabalho não deve dizer "É meu". É trabalho de Deus, é um trabalho de Jesus Cristo. O que Jesus Cristo ensinou. Agora, tem quem não apreende, mas ele ensinou. A gente não desanima não. Eu acredito nisso. Por isso lá quando estava interrogado, não estava com medo não. Eu estava irado! Irado quando fui chamado de mentiroso. Aí eu adoeci. A minha esposa, quando eu cheguei em casa, me disse: "Você está doente!" Ela me reconheceu de longe, mas eu estava com a minha fé. Deus ajuda a gente, e ajuda como ninguém.

[João Martins] Apesar da perseguição que a gente tem sofrido durante esses anos todos de luta, nessa longa caminhada, eu me sinto, aliás nós nos sentimos orgulhosos de passar por isso, porque foi, como já foi falado, o que Deus passou, quando fez o trabalho que nós pretendemos fazer, fizemos e pretendemos fazer daqui pra frente.

Eu acredito que a gente, pensando bem, não deve ficar assustada, como Dona Anunciada falou e Seu Manassés, quando a gente se encontra numa situação, como ele passou, como eu passei, como nós passamos. A gente deve ficar feliz porque a pessoa analisando a nossa situação hoje, depois dos anos de cinqüenta e sessenta pra cá, a gente vê que a história daqui é outra. A gente era escrava, os trabalhadores eram escravos. Como foi falado aqui, até as reuniões eram às escondidas; as reuniões, as conversas dos trabalhadores não podiam aparecer. E hoje a gente, depois da nossa luta, depois do nosso trabalho, a gente tem ganhado espaço, e a luta se expandiu. Expandiu-se por aí afora, e a gente cresceu. Com o apoio da Igreja, principalmente, e de outros movimentos populares, a gente tem crescido, não é? E as pessoas precisam do nosso trabalho por aí afora. Não só aqui em Mogeiro, mas em outros lugares do nosso Estado, da nossa Paraíba. E eu acho que a gente deve ficar muito contente com isso, como já falei, e continuar de cabeça erguida enfrentando o que há de vir. Com a ajuda de Deus principalmente, a nossa luta vai continuar, o nosso trabalho vai continuar.

[Dona Anunciada] Se me permitir, eu tenho uma outra coisa a dizer. A gente tem uma vitória, e quero falar na vitória, para você ver em geral assim essa vitória. Mas nós já passamos um tempo de quando nós vivíamos toda a opressão que nós vivemos. Nós não tínhamos então o direito de nos avistar e conversar porque tinha muitos espiões que nos espiavam, mas eu precisava me encontrar com Manassés, eu precisava me encontrar com Isac, eu precisava me encontrar com Renato. Porque a gente precisava discutir os nossos

problemas e conversar. Foi uma vitória muito grande, eu digo a vocês. E vitória foi que ninguém desistiu, mesmo que muitos companheiros nos deixaram, e depois chegaram outros e não quiseram mais, e hoje tem tantos companheiros aí na luta.

E a gente se reúne aqui dentro, faz manifestações, passa no meio da rua, cantando, louvando a Deus, e mostrando a vitória, mostrando a força do Espírito Santo que reina nas pessoas. Então é essa mensagem que eu quero deixar.

[Manoel] Lembrei, e eu quero deixar gravado nesta fita, quando a gente descobriu que a maneira de melhorar a nossa situação não é votando em Seu Fulano, porque não é por aí que as coisas melhoram. A gente o vê lá na área do assentamento João Pedro Teixeira: tem trinta e duas famílias assentadas, graças a Deus, e a vida dessas famílias está melhorando, aos poucos. E não é através de que cada um votou em Seu Fulano ou Seu Sicrano, não. O que quero deixar gravado é isto. Se estiverem melhorando de vida, aos pouquinhos, é através da luta, é através da consciência de cada um que despertou que fazendo isto a minha vida vai melhorar. A minha vida não vai melhorar eu votando em Seu Sicrano, que é rico. A minha vida vai melhorando é lutando, para um pedaço de chão, que aconteceu naquela área que hoje tem um nome, de assentamento João Pedro Teixeira.

Então eu acredito, nós acreditamos, que é também pela luta de um dos assentados, o Presidente do sindicato nosso amigo, nosso companheiro, forte, ... que está chegando até uma emoção pela luta desse homem. [Manoel começou a chorar pela emoção - Dona Anunciada: Ele tem razão, tem razão] Porque ele está ameaçado, ameaçado ... Ele sabia que muitos tombaram, e quantos não tombaram! Quantos presidentes de sindicato não tombaram. E ele ficava aqui sabendo que ele estava trabalhando para levar a luta à frente.

[Isac] Um compromisso, um esforço que a gente tem que fazer, é de cumprir com o próprio dever. Cumprindo não existe medo, porque se fosse para dar o exemplo do que já aconteceu comigo, teria que dizer muito, muito ... mas eu não quero não ... Só quero dizer uma coisa. Eu já fui interrogado várias vezes pela Polícia Federal. Lá em casa. E já fui em João Pessoa. Muitas vezes foi interrogado, e eles me perguntavam quanto recebia para fazer esse trabalho. "Eu não recebo um tostão. O senhor pesquise." Por que que eu dizia isso? Porque eu tenho certeza, e confio em Deus, que nem uma pessoa ia dizer a eles que já me deu um dinheiro para fazer esse trabalho.

Eu tinha a maior confiança em Deus que nenhum trabalhador ia dizer, porque eu não ganhava. Aí, eu sempre tenho uma última mensagem. Aqui vocês são testemunhas aqui, e lá no assentamento, a gente não tem muito de que pedir a Deus, é só agradecer ...

- [Dona Anunciada] 'É. É isso! -

Não temos que pedir. Porque Deus sabe o que a gente precisa. Talvez, às vezes também é pedir, mas é mais por pouco.

Mas agradecer é de toda hora, e de todo momento.

NOTAS DA TERCEIRA PARTE

[1] A proposta pastoral arquidiocesana denominada 'Ação Pastoral Igreja Viva' atuou em Itabaiana já desde o final de 1969, como testemunham uns relatórios da CAER (Comissão Arquidiocesana para o Ensino Religioso) que, de maneira constante e pontual, assumiu acompanhar o processo de proposta e implantação dos primeiros grupos. A proposta se tornou assim o eixo central da formação das professoras e das catequistas das paróquias, que faziam referência ao Zonal Agreste. Em Mogeiro lembra-se um contato constante com 30 professoras, em 1970. As professoras vinham dos colégios estaduais e municipais da região, e dos colégios religiosos, estando entre os principais objetivos da formação, com numerosos encontros guiados por pessoal da CAER de Itabaiana, a apresentação e promoção do livrinho 'Igreja Viva' e de suas propostas. Essa ligação entre a formação das catequistas, pela CAER, e a 'Ação Pastoral Igreja Viva', com a participação de Pe. Everaldo e dos outros membros da equipe diocesana, está registrada em vários relatórios do Zonal Agreste, como, por exemplo, nesse relato de 'Planejamento do Movimento Catequético do Zonal Agreste': "Durante este mês temos como objetivos despertar o interesse nas professoras para o novo plano de pastoral arquidiocesano que se denominou 'Ação Igreja Viva'. Fazendo ver as mesmas nossas responsabilidades como membros da referida Igreja. Por esta razão tínhamos deveres para com ela. Deveríamos portanto ser membros ativos e assim atenderíamos melhor as necessidades do mundo atual" (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc.19). As temáticas tratadas no livrinho foram também objeto de estudo dos padres e dos agentes de pastoral do Zonal. Assim, por exemplo, elas constituem a parte central da pauta do encontro da Equipe Pastoral do Agreste, com a presença do bispo Dom José Maria Pires, em Mogeiro, em março de 1971. (Fonte: CPa; ZA; b E 08 Cx 07, doc. 1). Apesar disso, não aparece que em Mogeiro tinha crescido um movimento específico ao redor da proposta de 'Igreja Viva', com grupos estáveis assim denominados; diferentemente do que aconteceu em Itabaiana, onde, como lembra Maria da Luz Barbosa (colaboradora da CAER ao nível de Zonal, enquanto que a irmã Maria de Socorro Barbosa trabalhava na JAC, e depois no MER): " 'Igreja Viva' acendeu um fogo, animou muito. O pessoal ficou muito chocado pela proposta de 'Igreja Viva'. De maneira particular pela insistência sobre a necessidade e importância da partilha na vida cristã. Houve uma grande renovação no culto. A gente saía e passava por todas as capelas, junto com os padres, visitando as paróquias e ajudando a formação das professoras e de grupos de 'Igreja Viva'. Havia uma reunião uma vez por mês em Itabaiana para os dirigentes. Começamos assim a criar equipe. Pe. Everaldo animava muito e celebrava missas bem animadas e entusiásticas. Mas mesmo, o método de 'Igreja Viva' não pegou da mesma forma da Ação Católica" (Fonte: Depoimento de Maria da Luz Barbosa, Itabaiana, 19 de agosto de 2000).

[2] A cidade de Mogeiro é situada na região agreste, no sul da Paraíba, posicionada no meio do triângulo formado por Campina Grande, Recife, João Pessoa. É município autônomo desde 1965, anteriormente pertencendo ao município de Itabaiana. O ano de fundação da paróquia, 1874, é, ao contrário, bem anterior ao da paróquia de Itabaiana, 1903. Mas, mesmo sendo fundada posteriormente a Mogeiro, ficou sendo Itabaiana a referência principal da local região eclesiástica diocesana, que na época era chamada de 'Zonal Agreste'. (Fontes: *Anuário Católico do Brasil, 1965*, CERIS, Rio de Janeiro, 1965; IBGE - Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil, 1960*, Rio de Janeiro, 1966). Na década de Sessenta, "Mogeiro era paróquia bastante maior do que hoje. Incluía também Salgado de São Felix, do qual é separado pelo Rio Paraíba; e o pároco passava semanas de lá do rio, assim como em tempo de inverno ia para Itabaiana" (Fonte: Depoimento de João Maria Cauchi, João Pessoa, 18 de agosto de 2000).

[3] Foi o Pe. João Maria que nos propiciou o contato com Dona Anunciada, atual secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro. Fomos em Mogeiro sete vezes, para conhecer o pessoal, para gravar os depoimentos, e para devolver, relendo e refletindo juntos, os resultados do nosso trabalho. Cada vez foi experiência rica de amizade, carinho e escuta recíproca. Particularmente significativos foram os momentos de trabalho coletivo: o depoimento do grupo, e o momento em que apresentei a versão 'final' do texto. Nesse texto, elaborado a partir do material gravado, dos outros depoimentos e dos documentos encontrados no arquivo, eles reconheceram a sua história contada por eles, e foi por nós motivo de alegria e de aprendizagem. Foi também o momento em que pudemos rever juntos o outro material que eles trouxeram, e outras lembranças relativas à sua história (documentos, fitas com canções). Voltei desses encontros cada vez agradecendo, pela oportunidade que a minha pesquisa me deu de encontrar e aprender, por esse grupo, por essas amigas e amigos, algo mais do que é educação sócio-política, e do que é a realidade da vida e da luta do campo.

[4] Compartilhamos com Ivandro da Costa Sales, as reflexões introdutórias à história do 'Assentamento Canudos' (situado no município de Cruz do Espírito Santo, na Paraíba), contada por um grupo de assentados [pesquisa da qual também nós participamos]: "Há quem canonize documentos escritos, achando que eles são, ou contêm, a verdade, esquecendo-se de que as versões escritas de acontecimentos não deixam de ser interpretações feitas por alguém, de algum ponto de vista, a partir de interesses bem ou mal, consciente ou inconscientemente determinados. E por alguma razão se convencionou que só os diplomados em história, ou reconhecidos como historiadores, podem entrar no território da história. Ainda mais: sabemos que na grande história oficial, o povo não é protagonista. Aí só os 'grandes homens', os heróis, fazem a história. Nós, entretanto, faremos algo diferente: em vez da versão da imprensa, ou de historiadores e acadêmicos, privilegiaremos a versão dos que fazem e vivem a historia dos acampamentos/assentamentos. Eles falarão deles. E nós, por opção teórica e metodológica, não procuraremos saber sobre a veracidade de suas afirmações. Não somos contra outras versões. No momento só estamos querendo dizer que a versão dos que vivem na história não é para ser excluída; e, ao mesmo tempo, afirmar nosso objetivo político-educativo: queremos que os trabalhadores de um acampamento/assentamento vivenciem em nossa pesquisa o que de fato eles são: historiadores de sua história, ou seja, sujeitos e autores de uma historia que estão fazendo" (Cf. SALES, 2000: 16).

[5] Os cantos tinham, e ainda têm, uma importância muito grande na atividade pastoral, e nas atividades de formação e de luta dos movimentos sociais. Foi também elemento importante da proposta de 'Igreja Viva', pela qual o próprio Pe. Everaldo compôs umas canções, gravadas em um disco pelas Edições Paulinas. Por eles conseguia-se criar um clima de entusiasmo e de participação, ao mesmo tempo em que a própria letra das canções passava as 'palavras de ordem', os lemas centrais, as sínteses temáticas, as motivações da luta, e as caraterísticas principais da identidade do movimento ou do grupo. A letra de muitos dos cantos cantados pelo grupo de Mogeiro é de João Luciano Sobrinho, aproveitando de músicas populares já conhecidas, ou de outros autores.

[6] Pe. João Maria Cauchi, de origem maltesa, chegou a Mogeiro em 1968. Foi seminarista no seminário de Olinda-Recife, nos meados dos anos Sessenta, mas querendo trabalhar no meio rural, pediu para Dom Helder Câmara passar na Paraíba onde já trabalhava, em Guarabira, um padre maltês, Pe. Pedro. Dom José Maria Pires foi quem o consagrou diácono e, na véspera de Natal de 1967, o ordenou padre em nome do bispo de Malta. Depois de seis meses em Serraria-PB, passou um breve período em Malta, e de volta, já era nomeado pároco de Mogeiro, sendo o Pe. Pedro nomeado pároco de Itabaiana, para os dois poderem trabalhar juntos, como eles mesmos desejaram. Sucessivamente, a saída de Pe. Pedro, e um desentendimento entre os três da seguinte equipe (João Maria, José Gália e Leônidas), fez

com que Pe. João Maria e Leônidas assumissem, ficando em Ingá, as paróquias de Ingá, Mogeiro, Serra Redonda e Gurinhem. (Fonte: Depoimento de João Maria Cauchi, João Pessoa, 18 de agosto de 2000) Relativamente aos projetos pastorais, no Arquivo da Arquidiocese, na pasta do Zonal Agreste, encontramos o plano pastoral da paróquia de Mogeiro para o 1970. (Fonte: AEP: CPa; ZA; c E 09 Cx 07; doc. 1). Dois os itens principais: renovar na paróquia o trabalho da catequese, e intensificar o trabalho de evangelização de adultos. A respeito da catequese, os documentos atestam um grande trabalho voltado à formação de professoras e catequistas, com a ajuda da CAER e da Equipe de Itabaiana, tendo como referência principal, pelo menos em 1970, o livrinho de 'Igreja Viva'. (Cf. Relatórios da CAER e do Zonal Agreste. Fontes: AEP: CPa; APA / CAER; e AEP: CPa; ZA). Relativamente ao trabalho com os adultos, fala-se de 'oito pessoas que já começaram a se reunir', e da promoção de um encontro com a APA (Ação Pastoral Arquidiocesana, comissão de coordenação central da pastoral da Arquidiocese), para refletir sobre 'Educação de Adultos'. Achamos que essa atenção à evangelização dos adultos, se deu paralela ao trabalho que Pe. João Maria estava propondo a Manassés e aos outros do grupo, provavelmente interligando as duas propostas, sendo que o trabalho deles era mais voltado para as comunidades das serras, enquanto o outro, o planejado com a APA, visava mais um trabalho com quem morava na rua.Por outro lado, Pe. João Maria não estava muito preocupado da denominação da ação desenvolvida: "O importante para mim era que o pessoal tivesse esperança, que descobrisse que o evangelho tem a ver com a vida e que não há sentido dividir: o evangelho na Igreja e o trabalho no mundo. ... Eu não estava preocupado com 'Igreja Viva' ou com MER, ou com outras denominações ... Estava preocupado com o povo caminhando e colocando o evangelho na vida ... E na minha opinião, Dom José não abençoou muito a proposta de 'Igreja Viva'. Ela era mais uma criação de Everaldo" (Fonte: Depoimento de João Maria Cauchi, João Pessoa, 18 de agosto de 2000).

[7] Natural de Salgado de São Felix, que na época pertencia ao município de Itabaiana, Maria do Socorro Barbosa se engajou na ação de apoio aos trabalhadores rurais quando ainda muito jovem, participando das atividades da JAC, Juventude Agrária Católica. No período da crise da Ação Católica e da seguinte transformação da JAC em MER, Movimento de Evangelização Rural, ela começou, a convite de Pe. João Maria, um trabalho nas serras da região em apoio aos nascentes 'Círculos Bíblicos', e às pequenas comunidades que começavam a se formar. Professora em Itabaiana, atuou no MER e ainda hoje atua no movimento que o sucede: o Movimento das Comissões de Luta, MCL. (Fonte: Depoimento de Maria do Socorro Barbosa, Itabaiana, Paraíba, 19 de agosto de 2000).

[8] Há uma certa incerteza no grupo relativamente à datação precisa em que começou o trabalho, e aos anos das prisões. Cruzando os dados com a data da chegada de Pe. João Maria em Mogeiro, a data mais provável é a apontada por Manassés, fevereiro de 1969.

[9] Registramos a versão de Pe. João Maria, relativamente à causa das perseguições e interrogações do pessoal de Mogeiro: "Uma vez eu fui convidado pelo presidente do sindicato. Era José Gomes, o primeiro presidente do Sindicato. Um dia, esse presidente me chamou para dar uma palavra, na hora, sem ter me avisado, num primeiro de maio, mais ou menos no começo dos anos Setenta. Ele tinha convidado um tal, Doutor Antônio Santiago, não sei se na época era deputado, mas já o tinha sido; e convidou esse homem para ser a pessoa importante do evento e falar aos agricultores. E esse homem mentiu tanto falando no céu, que eu não agüentei. Quando o Fulano me convidou para falar, e eu não tinha preparado nada, eu fui desmanchar o que ele tinha dito. 'Pergunte aqui quantas pessoas recebem o salário mínimo! Pergunte! Quantas ?' - e o perguntei ao pessoal. Ninguém levantou a mão. O presidente ficou com vergonha, e o deputado ficou com raiva. Ele se levantou dizendo: 'Não tolero estrangeiro falar assim das forças armadas do Brasil. Agora mesmo eu lhe vou denunciar.' Eu me levantei, atravessei a praça e fui para casa. Mas fiquei desconfiado. Sai, e fui para Salgado de São Felix. Lá estavam os chamados 'seminaristas da enxada' [uma

experiência de formação rural para padres querida e fortemente apoiada por Dom José Maria Pires]: Zé Diácono, Ivan, João Batista, Nonato, João Almeida. Disse para eles: 'Se acontecer alguma coisa comigo, saibam que é por isto e isto.' ... Se não me engano, depois deste fato é que começaram a perseguir os agricultores. Também houve uma tentativa de um proprietário que tentou botar para fora uns agricultores dos seus poderes. A gente procurou ajudar esses agricultores para procurar justiça. O povo apoiou muito esse casal: Joaquim e Tereza, que depois perderam a terra e foram muito humilhados, e foram morar em Salgado. ... Então, talvez, esse grupo de Mogeiro ficou na história por acidente, por mim. Por coincidência. Aconteceu uma denúncia, que eu acho foi do deputado" (Fonte: Depoimento de João Maria Cauchi, João Pessoa, 18 de agosto de 2000).
Relativamente à situação do pagamento do salário mínimo, apontada na fala do Pe. João Maria, interessante essas cartas, que encontramos na pasta da correspondência da Pastoral Rural no Arquivo Eclesiástico da Paraíba: a) "Ofício: n. 920/65. Da: Federação dos Trabalhadores na Lavoura (FTL). Ao: Il.mo. Sr. Delegado regional do trabalho. Assunto: informações. Senhor delegado, em referência à situação constante do ofício 5882/65, esta Federação informa persistir o desrespeito ao pagamento do salário mínimo regional, não só em Alagoa Nova como em quase todos os demais municípios do Estado doa Paraíba ..."; b) "Do: Sr. Chefe de Fiscalização. Ao: Sr. presidente da FTL. Sr. Presidente, de ordem do Sr. Delegado Regional do Trabalho, neste Estado, e em resposta ao ofício 920/65 ... tenho a informar a V.S.a que a reclamação da falta de pagamento do salário mínimo deve ser feita às autoridades a que alude o Art. 668 da CLT por faltar a essa delegacia o devido apoio legal para tomar providências ..." (Fonte: AEP: CPa; PR/CPT; b E 08 Cx 09; docs. 1 e 2).

[10] A situação do campo no nordeste do Brasil era assim sintetizada, na própria época, por Celso Furtado: "Três partes do Nordeste passam fome todos os dias do ano, [e] esta miséria resulta de que o homem nordestino não tem oportunidade de utilizar sua capacidade de trabalho e que ao mesmo tempo as melhores terras do Nordeste são sub-utilizadas" (in: ANDRADE, 1998 (1963): 260).
Relativamente à questão da propriedade das terras, tomamos de empréstimo de Dom José Maria Pires os dados que apresentou em uma palestra para um grupo de jovens camponeses, em 1972: "Outra condição para a revolução agrícola disparar é a posse da terra. Não me digam que a maior causa de miséria de nosso povo é a seca. Não é. No litoral e no brejo não há seca e, no entanto, o homem da zona da mata é tão miserável quanto o sertanejo. Ou mais. Terra existe mas é mal distribuída. Querem alguns exemplos? Vou citar dados fornecidos pelo IBRA (Instituto Brasileiro pela Reforma Agrária) em 1967. No Brasil:
Propriedades:
3.646.117 - Área total: 360.418.098 ha
Distribuição:

Grandes propriedades:	298.137.059 ha	82,9 %
Pequenas propriedades:	45.821.125 ha	12,5 %
Empresas rurais:	16.459.914 ha	4,6 %

Tomemos agora quatro estados do Nordeste: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A situação de propriedades, embora um pouco melhor do que no conjunto do Brasil, apresenta entretanto um quadro muito semelhante de concentração quase tudo em mão de poucos:
Distribuição:

Latifúndios:	53.748	14 %	
Minifúndios:	332.251	85 %	
Empresas rurais:	3.948	1 %	
Latifúndio ocupa:		12.584.424 ha.	70,5 %
Minifundio ocupa:		4.220.494 ha.	23,6 %
Empresas rurais ocupam:		1.042.010 ha.	5,9 %

Destaquemos desses quatro Estados os dois nos quais a situação se apresenta mais grave: a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Na Paraíba há 17.104 latifúndios (18 % do total das

propriedades) ocupando uma área de 3.270.307 ha (o que corresponde a 72,3 % da área total); há 75.594 minifúndios (80,6 % das propriedades) ocupando apenas 1.038.053 ha (23 % da área total). ... Agora pensem: Se a Paraíba tem 2.383.518 habitantes e apenas 93.000 propriedades, calculem o grande número de pessoas sem terra. E das que têm terra, 80 sobre cem possuem áreas tão pequenas que não lhes é possível obter renda suficiente para uma vida humana condigna. Esse é o maior obstáculo: a juventude rural, se continuar no campo, não pode mostrar o que é, o que vale, porque não tem onde trabalhar. A não ser que se sujeite a condições desumanas de arrendamento e de comercialização do produto que deve ser vendido necessariamente para o dono da terra como acontece com os plantadores de algodão no sertão" (*Juventude rural produtividade em potencial*, Março 1972; in: PIRES, 1980: 19 ss.).

[11] O levantamento sociológico fazia parte do método do MER. Assim, por exemplo, é apresentado no depoimento de Socorro Barbosa: "O método? Num primeiro momento, fazia-se uma pesquisa dos problemas, tirando os pontos principais; e depois devolvia-se os resultados e se passava a uma pequena ação que juntasse as pessoas. ... Com aquelas pessoas que mais tomavam gosto, nós nos reuníamos à parte, e aí começava o trabalho mais forte da formação: a leitura do evangelho militante. Ou seja, o aprofundamento daquele evangelho que 'dava certo', que dava a força para agir, relativamente àquela situação. ... Eu subia as serras de quinze em quinze dias, esperando o desenvolvimento dos grupos; e quando achava o tempo oportuno para uma expansão, ia para outros sítios acompanhada por trabalhadores do grupo mais fortalecido. A minha atividade começou em Salgado de São Felix; depois foi em Mogeiro, a convite de Pe. João Maria; mas sempre é Deus que faz atrás da gente" (Fonte: Depoimento de Maria do Socorro Barbosa, Itabaiana, Paraíba, 19 de agosto de 2000).
A importância de partir escutando os problemas, e de ficar amarrados a eles no desenvolvimento do trabalho, é atestada também por Irmã Marlene e Irmã Tony, duas freiras holandesas que participaram desde o começo das atividades da Arquidiocese em apoio à realidade do campo: "[Marlene] A gente começava escutando, sentia os problemas do povo, a realidade da vida. Então, pra você também agrupar o povo e organizá-lo, você tem que partir do chão dele. Isso, em termos de comunidade, de Igreja, ou também na visão que a gente foi adquirindo muito naquele tempo, na visão de mudanças, de uma sociedade que ia se transformando. Isso naquele tempo ficava muito na consciência da gente. Era um trabalho de Igreja, de evangelização, mas era um trabalho político. Um trabalho de você alcançar uma mudança, não só dentro da Igreja. [Tony] Mas sabe de onde vem isso também? No primeiro ano, logo em 1972, logo que a gente começou a equipe de promoção humana, a gente cruzou-se lá, no mesmo prédio que hoje é seminário, que na época era o centro de treinamento, o Centremar, com os encontros do Movimento de Evangelização Rural MER, e a pessoa responsável logo se entrosou com a gente, tal Socorro de Itabaiana. E ela muitas vezes dormia lá na nossa casa, que era no mesmo bairro" (Fonte: Depoimento de Irmã Marlene e Irmã Tony, Cruz do Espírito Santo, 16 de fevereiro de 2000).

[12] Um interessante relatório da ACR/JAC, apresentando as atividades de 1971, lembra um desses levantamentos feitos para melhor conhecer a realidade do povo. Entre as 'Realizações', fala-se de uma "análise da situação dos diversos tipos de trabalhadores do campo", com a anotação meticulosa do tipo de trabalho e a descrição das queixas particulares de cada tipo, de quase umas vinte diferentes atividades profissionais. Por exemplo: "a) Meeiro: tem todas as despesas com a terra, não tem dinheiro para começar o trabalho. Promessas de ajuda por parte do dono da terra – quando a semente vem já é tarde. O pior é dividir o produto ao meio, ainda que seja pouco tem que dividir para dois. Absurdos de impostos que se paga, falta de assistência médica. ...". Assim, a seguir, há: b) pequeno proprietário ... c) barbeiro ... d) pintor, ebanista, carpinteiro ... e) professora ...etc. ... até a letra s. (Fonte: AEP: CPa; DAC; b/1 E 09 Cx 29, doc. 19, com, em anexo, uma tradução do texto em francês).

[13] O mesmo problema é denunciado pelo pessoal da comunidade de Pereiros, no sertão da Paraíba, como aparece na pesquisa organizada por Francisco Alves Dantes, José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar e Maria Marta Almeida Samento. Aí também é testemunhada uma prática de domesticação dos Sindicatos Rurais por parte dos grandes proprietários fundiários e dos políticos locais: "Quando nasceu o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santana dos Garrotes, o primeiro presidente foi colocado pelos políticos. Depois que ele morreu, houve eleição. Daí pra cá, são 12 anos com um candidato só sendo eleito e reeleito. Então, numa reunião, como havia várias pessoas animadas, pensamos em candidatar alguém de nossa comunidade. Nu encontro em Patos, falamos desse assunto ao pessoal da Igreja. Eles acharam uma boa idéia e disseram que ajudavam no que pudessem e cooperavam com um carro no dia da votação. O apoio deles foi mesmo no dia da votação. ... Várias pessoas nos apoiaram nessa luta. O Vereador que faz parte da comunidade, apesar de estar na política dele, ajudou bastante. Achamos que foi uma falha da luta a presença do Vereador, pois ele nos ajudou de um lado, mas de outro lado, atrapalhou. O povo daqui não distingue política sindical de política partidária ... Não conseguimos a vitória, mas como ganhamos a luta de mobilizar o povo, achamos que essa foi uma grande ação" (DANTAS - AGUIAR - SAMENTO, 1989: 67-68). Estas manobras, que chamamos de 'domesticação', realizavam-se muitas vezes com a conivência, ingênua ou tácita, do clero e da hierarquia, na época apavorada pelo comunismo, como o próprio Dom José Maria Pires nos confiou: "O comunismo, primeiro, era pensado como algo sempre contra a Igreja. A gente estava embasada na encíclica de Pio XI: o comunismo é intrinsecamente ateu, materialista. Então havia até aquela coisa da condenação dos comunistas. Era como se eles fossem excomungados. Era o temor de um comunismo que vinha destruindo tudo, acabando com a propriedade privada, tomando as coisas, destruindo as Igrejas. A imagem do comunismo era mesmo a do anticristo. Então se fez uma campanha enorme neste país contra o comunismo. E essa campanha foi apoiada pela Igreja Católica. Por isso a Igreja católica promoveu em todo o nordeste a sindicalização do trabalhador rural, não por causa do trabalhador rural em si mesmo, mas para poder combater as Ligas Camponesas que eram consideradas de inspiração comunista. Julião [o líder das Ligas], era considerado pelo menos, se não um comunista um socialista daquele do extremo. A coisa aparecia assim" (Fonte: Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999).

Os Sindicatos Rurais eram propostos, na maioria, para contrastar o flagelo das Ligas Camponesas, que, apesar dos pronunciamentos do seu líder, não conseguiam se colocar fora de uma perspectiva ideológica. Com efeito, Francisco Julião, ideólogo das Ligas, em vão tentava responder às críticas de comunismo. " 'Não vemos inimigos no soldado, no padre, no estudante, no industrial, no comunista; o inimigo é o latifundiário' - ele pregava - ; [e,] acusado por alguns de místico e de utilizar o misticismo para aliciar os camponeses, tem afirmado [também]: 'O Papa João XXIII foi o primeiro papa a vir de origem camponesa. A Encíclica que ele acaba de fazer é uma prova de que o Papa veio aprovar as Ligas Camponesas', e 'usamos em nossa pregação as palavras da Bíblia; sim, porque a Bíblia é um livro revolucionário.' Também não titubeia [Julião] em aconselhar que se associem aos sindicatos rurais que os padres vêm fundando nas várias paróquias" (ANDRADE, 1998 (1963): 263).

Nesses textos percebemos como há uma grande diferenciação no que diz respeito à referência do termo Igreja: para o pessoal de Pereiros, o pessoal da Igreja encontrado em Patos, é pessoal que deu apoio, pois escutavam e entendiam e se solidarizavam com a luta da base. Na lembrança de Dom José, Igreja é mais clero e hierarquia, a dimensão institucional, apavorada 'teoricamente' e ideologicamente, pelo comunismo. Na percepção de Julião, a Igreja é quase identificada com o Papa (aquele Papa, João XXIII) ou com a Bíblia, símbolo do que é o ser e paradigma principal da ação da Igreja. Ao mesmo tempo, porém, tem que dizer que a imagem 'pública' mais evidente, a que mais caraterizava 'a Igreja', pelo menos até o final de sessenta, era a apresentada pela postura de padres e bispos (salvo figuras singulares e muitas vezes isoladas).

[14] Irmã Marlene chegou à Paraíba no final dos anos sessenta, com Irmã Tony, da mesma congregação (Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua), fez parte da Equipe de Promoção Humana que Dom José quis formar para dar conta, de forma nova, dos graves problemas da luta no campo. Era o período em que começavam as primeiras experiências de comunidade de freiras inseridas no meio popular, assim como nova, pelo menos daquela forma, era a presença de freiras liberadas para atuar nas equipes de extensão da diocese. "O trabalho das nossas irmãs, da nossa congregação, era em uma linha mais assistencialista. - lembrou Ir. Marlene - Eu sentia, a partir dos cursos que eu fiz no sul [em Rio de Janeiro], que a maneira que você trabalha com o povo tinha que ser diferente, tinha que ser numa linha mais de conscientização; e de fato, o que a gente encontrou aqui na diocese, já tinha um clima que estava neste sentido. Dom José, naquele tempo estava com idéias novas. Tinha montado uma equipe de Promoção Humana, com a nossa Irmã Elizabeth já atuando nela. Ela tinha uma visão mais ampla de que as outras irmãs. Ela voltou para Holanda, mas já é falecida. Ela tinha mais idade. Então com ela a gente criou um plano, nós duas, de morar no campo, e visitar lugarejos no campo. Mas a congregação, naquele tempo, só o permitia se a gente estudasse alguma coisa que pudesse contribuir concretamente com o povo. Então, como colocaram essa condição para a gente, a gente foi fazer um curso de técnica agrícola. Naquele tempo a gente fez esse curso em Minas Gerais. E passamos dois anos lá. Aí, quando voltamos desse curso, fomos à Equipe de Promoção Humana, em que Irmã Tony na época já estava atuando. Assim, a gente combinou também formar uma comunidade de irmãs mais jovens, que tinha Tony, Ester, Elizabeth também, e tinha uma outra Ester. ... Então a gente formou uma comunidade no conjunto Castelo Branco, que naquele tempo foi o primeiro conjunto habitacional, para o pessoal que ganhava na base de um salário mínimo. Era para a gente simples. Então nós fomos morar lá. E nós nos engajamos nessa Equipe de Promoção Humana. Éramos nós duas, e tinha uma brasileira, Geris, que era técnico agrícola; tinha um casal belga, tinha gente que trabalhava na parte de saúde também, Salete, Gláucia ... Depois chegaram estudantes do sul que Dom José convidou. ... Foi quando Dom José foi no sul. Ele convidou esses estudantes. Eram vinte estudantes de psicologia e de serviços sociais" (Fonte: Depoimento de Irmã Marlene e Irmã Tony, Cruz do Espírito Santo, 16 de fevereiro de 2000).

[15] Essa consciência de fazer um trabalho 'por Jesus', de um compromisso por Deus que 'vale a pena', é testemunhado também pela experiência dos agricultores em Pereiros: "Sofremos muitas dificuldades, nessa época. Passamos muita fome, fomos ameaçados de ser presos. Era a época do AI-5. As reuniões da Igreja eram ocultas. O povo dizia que a Igreja era subversiva. A gente tinha um compromisso com a Igreja, com a história de Cristo, com o trabalho da Diocese. Era uma obrigação comprometida. Não queríamos faltar com aquele compromisso. As dificuldades que se enfrentava era aspirando uma melhora, como continua hoje. Já apareceram muitas coisas positivas, mas a luta continua para ver se temos uma defesa" (DANTAS - AGUIAR - SAMENTO, 1989: 28).

[16] Desses livrinhos nos falou Seu Isac, também em uma outra parte do depoimento: "Tínhamos uns livrinhos. Uns que falavam do estatuto da terra, outros que eram de uma linguagem bem fácil de se ler, e também tinha um de código de processo civil; falava do que dizia e do que fazia a justiça; como a justiça fazia, e como era que fazia. E tinha um outro, que eu esqueci, eu já procurei esse folheto, e não encontrei mais, por causa das mudanças que houve. ... Os livrinhos eram distribuídos pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco. Agora, não era a Federação que distribuía para nós, mas os trabalhadores que faziam parte dos sindicatos, daquele pessoal de Chã Grande, e de outros municípios. Eles eram quem trazia esses folhetins. Não tinha nenhum que algum padre tivesse distribuído; e nem estrangeiro não tinha, era a federação dos trabalhadores da agricultura" (Fonte: Depoimento de Dona Anunciada e de Seu Isac, Mogeiro, Casa de Dona Anunciada, 11 de janeiro 2000).

[17] Na Rua do Giriquiti, ao número 48, bairro de Boa Vista em Recife, era sediado o 'Serviço de Orientação Rural de Pernambuco' (SORPE), um centro de estudo de leis e instrumentos legais para o campo. Provavelmente ligado a esse centro, operava em Escada, Pernambuco, uma 'Escola de Iniciação Agrícola'. Achamos interessante, por conteúdo e metodologia, o material de estudo da reforma Agrária, que encontramos no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, na pasta da documentação da Pastoral Rural, testemunhando cursos residenciais em 1963 (três cursos) e 1964 (17-26 de fevereiro). Cursos evidentemente interrompidos pelo acontecer da 'Revolução .de 1964'. (Cf. Fonte: AEP: CPa; PR/CPT; d E 09 Cx 09).

[18] Saber ler e escrever oferece a Dona Anunciada, a Seu Isac e aos outros, a possibilidade de lutar conhecendo a linguagem do outro, do adversário. Até desafiar o inquisidor brincando sobre a própria significação das palavras, e assumindo como estratégia de aparecer 'ignorante' para mostrar a ignorância do outro. A alfabetização não faz deles pessoas 'emancipadas' à cultura letrada, mas pessoas 'intérpretes', que querem conhecer e aprofundar a linguagem do outro para melhor defenderem os próprios direitos. Nesse sentido, talvez, aconteceu em Mogeiro o que foi registrado, como desejo e esperança, em outro tempo e em outro contexto de luta camponesa, na pesquisa '*Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba*'. Com efeito, há uma educação - formação [que em Mogeiro se carateriza por ser sócio-político-religiosa] capaz não só de fornecer habilidades e dados, mas sim capaz de educar a aprender a usá-los para dialogar, ou conflitar com os outros. E para assim defender os próprios direitos e interesses. Pois, "é através da educação que se escapa da simples reprodução de códigos culturais, criando-se as possibilidades de repensá-los, contestá-los e superá-los. A educação [assim,] não é um trilho que leva a um lugar previamente definido, mas uma trilha que se abre numa floresta virgem, trilha que pode levar a muitos lugares, de inúmeras maneiras" (BAMAT -NETO, 1998: 227).

[19] Os depoentes lembraram também essas outras referências a textos bíblicos, que nos parecem interessantes para melhor perceber a constante ligação entre a reflexão religiosa e a vivência do cotidiano.
"[Dona Anunciada] E Jesus Cristo disse também, ali, naquela do cego, o cego de Jericó, que a gente lia muito para ver quem é o cego de hoje. O cego de hoje é aquele que não vê o direito dele abafado lá, e não vai buscar o direito que tem. É o perigo todo de quem quer fazer o trabalho, de quem admira o trabalho. ... [Manassés] Jesus até tinha doze discípulos, mas tinha três que eram melhores que os outros, e juntava os setenta e os enviava de dois em dois pra pregar. Então a nossa tarefa era essa. Ir e pregar. Jesus foi crucificado, e aí eu o que faço? Não estava pensando em fazer mal a ninguém não. ... [Seu Isac] Na reflexão da Bíblia, eu lembro o seguinte, por exemplo, aquele encontro de Jesus com o Nicodemo. A gente sabe que aquela conversa foi muito longa. Naquele texto a gente sabe que foi resumido ... Outra história, a da mulher pecadora, e outras histórias da Bíblia, a gente sabe que são resumidas. Foi um ensinamento longo de Jesus. A gente aproveitava daqueles textos pra refletir e sempre tocava muito na perseguição, mas precisava tempo. Porque era um trabalho que não tinha ainda bem ficado, era um trabalho ainda externo. Depois foi que a gente abriu os olhos e começou a fazer um trabalho mais interno, mais organizado" (Fonte: Depoimento coletivo, Mogeiro, sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 6 de agosto de 2000).

[20] Uma homilia de Dom José Maria Pires, em 1967, bem expressa o entusiasmo dessa leitura 'revolucionária' da figura de Jesus: "O Evangelho é uma mensagem tremendamente revolucionária, capaz de separar pais e filhos e amigos de amigos ... O cristão traz, dentro de si, essa semente de violência. E não se trata de uma atitude provisória. É essencial ao cristianismo: é seu dinamismo próprio, sua dialética. O cristão não pode se acomodar, nem se conformar. 'Não vos conformeis com este mundo'. Se isto for esquerdismo então é preciso que sejamos sempre de esquerda. Nenhum batizado pode fugir a essa tensão porque 'o Reino dos céus é arrebatado à força e são os violentos que o conquistam.' O discípulo de Cristo é fermento para azedar a massa; ele é grão de mostarda e precisa ardor. Tem que ser agressivo

como João Batista, ainda que sua coragem o leve à prisão e à decapitação. A história do cristianismo apresenta um número muito grande de fiéis que selaram com o sangue o testemunho de sua coragem evangélica. ... Quanto ao sistema capitalista e ao 'imperialismo internacional do dinheiro' a que estamos escravizados, não há dúvida que aí a tirania é evidente como é evidente a grave ofensa aos direitos fundamentais do homem e o prejuízo para o bem comum da nação. Um pouco mais de violência e de agressividade contra as estruturas não seria mau. Talvez desse coragem ao Governo para imprimir à Revolução o sentido de libertação nacional que esperávamos. E ainda esperamos e desejamos de todo o coração" (*Violência e revolução*, 1967; in: PIRES, 1980: 65).

[21] O próprio bispo Dom José nos ajuda a traçar a comparação entre o antes e o depois da atuação da Igreja, na sua dimensão mais institucional (pelo menos relativamente às intenções de uma parte dos bispos e do clero):
"Governo e Clero, Igreja e Estado estiveram outrora intimamente unidos no Brasil. Demais. A união era tão grande que a Hierarquia dependia do Governo. Este pagava um soldo às Dioceses e às paróquias, dava o seu 'placet' para a nomeação dos bispos e para a investidura dos párocos. A República, com seu positivismo, nos trouxe um grande benefício que foi a separação. Por mais que os defensores de teses válidas em séculos passados lamentem a separação e continuem afirmando que a Igreja e o Estado deveriam permanecer unidos, na prática é muito melhor uma independência absoluta entre poder civil e poder eclesiástico ficando cada qual em sua área específica. Hoje não se entende mais uma Igreja entregando ao 'braço civil' aqueles que ela julgou hereges. E o que seria da Igreja se o Governo tivesse, como já teve, o direito de veto na eleição dos bispos, na criação das novas Dioceses e na provisão das paróquias? Independência, porém, não significa oposição. Um e outro poder estão voltados para o mesmo povo que é objeto tanto das preocupações do governo civil como dos desvelos da Hierarquia eclesiástica. Em outras palavras, se Estado e Igreja devem ser independentes e agir cada qual em faixa própria, governo e hierarquia devem estar sempre presentes ao povo. ... Infelizmente não é o que se observa hoje [o papel de ser servidores do povo]. No mundo socialista o rompimento é total e notório. Entre nós, conquanto se salvem ainda as aparências, há um indisfarçável mal-estar, um como estremecimento entre aqueles que deveriam colaborar para o desenvolvimento integral a que se refere a *Populorum Progressio*: o homem todo, e todos os homens. ... Dizer que o clero é subversivo e que há bispos comunistas é prova de ignorância do que seja o clero e do que seja o comunismo. E é também uma pilhéria de mau gosto. Porque o povo está vendo que o clero toma seu partido, que os bispos defendem os humildes. Afirmar que este clero é subversivo e que estes bispos são comunistas equivale a dizer que a subversão é coisa boa e que o comunismo é o melhor sistema porque está sendo praticado por aqueles que, em qualquer circunstância, estão ao lado dos pobres e dos oprimidos. ... Foi após o Concílio Vaticano II que começou a manifestar-se, entre nós, o rejuvenescimento da Igreja através de uma participação consciente do povo. Antes, essa participação já existia em ambientes de certo desenvolvimento cultural ou social. A Ação Católica foi a grande pioneira da mobilização dos leigos que passaram a atuar mais diretamente na Liturgia e na vida social, especialmente na política. A Igreja do Brasil há de ser sempre agradecida à Ação Católica, pelo dinamismo que lhe imprimiu e pelos quadros que lhe preparou. .... A Ação Católica, porém, tinha duas caraterísticas que eram ao mesmo tempo, sua força e sua limitação: era movimento de elites e era, por natureza, uma extensão do trabalho da Hierarquia. Ela mesma se definia como 'uma participação dos leigos no apostolado da hierarquia da Igreja'. Estas balizas não comportam mais o que hoje se observa. Onde quer que a Igreja se mostra atuante, não é mais através de grupos de elite mas de grupos de povo. Nesses grupos, a preocupação não é de conferir suas opções com as decisões da Hierarquia, mas com o Evangelho. ... Não se menospreza a pureza da doutrina, mas se insiste mais na importância das ações concretas. O que percebemos é que a Igreja se está desaparecendo do centro e surgindo nas margens, torna-se irrelevante nas cúpulas e se fortifica nas bases, permanece estática e ritualista entre os grandes e se mostra criativa na solidariedade dos pequenos. ... A Igreja renuncia de boa

vontade a privilégios e nada pede ao Governo para si mesma. Certo que ela toma sempre como seus quadros de referência, de um lado as normas emanadas da santa Sé - o que é obvio -, e de outro , as leis do País. Mas suas preocupações principais não são as normas e as leis, mas os apelos do Espírito Santo transmitidos nos sinais dos tempos. Por isso ela se volta, com especial carinho para o povo e está procurando identificar-se com o povo. Povo que muitas vezes, sem interferência direta de padres ou de freiras, está se organizando em círculos bíblicos, em grupo de reflexão ou em comunidades eclesiais de base. Povo que não se monstra preocupado em contestar instituições, sistemas ou regimes, que não se interessa por uma situação política nem pela tomada do poder. Reúne-se motivado pelo desejo de rezar junto, de ouvir a Palavra de Deus ou de resolver alguns problemas da comunidade. ... Daí sua admiração quando lhe atribuem intenções de outra natureza. 'Em vários sítios - escreve-nos um grupo -, estamos proibidos de nos reunir pelo Delegado da Polícia local; não podemos nos reunir para ler o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. O delegado está querendo ofício com assinatura de encarregado de nosso trabalho, mas não de agricultor. O que vamos fazer? Se o encarregado é Cristo?" (in: *Governo e clero*, 1967, e *Homilia para a ordenação episcopal de Dom Marcelo Pinto Carvalheira*, 27/12/1975; in: PIRES, 1980: 71-72. 203-204).

[22] Comparando o ontem e o hoje, assim precisa Seu Isac: "Ainda existe uma violência aqui em Mogeiro, mas ela não é mais dos fazendeiros. Por exemplo, de seis meses pra cá, já houve umas três mortes aqui, quatro mortes no município todo. Mas agora é pelo crime organizado. Não é mais por esses fazendeiros, porque não têm mais o mesmo poderio. Até os anos cinqüenta tinham, e até no momento de mudança de sindicato e da diretoria, ainda existia; mas agora, hoje, não tem mais esse poderio aqui não" (Fonte: : Depoimento coletivo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mogeiro, 6 de agosto 2000).

[23] Entre outros, um relatório da reunião do Zonal Agreste, fala dessa dificuldade de organizar as reuniões dos grupos, observando como a dimensão religiosa podia ser útil como cobertura para continuar nos encontros a reflexão sobre a realidade social: "*Ingá - Mogeiro*: Iniciaram as reuniões e quando o padrão soube proibiu deles se reunirem. Mesmo assim, continuaram os encontros dizendo que era para estudar o catecismo. Assim, inventaram muitas outras maneiras de continuar a luta e tendo contato com as pessoas" (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc. 30. 'Ingá, 8-9/10/1977').

[24] O Movimento de Evangelização Rural nasceu do encerramento da JAC, Juventude Agrária Católica, um entre os setores de atuação da Ação Católica Rural. Além das questões ligadas ao declínio da ACB, Ação Católica Brasileira, e as perseguições políticas, há também uma motivação metodológica, e de objetivos, empurrando a mudança do nome, e da linha de atuação do movimento. Isto nos parece testemunhado nesse documento do próprio MER, endereçado para o exterior, para dar conta das atividades efetuadas (provavelmente em relação aos recursos que de lá eram oferecidos). "Porque a mudança de nome do movimento? De acordo com a experiência de trabalho, chegamos à conclusão que se tinha que partir para trabalhar com todo o meio, e não só com jovens. Os problemas sofridos pelos jovens são os mesmos sofridos pelos adultos, e a necessidade de evangelizar os jovens é a mesma de evangelizar os adultos. Esta divisão trazia desconfiança formando pequenos grupos isolados da comunidade. E o trabalho com todo o meio quebra esta desconfiança e este isolamento, e dá melhor dimensão evangélica" (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc. 19).

[25] Relativamente ao apoio dos padres ao MER, e aos movimentos atuando na área rural, achamos interessantes esses dois documentos. O primeiro, é uma carta do Assistente Regional da JAC, Pe. Teófilo Lastroney, ao bispo de João Pessoa, na qual, depois dos informes sobre um encontro para os padres, a fazer em Beberibe, Recife, ele frisa como "o que falta mais nas paróquias onde tem JAC, é uma assistência do padre para um crescimento maior dos militantes." No outro documento, apresentando o que é o MER (com uma

tradução em francês em anexo), releva-se que "o movimento é de leigos, mas vale salientar que quase em todos os sítios o trabalho foi iniciado com a ajuda dos padres. Atualmente contamos com a ajuda e participação dos padres: João Maria, José Diácono, José Flores, Christiane, Leônidas e outros ..." (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07, doc. 1 e 19).

[26] Achamos importante, e por isso o citamos na integra, o relatório do 'I° Encontro da Equipe Pastoral do Agreste', que aconteceu em Mogeiro, em março de 1971 (Participantes: o bispo Dom José, e os padres: Virgílio, Everaldo, Gálea, João Maria, Cornélio, Leônidas; mais a Equipe de Salgado de São Felix: João Almeida, Zé Diácono, João Batista). Esse texto nos parece ajudar a melhor perceber a fase de busca de transformações na atuação da Igreja (por parte do clero) relativamente à realidade do campo. E oferece uma idéia da perspectiva e da leitura que o bispo e uns padres tinham dessa realidade. Achamos importantes, de maneira particular, as anotações de Everaldo e do próprio bispo, que nos permitem perceber quais os entendimentos e qual a postura por trás das propostas pastorais. Percebe-se a busca de rumos novos, inesperados e inéditos, assim como, ao mesmo tempo, aparece a convicção de ter algo de específico a transmitir, algo para oferecer. Ou seja, de um lado reconhece-se que 'nós não formamos as comunidades ...', mas, de outro lado, que 'as comunidades eclesiais não existem pura e simplesmente'.
"Reunião: Começamos com a leitura dos Atos (4, 32-35) ... Os caminhos vão sendo encontrados na medida em que os grupos se dispõem a uma atitude de grande autenticidade, se revisando continuamente, sem grandes ostentações. Nossa atitude de servidores é levar também o povo a descobrir este serviço. É tempo de sentirmos em nossa vida o que os outros sentem no dia-a-dia da convivência ... A vida em comunhão nos torna vulneráveis porque nos tira do pedestal diante dos de casa e diante do povo. Acabada a oração, passamos à leitura dos pontos que foram discutidos na preparação deste encontro. O problema a ser discutido e aprofundado era o de saber o que queremos nesta região. Em síntese é isto: descobrir e animar grupos e comunidades que assumam suas responsabilidades na fé. Paralelamente um trabalho junto às pessoas para que descubram dentro do grupo suas responsabilidades, bem como dentro de seu meio. Debate: Atendemos ao povo naquilo que ele vem buscar, sem saber exatamente porque vem. O atendimento às pessoas e suas comunidades não entrou ainda em nossa perspectiva. Essas comunidades ainda nem sequer foram identificadas. O que conseguimos fazer apenas conserva o que vínhamos fazendo há muito e, atualmente, não 100%. O testemunho se resume a isso? Podemos ficar tranqüilos diante de um fato desse? Dom José, apesar de não saber exatamente o que espera para o futuro, acha que é só questão de correr uns tantos riscos e por isso é preciso ter coragem. Por isso pensou em centros polarizadores de regiões na Arquidiocese. Itabaiana seria um desses centros. Aí se tentaria uma experiência em que fossem levadas em conta essas novas perspectivas, uma vez que não é possível dentro dos esquemas tradicionais. Everaldo achava prioritário nos perguntarmos antes de tudo como nós mesmos nos situamos diante dessas questões: somos alguém que tem necessidades ou somos alguém necessário? Aqui está em jogo uma mentalidade de padre que sempre se julgou tão necessário que não tinha mais necessidade de aprender com os outros, e muito menos com os pobres. A adoção de uma mudança em nossa pastoral exigiria uma reeducação de nossa pedagogia. Somos aprendizes ou mestres? É claro que o anúncio da Palavra será nosso ministério, porque não há fé senão pela Palavra. Mas isso não diminui nossa atenção a uma conversão naquele sentido. Passando a um outro aspecto, debatemos acerca dos possíveis encaminhamentos dentro daquela opção fundamental. Achamos que é imprescindível a identificação dos grupos e das comunidades existentes. É verdade que nós não formamos as comunidades ou os grupos, mas formamos as comunidades da Igreja, as comunidades eclesiais, porque essas não existem pura e simplesmente. Pessoas que têm fé e vivem em comunidades são fermento dentro delas e já vivem Igreja embora ainda não haja a comunidade a que pertence chegado a uma plenitude de fé. É preciso levar em conta também a dificuldade que temos de comunicação com as pessoas que não têm nosso nível cultural. Não seria mais normal, então, descobrir dentro das comunidades pessoas que tenham a capacidade intuitiva dos problemas e de certo

modo tenham o jeito da religiosidade popular, a fim de que não entremos em atrito com a comunidade nessa matéria? A religiosidade popular guarda um valor, que não é o mesmo para nós. No entanto, precisa ser superada na medida em que ajudamos a explicitar os verdadeiros problemas que se ocultam por trás de uma insaciável necessidade de apoio na religião. Levando em conta este valor, evitaremos dispersar o pessoal e salvaguardar o essencial. João Maria quis trazer mais ao concreto a reflexão, até então um pouco teórica.

Disse ele: Será que aquilo que chamamos de necessidades religiosas do povo o são de fato? Estou aqui há dois anos e se desaparecer tudo volta a estagnação ... Foi assim que aconteceu em Gurinhem. Este é um problema histórico, disse Dom José. Fomos batizados sem crer. Nossa religiosidade tanto se expressa no xangô como na missa. Uma como outra, não compromete. Alimentamos isso desde o começo. Se não partir das necessidades humanas mais profundas, não evangelizaremos autenticamente. Em síntese, o debate abordou as seguintes questões. O que merece atenção: - a religiosidade popular, que exigiria uma reformulação nossa por dentro; - os contatos com as pessoas e os grupos; - ir aos mais humildes; - descoberta dos líderes naturais, entre os que se apresentam um pouco mais próximos da fé revelada; - os ambientes (estudantil, por exemplo) nas cidades maiores ... Obs. : Os grupos surgem dentro da comunidade. É uma comunidade de fé que está em nossa perspectiva. A partir daí, agarrá-los naquilo que nos pedem, sem a preocupação de reuni-los independentemente. Zé Diácono suscitou a questão do que não é comum, para podermos nos firmar aí, porque há padres que não vão aceitar tudo ou nada mesmo. Dom José observou o seguinte: 1. É preciso mudar. A gente teria que ver uma região onde isso seria possível e tentar levar adiante, mesmo que houvesse um ou outro padre que não quisesse. 2. Não é obrigado que todos os padres entrem em contato com todas as pessoas, mas descobririam pessoas que também se dessem o trabalho de colaborar e através delas atingir as comunidades. Discutimos um pouco isso. É preciso comunicar aos outros padres. Se depois de comunicar eles não quiserem colaborar, então o jeito é tocar para a frente, exigindo deles ao menos o respeito pelo que faremos. Outros ainda acharam que o trabalho deveria ser feito com discrição, mas profundidade, atingindo os pontos essenciais sem levar muito em conta os pontos de conflito. Achamos que as comunidades ou as capelas aceitarão que o padre vá para aprofundar os seus contatos com as pessoas; organizando racionalmente um horário para o serviço de rotina. Everaldo pôs uma questão a respeito das exigências que se deve fazer ao povo. Dizia ele: é necessário começar pela exigência ou preparar as pessoas para uma melhor consciência? Quanto ao planejamento, preferimos não fazê-lo porque o mais importante é começar pelos contatos. Não sabemos ainda como vão ser feitos concretamente. Ficamos de nos reunir periodicamente para comunicar esses contatos e nos enriquecer mutuamente" (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc. 6).

[27] A sensibilidade em distinguir, e colocar em precisa relação, sem subordinações, a ação no campo e as atividades específicas de Igreja, é frisada também, com orgulho, por Socorro Barbosa, porém apontando mais a questão das relações entre leigos e clero: "A nossa ação era um movimento de leigos ligado à Igreja. Os padres e as freiras não coordenavam. ... Até que chegou um momento em que, entre os coordenadores, se decidiu que quem não era trabalhador não podia ser coordenador" (Fonte: Depoimento de Maria do Socorro Barbosa, Itabaiana, Paraíba, 19 de agosto de 2000). A mesma consciência, e o mesmo orgulho, aparece na reflexão da comunidade de Pereiros: "A gente tinha o apoio e o acompanhamento da Igreja. Mas dentro da comunidade chegamos a uma força, a gente mesmo, confiando um no outro, nos trabalhos em mutirão, ajudando um ao outro. Nós conseguimos uma força que deu coragem para ir à frente. Tivemos muito acompanhamento, muita informação, mas a maior parte nasceu da comunidade. A gente queria a transformação. A Igreja foi o apoio que a gente precisava" (DANTAS - AGUIAR - SAMENTO, 1989: 39).

[28] Aqui, mais uma vez, há um caminho semelhante em Pereiros: "Durante a semana, havia a escola; no domingo, a gente se reunia para ler o evangelho e os livrinhos que se recebia em Patos. Estudando o evangelho em comunidade, vimos que era preciso haver transformação.

A gente rezava, mas não conhecia a história. Vimos que se tinha que seguir esse caminho: conhecer e seguir a história, transformando, como a gente faz. Nossa caminhada é assim. É assim a nossa luta. Antes, a gente ia rezar um terço ou mesmo uma novena, e cantava aqueles hinos da igreja, em latim - 'Ora pro nobis'. As pessoas mais velhas devem se lembrar. A novena de hoje tenta conscientizar. A novena do Natal fala dos sem terra. Cada uma teve uma modificação, conta uma história real. Conta o sofrimento do povo. Aquelas orações eram quase uma reunião. Tinha aquele debate, aquelas perguntas. Muitos estranhavam as leituras que eram colocadas na vida de hoje. Tinha gente que não achava aquilo certo. Achava certo era aquela novena lida em latim. Com as leituras, a gente viu que estava sem saber de nada dos direitos humanos. Começamos, então, a descobrir que o trabalhador rural também tinha direito. E esse direito só poderia ser arranjado através de união. Um só não fazia nada" (DANTAS - AGUIAR - SAMENTO, 1989: 31).

[29] A atuação do MER no Estado da Paraíba é lembrada também no testemunho da vida da comunidade de Pereiros, cujas etapas da história ainda uma vez parecem ter algo parecido com a do grupo de Mogeiro:"No final de 1972, o padre do município vizinho, Nova Olinda, ficou sabendo que na Diocese de Patos, havia chegado um dinheiro da Alemanha, para ser aplicado em organização, principalmente rural, através de escola, usando o método 'VER, JULGAR e AGIR'. Como ele sabia que a professora daqui havia sido demitida pela Prefeitura, passou aqui e perguntou se ela aceitava ensinar a adultos à noite ... Ela aceitou ... De dois em dois meses, ela ia a Patos, participar de reunião. E no final do ano havia um encontro com toda a Diocese. Para esses encontros, a professora tinha que levar alguns daqueles alunos. Várias pessoas daqui participaram dos encontros. Lá se discutiu que muitos daqui eram capazes de ajudar a professora na reunião do domingo. ... Em 1974; acabou-se o dinheiro da Igreja. Então, houve uma reunião em Patos para saber quem queria continuar. Ficaram certos de continuar trabalhando, sem ganhar, três pessoas daqui e um rapaz de Barragem de Farinha, em Patos. Os outros desistiram. Daí, passamos a participar do Movimento de Evangelização Rural - MER, que depois passou a se chamar de Comunidade Eclesial de Base. Todo o mês, ia um grupo participar de reuniões em Patos. Para essas reuniões eram convidadas, também, pessoas de outras categorias. Lá eram distribuídos uns livrinhos sobre 'Direitos Humanos', 'Estatuto da Terra', 'Sua comunidade é você', e outros. Teve época em que vinha muita gente, a casa ficava superlotada. Teve época em que só ficavam três pessoas" (DANTAS - AGUIAR - SAMENTO, 1989: 27).

[30] Um relatório do MER, datado 27-28 de maio de 1970, relata de um encontro de vários grupos de base com a assessoria do pessoal da coordenação do MER, na Serra do Cabral (Mogeiro). Nos testemunha a metodologia dos agentes de pastoral, particularmente atenta à análise crítica do trabalho, e à vida, aos sentimentos, e às expectativas dos participantes: "Neste encontro participaram pessoas de três comunidades que são as seguintes: Serra de Cabral, Gaspar, Granjeiro, num total de 25 pessoas. Partimos dos seguintes pontos: * O que esperamos deste encontro? (estudado em círculo ...):- melhorar o corpo e a alma / - ajudar os outros nas necessidades de acordo com as forças / - aprender novas idéias e maneiras de transmitir aos outros / - para encontrar a felicidade. * O que vocês estão fazendo no sítio? ... * Reflexão evangélica (Atos 4,32-37) ... * Aprofundamento da reflexão ... * Que tipo de mudança queremos? ... * para que estamos fazendo essas coisas? ... *Quais as dificuldades e facilidades que encontramos ... * Como estamos fazendo as ações? ..." (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc. 11. 'O relatório é assinado por Estela Prudêncio, da equipe de Solânea').

[31] Essa dupla visão, com a atenção ao curto e ao longo prazo, é testemunhada por vários documentos como uma atitude constante de pensar o trabalho e as ações. Assim, por exemplo, em um relatório de apresentação do MER, precisam-se os "OBJETIVOS: a) em longo prazo: - fazer com que os camponeses assumam o processo de libertação no campo, com um engajamento concreto na problemática de sua vida e da comunidade (tendo em vista

a expressão de sua fé cristã). b) curto prazo: - fazer pequenas ações conjuntas, com a finalidade de: unir, quebrando o isolamento em que se vive, descobrindo o valor da organização e o compromisso cristão de cada um" (Fonte: AEP: CPa; ZA; b E 08 Cx 07; doc. 19).

[32] A conclusão semelhante, chega também Manuel Correia de Andrade, na mesma época, na sua análise da situação do campo no Nordeste: "Verifica-se, assim, que no Nordeste a sorte está lançada e que os paliativos de uma política de colonização a longo prazo, concebida tecnicamente em gabinetes, sem consultar os interesses dos que mourejam a terra, dificilmente contribuirão para minorar a situação dos trabalhadores sem terras e solucionar a tremenda crise em que se debatem. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são altos, sobem cada vez mais, enquanto os salários continuam inferiores ao mínimo. A miséria levou o trabalhador rural a tomar conhecimento de sua força, a não esperar pelos doutores, a exigir os seus direitos. Passou o medo dos proprietários e dos feitores e, organizados por políticos de esquerda como Julião, ou por sacerdotes católicos como Antônio Melo, passam os trabalhadores rurais a exigir maior compensação pelo seu trabalho. Agitam-se, esperneiam, são perseguidos, reagem e exigem a cota correspondente à sua participação na produção, e desejam melhores dias"(ANDRADE, 1998 (1963): 273).

QUARTA PARTE

REMEXENDO INCERTAS CERTEZAS NOS ARREDORES DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR

"Estamos assistindo ao nascimento
do cidadão planetário".

Ainda não conseguimos imaginar
todas as conseqüências desse evento singular.

No momento sentimos, percebemos,
nos emocionamos com esse fato,
mas não conseguimos adequar nossas mentes
e nossas formas de vida
a esse acontecimento espetacular
na história da humanidade.

Percebemos que é necessário tudo ecologizar
e, assim, ensaiamos a vida nesse nosso planeta
cujos habitantes descobriram a planetariedade.

O que podemos fazer desde já?

Podemos nos interrogar profundamente
sobre os paradigmas que nos orientaram até hoje
e ensaiar a vivência de um novo paradigma,
que é a Terra
vista como uma única comunidade"

(GADOTTI, 2000: 201)

IV.0 INTRODUÇÃO

Colocamos nessa Parte Quarta umas nossas anotações ligadas à '*educação*' e ao '*popular*'. Não procurando uma conclusão, nem um texto bem arrumado, mas simplesmente retomando anotações que vêm de longe e de perto. Pensamentos que, por relações, vivências e leituras, a pesquisa remexeu, dando bastante inquietação. Apontando novos rumos, e nos afastando ainda mais de desejar definições e certezas, ao mesmo tempo, porém, confirmando-nos em umas direções.

Anotações livres, mas interligadas entre si como balões que fios de diferente comprimento seguram na mesma mão: estreitando-se ou se afastando, pelo acaso do vento ou pelo governo da mão. Nunca perdendo sua autonomia, mas até procurando a unidade do conjunto. Não se preocupando de uniformidade ou de simetrias. Gostando do vento para se liberarem teimosas, ao mesmo tempo em que, cuidadosas, procuram não se afastar demais para não se perder. Algumas delas, de vez em quando, se soltaram indo para seu destino. Outras estourando, acabaram sua função e sua contribuição e desapareceram. Outras foram 'eliminadas': por erros ou por escolhas.

Com essas anotações quero apresentar o que hoje eu sinto implicado quando falo de '*educação*'. E, em particular, o que veio refletindo quando 'educação' é acompanhada pelo adjetivo '*popular*'. São anotações, e não definições. Porque só de vez em quando, frente a específicos desafios, elas poderão tentar uma maior ordem, ou uma qualquer sistematização mais específica (e momentânea). Esperando da prática a experiência da aula verdadeira e a re-construção do conhecimento da Educação Popular que se estará vivendo. *Aquela* Educação Popular, entre outras, que aí precisará e será útil e importante. Uma entre várias possíveis, mas não uma qualquer.

Anotações, essas minhas, frágeis, parciais, imprecisas, insatisfeitas, efervescentes, imaturas. Que sentem, e sofrem, com limites pessoais e gerais: pela parcialidade dos meus conhecimentos e práticas, pela dificuldade de bem enxergar em um panorama tão vasto, pela 'crise de paradigmas' que perpassa a minha cultura ocidental. Anotações que coloco aqui, pensando que uma dissertação de mestrado é também momento de balanço e ponto de recomeço. Momento em que é oportuno resumir as pequenas e incertas certezas que a minha história, inclusive esta pesquisa, guardaram em mim, visando novos rumos e desafios. Para continuar crescendo: *advindo*.

Pensei, assim, que a parte final da dissertação tivesse que ser, ainda mais, algo que vem de mim mesmo. Sem esquecer, aliás agradecendo-os, os outros e as outras que vieram constituindo o 'nós' da pesquisa, depoentes, autoras e autores de textos e relatórios. Por isso optei por deixar de lado as citações explícitas, mesmo tendo na mente e no coração esses companheiras e companheiros, cujas contribuições já fazem parte do meu pensar e sentir.

Enfim, essas notas com fadiga chegaram ao papel. E as apresento mesmo com a insatisfação de não ter conseguido traduzir na escrita o que na cabeça e no coração conseguiram mexer. Várias vezes escritas e umas vezes jogadas fora, elas encontraram ao final esta forma. Forma aceita pela sua temporalidade, e oferecida como algo de mim que devia e queria dizer. Esperando diálogo e confronto.

Mais do que descrever ou definir, então, propus-me um narrar. Um narrar que não excluísse a terminologia 'científica' e que reconhecesse ficar dentro de uma 'tradição' de teorias e práticas de 'Educações Populares', agradecendo por isso. Um narrar como linguagem, como forma de se expressar, assumindo como instrumentos e fontes de 'verdades' o pensar e o sentir, o presente e o ausente, o dito e o deixado em aberto, o inacabado e o provisório. 'Verdades' no sentido do que para mim é verdadeiro e vital hoje, ainda que inacabado e provisório, limitado e multiforme (adjetivos que não me aparecem mais como apontando deficiências, mas sim como a forma concreta e bonita, mesmo que sofrida, pela qual a realidade se apresenta). Aceitando a sensação de insegurança que vem diante de um desafio de certa forma desproporcional.

Tentarei, assim, narrar algo do meu *sentir-me sendo educador*: inseguro, mas com confiança. Pois é nesse inseguro entusiasmo que percebo, hoje, a inevitável maneira de assumir a responsabilidade, e o gosto, de crescer educando-me e educando.

CAPÍTULO IV.1
EDUCADOR E FORMADOR

Muitas perguntas, correntes de perguntas, acompanharam o nosso percurso.

Não dá para retomá-las todas, nem para organizá-las de forma ordenada. Tentei enxergá-las como um todo, no horizonte de um questionamento mais abrangente, pensando-me um *ser-advindo-educador*, ou um *estar-sendo-educador*.

Então: 'O que, como educador-educando, veio me convencendo, entusiasmando, desafiando, e alegrando, neste meu trabalho? O que aprendi com essa pesquisa?'

A partir daí anotei pensamentos e sentimentos, tentando fechar o meu trabalho, sem a pretensão de 'conclui-lo'. Acabei ficando nos arredores de uma filosofia da educação, e da educação popular em particular. Em *uns* arredores: sem conseguir, nem pretender, dar conta do todo.

IV.1.1 EDUCAR: UMA AÇÃO QUE USA A FORÇA

Não gosto de distinguir muito entre educação e formação, mesmo reconhecendo peculiaridades. Prefiro manter uma tensão e uma certa confusão entre os dois termos, como em uma interconexão indefinível, incluindo também o agir pastoral eclesial entre as ações educativas, mesmo conhecendo e respeitando a sua tipicidade.

O ato de educar, tem a ver com formar pessoas.

'Formar', mas ao mesmo tempo 'se formar', ou, melhor, um 'formar-se juntos', e, sempre, 'por alguém', ou algo, que *e-duca*. Alguém que pode ser de vez em quando diferente: um outro, uma outra, ou si mesmo; uma pessoa, ou uma instituição. Mas sempre alguém que educa, e outro(a), ou outros, que são educados; mas reciprocamente, se alternando, se cruzando.

Educar é depois sempre ato que acontece em um contexto, social e cultural. Ou melhor, nos cruzamentos de micro e macro contextos: de quem educa, de quem é educado, das instituições, das sociedades, dos acontecimentos. Pensamos então a formação, e também uma ação pastoral, como algo que acontece historicamente, e por isso condicionada, viciada, parcial, fragmentada. Surpreendendo ou confirmando o que já somos, ou estamos sendo. Dependendo de causas e do acaso. De escolhas e de inesperado.

Nesse jogo de determinações e casualidades, e talvez por isso mesmo, pensamos que

educação e formação são necessárias, qualquer que seja o contexto sócio-político-econômico-religioso. Pois acreditamos que é difícil crescer enquanto *seres-humanos*, sem tomar 'formas' e, por isso, sem algum tipo de educação. Com efeito, se o nosso crescer é um contínuo *tornar-se-humanos*, isso acontece por ações próprias e coletivas, e por isso mesmo acontece como ato 'cultural'[1] e não meramente 'natural', nem, tampouco, 'mecanicamente' (só por treinamentos).

Em particular, a formação é algo necessário nas e para as instituições: para conservar, aperfeiçoar, e manter seus interesses e finalidades. Assim, a própria Igreja continuamente precisa formar e se-formar (ou reformar): pela própria autopercepção de *ainda-não-ser-plenamente-cristã*, e pelo desejo que outras e outros se tornem cristãos, acreditando que isto os ajudará na vida. Por isso procura e escolhe formas, jeitos, símbolos, idéias, e mitos para refletir, assumir e viver o que acredita ser o sentido da vida.

Essas formas históricas às vezes se apresentam como proposta, outras vezes de cara autoritária ou dogmática. Mas mesmo quando elas se apresentem 'certas', dogmaticamente certas, é a própria insistência para com as certezas que deixa, e cria, espaço, ironicamente, ao aparecer de brechas de incertezas, evidenciando uns momentos de fragilidade e apontando aberturas para novos questionamentos. Com efeito, quem insiste nas certezas acaba muitas vezes aumentando sua força de coerção, produzindo assim, ao mesmo tempo, suspeitas, dúvidas e reações.

Sendo atos culturais, '*formar*' e '*educar*' (e *agir pastoralmente*), são verbos que implicam ações de alguém relativamente a outro, ou outra, ou outros. Ações oferecidas ou impostas, sempre trazendo intenções e interesses, implícita ou explicitamente. Ações assimétricas, e que não escapam de implicar relações de 'força'.[2] Mas falando de ação de força, não quero falar imediatamente de violência. Aliás, força é o que alimenta a vida.

Nós sabemos reconhecer a força desejável de um abraço cheio de ternura e carinho, e quanto mais amamos, mais apertado o esperamos, quase até doer. E, ao mesmo tempo, sabemos reconhecer, numa mesma força ou até mais 'caprichada', a violência de abraços formais, ou traidores, ou irônicos, ou falsos, ou injuriosos.

A força é o que na nossa vida move, mexe, apaixona, sustenta nas lutas, alimenta esperanças, exercita a acolhida. Ou, ao contrário, provoca sofrimento e angústias, luto e desespero, apatia e desilusões. Por ações implicando força construímos ou destruímos, suscitando vida ou trazendo morte. Por isso a força pode ser coisa boa. Mas temos que ter cuidado para com ela, assumindo a responsabilidade de *bem* usá-la. Dosando-a para que opere o bem, renunciando a usá-la cada vez que ela se torne violenta (até na simples suspeita que possa acontecer).

Acolhemos da etimologia dos verbos mais algumas sugestões.

O verbo "*educar*" vem do ato de conduzir, alguém acompanhando outros, como guia ou como ditador.

Acompanhando: de um qualquer estágio para um outro, suposto como um progresso, como um amadurecimento. De uma idade para outra, de uma situação para a sua mudança. De um lugar, real ou metafórico, para outros achados melhores, ou mais oportunos, ou mais aptos. Passagens que se processam por uma ação de guia, de ajuda, ou de mandamento, de alguém relativamente a um outro, ou outra, ou outros. Ação que pode ser serviço ou ditadura. Criação de condições de autodesenvolvimento, ou propaganda de doutrinas unívocas e absolutas. Comunicação de rumos culturais que vêm de uma história e de uma tradição, mas abertos a novidades, ou exercício de uma passiva aprendizagem por regras e paradigmas oferecidos como certos e universais, sejam eles divinos, ou naturais, ou culturais.

"*Formar*" tem a ver com 'dar forma'.

Assim, em educação, às vezes formar se torna a ação de força de quem obriga dentro de um padrão rigidamente preestabelecido, ou, outras vezes, a ação artística, e artesanal, de quem oferece ferramentas, modelos conceptuais e condições para que o outro esteja 'formando-se' para escolher, aos poucos, o próprio jeito e rumo. Com múltiplas variáveis.

"*Agir pastoralmente*", na Igreja católica, implica assumir uma posição de guia, de acompanhamento, em referência à figura bíblica do 'pastor'. Imagem primeiramente aplicada ao próprio Deus interpretado como aquele que guia e cuida do povo e do mundo todo, e, depois, secundariamente e de forma supletiva, endereçada aos chefes religiosos do povo. A Bíblia, porém, conhece algumas interpretações diferentes disso. Há o conto, e a denúncia, de 'pastores-chefes' explorando as ovelhas que recebem a reprovação de Deus por intermédio dos profetas. Há o pastor que procura a ovelha 'perdida', de certa forma privilegiando-a. Há depois os pastores convocados à manjedoura para ver e encontrar quem nasceu 'para eles como salvador': os pobres e excluídos como primeiros destinatários do anúncio. Cada imagem trazendo consigo várias sugestões e conotações.

Além porém dessa diferenças referenciais, ao nosso ver, aparece uma ambigüidade, ínsita na própria imagem do pastor, assim pelo menos em uma análise que reflita as implicações de um imaginário nos mitos e nas ideologias. As ovelhas são essencialmente diferentes do pastor e dependem quase passivamente da sua ação, por uma dependência '*ontológica*'. Diferença que literariamente é quase eliminada nas fábulas, onde homem, lobos e ovelhas falam e participam paritariamente dos contos (como nas fábulas de Fedro ou Esopo), mas que permanece em uma narração verista que usa a imagem pelo que ela é na realidade. Então, essa diferença bem cabe quando a comparação é entre a realidade humana e

a divina, mas poderia apontar uma diferenciação perigosa, e facilmente manipulável, ainda que inconscientemente, quando não bem aplicada às relações entre as pessoas. Até justificando diferenças *ontológicas*, ou sacralizando poderes humanos. Talvez seja uma reflexão supérflua (impertinente?), mas achamos que nem sempre as religiões vigiaram atentas.

IV.1.2 EDUCAR-FORMAR APONTA A MUDANÇAS.

Historicamente, cada vez que se reputa que um jeito de ser ou algumas práticas podem ou 'devem' ser mudadas ou modificadas ou aperfeiçoadas, visando a que as pessoas ou os grupos se tornem melhores e mais bonitos, aí há a necessidade de formar e educar. Pois, para mudar precisa força, para deixar algo e construir, ou reconstruir e reformar, algo novo.

A força que a educação oferece é a que vem do convencimento, dos conhecimentos, dos valores. E é sempre relativamente a umas éticas e estéticas, conscientes ou inconscientemente assumidas, que queremos mudar, ou desejamos que outros(as), ou as coisas, mudem. Por um se sentir e se fazer de fato responsável delas, justificando assim as ações de força necessárias. Força, também, necessária por causa das resistências que sempre aparecem quando alguém quer modificar algo, ou alguém.

Precisa de força para mudar, mas o jeito e a qualidade dessa força pode ser diferente. Haverá um formar que é '*obrigar* a formas', e haverá outro se propondo como 'espaço de *contemplação*, e de *experimentação*, de formas'. Às vezes essas formas se apresentarão como novas, outras vezes como já historicamente dadas, experimentadas, encontradas. Podendo ou impô-las, ou propô-las para ser assumidas em liberdade, admirando e avaliando. E se houver liberdade talvez muitas vezes acharemos bom renovar as próprias formas, até mudá-las radicalmente, pela ação conjunta de quem educa e de quem é educado. Formas, assim, que não aparecem repentinamente, mas sempre são testemunhadas, oferecidas. Por outros que há tempo já estão se formando, e que por isso mesmo se tornam educadores.

De qualquer maneira, porém, assumir formas, por obrigação o por escolha, provoca mudanças, pessoais e coletivas, mexendo com os sentimentos: o medo, o entusiasmo, as crenças, os afetos, os valores, os ideais. Formar é então ação - manual e intelectual, usando teorias, material didático, estabelecendo relações - que vem mostrando o que 'desejamos ser', ou o que 'desejamos que o outro seja', nos convidando a procurar meios e recursos para sê-lo, e nos obrigando a dar conta dos nossos e alheios sentimentos.

Mas procurando o que nós achamos o bom e bonito, ao mesmo tempo, experimentamos os nossos limites, os nossos recuos, as nossas fragilidades e resistências. As nossas e as de quem vive conosco nesse tempo e espaço. Por isso formar implica força. Não se podendo eximir de se medir com 'formas', nem podendo renunciar ao ato de des-construir

e re-construir 'formas': para outros, ou para nós mesmos, ou juntos. Nem podendo se eximir do defender os próprios convencimentos na frente de quem se tornará nosso adversário, ou, às vezes, inimigo.

Formar é des-construir e re-construir formas para sermos mais bonitos e melhores. Oferecendo imagens e percursos para conseguí-las, nas buscas que o viver implicará. Formas que não são necessariamente estruturas rígidas, mas o podem ser, dependendo da postura educativa e das ideologias assumidas como norteadoras. Pensamos essas formas como idéias, noções, temáticas, sonhos, desejos, ídolos, projetos, metas, etapas, atividades. De vez em vez reformuladas para dar conta dos contextos e das pessoas. Às vezes será uma formação propondo 'modelos' para 'ter uma idéia', para começar a pensar. Às vezes contemplando juntos 'formas' que acontecem, e interpretando-as. Às vezes, ficando se perguntando sobre os jeitos e os convencimentos que a vida e a história nos vem apresentando na frente. Formas, então, como instrumentos teóricos e práticos para reler a própria história. Pois quando nos narramos, contando de nós e de outros, temos que dar alguma forma ao nosso contar.

As formas educativas, assim, são os instrumentos para dizer, ou imaginar, e construir, o que queremos ser. Para nós e para os outros. Formar é por isso, ao nosso sentir-pensar, hoje, oferecer rumos e sugestões para melhor advir o que desejamos: pintando o que fomos e o que estamos sendo, imaginando o que queremos e poderemos ser, e escolhendo jeitos e ações para concretizá-lo. Aceitando que há forças implicadas em tudo isso. Pois as formas que estão sendo propostas pretendem excluir outras formas. Pretendem *convencer*: ou seja, *vencer-junto*. Implicando confronto, luta, vitória, alianças, exclusão do antagônico.

Mas de onde vem em mim - e por quê -, me perguntei, essa insistência sobre as questões das formas e da força na educação?

Creio que essa pesquisa mexeu muito em mim nesse sentido. O clima de luta e de resistência do período analisado frisou como a educação participa das lutas de interesses e do conflito das ideologias que perpassa a história. Eis aí algo que aprendemos. A Ação pastoral 'Igreja Viva' propunha-se formar, aprontando uma série de iniciativas que *repassassem* uma idéia de Igreja, um jeito de ela ser diferente da anterior. Por isso insistiu-se naquela forma de Igreja, achada a mais apta para quem desejasse ser cristão católico na Arquidiocese da Paraíba na época pós-conciliar e no contexto da Ditadura.

Por isso, o bispo e seus colaboradores trabalharam, elaborando e realizando ações educativas: palestras, encontros de grupos, diálogos com os padres, o livrinho, material didático, reuniões. E por isso esses eventos não tinham um sabor neutro, pacífico, mas os tons da luta, da resistência, do conflito, mesmo em uma linguagem pacata e reflexiva.

Propunham uma Igreja diferente, esforçando-se para que o fosse. Esforçando-se mas sem se tornar violenta. Percebendo-se muitas vezes dentro e, ao mesmo tempo, no limite - quase fora - da própria 'Igreja'. Ou seja, percebendo que a forma 'boa' de ser Igreja por eles proposta tinha fortes resistências também dentro, na cúpula e na base. Resistências que eles queriam quebrar, mudar, superar, pelo convencimento e pelo diálogo e com entusiasmo, com energia, com força. Mas mudar por convencimento nem sempre, a curto prazo, é historicamente viável.

Com efeito, percebemos o existir, já na época, de resistências externas e internas. Entre elas, o cansaço de se livrar da postura populista e paternalista, para pensar radicalmente no outro como um portador do direito fundamental de dar forma pessoalmente à própria vida, e no próprio jeito de crer também. E essa postura ainda permanecia ligada à forma hierárquica, como algo ditado pelo alto, de tal maneira que a ação da força formativa ficava desequilibrada, podendo criar dependência, e não deixando suficiente espaço às autonomias.

Essa alma populista e paternalista se tornou um limite que reduziu, mas não negou, ao nosso ver, a qualidade geral da ação pastoral. Pois as mudanças sempre se dão, historicamente, aos poucos, parciais, misturadas, localizadas. E, mesmo dentro desse limite, também por 'Igreja Viva' algo ia acontecendo, mudando a realidade da Igreja e da sociedade paraibanas, por reflexo e pelas ligações existentes entre elas.

O trabalho de grupo e a perseverança em registrar debates e avaliações, levantando questionamentos e cobranças, por exemplo, permitiam aos desejos, e às vivências, aparecer. E aí o paternalismo encontrava uma fértil e irônica resistência, pois no momento em que a base ia sempre mais assumindo 'as formas sugeridas', ela já começava a re-interpretá-las, cobrando maior coerência entre o anúncio e as estruturas que encarnam o anúncio. Coerência que o jeito do bispo e de outros testemunhavam, mas que ainda não aparecia na Igreja como um todo, não somente na cúpula, mas também em poderes menores na própria base.

A forma de crescer do grupo de Mogeiro nos testemunhou isso. Alguns relatórios de 'Igreja Viva', também. Há uma *auto-re-organização* de conteúdos e posturas na base que ao mesmo tempo em que realiza o esperado pelos educadores, também o supera, tornando os educandos parte do diálogo e não mais somente destinatários da ação educativa.

A experiência de 'Igreja Viva' talvez foi muito breve para poder confirmar essa nossa sensação, e não ofereceu a possibilidade de melhor perceber a evolução disso. Mas aí, talvez, uma outra pequena ironia. 'Igreja Viva' cresceu e desapareceu rapidamente, mas ficou na memória como um bom momento de vida de Igreja (e nós achamos que o foi).

'Não será que uma das qualidades dessa ação pastoral - pensei - fique escondida atrás desse seu acabar rápido, e no seu diluir-se, confusa, dentro de outras iniciativas pastorais, como nas CEB's, por exemplo[3]? Não será que foi uma 'sorte', ou uma 'inconsciente sabedoria', o seu acabar por falta de alguém que 'forçasse' a vela, e segurasse 'mandando' o leme?'

Quero dizer, para continuar e resistir ao mesmo tempo, talvez ela precisava de mais força, mais rigor, mais coerção, ainda mais cobranças aos padres e aos grupos. Mas tanto é sutil a diferença entre um abraço amorosamente forte e terno e um outro mascaradamente amável, quanto talvez é tênue a divisa entre uma formação respeitosa da liberdade da autonomia dos educandos que, mesmo que inconscientemente, recua de qualquer pressão e uma outra que assuma a 'responsabilidade' de decidir o que é o bem do outro, até persegui-lo impondo, cobrando, regrando.

Aí, talvez, o *tempo breve* da experiência, que foi um limite da proposta por não ter possibilitado um trabalho mais conscientizador, se tornou sua qualidade: por ter impedido que ela se tornasse 'violenta'. Ao invés, ela desapareceu tornando-se adubo. A fraqueza de seus propositores em convencer todo o mundo (o clero em particular) se tornou, talvez, a força leal e educativa de quem aceita que há boa educação só pelo convencimento, e não pela imposição. Não saberia dizer se isso se deu consciente ou inconscientemente, mas me parece que 'Igreja Viva' sumiu também por isso. A forma de ser Igreja acreditada e proposta não podia por coerência ser 'imposta', nem cobrada, primeiramente aos padres (ironia dentro da ironia?).

Relativamente ao alto, à cúpula (pelo menos relativamente a uma parte dela, mas forte), a idéia de uma Igreja terna e aberta conflitava com a preocupação de frear, até recuando, algumas das aberturas de Medellín, apesar de muitos bispos progressistas defendê-las corajosamente. Respeito à base conflitava com o jeito tradicional dos padres e de leigos conservadores, cujo bem para o povo se encontrava poluído pelo medo das novidades, pelas forças das tradições, ou por sentimentos mais simples (e fortes), tais como impotência, zelo, inveja, ciúme, gosto de ordem, orgulho de casta. E em ambos os sentidos, com implicações sócio-políticas: a questão ainda em aberto, e cheia de saudade, de uma Igreja aliada com os poderes, no alto. As ligações e a submissão aos poderes locais, na base.

O pessoal de 'Igreja Viva' ficou nesse meio, animado por uma 'forma' de ser Igreja que achava bom a se viver juntos, e que eles queriam *repassar*, formar. Com uma expectativa de mudanças rápidas, com grandes entusiasmos, com grande bagagem intelectual, levando consigo sonhos pessoais e coletivos.[4] Um grupo que foi marcado pelo amor à Igreja; mas uma Igreja redesenhada e achada possível pela meditação e pelas

experiências vividas. Uma Igreja sentida como 'possível', mas logo experimentada também como resistente a essa mesma possibilidade. Igreja entendida como 'povo de Deus', onde o termo 'povo', perdendo sua acepção piramidal, vinha sempre mais lidando com o 'popular', na acepção que na época ia-se aprofundando na reflexão pedagógica e sócio-política. Com efeito, havia um grande amor ao povo, reconhecido como a expressão mais autêntica da Igreja de Jesus. E foi este amor, ao nosso ver, que equilibrou e amaciou o paternalismo ainda latente. Talvez, não na Ação Pastoral no seu todo, mas nas suas atuações locais, parciais, provisórias.

Assim, formar para que crescesse esta Igreja, implicou sempre mais assumir como 'modelo', como 'forma', o que mais caracterizava o popular: sua pobreza, sua fragilidade, seu limitado poder. Mas isso só se tornou possível não implicando a Igreja, como instituição, como um tudo. Pois, além das declarações, 'ela' ainda resistia a tudo isso, talvez inconscientemente, ou perplexa. Talvez por isso, o grupo de Mogeiro, que também ficava no meio dessas forças, continua até hoje: sua autonomia, seu relacionamento respeitoso e livre com a instituição, e a consciência e aceitação do limite do seu âmbito permitiram um diálogo e um conflito viáveis, em um jogo de forças aceitável e sustentável com as instituições.

Sempre é difícil para o educador ficar no meio: de um lado, precisaria esforçar-se para obter mais consensos, apoios, seguidores, mas o próprio esforço, além de alguns limites, tornar-se-ia contra-anúncio, diminuindo sua bondade, enfraquecendo a própria proposta, até tornando-a violenta. De outro lado, há forças que têm que ser gastas para se defender das instituições e para contribuir para que elas sejam mais correspondentes a suas finalidades. E, outro elemento que o grupo de Mogeiro nos ajudou repensar, trabalhar com massas (e não só com pequenos grupos) implica operações de direção, de escolhas para com os outros, e em lugar deles, de decisões operativas inevitáveis, nem sempre coletivizáveis.

Também por isso, é uma nossa hipótese, 'Igreja Viva' desapareceu rápido. Tentou ser ação de massa, mas com instrumentos aptos para pequenos grupos e comunidades. Na realidade, ela visava a massa por contágio, mas aí a sua 'falência', a sua fraqueza que, contudo, talvez se tornou a sua sorte.

Desapareceu, com certeza, pelo cruzamento de muitos elementos: a pressão dos eventos, as crises pessoais de identidade de padres e freiras, as condições em que se davam as comunicações, bem limitadas por causa das distâncias e pelos poucos recursos e meios disponíveis, as resistências teológicas e de poder, a fragilidade da 'formação' dos líderes. E desapareceu deixando saudades (mesmo que nem em todos).

Desapareceu, mas impregnando e fertilizando. E se for assim, isto se tornaria o que chamo uma inconsciente e fértil ironia. Mostraria a qualidade da proposta pela sua aparente

falência. E talvez, é por isso mesmo que no imaginário de Dom José Maria Pires e de Everaldo Peixoto o grupo de Mogeiro, mesmo não tendo participado diretamente da iniciativa, mas tendo respirado seus ideais, se tornou um 'modelo', a boa 'forma' do que eles acreditam deveria ser um grupo de 'Igreja Viva', ou, talvez melhor *uma* 'Igreja Viva'. Confundir-se-iam nisso (ou fundir-se-iam?) a realidade da concreta ação educativa (aquela particular ação pastoral), com a realidade do que por ela se esperava, sonhava e desejava. Imagem de algo que nasce educativamente por uma relação em que a força educativa se mantém terna e o outro a reconhece e agradece, mesmo nunca perdendo sua autonomia, aliás, sentindo-se reforçado nela.

O grupo de Mogeiro não nasce solto, sem estímulos. Há ao seu redor uma Igreja procurando rumos de fidelidade ao evangelho. Porém não é criado por ela: ele cresce autônomo, aprendendo sua autonomia, mesmo nunca se tornando solitário, e agradecendo por ser acompanhado, apoiado, estimulado. É por isso que é lembrado como grupo de 'Igreja Viva', como grupo 'Vivo de Igreja'. Mesmo sabendo que há uma outra parte da Igreja resistindo a esse jeito de ser. Uma parte que não é uma *outra* Igreja, e talvez é aquela parte que mais tem poder e força. Mas localmente, e vitalmente, há aí uma Igreja verdadeira com seu jeito, e com sua autonomia, onde a forma oficial, institucional, permanece importante mas não decisiva.

IV.1.3 FORMAR, EDUCAR: FORÇAS NECESSÁRIAS PARA A VIDA CRESCER

Vimos como *formação* e *educação* (e *ação pastoral*) implicam forças e se dão por relações assimétricas, alguns preocupando-se mais com a educação de outros e outras. Em um esquema dialético: educador x educando, e de maneira que também o educador no ato de educar é educado e se educa, e vice-versa. Mas uma assimetria permanece. Assimetria que pode ser imposta, ou pedida, aceita acriticamente ou reconhecida e querida. Vivida como serviço ou como poder. Por amor, ou por medo, ou até por inveja, até por ódio, mas assim *de-formando*, oprimindo, excluindo. Relação assimétrica que às vezes se dá forçando para obter formas de sujeição, submissão, ou mera obediência, ou, outras vezes, usando com sabedoria da força educativa para que o outro cresça com e para sua autonomia.

Uma assimetria que marca as relações educativas que poderão por isso tornar-se paritárias ou de dependência, dialéticas ou dogmáticas, ternas ou violentas.

Diante disso, nos perguntamos: 'O que faz com que uma formação-educação - que sempre é ação de força e por isso 'manipula', põe mão, interfere, mexe, provoca, propõe - seja percebida e interpretada não como invasão, mas sim como *graça*? Reconhecida como *pro-posta* e não *im-posta*? O que faz com que agradeça por uma força que nos pegou pela

mão, e nos acompanhou, às vezes insistindo, às vezes talvez nos incomodando, *conduzindo-nos*? E qual o sabor deste '*agradecer*' - pois há um mistério no 'agradecer' por algo que me 'forçou', às vezes um pouco fazendo sofrer, provocando-me a modificar jeitos, pensamentos, preconceitos? E mais - sendo que mudar requer de deixar coisas e posturas conhecidas em perspectivas de novidades muitas vezes ainda não possuídas, só supostas e inexploradas sem poder evitar dúvidas e pequenas desconfianças - esse mudar será uma *graça*, ou ainda uma nova e mais sofisticada armadilha para fazer algo que outros decidiram? Abertura para liberdade ou nova máscara de antigas posturas deterministas?'

Na relação do grupo de Mogeiro com o padre da paróquia, e com o pessoal do MER (quando ainda o MER era uma das iniciativas oficiais da Igreja), assim como com a 'Igreja' em geral, percebemos ecos dessa busca de equilíbrios: o grupo fica agradecido aos padres e aos agentes de pastoral e à Igreja como um todo, mas, ao mesmo tempo, não se sente dependente nem vinculado formalmente. A Igreja é aliada em suas lutas, é companheira importante e preciosa, e o pessoal do grupo se sente parte dela, mas sem precisar fazer parte de sua estrutura organizacional.

Essa Igreja 'aliada', é a Igreja pregada e refletida (e parcialmente realizada) nas atividades de 'Igreja Viva': uma 'boa forma', apresentada por 'bons formadores'. Mas, atrás deles, talvez, não havia ainda uma instituição, oferecendo uma imagem de Igreja como um todo, garantindo a estabilidade daquela perspectiva. Pois, por tradição e por escolhas históricas e conjunturais, havia padres, leigos e uma parte da cúpula resistindo àquela forma, ainda que inconscientemente. Havia com certeza o bispo local disposto a elaborar algo de novo a partir do que ia nascendo (e aí o espaço se apresentava aberto), mas entre os próprios 'superiores' dele havia quem operava para fechar esses espaços de elaboração e experimentação. Assim, por exemplo, quando Dom José Maria Pires, inspirado na iniciativa formulada pelo Pe. José Comblin, pensou e preparou a atuação de um Seminário Rural, para formar padres mais em sintonia com o mundo camponês na tentativa de responder fielmente aos apelos da base, esta proposta foi logo abortada pelo alto. À idéia de uma Igreja aberta, na qual as relações se dariam de forma igualitária, não correspondia uma real abertura institucional e 'oficial' da própria Igreja, ou pelo menos de parte da sua cúpula. O espaço para novos *conhecimentos-consciências-experiências* se tornou assim muito estreito, local, temporâneo. Talvez, tenha-se tornado significativo, simbólico, mas, por isso mesmo, talvez apresentado uma certa ambigüidade: simbólico de uma Igreja aberta e atenta à realidade, e, ao mesmo tempo, simbólico de uma Igreja que não quer abrir mão de um certo poder (pois a abertura é localizada, reduzida: aceita mas como uma exceção).

Agradecemos ao grupo de Mogeiro que nos testemunhou uma modalidade dialética ao manter a tensão assimétrica nas relações educativas e pastorais.

O grupo assumiu seu papel de liderança, amando 'o povo', escutando e fazendo escolha para melhor servi-lo, com realismo. Assim, por exemplo, quando pensou em dividi-lo em diferentes categorias para melhor dar conta de suas lutas, reconheceu que na dialética das relações sociais, independentemente da classe de pertença, sempre há quem adere e compartilha, quem apóia mas com uma certa distância e, infelizmente, mas realmente, há também quem se torna antagônico. Aí, o grupo manteve a preocupação constante de dialogar, em diferentes níveis, pois 'sem o povo, nada há pra fazer'. E com a humildade de compartilhar, de não agir sozinhos. Eles se sentiam Igreja (e Igreja viva), ao mesmo tempo em que a Igreja (a instituição) era percebida aliada, como companheira, mostrando assim clareza em distinguir o valor que ela contém e pode oferecer, da instituição histórica, da forma, que o representa e transmite.

Sentiam-se dentro da Igreja no sentido de compartilhar seus valores e o significado histórico dela (a sua missão). Se declaram 'grupo vivo de Igreja', da qual eles se sentem 'autonomamente-parte', mas não se sentiam vinculados a ela, meramente obedientes às suas ordens e regras. Por isso podem agradecer ao bispo e aos padres, cada um com sua peculiaridade, pela ação formativa deles, por ter feito propostas, por ter acompanhado as lutas, e ao mesmo tempo, se sentir livres e sem obrigações. Por isso também, não tem ressentimento, mesmo com tristeza, na frente do jeito paternalista e conservador do antigo vigário (do qual sabiam reconhecer o afeto) ou daquela parte de Igreja que tomou distância do Movimento de Evangelização Rural, cuja experiência compartilhavam.

Manter ao centro a urgência de dar respostas às necessidades do povo, dos mais fracos em particular, manter o respeito e o amor para com todos, por quanto possível, renunciar a qualquer forma de violência ou abuso, acreditar nos valores da dignidade humana, e no direito de cada uma e cada um: esses nos pareceram os elementos que seguraram o grupo na capacidade de lidar com o equilíbrio entre a pertença a uma instituição ainda fortemente dogmática e hierarquizada, e a experiência de uma autonomia político-pedagógica de fato experimentada e bem consciente. Esses também são, na nossa interpretação, os elementos que fizeram com que o bispo e o coordenador de 'Igreja Viva' apontassem o grupo de Mogeiro como um entre os grupos mais significativos daquela experiência pastoral.

Enfim, registramos um outro aspecto determinante que o pessoal do grupo constantemente frisara: precisa muito amor, muita poesia acrescentamos nós (muitos cantos diziam eles), para que a luta dê certo. Assim como é importante a dimensão da gratuidade:

"Talvez - dizia Renato - se tivéssemos sido pagos o grupo teria acabado cedo".

IV.1.4 PARA ALÉM DE MÉRITOS E PREÇOS: A GRAÇA DE UM EVENTO EDUCATIVO

Quando há uma educação afetivamente intensa, além dos limites e defeitos que a crítica tem que apontar, aí pode acontecer o que chamemos a *graça do evento educativo*.

Por *graça* nós entendemos algo que não dependendo de mim, nem eu podendo-o 'comprar' nem planejar, aparece e se oferece como minha possibilidade, como meu recurso. O seu aproveitamento dependendo depois da minha escolha e aceitação. Por *evento educativo* entendemos algo que, de fato, vem acontecendo no ato da prática educativa: em parte dependendo do planejado e preparado, em outra parte dependendo do acaso, do se misturar das coisas, da genialidade (ou imbecilidade) do momento. Em parte não dependendo *'de nada'*, ou melhor, do que irá acontecendo pelo se misturar imprevisível de tudo isso.

Por sua característica a graça pode acontecer ou não. Nós só podemos esperar, mas ativamente: bem preparando-nos, e aprontando tudo o que há nas nossas possibilidades.

Mas aí, ironicamente, se confiamos que pode acontecer algo gratuitamente, uma boa preparação não será um planejamento rigorosamente pre-definido que só exige ser executado. Será também, sem podê-lo ensaiar, se pensar e se querer disponíveis ao acaso, à genialidade (ou à imbecilidade), 'se-e-quando' acontecer. Sabendo que não sempre, necessariamente, acontecerá algo significativo. O que, talvez, às vezes, será suficiente (o só poderemos) executar. Mas não necessariamente.

Precisa, então, preparar-se, ou avezar-se, à disponibilidade até para 'esquecer' o preparado, e modificar o planejado. Disponibilidade a 'desaparecer', se não houver condições reais e suficientes para ser coerentes, ou 'se-e-quando' o preço da coerência entre o anúncio e suas modalidades fosse o de se tornar violentos, desrespeitosos, acríticos. 'Se-e-quando' a força implicada no ato educativo se tornasse violenta e desrespeitosa das pessoas.

Mas só 'se-e-quando': ou seja, disponíveis a umas escolhas que só na hora podem ser decididas. Na hora do evento, na hora em que acontece o ato educativo (ou a proposta pastoral): quando há relação de cara, contato com as pessoas. Pois aí tem que re-decidir-se como educadores, como formadores, escolhendo e medindo a força necessária para que se mantenha o equilíbrio entre o respeito profundo do outro e da sua autonomia, de um lado, e, do outro lado, o direito-dever do formador em propor e lutar para o que reputa o bem do outro, o seu e o da sociedade, o da terra toda. Aí: onde o educador(a) não pode delegar a teorias ou instituições a responsabilidade do que diz e faz, pois é ele, naquela hora, o(a) que diz e faz.

Achamos que o acontecer na liberdade e sem imposições (nem por 'dever', a não ser aquele dever que o indivíduo cobra a si mesmo) dessa postura de responsabilidade é *graça*: fruto da decisão ética da pessoa, de outras e outros que a compartilham e de uma conjuntura que a viabiliza.

Pensamos assim que 'Igreja Viva' experimentou a graça de eventos educativos. Provavelmente não como um todo, mas propiciou condições para que pudessem acontecer, aqui e aí, bons momentos educativos: localmente, parcialmente, mas de maneira vital, alegre, esperançosa. Criaram-se por ela espaços para que crescesse a autonomia de pessoas e grupos assumindo sua leitura da realidade e suas pequenas respostas, parciais e limitadas, mas significativas para eles e a realidade ao seu redor. Micro-experiências que deram gosto de viver, que fortaleceram pequenos poderes entendidos como serviço. É o que sentimos (e analisamos) escutando os relatos e os depoimentos.

Difícil depois dizer quanto isso possa ter ajudado um crescimento da consciência coletiva geral, ou participado a mudanças de outro nível maior. O sentimos além das nossas possibilidades de análise. Porém o esperamos. Talvez gostamos crê-lo.

Ao final, trata-se mais de uma percepção do que de uma teoria que possamos demonstrar. Talvez, não sabemos ainda bem dizer o que seria esta *graça de um evento educativo*. Só a intuímos. Mas, de outro lado, como em um contraponto, temos uma percepção nítida do seu contrário. No macro e no micro, nos aparece clara a tristeza por tudo o que reprime os eventos, reduzindo as relações educativas a execução, mera atuação do planejado, imposição de conteúdos e currículos, nivelamento das pessoas.

E sentimos tristeza por quando idéias e formas são dadas e impostas como 'certas', como 'verdades absolutas', por carimbo acadêmico ou pela rigidez de doutrinas e jeitos religiosos. Ou, pior, pela redução das relações a negócio.

Tudo isso provoca em nós a sensação da falta dessa graça. Da saudade dela. E deixa tristeza: a tristeza que vem da procura de executar (ou mandar executar) só o pre-visto, o planejado, o pre-determinado. Exalando um forte cheiro de pre-conceitos. Mas a falta, como uma sede, nos empurra a buscar respostas, a trilhar novos rumos e caminhos. A tristeza, como um vazio (e como um útero) apela para a vida digna, para a relação amiga, continuamente se preparando ao evento da vida que pode acontecer.

Assim, ironicamente, se não temos clareza do que é uma *graça* (mas talvez, é sua própria característica a de não se deixar bem-dizer, quase que se a soubéssemos ela já se tornaria outra coisa), conhecemos bem, porém, o que é uma *des-graça*: quando há uma opressão percebida sem saídas, ou há falta total de esperança, ou a sensação de que nada pode mais acontecer como surpresa, sendo que tudo se veio tornando inevitável, pre-visível,

já determinado. Muitos sentimentos que experimentamos e encontramos na nossa pesquisa vieram nos confortando e confirmando isso.

IV.1.5 ACOLHER A GRAÇA

Vimos assim sempre mais re-pensando a *educação-formação* como ações de forças onde a *graça do evento educativo* poderia ser o que dá equilíbrio impedindo a violência. Graça, então, como algo que se coloca fora de qualquer perspectiva de mérito, assim como está longe de esperanças deterministas ou messiânicas, mas que, ao mesmo tempo, não acontece sem a nossa responsável disponibilidade e preparação. Graça, talvez, simplesmente como algo que vem ao nosso encontro, oferecendo-se à nossa aceitação e às nossas escolhas e virando parte de nós.

Se formos esperançosos, mas ativamente esperançosos, ela acontece, e quando acontecer, precisamos acolhê-la. E acolher, pois, não é ação passiva, nem natural, nem espontânea. Implica filosofia, posturas, amor. Acolher a graça depende de nós. Ela não acontece sozinha. É algo que vem e que por nós atua, oferecendo-se. Oferece-se livre, mas não no sentido de que nós a possamos possuir. Pois, justamente por ser gratuita, não é possuída por ninguém: só se dá em uns para todos. Assim, no ato educativo, é graça quando o educador se torna educador-educando ao serviço de outros (as) que se tornam educandos-educadores. Reciprocamente, muitas vezes revezando as posições. Não automaticamente: pois as condições para o acontecer da *graça do evento educativo* e a disponibilidade em acolhê-la dependem de nós.

O que é *graça*, oferecendo-se, se apresenta com uma sua força, propondo-se ao nosso abraço (quantas vezes um pensamento, ou uma idéia, ou uma suspeita, nos enche a cabeça, não nos deixa em paz, apavorando-nos ou alegrando?): nunca nos violentando, mas ficando disponível ao nosso ato de acolhimento, e só por ele mudando-se em nossa possibilidade e força. Uma força capaz de impedir que a relação se torne violência. Sem a cobrança de preços ou retornos. Talvez só apelando, discreta e impotente, que a nossa liberdade goste da mesma gratuidade, que os interesses que defendemos sejam os dos mais fracos e delicados. Discreta: porque exige o respeito. Impotente: pois o que é dado como presente sempre fica exposto à liberdade de quem o recebeu.

Há assim ações formativas e educativas, ou partes delas, que se tornam experiência de *graça*. Há outras que voltam sendo *desgraça*. Dependendo do modo em que usamos da força ínsita no ato de educar, ou no ato de 'dar formas', ou, talvez melhor, 'doar formas' (como também no ato de propor e atuar ações pastorais).

Há educações fortalecendo e treinando ao uso da força para a defesa dos direitos, e para a expressão dos sentimentos. Há outras esforçando-se para que os outros entrem

obedientes em patrões predeterminados, em paradigmas rígidos, em regras não discutíveis, acreditando certezas apresentadas como absolutas.

Nesse sentido, o risco e o limite de muitas ações educativas e pastorais populares, talvez, foi o de admitir ou justificar um aumento de 'força educativa' sobre os outros quando achados de qualquer maneira 'menores' (por idade, por carência, por hierarquia, por etnia, por grau de 'desenvolvimento', por gênero, por classe, por tipo de papel ou serviço na sociedade, por nível de responsabilidade dentro de partidos, movimentos, grupos - entre base e quadros e dirigentes, ...). Muitas vezes justificando isso pensando as diferenças como responsabilidades, como um dever 'nos obrigando' a suprir as limitações avaliadas nos outros. Assim, os outros seriam 'menores' por eles ainda não terem amadurecido suficientemente, ou porque ingênuos, ou porque com menos conhecimentos, ou por não ter conseguido um nível suficiente, ou porque não competentes, ... E tudo isso justificaria um aumento coercitivo da força implicada na educação.

Esquecemos aí, talvez nem sempre, que tudo isso pode ser 'verdadeiro', mas sempre o é 'relativamente', não em si mesmo. Ou seja, há um 'menor', mas só relativamente ao que nós julgamos maior, não algo de menor valor em si. E, às vezes, justificamos tudo isso também pelo caráter gradativo e temporâneo da posição assumida, pensando no outro ou na outra ou nos outros como quem ainda está crescendo e não pode comer comida sólida, e sim só leite, o mingau que nós preparamos por eles. Com reduções, simplificações, 'popularizações'. Às vezes isto precisa (como no caso das educações especiais, ou na educação da infância), mas nossa convicção é que possa ser repensado e reformulado com mais criticidade e radicalidade, reconhecendo que há vezes em que, de verdade precisa assumir papeis de responsabilidade no lugar de outros. Mas cuidando, primariamente sobre os nossos próprios preconceitos, particularmente no caso de uma educação-formação com jovens e adultos. E mais quando há diferenças marcadas de gênero, etnia, ou classe social.

IV.1.6 UMA RELAÇÃO ASSIMÉTRICA EM BUSCA DE EQUILÍBRIO

Se a posição de um educador, ou de uma educadora, é posição assimétrica implicando uma ação de força, seu problema e responsabilidade serão então 'como' viver e gerir a força ligada a esta posição.

Ou seja: 'Como fazer assim que seja abraço de ternura, mesmo bem apertando, e não abraço que machuca, ou oprime, mascarado de delicadeza?'

E mais: 'Quem decidirá entre aqueles abraços, às vezes da mesma forma e força, qual é expressão ternura ou, ao contrário, se esconde violência ou uma armadilha ilusória, alienadora? O dirá mais quem abraça ou quem é abraçado? Terão o direito de dizer se está se dando um evento educativo o educador, os líderes, os dirigentes, ou o educando, a educanda,

os educandos? O dirá o 'educador popular', o 'educador-especialista-popular', ou o 'povo' que está sendo educado, que está-se-educando-junto?'

Para nós, parece que, ao final, depois do confronto entre as partes e como conclusão da avaliação dos vários pontos de vista, das idéias e dos sentimentos, é direito do próprio educando o de reconhecer se é ou se não é educativa a ação que o educador (ou a instituição) lhe oferece. E nos parece que este direito é o que pode ajudar o equilíbrio da assimetria inevitável de um ato formativo. De um lado haverá assim uma força assumida como responsabilidade. Do outro, a liberdade, e o direito, de reconhecer e aceitar esta força como um serviço. Podendo-a porém recusar (não será que muitas ausências nas escolas, assim como o procurar de outras igrejas ou experiências religiosas, um pouco não exprimem um protesto nesse sentido?).

E, ao final, será no debate dialético que haverá o espaço para que aconteça esse equilíbrio para o crescer de ambas as partes. Peculiarmente e juntos. Criando um espaço idôneo à construção de um conhecimento-consciência pelo qual a própria identidade se reforce mesmo mudando. Aliás, uma identidade que exatamente se fortalece pelas mudanças que vêm dos processos de convencimento, e não por ter decorado, passiva e obedientemente, doutrinas ou teorias.

Assim, quando se buscasse e tentasse uma *Educação Popular*, nos inquietamos, não deveriam ser aquelas e aqueles aos quais a ação educativa está oferecida os que têm o direito de confirmar se ela se está dando ou não como 'popular'? Não serão eles, ou seja, quem naquele momento constituem o 'povo' em questão, os que mais têm o direito de dizer, ao final, mesmo que não sozinhos, qual a qualidade da educação que vem acontecendo? Dizer se é relação educativa ou não a relação entre eles e quem - líderes, amigos, espertos, profissionais - se apresentaram como aliados e como educadores (as) *para-com* eles.

Com efeito, se for intenção do educador o bem dos educandos eles são quem mais sabe, pois o sentem, se a vida está crescendo pela relação educativa vivida e se eles estão gostando dela. Eles sabem se estão se sentindo *ad-vindo mais humanos*, ou se ainda se sentem impedidos para isso. Se aumenta sua alegria, ou se o coração está se envenenando e entristecendo. Eles, enfim, sabem (pois percebem o *sabor*, e ninguém pode saborear no lugar dum outro) se é graça ou desgraça o que está acontecendo pela ação educativa. O sabem mais de outros, talvez nem aí com 'certeza certa'. Aí, então, a avaliação não é mais funcional ao conteúdo ou ao método, mas, e mais profundamente, ela vai dizer se aconteceu ou não uma relação vivida como educativa.

Não queremos com isso dizer que não é importante o parecer e o sentir e pensar do educador. Só apontamos uma preferência que, ao nosso ver, oferece equilíbrio à assimetria e

à posição de força que permanece e que coloca o formador-educador em uma situação de inicial prevalência.

IV.1.7 HAVERÁ DANÇA (E POESIA) PARA TODAS E TODOS ?

A '*kombi*', na lembrança que o bispo tinha de 'Igreja Viva', a liturgia e os cantos na proposta pastoral e no grupo de Mogeiro são lembrados com alegria, como algo que deu alegria. Imagens que ficam na mente pelo prazer e pelo gosto que vem das coisas bonitas, frisando o que mais é estimado como significativo.

A *kombi*, sintetiza, assim, a ida do centro para a base, em busca de uma maior e melhor ligação com o povo. A *nova liturgia*, expressando a alegria de celebrar a vida e a união de ser comunidade. Contra os ritualismos e acabando com as celebrações em que o padre rezava por sua conta e o povo de outro canto, só fisicamente juntos. Os *cantos*, memória sempre nova de denúncia e de anúncio, e expressão coral, aberta, artística de sentimentos e valores.

O bonito, a arte, tem um lugar importante na educação. Ainda mais em um tempo em que vai aumentando a atenção à dimensão subjetiva da pessoa, à sua genialidade, ao seu direito de se expressar da forma que ele acha boa, sem ser reduzido à forma 'ortodoxa' (e sem esquecer, porém, que a arte também exige aprendizagem, e a fadiga de aprender).

Pensamos à arte e à imaginação como instrumentos preciosos para pintar os arredores dos eventos, nem sempre podendo dizê-lo, ou definir. Arte também como formulação de imagens e de formas que se tornam ironicamente desafiadoras, pois uma das dimensões da arte é o seu oferecer à liberdade das interpretações.[5]

Mas por isso, talvez, precisamos ainda mais da arte. Para 'pular' além das fechaduras da história. E acreditamos que a própria ironia é uma arte, quando não usada com violência ou desrespeito.

Também precisamos de festa, de cantos. Arte e festa que, com obstinação, até com teimosia, pertencem de forma intrínseca à alma popular.

A alegria do grupo de Mogeiro, o seu gosto de contar e de cantar, apesar das difíceis condições de vida e de luta, nos ajudou muito em perceber o valor disso. Mas sem esquecimentos, nem exaltações. Não como fuga da realidade, mas ao serviço dela. Sabendo, humildemente, representar e de tornar simbólico o que só o *evento* realizou e ainda realizará.

E talvez, a própria arte é evento: na hora em que é vivida e na hora em que é contemplada, lembrada, admirada (acolhida, re-interpretada, re-criada).

Com efeito, nós aprendemos também como a própria lembrança dos sofrimentos e das lutas veio fortalecendo a alegria e ajudou a festa a ser mais verdadeira e, ao mesmo tempo,

sóbria. Assim, lembrar de forma artística, como quando narramos em um clima místico (com amizade, com cantos, com sentimentos) impede de fugir da dureza da realidade ao mesmo tempo em que oferece uma alegria que consegue evitar o desespero. Contar é arte, e nós escutamos, em Mogeiro, o conto artístico de uma história de fé e de luta. A história de um grupo Vivo de Igreja.

IV.1.8 OLHAR OS OLHOS DO OUTRO E DA OUTRA, NÃO FUGINDO À VOZ DELE

Mas voltemos ao nosso 'formar', formar gente (o de-formar).

Formar, já o vimos, é ação que, mesmo colocando o educando como sujeito, permanece ação que alguém propõe a um outro, ou outra, ou outros. Testemunhando, ou impondo, ou propondo. Com transparência, ou mascarando intenções. Por um *bem querer* que quer que o bem do outro seja por mim decidido. Ou, por *bem querer* que deseja o bem por ele esperado e decidido (ou que ele vem decidindo sempre mais autonomamente).

Pequenas anotações, em relatórios e depoimentos, nos chamaram a atenção para a importância do contato pessoal. Aceitar que o olhar do outro se cruzasse com o meu, e escutar, assim, o seu conto, estimulou muitas notas e lembranças. Olhar o rosto tira qualquer possibilidade de esquecer ou esconder o indivíduo atrás da massa. E sem esse olhar, sempre a pessoa corre o perigo de ser reduzida, generalizada, nos termos: 'povo', 'camponês', 'leigo', 'pobre', 'trabalhador'.

Olhar de cara, nos olhos, dedicar silêncio para escutar os contos, passar tempo para se encontrar, ajuda a re-ler as categorias gerais que definem as massas populares e a não desligá-las da vivência do outro. Questionando e enriquecendo as próprias categorias. E talvez, o sorrir ou a tristeza dos outros, ou as pequenas tímidas 'dicas', piadas, provérbios, nas infinitas variáveis que as situações da vida sugerem, é que melhor nos dizem se está acontecendo uma educação popular e se nós juntos *estamos-advindo educadores populares*.

O contato coloca depois a educação a se medir com a paixão. Que alguém esteja apaixonado não basta. Que dois se apaixonem reciprocamente é graça. E só um outro, ou uma outra, poderá dizer-me se eu sou ou não o amante dela, mesmo eu tentando fazer tudo o que puder para que aconteça (e há muito que fazer para que, pelo menos, o *possa* acontecer). Assim, olhar de cara nos lembra que sempre temos que pensar e respeitar que há um mistério em cada pessoa, no seu jeito, na sua busca de humanidade. Nos nossos 'inimigos' também. E, mesmo nos defendendo e lutando contra, não o podemos esquecer.

Se acontecer de termos esse respeito profundo para com os outros, haverá mais chances para o acontecer de eventos educativos. E é o que desejamos, e esperamos. E será graça, alegria, e festa se-e-quando acontecer.

Graça: pois ninguém pode planejá-lo, prevê-lo, antecipá-lo, possuí-lo.

CAPÍTULO IV.2
EDUCAÇÃO POPULAR

Cada vez que colocamos um adjetivo para qualificar o termo 'educação, abre-se uma corrente de novas questões e implicações. Uma antes de tudo: será que falamos de uma especialização da educação, visando dar conta de algumas peculiaridades dos destinatários, ou entendemos propor um jeito de educar que quer se distinguir de outros jeitos, antes de qualquer especificação?

Com efeito, especificar é ao mesmo tempo identificar outros (ou outras coisas) e medir a distância. Assim, nos identificando, ao mesmo tempo, nos distanciamos. Especificando (adjetivando) a educação, há então uma identificação que depende principalmente dos destinatários, por causa da diferença deles (assim como na educação com pessoas deficientes, ou na educação das crianças, ou com diferentes idades e condições, ou no contato com culturas que pouco conhecemos). Mas há também uma especificação que acontece pela escolha, consciente ou inconsciente, de umas entre as filosofias educativas, de umas ou de outras éticas, perpassando as outras especificidades. Pois há jeitos educativos dos quais não gostamos e das quais, por isso mesmo, precisamos nos distanciar e afastar.

Colocar o adjetivo 'popular', então, nos convida a indagar dentro e fora do conceito (e da práxis) da educação, na tentativa de posicionar-nos. Mas por isso é preciso explorar os arredores do que entendemos compreender com o termo 'popular', e, ao mesmo tempo, nos interrogar sobre o que nós achamos que precise deixar fora. Reputando-o não pertinente, ou antagônico, ou estranho, ou interessante mas não oportuno, ou não capaz de enriquecer a nossa busca atual.

IV.2.1 O QUE É 'POPULAR'?

Sempre mais, 'popular' nos veio aparecendo como um daqueles termos, ou conceitos, que todo mundo sabe o que significa, pensando que mais ou menos todos entendam a mesma coisa, até quando precisam explicá-lo. E a literatura histórico-educacional nos sugere a sensação de que há alguns anos atrás a referência do termo fosse bem mais clara e aceita. Hoje há muita discussão, debates, e tentativas de novas interpretações. Às vezes há até a renúncia da própria tentativa, reputando-a coisa do passado, ou uma classificação ultrapassada, desnecessária.

Uma primeira urgência que nos inquieta é por isso a de começarmos a dar conta de algumas das dificuldades que achamos implicadas ao falarmos de 'popular'. Pois temos que

tentar entender melhor que esse adjetivo aponta, entre as muitas educações possíveis, a umas que são mais que outras, ou diferentemente de outras, ligadas aos interesses, aos desejos, ao cotidiano, à ética, às necessidades do 'povo', ou do 'meio popular'.

Mas - nos perguntamos logo - *povo* implica 'uma parte' ou 'toda' a população?

Aí começa a nossa inquietação. Na maioria das vezes, não é a população toda que o termo parece querer abranger. O termo 'meio popular' mais o expressa, distinguindo um lugar, físico ou simbólico, que distingue uma parte da população das outras.

É então uma educação de parte? Ou só partindo de uma parte, privilegiando-a? É uma educação visando escolhas que incluem ou excluem posturas e metodologias, unindo ou dividindo as pessoas? Como estarmos atentos ao particular, às identidades, sem esquecer o olhar de conjunto, e a complexidade das interconexões?

IV.2.2 DOIS OLHARES. UM MESMO RUMO

Uma dupla reflexão nos parece emergir no que diz respeito ao sentido de 'popular'. Duas perspectivas semelhantes que nos desafiam e que queríamos manter dialeticamente em tensão.

De um lado há um feixe de pensamentos e práxis, onde o 'popular' apontaria e frisaria mais o aspecto da 'carência' duma parte da população, evidenciando direitos negados, situações no limite da sobrevivência, negação ao acesso a bens e meios. Nesta perspectiva a educação popular se colocaria a serviço desta parte da população na busca de soluções dos problemas e participando em sua luta de emancipação e libertação com um papel de conscientização e engajamento solidário. Aí, 'popular' seria relativo àqueles e àquelas cuja realidade sócio-econômica não tem muitas 'possibilidades de satisfazer as necessidades básicas da vida humana', ou seja, suas necessidades relativas à alimentação, à moradia, a viver do próprio trabalho, à saúde, à educação, à afetividade, a tempos e espaços de lazer, ao conhecimento e à participação das e nas decisões coletivas e públicas. Tratar-se-ia assim de uma educação envolvida na tomada de consciência e na ação política conseqüente, com quem luta para mudar essa situação. Mas será suficiente isso? [6]

Do outro lado, em uma outra perspectiva, que não pensamos em posição antagônica, mas sim como visão complementar, 'popular' qualificaria mais o jeito de interpretar a vida por aqueles homens e mulheres que lutam por uma vida sóbria para todos, e por uma terra ecologicamente e politicamente re-pensada e respeitada, privilegiando quem tem mais necessidades, mas exigindo de cada um(a), independentemente da classe de pertença, o respeito dos direitos básicos, apesar e contra quaisquer preconceitos.

Aí, a qualificação do que é 'popular' seria dada mais pelo jeito de viver, pela ética e pelos compromissos assumidos, do que por uma realidade de carência. Haveria então, por exemplo, a necessidade de uma Educação Popular também na sala de aula de um colégio freqüentado só por alunos de classe média, apesar de não ter entre eles situações de carência, como acima apontados. Aliás, nesse sentido aí precisaria até mais uma Educação Popular para educar a dar conta de uma realidade, a do 'meio popular', escondida e não percebida (ou ocultada) e cuja situação é fortemente relacionada com o bem-estar das famílias dos alunos.

O problema porém, logo se tornaria aí político: será que há interesse por esse tipo de educação?

'Popular', juntamente, implicaria assim uma 'cultura' fortalecida pela aliança entre as pessoas cujo conceito de bem-estar está ligado, sim, à satisfação das necessidades fundamentais, mas como algo que preocupa a todos, independentemente da urgência e da presença da situação de carência.

'Popular' abrangeria assim as pessoas que se reconhecem em um projeto ético, anteriormente a uma pertença de classe, ou a uma situação sócio-econômica particular. Sem nunca esquecer, ou distanciar-se, da dureza da realidade dos empobrecidos e excluídos.

Pessoas 'populares' inquietas, pois mesmo vivendo em uma situação de bem-estar, sabem que não o será verdadeiramente até que esse bem-estar não seja de todos.

Pessoas convencidas de que ainda não somos-humanos, apesar de que, singularmente, um(a) se sinta sendo-humana. Homens e mulheres que, vivenciando um momento no qual a vida ainda não permite tudo isso para si e para os outros, se colocam na luta, mas sem perder a espiritualidade, o desejo, o gosto de saborear os pequenos espaços viáveis e parciais que oferecem as relações que resistem à lógica do poder e do acúmulo.

Pessoas que se põem também a questão dramática de como responder à violência, excluindo fazê-lo com outra violência (sempre que possível), continuamente se perguntando, sem renúncias: 'De qual maneira, com qual forma de resistência?' E interrogando-se sobre como lutar de jeito diferente dos opressores, ou seja, sem desrespeito, sem perder a dignidade, sem usar os mesmos meios e a mesma medida.

Temos assim duas perspectivas, mas misturadas: 'Popular' como adjetivo que privilegia a categoria de carência, apontando prevalentemente para uma faixa da população. 'Popular' como postura ética, perpassando a população toda, e dividindo-a transversalmente. Duas vertentes, mas uma direção comum. Umas éticas parecidas. Como um binário. Dois olhares talvez gêmeos, mesmo não propriamente idênticos.

Sem perder de vista o primeiro, que achamos urgente e de grande fertilidade, sentimos mais perto de nós, e gostamos um pouco mais, hoje, contextualmente, da segunda perspectiva, convencendo-nos de que há um grande trabalho para a Educação Popular nas próprias relações horizontais. Ou seja, não só de educadores para-com o 'meio popular', mas também dos educadores entre eles (pensamos, por exemplo, a importância de um professor de medicina dando aula com estilo de educação popular com os futuros médicos), dos padres entre si (e para com sua cúpula), dentro de movimentos e associações entre base, dirigentes e líderes e suas instituições.

IV.2.3 UMA ALMA "POPULAR" PARA O MUNDO

'Popular' poderia então qualificar uma espécie de alma da humanidade. Um pacto proposto para dar conta de crescer *sendo-sempre-mais-humanos*. Uma proposta de jeito de ser.

Uma alma não bem definível - talvez porque não seja definível o que 'é ser humano', estando em permanente construção histórica -, mas já eticamente norteada a partir do que reputamos *não-humano*.

Pensamos, assim, numa ética, ou melhor num feixe de éticas aliadas, subjacentes ao adjetivo 'popular'. Umas éticas que já estejam e continuem sendo vivenciadas, mas que hoje vivem um momento de dificuldade na reflexão teórica.

Um feixe de éticas dialogando entre si e, assim, norteando-nos numa direção que se distancia de outras éticas, com as quais ainda tentamos diálogo e confronto, mas sabendo que nem sempre o diálogo será possível, e que às vezes haverá conflito e luta. Até luta dura, de maneira particular se a nossa ação se dirigir para um trabalho interno às instituições, às economias, as finanças e às classes sociais. Um feixe de éticas que vem se aperfeiçoando por vários movimentos e declarações. Os debates a partir da declaração dos Direitos Humanos, por exemplo, os trabalhos de Congressos e Convênios sobre a Educação (em particular a de Jovens e Adultos), ou sobre o Meio Ambiente, a Ecologia, as questões de Gênero ou de etnia, o recente Fórum Social Mundial. E nessa perspectiva achamos que também a Ação pastoral 'Igreja Viva' deu sua pequena contribuição, apontando para uma experiência de Igreja mais humana nas relações internas, e boa aliada de quem procurava a realização desse projeto de humanidade.

Mas as declarações de entidade, instituições, ou igrejas, ou movimentos, não inventam, nem descobrem: reconhecem. A nossa pesquisa nos confirmou que o mundo já tinha e tem sua alma popular. Ou suas almas populares. Pertencem-lhe quase de maneira inata.

Prevalentemente dentro, mas também fora do chamado meio popular. Talvez não a conheçamos muito. Talvez pouco a escutemos. Mas há caminhos para aprofundá-la, mesmo que o percurso se apresente difícil e complicado (pois nós o complicamos). Talvez seja um caminho pouco rentável, pouco rápido, comprometendo, e por isso pouco praticado. Porém é fascinante, e gostaríamos de mergulhar nisso.

Mergulhar é imergir para sentir no corpo o contato da água, para ver o fundo de perto. Mas não só por curiosidade. É um bem-estar. E mergulhando, depois, precisa emergir para buscar ar, para descansar.

Será assim de qualquer forma a nossa busca da alma popular? Procurar a justiça pela luta, arejando e descansando pela arte?

CAPÍTULO IV.3
INACABANDO

Acaba a dissertação. Estamos alegres, não plenamente satisfeitos.

Chegamos ao final (provisoriamente final), e não temos muitas 'certezas'. Mas temos a sensação de ter feito um percurso que nos deu alegria, encontrado um rumo fértil para prosseguir nossa busca. Na percepção, e intuição, de ter, na frente, um caminho viável, do qual estamos curiosos, confiantemente curiosos.

Relendo o texto, grande é a vontade de retomar e repensar. Às vezes de rasgar, de deixar cair umas partes ainda acerbas. Tudo parece apelar, demandar mais tempo, mais cuidado. Não encontramos saídas nítidas para muitas das questões apontadas. Porém, nos parece que, pelo menos em alguns pontos, ganhamos algumas posições.

Que há pelo menos uns caminhos educativos que são menos 'populares' do que outros.

Por exemplo: os que aceitam acriticamente divisões hierárquicas fundadas sobre avaliações ontológicas (ou seja sobre diferenças qualitativas naturais ou divinas); os que admitem ou usam a violência como 'natural' solução dos conflitos; os que dividem a população entre aqueles e aquelas que sabem e aqueles que não sabem, pertencendo aos primeiros as escolhas dos jeitos e dos caminhos e aos outros a luta nas trincheiras ou as marchas 'enfrentando o inimigo' em primeira fila, sem que eles conheçam as estratégias, nem participem das análises dos planos, dos defeitos e das derrotas. Há ainda os que oferecem pacotes de salvação de forma 'ou tudo ou nada'; os que não estão preocupados com a dialética e o equilíbrio entre particular e coletivo, entre subjetivo e público. E os que não querem (ou impedem que aconteça) se encontrar com o rosto e a mão concreta do outro, e recusam olhar seus olhos e apertar suas mãos, preferindo falar do 'homem' ou do 'povo' à distância. Entidades que alcançam todo o mundo, mas que não conseguem dar conta do individual, das alegrias e do sofrimento de cada uma e de cada um.

Aprendemos, assim, a reconhecer alguns percursos não-populares.

Será suficiente? Achamos que não. Mas mesmo não saindo satisfeitos com tudo isso, um rumo de qualquer forma parece tomar corpo. E para que um caminho já tenha um rumo, mesmo que provisório, é importante.

A educação é questão de práticas e de pensamentos sobre e dentro dela, sendo a prática bem mais de que a teoria ou o pensamento que a explicita. E na prática pode acontecer a

graça de eventos educativos, algo que as palavras têm que se contentar só em apontar, renunciando a definições certas. Este poder acontecer de algo que nos educará melhor, a partir dos rumos vislumbrados, nos educa a aprender a gostar da estranha liberdade que as incertezas, as precariedades, as próprias impotências apontam. Gostando também, e ao mesmo tempo, dos limites das palavras que, codificando, nos permitem lembrar, re-interpretar, re-imaginar.

Os limites, com efeito, dizem o que não podemos fora deles, mas dizem também o que está ao nosso alcance - e com a possibilidade de aprofundar caprichosamente -. E nos convidam a olhar para fora deles procurando o que não sabemos, pela poesia, pela arte, pela contemplação, alimentando-nos de esperança. E, se for boa arte, tornando-nos mais atentos à realidade, repuxados para dentro, pois o lugar da arte e da poesia não é no céu (o próprio Deus 'desceu' para ficar no mundo). Assim, expressando desejos, gostando dos sonhos, vivenciando as diferenças nas narrações e nos mitos, fortalecem-se as nossas possibilidades de ser diferentes. Não só diferentes, também melhores.

Nesse caminho duas atitudes nos parecem particularmente preciosas (e esta pesquisa nos confirmou nisso): contemplar e saborear a vida.

Contemplação e sabedoria, como duas lentes preciosas para o olhar educativo, desvelando - dentro e fora - outros espaços, possibilidades inexploradas, desafios esquecidos, forças inesperadas.

Aí muito aprendemos pelo pequeno grupo de Mogeiro e pelo pequeno grupo dos educadores de 'Igreja Viva'. É bom pensar em todos, pensar na salvação do mundo, mas aquele que é o meu próximo na concreta relação educativa não quer ser pensado como 'homem', ou como 'mulher', o como 'parte do mundo', quer, sim, viver uma relação, esperando que ela se torne evento precioso, que fortalece as lutas, que dá gosto à vida. Visando (e esperando) o seja para o mundo todo, para a terra toda.

O que determinará então a qualidade da nossa relação humana e educativa será, primariamente, a postura acolhedora, o olhar amoroso, o abraçar forte mas cheio de ternura, mais do que as definições ou os pensamentos (sem renunciar a eles, sem lhes tirar sua preciosidade e importância). Com alma educativa popular.

Contemplação e sabedoria não são técnicas, nem métodos. São posturas que se tornam hábitos pela prática de amar, pelo exercício de querer o bem do outro, da outra e dos outros, (com fadigas também). Como um dever que nós mesmos nos cobramos: por amor, por convencimento.

São, assim, ao mesmo tempo, aprendizagem e graça: vêm de alegrias e tristezas; vêm de uns que foram ao nosso encontro, e foram nossos companheiros, nos educando e se educando conosco, construindo tradição, e que agora já são parte de nós (às vezes reforçando

umas atitudes negativas, uns preconceitos); até vêm de algo que não procuramos, nem esperávamos, e nos surpreendeu.

Cheguei, enfim, a esperanças, sonhos, desejos mais de que a conceitos.

O que fica é um feixe de *certezas incertas*, capazes somente - mas já nos parece importante - de escolher uma direção para o nosso olhar, visando outras, e mais conscientes, escolhas e práticas. Deixando de lado ou atrás outros rumos.

São *incertas* pois poderíamos mudá-las ou modificá-las na frente de novos desafios ou a partir de futuras interpretações mais convincentes.

São, porém, até hoje de qualquer forma, *certezas*, por ter encontrado confirmação no sorrir, na amizade, no respeito, na solidariedade, no sofrimento e na festa minha e daqueles e daquelas com as quais as compartilhei.

Certas até hoje, e, ao mesmo tempo, não as únicas, nem as melhores. Mesmo sendo as que parecem as melhores ao meu ver, no limite dos meus conhecimentos e experiências. É o que eu julgo como 'certo', pelo caminho percorrido, por pensamentos e práticas que me ajudaram a percebê-las como 'boas interpretações'. Consoladoras e não alienatórias; estimulantes e não fonte de exaltação.

Umas certezas incertas pois ainda *estou-sendo-humano*, pois ainda estou crescendo, advindo educador-educando.

Se acontecer o continuar deste crescer. Se acontecer de me sentir e ser reconhecido educador de alma popular. Se acontecer o perdão pelos erros e os preconceitos: aí será graça.

E agradeceremos, como já agradecemos. Pelas amizades, e pela alegria, que me deu também essa pesquisa de Educação Popular.

NOTAS DA QUARTA PARTE

[1] Entendemos 'cultura' como o produto do se cruzar da vivência de homens e mulheres que vivenciam pensamentos e sentimentos, e que para comunicá-los e debatê-los, até conflitar, criam e modificam seus jeitos de viver nas famílias, nos grupos, nas sociedades. Por isso elaboram símbolos e linguagens, escolhendo costumes e regras, aprofundando conhecimentos e aperfeiçoam instrumentos, dando forma a instituições, e tentando apontar, com artes, mitos e ritos, o que no cotidiano e em momentos particulares da vida, lhes apaixona e mexe dentro. Viver dentro de culturas que se cruzam e mestiçam implica assim que o crescer não pode acontecer sem aceitar o debate entre as diferentes crenças e convencimentos, desejos e sonhos, a as práticas que os concretizam. Em uma busca continua, animada pela percepção de algo faltando: pela insatisfação do próprio e coletivo *ainda-não-ser-humanos*, até então conseguido.

[2] Conhecemos ensaios e debates tentando reduzir essa dinâmica de força, evitando, até tirando, a distinção educador-educando. Esses debates fazem bem à reflexão educativa, tornando-nos ainda mais cuidadosos e críticos, mas não nos convenceram a renunciar a manter a dialética dessa relação na sua forma assimétrica. Mesmo no ato recíproco, ou até na auto-educação, sempre pensamos que há alguém educando um outro.

[3] Muitos dos grupos de Igreja Viva continuaram sua experiência referindo-se à coordenação das CEBs locais. Outros continuaram sozinhos. Outros ainda apoiaram-se a outros movimentos.

[4] O entusiasmo até 'segurando um pouco mais' a relação com a instituição e a própria identidade de padres e freiras, como uma depoente nos apontou, quando pedimos se havia uma relação entre o conteúdo da idéia de Igreja proposta e o momento de crise pessoal de vários entre o grupo dos educadores.

[5] Há ironia, por exemplo, ao nosso ver, na imagem 'bonita' de dois bispos, Dom Helder Camara e Dom José Maria Pires, tirando com os camponeses o gado soltado pelo patrão no roçado deles. É bonita, significativa, mas, por uma parte, pode se tornar também ambígua. Não nos conta 'dos bispos' (como um todo) se colocando do lado do povo, mas 'deles': *eles dois*. Instituição e não-instituição ao mesmo tempo. E isto deixa esperança e um pouco de amargor. Pois, de um lado, aparecem brechas na instituição, espaços de abertura, mas, de outro, também se evidencia como a própria instituição possa limitar esses espaços, até usando uma imagem bonita, que se fixa no imaginário coletivo, para mostrar e justificar que está mudando, mesmo isto aconteça apenas ou só localmente, em pequenos e limitados espaços. Com efeito, permanece a sensação de que não houve uma disponibilidade plena para mudanças estruturais, significativas e profundas na re-organização do poder da hierarquia e do clero depois do Concílio Vaticano II, mesmo reconhecendo os grandes avanços e umas efetivas mudanças. Pelo menos assim na nossa percepção.

[6] Será suficiente, por exemplo, ser 'carente' para ser 'popular' ? Será ainda 'popular' aquele que vivendo numa grande indigência, *conscientemente* escolhe a violência e a lógica da força violenta para satisfazer suas necessidades, e não o será aquele que satisfeito em muitas das próprias necessidades se preocupa com a situação dos outros? Com efeito, quando no debate põe-se a questão ética, ela perpassa as categorias (mesmo podendo dizer que a violência que vem, ou habita, na carência pode ser mais compreendida, e que não achamos justificação para a violência de quem já tenha tudo). Assim temos com certeza a obrigação de não elidir a dimensão ética da 'carência', mas também a de vigiar para não deixar-mos pegar demais pelas ideologias (ou por demagogias).

BIBLIOGRAFIA

FONTES

1) ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA PARAÍBA (AEP)[a]

NOTAÇÃO	FUNDO	GRUPO	SÉRIE	SUB-SÉRIE	DATA LIMITE	DOCs.*
C : e/1 - A	Chancelaria	[SUB-GRUPO: 6]	Estatística e Pesquisas	Levantamentos arquidiocesano	1972-1983	33
C : e/2 (01 a 15) - A 01 p 01	Chancelaria	-	Estatística e Pesquisas	Santa Sé	1898-1982	29
C : e/3 (01 A 12) - A 01 P 03	Chancelaria	[SUB-GRUPO: 6]	Estatística e Pesquisas	CERIS	1962-1982	12
CPa: a E 8 - Cx 1	Conselho Pastoral		Correspondência	-	1968-1997	47
CPa: b - E 8 Cx 1	Conselho Pastoral		Relatórios	-	1979-1988	23
CPa: DABC; b/1 e 2 E 9 Cx 29	Conselho Pastoral	Doc. Ação Católica Brasileira	Doc. de JAC/MER		1966-1972	45
Cpa: DAPA; a/1 E9 Cx 21	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Coord. Geral	Correspondência	1967-1978	19
CPa: DAPA; a/72 E9 Cx 21	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Coord. Geral	Planejamentos	1964-1975	52
CPa: DAPA; b/1 a 3 E9 Cx 21	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Secretaria de Pastoral		1966-1977	67
CPa: DAPA; c/1 E9 Cx 22	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Secretaria de Capacitação	Correspondência	1968-1974	14
CPa: DAPA; c/2 E9 Cx 22	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Secretaria de Capacitação	Planejamentos	1970-1973	10
CPa: DAPA; d/1 E9 Cx 23	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Igreja Viva	Planos	1968-1970	47
CPa: DAPA; d/1 E9 Cx 23	Conselho Pastoral	Dossiê Ação Pastoral Arquidiocesana	Doc. Igreja Viva	Relatórios	1968-1970	47
CPa: DCE; d/1 a 7 E5 p.4 e E9 Cxs 25 e 26	Conselho Pastoral	Dossiê Comissões Extintas	Doc. Comissão Arquidiocesana de Ensino religioso (CAER) 2 vols.		1956-1983	341
CPa: PR/CPT; a E 8 Cx 9	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Legislação		1964-1995	14
CPa: PR/CPT; b E8 Cx 9	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Correspondência		1965-1990	126
CPa: PR/CPT; c E 8 Cx 9	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Planos e Projetos		1969-1996	8
CPa: PR/CPT; d E 8 Cx 9	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Eventos		1963-1996	21
CPa: PR/CPT; e E 8 Cx 9	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Relatórios		1963-1988	16
CPa: PR/CPT; f E 8 Cx 10	Conselho Pastoral	Pastoral Rural/ Comissão Pastoral da Terra	Textos		1967-1984	18
CPa: ZA; a E 8 Cx 7	Conselho Pastoral	Zonal Agreste	Correspondência		1974-1982	10
CPa: ZA; b E 8 Cx 7	Conselho Pastoral	Zonal Agreste	Eventos		1968-1978	37
CPa: ZA; c E 8 Cx 7	Conselho Pastoral	Zonal Agreste	Planos		1970-1973	4
CPa: ZA; d E 8 Cx 7	Conselho Pastoral	Zonal Agreste	Documentação das paróquias		1963-1986	28
CPa: ZS; a E 08 Cx 06	Conselho Pastoral	Zonal Suburbano	Atas e Relatórios	-	1967-1992	29
CPa: ZU; a E 08 Cx 05	Conselho Pastoral	Zonal Urbano	Relatórios	-	1968-1987	14
CPr: a E 5 p 3 - E8 Cx 1	Conselho Presbíteros	-	Atas / Pautas de reuniões		1967-1978	23

* Os documentos nas pastas do arquivo não têm uma numeração específica. A numeração dos documentos nas citações é nossa, e depende da ordem dos documentos nas próprias pastas.

[a] *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*. Palácio do Carmo, Praça Dom Adauto, João Pessoa, tel. 0 xx 83 - 241.3048

2) DEPOIMENTOS

Depoimento coletivo, Mogeiro, 02/11/2000

Depoimento coletivo, Mogeiro, 06/08/2000

Depoimento de Dom José Maria Pires, Belo Horizonte, 2 de outubro de 1999.

Depoimento de Dona Anunciada e Seu Isac, Mogeiro, 11/01/2000

Depoimento de Esther Barbosa, Fortaleza, 21 de maio de 2000.

Depoimento de Everaldo Peixoto, João Pessoa, 31 de dezembro de 1999.

Depoimento de Frei Anastácio Ribeiro, João Pessoa, 13 de janeiro de 2000.

Depoimento de Ir. Laeta Smeets, Cabedelo, 5 de Janeiro 2000.

Depoimento de Ir. Maria Stella de Barros Lima, Recife, 7 de fevereiro de 2000.

Depoimento de Irmã Marlene e Irmã Tony, Cruz do Espírito Santo, 16 de fevereiro de 2000

Depoimento de João Francisco de Souza, Recife, 8 de fevereiro de 2000.

Depoimento de João Maria Cauchi, João Pessoa, 18 de agosto de 2000

Depoimento de José Loureiro Lopes, João Pessoa, 11 de fevereiro de 2000.

Depoimento de José Jackson Carneiro de Carvalho, João Pessoa, 14 de fevereiro de 2000.

Depoimento de Maria da Luz Barbosa, Itabaiana, 19 de agosto de 2000

Depoimento de Maria de Lourdes Carvalho, João Pessoa, 17 de maio de 2000.

Depoimento de Maria do Socorro Barbosa, Itabaiana, Paraíba, 19 de agosto de 2000

LIVROS E ARTIGOS

A Igreja à luz do Concílio Vaticano II: discursos 'In signo sanctae crucis' e 'Pose duos menses', de Papa PAULO VI, Petrópolis: Vozes, 1965.

ALBERTI, Verena - FERREIRA, Marieta de Moraes - FERNANDES, Tania Maria -(orgs.), *História Oral. Desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz - CPDOC/Fundação Getulio Vargas, 2000.

ALVES, Márcio Moreira, *A Igreja e a política no Brasil*, São Paulo: Brasilense, 1979.

ALVES, Rubem Azevedo, *Entre a ciência e a sapiência. O dilema da educação*, São Paulo: Loyola, 1999.

_____, *Protestantismo e repressão*, São Paulo: Ática, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de, *A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*, 6. ed., Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998 (1963).

APEL, Marcelo - ROCHA, Regina, *Onde estão os nossos sonhos? Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União*, Petrópolis: Vozes, 1992.

ARAÚJO, Vicente Laurindo de, *Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil (1962-1982): do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja*, Recife, 1988.

ASSMANN, Hugo, *Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente*, Petrópolis: Vozes, 1998.

AZEVEDO, Fernando Antonio, *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAMAT, Thomas - NETO, Genaro Ieno (orgs.), *Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba*, João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

BATISTA, Maria Geovanda - GAUTHIER, Jacques, *Educação popular: uma pesquisa sócio-poética com criança trabalhadoras na costa do descobrimento. Tomando a filosofia de Deleuze e Guattari como método de produção e leitura pluricultural dos dados*, Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

BEOZZO, José Oscar, *A Igreja do Brasil: de João XXIII à João Paulo II: de Medellin a Santo Domingo*, Petrópolis: Vozes, 1994.

BETTO (Frei), *O que é comunidade eclesial de base*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

BEZERRA, Aida - BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (orgs.), *A questão política da Educação Popular*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOFF, Clodovis (org.), *As comunidades de base em questão*, São Paulo: Paulinas, 1997

BOFF, Clodovis, *Como trabalhar com os excluídos*, São Paulo: Paulinas, 1997.

_____, *Teologia e prática. Teologia do político e suas mediações*, Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo - BOFF, Clodovis, *Como fazer teologia da libertação*, 7. ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

BOSI, Ecléa, *Lembranças de velhos*, São Paulo: T.A. Queiroz - Editora Universitária de São Paulo, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), *A questão política da Educação Popular*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ (org.), *Pesquisa Participante*, 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, *A partilha do tempo*, in: SANCHIS, Pierre (Org.), *Catolicismo: cotidiano e movimentos*, São Paulo: Loyola, 1982.

BRAYNER, Flávio, *Militância e 'Vontade de assujetamento'*, Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999.

BRUNEAU, Th., *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____, *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*, in: BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____, *Abertura à nova história, seu passado e seu futuro*, in: BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALADO, Alder Júlio Ferreira (org.), *Movimentos sociais, Estado e Educação, no Nordeste. Estudos de experiências no meio rural*, João Pessoa: Idéia Editora, 1996.

CALADO, Alder Júlio Ferreira, *Pelas veredas libertárias da utopia. Ensaios de um aprendiz*, João Pessoa: Idéia Editora, 2000.

_____. *Tecelão da utopia: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire*, in RODRIGUES, Luis Dias – VASCONCELOS, Eymard Mourão (orgs.), *Novas configurações em movimentos sociais (Vozes do Nordeste)*, João Pessoa: Editora Universitária, 2000, p. 271-290.

CAMPOS, Maria Malta - HADDAD, Sérgio - KRAWCZYK, Nora (orgs.), *O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI. Reformas em debate*, Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2000.

CASTRO, Gustavo do Passo, *As comunidades do Dom: um estudo de CEBs no Recife*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Massangana, 1987.

CAVARERO, Adriana, *Tu che mi guardi, tu che mi racconti. Filosofia della narrazione*, Milano: Feltrinelli Editore, 1997, (traduções nossas).

CERIS, *Anuário Católico do Brasil, 1965*, Rio de Janeiro, 1965.

CHARTIER, Roger, *História Cultural. Entre práticas e representações*, Rio de janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CNBB, *Igreja e educação: perspectiva pastorais*, São Paulo: Paulinas, 1974.

COMBLIN, José, *A Igreja e o mundo dos excluídos*, in: 'Vida pastoral', março-abril de 2000.

_____, *Fracasso da Ação Católica*, 1961.

_____, *Pastoral urbana. O dinamismo na evangelização*, 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, *Prolegômenos da catequese no Brasil*, in REB, 'Revista Eclesiástica Brasileira', 1967, vol. XXVIII, p. 848.

Comunidades eclesiais de base. Estudos dos peritos, in: SEDOC - Serviço de Documentação, Vol. 11, janeiro-fevereiro de 1979.

Conclusões da Conferência de Medellín - 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?, São Paulo: Paulinas, 1998.

COSTA, Beatriz (Org.), *MEB: Uma história de muitos*, Cadernos de Educação Popular, n. 10, Petrópolis: Vozes - NOVA, 1986.

_____, *'Para analisar uma prática de Educação Popular'*, Cadernos de Educação Popular, n. 1, Petrópolis: Vozes - NOVA, 1981.

COURA, Alberto Edvanildo Sobreira, *A Igreja e a modernização no Brasil: as CEBs como uma concepção de modernidade*, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil, *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*, São Paulo: Cortez, 2000.

DANTAS, Francisco Alves - AGUIAR, José Ariosvaldo dos Anjos - SAMENTO, Maria Marta Almeida (orgs.), *Pereiros: uma história de cooperação*, João Pessoa: GAPLAN/IDEME, 1989.

Declaração conciliar sobre a educação cristã, comentada por Paulo Gouyon, São Paulo: Paulinas, 1968.

DEMETRIO, Duccio, *Tornare a crescere. L'etá adulta tra persistenze e cambiamenti*, Milano: Edizioni Angelo Guerrini, 1991.

DEMO, Pedro, *Ironias da educação, mudança e contos sobre mudança*, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DOIMO, Ana Maria, *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*, Petrópolis: Vozes, 1984.

DORNAS FILHO, João, *O padroado e a Igreja Brasileira*, São Paulo: Nacional, 1938.

DUARTE, Laura Maria Schneider, *Isto não se aprende na escola. A educação do povo nas CEBs*, Petrópolis: Vozes, 1983.

DUSSEL, Enrique, *L'occultamento dell'altro. All'origine del mito della modernitá*, Celleno-Itali: La Piccola Editrice, 1991.

_____, *De Medellin à Puebla: uma decada de sangue e esperança*, São Paulo: Loyola, 1981.

_____, *Filosofia da libertação. Crítica à ideologia da exclusão*, São Paulo: Paulus, 1995.

_____, *História da Igreja Latino-americana* (1930-1985), São Paulo: Paulus, 1989.

_____,, *Teologia da libertação. Um panorama de seu desenvolvimento*, Petrópolis: Vozes, 1999.

ELIAS, Roseli, *CEBs: movimento de base: de Igreja ou popular ?*, Cadernos do CEAS, 69, set-out 1980.

FÁVERO, Osmar (org.), *Cultura popular e educação popular: memória dos anos sessenta*, Rio de janeiro: Edições Graal, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.), *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*, Rio de janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes- AMADO, Janaina (coords.), *Usos e abusos da história oral*, Rio de janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FLEURI, Reinaldo Matias - COSTA, Marisa Vorraber, *Travessia. Questões e perspectivas emergentes na pesquisa em Educação Popular*, Trabalho encomendado pelo GT Educação Popular para a 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999.

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, 11ª reimpressão, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo, *Ação cultural para a liberdade. E outros escritos*, 7. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, *Educação como prática da liberdade*, 18. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, *Extensão ou comunicação?*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, *Pedagogia da autonomia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, *Pedagogia da Esperança*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____, *Pedagogia do oprimido*, 11ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir - TORRES, Carlos Alberto (orgs.), *Educação Popular: utopia Latino-americana*, São Paulo: Cortez - Editora da Universidade de São Paulo, 1994

GADOTTI, Moacir, *História da idéias pedagógicas*, 5. ed., São Paulo: Editora Ática, 1997.

_____, *Pedagogia da práxis*, São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire, 1995.

_____, *Pedagogia da terra*, São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2000.

_____, *Pensamento pedagógico brasileiro*, São Paulo: Editora Ática, 1987.

GARCIA, Pedro Benjamim (et al.), *O pêndulo das ideologias: a Educação Popular e o desafio da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GARDNER, Howard, *O verdadeiro, o belo e o bom. Os princípios básicos para uma nova educação*, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1999.

GERMANO, José Wellington, *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*, São Paulo: Cortez Editora, 1993.

GOHN, Maria da Glória, *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONSALVES, Elisa Pereira, *Desfazendo nós: educação e autopoiése*, Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, *Formas populares de associativismo na Paraíba*

GUTIERREZ, Gustavo, *A força histórica dos pobres*, Petrópolis: Vozes, 1981 (1979).

_____, *Teologia da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1975 (1971).

HOBSBAWM, Eric, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título original: *Age of Extremes: the short twentieth century: 1914-1991.*

HOORNAERT, Eduardo, *Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800: ensaio da interpretação a partir dos oprimidos*, Petrópolis: Vozes, 1978.

_____, *Os anjos de canudos. Uma revisitação histórica*, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1998 (1997).

IBGE - Conselho Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil, 1960*, Rio de Janeiro, 1966.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.), *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos setenta. Caminhos, experiências e dimensões*, Petrópolis: Vozes, 1994.

LA TAILLE, Yves de, *Limites: três dimensões educacionais*, São Paulo: Ática, 1998.

LARROSA Jorge - LARA, Nuria Pérez de (orgs.), *Imagens do outro*, Petrópolis: Vozes, 1998.

LARROSA, Jorge, *O enigma da infância, ou o que vai do impossível ao verdadeiro*, in: LARROSA Jorge - LARA, Nuria Pérez de (orgs.), *Imagens do outro*, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67-85.

_____, *Pedagogia profana. Danças, piruetas e mascaradas*, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LE GOFF, Jacques, *História e memória*, Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEMOS, Assis - PORFÍRIO, Waldir, *João Pedro Teixeira*, João Pessoa: A União Editora, 2000.

LESBAUPIN, Ivo (Org.), *Igreja: comunidade e massa*, São Paulo: Paulinas, 1996.

LEVI, Giovanni, *Sobre a micro-história*, in: BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIBANIO, João Batista, *Cenários da Igreja*, São Paulo: Loyola, 2000.

_____, *Igreja contemporânea. Encontro com a modernidade*, São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Lauro de Oliveira, *Mutações em educação segundo Mc Luhan*, Petrópolis: Vozes, 1985.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, *As categorias na pesquisa em história da educação*, Minicurso no XX encontro do ANPED, Caxambu, 1999 (copias xerocadas e anotações pessoais).

_____, *Pensar categorias em história da educação e gênero* [texto apresentado no encontro Mulher e Educação na PUC-SP (1992) e publicado na revista Teoria & Educação, 6, 1992, p. 105-114], in: 'Projeto História', São Paulo, n. 11, nov. 1994, p. 19-29.

MAC LAREN, Peter, *Utopias provisórias. As pedagogias críticas num cenário pós-colonial*, Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO, Roberto, *Por uma genealogia do poder*, in: FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 (Introdução), p. VII-XXIII.

MAINWARING, Scott, *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*, São Paulo: Editora Brasilienese, 1989.

MARTIN, Cipriano Calvano, *da ação da Igreja nordestina no campo sócio-econômico da região na década de 1950*, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 1984.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de, *Estado, Igreja e políticas Assistenciais em Pernambuco (1935-1945): Imaginário das Elites e Ações políticas*, Dissertação de Mestrado em História, Recife: UFPE, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, *Manual de História Oral*, São Paulo: Loyola, 1996.

MÈLICH, Joan-Carles, *A resposta ao outro: a carícia*, in: LARROSA Jorge - LARA, Nuria Pérez de (orgs.), *Imagens do outro*, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 170-192.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha, *Igreja católica do Brasil: Uma trajetória reformista (1872-1945)*, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 1988.

MOITA, Filomena, *História de vida de sete mulheres: traçando novos rumos para a Educação Popular*, Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres, *História oral e memória: a cultura popular revisitada*, 3. ed., São Paulo: Contexto, 1994.

MORAIS, João Francisco Regis de, *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*, São Paulo: Autores Associados - Cortez, 1982.

MOREIRA, Emília, *Por um pedaço de chão*, 2 vol., João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977.

MORIN, Edgar, *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, São Paulo: Cortez, 2000.

MOSCATO, Maria Teresa, *Il viaggio come metafora pedagogica. Introduzione alla pedagogia interculturale*, Brescia: Editrice La Scuola, 1994.

MOURA, Antonio Carlos [e al.], *A Igreja dos oprimidos*, (com apresentação de FREIRE, Paulo), São Paulo: Brasil Debates, 1981.

MURARO, Luisa, *L'ordine simbolico della madre*, Roma: Editori Riuniti, 1991.

NETO, José Francisco de Melo - KULESZA, Wojciech Andrzez, *Resistência popular: possibilidades ontem e hoje*, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999

NÓBREGA, Lígia de Moura P., *CEBs e Educação Popular*, Petrópolis: Vozes, 1988.

NOVAES, Regina Célia R., *A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba*, in: PAIVA, Vanilda (org.), *Igreja e Questão Agrária*, São Paulo: Loyola, 1985.

OLIVEIRA, Pedro A Ribeiro de, *A religião do povo,* Cadernos do Studium Theologicum, Curitiba: Editora Ave Maria, 1976.

_____, *CEB: unidade estruturante de Igreja*, in BOFF, Clodovis (org.), *As comunidades de base em questão*, São Paulo: Paulinas, 1997, p. 121-175.

_____, *Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil,* Petrópolis: Vozes, 1985.

ONG, Walter J., *Oralitá e scrittura. Le tecnologie della parola.*, Bologna: Il Mulino, 1986.

PAIVA, Raul, *O concílio, Medellin, Puebla e a educação: guia para leitura e reflexão,* São Paulo: Loyola, 1980.

PAIVA, Vanilda Pereira, *Educação Popular e educação de adultos,* São Paulo: Loyola, 1987.

PENZO, Giorgio, *Invito al pensiero di Nietsche,*Milano: Mursia, 1990.

PERANI, Cláudio, *Comunidades Eclesiais de Base*, Cadernos CEAS, 56, junho-julho de 1978.

_____, *Pastoral Popular: poder ou serviço?*, Cadernos CEAS, 180, março-abril de 1999; publicado originalmente em Cadernos CEAS, 82, novembro-dezembro de 1982.

PEREIRA, Nilo, *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil,* Recife: UFPE, 1970.

PERELMEN, Ch., *Sens et categories en histoire*, Communication présentée au centre nacional da Recherches de Logique le 30 avril 1968 (copia xerografada utilizada por Eliane Maria Teixeira Lopes no curso '*As categorias em História da Educação*', oferecido na 22ª reunião do ANPED, Caxambu, 1999 (tradução nossa).

PETER, Ricardo, *Respeita os teus limites. Fundamentos filosóficos da terapia da Imperfeição*, São Paulo: Paulus, 1999.

PETIT, Sandra Haydée - SOARES, Rosileide Maria da Silva, *Mapeando novos territórios: refletindo acerca do modelo conscientizador da Educação Popular, na busca de alternativas*, Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

PIMENTA, Joaquim, *A questão social e o catolicismo*, (edição fac-similar da edição original - Rio de Janeiro 1921), Recife: CEPE, 1991.

PIRES, José Maria, *Do centro para a margem*, 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1980.

PORTO, Maria Das Dores Paiva De Oliveira – LAGE, Iveline Lucena Da Costa, *CEPLAR. História de um sonho coletivo. Uma experiência de educação popular na Paraaíba, destruida pelo Golpe do Estado de 1964,* João Pessoa: SEC - Conselho Estadual de Educação, 1995.

PORTELLI, Alessandro, *Memória e diálogo: desafios da História oral para a ideologia do século XXI*, in: ALBERTI, Verena - FERREIRA, Marieta de Moraes - FERNANDES, Tania Maria -(orgs.), *História Oral. Desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz - CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 47-65.

PRINS, Gwyn, *História Oral*, in: BURKE, Peter (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

REGAN, David, *Experiência cristã das CEBs. Mistagogia*, São Paulo: Paulinas, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, *História da educação no Brasil. 1930/1973*, Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMANO, Roberto, *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*, São Paulo: Kairos, 1979.

ROTHEN José Carlos, *Pressupostos filosóficos do Programa de Filosofia para criança de Matthew Lipman*, Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

RUIZ, Castor M. Bartolomé, *A força transformadora social e simbólica das CEBs*, Vozes, Petrópolis, 1997.

SALES, Ivandro da Costa (org.), *Canudos na Paraíba: luta por terra/desejo de vida*, João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2000.

SANCHIS, Pierre (Org.), *Catolicismo: cotidiano e movimentos*, São Paulo: Loyola, 1982.

SANTOS, Milton, *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1999.

SAVIANI, Dermeval - LOMBARDI, José Claudinei - SANFELICE, José Luís (orgs.), *História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual*, Campinas, SP: Autores Associados - HISTEDBR, 1998.

SAVIANI, Dermeval - RAMA, Germa - WEINBERG, Gregório (orgs.), *Para uma história da educação latino-americana*, Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval, *Escola e democracia*, São Paulo: Cortez - Editora Autores Associados, 1983.

SCOCUGLIA, Afonso Celso - NETO, José Francisco de Melo (orgs.), *Educação Popular: outros caminhos*, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SCOCUGLIA, Afonso Celso, *A história da alfabetização política na Paraibrasil dos anos Sessenta*, Tese de doutorado, Recife, 1997 b.

_____, *A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas*, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997 a.

_____, *História, política e educação nos anos Sessenta*, mimeo, João Pessoa, 2000.

SEED, Patricia, *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*, São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SHARPE, Jim, *A História vista de baixo*, in: BURKE, Peter [org.], *A escrita da história, novas perspectivas*, São Paulo: UNEP, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis: Vozes, 2000.

STRECK, Danilo, *Correntes pedagógicas. Aproximações com a teologia*, Petrópolis: Vozes, 1994.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto, *A gênese das CEBs no Brasil. Elementos explicativos*, São Paulo: Paulinas, 1998.

THOMSON, Alistair, *Aos cinqüenta anos: uma perspectiva internacional da História Oral*, in: ALBERTI, Verena - FERREIRA, Marieta de Moraes - FERNANDES, Tania Maria (orgs.), *História Oral. Desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz - CPDOC/Fundação Getulio Vargas, 2000, p. 47-65.

TODOROV, Tzvetan, *La conquista dell'America*, Torino: Einaudi, 1984.

VASCONCELOS, Eymard Mourão, *Reflexões sobre o método de pesquisa utilizado na tese 'Educação Popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias'. UFMG, 1997*, (xerox), UFPB, 1998.

VATTIMO, Gianni, *Credere di credere*, Milano: Garzanti, 1999.

_____, *Il soggetto e la maschera. Nietsche e il problema della liberazione*, Milano: Bompiani, 1974.

VIEIRA Evaldo, *Estado e miséria Social no Brasil, de Getúlio a Geisel*, 4^ ed., São Paulo: Cortez, 1995.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W., *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e Política no movimento de educação de base*, Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO, pág. IX
RESUMO, pág. XI
ABSTRACT, pág. XIII
SIGLAS UTILISADAS, pág. XV
LISTA DE FIGURAS E TABELAS, pág. XVII

NOTA PRELIMINAR: Singular ou plural?, pág. 1

Primeira Parte
UMA PESQUISA DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO POPULAR, pág. 3

Capítulo I.1
UM 'SER-HUMANO-POR-VIR' , pág. 7

I.1.1. Para sermos 'humanos', pág. 7 - I.1.2. Pedagogias que acreditam no futuro como 'possibilidade', pág. 8 - I.1.3. Uma pesquisa de Educação Popular, pág. 10

Capítulo I.2
UMA PESQUISA HISTÓRICA EM EDUCAÇÃO, pág. 15

I.2.1. Idéias gerais se tornaram projeto específico e aberto, pág. 15 - I.2.2. Nos arredores dos eventos, pág. 17 - I.2.3. Importância desse período, pág. 20 - I.2.4. Um objeto pequeno como uma janela aberta, pág. 22

Capítulo I.3
BUSCANDO UMA FILOSOFIA DE PESQUISA, pág. 25

I.3.1. Inquisidor?, pág. 25 - I.3.2. 'Contar' as ciências, pág. 27 - I.3.3. Um debate entre éticas, pág. 29 - I.3.4 Escutar e organizar: sistematizando? julgando?, pág. 31

Capítulo I.4
O ATO DE PESQUISAR , pág. 35

I. 4.1. O prazer do trabalho de pesquisar, pág. 35 - I.4.2. Perguntas e categorias?, pág. 36 - I.4.3. 'Auto-organização' e mediação, pág. 39 - I.4.4. As fontes e os livros como companheiros, pág. 44 - I.4.5. Descobrir: extensão, invasão ou comunicação?, pág. 48

Capítulo .I.5
UMA PESQUISA DE HISTÓRIA ORAL EM EDUCAÇÃO, pág. 51

I.5.1. Uma história cultural, vista de baixo, pág. 51 - I.5.2. Uma história cultural popular, pág. 53 - I.5.3. Uma história oral, pág. 59

Capítulo I.6
UMA PESQUISA 'PÚBLICA', pág. 63

I.6.1. Devolver ou divulgar?, pág. 63 - I.6.2. Narrar para crescer, pág. 65

Notas da Primeira Parte, pág. 71

Segunda Parte

A AÇÃO PASTORAL 'IGREJA VIVA', pág. 83

II.0 INTRODUÇÃO, pág. 85
II.0.1. Uma ironia inconsciente, pág. 90

Capítulo II.1
FALANDO EM 'IGREJA', pág. 97

II.1.0. Introdução, pág. 97 - II.1.1. A idéia local de 'igreja', pág. 98 - II.1.2. O mistério da igreja e o seu 'modelo concreto', pág. 99 - II.1.3. A igreja é povo em marcha, pág. 102 - II.1.4. Buscando além das paróquias, pág. 104 - II.1.5. Do Concílio Vaticano II um convite: '*Vamos mudar!*', pág. 106 - II.1.6. Precisa mudar: por fora, e por dentro, pág. 107 - II.1.7. Buscando a pastoral certa / pág. 109

Capítulo II.2
FALANDO EM PASTORAL, pág. 111

II.2.1. Uma pastoral de conjunto, pág. 111 - II.2.2. Um povo fermentando o mundo, pág. 113 - II.2.3. Mudar cerrando as fileiras?, pág. 115 - II.2.4. Mudar tem um custo, pág. 116 - II.2.5. Incentivando pequenas comunidades na base, pág. 119 - II.2.6. As primeiras experiências de CEB's, pág. 121

Capítulo II.3
A AÇÃO PASTORAL 'IGREJA VIVA', pág. 133

II.3.1. A gênese da 'Ação Pastoral Igreja Viva', pág. 133 - II.3.2. Um início esperançoso, pág. 136 - II.3.3. O caminho certo, pág. 139- II.3.4. A metodologia de 'Igreja Viva', pág. 142 - II.3.5. Apresentação e treinamentos, pág. 144 - II.3.6. Avaliar para não perder o contato com a realidade, pág. 145 - II.3.7. Os grupos na base, pág. 147

Capítulo II.4
AS RELAÇÕES EDUCATIVAS, pág. 153

II.4.0 Introdução, pág. 153 - II.4.1. O contexto político-pedagógico, pág. 154 - II.4.2. O contexto social, pág. 157 - II.4.3. A conjuntura eclesiástica, pág. 159 - II.4.4. A idéia de educação, pág. 161 - II.4.5.Entre pressa e paciência, pág. 162 – II.4.6 A APA e os extensionistas, pág. 163 - II.4.7. O 'povo': na igreja e na sociedade, pág. 166 - II.4.8. Povo e educadores, pág. 167 - II.4.9. Os agentes de pastoral e o clero, pág. 176 - II.4.10. Considerações finais, pág. 180

ANEXO - II.5

'IGREJA VIVA': UM SUBSÍDIO PARA A REFLEXÃO SOBRE A IGREJA', pág. 187

II.5.0. Introdução, pág. 187 - II.5.1. Assumindo o cuidado da sociedade, pág. 188 - II.5.2. Deus quer a felicidade dos homens, pág. 193 - II.5.3. Deus pede ajuda a seu povo, pág. 195 - II.5.4. Cristão é quem atua o evangelho, pág. 197 - II.5.5. 'Uma Igreja atuante', pág. 199 - II.5.6. Mais perguntas, pág. 201

Notas da Segunda Parte, pág. 207

Terceira Parte

"A GENTE SABE QUE É ISTO QUE É A IGREJA VIVA"
HISTÓRIA DE UM GRUPO CRISTÃO DE BASE. MOGEIRO, PARAÍBA. (ANOS SESSENTA E SETENTA), pág. 223

III.0 INTRODUÇÃO, pág. 227 - **OS DEPOENTES**, pág. 231

Capítulo III.1
E AÍ FOI QUE COMEÇOU A LUTA, E COMEÇOU TAMBÉM A PERSEGUIÇÃO, pág. 237

O senhor me chamou, pág. 237 - III.1.1. Luta começou ali, pelo ano de 1968, pág. 237 - III.1.2. Com o menino, com Isac, com a minha esposa, tivemos uma conversa ... e eu vim e aceitamos, pág. 238 - III.1.3. Eu não sou um herói, nem sou muito forte na luta, pág. 239 - III.1.4. Eu ajeitava o que se fazia com as mulheres, pág. 240 - III.1.5. Eu fui vendo que aquela luta era importante, pág. 240 - III.1.6. Quando a gente toma consciência, não pode depois ficar calada, pág. 241 – III.7. Falávamos em terras, do povo morrendo de fome, pág. 241

Capítulo III.2
"QUE FOI QUE MINHA MÃE FEZ PARA ELES A PEGAREM ASSIM?", pág. 243

Eu sou roceiro, pág. 243 - III.2.1. Até de um chapeuzinho de palha a gente botou o valor, pág. 244 - III.2.2. Aquela leizinha 4.504 ... é ela quem autorizou a gente a se estar reunindo aqui, pág. 244 - III.2.3. Eu não matei, nem roubei, minha filha. Jesus cristo precisa de gente pra testemunha-lo, pág. 245 - III.2.4. Naquele tempo era padre morto a vontade, pág. 246 - III.2.5. Lá não tem chefe não. o chefe dos trabalhadores é a fome que eles passam, pág. 247 - III.2.6. Eu tive resposta para todas as perguntas, pág. 248 - III.2.7. Eu não quero remédio não, pág. 248 - III.2.8. Você lê a bíblia para despertar o espírito de luta no povo?, pág. 249 - III.2.9. A preocupação todinha deles era com o Pe. João Maria, pág. 250 - III.2.10. Não tinha vergonha? atrás dos trabalhadores com uma metralhadora!, pág. 251 - III.2.11. [A segunda vez,] eles chegaram com um castigo infeliz, pág. 252 - III.2.12. Trabalhador rural não precisa de documento não. Basta o título, pág. 253 - III.2.13. Foi quatro vezes, no total, pág. 254 - III.2.14. Procure aquele grupo todo [disse o agente federal], pág. 254 - III.2.15. Pouco tempo depois, não sei bem o tempo, fui preso também, pág. 255

Capítulo III.3
SE CHAMAVAM 'ENCONTROS DE EVANGELIZAÇÃO RURAL', pág. 257

A vida nova, pág. 257 - III.3.1. Vocês arrumam vinte trabalhadores para a gente criar o sindicato, pág. 257 - III.3.2. Aquele era sindicato comunista, pág. 258 - III.3.3. Antes era os padres virados com as costas para o lado da gente, pág. 260 - III.3.4. Era um trabalho cidadão, trabalho do campo, pág. 261 - III.3.5. A gente tinha a reunião do estado, da região e tinha nacional, pág. 262 - III.3.6. Foi um apoio muito grande das arquidioceses de recife e da Paraíba, pág. 263 - III.3.7. A gente achou que devia mudar este nome, pág. 264

Capítulo III.4
A GENTE APRENDEU COMO FAZER O TRABALHO NO DIA A DIA, pág. 267

III.4.1. A gente não pode colocar nada na cabeça de ninguém, pág. 267 - III.4.2. A gente voltou tão feliz!, pág. 267 - III.4.3. Quando a gente não prepara as coisas a gente não sabe o que fazer, pág. 268 - III.4.4. O evangelho tinha que ser na vida da gente mesmo, pág. 268 - III.4.5. A gente sempre tinha um relatório, pág. 269 - III.4.6. A gente tinha que partir para o sítio pesquisando com o povo, pág. 270 - III.4.7. A gente não podia ficar longe um do outro, pág 271 - III.4.8. Tinha que ficar uma pessoa de alerta na casa, pág. 271 - III.4.9. A gente começou a medir o povo, pág. 272 - III.4.10. Era muito trabalho, pág. 273 - III.4.11. Vimos a necessidade de ser um trabalho de massa, pág. 273

Capítulo III.5
O QUE GOSTARIA MUITO DE FICAR PARA OS NOSSOS NETOS, pág. 275

Notas da Terceira Parte, pág. 281

Quarta Parte

REMEXENDO INCERTAS CERTEZAS NOS ARREDORES DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR, pág. 295

IV.0 INTRODUÇÃO, pág. 299

Capítulo IV.1
EDUCADOR E FORMADOR, pág. 301

IV.1. Educar: uma ação que usa a força, pág. 301 - IV.1.2. Educar-formar aponta a mudanças, pág. 304 - IV.1.3. Formar, educar: forças necessárias para a vida crescer, pág. 309 - IV.1.4. Para além de méritos e preços: a graça de um evento educativo, pág. 312 - IV.1.5. Acolher a graça, pág. 314 - IV.1.6. Uma relação assimétrica em busca de equilíbrio, pág. 315 - IV.1.7. Haverá dança (e poesia) para todas e todos ?, pág. 317 - IV.1.8. Olhar os olhos do outro e da outra, não fugindo à voz dele, pág. 318

Capítulo IV.2
EDUCAÇÃO POPULAR, pág. 321

IV.2.1. O que é 'popular'?, pág. 321 - IV.2.2. Dois olhares. Um mesmo rumo, pág. 322 - IV.2.3. Uma alma "popular" para o mundo, pág. 324

Capítulo IV.3
INACABANDO, pág. 327

Notas da Quarta Parte, pág. 331

BIBLIOGRAFIA, pág. 333

Fontes, pág. 335
1. Arquivo Eclesiático da Paraíba, pág. 335
2. Depoimentos, pág. 336

Livros e artigos, pág. 337

ÍNDICE GERAL, pág. 345